



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 23ª SESSÃO À 26ª SESSÃO DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 34 Nº 09
05 DE MARÇO A 09 DE MARÇO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2010

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2009-2010)

PRESIDENTE	Senador	JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador	MARCONI PERILLO (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE	Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador	HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO	Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO	Senador	MÃO SANTA (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO	Senadora	PATRÍCIA SABOIA (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	CÉSAR BORGES (PR-BA)
2º Senador	ADELMIR SANTANA (DEM-DF)
3º Senador	CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)
4º Senador	GERSON CAMATA (PMDB-ES)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		edição de 25 de novembro de 2008. Senador Alvaro Dias.....	456
Cobrança do cumprimento da Emenda Constitucional nº 60, que transferiu para a União os funcionários federais do ex-território de Rondônia. Senador Mário Couto.....	299	Registro da matéria intitulada “UNE admite que atrasa prestações de conta”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , de 30 de novembro de 2009. Senador Flexa Ribeiro.....	457
ARTIGO DE IMPRENSA		ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Registro de artigo intitulado “O que faz o DEM ser diferente”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição do dia 5 de fevereiro de 2010. Senador Adelmir Santana.....	34	Comentário sobre a participação de Sua Excelência em debate acerca do Estatuto do Motorista, do Estatuto do Idoso, da aposentadoria, do fator previdenciário e da jornada de trabalho, na capital do Estado de São Paulo e em outras regiões do País. Senador Paulo Paim.....	282
Aparte ao senador Adelmir Santana. Senador Arthur Virgílio.....	36	Comentário sobre a participação de Sua Excelência em seminários nos Municípios de Moju e Abaetetuba, Estado do Pará, para conhecer as dificuldades das comunidades e elaborar um plano de governo para ser apresentado por ocasião do processo eleitoral e assumido como compromisso com o povo. Senador Flexa Ribeiro.....	430
Registro dos artigos intitulados “Grito Manaus celebra a cultura alternativa”, publicado no jornal <i>Amazonas em Tempo</i> ; “A Terra de mitos e fatos”, publicado no jornal <i>Diário do Grande ABC</i> ; e “Os retrovisores da história”, publicado no jornal <i>Diário do Amazonas</i> . Senador Arthur Virgílio.....	40	BANCOS	
Registro da matéria intitulada “Maquiagem camufla os atrasos nas obras do PAC”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 2 de março de 2010. Senador Papaléo Paes.....	50	Análise sobre a elevada lucratividade dos bancos brasileiros. Apresentação de projeto de lei destinado a isentar da cobrança de tarifas bancárias os pequenos correntistas das instituições financeiras. Senador Marconi Perillo.....	459
Registro das matérias “O relatório final do mensalão”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 3 de março de 2010 e “Caiu a casa do tesoureiro do PT”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 7 de março de 2010. Senador Alvaro Dias.....	166	CORRUPÇÃO	
Registro dos artigos intitulados “Acerto final” e “A Ordem social está mantida”, publicados no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 7 de março de 2010. Senador Adelmir Santana.....	193	Defesa de providências por parte do governo para a responsabilização civil e criminal dos envolvidos em corrupção no Brasil. Senador Alvaro Dias.....	166
Registro da matéria intitulada “Liberdade não se negocia”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 10 de março de 2010. Senador Papaléo Paes.....	455	Aparte ao senador Alvaro Dias. Senador Adelmir Santana.....	169
Registro da matéria intitulada “Panfleto político com dinheiro público”, publicada no jornal <i>O Globo</i> ,		Comentários acerca da matéria de capa da revista <i>Veja</i> , sobre o escândalo envolvendo a Co-	

	Pág.		Pág.
perativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop) e o caixa de campanha do Partido dos Trabalhadores, e ainda o uso criminoso das Organizações não Governamentais (ONGs). Senador Heráclito Fortes.	281	sobre a importância do fortalecimento da democracia como melhor caminho para garantir a representatividade política, a participação popular na República e os direitos fundamentais assentados nas Cartas Magnas. Senador Marconi Perillo.	459
(CPI)		EXERCÍCIO PROFISSIONAL	
Apelo aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações não Governamentais (ONGs) para que se empenhem no sentido da quebra do sigilo bancário e da apuração das fraudes com recursos que deveriam ter destinação social. Senador Heráclito Fortes.	281	Registro de manifestações recebidas por Sua Excelência sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 1, de 2010, que versa sobre a questão do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Senador Geovani Borges.	284
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		GOVERNO ESTADUAL	
Análise dos problemas do Estado do Pará, especialmente nos setores de segurança pública, saúde e educação. Senador Flexa Ribeiro.	430	Comentário sobre a eficaz experiência de cooperativas de lixo na cidade de Palmas, capital do Estado de Tocantins. Senador Sadi Cassol.	3
Aparte ao senador Flexa Ribeiro. Senador Garibaldi Alves Filho.	433	Críticas ao governador Wellington Dias pela ineficaz administração do Estado do Piauí, pelas obras inacabadas, destacando os prejuízos que representam para o desenvolvimento regional. Senador Heráclito Fortes.	5
Registro da importância da agricultura irrigada para o desenvolvimento da região Nordeste. Satisfação com a inauguração da primeira fase do projeto de irrigação no Vale do Rio Salitre, antiga aspiração do povo de Juazeiro, no Estado da Bahia. Senador César Borges.	440	Questionamento quanto à subserviência dos governadores dos estados ao Poder Central. Senador Heráclito Fortes.	5
EDUCAÇÃO		Aparte ao senador Heráclito Fortes. Senador Cristovam Buarque.	6
Defesa do Projeto de Lei nº 2, de 2010, de autoria de Sua Excelência, que destina recursos do fundo social formado a partir da exploração de petróleo da camada pré-sal para a educação, distribuídos proporcionalmente ao número de crianças matriculadas na escola. Senador Cristovam Buarque.	14	Aparte ao senador Heráclito Fortes. Senador Cícero Lucena.	8
Críticas ao sistema educacional brasileiro. Senador Mão Santa.	340	Comentários acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal de manter o governador José Roberto Arruda preso, e sobre a medida da Câmara Legislativa do Distrito Federal de abrir o processo de <i>impeachment</i> contra ele. Senador Cristovam Buarque.	14
Aparte ao senador Mão Santa. Senadora Rosalba Ciarlini.	342	Considerações sobre a crise política no Distrito Federal, bem como sugestão para que o Senado Federal realize a eleição na capital federal. Senador Paulo Duque.	21
Considerações sobre matéria publicada no jornal <i>O Norte</i> , intitulada "Sem tênis, aluna é barrada na aula". Cobrança de aprovação de projeto de autoria de Sua Excelência, em tramitação na Câmara dos Deputados, que obriga os estados e municípios a fornecerem uniforme escolar aos alunos da rede pública de ensino. Senador Cícero Lucena.	424	Críticas ao governo do Estado do Piauí pelo pequeno reajuste concedido aos médicos e pela falta de assistência médica aos servidores públicos, conforme denúncia do jornal <i>Diário do Povo</i> . Senador Mão Santa.	25
ESTADO DEMOCRÁTICO		Satisfação pela inauguração da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais. Elogio à administração do governador Aécio Neves. Senador Cícero Lucena.	28
Considerações sobre a fragilidade da América Latina. Reflexões do deputado San Tiago Dantas		Manifestação contrária à intervenção federal no Distrito Federal. Senador Adelmir Santana.	34

	Pág.	III	Pág.
Preocupação com a possibilidade de intervenção na capital federal, reiterando o posicionamento de Sua Excelência contrário a essa ação. Comentário sobre as matérias que tratam da crise política no governo do Distrito Federal. Senador Adelmir Santana.....	193		
Comentário sobre a crise no governo do Distrito Federal, avaliando que são necessárias mudanças importantes para o aperfeiçoamento das instituições brasileiras. Senador Renato Casagrande.....	426		
Aparte ao senador Renato Casagrande. Senador Magno Malta.....	427		
Aparte ao senador Renato Casagrande. Senador Cristovam Buarque.....	428		
Aparte ao senador Renato Casagrande. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	429		
Elogios aos projetos desenvolvidos pelo ex-governador do Paraná, Jayme Lerner, para a área social, turismo e desenvolvimento econômico. Senador Flávio Arns.....	438		
GOVERNO FEDERAL			
Críticas ao governo por descumprir a legislação e não pagar o piso salarial dos professores. Senador Mão Santa.....	25		
Discordância do pronunciamento da ministra Dilma Rousseff, na sessão solene do Congresso Nacional, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Senador Mário Couto.....	299		
Aparte ao senador Mário Couto. Senador Alvaro Dias.....	299		
Aparte ao senador Mário Couto. Senador Paulo Paim.....	300		
Protesto pela desistência do governo de abrir concessão para as obras de duplicação da BR-381, conhecida como “Rodovia da Morte”. Senador Eduardo Azeredo.....	423		
Aparte ao senador Eduardo Azeredo. Senador Renato Casagrande.....	423		
HOMENAGEM			
Votos de felicidades ao governador do Piauí, Wellington Dias, pelo transcurso do seu aniversário. Senador Heráclito Fortes.....	5		
Relatos sobre a política nacional em razão da celebração dos 50 anos da transferência da capital da República do Estado do Rio de Janeiro para o Distrito Federal. Senador Paulo Duque.....	21		
Voto de aplauso ao procurador-geral da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Dou-			
tor Vander Laan Góes, pelo seu correto parecer a respeito da redefinição do número de deputados federais por unidade da Federação. Senador Arthur Virgílio.....			40
Homenagem às mulheres do Estado de Rondônia e do Brasil pela comemoração do Dia Internacional da Mulher. Senador Acir Gurgacz.....			56
Saudação às mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, destacando a luta e o papel da mulher na história. Senador Papaléo Paes.....			158
Homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Comentários sobre a matéria “Força e coragem de uma mulher”, publicada no jornal <i>Diário da Borborema</i> , edição de 8 de março de 2010. Senador Cícero Lucena.....			160
Homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Defesa da ratificação, pelo Brasil, da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho, referente à relação de igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e da participação das mulheres na vida política do País. Senador Paulo Paim.....			162
Homenagem às mulheres do Brasil. Senador Alvaro Dias.....			166
Cumprimentos a todas as mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Senador Adelmir Santana.....			193
Recomendação aos governantes para que executem políticas preventivas de saúde, segurança alimentar, emprego, escolas de qualidade e segurança pública, como forma de prestar homenagem às mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Senador Osmar Dias.....			287
Homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Leitura de texto, poesia e oração em homenagem às mulheres. Senador Mozarildo Cavalcanti.....			289
Congratulações às mulheres no Dia Internacional da Mulher. Senador Mário Couto.....			299
Homenagem ao Dia Internacional da Mulher, cumprimentando as mulheres pela firmeza e determinação com que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Senador Sadi Cassol.....			333
Homenagem à Dona Maria Lygia de Borges Garcia, esposa do ex-governador de Mato Grosso Garcia Neto, bem como satisfação pela iniciativa do Congresso Nacional em homenageá-la com o Prêmio Bertha Lutz. Senador Jayme Campos.....			335
Homenagem às mulheres do Estado do Rio de Janeiro, especialmente à Senhora Andréa Pachá,			

	Pág.		Pág.
agraciada com o Prêmio Bertha Lutz no Congresso Nacional. Senador Marcelo Crivella.....	335	LEGISLAÇÃO COMERCIAL	
Comemoração pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, destacando o trabalho, a dedicação e a luta das mulheres por cidadania. Importância do Prêmio Bertha Lutz e da indicação da ministra Dilma Rousseff e da senadora Marina Silva como candidatas à Presidência da República. Senador Eduardo Suplicy.....	339	Comentário sobre a inconstitucionalidade da Instrução nº 480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários, que estabelece novas regras quanto à publicidade de informações das sociedades anônimas com capital aberto. Senador Francisco Dornelles.	332
Comemoração do Dia Internacional da Mulher, saudando a todas as mulheres brasileiras. Senador Valter Pereira.	343	LEGISLAÇÃO ELEITORAL	
Aparte ao senador Valter Pereira. Senadora Rosalba Ciarlini.....	344	Considerações sobre a importante mudança na legislação eleitoral, para tornar obrigatório aos partidos políticos, preencher, e não apenas reservar, 30% das candidaturas para as mulheres, garantindo assim maior participação feminina nos resultados das eleições. Senador Sadi Cassol.	333
Homenagem ao Dia Internacional da Mulher, destacando os avanços conquistados e o longo caminho a percorrer, com relação à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Senador Renato Casagrande.....	426	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Cumprimentos ao ex-senador Expedito Júnior, presente no plenário do Senado Federal, bem como elogio ao seu contínuo trabalho pela transposição dos funcionários do Estado de Rondônia para a União. Senador Flexa Ribeiro.	430	Mensagem nº 67, de 2010 (nº 79/2010, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Paulo Cesar Meira de Vasconcellos, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos.	63
Saudação às mulheres brasileiras, especialmente às mulheres roraimenses, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Senador Augusto Botelho.....	434	MULHER	
Homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, cumprimentando a todas as mulheres do Brasil. Senador Magno Malta.....	434	Comentários sobre a matéria “Igualdade ou Semelhança”, que analisa a relação entre homens e mulheres, publicada na revista de bordo da empresa de aviação América Airlines. Senador Mozarildo Cavalcanti.	289
Comemoração do Dia Internacional da Mulher e entrega, pelo Congresso Nacional, do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, destacando que o desafio do País é construir cidadania, dignidade, respeito, oportunidades e chances para todos. Senador Flávio Arns.....	438	Retrospecto de conquistas da mulher na sociedade brasileira, com destaque para a Lei Maria da Penha. Senador Augusto Botelho.....	434
HOMENAGEM PÓSTUMA		PARECER	
Manifestação de pesar pelo falecimento do cantor Johnny Alf, um dos precursores da Bossa Nova no Brasil. Senador Arthur Virgílio.....	40	Parecer nº 132, de 2010 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2005 (PL nº 4.435, de 2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais. Senador Jefferson Praia.....	240
Voto de pesar pelo falecimento do cantor regionalista gaúcho Jader Moreci Teixeira, mais conhecido como “Leonardo”. Senador Paulo Paim. ...	156	Parecer nº 133, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Proje-	
Voto de pesar pelo falecimento do cantor regionalista gaúcho Jader Moreci Teixeira, mais conhecido como “Leonardo”. Senador Papaléo Paes.	158		
Homenagem póstuma à Senhora Fani Lerner, que foi primeira-dama do Estado do Paraná. Senador Osmar Dias.	287		

	Pág.		Pág.
to de Lei da Câmara nº 52, de 2006 (nº 1.780/96, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame de DNA na rede hospitalar pública. Senador Augusto Botelho.	260	nº 51, de 2003, que inclui o cerrado e a caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional, com o objetivo de melhorar as condições do meio ambiente no Brasil. Senador Marco Maciel.	157
Parecer nº 134, de 2010 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2006 (nº 1.780/96, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame de DNA na rede hospitalar pública. Senador Augusto Botelho.	264	POLÍTICA ENERGÉTICA	
Parecer nº 135, de 2010 (da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2005 (nº 2.022/2003, na Casa de origem), que estabelece critérios mínimos para inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia. Senadora Lúcia Vânia.	269	Considerações a respeito da preocupação da população dos Estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de São Paulo e de Santa Catarina com a exploração de petróleo na camada pré-sal, a distribuição dos royalties e a conservação do meio ambiente. Senador Marcelo Crivella.	335
Parecer nº 136, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2005 (nº 2.022/2003, na Casa de origem), que estabelece critérios mínimos para inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia. Senador Eduardo Azeredo.	273	Aparte ao senador Marcelo Crivella. Senador Magno Malta.	335
Parecer nº 137, de 2010 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 469, de 2009, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 2.168.172.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais), para os fins que especifica. Senador Geovani Borges.	306	Defesa da destinação dos <i>royalties</i> do petróleo do pré-sal para o Estado do Espírito Santo, como forma de compensação do prejuízo ambiental. Senador Magno Malta.	435
PODER JUDICIÁRIO		POLÍTICA INDUSTRIAL	
Elogios às decisões do Supremo Tribunal Federal (STJ) para a proteção jurídica do meio ambiente no Brasil, bem como ao anúncio de instalação de varas federais especializadas em meio ambiente em diversos estados da Amazônia Legal. Senador Geovani Borges.	284	Considerações sobre a importante decisão da <i>Samsung</i> de voltar a produzir telefones celulares no Polo Industrial de Manaus. Senador Arthur Virgílio.	40
POLÍTICA AGRÁRIA		POLÍTICA PARTIDÁRIA	
Elogios à iniciativa da Secretaria da Agricultura, Agropecuária e Pesca do Estado da Paraíba, de distribuir sementes selecionadas para o plantio da safra de 2010 às famílias de pequenos agricultores. Senador Roberto Cavalcanti.	301	Esclarecimentos sobre a iniciativa do Partido Democratas de autorizar a autodissolução do diretório regional no Distrito Federal, em razão das denúncias do “mensalão do (DEM)”. Senador Adelmir Santana.	34
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE		Comentários sobre matéria publicada na revista <i>Veja</i> , intitulada “Caiu a casa do Tesoureiro do PT”, sobre operações da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop) e sua relação com o Partido dos Trabalhadores. Senador Alvaro Dias.	302
Apelo no sentido da agilização da apreciação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC)		Aparte ao senador Alvaro Dias. Senadora Marisa Serrano.	303
		Aparte ao senador Alvaro Dias. Senador José Agripino.	303
		Aparte ao senador Alvaro Dias. Senador Eduardo Suplicy.	304
		POLÍTICA SALARIAL	
		Apelo pela urgente aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 140, de 2009, do senador Gilvam Borges, que define o piso sala-	

	Pág.		Pág.
rial e a jornada de trabalho de médicos e dentistas. Senador Mão Santa.....	25	PROJETO DE LEI DO SENADO	
Satisfação pela obtenção de número suficiente para a apresentação de proposta de emenda constitucional que torna proibido aos estados e aos municípios abrir concurso público sem constar do edital o piso salarial da categoria na região. Senador Sadi Cassol.....	333	Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2010, que reabre o prazo para opção do servidor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) pela vantagem pessoal nominalmente identificada prevista no caput do art. 9º da Lei 11.314, de 3 de julho de 2006. Senador Inácio Arruda.....	236
Aparte ao senador Sadi Cassol. Senador Paulo Paim.....	334	Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2010, que altera dispositivos das Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990, e 7.210, de 11 de julho de 1984, para agravar o regime de cumprimento de pena do reincidente na prática de crime hediondo. Senador Marconi Perillo.	238
POLÍTICA SOCIAL		Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2010, que altera a Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, para revogar a hipótese de perda da pensão do dependente de segurado do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas que contrair matrimônio. Senador Geovani Borges.....	441
Apio ao projeto do senador Tasso Jereissati, que dá um incentivo adicional aos filhos das famílias beneficiárias do programa Bolsa-Família. Senador Cristovam Buarque.....	14	Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2010, que altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), a Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam. Senador Renan Calheiros.....	451
Aparte ao senador Cristovam Buarque. Senador Cícero Lucena.....	17	RELIGIÃO	
Aparte ao senador Cristovam Buarque. Senador Heráclito Fortes.....	19	Comemoração do lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, com o tema “Economia e Vida”. Senador Marco Maciel.....	54
Aparte ao senador Cristovam Buarque. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	20	Considerações sobre o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, cujo tema “Economia e Vida” aprimora o debate relativo às políticas de desenvolvimento nacional. Senador Acir Gurgacz.	56
POLÍTICA SÓCIO-ECONÔMICA		Comemoração do lançamento da 3ª Campanha da Fraternidade Ecumênica, que tem como tema “Economia e Vida” e como lema “Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro”, de responsabilidade do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), como forma de contribuir para o debate sobre os caminhos da economia nacional. Senador Cícero Lucena.....	57
Balanço das ações governamentais de apoio à execução do Programa Economia Solidária no Brasil. Saudação à sanção da Lei Complementar nº 130, de 2009, que representa, de acordo com Sua Excelência, um avanço para a solidez do sistema cooperativista. Senador Sadi Cassol.....	3	REQUERIMENTO	
PREVIDÊNCIA SOCIAL		Requerimento nº 175, de 2010, que solicita voto de aplauso à população de Lábrea/AM, pelo	
Comentário sobre a matéria do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , que divulga declaração do presidente Lula, afirmando que a Previdência é superavitária, o fator previdenciário provoca injustiça e é preciso uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.....	282		
PROJETO DE LEI DA CÂMARA			
Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 (nº 5.940/2009, na Casa de origem), de iniciativa do presidente da República, que cria o Fundo Social (FS), dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos, altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e dá outras providências.....	198		

Pág.	Pág.
transcurso do aniversário de criação do município, no dia 7 de março de 2010. Senador Arthur Virgílio.....	2
Requerimento nº 176, de 2010, que solicita voto de aplauso ao procurador-geral da Assembleia Legislativa do Amazonas, Dr. Vander Laan Goes, pelo seu correto parecer a respeito da redefinição do número de deputados federais por unidade da Federação. Senador Arthur Virgílio.....	2
Requerimento nº 177, de 2010, que solicita voto de pesar pelo falecimento do cantor Johnny Alf, um dos precursores da Bossa Nova, ocorrido em São Paulo, no dia 4 de março de 2010. Senador Arthur Virgílio.....	2
Requerimento nº 178, de 2010, que solicita voto de pesar pelo falecimento do cantor regionalista gaúcho Jader Moreci Teixeira. Senador Paulo Paim.....	61
Requerimento nº 179, de 2010, que solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 194 de 2009, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, de base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados ao plano de saúde contratado em benefício de empregado doméstico, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138 e 465 de 2008; e 115, de 2009, para que o mesmo tenha tramitação autônoma. Senador César Borges.....	236
Requerimento nº 180, de 2010, o qual solicita que o Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2009 que acrescenta o inciso XII ao artigo 48 da Lei nº 11,445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de estabelecer prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos”, seja apreciado, também, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), além da comissão constante do despacho inicial. Senador Roberto Cavalcanti.....	236
Requerimento nº 181, de 2010, que solicita a realização de Sessão Especial do Senado no dia 12 de abril de 2010, destinada a homenagear a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) pelo transcurso de seu 60º aniversário. Senador Paulo Paim.....	236
Requerimento nº 182, de 2010, que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nos fundos de pensão da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), da Fundação dos Economistas Federais (Funcep) e da Fundação Petrobrás de Seguridade Social	
(Petros), para investigar a aplicação de recursos destas entidades na Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop). Senador Alvaro Dias.	305
Requerimento nº 183, de 2010, que solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 149/2009, de autoria de Sua Excelência, dos demais projetos a ele apensados, de forma a retomar sua tramitação própria. Senadora Marisa Serrano.....	330
Requerimento nº 184 de 2010, que solicita a tramitação conjunta da Proposta de Emenda Constitucional nº 56, de 2009, com a Proposta de Emenda Constitucional nº 53, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Romero Jucá.	330
Requerimento nº 185, de 2010, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2009, por versarem sobre o mesmo assunto. Senador Romero Jucá.	330
Requerimento nº 186, de 2010, que solicita ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre a política fiscal do governo e as metas de inflação. Senador Marconi Perillo.	330
Requerimento nº 187, de 2010, que solicita ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, informações sobre os resultados dos programas Jovem Aprendiz e Projovem. Senador Marconi Perillo.....	330
Requerimento nº 188, de 2010, que solicita a inserção em ata de voto de aplauso ao Papa Bento XVI, que considerou abominável e hediondo o crime de pedofilia cometido por membros da Igreja Católica na Irlanda. Senador Magno Malta.....	330
Requerimento nº 189, de 2010, no qual Sua Excelência solicita licença dos trabalhos da Casa, no período de 9 a 11 de março de 2010, para participar como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), do “Seminário de Energia Fotovoltaica”, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, com ênus para o Senado Federal. Senador Cícero Lucena. .	331
Requerimento nº 190, de 2010, que solicita ao ministro da Saúde informações sobre a existência de respaldo científico e social que justifique a extinção da raça <i>Pit Bull</i> , a fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2008, que “dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários, possuidores e criadores de cães de guarda perigosos e proíbe a reprodução de tal raça”. Senador Eduardo Suplicy.	331
Requerimento nº 191, de 2010, que solicita ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre a existência de respaldo científico e social que justifique a extinção da raça <i>Pit Bull</i> , a fim de instruir a tramitação do Projeto de	

VIII

	Pág.		Pág.
Lei do Senado nº 300, de 2008, que dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários, possuidores e criadores de cães perigosos, e proíbe a reprodução de tal raça. Senador Eduardo Suplicy.....	331	Comentários sobre o descaso dos governos federal, estadual e municipal com a saúde pública no Brasil, em especial no atendimento às mulheres. Senador Cícero Lucena.....	160
SAÚDE			
Preocupação com a questão da saúde pública em todo o País e relato sobre realizações de Sua Excelência, como prefeito de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, para garantir a medicina preventiva e aperfeiçoar o setor. Senador Cícero Lucena.....	28	Discussão da Medida Provisória nº 469, de 2009, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta mil reais, para os fins que especifica. Senador Alvaro Dias.....	310
SENADO FEDERAL			
Aparte ao senador Cícero Lucena. Senador Arthur Virgílio.....	30	Apelo à Comissão de Assuntos Sociais para que realize a votação de matérias referentes à mulher, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Senadora Rosalba Ciarlini.....	343
Aparte ao senador Cícero Lucena. Senador Adelmir Santana.....	32		

Ata da 23ª Sessão Não Deliberativa em 5 de março de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Adelmir Santana e Cristovam Buarque.

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 6 minutos, e encerra-se às 13 horas e 45 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Brasília, capital da República do Brasil.

Estamos no Senado Federal da República, 9 horas e 6 minutos, 5 de março de 2010, sexta-feira.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Estamos representando a Presidência da Mesa Diretora que faz parte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que será realizada sessão especial, no dia 8 do corrente, segunda-feira, às 11 horas, destinada a comemorar o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, cujo tema será Economia e Vida, nos termos do **Requerimento nº 102, de 2010**.

A sessão de hoje é não deliberativa. É a oportunidade que os Srs. Senadores da República têm de fazer seus pronunciamentos.

Sem ferirmos o Regimento, o tempo é mais liberal para que aqui ressuscite o Senado dos tempos de Rui Barbosa e de Paulo Brossard, que fizeram pronunciamentos nesta Casa de três a quatro horas. Às sextas-feiras, então, os Srs. Senadores podem apresentar suas teses mais demoradas, representando os sentimentos e as necessidades do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado das Relações Exteriores que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 2/G/SGAPI/DPAD/DEMA/WAMAM ONU

Brasília, 1º de março de 2010

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

É com imensa satisfação que informo sobre a aprovação pela Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 24 de dezembro passado, da proposta brasileira de realização de conferência sobre desenvolvimento sustentável, no marco dos vinte anos de

realização a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). A AGNU decidiu organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 2012, e aceitou oferta brasileira para sediá-la no Rio de Janeiro.

2. O objetivo geral da Conferência será o de fortalecer o compromisso global com o desenvolvimento sustentável, por meio de documento politicamente focado sobre o tema. A oportunidade de assegurar o renovado compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliar a implementação dos resultados das principais Cúpulas ambientais e abordar desafios novos e emergentes está no cerne da Rio+20. Está prevista discussão entre outros temas, sobre a contribuição da “economia verde” para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e sobre a arquitetura institucional para o desenvolvimento sustentável.

3. Ressalta-se que a Rio+20 não representa apenas uma conferência, mas trabalho contínuo que tem no encontro internacional seu ponto culminante. O processo preparatório será definidor do sucesso da Rio+20 e exige fina coordenação nos âmbitos nacional, regional e global.

4. A escolha da sede no Rio de Janeiro representa decisão de alcance global para a cidade, o estado e o País. A oportunidade de sediar a Rio+20 que marca o fim de um ciclo de vinte anos de negociações ambientais e inaugura novo período de engajamento da comunidade internacional, enseja esforços comuns para garantir resultados positivos, por meio de participação democrática e estrutura logística eficiente. Certo de que compartilhamos o referido objetivo, coloco o Ministério das Relações Exteriores à disposição para conversações sobre o tema.

Atenciosamente, – **Celso Amorim**, Ministro das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O aviso que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2010

Requer Voto de Aplauso à população de Lábrea/AM, pelo transcurso do aniversário de criação do Município, no dia 7 de março de 2010.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à população de Lábrea, pelo transcurso do aniversário do Município, em 7 de março de 2010.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do Prefeito Gean Campos de Barros e, por seu intermédio, ao Vice-Prefeito Nelson da Silva Amud, ao Presidente da Câmara Municipal, aos Vereadores, ao Juiz de Direito local e ao Secretário Municipal de Administração, João Maia da Silva; ao Secretário de Bem Estar Social, Antonio Pereira Neto; ao Secretário de Saúde, Raimundo Agostinho M. Pequeno; ao Secretário de Educação, Jesus Batista de Souza; ao Secretário de Fazenda e Planejamento, Gerlando Lopes Nascimento; ao Secretário de Interior e Meio Ambiente, Gláudio Cavalcante Rebouças; ao Secretário de Esporte, Turismo e Lazer, Ormízio de Souza Leão; ao Assessor Jurídico, José Lourenço Gadelha e à Chefe de Gabinete, Luizamar Lopes Brito.

Justificação

Localizado na região sul do Amazonas, na microregião do Rio Purús, Lábrea foi fundada em 7 de março de 1881. Sua história remonta à fase áurea da borracha, época em que eram frequentes grandes levas de imigrantes nordestinos ao Estado do Amazonas. A maior parte do município é formada por densa floresta, com baixa densidade populacional, de apenas 0,4 habitante por quilômetros quadrado.

É, pois, merecido o Voto de Aplauso que proponho ao povo de Lábrea, em homenagem ao aniversário do município.

Sala das Sessões, 5 de março de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2010

Requer Voto de Aplauso ao Procurador-Geral da Assembléia Legislativa do Amazonas, Dr. Vander Laan Goes, pelo seu correto parecer a respeito da redefinição do número de Deputados Federais por unidade da Federação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Procurador-Geral da Assembléia Legislativa do Amazonas, Dr. Vander Laan Goes, pelo seu correto parecer a respeito da re-

definição do número de Deputados Federais por unidade da Federação e a consequente adequação nas Assembléias Legislativas dos Estados.

Requeiro, ainda que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Procurador-Geral da Assembléia Legislativa do Amazonas.

Justificação

Ao ensejo dos estudos e debates acerca da questão da redefinição do número de Deputados Federais por unidade da Federação, com a consequente aplicação dos critérios nas Assembléias Legislativas, merece elogios o teor do parecer exarado, em Manaus, pelo Procurador-Geral da Assembléia Legislativa do Amazonas, em que o Dr. Vander Laan Reis Goes conclui o assunto: “não é espécie alcançada pelo princípio da anterioridade eleitoral”. Nesse estudo, o ilustre Procurador sustenta que a adequação em tela deve ser somente ater-se ao censo do IBGE realizado em 2000, pelo que os ajustes deveriam ter vigência já para a Legislatura a se iniciar em 2011.

Pela contribuição que o Parecer oferece ao assunto, proponho este Voto de Aplauso ao Procurador-Geral da ALE, Dr. Vander Laan Reis Goes.

Sala das Sessões, 5 de março de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 177, DE 2010

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do cantor Johnny Alf, um dos precursores da Bossa Nova, ocorrido em São Paulo, no dia 4 de março de 2010.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, aos 80 anos de idade, do notável cantor e compositor brasileiro Johnny Alf, um dos precursores da bossa nova.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento dos familiares do artista.

Justificação

Reconhecido como um dos maiores intérpretes da música popular brasileira, faleceu em São Paulo, no dia 4 de março de 2010, o cantor Johnny Alf. Ele foi um dos precursores da bossa nova, ao lado de Dick Farney e Lúcio Alves. Suas composições refletiam as características da chamada classe média, cool. Ele tocava por cifra, com muita semelhança com os acordes do jazz.

Contristado pela morte de Alf, requeiro este Voto de Pesar, como homenagem póstuma ao grande compositor.

Sala das Sessões, 5 de março de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lido vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há oradores inscritos.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Sadi Cassol, de Tocantins, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de, se for possível, ser o primeiro orador, dado o horário do meu voo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Basta apenas a aquiescência do Senador Heráclito Fortes, que está inscrito antes.

O Senador Heráclito Fortes, na sua peculiar educação e desejo de servir, cedeu o lugar a V. Ex^a. V. Ex^a pode assumir a tribuna.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, o Senador Heráclito Fortes será logo após.

E como o tempo era do Heráclito Fortes, eu faço, em nome dele, do meu nome e no do outro Senador, o convite para a missa, hoje, que o povo cristão do Piauí vai celebrar, rememorando a vida do Padre Pedro, italiano de grandes serviços prestados à comunidade pobre da Vila da Paz, onde o Heráclito tem um sido um mecenas, um benfeitor, um defensor.

Quando governei o Estado, o serviço social, por intermédio de Adalgisa, legalizou os terrenos daquela área, e nós, Heráclito, continuando o trabalho de V. Ex^a, levamos para lá o Segundo Grau.

Com a palavra, o Senador Cassol.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, e ao Senador Heráclito pela oportunidade de usar a tribuna como primeiro inscrito devido ao meu compromisso de vôo para Tocantins, Palmas.

Mas fiz, há dias, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma busca de como anda o estímulo à economia solidária em nosso País. Gostaria de colocar alguns números que encontramos e que me chamaram a atenção.

Em 2009, deu-se continuidade à execução do Programa Economia Solidária em atendimento às principais demandas que emergiram na Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006, possibilitando o fortalecimento de Empreendimentos

Econômicos Solidários (EESs), por meio de acesso a bens e serviços financeiros, de infraestrutura, conhecimentos (formação, assessoramento e assistência técnica) e a organização de processos de produção e comercialização.

Em 2010, serão 532 agentes trabalhando em comunidades pobres rurais e urbanas nas 27 Unidades da Federação, abrangendo quilombolas, indígenas, desempregados dos grandes centros urbanos, entre outros. Esses agentes apoiam e acompanham mais de 680 empreendimentos econômicos solidários, que atingem mais de 45 mil trabalhadores.

Até o mês de abril de 2010, serão pesquisadas e registradas informações de 30 mil EESs, 1.200 Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento e mais de 300 políticas públicas de economia solidária. Cabe ressaltar que essas informações serão disponibilizadas no Atlas da Economia Solidária no Brasil, a ser divulgado em 2010.

Deu-se continuidade, também, à Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização de Economia Solidária, com programas de rádio, filmes e documentários, cartilhas, cartazes, folhetos e manual de formação de formadores e educadores. Já foi iniciada a veiculação de material de mídia da campanha (vídeo e programa de rádio), o que amplia o conhecimento e a adesão da sociedade às práticas do comércio justo e solidário e ao consumo consciente, com a valorização dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários. No último ano, foram formados mais 300 gestores governamentais das esferas federal, estadual e municipal, sendo 100 servidores federais do MTE, do BNDES, da Finep e de outros ministérios e órgãos públicos federais, os quais vêm desenvolvendo políticas públicas de economia solidária. No mesmo ano, foi iniciado um novo Plano de Economia Solidária para a qualificação de mais de 5,3 mil trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários, incluindo-se novos segmentos como a piscicultura, a agricultura ecológica e agentes do comércio justo e solidário. Foram, também, implantadas e iniciadas as atividades dos Centros de Formação em Economia Solidária, sendo quatro regionais (Nordeste, Centro-Oeste, Norte e Sudeste) e mais um Centro Nacional de Formação, que proporcionaram a capacitação de cerca de dois mil fornecedores e de gestores públicos que atuam com EESs em todas as Unidades da Federação. Em 2010, pretende-se proporcionar a consolidação dos atuais seis CFESs, proporcionando a multiplicação de fornecedores e de gestores públicos que atuam com Empreendimentos Econômicos Solidários.

Houve, também, uma significativa ampliação no número de incubadoras universitárias de economia

solidária. Até 2009, foram apoiadas 76 incubadoras de base autogestionária, recém-criadas ou em vias de criação, apoiadas pelo Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), beneficiando-se cerca de 600 EESs. No decorrer do referido exercício, foram apoiados novos projetos no âmbito do programa, beneficiando-se mais 67 programas e projetos de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

No ano passado, foram implementados Núcleos Estaduais de Assistência Técnica nos Estados do Rio Grande do Norte, São Paulo e Rio Grande do Sul. Para 2010, outros nove núcleos deverão ser implantados.

O Programa de Apoio de Projetos Produtivos Solidários visa disponibilizar recursos financeiros, para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis, que assumam os princípios da economia solidária. Em 2009, manteve-se o apoio a 33 Projetos Produtivos Solidários, com investimento total de cerca de R\$3 milhões na Região Nordeste e no norte de Minas Gerais.

Desses, nove projetos estão sendo implantados em áreas de abrangência dos Territórios da Cidadania nos Estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e no Piauí, do nosso Presidente.

Em 2009, foram ampliados e implementados novos bancos comunitários, com o apoio do Governo, por intermédio do MTE, tendo sido criados cinco novos bancos comunitários na cidade de São Paulo. Assim, o Projeto de Apoio a Bancos Comunitários, desenvolvido em parceria com o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia, já criou e apoiou mais de 45 bancos comunitários, de 2005 a 2009. Em 2010, pretende-se instituir o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, que visa organizar a comercialização e a certificação dos produtos e serviços da economia solidária. Além disso, serão envidados esforços para aprovar, no Congresso Nacional, o projeto de lei que regulamenta as cooperativas de trabalho, o que dará segurança jurídica a essa forma de organização, possibilitará a formalização de inúmeros empreendimentos econômicos solidários e criará o Programa Nacional de Fomento ao Cooperativismo de Trabalho. Pretende-se também realizar a II Conferência Nacional de Economia Solidária, consolidando-se esse importante espaço de discussão e participação social na construção da política pública de economia solidária.

O Banco Central do Brasil continua executando um programa para uma efetiva regulação e supervisão do Sistema Financeiro Nacional, com vistas a garantir a sua solidez, eficiência, confiabilidade e a defesa dos direitos dos cidadãos.

As principais ações de regulação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), executadas pelo Banco

Central, no período 2009/2010, são: o desenvolvimento de metodologia de acompanhamento da estabilidade financeira do Sistema, ante os pontos críticos observados no decorrer da crise econômica internacional; o aperfeiçoamento da metodologia de acompanhamento dos mercados; a adequação do processo de supervisão à implementação da Convenção de Basileia II; o aperfeiçoamento do processo de gestão da informação, incluindo-se a revisão/racionalização das informações coletadas das entidades supervisionadas.

Durante a crise financeira internacional, a supervisão a cargo do Banco Central esteve atenta aos impactos, realizando o monitoramento das condições de liquidez de cada instituição e produzindo informações tempestivas que subsidiaram a tomada de decisão por parte da sua diretoria colegiada. Além disso, com as alterações normativas adotadas nesse contexto, foi necessário verificar a sua adequada aplicação. A aplicação do conceito de supervisão continua ao longo do tempo, com a conseqüente construção de um canal de comunicação eficaz entre o Banco Central e a alta administração das instituições, foi fundamental para o sucesso desse esforço de gestão durante a referida crise.

Especificamente no que se refere às cooperativas de crédito, deve-se destacar a sanção da Lei Complementar nº 130, de 2009, que representa um grande avanço para a solidez do sistema cooperativista. A nova lei apresenta questões de organização do setor, consistentes com princípios corporativistas de transparência, expondo as boas práticas de governança temporária, possibilidade de diretoria contratada, entre outros. Além disso, eleva ao *status* de lei vários comandos presentes em disciplinamento administrativo, conferindo maior segurança jurídica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço a apresentação desses números em referência à economia solidária porque, quando Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia da capital Palmas, Tocantins, nós trabalhamos muito com os catadores de material reciclado. Nossa capital possui duas cooperativas formadas funcionando perfeitamente. Lá vivem centenas e centenas de famílias que não são de catadores de lixo – é bem diferente da economia solidária – e que fazem a reciclagem desse material todo.

Fizemos parceria com o Banco do Brasil e com a Fundação do Banco do Brasil e tivemos a possibilidade de construir grandes galpões para que esse pessoal pudesse trabalhar. Adquirimos, em parceria também com a Fundação do Banco do Brasil, veículos novos para transportar esse material. Conseguimos também, por meio do Prefeito Raul Filho, fazer a doação dos carrinhos para facilitar o trabalho desses catadores de

papelão e de material reciclável. Enfim, foram doados dezenas e dezenas desses carrinhos. Eles mesmos aprovaram o projeto do carrinho para o transporte e disseram como seria o melhor formato e o tamanho.

Portanto, foram parcerias muito bem feitas. Nós não temos, na cidade de Palmas, Tocantins, catadores de lixo, como se costuma dizer, vivendo em grandes lixões. Temos, sim, duas cooperativas organizadas onde se trabalham num projeto, numa organização, com um razoável lucro que dá para sustentar suas famílias.

Com certeza, há bons projetos pelo Brasil afora. Cada vez mais temos de incentivar esse tipo de emprego; não deixa de ser um emprego e renda. Claro que, se pudéssemos ter um outro sistema em que essas pessoas pudessem ganhar mais, seria ótimo. Mas ainda temos problema de emprego no País, e essa também é uma atividade digna – e não só para os catadores, a economia solidária funciona para artesãos, bordadeiras, doceiros em toda parte.

Quero parabenizar o Governo Federal por dar esse apoio, através do Banco do Brasil, à economia solidária no País.

Muito obrigado, Mão Santa.

Obrigado, Heráclito, por ter me concedido sua vaga para que eu falasse inicialmente.

Agradeço a todos. Um bom fim de semana. Até a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Senador Sadi Cassol, que representa o Tocantins e o Partido dos Trabalhadores.

Quero cumprimentá-lo, Senador Sadi Cassol. Vejo o documento de inscrição de V. Ex^a, que traduz esforço... Interessante! Mas é uma medalha estar enquadrado no art. 17, o que significa que falou muitas vezes na semana. Isso traduz o devotamento, o estoicismo e a bravura com que V. Ex^a representa o Tocantins.

Agora, convidamos para usar da palavra o Senador do Piauí, Heráclito Fortes, Líder do DEM, 1º Secretário do Senado da República que, com muita competência e muito estoicismo, enfrenta os problemas administrativos do Senado da República, atravessando um verdadeiro mar vermelho. Mas ele é um homem de muita fé, de devoção cristã. Ele é protegido lá dos santos, que já tinha, e agora tem um amigo no céu, que é o italiano Padre Pedro, que serviu aos pobres do nosso Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, dia 5 de março, o Governador do nosso Estado, Sr. Wellington Dias, completa 48 anos de idade, Senador Mão Santa. Quero, daqui desta tribuna, enviar a S. Ex^a o Governador do Estado os meus parabéns, os votos de felicida-

des pessoais, votos de que ele tenha uma longa vida pela frente, gozando de plena saúde não só pessoal, mas ao lado de sua esposa e de seus filhos, e dizer a quem a nós assiste que as nossas divergências não são pessoais; as nossas divergências são políticas.

Penso até que o papel que nós fazemos nesta Casa, Senador Mão Santa, de oposição aos desmandos do Governo, aos erros e às falhas, são pedagógicas. Imagine V. Ex^a se todos só dissessem amém, o que é que esse pessoal já não teria feito no Piauí. O Piauí já está de cabeça para baixo administrativamente, com os nossos protestos permanentes, com a nossa luta, imagine se houvesse nesta tribuna o silêncio. Daí por que é preciso que a população compreenda o papel importante de uma oposição. E um Estado que não tem oposição no Senado Federal é um Estado manco. Um Estado que não tenha no Senado da República quem grite, quem proteste é um Estado incompleto. É só se ver, estatisticamente, os Estados onde as bancadas, por conveniências ou convicções políticas, só dizem amém e se analisar o resultado desse trabalho: vamos ver que quem perde é o povo desses Estados.

É duro, é penoso; o ideal seria que nós estivéssemos aqui permanentemente a aplaudir o que é feito. Mas não podemos. Não podemos, não devemos e não foi para isso que fomos enviados para cá. Podem me faltar na vida algumas qualidades, jamais a da coerência. Fui eleito combatendo este Governo e tenho que cumprir com o meu papel, sob pena de não merecer o respeito dos piauienses. Não sou de viver pulando o muro, virando casaca, mas sim de sustentar e aguentar firme as conseqüências dos atos.

Mas, Senador Mão Santa, há um pesquisa hoje no *180graus* muito interessante. Diz o seguinte:

Nesta sexta-feira, dia 5 de março, o Governador Wellington Dias (PT) comemora aniversário de 48 anos de idade! Na sua opinião, qual seria o presente ideal para Wellington Dias marcar seus oito anos de mandato, dentre as obras paradas que nunca saíram do papel?

Aí vem a opinião do leitor – veja bem, Senador Mão Santa:

Porto de Luís Correia: 46,4%; Aeroporto de São Raimundo Nonato: 21,4%; Centro de Convenções de Teresina: 12,5%; construção de hidrelétricas no Estado: 10,7%; Parque Potycabana em Teresina: 8,9%.

São essas as obras emblemáticas que o Governador do Piauí prometeu, ao longo desse tempo, aos piauienses. Mas não vamos esquecer, talvez – e que não está aqui – a mais importante de todas que é a Transnordestina. A Transnordestina, Senador Mão Santa, é fundamental para o desenvolvimento econô-

mico do Estado do Piauí. Nós somos, hoje, a última fronteira agrícola, cujas terras são acessíveis aos investimentos empresariais. Nós saímos, em 15 anos, Senador Cristovam, de 40 mil toneladas de grãos para 1 milhão e 200 mil. E se não crescemos mais é por falta de infraestrutura.

A energia é caótica. Na cidade de Uruçuí, onde um polo industrial começa a nascer, comandado pela Bunge, a queda de energia é de até 11 vezes ao dia, paralisando um parque industrial que tem gerado riquezas para o nosso Estado. E a atuação do Governo do Estado, no campo da energia, tem sido uma balela. O Luz para Todos, que andou de maneira célere no Brasil inteiro, no Piauí capengou, por denúncias de corrupção, paralisação de obras. E, agora, às vésperas de pleitos eleitorais, alguns sindicatos, em nome de segmentos sociais, o que virou moda, estão indo a Municípios, com caráter exclusivamente eleitoreiro, prometer instalação de energia elétrica para os seguidores da cartilha dos que fazem parte da base governista.

Essa é uma denúncia seriíssima e que a Eletrobrás tem obrigação de mandar investigar. Essas denúncias nós vimos recebendo amiúde, e é preciso que o programa seja honrado pela sua própria razão de ser – luz para todos e luz não apenas para alguns.

Sr. Presidente, a malha rodoviária do Piauí tem sido um dos fatores que travam o escoamento da nossa produção. Nós precisamos, urgentemente, deixar de lado os famigerados programas de tapa-buraco, que são conhecidos como “projetos sorrisal”, pois não resistem às primeiras gotas d’água, e trabalhar numa estrutura de estrada de qualidade que suporte as carretas, cada vez maiores, transportando as nossas riquezas.

Senador Mão Santa, a Transnordestina será a grande transportadora de riquezas do nosso Estado e será também a base fundamental para que, no futuro – Senador Mão Santa, peço a Deus estar nesta Casa –, sem nenhuma conotação política, nós possamos votar a criação do Estado do Gurgueia. E nesse Estado futuro estará essa Transnordestina e a interligação dela com Petrolina. Dali a Recife é um pulo para a exportação de nossas riquezas.

A ligação da Transnordestina com o Maranhão e com o Ceará é uma necessidade básica. O Senador Cristovam, com seu sangue nordestino e o conhecimento geográfico, vai me dar razão.

Imagine o Piauí ligado por linha férrea, com transporte barato, levando as nossas produções e as nossas riquezas para Suape, para Pecém e para Itaqui. Geograficamente, será o Estado mais beneficiado por essa grande obra, mas estranhamente é o Estado que não é prioridade, por falta de imposição e de autoridade dos governantes locais.

Lá se colocou essa obra, Senador Cristovam, dentro do que chamamos de PPP – parceria público-privada. Só que a empresa vitoriosa, que não tem culpa por isso, não é uma das exploradoras do veio de minerais que nós temos numa região do Piauí, porque lá já está instalada a Vale do Rio Doce. Evidentemente, como empresa, como empresário, cada um escolhe e aguarda a melhor oportunidade.

Para ser justo com o Piauí era preciso que essa obra estivesse não só no PAC, mas fosse prioridade dele. Tivemos agora conhecimento de transações milionárias de terras localizadas nesse veio de minerais, envolvendo inclusive empresas multinacionais. Ora, se eles investem para o futuro, é porque têm garantia desse investimento através de pesquisa. Imagine V. Ex^a se a infraestrutura estivesse iniciada: esses investimentos seriam imediatos, e o Piauí não teria que correr contra o tempo perdido ao longo dos anos.

Senador Cristovam, com o maior prazer, concedo a palavra a V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Heráclito, falo aqui não só como Senador do DF, mas também como nordestino, como o senhor lembrou. O Brasil ainda não decidiu firmemente pagar uma dívida com o Nordeste, por um desenvolvimento que foi construído concentrando-se sobretudo nas regiões Sudeste e Sul do País. Há 50 anos a Sudene foi uma esperança; procurou um caminho que, no final, não trouxe os resultados que se esperava, apesar de estarmos melhores do que naquela época. Mas um dos pontos fundamentais que realmente faltou até hoje foi uma malha intranordestina de comunicações. Fico feliz ao ver o senhor falando exatamente sobre isto: como interligar os diversos pontos econômicos e demográficos do Nordeste. É comum, quando a gente quer ir de Recife a Teresina, ter que passar em Brasília. Já há algumas alternativas. Até poucos anos atrás, nenhuma. Mas até hoje está difícil uma rede intranordestina ferroviária, rodoviária, que já temos, mas melhorando a qualidade, porque não se compara com as que a gente tem no Sul e no Sudeste do País. E mesmo a malha aeronáutica intranordestina. Creio que essa é uma necessidade fundamental do Brasil inteiro. Mas, para concluir, quero dizer que o senhor tem razão. O papel dos Governadores é fundamental. Na época do Conselho Deliberativo da Sudene, a gente via a força que os Governadores da região tinham nas decisões do Brasil inteiro, como eles eram capazes de influenciar as decisões federais e trazer recursos e alternativas para o Nordeste. Creio que está na hora de reafirmar este conselho dos Governadores do Nordeste. Agora, para isso, eles têm que assumir de fato – Senador Mão Santa, o senhor que já foi Governador lá – que eles

são, primeiro, Governadores, cada um deles, dos seus Estados; depois, auxiliares do Presidente da República. É muito comum a gente ver o Governador se preocupar mais com o plano federal do que com o plano local; ser mais um representante do Governo Federal no Estado do que o representante do Estado junto à Nação brasileira inteira. Então, o chamamento que o senhor está fazendo, a meu ver, é perfeitamente procedente. Como a gente criar uma malha viária intranordestina que faça com que nossas populações e nossas produções se intercambiem sem necessidade de passar pelo Sul, Sudeste e agora até o Centro-Oeste. Finalmente, a ideia de que esse é o papel de cada Governador, de cada Estado do nosso Nordeste.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a, como sempre, faz apartes precisos, pontuais e que enriquecem um pronunciamento. Evidentemente que, se permitido fosse, eu ousaria inclusive pedir a inversão da fala. Eu seria o aparteante e V. Ex^a o orador, por um motivo muito simples: V. Ex^a tocou em dois pontos fundamentais.

Senador Mão Santa, estamos tendo no Brasil hoje uma fornada de Governadores tão subservientes ao Poder central que mais parecem aqueles Governadores indicados em período revolucionário e que ocupavam seus cargos sem nenhum voto. Estes, sim, deviam obediência, lealdade e submissão ao Palácio do Planalto. Agora, no regime democrático, com governadores eleitos pelo povo, não tem nenhum sentido, Senador Cristovam, o que se vê. No caso do Piauí, é gritante. E aí eu parabeno V. Ex^a, porque, ao reportar-se a esse fato, avivou-me a memória.

Nós chegamos aqui – e V. Ex^a nos ajudou nesse episódio – e inserimos uma emenda pela qual eram alocados recursos para um gasoduto ligando Ceará, Piauí e Maranhão, algo de fundamental importância. Foram aprovados no Orçamento os recursos a ele destinados, mas o projeto foi engavetado.

Ora, o Piauí hoje é um estado industrializado. Nós temos uma fábrica de bicicletas, por exemplo, que é a maior da América do Sul; nós temos a Bunge. Imagine essas indústrias usando gás natural, que é bem mais barato e menos poluente, e isso num momento – V. Ex^a foi a Copenhague – em que todos brigam e todos fazem discurso para combater a poluição e preservar o meio ambiente. E aí vem o mais grave: no meu Estado, estamos na contramão desse movimento, pois acaba de ser anunciada a possibilidade de uma termelétrica que usará como matéria o carvão do cerrado piauiense. É uma brincadeira, Senador Cristovam!

Mas V. Ex^a puxou também um outro assunto quando falou da Sudene – e aí é que eu reafirmo: transformou meu pronunciamento em aparte. Nada foi

mais positivo para o Brasil, nada foi mais positivo para o Nordeste do que a criação da Sudene, ainda que tenha havido falhas, desvios de recursos e desmandos. Aquela ideia de Juscelino, consagrada no famoso encontro de Salgueiro, na casa do velho Veremundo Soares, foi a redenção da nossa região.

Senador Cristovam, eu evoco um passado que nos enche de nostalgia. Felizmente ou infelizmente, V. Ex^a nasceu mais cedo que eu, mas somos de uma geração parecida. Estudante curioso, com vocação para a vida pública, eu – e acredito que V. Ex^a também – muitas vezes me dirigi para o auditório da Sudene na Dantas Barreto para assistir àqueles debates acalorados entre governantes nordestinos que se rebelavam contra a ação de governos, inclusive governos revolucionários.

O primeiro mal da Sudene, Senador Cristovam, foi trocar aquele prédio acanhado, apertado e abarrotado de burocratas por aquele suntuoso elefante branco que era o prédio da Cidade Universitária. Aí deixou-se de lado a objetividade e passou-se a viver de pompa e circunstância. A Sudene foi perdendo forças até se tornar moribunda. Mas veio outro problema, Senador Mão Santa e Senador Cícero Lucena, outro nordestino, testemunha do ocaso da Sudene...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a presença do Cícero Lucena, quero só dar um quadro do valor da Sudene. Lembro-me – V. Ex^a participou e, com a bancada, V. Ex^a nunca negou o seu apoio – de que nós tentávamos eletrificar o cerrado. Os meios técnicos e burocráticos estavam insensíveis. Ai, numa reunião da Sudene, quis Deus que estivesse ao meu lado o Ministro Cícero Lucena. V. Ex^a lá, Fernando Henrique já terminando a reunião, Cristovam. Aí me mandaram assinar uns projetos. Eram só açudes – o Piauí tem muita água e V. Ex^a sabe que lá há lagoas e rios. Aí eu me recusei e perguntei ao Cícero Lucena, que estava do meu lado: “Ministro, como é que nós interrompemos ele?” E ele me disse: “Tu é doido?” Mas ele me mostrou o botão. Olhe, Heráclito Fortes, eu nunca me esqueço: quando eu cutuquei o botão, o som que saiu era mais alto do que o da sirene do Senado, e o Fernando Henrique pensou que era porque a Petrobrás estava em greve e estava sendo invadida.

Mas quando ele viu que era eu, ainda atemorizado pelo fato de a Sudene estar sendo invadida pelos grevistas, ele disse assim: “Mão Santa, já que você quebrou o protocolo, fale”. Aí, naquele instante, pedi

o apoio de V. Ex^a à eletrificação do cerrado. Duzentos e trinta quilowatts, São João, Canto do Buriti...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eli-seu Martins.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É.

Aí eu fiquei blefando. O Presidente garantiu, deu a palavra. Rapaz, foi uma obra ligeira. Está lá. Então, era esse o quadro que queria trazer. Avalie a oportunidade de os Governadores pressionarem os Ministros e o Presidente da República – o Cícero Lucena não foi pressionado porque sempre ajudou o Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Mão Santa, quem não se lembra – e o Senador Cristovam testemunhou isso – dos debates naquele fórum entre Paulo Guerra, João Agripino, Monsenhor Gurgel, Virgílio Távora, Ernani Sátiro, José Sarney, Petrônio Portella, Helvídio Nunes? Foram homens que levaram as suas teses e os seus temas para a velha Sudene. Aliás, Senador Cristovam, como a Nova República deve à Sudene! Temos um amigo comum que pode muito bem testemunhar isso: Fernando Lyra. Várias vezes o Dr. Tancredo se deslocou para Recife, a pretexto de participar da reunião da Sudene, para começar a articular com os Governadores que para ali iam os primeiros passos da caminhada da Nova República.

E a Sudene era tão importante naquele tempo que Minas Gerais encontrou um jeitinho peculiar, mineiro, de desafiar a geografia nacional e se inserir no seu contexto. Forçou a barra e ganhou, legitimamente, esse direito. Depois veio o Espírito Santo, querendo também participar. E na Sudene entrou água.

A Sudene deixou lições positivas para o País, Senador Cristovam. Quero lembrar que o próprio Tancredo usou dois momentos da Sudene para seus atos finais como Governador de Minas. Dois momentos: o encontro de Montes Claros, que foi o seu último encontro como Governador – estávamos lá –, e um encontro da Sudene, Senador Mão Santa, em Parnaíba.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Tancredo Neves esteve lá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Cheguei lá com ele, chegamos juntos. Naquela época, eu era adversário... Veja como era o Tancredo, Senador Cristovam. Eu era adversário político do Governador Hugo Napoleão. Eu fui chamado, fui para Belo Horizonte e fiz o trajeto entre Belo Horizonte e Recife num avião da Líder com o Dr. Tancredo, com o Mauro Santayana, o Fernando Lyra e o Alfredo Campos, que era o seu suplente e tinha assumido o Senado.

Tancredo fez uma palestra no Instituto Joaquim Nabuco à noite e, de manhã, nós nos dirigimos para

Parnaíba, de Recife para Parnaíba. Antes, ele teve um encontro com Miguel Arraes para ajustar aquele mal-estar das frases anteriores. Dessa história V. Ex^a sabe.

Ao sobrevoar Parnaíba, à espera da decolagem ele bateu na minha perna e disse: “Qual é a sua relação com o Hugo?” Eu disse: “Pessoal, muito boa; politicamente, nem tanto”. Ele ficou calado. Quando o avião tocava a pista de Parnaíba, ele tocou novamente e disse: “Não mexa com o Hugo ou esqueça o Hugo, que nós vamos precisar muito dele”. Um ano e tanto antes, já era aquela costura, era a percepção do candidato que se dividia entre a candidatura indireta, que seria a dele, e a direta do Dr. Ulysses. Em qualquer das circunstâncias, aquela aliança seria fundamental para que atravessássemos do período da ditadura para a redemocratização.

Pois bem, essa Sudene, Senador Cícero Lucena, que a oposição de então e Governo hoje criticava Fernando Henrique de tê-la enterrado – e, aliás, foi um ato com o qual eu nunca concordei – anunciou, com pompa e circunstância, num encontro em Fortaleza, o seu renascimento; e, num gesto simbólico e demagógico, com a presença do Presidente da República, abraçaram aquele monstro, aquele prédio inútil na cidade universitária, simbolizando o seu renascimento.

Parece-me que, se nasceu, ainda está numa incubadora, precisando do oxigênio que é a sensibilidade dos homens públicos, porque se nós, nordestinos, dependermos da Sudene para sobreviver, ainda vamos ter que esperar muito.

Aquele abraço que, para mim, teve a simbologia da reencarnação não só do órgão de desenvolvimento, mas daquele velho fórum de debate, onde as divergências se transformavam em convergência e o produto daqueles acordos eram o desenvolvimento nordestino, precisa urgentemente retornar.

V. Ex^a tocou em um ponto – o Senador Cícero Lucena ainda não estava aqui – que eu quero chamar a atenção, porque é fundamental: a subserviência de Governadores brasileiros com o comando central do Governo. Parece até que foram nomeados e não eleitos pelo povo. Quando eu vejo o Governador do meu Estado baixar a cabeça ao levar um pito do Presidente da República, em público, eu sinto vergonha, eu sinto tristeza. Dizia o velho Ernani Sátiro: “Ninguém governa Governador”. Só quem governa Governador é povo.

Senador Cícero Lucena, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Eu vinha no carro, deslocando-me para cá, e já ouvia parte do pronunciamento de V. Ex^a, com a autoridade, sem dúvida, de quem viveu,

conheceu e lutou para que a Sudene correspondesse a todos os sentidos e objetivos para os quais ela foi criada. Não podemos deixar de reconhecer a importância da Sudene no planejamento estratégico do Nordeste, mas também não podemos deixar de identificar um fato que considero histórico. E V. Ex^a corrobora com isso nesse último detalhe que citou, no sentido de que a Sudene teve como objetivo maior ser um órgão de planejamento estratégico para o desenvolvimento, para o crescimento e a busca da justiça social daquela região. Obviamente que esse planejamento precisava vir acostado com instrumentos para que desse eficiência àquilo que fosse identificado como potencial ideal de investimento e de ações naquela região. Infelizmente – e podemos identificar isso historicamente –, com o advento da revolução, começou a prática de algo que, em época alguma, corrige distorções regionais, que é a influência de lideranças subregionais, vamos assim considerar. Então, de repente, viamos luta para a Superintendência da Sudene, porque cada governador achava que, ao indicar o Superintendente da Sudene, o seu Estado teria – e teve – volume de recursos muito superior aos demais Estados da região nordestina. E digo isso muito à vontade, porque a Paraíba, o Piauí – Estados não limites, mas irmãos em sofrimentos, em dificuldades, em desigualdade de tratamento – não tiveram a oportunidade de ver a Sudene exercendo seu verdadeiro papel. A briga, normalmente, ficava entre Bahia, Pernambuco e Ceará. A desigualdade na Região Nordeste foi criada em função do tratamento político eventualmente direcionado para esses Estados. O Maranhão teve força política e também se incorporou. Aí mais uma sabedoria mineira dos maranhenses: parte do Maranhão está na Sudam e parte do Maranhão está também na Sudene. Então, ao colocar essa necessidade, essa demanda de todos esses fatos relatados por V. Ex^a, fui testemunha, não como Ministro – como o Senador Mão Santa fez referência –, mas como Prefeito de João Pessoa, tendo participado, no início do Governo Lula, de debates no Rio Grande do Norte, em trabalho coordenado pela Dr^a Bacelar, de Pernambuco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Tânia Bacelar.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Tânia Bacelar, que estava coordenando a reabertura da Sudene.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Por indicação do Dr. Miguel Arraes.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Exatamente. E, no caminho – eu me encontrei com ela em outras oportunidades –, já se percebia o desencanto dela com a possibilidade de voltar à Sudene, remodelada,

renovada. Concordo com V. Ex^a também e não comungo com o ato da extinção da Sudene. Sem dúvida nenhuma, gerou-se uma expectativa. Foi, se não me engano, na sede do Banco do Nordeste, em Fortaleza, com a presença do Presidente Lula, que se anunciou a criação da Sudene, com governadores e eu, como Prefeito da capital do meu Estado, estava presente também. De repente, levantou-se um alento para que a Sudene viesse a ser recriada. Mas não a Sudene que, eventualmente, foi fechada; e, sim, uma Sudene moderna, uma Sudene ágil, uma Sudene que tivesse um papel importante e até aglutinador, já que os Estados, em função da deficiência desse órgão, também criou seus sistemas de planejamento e, o que é pior, totalmente voltados apenas para seus limites e não com a visão regional que precisa ter o planejamento dos Estados nordestinos. Embora tenhamos perdido esse tempo, acho que ainda é o momento para nós, da classe política, e para a sociedade, de um modo geral, retomarmos esse sentimento, rediscutindo a Região Nordeste, caso contrário vamos ter Estados, como já existem, com refinarias, como Pernambuco – há perspectivas de uma refinaria no Maranhão, o que, sem dúvida alguma, é um instrumento indutor do desenvolvimento regional –, enquanto o Piauí não tem nem uma, o Rio Grande do Norte já tem, e o Ceará, com certeza, lutará pela sua. Também poderemos ter siderurgias montadas onde não há matéria-prima e usina nuclear, como estão falando que vão instalar no Nordeste, sem o critério regional. A Paraíba, por exemplo, produz matéria-prima, mas não está no planejamento que tenha usina nuclear. Enfim, vai continuar a existir essa distorção enquanto não houver um órgão de planejamento, usando não necessariamente apenas seus instrumentos de financiamento, mas sendo um aglutinador e um catalisador de outros instrumentos de desenvolvimento a exemplo do Banco Nordeste e de tantos outros que podem colaborar com um projeto em favor do Nordeste e do nordestino. Está claro que o nordestino tem capacidade de trabalho, tem inteligência e o que ele quer é a chance do tratamento de desenvolvimento. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Cristovam, vejo V. Ex^a, vez ou outra, cobrar aqui a falta de oportunidade de debates nesta Casa. V. Ex^a tem ampla razão, daí por que eu simpatizar muito com a sexta-feira. Essa sexta-feira, que nós chamamos, às vezes, de sexta-feira sem lei, nos permite debates dessa natureza e divagações históricas interessantes.

A Sudene, em determinado momento, foi descoberta como a galinha dos ovos de ouro por empresas

do Sudeste. E aí a esperteza da maioria de bancadas, a superioridade dessas bancadas modificou a sua estrutura de funcionamento e criaram o maior assassino da Sudene, que foi o famigerado 3.418, de que V. Ex^a se lembra.

Veja bem, para capitalizar uma empresa do Nordeste, tinha-se que comprar ações de uma empresa do Sul. Assim, terminava-se fortalecendo a empresa do Sul, que vendia suas ações. E aí criaram um mecanismo malandro no qual se compravam ações e vendiam-nas por um preço que não valiam, sacrificando quem se iniciava num projeto. Era um dos aspectos.

O outro era que empresas instaladas no Sul pegavam suas fábricas obsoletas e transferiam-nas para o Nordeste colocando placa nova. Quem não se lembra, por exemplo, Senador Cristovam, da instalação, em Jabotão, da Willys-Overland, que resolveu começar a fabricar ali o jipe Willys, que batizou de chapéu de couro, quando ele já estava saindo de linha.

Uma outra empresa da linha branca maquiou uma fábrica e botou lá uma geladeira chamada Kelvinator, que era um subproduto do que não existia mais. E por aí foi. Mas, com tudo isso, ela serviu de suporte para uma estrutura de consolidação nordestina que nos falta neste momento.

Outro aspecto que V. Ex^a citou é a falta de zelo dos governantes com relação ao bem-estar da população no que diz respeito à malha aérea. Agora mesmo a gente vê os jornais anunciando a liberação de linhas de *slots*, que significa pouso e decolagem, no Aeroporto de Congonhas, para beneficiar as grandes empresas. Mas este Governo, que, por força judicial, libera essa linha, não obriga, por exemplo, Senador Cristovam, que uma dessas companhias beneficiadas restabeleça a linha aérea entre Teresina e São Luís. Hoje, Senador Cristovam, para você ir de Teresina a São Luís, ou vice-versa, ou vem via Brasília ou vai para Fortaleza e fica esperando quatro horas num aeroporto. Não tem sentido. O Estado, que quer interferir em tantas coisas, não interfere numa questão dessas, banal. A Vasp, durante anos e anos, tinha o saudoso voo 282/283, que ia e voltava, sempre lotado. E, naquela época, a frota aérea brasileira era um terço do que é hoje.

Não se justifica isso. Falta de autoridade de governante, falta de pressão. É o que V. Ex^a disse: os governantes aprenderam a dizer amém ao Poder Central.

Vou dar um exemplo aqui. Eu era Deputado Federal, 1º vice-Presidente da Câmara e do Congresso. O Senador Freitas Neto, do meu Estado, tinha apresentado aqui um projeto para extensão das ações da Codevasf ao Piauí. Codevasf, geograficamente, estava restrita às ações da região da bacia do rio São Francisco, e a própria sigla já a definia. O Senador,

de maneira pertinaz, de maneira obstinada, entrou com o projeto. Naquela época, falava-se, inclusive, na transposição do São Francisco com o Parnaíba, até porque a situação geográfica é propícia. O projeto foi aprovado no Senado e seguiu para a Câmara, onde ninguém ousava nele mexer para não contrariar Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Então, eu passei a fazer um trabalho de formiguinha, começando por onde devia começar, que era o Estado que apresentava teoricamente maiores resistências, a Bahia. Conversei com o Senador Antonio Carlos e com um Deputado que, além de muito atuante, era da área, era do setor, tinha sido presidente da Chesf, o José Carlos Aleluia, que exercia uma liderança muito grande na bancada naquela época. Depois disso, conversamos com as demais bancadas. O projeto foi aprovado, o Presidente Fernando Henrique o sancionou.

Aliás, é um bom exemplo, Senador Mão Santa, porque o então Deputado Wellington Dias, embora sendo do PT, participou daquela solenidade, foi ao Palácio. E hoje se pode constatar os benefícios que a Codevasf vem trazendo ao Piauí. São poucos, gostaríamos que fossem mais, mas são benefícios efetivos, e aí de nós se não estivéssemos contando com esse órgão que, muitas vezes, tem sido desvirtuado para uso político – mas essa fase passa e a sua presença ficará.

De forma que o objetivo do meu discurso hoje era parabenizar pessoalmente o Governador Wellington Dias pelos seus 48 anos de idade. Aliás, ele deve estar frustrado, porque durante meses anunciaram a presença do Presidente Lula para apagar, ao seu lado, as velinhas. Pela quarta, quinta, sexta vez, nem sei mais, o Presidente Lula adia a sua ida ao Piauí. E ele vai apagar, deve estar apagando várias velas, vários bolos – a gente sabe, Senador Cristovam, como é o poder nessas coisas.

Mas eu faço uma pergunta para a reflexão do próprio Governador e dos piauienses: o que o Dr. Wellington Dias tem para comemorar no dia de hoje? Após sete anos e meio de governo, às vésperas de uma decisão, que é de ficar no cargo e tocar até o fim o seu mandato, ou de se desincompatibilizar para disputar uma eleição, o que ele tem a comemorar? Um Estado quebrado, a sua base dividida, a promessa feita a pelo menos quatro correligionários de base de que seriam o seu substituto.

Eu imagino o drama e a aflição que S. Ex^a passa pelo dia de hoje. Espero e quero crer que o maior conforto que ele tenha, neste dia de hoje, é estar cercado pela sua família, já que é um homem de casa, é um homem do lar, tem virtudes. Porque ele sabe que está cercado de interesses momentâneos, de puxa-sacos,

de falsos amigos, e o poder está chegando ao fim. O que era doce quase acabou.

Senador Cristovam, ouço-o com o maior prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, eu quero voltar – além de mandar também os parabéns ao meu amigo Wellington, o Governador – ao que V. Ex^a falou há pouco da sexta-feira em que a gente tem tempo de divagar historicamente. Quero lembrar um fato importante, relacionado ao que V. Ex^a já falou sobre Tancredo Neves. Nesta semana, quando nós fizemos aqui a comemoração do centenário Tancredo, eu fui o 28º a falar. Não tinha mais nada a dizer depois de tudo o que havia sido dito. Eu me concentrei na relação do Dr. Tancredo Neves com o Nordeste. Aí tive a lembrança de que, no dia 15 de março, creio, que era a posse dos governadores recém-eleitos – isso em 1983 –, meu amigo Fernando Lyra, com quem tenho uma relação muito especial e sempre tive – naquela época, eu, um simples professor da Universidade de Brasília, mas ele me ouvia, para minha honra, sobre muitas coisas –, um dia me chamou para conversar e disse que ele não iria à posse do Montoro, para onde caminhavam todas as forças ditas de esquerda; ele iria à posse do Dr. Tancredo, porque ele começava a achar que a saída do regime militar não viria pela eleição direta, mas era possível conquistá-la por meio de uma grande negociação nacional, incluindo todos, pela eleição indireta e que o nome era Tancredo Neves. Ele foi e voltou, e tivemos uma conversa longa sobre o que já se imaginava, como o senhor mesmo disse: o voo que fizeram juntos. Isso deve ter sido antes de 1985, uns dois anos. Ele já estava trabalhando, e falei, nessa conversa com Fernando Lyra, que uma das coisas que seriam importantes para a campanha do Dr. Tancredo, para o projeto de governo dele, seria retomar o desenvolvimento do Nordeste. Entretanto, eu dizia que já não dava mais para ficarmos presos apenas ao que Celso Furtado havia elaborado trinta anos antes, que as coisas haviam mudado, que o projeto alternativo para o Nordeste já não era mais aquilo que estava elaborado pelo famoso grupo de trabalho do qual Celso Furtado participou e que o Dr. Tancredo tinha toda a legitimidade para apresentar uma proposta alternativa, já que, como o senhor lembrou, Minas Gerais fazia parte e era o único Estado da Sudene que tinha um governador que não era da Arena naquela época. Ele era o único! Na viagem seguinte do Dr. Tancredo a Brasília, o Fernando Lyra me levou para conversar com ele. Apresentei a ele o que eu achava que podia ser feito, como seria e quais as linhas. Lembro que ele chamou um ajudante de ordens e pediu que anotasse...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Coronel Fourraud.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Pronto; era um Coronel da PM. Tancredo pediu que anotasse, porque, no dia seguinte, ele iria falar. Eu havia dito a ele que achava que devia ser feito um trabalho novo, como aquele que Celso Furtado havia feito, obviamente coordenado em Minas Gerais, e sugeri a fundação, que era dirigida pelo que depois veio a ser Ministro, o Aluísio...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pimenta.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Aluísio Pimenta, que era meu amigo...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Minha cabeça ainda está boa, Senador Cristovam!

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – (...) com quem eu tinha trabalhado em Washington, no Banco Interamericano. Ele anotou, e saí dali, do Hotel Nacional, certo de que nunca mais eu ia escutar falar outra vez do assunto. Pensei: esse homem está pensando é na campanha dele; não vai levar adiante nenhuma sugestão. No outro dia, eu estava na Universidade de Brasília, na minha sala de professor, e me avisaram que tinha uma chamada – o telefone era longe, não tinha telefone e não tem telefone em sala de professor. Fui atender e disseram: “Aqui é da Vasp; tem uma ordem de passagem para o senhor ir a Belo Horizonte”. Dali a pouco me ligou o Aluísio Pimenta. Marcamos uma reunião para poucos dias depois, Senador Cícero, e aí criamos um grupo, em que havia quatro nordestinos – eu disse a ele que era importante – e quatro mineiros: eu próprio, a Tânia Bacelar, Dirceu Pessoa, que depois veio a falecer naquele avião com...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Marcos Freire.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Marcos Freire; e Leonardo Guimarães. Elaboramos um documento, que se chama *Reexame da Questão Nordestina*. Esse documento, de cujos exemplares ainda hoje tenho um, foi impresso, e o Dr. Tancredo levou e apresentou aos governadores na reunião de Montes Claros, dizendo: “Aqui está a minha proposta para meu governo”. Creio que aquilo mostra, primeiro, a sensibilidade do Dr. Tancredo para o Nordeste; segundo, a sensibilidade política de perceber a importância do Nordeste e dos governadores que ele precisava conquistar para ter voto no colégio eleitoral; terceiro, que ele tinha uma visão, Senador Mão Santa, do desenvolvimento do Nordeste diferente daquela anterior, mais moderna, uma visão que previa mais do que simplesmente o 34/18 para dar dinheiro aos empresários para investirem em indústria e agricultura. Acho que esse documento deveria ser

ressuscitado juntamente com a Sudene, de verdade, não apenas a intenção, como vem sendo falada. O Nordeste tem quadros para fazer isso; o Nordeste tem acúmulo de conhecimento suficiente para uma proposta alternativa, inclusive, que não se tenha aquela ideia anterior de adaptar a natureza a um projeto econômico, mas que se faça um projeto econômico adaptado à realidade da natureza. Há lugares onde não vamos poder ter a mesma agricultura que se tem no Sul; há lugar onde não vamos poder criar a mesma quantidade de bovinos que se cria no Centro-Oeste. Há que ser outras experiências, outros projetos, outros produtos. Creio que seu discurso permite trazer essa lembrança, como o senhor disse, essa divagação histórica, mas também olhar para frente, para tirar lição disso aí e descobriremos uma forma para pressionarmos a solução. E aí, digo: aqui tem bancada de parlamentares de relação com quase todos os países – eu mesmo faço parte de diversas bancadas. A gente precisa ter uma bancada dos que defendem o Nordeste; não só dos que são do Nordeste, necessariamente...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Claro!

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – (...) porque há muitos parlamentares de fora do Nordeste que têm a posição clara da necessidade de quebrar a desigualdade regional...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – E sabe que o Brasil precisa do Nordeste.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Sim; porque sabe que o Brasil precisa do Nordeste. A gente precisa criar uma bancada forte, de preocupações com a desigualdade regional, se não quisermos falar apenas do Nordeste, até porque o Norte também tem necessidades desse tipo. A gente precisava criar uma bancada de parlamentares vinculados à luta para quebrar a desigualdade regional no Brasil, e o caminho, no caso do Nordeste, sem dúvida alguma, é a Sudene, mas uma Sudene de verdade; não uma Sudene apenas ilusória, como o senhor mesmo disse, para dar a impressão de que está sendo feito. Então, as sextas-feiras trazem essas vantagens para nós, para divagarmos, mas também para formularmos embriões de saídas para os problemas que vivemos; e a desigualdade regional é um problema fundamental.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço, mais uma vez, esse aparte, e V. Ex^a me faz voltar à memória um episódio exatamente sobre o Dr. Tancredo e a maneira como ele encarava o Nordeste e a Sudene.

Já eleito, começou aquela discussão sobre a elaboração do seu Ministério: ministro dali, ministro acolá, fulano pra cá. Um dia – Fernando Lyra presente –, es-

távamos conversando, e falou-se sobre o Ministério do Interior, um nome para o Ministério do Interior. E havia uma pressão muito grande de bancadas nordestinas querendo ocupar aquele Ministério.

Aí ele disse o seguinte: “Para este lugar, quero uma pessoa minha. Eu não posso ter [Senador Cristovam] um ministro que seja indicação política”. Aí, citou que, para a Fazenda, para a Casa Civil e para o Ministério do Interior, ele queria alguém da cota dele. E Fernando Lyra, muito esperto, conhecendo Tancredo profundamente, vira-se para ele e diz: “Então, é Ronaldo Costa Couto, não é?” Aí, ele se vira e diz: “Está no rumo”. Aí disse: “O senhor quer que se faça uma pressão política, um abaixo-assinado?” Ele disse: “É tudo o que não quero, porque quero que seja um ministro meu, porque o Nordeste será a espinha dorsal do meu governo. O Nordeste, temos que entendê-lo e temos que recriá-lo através da Sudene”. E isso era exatamente a consequência do documento que V. Ex^a muito bem lembra aqui. Infelizmente, os fatos ocorreram, e não tivemos oportunidade de ver a ação do Dr. Tancredo com relação ao Nordeste; só sei que ele tinha muito carinho por ele.

Senador Mão Santa, vou lhe contar um episódio. Íamos de avião ao comício, ou melhor, ao encontro do Tancredo no Piauí. E, nesse voo, ia também Franceflino Pereira, Alberto Silva. E, de repente, ele me pergunta: “Como é que está Oeiras?” Eu disse: “Oeiras está bem”. Ele ainda: “E Floriano?” Eu disse: “Ah, Floriano...” E ele lembrou do nome de duas pessoas: um funcionário do Banco do Brasil e outra pessoa lá de Floriano. Aí, eu disse: “E, aí, Dr. Tancredo?” Ele disse: “Ah, meu filho, você não sabe. Eu vim muito ao Piauí como advogado. Comecei a ganhar algum dinheirinho na advocacia defendendo uma questão de uma família mineira num caso de herança que corria entre Floriano e Oeiras, e me ajudou muito o dinheiro que eu ganhei nessa questão para comprar a primeira casa.” – ou uma casa em Belo Horizonte, desse detalhe não me lembro. Mas era um homem que conhecia perfeitamente, e com muitos detalhes, o Nordeste, conhecia as entranhas nordestinas. Pelas funções que ocupou no Banco do Brasil e por tudo, ele tinha uma visão que V. Ex^a rememora muito bem.

Bom, eu vou finalizar e volto apenas ao ponto inicial. A pesquisa de hoje, Senador Mão Santa, pergunta o que o Governador Wellington Dias gostaria de entregar ao povo do Piauí hoje. Aí, 46% fazem opção pelo Porto de Luís Correia.

Sabe V. Ex^a, como parnaibano e, acima de tudo, como autor das emendas que carrearam recursos para o Porto de Luís Correia, que sequer as emendas de V. Ex^a foram liberadas e que esse porto, que con-

sumirá milhões e milhões, não recebeu sequer R\$10 milhões.

Ele está lá parado, com uma empresa botando um homem-rã para mergulhar; quando vem a imprensa, ela bota três ou quatro máquinas, e o povo do Piauí sendo enganado, até porque, para que o porto tenha o seu sentido econômico e social, é preciso que se refaça a ligação ferroviária entre Teresina e Luís Correia. Parnaíba, Senador Mão Santa, precisa ter uma oportunidade de reencontro com a sua pujança econômica. E o que falta? Transporte barato.

Em segundo lugar, o aeroporto de São Raimundo Nonato, com 21%. Anunciaram como aeroporto internacional, mostraram fotografias de uma casa de passageiros mais suntuosa que muitas casas de passageiros de aeroportos da Europa, fizeram uma pista de 1.600 metros sem balizamento noturno, uma obra inacabada.

O Centro de Convenções de Teresina, com 12,5%. Não é obra nova. O Centro de Convenções de Teresina é uma obra construída no Governo de Dirceu Arcoverde. E, aí, eles anunciaram um centro de convenções novo, com um projeto do filho da Tomie Ohtake, que chegou a trabalhar nessa direção, e está lá a obra paralisada. Os servidores fizeram greve porque não receberam o salário.

São só pau, pedra e pó por trás dos tapumes, e o Piauí sem ter onde receber os visitantes que querem discutir o nosso futuro. Não temos uma sala em condições de receber os que querem discutir o Estado.

Construção de hidrelétrica, 10%. Prometeram – o Senador Mão Santa é testemunha, mais do que ninguém, dessa promessa – cinco hidrelétricas. Não se começou sequer uma; e o mais grave: não se teve a coragem de determinar o início das obras da barragem de Castelo, que, além de gerar energia, estabilizaria a situação do rio Poti, evitando as enchentes.

O Parque Potycabana – este fato é mais grave. Esse parque estava entregue, Senador Cícero Lucena, ao Senac. Havia um comodato, e o Senac o estava administrando muito bem. O Governador, por questões políticas, tomou-o do Senac e deixou a obra paralisada. Por um azar da natureza, as enchentes derrubaram uma parte do seu muro de contenção, e o Potycabana, que era um local de encontros, um local de realização de festividades, um centro de lazer do teresinense, concebido por Alberto Silva, inclusive com piscina de ondas e outras sofisticações, está lá, parado.

E, aí, eu pergunto: 48 velinhas completa, hoje, o Governador – e eu repito os meus parabéns –, mas vai comemorar o quê? O piauiense, tenho certeza, começa a abrir os olhos para as promessas feitas e não

cumpridas. Até parece que o Governador não está a terminar o seu mandato, mas a iniciar outro.

Isso tudo é muito lamentável, Senador Mão Santa, porque o povo do Piauí é quem paga o preço. Aconteceu comigo, finalizando, e aconteceu com V. Ex^a.

Ouviu, Senador Cristovam? O Presidente Lula, certa vez, encontrou-se comigo e repetiu a mesma coisa que disse ao Senador Mão Santa: “Cuide do meu menino”. O menino do qual ele pedia para cuidarmos era o Wellington Dias, Governador do Piauí no seu primeiro ano.

Ora, se ele me pedia para cuidar e pedia ao Mão Santa para cuidar daquele menino, eu saí dali com a convicção de que o próprio Presidente cuidaria do menino dele, o Governador do Piauí. E, ao cuidar desse menino, o grande beneficiado seria o Estado, com obras e com realizações. Qual nada! Esqueceu-se e transformou aquele filho querido, aquele menino, num triste menor abandonado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Brilhante pronunciamento, Senador Heráclito Fortes, num verdadeiro debate, cujo ponto alto foi o renascer da Sudene.

Eu quero dar o testemunho da importância, Senadores Cristovam Buarque e Heráclito... Além daquelas reuniões que o Cristovam trouxe aqui ao debate, com mensagens aos Governadores, ele girava nos Estados. Então, eu fui o último a presidir a última reunião na cidade de Parnaíba. Está ouvindo, Heráclito? Seguindo o exemplo daquela que teve lugar anteriormente, com a presença de Tancredo Neves, conforme o Heráclito citou, no Governo Hugo Napoleão, eu fiz em Parnaíba. Isso era tão proveitoso que lá, Heráclito, motivou-se a ter incentivos: a fábrica de cimentos do Piauí, que está localizada na cidade de Fronteiras; a Bunge, a multinacional de alimentos, hoje localizada em Uruçui; a fábrica de bicicletas do Claudino; a fábrica de castanhas Europa. Então, realmente, foi uma grande perda para o Nordeste.

Senador Cristovam Buarque, quando a Sudene iniciou, com relação à diferença de salários regional, havia dois Brasis: o do Sul e o do Nordeste. E, no Nordeste, como disse o Cícero Lucena, dois Nordestes: o rico (Bahia, Pernambuco, Ceará) e o pobre (Paraíba, Piauí, Maranhão e Alagoas). Então, a diferença entre os salários era de uma vez, do Sul para o Nordeste, e, lá no Nordeste, a metade. Então, do maior para o menor era de quatro vezes.

Eu quero dizer: a diferença de salários entre as cidades de São Paulo e as do Maranhão era de oito vezes. Lamento informar que essa distância salarial aumentou. Hoje, a renda *per capita* maior é a da ilha

aqui da riqueza, Brasília, e a menor continua sendo a do Maranhão e do Piauí. E a diferença não é mais de oito vezes, mas de dez vezes – lamentamos informar. Aquele sonho de Juscelino Kubitschek, que foi Brasília, sua grande obra para interiorizar o País, parque industrial no Sul e a Sudene, para tirar esse desequilíbrio social e salarial...

Convidamos agora para usar da palavra o orador inscrito professor Cristovam Buarque. Ele é Senador pelo Distrito Federal e representa o PDT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, pergunto se o Senador Duque, que talvez tenha de viajar, não quer falar antes. Da minha parte, não tenho nenhum problema, porque fico aqui em Brasília.

Sr. Presidente, sei que uma das regras fundamentais é não falar de mais de um tema no mesmo discurso, para que as pessoas se lembrem do que foi dito. Mas o processo que vivemos vai tão rápido que é impossível nos concentrarmos em apenas um ponto. Vou falar, portanto, de dois aspectos. Primeiro, não posso deixar de dizer do que aconteceu ontem com a decisão do Tribunal de manter o Governador José Roberto Arruda ainda preso. Segundo, da decisão da Câmara Legislativa de abrir o processo de *impeachment*.

A abertura do processo de *impeachment* por dezenove votos a zero, com a ausência de cinco Deputados – todos os presentes votaram a favor –, creio, é um passo importante no resgate da importância que pode ter a Câmara Legislativa na solução do problema que nós atravessamos.

A melhor maneira para enfrentarmos este problema hoje é termos um governador que seja capaz de fazer um corte, que seja capaz de fazer uma mudança, indicando, com clareza, à opinião pública o que houve e como não vai se repetir. Ao mesmo tempo, é fundamental que esse governador faça isso com credibilidade.

Uma maneira, sem dúvida alguma, seria uma intervenção, desde que o Presidente da República escolhesse um interventor que passasse essa credibilidade e não a partidarização, por exemplo. Mas outra saída, que juntaria a legalidade de a própria cidade decidir o seu futuro com a confiança do seu povo nesse futuro imediato, era que a Câmara Legislativa elegeisse indiretamente, como preveem as regras, um governador que tenha a cara, as mãos, o jeito de um interventor, mas escolhido pela própria Câmara Legislativa do Distrito Federal. Seguiríamos a legalidade, sem necessidade de interferência externa, porque o interventor não será ilegal; se o Supremo decide, é dentro da legalidade. Não será antidemocrático, porque cumpre a Consti-

tuição. Mas quebrará essa legitimidade e quebrará a importância da decisão pelas forças da cidade.

Eu tenho escutado alguns dizerem até que o povo do Distrito Federal não deveria ter direito de eleger os seus representantes. Mas e nos outros Estados? A gente vai cortar o direito sempre que um governador cometer falhas graves? Por que só o povo do Distrito Federal não teria direito? Por que errou em algumas escolhas? Vamos olhar os outros Estados para ver se eles foram tão corretos assim no passado!

É preciso dar uma chance ao povo do Distrito Federal e à legalidade e, ao mesmo tempo, que essa oportunidade passe confiança. A saída seria a escolha por eleição indireta, como se prevê nas regras, de alguém que faça o trabalho que um interventor faria, uma pessoa que não seja comprometida com nenhum partido, que não seja comprometida com nenhum grupo e que tenha a maneira de agir de quem quer de fato dizer tudo, para que nada fique escondido.

Isso, entretanto, vai exigir que o Governador José Roberto Arruda entenda que talvez seja hora de ele perceber que o cargo precisa ficar livre. Não precisa esperar que haja *impeachment*. Ele pode dar início a esse novo momento que a gente vai viver se ele, por vontade própria, renunciar ao cargo e se a Câmara, por vontade própria, por sentimento, por consciência, escolher corretamente aquele que vai, até o final deste ano, governar o Distrito Federal.

Por isso fica aqui a minha esperança de que nós possamos encontrar uma saída que tenha credibilidade na opinião pública brasileira, que parta da própria Câmara Legislativa e que conte para isso com a opção do Governador José Roberto Arruda. Não vejo outra saída neste momento: um novo Governador escolhido, mas com a função clara de fazer todas as auditorias necessárias, de fazer a revisão do Plano de Ordenamento Territorial, sobre o qual pesam suspeitas muito fortes. Que ele crie um conselho de personalidades desta cidade, de representantes da sociedade, com que ele debateria, discutiria e pelo qual seria assessorado.

Mas eu disse que não dá para falar só em um tema, no mundo de hoje, com tanta velocidade como as coisas acontecem. E nesses últimos dias, o projeto do Senador Tasso Jereissati, que dá um incentivo adicional aos filhos das famílias com Bolsa-Família foi muito debatido. Eu quero vir aqui declarar o meu apoio a essa proposta.

O Senador Tasso Jereissati não está propondo tirar benefício, está propondo acrescentar um benefício, e um benefício vinculado à escola e não ao estado de pobreza da família. Esse é um avanço no Bolsa-Família.

Eu, pessoalmente, com um projeto que apresentei, que passou pelo Senado de uma maneira até muito discreta e está no final da discussão na Câmara, e que, inclusive, aparentemente, Senador Cícero, está parado no final e vão arquivar, propõe mais ou menos o mesmo que o Senador Tasso Jereissati propôs, com uma diferença: em vez de o dinheiro ser entregue a cada ano, esse dinheiro seria depositado numa caderneta de poupança. Em vez de a pessoa, a criança e a família receber esse dinheiro todo ano, como incentivo, esse dinheiro seria mantido numa caderneta de poupança até o final do curso secundário da criança.

Podemos até fazer um pequeno ajuste como eu fiz no Distrito Federal quando Governador. Porque, como é muito demorado esperar pelo final do segundo grau, aqui a gente tinha esse programa, as famílias da Bolsa Escola recebiam um salário desde que a criança não faltasse à aula; faltou três dias por mês, não recebia. Agora, além disso, no final do ano, a gente depositava um dinheiro numa caderneta de poupança. A ideia era que só recebesse no final do segundo grau. Pelo menos essa foi a concepção que eu elaborei num documento que eu escrevi ainda quando professor apenas da Universidade de Brasília. Na hora de executar, fizemos um ajuste: a criança receberia metade do depósito quando terminasse a quarta série do ensino fundamental. A outra metade ficava. E continuava-se o depósito. Tirava-se outra vez a metade quando terminasse a oitava série, a metade continuava. E tirava tudo quando terminasse o ensino médio.

Esse foi um projeto, Senador Cícero – e eu lhei aqui a pouco o aparte, com muito prazer –, executado durante três anos aqui, no Distrito Federal. E depois parou. Eu apresentei esse projeto e passou com algumas dificuldades no Senado, mas chegou na Câmara e ali não passou ainda.

Eu conversei com o Senador Tasso Jereissati e ele aceitou que aqui no plenário a gente coloque uma emenda ao projeto dele para que, em vez de esse incentivo ser dado no final do ano, seja guardado numa caderneta de poupança. Talvez com isso a gente possa avançar no Bolsa Família, querendo chegar um dia a que esse programa volte a ser o Bolsa Escola na sua característica educacional.

Tenho defendido, inclusive, que os candidatos a Presidente deveriam assumir dois compromissos: primeiro, que manterão o Bolsa Família para todas as famílias pobres deste País; segundo compromisso, que criarão um Programa Bolsa Escola para as famílias pobres com crianças que não falem às aulas.

Não dá mais para retirar o Bolsa Família. Esse virou um programa assistencial necessário. Agora, não dá para ficar só no Bolsa Família assistencial; é preci-

so criar uma ação mais do que assistencial, uma ação transformadora. E essa ação transformadora vem do incentivo do dinheiro para que a educação seja bem desempenhada pelas famílias, cobrando das crianças e pelas crianças estudando.

Ouvi críticas que surpreendem ao projeto do Senador Tasso Jereissati, como dizer que isso vai exigir demais das crianças – as camadas médias e ricas deste País exigem de suas crianças –; eu ouvi a ideia de que não se dá prêmio às crianças – as camadas médias e altas dão prêmios às suas crianças, dão incentivos às suas crianças. Nós inclusive damos incentivo a todas as crianças que saltam alto, que saltam à distância, que correm depressa nas atividades atléticas. Por que não dar também nas atividades intelectuais? Essa é a ideia. E a gente pode fazer com que, através dela, um programa que é hoje fundamental, necessário, generoso, positivo, chamado Bolsa Família, saia da pura e simples generosidade para dar um salto na transformação da sociedade.

Mas isso ainda vai ser pouco, porque não adianta a gente acreditar que a criança indo a escola ela vai se educar, se a criança for como aquelas que a gente vê nas ruas, como aquelas que a gente vê pela televisão em alguns lugares do Brasil. Escola ruim não educa se a criança apenas estiver comparecendo a ela. Escola ruim só educa se ela ficar boa, se ela deixar de ser ruim.

Por isso, é preciso combinar o incentivo à criança com a revolução na própria escola. E aí, mais um tema neste mundo dinâmico que é o Brasil de hoje, que me obriga a falar.

Chegou ao Senado, está no *Jornal do Senado* de hoje, o projeto relacionado com o Pré-sal. Quero dizer que é um projeto de minha autoria nesta Casa e que vou brigar por ele tanto quanto briguei pelo piso salarial do professor. É sobre a distribuição dos *royalties* do Pré-sal, alertando, porque eu acho um absurdo que a gente levante o Pré-sal como uma saída. O Pré-sal, ninguém tem certeza plena da quantidade de petróleo, ninguém sabe qual vai ser o preço, ninguém sabe como vai estar a demanda de petróleo. Todos nós sabemos dos riscos do uso do petróleo do ponto de vista ecológico. Então, não podemos nos concentrar. De qualquer maneira, se esses recursos virão, é preciso aplicá-los bem. Não podemos repetir com esse dinheiro que poderá vir do petróleo o que gerações anteriores deste País fizeram com o açúcar, no começo da colonização, como fizeram com o ouro, fizeram com a borracha, fizeram com o café. E todo o dinheiro que foi gerado por essas riquezas naturais deste País, pelo esforço dos trabalhadores daquele momento, todo aquele dinheiro se esvaiu, queimou, desapareceu. Ou

então, como no caso do ouro, serviu para enriquecer Lisboa e as indústrias inglesas. Não podemos deixar que isso aconteça. As gerações do passado foram mesquinhas, mas pelo menos podemos dizer que elas não tinham conhecimento do futuro, até porque não havia muitas experiências anteriores.

Agora nós temos a experiência do que significa desperdício de recursos naturais deste País. Não podemos repetir. É preciso ter força, firmeza, convicção, para que aquele petróleo enterrado lá no fundo do mar sirva à construção de uma sociedade brasileira mais justa, mais eficiente, mais democrática, no futuro.

É preciso transformar petróleo em neurônios. É preciso transformar petróleo na grande riqueza que este País vai ter, porque é a única grande riqueza do século XXI: conhecimento. Não haverá outro recurso. O recurso do futuro é conhecimento, porque o petróleo acaba, o processo industrial depreda. Nós vamos ter que fazer com que haja neste País uma imensa, enorme quantidade de conhecimento. E o conhecimento vem, em geral, da ciência e da tecnologia, ele vem do ensino superior. Mas a ciência e a tecnologia e o ensino superior começam na pré-escola. E a gente pode até casar a pré-escola com o Pré-sal. A gente pode até casar aquela lama enterrada em massa cinzenta para todos nós brasileiros.

A minha proposta é de que os recursos do fundo social que o Governo apresenta sejam distribuídos proporcionalmente ao número de crianças na escola. Mas sejam distribuídos aos Estados com a finalidade de serem gastos na educação. O fundo que o Presidente apresentou é muito bem intencionado. Permite que seja o dinheiro gasto em projetos diversos na área da cultura, na área da ciência e da tecnologia, na área da educação, na área da luta contra a pobreza.

Dois erros: primeiro, o dinheiro termina sendo espalhado e perde impacto por ter quatro setores e não um, que unificaria todos esses, que é educação. A educação é o melhor caminho para lutar contra a pobreza, é o melhor caminho para o desenvolvimento científico e tecnológico, é o melhor caminho para a cultura. Então, por que não ir diretamente àquele vetor fundamental dos quatro pontos que o Governo apresentou? Agora, além disso, vai permitir que o dinheiro se espalhe por projetos que qualquer pessoa, qualquer grupo, possa apresentar e pegar esse dinheiro, como os diversos incentivos que este País já teve e desperdiçou os recursos. E desperdiçou porque errou o setor e desperdiçou porque espalhou o dinheiro entre muitos beneficiados sem compromisso com a solução do problema.

Vamos dizer: o nosso beneficiado é o conjunto de crianças que este País tem em idade escolar. Esse

dinheiro irá para a escola. E quando a gente fizer isso, Senador Duque, o senhor que representa o Estado do Rio de Janeiro, que é o principal Estado da bacia onde está o Pré-sal, será o grande Estado beneficiado por excelência. O outro Estado beneficiado por excelência, o “segundo” dono, vamos chamar assim, das reservas, é São Paulo. Mas eles serão beneficiados não porque as reservas estão lá – porque as reservas estão no Brasil –, eles serão beneficiados porque são os dois maiores Estados do Brasil, porque a população que eles têm é a população maior de crianças na escola.

Pela proposta que eu coloco, para que se tenha uma ideia, nós vamos ter, para o Estado do Rio de Janeiro, uma proporção de 6,7% de todo o dinheiro. Para São Paulo, 19%, mas de uma maneira muito justa, porque São Paulo tem 8 milhões de crianças na escola, 8 milhões e 800, e o Rio de Janeiro tem 3 milhões de crianças. O Estado do Espírito Santo, que é um dos “donos” também – entre aspas, porque essas reservas pertencem ao Brasil –, receberia quase 2%, 1,8%, porque tem 800 mil crianças na escola.

Mas ao vincular esses *royalties*, estou falando dos *royalties* que vão para o fundo criado pelo Governo, não estou falando nem no resto dos recursos. Esses recursos do fundo se concentrariam num setor: a educação de base. E eles se distribuiriam por uma maneira muito justa, na mesma proporção de crianças na escola que aquele Estado tem. Não é a melhor maneira de investir para transformar uma lama preta em uma massa cinzenta do País inteiro? Eu não falo a massa cinzenta de cada brasileiro isoladamente, eu falo a massa cinzenta dos 200 milhões de brasileiros, interligados pela educação, pela cultura, pela ciência e pela tecnologia, mas tudo isso começa no abc, tudo isso começa nas quatro operações que uma criança aprende logo nos primeiros anos em que vai para a escola.

Essa é a proposta que eu apresentei, que está correndo aqui, que é o Projeto de Lei nº 2, de 2010. E eu espero que a gente possa debater durante o período em que discutiremos o Pré-sal. Eu espero, porque hoje em dia tenho dúvida se a gente consegue discutir, a não ser nas sextas-feiras, quando a gente vem aqui, um pequeno grupo de pessoas, e tem mais tempo. Eu espero que a gente faça isso.

Ontem, conversando com o Senador Nery, pensamos uma idéia, para a qual quero convidar os Senadores: criar um pequeno grupo – pequeno, porque acho que muitos não irão, o ideal era que fosse de todos –, para que nos reunamos, nas tardes de um dia, como a de quarta-feira, em alguma sala do Senado, para discutirmos, um grupo fora do plenário, qual a melhor solução para o uso do pré-sal para o Brasil inteiro e para o futuro. Nem para desperdiçar no pre-

sente, como fizemos com o ouro, a borracha e o açúcar – consumimos tudo nos 1500, nos 1600, nos 1800, e nada ficou quase. Como fazer com que isso vá para o futuro? Como fazer com que isso vá para todo o Brasil e, ao mesmo tempo – e aí talvez seja o chamado ovo de Colombo –, como fazer, por pura coincidência, que os principais beneficiados disso sejam exatamente os Estados em que essas reservas estão? Por serem os com maior população, por serem os que têm maior número de crianças na escola, por serem, portanto, os que vão dar maior contribuição para o futuro do Brasil, não porque a natureza ou Deus colocou a reserva naquele exato lugar, em vez de colocar lá no Nordeste ou aqui, bem no Centro-Oeste; não embaixo do mar, mas debaixo da terra. Não, a natureza colocou ali, mas eles não seriam beneficiados pela sorte, pela loteria geológica que caracteriza a localização das reservas. Eles seriam beneficiados não pela loteria geológica, mas pela realidade social, pela realidade de serem os Estados com maior população de crianças e, portanto, com maior potencial de contribuir para o futuro do Brasil.

Eu vou querer brigar por esse projeto. Vou procurar o apoio para esse projeto. Vou querer, Senador Duque, que os Estados de São Paulo e Rio percebam as vantagens que terão desse projeto, e não se trata da totalidade dos *royalties*, somente os *royalties* que vão, já previstos pelo projeto de lei do Presidente, para o fundo que está sendo criado. Mas que esse fundo tenha uma finalidade clara, concreta e uma maneira responsável de ser aplicado.

Esse era o discurso, Senador Mão Santa, mas, antes de concluir, quero passar a palavra ao Senador Cícero.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Cristovam, apenas no início de seu pronunciamento, em que V. Ex^a caminhava pelo reconhecimento do projeto do Senador Tasso Jereissati, que foi aprovado, recentemente, na Comissão e que ainda vem a Plenário, eu recordava um fato a que depois V. Ex^a fez referência no seu discurso: a sua ação em relação ao Bolsa-Escola. De 1994 para 1995 – eu, então Ministro do Governo de Fernando Henrique Cardoso, de Políticas Regionais –, acompanhei, numa cidade satélite aqui, em Brasília, numa escola, o lançamento desse programa de V. Ex^a, que estabelecia exatamente o reconhecimento à presença do aluno na escola, tendo esta seu papel – a escola boa, claro – fundamental na formação do cidadão e na abertura das perspectivas futuras para as nossas crianças. Então, eu me fiz presente àquela solenidade, e aquilo me marcou como proposta, se eu tivesse oportunidade de fazer algo semelhante. O Bolsa-Escola tinha tido iniciativa em outros Municípios;

V. Ex^a o estava implantando aqui como Governador do Estado. E, quando fui prefeito na cidade de João Pessoa, havia um lixão em que cerca de 300 famílias moravam. Não posso dizer que moravam: sobreviviam, de forma desumana, naquele lixão. Boa parte delas eram crianças, que não só sobreviviam naquelas péssimas condições, mas também trabalhavam na coleta, na seleção do lixo, disputando, imagens que todos nós conhecemos – infelizmente, ainda hoje existe esse tipo de lixão em nossas cidades. E nós criamos, também, o Bolsa-Escola para aquelas crianças. A condição era a de elas não trabalharem mais – até porque retiramos essas famílias, construímos suas casas, mas para que as crianças não fossem catar lixo e estivessem presentes nas escolas e nas creches que implantamos junto ao condomínio que construímos para essas famílias. Sem dúvida, isso deu um ganho muito grande. Não foi apenas a oportunidade de aprender na escola. Por incrível que pareça – nós podemos até lamentar, mas é a verdade –, essas crianças, que, muitas vezes eram mal tratadas em suas casas como um peso, como um custo, passaram a ser respeitadas pela própria família, porque aquela era, talvez, a única fonte de renda que aquelas famílias tinham em sua casa. Então, essa ideia de valorizar a educação na complementação da renda é fundamental. E, como V. Ex^a bem disse, o projeto do Senador Tasso Jereissati vem propor exatamente isto: essa discussão em nível nacional e com algo também referenciado por V. Ex^a: o fato de que agora ninguém mais vai poder dizer, principalmente usando a maledicência da campanha, que alguém vai acabar com o Bolsa Família. No caso específico, o projeto do Senador Tasso Jereissati representa o sentimento de todos nós, Senadores, de todos nós que fazemos o PSDB, e temos, sim, o compromisso de aperfeiçoar o Bolsa Família, valorizando aquilo que deve ser mais valorizado, que é o Bolsa-Escola. Fiz, então, questão de dar esse testemunho, porque estive ao seu lado, nesse projeto que V. Ex^a, como Governador, iniciou e implantou e que estaremos juntos defendendo, para que todo o Brasil tenha essa oportunidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Fico muito feliz. Antes de passar a palavra ao Senador Heráclito Fortes, quero dizer – pedindo ao Senador Heráclito Fortes que espere um pouquinho – que, quando alguém fica insistindo muito na paternidade de um filho é porque desconfia da fidelidade da esposa. Eu não fico por aí, insistindo na paternidade do Bolsa-Escola, mas como V. Ex^a levantou, quero lembrar que a ideia ficou bem clara em 1987, no Centro de Estudos Multidisciplinares da UNB. No Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo é que essa ideia surgiu. Não importa se fui eu que a lancei. Ela surgiu ali. Depois,

escrevi um texto que debati pelo Brasil inteiro, a partir de 1989 ou 1990 e que depois virou um livro que se chama *A Revolução nas Prioridades*, segundo o qual são 100 medidas para mudar o Brasil. A segunda, eu ainda a chamava de Renda Mínima Vinculada à Educação. A primeira era um programa de creches para o Brasil inteiro, a segunda era essa, e a terceira era a poupança-escola, ainda sem o nome de poupança.

Em 1994, quando fui candidato a Governador, num primeiro momento, um assessor me perguntou se a gente não podia apresentar esse projeto para o Distrito Federal. A minha primeira reação foi contrária. Eu disse: se trouxermos um programa como esse para um Estado apenas, todo mundo virá para cá. Mas aí pensei, e colocamos, sim, no nosso projeto, a exigência de cinco anos, pelo menos, de moradia aqui, para receber o direito. A outra coisa que precisava, além da exigência de cinco anos, era criar um nome bonito, porque, com o nome de “renda mínima vinculada à educação”, ninguém consegue passar a ideia para a população. É bom para livro, é ruim para campanha eleitoral. E a gente queria não apenas criar o programa, mas ganhar votos também, é claro. Foi aí que preparei a ideia e levei para os marqueteiros. Criei a ideia do Bolsa-Escola por falta de outro nome. Não sei por que o nome foi esse, era uma bolsa vinculada à escola. Eles aceitaram. E, em 1994, comecei a divulgar isso.

O meu primeiro gesto de Governo foi criar a Bolsa-Escola. Logo depois, a Poupança-Escola. E aí é que veio o grande erro. Essas duas coisas deveriam ter um nome só; a Bolsa-Escola deveria ser as duas coisas: a renda mensal com a exigência da frequência às aulas e o depósito em caderneta de poupança com a aprovação da criança. Deveria ser uma coisa só. Criamos como duas separadas, mas elas funcionaram aqui.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, quatro anos depois – e quero dizer que lutei muito, nesses quatro anos do Governo, eu aqui e o Presidente Fernando Henrique lá, para que fosse criada.

Lembro-me de que, quando fui visitá-lo na transição, no escritório dele no Lago Sul, ter levado o meu livro de presente para ele, sugerindo: Presidente, por que o senhor não cria esse programa? Aliás, quero fazer aqui um registro. Fui do governo paralelo, criado pelo Presidente Lula em 1990. Eu levei essa ideia para a reunião do governo paralelo, e foi recusada. O governo paralelo recusou essa ideia. Lembro-me bem de que o Dr. Barelli, que era assessor econômico, disse que não fazia sentido. E o documento que depois publicamos, que é assinado pelo Presidente Lula...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a pode repetir o nome do assessor?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Walter Barelli, que foi do Dieese. Foi ele que disse que não fazia sentido, e foi eliminado. Tanto que, no pequeno documento, assinado...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Onde anda ele? V. Ex^a está aqui no Senado da República.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não sei. O pequeno documento, assinado pelo então Luiz Inácio Lula da Silva, não presidente, e por mim, numa coautoria, era um documento com propostas para a educação, lançado em 1990. Não entrou o Bolsa Escola. O Lula perdeu aí a chance da paternidade, porque não entrou; entraram as outras medidas para a educação. E o PT não foi favorável ao Bolsa Escola aqui no Distrito Federal. Sofri muito para convencê-lo disso, especialmente o Sindicato dos Professores. Isso era chamado de política compensatória, era o nome que se dava. Lembro-me de que eu dizia: por que pagar uma criança para estudar é política compensatória, mas pagar em dólares para alguém já formado ir estudar na Europa não é política compensatória? É investimento? Esse era o debate. Aí diziam: “Mas é melhor colocar esse dinheiro para pagar melhor os professores”. Aí mostrei que, se aquele dinheiro fosse distribuído aos professores, o aumento seria de 1,5%; não ia adiantar nada, mas era um salário mínimo inteiro o que a gente pagava aqui, o que não proponho para o Brasil todo.

Aqui sim, porque o número é menor, porque é possível, porque custa mais viver aqui do que em pequenas cidades do interior. Então, essa era a ideia, assim que surgiu. O Presidente Fernando Henrique no começo recusou. Eu tenho as cartas guardadas que eu mandei para ele, para o meu amigo Paulo Renato Souza, que esnobou a ideia no primeiro momento e insiste que começou em Campinas. Se fosse assim, o Governo Fernando Henrique Cardoso teria começado em 1995, se fosse uma coisa lá de Campinas. Agora, Campinas começou a executar praticamente no mesmo momento em que nós aqui. Por quê? Porque o prefeito tinha sido eleito dois anos antes de mim.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Grama.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Grama. Ele tinha sido eleito dois anos antes. Eu fui a Campinas ajudar a implantar. Fui lá, conversei com ele, debati com ele e ele implantou, na verdade, quase no mesmo momento; mas dois anos depois, no terceiro ano do governo dele e não era exatamente o Bolsa Escola, estava mais perto do Bolsa Família. Primeiro, porque a gestão era na Secretaria de Assistência Social, não na Secretaria de Educação; segundo, porque a vinculação à educação não era suficientemente rígida. O Presidente Fernando Henrique Cardoso,

então, demorou muito, mas no fim colocou. E, quando colocou – a isso é preciso fazer justiça – ele teve uma generosidade raríssima em um político: ele manteve o nome de um programa que vinha do governo de um partido a que ele fazia oposição. E nas reuniões de criação do programa dentro do Governo Fernando Henrique muitos sugeriram que mudasse o nome. E foi ele – eu soube depois – foi ele, o próprio Fernando Henrique que disse: ‘Não, esse nome está aí, vamos manter esse nome’. Essa é uma generosidade muito rara na política. O que mais a gente faz em política é mudar o nome daquilo que o governador, o presidente ou o prefeito de antes fez.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso manteve o nome. Se não fosse isso, o nome Bolsa Escola tinha desaparecido, porque – vamos falar com franqueza – o nome Bolsa Escola só se espalhou porque virou um programa nacional.

Senador Heráclito, antes de lhe passar a palavra, as pessoas que vão à minha sala aqui ficam surpresas porque eu tenho diversos exemplares da autobiografia do Clinton. Todos perguntam: “Caramba, por que você gosta tanto desse Clinton?”. Eu digo: “Olha, eu nem li essa biografia”. Eu tenho em turco, em francês, em alemão, em inglês, e, obviamente, eu não falo turco, não falo alemão. Eu tenho todos esses para mostrar que a palavra Bolsa Escola, em todas as línguas, é citada em português. O Clinton, toda vez que fala do programa, cita-o em português.

Eu conto até uma história, já que hoje é sexta-feira, de que eu vou comprando esses livros, quando viajo, em língua estrangeira e, uma vez, eu vi uma propaganda de um livro em chinês. Aí eu fui procurar se lá, em chinês, tinha escrito em português. E não achei, depois de quase meia hora. E, como eu não gosto de gastar dinheiro à toa, não comprei para ver se, depois, tinha. Coloquei o livro lá. E, quando eu ia saindo, o rapaz da livraria, uma livraria pequena em São Francisco, chegou para mim e disse: “Estou surpreso como o senhor lê chinês tão rápido!”, como se eu tivesse lido chinês. Não, eu fui atrás de onde estivesse escrito Fernando Henrique Cardoso, porque é perto de Fernando Henrique Cardoso que aparece Bolsa Escola, todas as vezes. E, como não achei, deixei. Por quê? A palavra virou um código internacional graças a Fernando Henrique Cardoso. Foi ele, foi quando ele colocou no Brasil que essa palavra cresceu, surgiu. Se fosse só no Distrito Federal, ninguém se lembrava mais. Então, essa é uma digressão, Senador Heráclito, mais uma, para lhe mostrar como sexta-feira é um momento de divagação. E eu aproveito e passo a palavra para o senhor.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Evidentemente que a sexta-feira, em lei, serve para isso e serve, inclusive, para algumas revelações. Acabei descobrindo e vou sair daqui convicto de que V. Ex^a teve a sua idéia fantástica do Bolsa Escola acolhida com mais facilidade pelos tucanos do que pelo seu próprio partido, o Partido dos Trabalhadores, o que é um contrassenso, o que é um contrassendo. Hoje, esse projeto de V. Ex^a é usado como carro-chefe eleitoral, sem sequer uma referência à sua origem, ao seu autor. Pelo menos testemunhei Fernando Henrique diversas vezes citando o nascedouro do programa. Mas é apenas um registro. Quando V. Ex^a falava, Senador Cristovam, eu via como este País é cheio de contrastes: dinheiro pelo ralo para coisas supérfluas e falta de dinheiro para ações concretas, como no caso da proposta do Senador Tasso Jereissati. Acho que era a consagração, era uma consolidação e era um aperfeiçoamento. Outro dia tivemos aqui a aprovação do Bolsa Cultura. Agora virou mania. Tenho um projeto em elaboração para criar o Bolsa Remédio. Quero ver até se conto com apoio de V. Ex^a. Devo entrar com isso breve. Não há sentido, já que temos o Bolsa Cultura, nós não termos também o Bolsa Remédio. Um complementa o outro. O preço que se paga, neste País hoje, de medicamentos só não é maior porque, lá atrás, de maneira corajosa, o então Ministro José Serra quebrou patentes e criou o genérico. Mas, Senador Cristovam, se nós analisarmos aqui as famílias carentes, a despesa mensal com medicamentos vai justificar essa ideia. Antes de apresentá-lo, eu gostaria, inclusive, de receber sugestões de V. Ex^a. Enquanto eu ouvia, atentamente, V. Ex^a, entro em um *site* do meu Estado e vejo um fato grave e que mostra os contrastes deste País. A Professora Niéde Guidon, que V. Ex^a conhece, que é quem comanda o Projeto da Serra da Capivara...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Conheço.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Diz ela aqui: “Parque Serra da Capivara pode perder R\$300 mil da Petrobras”. São trezentos mil reais por ano que a Petrobras manda para a manutenção, Senador Mão Santa, do Parque Nacional Serra da Capivara. Ela diz que isso se deve à burocracia. Essa mesma Petrobras, Senador Geraldo Mesquita, é acusada aqui de jogar dinheiro para as ONGs, para as ONGs financiarem trio elétrico, festa junina e sei lá mais o quê. E um projeto dessa natureza se perde em um emaranhado de burocracia e de má vontade dos técnicos da Petrobras. Veja bem. Agora há pouco farei sobre a construção do Aeroporto de São Raimundo Nonato, que está por concluir. Ora, a sustentação do aeroporto, a justificativa do aeroporto é exatamente a Serra da Capivara.

É falta de planejamento? É falta de responsabilidade? O que é que acontece? A Petrobras tinha que facilitar, aliás, aumentar essa participação anual de R\$300 mil, que é irrisória. Queria fazer um apelo aos técnicos insensíveis da Petrobras: que revejam isso, facilitem e entendam que um trabalho como o feito pela Prof^a Niède Guidon, com as dificuldades geográficas, com as dificuldades que enfrenta lá na Serra da Capivara, não pode ser comparado a projetos desenvolvidos no ar-condicionado de São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília. É preciso do administrador, do gestor, essa sensibilidade. Daí por que eu pego uma carona no seu pronunciamento, uma vez que já usei meu tempo, e faço um apelo para que a Petrobras seja sensível a esse apelo, a esse desabafo que faz aqui a Prof^a Niède Guidon e que não crie obstáculos; pelo contrário, facilite a liberação desses recursos, aumente essas verbas. A Serra da Capivara é um patrimônio cultural da humanidade e um orgulho de todos nós brasileiros. Muito obrigado a V.Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, eu me somo ao seu apelo e faço um alerta, explicando com mais tempo um pouco o que é a Serra da Capivara. É a mais importante, chamemos assim, reserva paleontológica do Brasil.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente. Registro da presença do homem no continente americano.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – E uma das maiores do mundo inteiro.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Do mundo inteiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Então, eu faço o apelo também, mas acrescento algo: tirar esse dinheiro vai ser considerado, no futuro, um crime.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – E ela se queixa aqui, Senador Cristovam, também da péssima qualidade das estradas. E essas estradas ruins estão fazendo com que os pesquisadores e os turistas abandonem o parque. De forma que eu, mais uma vez, peço desculpas a V. Ex^a, mas atravesso o seu discurso. Peço essa oportunidade. Quero ver se a carona do meu aparte no seu pronunciamento atinge a repercussão necessária nesse caso, exatamente no dia em que o Governador Wellington Dias completa 48 anos e poderia comemorar essa data sem o constrangimento de ouvir o desabafo da Prof^a Niède Guidon.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu imagino como vai ficar, na História, a Prof^a Guidon. Ela vai ter o seu lugar guardado. Agora, imaginem como vai ficar o Presidente da Petrobras que tiver cortado

o dinheiro para esse projeto. Ele será muito cobrado no futuro.

Eu vou passar a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, lembrando que o Senador Duque tem que falar e tem que sair.

O senhor não vai viajar agora, vai? E conte comigo para presidir, se for preciso, e para ouvi-lo.

O Senador Duque talvez tenha de viajar rápido, mas não posso deixar de passar a palavra ao meu amigo, Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – É muito rápido, Senador Cristovam. Primeiro, parabenizá-lo por ferir mais uma vez esse assunto de vital importância para o País, que é a educação, a busca do conhecimento. Quero, como V. Ex^a, também me associar à ideia do Senador Tasso, que causou e tem causado tanta polêmica, tanta discussão. Eu fico surpreso inclusive pelo fato de o Presidente Lula ter, em princípio, reagido à ideia de se premiarem os bons resultados, na educação, daqueles que são vinculados ao Bolsa Família. Acho que o Presidente da República deve refletir e acolher essa ideia, porque ela é muito apropriada, muito boa. Estou aqui também aguardando a oportunidade de votar favoravelmente a essa proposição do Senador Tasso Jereissati. Eu quero apenas, Senador Cristovam, que V. Ex^a me esclareça acerca do argumento que faz com que V. Ex^a proponha que esse e outros determinados benefícios se constituam numa poupança.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sim.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Porque, olhe, eu tenho a seguinte reflexão: eu e minha mulher, vamos dizer, de classe média baixa, trabalhamos duro a vida inteira, e a poupança que a gente imaginou fazer, no nosso âmbito, foi proporcionar aos nossos filhos escola. Por outra, não juntamos dinheiro. O dinheiro que ganhávamos aplicamos na educação dos nossos filhos. Isso para mim era a nossa poupança. E é a nossa poupança. Porque é uma poupança que ninguém tira mais, nem deles nem da gente. Eu imagino, Senador Cristovam, que as pessoas que são beneficiárias do Bolsa Família têm de matar um leão por dia para se vestir, para sobreviver, para se locomover, para comer e para estudar. Eu acho que o mesmo raciocínio poderia ser aplicado a elas. A poupança em relação a essas pessoas deveria ser a aplicação imediata dos valores no processo educativo: a compra de um caderno, a compra de um livro, a compra de alguma coisa que possibilitasse a que, complementarmente à escola, elas pudessem crescer e adquirir, cada vez mais, conhecimentos. Eu queria, com toda a sinceridade, que V. Ex^a me convencesse

da necessidade dessa poupança, de constituir essa poupança para que ela recebesse lá no futuro, porque, para mim, se ela recebesse ontem já era tarde! O que dirá daqui a um ano, daqui a dois anos, daqui a três anos? Entendeu o raciocínio?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Entendi perfeitamente. E vou lhe dizer como é que eu penso.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Primeiro, é que, para não precisar de matar um leão por dia, há o Bolsa Escola. É o papel da Bolsa Escola, ou Bolsa Família. Esse dinheiro é o que vai lhe dar o que comer; esse dinheiro é o que vai lhe dar – deveria pelo menos – o suficiente para justificar a criança não ir trabalhar e ir para a escola.

Agora, por que, em vez de dar o dinheiro todo final do ano quando a criança passar de ano, a gente o poria numa caderneta de poupança?

O senhor citou o caso familiar. Seus filhos, minhas filhas, já está dentro da cabeça deles ficar até o final do segundo grau. Mas não está na cabeça das crianças pobres, não está dentro das possibilidades delas. Ao colocar uma poupança vinculada à conclusão do Ensino Médio, ajudamos essas crianças a ficarem na escola; não saírem quando chegam à 8ª série, que é o que acontece hoje na maior parte dos casos – metade sai quando chega à 8ª série. Então, na verdade, ao fazer como poupança de dinheiro até o fim do segundo grau, a gente está ajudando a fazer a poupança do conhecimento que o senhor defendeu. Se a gente der o dinheiro no final do ano, chega um momento em que eles vão dizer: “Para que continuar estudando? Vamos trabalhar e pegar esse dinheiro”.

Então, é um incentivo à permanência da criança na escola. Entendeu? É um incentivo para que ela continue, para que ela não deixe, dizendo sempre: “Tem tanto lá no banco em meu nome, mas eu só vou receber quando terminar o segundo grau”. Agora, para combinar essa vinculação à conclusão do Ensino Médio com a necessidade imediata é que, no Distrito Federal, a gente fez essa composição: não recebe todo ano – vai para uma caderneta de poupança –, mas quando terminar a 4ª série, matriculando-se na 5ª, aí recebe a metade do que tem lá. Tinha R\$400,00, recebia, R\$200,00. Eram R\$100,00 aqui. Quando terminasse a 8ª, teria R\$600,00; aí recebia a metade, R\$300,00. Aí continuava todo ano mais R\$100,00. Quando terminasse o Ensino Médio, levava os R\$600,00 que estavam lá.

Esta é a lógica da idéia: é fazer com que, ao sentir esses recursos na sua conta, o aluno trabalhe até o fim do segundo grau para colocá-los nas mãos.

Não os coloca nas mãos no primeiro momento, para vincular à conclusão do Ensino Médio. No caso dos seus filhos, das minhas filhas, é natural que eles terminem o segundo grau. No caso daqueles que têm de matar um leão por dia, a gente tem que fazer alguma coisa a mais.

Agora, se o dinheiro que está se dando não é suficiente para sobreviver, aumentemos o dinheiro que se dá. Mas mantenhamos alguma coisa vinculada à conclusão do Ensino Médio. Sem isso, vamos continuar com o que a gente tem: uma evasão brutal. Metade – metade! – das nossas crianças deixa a escola antes de chegarem ao Ensino Médio. Temos que segurá-las até o final do Ensino Médio. Uma maneira que eu encontrei e que funcionava aqui no Distrito Federal era essa. Vamos dizer que eles têm esse dinheiro guardado; esse dinheiro está à espera deles, mas para isso eles têm que fazer um esforço. Qual esforço? Concluírem o Ensino Médio. Essa é a razão.

Não sei se o convenci, não sei se expliquei bem, mas estou pronto para continuar conversando sobre isso.

Sr. Presidente, eu quero concluir, então, pedindo desculpas ao Senador Duque pelo tempo que tomamos – não foi só minha fala, mas também os apartes que enriqueceram o meu discurso. Agradeço a sua generosidade quanto ao tempo, mas eu acho que foi inspiração sua usarmos a sexta-feira de uma maneira livre, como temos usado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante pronunciamento do Professor e Senador Cristovam Buarque, que fez reflexões sobre a educação do nosso País, nós convidamos para usar da palavra o Senador Paulo Duque, do Rio de Janeiro.

Quero anunciar, com muita honra, a presença aqui do ex-Senador João França. Ele, que representou o grandioso Estado de Roraima, de 1991 a 1999, honra-nos com sua presença e mostra sua vocação política. Ele atualmente reside no Maranhão, no Alto Parnaíba, a cidade. Eu sugiro que ele atravesse o rio Parnaíba e vá morar lá em Santa Filomena, progressista cidade do Piauí.

Com a palavra o Senador Paulo Duque.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou agora, nesta sexta-feira, no segundo capítulo, o capítulo dois, do meu discurso. Ontem, ao discursar, apresentei o capítulo um. Às vezes, as circunstâncias impedem que o parlamentar use o tempo que ele considera necessário em razão da ditadura do nosso Regimento Interno, que às vezes provoca ceulemas, provoca dúvidas, provoca discussões.

Eu aprecio muito o Regimento Interno; acho que ele foi feito para ser obedecido sempre que possível – e “sempre que possível” significa quando há um conglomerado muito grande de Senadores. É glorioso saber que nas sextas-feiras o Regimento Interno pode ser engavetado, praticamente engavetado. Todos aqueles que vêm aqui na sexta-feira dar presença aos trabalhos parlamentares deveriam ser cumprimentados, elogiados até – na sexta-feira o sujeito já está pensando nos outros Estados do Brasil.

Por falar nisso, Presidente, mês que vem será o mês da celebração máxima, ou quase máxima, desta cidade. Faz cinquenta anos que o Rio de Janeiro deixou de ser a capital. Teve 54 Prefeitos e nenhum deles era carioca. Sabem por quê? Porque os sucessivos Presidentes da República nunca foram cariocas – não existe um! Não estou dizendo carioca só porque nasceu ali e viveu ali cinco dias ou cinco meses ou cinco anos; é que nunca teve a formação política de viver no Rio, na cidade do Rio de Janeiro, embora até tenha nascido ali.

Vou dar um exemplo: Washington Luís é conhecido como o paulista de Macaé. Nasceu no antigo Estado do Rio, na cidade de Macaé, mas fez toda a sua carreira política no Estado de São Paulo, para onde se mudou. Esse paulista de Macaé, como era chamado, foi Prefeito da capital, foi Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, foi Governador do Estado de São Paulo e, finalmente, foi Presidente da República. Mas ninguém considera Washington Luís macaense ou fluminense, ou o que seja; ele é considerado paulista, e paulista de grande caráter. Ele foi deposto por uma revolução vitoriosa, que começou no Sul e parou na fronteira do Paraná para aguardar um desfecho.

Uma junta militar fez a ele um apelo: “Presidente, é hora de renunciar, o senhor vai renunciar porque é uma revolução vitoriosa a que veio do Sul. As tropas estão lá para depor o senhor”. Ele não quis. Até que houve o apelo para a força eclesiástica: veio Dom Jaime Câmara, acompanhado de militares com delegação para isso, da junta militar, e ele foi transportado para o Forte de Copacabana, de gloriosa memória. Ficou lá 24 horas só. Generosamente, foi-lhe dada a sala do comandante do Forte para ficar 24 horas. E veja só que homem de caráter, Presidente: embarcou para o exterior e só retornou ao País que o elegeu Presidente da República em 1947, depois da deposição do chefe vitorioso da Revolução de 30.

Eu estava terminando esta parte do meu discurso ontem e a retomo agora com um fato novo e muito doloroso para Brasília, cidade que denomino “Cidade Maravilhosa 2”, porque a “Cidade Maravilhosa 1” é o Rio de Janeiro.

E o que aconteceu ontem? O que aconteceu ontem, Presidente? O Governador do Distrito Federal foi mantido preso. Está preso e foi mantido preso. Não quero espezinhar, não quero falar mal sobre isso, mas registrar apenas que nunca – com uma exceção, mas nunca – um prefeito da cidade do Rio de Janeiro foi preso ou foi mantido encarcerado. Nunca! Brasília não merecia isso.

Nove a um foi o resultado do julgamento no Supremo Tribunal Federal, julgamento da tentativa de tirar o Governador desta cidade do cárcere onde, lamentavelmente, se encontra.

E mais, Presidente: o povo do Rio de Janeiro, por meio do seu Poder Legislativo, dos seus parlamentares, homenageou todos os 54 prefeitos daquela cidade com nome de ruas, com nome de praças, com nome de escolas. Todos eles! Até mesmo um que esteve preso durante quatro anos, envolvido com aquela Revolução bem conhecida nossa – o Levante de 35 –, que ocorreu em dois Estados do Nordeste (coisa muito rápida): no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, no Recife, mas que teve uma violência inaudita na cidade do Rio de Janeiro. Quando digo na cidade do Rio de Janeiro é porque fui Deputado por muito tempo na cidade do Rio de Janeiro. Muito tempo... E esse Prefeito que esteve preso – que é médico – e que V. Ex^a, naturalmente, conhece de nome, foi Prefeito do Rio durante quatro anos. Foi o único preso... Mas, veja bem, não por corrupção, não por guardar dinheiro na meia, não por guardar dinheiro na camisa ou distribuir “mensalões” e “mensalinhos”, mas foi preso por ideologia. V. Ex^a o conhece: Pedro Ernesto.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – É nome de hospital...

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – E que é nome de hospital e, hoje, é exatamente o nome do Poder Legislativo da cidade do Rio de Janeiro, que é o Palácio Pedro Ernesto.

Mas tinha que ser preso, porque ele entrou numa contramão política terrível em 1935. Houve uma verdadeira revolução com mortes e com violência não só na antiga Escola da Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, onde o Brigadeiro Eduardo Gomes conseguiu debelar aquela revolução naquele local, como ainda na própria Praia Vermelha, onde estava situado o 3º Regimento de Infantaria, que foi bombardeado. O combate, ali, fez-se com o General Dutra e, olhem a coincidência, tanto o Brigadeiro Eduardo Gomes como o General Dutra, mais tarde, dez anos depois, foram, os dois, candidatos à Presidência da República – um contra o outro. Um, General do Exército; o outro, Brigadeiro da Aeronáutica, nos últimos postos. Um de Mato Grosso – mato-grossense –; o outro, de São Paulo.

Por isso que lamento, como um homem do Rio de Janeiro, da cidade, da capital, o que está acontecendo, porque foi uma tristeza muito grande, há 50 anos, a capital sair, sendo esvaziada, mudando para o Planalto Central. Foi uma tristeza muito grande lá no Rio de Janeiro e foi uma alegria muito grande também para aqueles que vieram para cá, iniciaram a sua vida aqui, produziram, trabalharam e fizeram o grande sacrifício de deixar a sua cidade para vir formar essa nova coletividade.

Feito esse registro, passo ao Presidente Getúlio Vargas, que, indubitavelmente, trouxe para o País uma outra mentalidade de Governo, que patrioticamente resistiu ao Levante de 35, resistiu a 38, ao assalto ao Palácio da Guanabara, onde ele residia. O País não teve outra circunstância, outra desculpa que não fosse entrar na Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, e ele, com sabedoria, nessa guerra que sacrificou tanta gente brasileira, pôde construir o parque industrial que deu origem a Volta Redonda, deu origem à Vale do Rio Doce e a tanta coisa que o Brasil não tinha.

O Brasil era o café, era o açúcar, era o País essencialmente agrícola, que deixou de ser com Getúlio Vargas. Era o novo Brasil que surgia com Getúlio Vargas. Mas ele acabou sendo convidado a sair do Governo quando as forças militares começaram a entender que ele não queria fazer a eleição, embora ela já estivesse até marcada para dezembro de 1945. Estamos falando em outubro de 1945, quando o seu ex-Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, de Pernambuco, juntamente com o homem que foi o general mais jovem do Exército Brasileiro – chegou ao generalato aos 40 anos –, Cordeiro de Farias, depois de reunidos com os militares todos no Ministério da Guerra, sob a liderança e a chefia naquele momento de Góes Monteiro, vai ao Palácio da Guanabara dizer ao Presidente que ele estava deposto.

Não existe, meu caro Presidente, nenhum documento histórico a esse respeito. Eu não conheço. E olha que eu pesquisei! Não há nenhum documento dizendo: “Presidente, o seu tempo acabou, é hora de sair”. Mas ele percebeu, saiu e, tranquilamente, voltou para os pagos, para a sua cidade natal, São Borja, para suas origens, e ficou esperando. Ficou esperando o quê? Ele não era candidato a nada, já tinha sido tudo, já tinha realizado um governo profícuo, cheio de realizações. Tinha mudado o Brasil, tinha mudado a mentalidade, tinha feito tudo que era necessário fazer, um Presidente com força. Foi, então, para as suas origens e fez muito bem, porque daí para frente começaram os emissários. Os políticos iam para São Borja, queriam a palavra do velho, queriam falar com ele, queriam fotografar com ele, queriam, em suma, o apoio dele para as eleições

que iam ser realizadas. Era um Brasil diferente de hoje, muito diferente, sem televisão, os meios de comunicação muito restritos.

E o próprio General Eurico Gaspar Dutra, que é de Mato Grosso... Tivemos dois mato-grossenses na Presidência da República: o Marechal Eurico Gaspar Dutra e o professor Jânio Quadros. Dois mato-grossenses. O Rio de Janeiro não aparece nisso. O Amazonas não aparece na Presidência. O Pará não aparece na Presidência. Pernambuco também não. Eram Minas e São Paulo, Minas e São Paulo... Então, ficaram dois Estados muito fortes. E o Rio de Janeiro, pequeninho. A população se concentrando, as favelas crescendo, o desemprego, os problemas. Tivemos um governador genial. Depois que aquilo foi transformado, a cidade, em Estado da Guanabara, tivemos três estadistas.

Digo a V. Ex^a, Senador Mão Santa, digo a V. Ex^a, Senador Cícero Lucena e digo a V. Ex^a, meu caro Presidente, que o Rio tem os seus heróis. Vários. Outro dia, ouvi uma reclamação do Presidente da República de que era preciso cultivar os heróis brasileiros, não era só Tiradentes, havia muitos. Considero cada Presidente da República um herói brasileiro. Considero todos aqueles cujos restos mortais estão no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, na Praia do Russel, heróis brasileiros. Saíram daqui para defender uma causa e estão lá.

Eu gostaria de saber se todos os Senadores aqui, por acaso, já estiveram naquele monumento que guarda a heroica lembrança dos nossos pracinhas, dos nossos militares? Heróis estão lá! Temos muitos! Basta ter sido governador sério de um Estado para ser um herói, basta ter sido um prefeito sério para ser um herói, porque fez esforço e deu toda sua inteligência e sacrifício familiar em favor do povo que governou, seja no Município, seja no Estado, seja na República.

Querida dizer, em seguida, que o Ceará já esteve na Presidência da República com dois nomes. José Linhares, cearense, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Café Filho, Vice-Presidente da República com Getúlio nos idos de 54 e 55, do Rio Grande do Norte; Carlos Luz, mineiro, em uma segunda fase – os mineiros sempre ocuparam a Presidência da República, sobretudo durante a República Velha, vários; Santa Catarina também, com Nereu Ramos, que, embora por alguns meses, ocupou o Palácio do Catete para transmitir o Governo para Juscelino Kubitschek, o grande, o santo Juscelino Kubitschek, que criou esta cidade extraordinária, que é Brasília; já falei em Jânio Quadros, do Mato Grosso; Ranieri Mazzilli, de São Paulo, numa segunda fase – durante uma transição para passar o governo a João Goulart –, do Rio Grande do Sul. Repito, Ceará de novo na Presidência com

o General Castello Branco, já numa outra fase – sem comentários; outro General, o Costa e Silva, também do Rio Grande do Sul, outro gaúcho; Emílio Garrastazu Médici, também do Rio Grande; Ernesto Geisel, também do Rio Grande do Sul, de 1974 a 1979; e João Figueiredo, que dizem que nasceu no Rio de Janeiro, mas, na realidade, passou quase toda a vida no Sul, no complexo das Forças Armadas, militar que era, chegando aos mais altos postos; Tancredo Neves, que praticamente ganhou, mas não levou; José Sarney, o Estado do Maranhão na Presidência; Fernando Collor, que não completou o mandato – posso classificá-lo também como sendo de Alagoas; Itamar Franco, de Minas Gerais; Fernando Henrique que, conforme já falei, foi uma questão diferente, não é de nascimento nem de carreira política, mas foram circunstâncias revolucionárias; e, finalmente, Luiz Inácio Lula da Silva, eleito por Pernambuco.

Não pude citar o Estado do Amazonas, não pude citar o Estado do Pará, não pude citar a cidade do Rio de Janeiro como tendo sido representados por alguém, por algum político na Presidência da República, o que é pena, o que é pena!

Nesta crise atual em que o Governador, no ano da celebração da vinda para cá, encontra-se impedido de participar das festividades, em que esse cargo tem que ser preenchido de forma legal, houve aqui uma sugestão hoje inteligente do Senador Cristovam Buarque. Mas eu também quero dar uma sugestão.

O Senado representa o Brasil. O Brasil é o Senado. O Brasil é o Senado, sem diferença de poderio, de tamanho populacional. Mas o Brasil é o Senado, porque tanto faz um Estado pequeno ou um Estado grande e forte, ou rico, todos têm a mesma representação política aqui.

E seria a hora – e vai uma sugestão – de se pensar em o próprio Senado eleger aqui, no Distrito Federal, o seu governante. Era assim antigamente. Antes da mudança da capital, era assim; antes de se criar o Estado da Guanabara, era assim que se fazia; antes de haver a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, era assim que se fazia. E a grande sorte da Guanabara foi ter estadista governando aquele Estado. Por exemplo, Carlos Lacerda foi um grande Governador do Estado da Guanabara; Negrão de Lima, excelente Governador do Estado da Guanabara; e, finalmente, Chagas Freitas, também grande Governador do Estado da Guanabara e que deu o melhor do seu esforço...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Paulo Duque.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Inclusive, um grande jornalista.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não sei se V. Ex^a se referiu a ele, mas talvez fosse bom lembrar Negrão de Lima...

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Foi o segundo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Falou?

Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E Faria Lima.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – O Faria Lima já foi como interventor, praticamente.

Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sim, mas foi profícuo, foi um bom gestor.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Grande Governador, sem dúvida alguma!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É verdade. Obrigado, Senador.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Mas aí já foi na fusão, viu, Senador Arthur Virgílio? Quando houve a fusão, queríamos políticos de lá, queríamos mesmo fazer um político do Rio de Janeiro. Mas acontece que tinha de fato que ser uma pessoa da confiança absoluta do Presidente da República, porque tinha que trazer recurso, tinha que pegar o telefone quando fosse necessário ligar para o Presidente, ao Ministro. Então, todos nós reconhecemos isso.

Eu era Deputado Estadual naquela época. A oposição era de 63 Deputados Estaduais contra 31 Deputados do governo. O MDB tinha uma vantagem extraordinária, poderia fazer tudo o que quisesse em relação à política, ali, naquele momento, mas entendeu sua responsabilidade e deu todo o apoio a Floriano Faria Lima, ao Governador Faria Lima, que levou sua equipe da Marinha, muito competente; que levou um pessoal muito correto, porque ele sabia da responsabilidade da criação de um Estado novo.

Ora, a Guanabara com o antigo Estado do Rio, uma desconfiança tremenda, terrível entre as forças políticas dos dois Estados. Veja, Sr. Presidente, unir dois Tribunais de Justiça: um do Estado do Rio e outro do Estado da Guanabara; unir dois Tribunais de Contas; unir duas corporações militares; unir, numa só, toda a corporação policial, sem falar no magistério, na diferença salarial entre os professores do antigo Estado do Rio, os hábitos, os horários, e os professores da Guanabara. Então, foi muito complicado, foi muito penoso para os políticos aquela fase da fusão dos dois Estados. Deu certo? É claro que deu certo. Deu certo? Sem dúvida nenhuma! Hoje, o Rio de Janeiro é uma potência. O novo Estado do Rio de Janeiro é uma potência. Até mesmo petróleo apareceu por lá de forma pujante e está começando a causar discussões, ceulemas as mais diversificadas, aqui, nesta Casa, e na Câmara dos Deputados.

De maneira que, sendo como sou, um homem otimista, ainda espero ver na Presidência da República um político do Amazonas, que não teve; um político do Pará e, sobretudo, um político agora do novo Estado do Rio de Janeiro. Tenho essa esperança. Não estou pedindo muito, estou, Presidente? Não estou pedindo muito.

Muito obrigado pela atenção de V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Paulo Duque, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Parabenizo V. Ex^a, Senador Duque, pelo pronunciamento histórico, pela retrospectiva histórica do Estado do Rio de Janeiro.

Pela ordem de inscrição, o próximo orador inscrito é o Senador Mão Santa, Senador Cícero.

Com a palavra o Senador Mão Santa, do PSC do Piauí.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sei que o discurso do Senador Mão Santa sempre é brilhante, e todo o Brasil fica na expectativa de ouvi-lo, mas, pela ordem de inscrição, parece que sou o próximo. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Depois do Senador Mão Santa, é o Senador Adelmir Santana.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Depois é o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Era o entendimento que tínhamos aqui.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Pela ordem de inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Ah, não! Sim. Senador Cícero.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Agradeço, Sr. Presidente, e espero que o Senador Mão Santa, hoje, seja bastante resumido, a exemplo do colega dele, o Flexa Ribeiro.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Adelmir Santana, que preside esta sessão de sexta-feira; Parlamentares presentes no plenário; brasileiras e brasileiros, aqui, que nos assistem, e os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Adelmir Santana, todos nós recebemos muitos *e-mails* e, para onde vamos, levamos nossa formação profissional. Sou médico, cirurgião, são minhas raízes. Às vezes, dá certo, Adelmir Santana. Juscelino Kubitschek foi exemplo de, como eu, médico,

cirurgião, da Santa Casa... Fui prefeitinho, governador, cassado. Só não cheguei, como ele, à Presidência – por enquanto!

Vi o relatório do nosso Paulo Duque falando de todos os Presidentes. O Piauí governou até o Rio de Janeiro, com Moreira Franco, Francelino Pereira; no Ceará, com Flávio Marcílio; em Santa Catarina, com Paulo, mas o Brasil ainda não.

Represento aqui a classe médica e vou ler dois *e-mails*. Interessantes!

Caríssimo Senador Mão Santa!

Que alegria e satisfação é poder assistir o querido e maior pai da Pátria na telinha da tv. Gostaria muito de conhecê-lo pessoalmente, que com todo o saber acumulado na vida pública e como médico, construiu um cidadão magnífico que tanto nos honra com suas posições no Senado.

Pelo amor de Deus meu querido Senador, SOCORRO [atentai bem, Arthur Virgílio: socorro]

Onde anda o PLS 140/09 que estabelece o piso salarial dos médicos e dentistas? Já não consigo sobreviver com o salário que como servidor público recebo depois de mais de 25 anos de trabalho, de aproximadamente 1300 reais.

Aguardo pronunciamento justo e vigoroso que só o Pai da Pátria, Senador Mão Santa, poderá fazer.

Obrigado.

Ivan Alves da Silva dentista servidor público da cidade de Cubatão, SP.

Outro, de Fernando Pires.

Ilmo Senador [Mão Santa], acho muito justo um Primeiro Soldado ganhar R\$ 4.000,00. Agora, um Médico Concursado do Ministério da Saúde, com 30 anos de serviço, com 03 anos de Residência Médica, 02 Títulos de Especialidade, Mestrado e Doutorado [...] ter o salário líquido de R\$ 3.300,00: o que é???. Para um estudo comparativo, compare com o salário do seu motorista [o meu particular, não; o meu é do Senado e ganha bem mais do que isso mesmo.]

Respeitosamente, os Médicos do Ministério da Saúde, Concursados (DASP) há mais de 30 anos, apenas pedem que lhes façam respeitosa justiça. Com os nossos respeitos. Antonio Fernando Pires – CPF (...) – Rua Conselheiro Portela – nº 130 – Aptº 171 – Espinho – Recife – PE (...)

Senador Adelmir Santana, queremos advertir o nosso Presidente Luiz Inácio. O Luiz Inácio diz sempre um “nunca antes”, que veio do “nunca dantes”, de Camões.

Aqui, ô Paulo Duque, V. Ex^a acabou de contar o “antes”, o “nunca antes”. Eu queria dizer que o “antes” foi muito bom, antes de Luiz Inácio.

Ô Adelmir Santana, Pedro II, preparado, culto, só viajou duas vezes em 49 anos, porque exigiu este País. Atentai bem: só por duas vezes ele viajou. Numa delas, ele escreveu: “Minha filha, o melhor presente que se pode dar a um povo é uma estrada”. E a filha ficou e libertou os escravos.

Ele, culto, preparado, garantiu a unidade territorial, a nossa língua. A América Latina espanhola toda se dividiu, mas ele garantiu.

Aquele homem sábio, Luiz Inácio, tinha como hábito deixar o cetro e a coroa, lá no Palácio Monroe – o Senado era no Rio de Janeiro –, para assistir aos Senadores.

Pedro II era culto, estudioso, respeitado. Quando, no seu exílio, morreu em Paris, os líderes franceses disseram que se eles tivessem um rei daqueles, não teriam proclamado a república. Pois ele deixava o cetro e a coroa e ia ouvir.

Então, Presidente Luiz Inácio, eu quero dizer a Vossa Excelência...

Arthur Virgílio, V. Ex^a foi Prefeito, não é? Ainda não Governador do Amazonas. O Amazonas é que está perdendo.

No Governo do Estado, de que eu fui, a gente tem DAS-4 – DAS-1, 2, 3 e 4 –, Direção e Assessoramento Superior. No Governo Federal, do qual V. Ex^a foi Ministro – um extraordinário Ministro de Fernando Henrique Cardoso, da Casa Civil – tem o DAS-6.

Arthur Virgílio, sabe quanto está ganhando um DAS-6? Luiz Inácio? Talvez ele nem saiba. É sem concurso. É como diz a Bíblia, pela porta larga da facilidade, da vadiagem, da malandragem. Está na Bíblia. Pá, Luiz Inácio assina e entra um aloprado. O aloprado ganha R\$11.848,00. E aqui, Luiz Inácio, está aqui um dentista clamando: R\$1.300,00. Um médico, depois de 30 e tantos anos, com residência, doutorado, mestrado, R\$3.300,00. E um aloprado, com a assinatura do Luiz Inácio, é DAS-6. Tem 60 mil espalhados por aí. Por mês! Então, é hora de uma reflexão, Luiz Inácio.

Na verdade, eu sou do Partido Social Cristão. Cristo disse: “Eu sou a verdade, o caminho e a vida”. Quando falava, Ele dizia: “Em verdade, em verdade, vos digo”. Isso é verdade.

Para os companheiros que estão desesperados – e uma reflexão para o nosso Presidente da República –, atentai bem: há um projeto de lei, aqui, que altera

o dispositivo da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, para fixar o valor do piso salarial e a jornada de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas, e dá outras providências.

Art. 5º: “O piso salarial dos médicos e dos cirurgiões-dentistas é fixado em R\$7.000,00 (sete mil reais) mensais.”

Atentai bem: essa é uma lei do Senador Gilvam Borges e eu fui o Relator, Arthur Virgílio.

Está aqui, jovens que clamaram e mandaram. Aqui está. Relator: Mão Santa. Eu o defendi em todas as comissões: na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Assuntos Sociais, na Subcomissão de Saúde: “Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2009, na forma do texto proposto pelo nobre Senador Gilvam Borges”.

Propõe aqui, fixa o teto salarial nesse valor.

Então, nós queremos dizer o seguinte: lamentamos ele estar na Câmara, e na Câmara há um domínio total de Sua Excelência, o Presidente da República.

Então, que a classe médica e os cirurgiões-dentistas, que simbolizei com dois das centenas de *e-mails* que recebo, pressionem a Câmara Federal para ter a coragem de resolver esse clamor, que infelicita a saúde do povo brasileiro, pelos os honorários adequados dos médicos e cirurgiões-dentistas.

Este aqui é o relatório. Tudo o Senado fez. Nós defendemos a lei, ela foi aprovada e está na Câmara Federal. Há necessidade de a classe médica, as associações médicas, os conselhos regionais, os sindicatos, as academias médicas e odontológicas pressionarem a Câmara Federal.

Mas o que eu queria dizer é o seguinte: enquanto isso, o Governo do Piauí... Ô Arthur Virgílio, V. Ex^a e todos nós lamentamos os terremotos do Haiti e do Chile – dois povos queridos. O Piauí não tem terremoto, não, está ouvindo, Arthur Virgílio? Mas teve uma desgraça grande, que é o Governo do PT.

“Governo do Estado apresenta lei para reajuste salarial dos médicos.” Eles ganhavam R\$1.212,00. Depois de muita greve e confusão, esse valor foi aumentado para R\$1.537,85. Eis a vergonha, Adelmir Santana!

Vergonha maior ainda é, depois de fazermos uma lei aqui, o Governo não obedecê-la e não pagar o piso salarial de R\$960,00 para as professoras do meu Brasil. Isso significa dizer, Arthur Virgílio, que tem muitas e muitas professoras ganhando menos do que esse piso de R\$960,00. Essas professoras, a sociedade aceitou chamar de mestras, igual a Cristo. Por isso, queremos advertir o Presidente da República: enquanto isso, um aloprado nomeado, com um DAS-6, em qualquer rincão

do Brasil – e tem milhares e milhares por aí –, ganha R\$11.848,00. Então, Luiz Inácio...

Não sei se o Arthur Virgílio será, no próximo Governo – se tivermos alternância –, Ministro das Relações Exteriores deste País. Quando ele for ao México, eu quero acompanhá-lo. Lá na entrada do México, tem uma frase do General Obregón, que foi presidente. Ele disse assim, Adelmir Santana: eu prefiro um adversário que me diga a verdade do que um aliado aloprado e enganador que traga a mentira.

A verdade é essa, Luiz Inácio. Nós temos muito a resolver quanto a essas distorções salariais.

Quero dizer e lamentar que, no Piauí, o terremoto é o Governo do PT, em todos os sentidos.

Olhem, aqui, a manchete do *Diário do Povo*: “Servidores do Estado ficam sem assistência médica”.

Dirigimos o Instituto Iapep com muito amor e carinho. Seu presidente foi o Deputado Federal Marcelo Castro, hoje do PMDB, e depois o extraordinário bancário Paulo Ayrton. No nosso governo eles viviam felizes. Funcionava a colônia de férias com preços simbólicos. Eu estendi ao povo de Tocantins, com Siqueira Campos, numa visão de futuro, de apoio ao turismo, para que os funcionários do Governo do Estado do Tocantins tivessem o direito de usar a colônia de férias, Adelmir Santana, do Piauí com preços simbólicos. E aí, eles, nessas falcaturas, entregaram para os aloprados e o preço está maior do que um hotel de 4 estrelas. Então, está praticamente acabada aquela colônia de férias criada pelo Governador Dirceu Arcoverde no início dos anos 70, que ampliei com 40 apartamentos.

Cícero Lucena, tinha até SPA, com o Dr. Vilmar Pontes, para emagrecer e tornar elegantes os obesos funcionários do Estado do Piauí. Tudo arrasado! O terremoto no Piauí é o próprio Governo do PT, que se fincou lá num tripé, Cícero Lucena, da mentira, da corrupção e da incompetência.

Sei que o Mário Couto e o Flexa Ribeiro desistiram, porque o Piauí ganhou o pódio de pior prefeitura do PT. Nós ganhamos. O do Pará se queixa da Governadora, mas eu pediria até uma troca. O pior é que se tivermos um pódio da mentira, da corrupção e da incompetência fica tudo igual, tudo é medalha de ouro, porque não sei qual é a maior.

Por último, os servidores do Estado. O jornal *Diário do Povo*, do Piauí... A sorte, Arthur Virgílio, é que o Governo é bom de mídia, coopta a mídia, mas, o Piauí Deus não ia abandonar. Deus não abandona assim, ele colocou o *Diário do Povo*, um jornal livre. É de um empresário, o Damásio, muito rico, um empreendedor, um empresário, o maior importador do Brasil de peças de motos estrangeiras. Então, ele é livre, o jornal é dele, e eu transcrevo aqui: “Servidor de Esta-

do fica sem assistência médica”. Isso está no *Diário do Povo* de hoje. É grande a reportagem mostrando o descalabro.

Então, viemos aqui, em nome dos piauienses, pedir ao Presidente Luiz Inácio justamente o mesmo que os médicos aqui disseram: “socorro”, porque acreditamos no Presidente da República. Contam que ele mandou muitos recursos, mas o desvio é total. Então, pedimos a Sua Excelência o Presidente da República que, na sua próxima viagem, ele mesmo... Porque o resultado salta tanto aos olhos: a candidata dele está lascada no Piauí.

No Piauí, onde o Governo é do PT, eles fizeram uma pesquisa, Arthur Virgílio. José Serra tem 37%, a Dilma, 27%, aí depois encosta nela o Ciro Gomes. Acontece que o Vice-Governador do Piauí é médico. Wilson Martins foi Líder do meu governo e o apelido dele, ô Cícero, é trator. Então, o governador não pode sair, porque se ele sair o trator entra. E o que vai acontecer? O trator vai elevar o Ciro Gomes, que é um rapaz querido no Piauí, é vizinho. Sobral é Piauí. Esse negócio de Estado foi o homem que fez, Deus botou tudo próximo. Então, é fácil: o trator – está ouvindo Cícero? – eleva o Ciro Gomes, aí ela cai e o voto de protesto vai para Marina.

Então, essa é a verdade. O Arthur Virgílio fica assim pensando e eu quero dizer, ô Cícero, que nós do Piauí somos a gente mais brava.

Rui Barbosa, que está ali, que foi candidato, ele ganhou em Teresina. Este País é grandão, grandão, grandão porque nós fomos à luta e numa batalha sangrenta expulsamos os portugueses para o Maranhão. O País ia ser dividido em dois. “Filho, antes que algum aventureiro ponha a coroa”... O aventureiro era Simón Bolívar, que andava derrubando o rei na América espanhola. Coloca a coroa, coloca no filho e eu vou ficar com o norte, país Maranhão. Isso não ocorreu porque nós, piauienses, fizemos a primeira batalha sangrenta.

Esse mesmo povo que votou em Rui – Rui Barbosa ganhou em Teresina –, com sua bravura e sua grandeza, é que nos mandou para cá. Esse povo do Piauí vive da esperança. Aprendemos de Ernest Hemingway, no livro *O Velho e o Mar*, que “a maior estupidez é perdermos a esperança”. É um pecado. O homem não é para ser derrotado. Pode até ser destruído. E o Piauí e o Brasil hoje vivem de uma esperança que a democracia nos oferece: alternância do poder no Brasil e no nosso Piauí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Parabéns, Senador Mão Santa, pela exaltação ao Estado do Piauí!

Pela ordem dos oradores inscritos, convido o Senador Cícero Lucena, tucano da Paraíba, do PSDB, para fazer uso da palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Adelmir Santana, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, meu pronunciamento, inicialmente, destina-se a registrar minha alegria e satisfação, ao lado de outros companheiros, a exemplo de Arthur Virgílio, de Tasso Jereissati, de Sérgio Guerra, de Marisa Serrano, de Flexa Ribeiro, de Flávio Arns, de Alvaro Dias, de Lúcia Vânia, de Marconi Perillo e de muitos outros companheiros do Senado e da Câmara e de Governadores de Estado, porque nos fizemos presentes, ontem, na bela inauguração da Cidade Administrativa do Estado de Minas, obra realizada pelo Governo Aécio Neves, que, não só pela beleza dos traços do arquiteto Oscar Niemeyer, mas também e principalmente pelo objetivo daquele empreendimento, vai fazer com que, cada vez mais, a Administração Pública busque eficiência e qualidade na prestação de serviços e economia nos seus atos e atinja o objetivo maior de aplicar os recursos públicos com a visão e o compromisso de esses recursos serem, cada vez mais, aplicados em benefício da comunidade e da sociedade, com a preocupação de serem dirigidos àqueles que mais precisam.

Então, em nome do Governador Aécio Neves, parabenizamos todo o povo de Minas pelo belo exemplo daquela obra e também pelo exemplo da administração que S. Ex^a vem fazendo nesses oito anos, que, com certeza, terá continuidade pela beleza do exemplo, dado a todo o Brasil, de eficiência e de capacidade do Governo de Minas.

O segundo item, Sr. Presidente, refere-se a uma área que me preocupa bastante: a saúde pública. Durante as semanas e os períodos legislativos desta Casa, há muitos debates e muitas discussões sobre o que fazer para aprimorar algo que é tão sensível ao povo brasileiro, principalmente aos mais necessitados. Permita-me dizer que é verdade que, aqui, neste período de vida pública que tenho, de cerca de vinte anos, registramos, vimos, acompanhamos e verificamos algumas conquistas, alguns avanços. O Sistema Único de Saúde (SUS), mesmo com suas dificuldades, no seu conceito básico, é fundamental para um país continental como o nosso, que pode, efetivamente, prestar uma qualidade de serviço nessa área.

Então, Sr. Presidente – V. Ex^a conhece muito bem esta área, lida com isso, acompanha essa questão e sabe o que fazer –, podemos registrar, primeiro, essa preocupação com a universalização do serviço de saúde, o que é muito importante, o que é fundamental. Em segundo lugar, cito algo que foi criado, que foi

pensado – citam Cuba como exemplo, e já ouvi, nesta tribuna, uns cearenses homenageando um professor que também defendeu muito esta questão –, que é o Programa Saúde da Família (PSF). O Governo que, realmente, buscou universalizar a saúde foi o Governo Fernando Henrique Cardoso, tendo como Ministro, inicialmente, Adib Jatene, no primeiro mandato, e, em seguida, o hoje Governador do Estado de São Paulo, José Serra.

Para V. Ex^a ter ideia, quando assumi a Prefeitura de João Pessoa, havia zero de equipe do PSF. Isso foi em 1997. Deixei o Governo Fernando Henrique Cardoso, como ex-Ministro, e fui disputar a eleição de 1996 em João Pessoa. Quis Deus e o povo da Paraíba que eu fosse eleito. Deixei-o, oito anos depois, com 180 equipes de saúde do PSF. Então, veja bem, Sr. Presidente: João Pessoa foi a primeira capital do País a ter 100% de cobertura do PSF para o público alvo.

Obviamente, não são todos que usam as ações e o trabalho do PSF. Há distorções, como, por exemplo, o fato de que cerca de 60% da população do Estado de São Paulo e de Brasília têm plano de saúde, mas, na grande maioria do Nordeste, esse índice não atinge 10%. Obviamente, quem tem plano de saúde busca atendimento do plano de saúde, os hospitais conveniados. Os que não o têm buscam o SUS.

Essa equipe do PSF que implantamos em João Pessoa é algo que nos aproxima muito da solução da questão da saúde. E por que, Sr. Presidente? Porque sabemos que, no serviço público como um todo, não apenas as ideias, não apenas os projetos dão resultado, mas, sim, seu gerenciamento, seu acompanhamento, sua verificação, sua reavaliação e, consequentemente, as adaptações e os aprimoramentos dessas ações é que atingem os objetivos que todos nós desejamos. Busquei, inicialmente, implantar as 180 equipes, ou seja, universalizar o serviço e tive o apoio fundamental e determinante, que fez com que eu conseguisse isso, do então Ministro da Saúde, José Serra. Mas queríamos inovar mais do que um PSF. Primeiro, garantimos que, em toda a equipe de saúde, houvesse também um dentista. Hoje, o SUS admite um dentista para cada duas equipes do PSF. Também nos preocupamos em informatizar essa equipe. Todas as equipes tinham um terminal de computador que não apenas gerenciava o estoque de medicamentos do próprio PSF, as consultas marcadas e os prontuários daquela população alvo, bem como servia de instrumento, por meio da Internet, para a interligação com a Secretaria de Saúde, fornecendo essas informações tanto à Secretaria de Saúde quanto à Secretaria de Planejamento.

Fizemos um projeto-piloto, Sr. Presidente, Senador Arthur Virgílio, que considero muito importante,

que foi a ideia de fornecer um *palm top* a cada agente de saúde. O agente de saúde registrava em seu *palm top*, no cadastro, ao visitar uma casa, se a casa era de taipa, se a rua era calçada, se havia esgotamento sanitário, ou seja, as informações necessárias que alimentavam o banco de dados da Secretaria de Saúde e de Planejamento. Ao visitar a casa, ele tinha o prontuário de cada morador daquela casa, em que estava escrito se a mulher estava no pré-natal, se a criança – cada criança tinha seu prontuário – estava sendo vacinada no período correto, se aqueles que tomavam um medicamento continuado estavam tomando o medicamento e quando precisava fornecer novamente esse medicamento, porque eles eram fornecidos pela Prefeitura de João Pessoa. Enfim, ali havia uma referência bastante interessante, porque, com essas informações, quando o médico ia tratar do paciente, ele tinha uma ficha, um prontuário daquele paciente, com os exames que ele havia feito, com a data em que havia feito os exames, com o resultado, com as doenças daquele paciente, como funciona, verdadeiramente, numa consulta feita por um médico particular. É dever e obrigação de todos nós fazer com que a qualidade do serviço prestado na rede particular – não digo no todo, mas em vários itens – possa, deva e seja adotada pelo serviço público.

Vivi uma experiência, Senador Adelmir Santana, que, na cidade de João Pessoa, deixei implantada em dezesseis postos de PSF. Quem tem plano de saúde ou vive na cidade grande sabe que isso ocorre de forma muito simples. E ocorreu comigo. Eu era Prefeito da cidade de João Pessoa e fui fazer um *check-up* com o então ex-Ministro e amigo Jatene. Naquela oportunidade, foram-me solicitados alguns exames, como o de sangue, de fezes, de urina, aqueles que são rotineiros em um *check-up*. E me dirigi ao Laboratório Fleury, Senador Adelmir Santana e Senador Arthur Virgílio, e, lá chegando, fiz os exames. Procurei saber como eu receberia o resultado desses exames. Disseram-me que, a partir daquele momento, eu tinha uma senha na Internet, que eu poderia acessar o resultado dos exames e que aqueles resultados dos exames também estariam disponibilizados para o médico que os tinha solicitado, no caso, o Dr. Jatene. Aquilo ficou martelando na minha cabeça. Que funcionalidade! Não era preciso que eu voltasse ao laboratório para pegar os resultados, porque eles estariam disponibilizados na Internet, com minha senha, para o médico. Achei isso bastante interessante. Retornei para João Pessoa, chamei minha equipe e disse: “Quero implantar isso na Prefeitura de João Pessoa, no serviço público. Há um laboratório central, que faz os exames de fezes, de urina e de sangue. Então, quero implantar isso

aqui”. Se, em cada PSF, já havia um computador, se os agentes de saúde também tinham seus *palm tops*, teríamos de agilizar isso.

Muitas vezes, Senador Adelmir Santana, na minha cidade de João Pessoa, o pobre tinha de se deslocar muito: o médico pedia o exame, ele marcava o exame na central de marcações e, depois, ia ao laboratório, que fornecia os vasilhames para que ele fizesse as coletas e dizia que ele tinha de fazer os exames em jejum. Às vezes, ele pegava seis, sete, oito ônibus para se deslocar e fazer isso, em dias diferentes. Muitas vezes, ele não tinha dinheiro para pagar essa passagem e deixava de fazer o exame.

Então, o que fizemos? Em dezesseis postos de saúde, montamos uma estrutura para fazer a coleta dos exames, quer fosse de fezes ou de urina, fornecendo recipiente, orientando o paciente. O PSF era próximo da casa do paciente, que não precisava pegar ônibus. A coleta de sangue era feita pela enfermeira do PSF, e uma moto passava em todos esses dezesseis postos – começamos em um núcleo –, coletando esses exames e levando-os para o laboratório central. No laboratório central, feita a análise, o resultado era disponibilizado na Internet para o PSF que solicitou os exames e para o profissional que os requereu. Ou seja, é possível prestar um serviço com qualidade, com respeito, com atenção no serviço público, nessa área de saúde, mas é preciso haver fiscalização, determinação e vontade política para que isso ocorra.

Da mesma forma, Senador Ademir Santana e Senador Arthur Virgílio, identificávamos uma reclamação muito grande quanto ao uso do medicamento continuado. Por exemplo, há os que são hipertensos e/ou diabéticos, e muitos deles têm de tomar seis ou mais comprimidos por dia. Quando eles se deslocavam para o posto de saúde, normalmente, não os encontravam, por uma questão gerencial. Não é que não comprássemos o medicamento, mas é que, quando se começam a pulverizar nos postos de saúde esses medicamentos, abre-se a perspectiva de desvios. Não é apenas a questão do roubo, do furto, não. É o desvio cultural, vamos dizer. Quem de nós, neste País, não tem praticamente uma farmácia em casa, pelo medicamento preventivo de que vai precisar, muitas vezes pelo medicamento que comprou e que ainda não usou todo ou que não precisou usar todo? Todos nós temos uma farmácia em casa. Quem pode compra. O que é que fazia aquele que não tinha condição de comprar quando não havia o PSF? Ele ia a um posto de saúde e se medicava, o médico passava, ele recebia aquele medicamento e ia a outro posto mais próximo; às vezes, fazia três ou quatro consultas, apenas para obter o medicamento, porque já sabia qual era o me-

dicamento que ia tomar. Então, isso fazia com que o gerenciamento do estoque de medicamentos ficasse guardado na casa das pessoas. Com a informatização, usando-se a Internet, a banda larga, de cuja universalização hoje se está falando neste País, isso vai ser muito mais fácil, porque é algo que gerenciamos de forma muito simples.

Eu comprava medicamento, muitas vezes, para contemplar o cadastro que eu tinha de oito mil pessoas que precisavam do medicamento de uso contínuo para hipertensos e/ou diabéticos. Fiz uma campanha nos pontos de ônibus, nos hospitais, nos mercados, na imprensa, pedindo às pessoas que fizessem o teste de diabetes, que era gratuito, e a verificação da pressão. Aqueles que eram suspeitos ou já identificados como portadores de diabetes e de hipertensão, nós os cadastrávamos. Em um mês de campanha, saímos de oito mil cadastrados para 24.842 pessoas que precisavam tomar o remédio diariamente, para evitar o agravamento da doença. Olhe que são doenças muitas vezes silenciosas! Diferentemente de uma dor de barriga ou de uma dor de cabeça, a diabetes ou a hipertensão, muitas vezes, vêm a ser identificadas já em estado grave, com a necessidade de se amputar a perna ou, às vezes, com um acidente cerebral vascular ou mesmo com um infarto.

Então, essa medicina preventiva é possível fazer, e nós a fizemos na Paraíba, na cidade de João Pessoa. Foram cadastradas 24 mil pessoas, Senador Adelmir. Quando o cidadão ia ao posto de saúde, o médico prescrevia a receita dele de um mês – era a quantidade de medicamentos que ele precisava tomar durante um mês. O médico o fazia em duas vias: uma receita era entregue ao paciente; a outra receita era encaminhada à Secretaria de Saúde. E, na Secretaria de Saúde, com o farmacêutico, separávamos o medicamento e o colocávamos num envelope; por meio de um convênio, os Correios o entregavam na casa do paciente, numa demonstração de respeito, de carinho, de valorização das pessoas. Fizemos esse trabalho. Infelizmente, a administração que me sucedeu o suspendeu.

Apresentei um projeto nesta Casa, que foi aprovado por unanimidade, mas que, infelizmente, se encontra engavetado na Câmara Federal. O apelo que faço, a razão do meu pronunciamento é a de chamar a atenção...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Senador Arthur Virgílio, é um prazer conceder-lhe o aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Antes que se perca completamente o fio de uma ponderação muito relevante que V. Ex^a fez no retrospecto da sua passa-

gem pela prefeitura municipal, gostaria de lembrar sua passagem coberta de êxito pelo Ministério do Presidente Fernando Henrique e de ressaltar que não há, em João Pessoa, quem não reconheça seu esforço pelo saneamento básico, pela educação e pela saúde.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Obrigado.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E a saúde é ressaltada, quase unanimemente lá, como tendo sido um trabalho notável. V. Ex^a discorria, e, aqui, eu pensava: por que o Brasil não rompe, de uma vez, com essa coisa de o governante que vem depois fingir que não viu o que recebeu de avanços do governante anterior? Seria muito mais maduro. Os Estados Unidos não agiram diferentemente: os republicanos estão repetindo aquela oposição irracional que o PT fazia a Fernando Henrique, tentando inviabilizar o Governo Obama. Digamos que consigam e que Obama não vença as eleições parlamentares e se inviabilize como candidato à reeleição nos Estados Unidos: no máximo, eles receberão um país pior do que aquele que poderiam receber. Então, essa competição do “para trás”, do “quanto pior, melhor” é burra, não é inteligente. O justo é V. Ex^a preparar João Pessoa para o sucessor poder avançar, e o sucessor que faça o mesmo, para que o sucessor dele faça melhor, senão fazemos o jogo de perde-perde. Mas o fato é que, nas passagens curtas que tive por João Pessoa, cidade bonita e aprazível, de povo hospitaleiro, cidade realmente agradável – ainda é muito bom se viver nela –, recebi esses ecos da sua preocupação com as políticas sociais e do notável trabalho que fez na área de saúde, sobretudo na saúde preventiva, com que se evita muito gasto para a Previdência, sofrimento para as pessoas, sobrecarga da rede de assistência pública, municipal e estadual. Queria só fazer esse registro, porque julgo que é de justiça tê-lo nos Anais do Senado.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Agradeço-lhe, Senador Arthur Virgílio, sua generosidade e o carinho que sempre teve com minha pessoa e aproveito o pronunciamento de V. Ex^a, o aparte, para dizer que V. Ex^a chamou a atenção para algo em que este País precisa prestar atenção: a questão do comportamento da oposição. Algumas vezes, até no nosso Partido, alguns reclamam que não estaríamos fazendo oposição, talvez porque o País esteja desacostumado a fazer oposição com responsabilidade e com seriedade.

V. Ex^a citou o caso do republicano contra o democrata, nos Estados Unidos. Esta semana, houve um belo exemplo de como se fazer oposição com responsabilidade, num projeto aprovado nesta Casa, nas Comissões ainda, do Senador Tasso Jereissati, que reconhece a importância da manutenção da

renda mínima, do Bolsa Família, mas que chama a atenção e destaca que esse programa pode ser, sim, e vai ser aprimorado, tirando-se até aquela discussão mesquinha de que, se o atual Governo não ganhar, os outros vão acabar com os benefícios deste País. Pelo contrário, nosso Partido, o PSDB – é algo da nossa consciência que fomos nós que plantamos a semente do Bolsa Família, por meio dos programas sociais –, quer aprimorar. E uma das formas de aprimorar o Bolsa Família é exatamente valorizando a criança na escola e premiando essa criança na escola.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte de novo?

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Pois não, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Antes de tudo, quero lhe agradecer o belíssimo presente que V. Ex^a me deu, que foi um filme muito antigo, Senadores Cristovam e Adelmir, estrelado pelo célebre ator do passado James Stewart. Em inglês, o título do filme é *Mr. Smith Goes to Washington*. Conhece? A tradução para o português ficou “A Mulher faz o Homem”. É a história de um líder de escoteiros, uma figura muito simples, que é nomeado Senador na morte do titular da vaga – nos Estados Unidos, há essa prática; aconteceu agora mesmo, quando, por corrupção, o suplente de Obama foi destronado. E ele vai a Washington. Não vou contar o filme todo, só recomendo que comprem, que procurem nas videotecas *cult*. E, no final, ele percebe que queriam fazer um jogo com ele, tentando enredá-lo nas teias da corrupção que reinava naquela quadra da política americana. Ele chega como uma figura muito ingênua, encontra a mulher certa, que era uma funcionária muito experiente do Senado dos Estados Unidos, e termina fazendo uma obstrução que dá inveja a qualquer líder de oposição e a qualquer militante da oposição, porque sozinho conseguiu parar a casa por quase 24 horas, 23 horas e quarenta e tantos minutos, sem comer, sem dormir, sem ir ao banheiro, sem fazer nada, vencendo a luta, desnudando a corrupção e mostrando que contra ele não funcionou a máquina difamatória. Agora, eu queria também dizer que é incrível. Por um lado, na propaganda oficial dizem assim: “Ah, esse pessoal do PSDB quer acabar com o Bolsa Família”. Mas como, se nós que o criamos? Eles juntaram, e foi algo que não deixamos de ajudar: toda vez em que pediram suplementação de recursos para o Bolsa Família, nós demos. E, por outra vez, de novo: como queremos acabar se o Senador Jereissati apresenta um projeto aperfeiçoando-o, ligando de vez o Bolsa Família ao desempenho educacional? Não se deixará de dar para quem não tiver bom desempenho, mas se dará um pouco a mais para os alunos que ti-

verem um bom desempenho. O PT chegou a dizer: crueldade! Eu digo: meu Deus, crueldade é a criança não estudar, é não prepararmos o País para o futuro!

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – É não valorizar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não valorizar. “Fazer a criança estudar?” Então, a minha mãe, que considero uma pessoa santa, seria cruel, porque o que me obrigava a estudar não estava no gíbi! Ela dizia: “Pode fazer o que quiser depois, mas, de tal hora a tal hora, tem que estudar, e acabou”. O meu pai me dava mais uma orientação sobre os livros. Ele dizia: “leia isso, leia aquilo”, aquela coisa mais macro. Mas o micro era feito por ela mesma e era na base do “escreveu não leu, o pau comeu”, enfim. Nada de agressão física, mas ela era dura, dura mesmo, e cobrava resultados para valer. Até digo que o meu pai me recomendou todos os livros, mas, se não fosse ela, ali, no varejo, talvez eu não tivesse lido nenhum daqueles. Com exceção de Menino de Engenho, que meu pai queria que eu lesse, deixou na escrivaninha dele – e eu não queria ler o livro, tinha outros interesses – e falou: “Meu filho, este livro não é para você ainda, é um livro muito forte, muito trágico, inclusive fala de sexo”, e saiu da sala dele. Imediatamente, eu fechei a porta e comecei a lê-lo, interessado justamente na parte do sexo, e li tudo. Quer dizer, os dois foram muito importantes para mim. O fato é que fica incongruente esse discurso, fica muito tolo esse discurso. Dei o exemplo aqui da recente viagem que fiz aos Estados Unidos, com o Senador Eduardo Azeredo, àquela *National Prayer Breakfast*, que tentaram levar na brincadeira como se eu tivesse dito que ia tomar café com o Presidente Obama. Enfim, estou muito vacinado contra tolices, partam de onde elas partirem, mas o bonito foi ter ouvido o discurso de Obama, o bonito foi ter conhecido a casa 133, da Rua C, atrás do Senado. São dez suítes na casa; moram lá dez parlamentares republicanos e democratas, Senadores e Deputados. Moram juntos, dividem as despesas, e a casa é um ponto de encontro dos demais Deputados e Senadores. Lá eles resolvem muita confusão que iria explodir no plenário e acaba, por um acordo bom para os Estados Unidos, se resolvendo ali, naquela casa. Foi muito importante. O Embaixador Mauro Iecker, que é uma figura brilhante do Itamaraty, que estava lá há pouco tempo, ainda não conhecia a casa. Eu falei para ele: “Mauro, se informe imediatamente e procure conhecer essa casa, porque essa casa é uma coisa muito *inside*, muito dentro do espírito do Capitólio, do parlamento americano”. Mas eu considero, realmente, que ficaram em uma sinuca de bico, porque não têm dinheiro... Mas, meu Deus, têm dinheiro para a TV Brasil, estão pedindo mais dinheiro. E eu adoro a pessoa

que a dirige, minha querida irmã e amiga, a jornalista Tereza Cruvinel. Mas têm dinheiro para a TV Brasil e não têm para o Bolsa Família incentivar pessoas a terem mais e melhor desempenho! Uma figura que pensa bem, que é nosso amigo e que nós gostamos, adoramos, respeitamos, que é pai do Presidente do DEM, o Prefeito César Maia, César Maia disse – e ele falou com técnicos: “Não se pode cobrar da criança e sim da escola”. Mas a escola, eu responderia para o César: “A escola é o que ela é. Dentro daquela escola, alguém vai se destacar. É um incentivo para alguém se destacar dentro daquela escola, por mais deficiente que a escola seja, ou por mais eficiente que a escola seja”. Eu pergunto: há contradição nisso? Será possível que achamos estar indo melhor que a China? Continuamos um País de bacharéis em Direito, como eu próprio sou, enquanto a China se tornou um país de engenheiros. Será que houve crueldade quando os japoneses se esmeraram tanto na educação de suas crianças? Será que houve crueldade na Coréia do Sul quando aquele país, que tinha, nos anos cinquenta, metade da renda *per capita* do Brasil e, hoje, tem mais do dobro, por causa da educação,...

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – E erradicou o analfabetismo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ...quando a Coréia do Sul tomou como meta, não só isso, mas mexeu em todas as esferas de ensino em um projeto que tinha começo, meio e fim e que faz desse país hoje um país desenvolvido que rompeu de vez os umbrais do subdesenvolvimento? Ou seja, eu entendo que nós demos as respostas muito claras. E mais: a garantia de que, se ocorrer de ser nosso partido a governar o País mais uma vez, como já o fez duas vezes – em conjuntura melhor talvez a gente tivesse feito muito mais do que fizeram em conjuntura tão boa; fizeram, mas não fizeram talvez o que cabia fazer, o que precisava ser feito...

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Fizemos o alicerce para o que está hoje aí.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu queria inverter: que tal eles governando nas crises no Brasil não-reformado, que foi o Brasil que nós pegamos? Enfim, é uma coisa para nós meditarmos. Mas o fato é que nós temos garantias de que vamos continuar as políticas sociais, temos exemplos como o de V. Ex^a na área da saúde, temos os governos que todos nós, em algum momento, exercitamos e temos o compromisso com jamais negar. Eu jamais deixei de falar bem do primeiro Governo do Presidente Lula até a saída de Palocci, até inclusive no que se refere à política fiscal, e jamais deixei de me perfilar ao lado dele, muitas vezes até em contraste com pessoas do meu partido, em

matéria de política monetária. Hoje eu digo que a política fiscal virou uma bagunça, mas a política monetária, não, ela continua muito sóbria. E, se eles bagunçarem mais a área fiscal, terão um percalço na área monetária; e, se o Banco Central mantiver a independência que tem havido desde Fernando Henrique – que Lula sabiamente tem mantido –, inevitavelmente, neste ano, nós teremos aumento de juros. É porque o Banco Central é perverso? Não. É porque estão gastando demais e isso faz com que a inflação exploda; e, se a inflação der sinais de vida além do que é tolerável pelo sistema de metas, tem que haver aperto monetário. Não temos que ficar discutindo. Não adianta brincar, como dizia Roberto Campos, com um pouquinho só de inflação, porque não existe meia inflação, como não existe meia gravidez. Roberto Campos dizia isso com muita propriedade. A inflação tem que ser uma preocupação central, porque não há desenvolvimento sustentável sem inflação controlada, sem inflação civilizada. Eu diria até que 4,5% – os tolerados de hoje – são talvez um pouco a mais do que a maturidade econômica brasileira já pudesse trabalhar. Quem sabe 3% fossem algo razoável! Mas, enfim, de qualquer maneira, considero que pelo menos não deixar passar desses 4,5% já é uma conquista, dadas as condições do País. Mas eu queria, sem mais divagações e sem mais diversionismos, sem tirar V. Ex^a do seu foco, dizer que o que quero registrar mesmo é o apreço do povo de João Pessoa pelo belo trabalho que V. Ex^a fez na prefeitura, sobretudo na área da saúde. Foi o que ouvi bastante: ouvi em bar, ouvi na praia, ouvi no hotel, ouvi no táxi, ouvi bastante.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado, Senador. Comungando com tudo aquilo que V. Ex^a disse, registrando a sua generosidade, também faço questão de destacar que, sem dúvida, nesse governo de transição, em relação ao fruto que hoje está sendo colhido, com base naquilo que foi semeado na administração do PSDB, sem dúvida nenhuma o ex-Ministro Palocci teve um papel também fundamental, porque soube não se envolver em promessas fantasiosas, em oposições irresponsáveis e cumpriu, dando continuidade ao trabalho que vinha sendo feito pelo PSDB.

Eu teria de me estender muito mais sobre esse assunto, mas compreendo o apelo do Senador Adelmir Santana, que tem um outro compromisso. Não sei se ele quer um aparte, mas eu encerrarei logo em seguida. Concedo o aparte.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Se V. Ex^a me permitir, eu gostaria de fazer uma referência ao discurso de V. Ex^a...

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Pois não, Senador. É um prazer

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – ... sem levar em conta, naturalmente, o discurso do Líder Arthur Virgílio, que versou sobre vários outros assuntos. Eu queria me cingir à questão da saúde, quando V. Ex^a fez aqui um histórico da sua atuação quando no exercício da Prefeitura de João Pessoa. Fiquei muito atento, porque tenho me batido muito nessa questão de que há uma deficiência, uma falta de integração entre os entes federativos na questão da saúde. Achei muito interessante a experiência que V. Ex^a teve naquele Município. E eu me bato muito com relação às questões do turismo dos doentes para as cidades-polos. Se outros Municípios agissem dessa forma, certamente evitar-se-ia esse turismo a que me refiro, que é de pacientes que saem de pequenos Municípios, de pequenas cidades, e buscam essas cidades-polos à procura de uma consulta; e, muitas vezes, fazem essa consulta, depois de longos dias de espera em pensões, e até fazem elogio ao administrador municipal porque ele pagou uma pensão numa cidade-polo dessa – e a sua capital certamente é uma delas, como também é Brasília –, e volta esse doente, após a consulta, porque não teve a assistência farmacêutica. Ele caminhou, perambulou por várias drogarias e farmácias e não teve recursos para aquele atendimento. Quase sempre, chega à última já cansado, com poucos recursos e, vendo que o seu dinheiro não é suficiente, ele faz a clássica pergunta a uma pessoa que não tem a formação médica, muitas vezes um balconista que se formou ali pela experiência: “qual é o mais importante?”. Às vezes são três produtos que fazem a sinergia, produtos que são importantes para a sua casuística. E ela diz: “Todos são importantes, mas este é o que tira a dor”. E aí ele compra um analgésico e volta para a sua cidade, retornando depois para essa cidade-polo já em situação mais grave, muitas vezes indo parar no leito de uma UTI. É por isso, Senador Cícero Lucena, que não há recursos que cheguem para a saúde, porque não há a preocupação do atendimento inicial, como V. Ex^a dissertou aqui sobre sua experiência quando no exercício do mandato de prefeito de João Pessoa. Se todos tivessem essa preocupação, certamente haveria recursos; os recursos não seriam tão dispersos, não seriam tão desperdiçados, e não se agravariam determinados quadros, porque o atendimento seria completo no primeiro instante, como foi feito no período em que V. Ex^a implantou esse sistema na Prefeitura de João Pessoa. Então, eu queria apenas dar essa minha contribuição, porque faz parte de uma luta da qual falei aqui algumas vezes em alguns pronunciamentos. Parabenizo V. Ex^a pelo enfoque dado no seu

discurso de hoje à saúde, sem esquecer naturalmente as colocações feitas pelo nosso Líder Arthur Virgílio em outras vertentes do seu discurso. Também me associo às suas palavras.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Agradeço ao Senador Adelmir Santana, ele, que tem também origem no Nordeste e conhece bem esse problema. Daí se referir ao que nós chamamos normalmente não de turismo, mas de “ambulancioterapia”. No interior do Nordeste, o carro que mais circula é a ambulância levando as pessoas.

Muitas vezes, Senador, coloco-me na posição daqueles que nunca saíram da sua cidade, nunca, nunca viajaram. A não ser quando saem às vezes do sítio para a cidade para fazerem um dia de feira, nunca saíram da sua cidade. Coloca-se essa pessoa, muitas vezes sozinha, dentro de uma ambulância e ela é jogada no serviço SUS, sobre o qual não cabe falar agora, mas em outra oportunidade nós vamos falar...

Mas, sem dúvida, eu ouvi hoje – e vou encerrar, Senador – dois exemplos bastante interessantes: o citado pelo Senador Arthur Virgílio, dessa casa de convergência entre parlamentares fora do Congresso, nos Estados Unidos, em Washington; e a proposta, feita pelo Senador Cristovam Buarque, para que fosse formado um grupo de parlamentares, Senador Cristovam, para discutir esse Fundo Social.

Eu acho muito oportuna essa conversa fora, muitas vezes, do plenário, fora da rotina, da obrigação da discussão nas comissões; fora ainda dos holofotes, das câmeras de tevê – que são importantes e fundamentais –, para que nós possamos nos dedicar mais a isso.

E me permita, porque sempre é bom copiar o que é bom: eu vou começar a discutir, estruturar uma proposta, dando como exemplo esse sentimento, também do Senador Adelmir, para que possamos discutir a saúde deste País; para podermos colher as informações; para podermos, por exemplo, garantir um médico em cada cidade do nosso País, porque não tem, Senador. Muitos prefeitos, hoje, passam uma dificuldade imensa. Eles querem, eles têm o PSF, mas não têm recursos suficientes para bancar um médico no interior do nosso Estado e do País como um todo.

Então, vamos discutir isso. Vamos discutir, por exemplo, se estimulamos os consórcios entre as pequenas prefeituras para equipá-las com um aparelho de ultrassonografia – que a maioria dos Municípios não tem, Senador –, um aparelho de eletrocardiograma, de eletroencefalograma, aparelhos hoje que, com a tecnologia... Pode-se fazer, por exemplo, um eletro em um sítio – basta ter Internet – e mandar para um especialista em qualquer parte do Brasil ou do mundo, do seu Estado, das cidades-polos. Dar condição para

que o médico que está no interior tenha um mínimo de informação e não tenha que mandar uma pessoa viajar 200, 300, 400 quilômetros, sacolejando dentro de uma ambulância, para bater um eletrocardiograma.

Então, ouvindo essas sugestões, eu, com certeza, também farei proposta de um grupo, em que possamos colher experiências e informações, fazer um debate e apresentar uma proposição para o governo que assumir, seja no nível municipal, seja no nível estadual, seja no nível federal. Acho que hoje foram construídas propostas que esta Casa deve à Nação.

Meu muito obrigado. Que Deus proteja a todos!

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, o Sr. Adelmir Santana, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Agradeço as palavras e as referências, Senador Cícero.

Passo a palavra ao Senador Adelmir Santana, que representa, como eu, o Distrito Federal.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr^{as} e Srs. Senadores, Brasília passa por momentos difíceis, e o Senador Cristovam já enfocou essa questão no seu pronunciamento desta manhã.

Senador Cristovam, eu queria iniciar minhas palavras fazendo referências ao pronunciamento de V. Ex^a. Ainda na última segunda-feira, nós tratamos dessa mesma questão e até formulamos um pequeno debate aqui neste plenário. Refiro-me à questão por que passa, efetivamente, do ponto de vista político, o Distrito Federal.

Todos nós estamos tristes, apreensivos, preocupados. Ainda ontem – V. Ex^a já destacou aqui – foi proferida a decisão do Supremo Tribunal Federal, mantendo o Governador preso. A própria Câmara Distrital já admite, em votação quase unânime, o prosseguimento do pedido de *impeachment*. Tudo isso nos deixa extremamente preocupado.

Mas me chamam a atenção – e eu discutia isto antes de fazer o pronunciamento – as palavras que V. Ex^a disse hoje nesta manhã. Claro que aqui não há a revisão do orador, mas copieei porque estava fora do plenário. Diz o Senador Cristovam: “Uma maneira, sem dúvida, seria uma intervenção.” Eu tenho me posicionado aqui, desde o primeiro momento, contrário à intervenção. Volto ao texto do seu pronunciamento:

Uma maneira, sem dúvida alguma, seria uma intervenção, desde que o Presidente da República escolhesse um interventor que pas-

sasse essa credibilidade, e não a partidarização, por exemplo. Mas outra saída, que juntaria a legalidade de a própria cidade decidir o seu futuro com a confiança do seu povo nesse futuro imediato, era que a Câmara Legislativa elege-se indiretamente, como preveem as regras, um Governador que tenha a cara, as mãos, o jeito de um interventor, mas escolhido pela própria Câmara Legislativa do Distrito Federal.

V. Ex^a reafirma que, se o Supremo decidir, passa a ser constitucional. Concordo plenamente. Decisão do Supremo, e acabarão os nossos discursos sobre isso.

Mas eu queria chamar a atenção, Senador Cristovam, sobre essa consideração que faz V. Ex^a: tanto a Constituição Federal como a Lei Orgânica do Distrito Federal são *pari passu*, dizem a mesma coisa. Portanto, ao dizer o que consta da Constituição Federal, estou reafirmando o que diz a Lei Orgânica.

A Lei Maior, a Constituição, diz em seu art. 14, §3º, quais são as condições de elegibilidade, de qualquer forma, para qualquer tipo de eleição, na forma da lei, e dá todas as características. E, no inciso V, cita a necessidade da filiação partidária. Portanto, cai por terra a possibilidade de dizer “sem partidarização”, se esse for o caminho. Esses mesmos dispositivos fazem parte da Lei Orgânica não no art. 14, mas no art. 89.

Naturalmente, sem ser um constitucionalista, chamo a atenção de V. Ex^a, porque não poderá fugir desses princípios a questão da elegibilidade. Claro que essa é uma hipótese de eleição indireta que faz parte dos meus pronunciamentos também, quando se esgotar a questão da linha sucessória. Aliás, na nossa Lei Orgânica, é mais ampla essa linha, porque inclui a figura do Vice-Presidente da Câmara Legislativa, que também está *sub judice*.

Essas questões todas deverão ser examinadas pelo Supremo Tribunal Federal, embora – estive no último encontro que houve no STF – existam algumas questões que não foram suscitadas àquela Corte.

É essa matéria, Sr. Presidente, que eu gostaria, mais uma vez, de focar. Nos últimos dias tenho feito constantes discursos em defesa de Brasília e contrários à intervenção federal. Contrários. Eu não chego a admiti-la, como o fez V. Ex^a esta manhã. Eu sou contrário à intervenção federal na capital do País.

Eu reconheço, como sempre o fiz, que nós enfrentamos problemas que precisam ser sanados, mas devemos admitir que isso já está ocorrendo, pois, felizmente, as instituições – inclusive a nossa Câmara Distrital – saíram da letargia em que se encontravam até bem recentemente para cumprir, efetivamente, os seus deveres constitucionais. Demoraram mais

de setenta dias, sessenta ou setenta dias, mas nos últimos dias avançaram bastante no cumprimento de suas obrigações.

Na luta por uma Brasília Responsável – termos que usamos coincidentemente em nossos pronunciamentos –, eu tenho orgulho de dizer que conseguimos importantes adesões e apoiadores, como, por exemplo, a OAB-DF, presidida por Francisco Caputo, que se manifestou contrário à intervenção apesar de a OAB Nacional ter se posicionado favoravelmente à intervenção; diversos deputados distritais e deputados federais; várias federações do setor produtivo – tivemos uma última reunião recentemente aqui no Hotel Nacional –, como a Federação do Comércio, que tenho a honra de presidir, a Federação das Indústrias, a Federação dos Transportes, da Agricultura, das Associações Comerciais, a CDL. Todos, com um volume enorme de associados, de sindicatos, de pequenas associações e outras agremiações, manifestaram-se nesta direção: contra a intervenção.

Essa luta ganhou força com a entrega de um manifesto do setor produtivo contra a tese da intervenção ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, e ao Presidente desta Casa, o Senador José Sarney.

Nesse manifesto, que é público, nós expressamos nossa preocupação e inconformidade com os danos que a intervenção poderá trazer para o Distrito Federal – art. 89; ou melhor, art. 14 na Lei Federal.

A principal vítima dessa violação das regras constitucionais será a população, cuja autonomia política será violentamente atingida. A intervenção, além disso, certamente provocará uma paralisia das atividades produtivas no Distrito Federal, causando a interrupção de obras, projetos e contratos, ensejando demissões e, conseqüentemente, a perda de renda e de perspectiva de vida decente para muitas das famílias e para todo o Distrito Federal.

É muito perigosa, é muito duvidosa essa situação. Qual será o viés desse interventor? No pronunciamento de V. Ex^a de hoje, percebi, por exemplo, referências ao que seria um viés fiscalizador, um viés de procurar fazer auditoria em todos esses movimentos. Isso pode significar, Senador Cristovam, uma paralisia. Aliado a um grande interventor, certamente virão muitos outros pequenos interventores.

Nós já temos, por força da nossa própria organização, alguns pequenos interventores. Refiro-me às escolhas pessoais do Governador, como, por exemplo, os administradores das cidades-satélites. Cidades com seiscentos mil habitantes, quatrocentos mil eleitores, muitas vezes recebem a indicação de um interventor

ou de um administrador – veja que até eu já estou usando o termo “interventor” – que não tem muitas relações com elas. A nossa Lei Orgânica preceitua, no art. 10 ou 11 se não me falha a memória, mecanismo de escolha desses administradores, mas isso nunca foi regulamentado.

Volto a esses encontros com os Presidentes do Supremo, da Câmara e do Senado.

Embora os três Presidentes não tenham declarado oficialmente o seu apoio – é bom que se diga isso – à nossa batalha, todos concordam que uma intervenção é uma medida muito drástica e que existem outros mecanismos e saídas para que se evitem danos institucionais temporários ou irreparáveis.

Precisamos, pois, evitar o golpe que é a intervenção – no meu entendimento, a intervenção representa um golpe para a autonomia do Distrito Federal. Nós confiamos no espírito público dos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, que vão examinar e julgar essa complexa questão.

Não vai com isso, contudo, nenhuma reclamação quanto à figura memorável, agradável, simpática e inteligente do Procurador Geral da República, que esteve aqui conosco recentemente num processo de sabatina. É um homem muito afável e educado, que cumpre, certamente, o seu dever e tem conhecimento, naturalmente, dos autos do processo, coisa que nós não temos.

Faço isso para me resguardar. Se a decisão do Supremo Tribunal Federal for contrária ao que hoje prego, não terei nenhuma preocupação em mudar o discurso, porque será uma decisão da Suprema Corte.

Lembro, por oportuno, que nós entregamos também esse manifesto ao Governador em exercício, Deputado Wilson Lima, para que ele saiba o que nós, do setor produtivo, pensamos em relação a isso.

Não obstante nossa crença na vitória dos princípios democráticos e constitucionais, nós vamos continuar nessa luta. Encaminharemos agora o manifesto dessas organizações da sociedade civil ao Presidente em exercício da Câmara Legislativa, ao Ministro da Justiça e ao próprio Procurador Geral da República que fez o pedido de intervenção, o eminente Dr. Roberto Gurgel.

Como me referi em pronunciamentos anteriores, a mídia também tem acompanhado a questão e manifestado, em editoriais, opiniões contrárias à intervenção. Em entrevistas, artigos e reportagens, a mídia aponta para o perigo que isso representa para a Capital do País. Creio, portanto, que está muito distante a possibilidade da ingerência federal em Brasília.

Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, preocupa-me muito, pre-

ocupa-me realmente, a forma como o terrível escândalo que motivou o pedido de intervenção federal vem sendo tratado pela opinião pública, vem sendo tratado por todos os veículos. E é bom que se diga que nós aqui não estamos defendendo pessoas, não estamos fulanizando isso.

As notícias se referem de forma generalizada ao “mensalão do DEM”, como se o fato envolvesse toda a agremiação partidária. Ora, os fatos denunciados referem-se ao governador que pertencia – pertencia, friso – aos quadros do DEM e a outros membros do governo, muitos deles, inclusive, filiados a outros grupos partidários. Havia uma plêiade de partidos que giravam em torno desse governo, é bom que não nos esqueçamos disso. Portanto, não se pode chamar de “mensalão do DEM” algo que nem era do conhecimento do partido ou tampouco teve ingerência do partido.

Eu sou do DEM. Eu não sabia disso. Eu não estou envolvido com isso. Tanto isso é fato que, assim que as denúncias surgiram, a postura do DEM foi muito firme e clara. Alguns até acharam que demorou, mas foi necessário para atender os preceitos regimentais, constitucionais da própria organização partidária: o legítimo direito de defesa.

Surpreendido pela intensa crítica que atingiu a unidade da Federação que estava sob o comando de um correligionário, hoje ex-correligionário, e que hoje não é mais porque não é mais um Democrata, democrata do ponto de vista da filiação, o partido agiu rápido e não titubeou em cortar na própria carne.

O partido exigiu a punição dos envolvidos e ameaçou expulsar os denunciados. Todavia, nem isso foi necessário porque, diante da degola iminente, os acusados se anteciparam e deixaram o DEM. Mas o nosso partido, o Partido Democratas, foi além. Ciente de que a Executiva Regional também estava sob suspeição – alguns dos membros, claro, nem todos –, a direção nacional acatou a decisão do Presidente de Honra do nosso regional, do nosso partido, o eminente empresário, Deputado e pioneiro Osório Adriano, e autorizou a autodissolução do colegiado local, proposição que defendi desde o primeiro momento em contato com o Presidente Nacional do meu partido, porque achava que a intervenção partidária era uma medida dura e contrariava a todos. A autodissolução seria algo pedido pelo próprio Presidente e eu, como Vice-Presidente, movi gestões nessa direção, entendendo que o eminente Presidente de Honra do partido em exercício, Deputado Osório Adriano, merecia um tratamento diferenciado. E ele tomou a iniciativa de pedir a autodissolução do diretório. Apoiei imediatamente e fizemos isso.

Com tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, posso dizer que

me tranquilizo e me orgulho do posicionamento do meu partido frente a uma crise tão complexa. Não se tem conhecimento de que outro partido tenha adotado uma postura tão firme, rápida e forte contra o ato de corrupção de um dos seus membros. Exemplo: a questão do mensalão, que todos nós aqui conhecemos, e que não é nosso, não é dos democratas, essa história vem de longe.

Reafirmo que sou a favor das investigações e apuração desses fatos lamentáveis, com penalidades rigorosas para os culpados. E reafirmo que o DEM, mais do que qualquer outro partido, adotou providências para cortar o mal em seu nascedouro.

Em artigo publicado hoje, no jornal *Folha de S. Paulo*, na coluna Tendências e Debates, o Líder do meu partido aqui nesta Casa, o Senador José Agripino Maia, fez uma importante defesa do nosso Partido.

Gostaria de pedir a V. Ex^a, inclusive, que a íntegra desse artigo fosse incluída nos autos desta sessão, como peça integrante do meu pronunciamento.

Ele diz: “Gostaria que o Brasil nos compreendesse...”

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Adelmir Santana, uma palavra bem breve.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Por favor, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu ia tomar esta providência: pedir a inserção nos Anais do Senado do artigo do Senador José Agripino. Portanto, solidarizo-me com o gesto de V. Ex^a, que dá as explicações mais cabíveis. Fizeram tempestade em um copo d’água. Pessoas dizem: o DEM se manchou. Eu digo: por quê? Tomou as providências todas, cortou na carne. Se isso aí manchou alguém, o que não se diria do PT com os seus mensaleiros? Está aí o Sr. José Dirceu fazendo *lobby*, criando escândalos nas manchetes dos jornais, como se não fosse um homem com os direitos políticos cassados, e é promovido a coordenador de campanha. O outro participa do diretório nacional. O Presidente Lula chama de aloprados os que cometeram crime de falsificar dossiê. Não tem nada de aloprado, aloprado é o Jim Carrey, aquele ator, era o antigo Jerry Lewis, os irmãos Marx, era o Ronald Golias, atores aloprados, enfim, mas o caso aí é crime, falsificar dossiê é crime. Vá no Código Penal que está tudo lá, direitinho. Então, o DEM fez o que tinha que fazer, mas resolveram estigmatizar. E eu quero me solidarizar com o seu partido com muita clareza.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Agradeço o aparte de V. Ex^a que enriquece o meu pronunciamento.

Abro aspas ao que diz o nosso Líder:

Gostaria que o Brasil nos compreendesse. Não houve “mensalão do Democratas”. Os ilícitos denunciados circunscreveram-se estritamente ao governo de Brasília e não envolveram filiados de outras unidades da Federação.

O partido providenciou, no tempo adequado, o expurgo exigido pelos fatos no Distrito Federal.

O futuro vai nos reservar o direito de dizer que fizemos história partidária. A expressão “mensalão” fica, assim, preservada como patrimônio de outros partidos que não souberam ou não puderam distanciar-se do território da corrupção.

José Agripino reafirma o que eu disse aqui já há muito tempo. O DEM não tem compromisso com o erro e a corrupção, não passou a mão na cabeça de nenhum suspeito de envolvimento com o caso aqui no Distrito Federal e sempre terá a coragem e a firmeza para extirpar esse mal pela raiz.

Vamos reconstruir o DEM no Distrito Federal. O Senador Marco Maciel foi designado para recompor os quadros do diretório regional com homens e mulheres que se orgulhem do que o partido fez na crise de Brasília. Continuaremos o nosso trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que eu trago, agora, são palavras de alento aos meus correligionários de Brasília.

O DEM-DF tem, em seus quadros, pessoas sérias que podem representar o povo brasileiro em todas as instâncias do Governo. É por isso que iremos, urgentemente, reconstruir o DEM-DF, para que ele, com seu valoroso e honrado quadro de militantes, possa continuar contribuindo para o progresso da nossa cidade e para o bem-estar da população local.

Tenham certeza de que o DEM não vai encolher, tampouco se curvará diante das adversidades, pois nossos dirigentes não compactuam com as mazelas e a corrupção. Nosso partido tem compromissos com a conduta ética e possui quadros da mais alta competência e honorabilidade para ocupar os mais elevados postos da administração pública, tanto no DF quanto nacionalmente. Vamos fazer composições, vamos trabalhar em conjunto.

Como diz Agripino no encerramento de seu artigo:

Atravessamos uma trilha amarga, mas fizemos o que tínhamos que fazer para nos apresentar como referência de rigor na não convivência com a impunidade. Tenho certeza de que, mais à frente, irão reconhecer

esse nosso esforço, não pelo que eu digo, mas pelos fatos.

É por isso, Sr. Presidente, que manifesto, a minha confiança e o respeito que tenho pelas lideranças do meu partido, o DEM. Confesso que, às vezes, fico surpreendido quando um conjunto de agremiações, antes junto conosco, fazem encontros e nos isolam nas discussões dos problemas de Brasília.

Todas as atitudes que temos tomado nos fazem crer que o bom senso, a serenidade e o equilíbrio vão prevalecer sobre o oportunismo, a precipitação e o descrédito nesta hora difícil em que vivemos. Brasília, certamente, haverá de encontrar seu caminho na alma de um País, na alma de um Estado, que é exatamente a atividade política. E estou dentro dessa confiança.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço sua tolerância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Adelmir Santana, eu quero pedir licença ao Senador Arthur Virgílio – se S. Ex^a me permite – para, em vez de trazê-lo aqui para presidir e eu ficar aí, eu poder comentar da Presidência alguns pontos do discurso de V. Ex^a. Senador Arthur Virgílio, não há nenhum problema, não é? (*Pausa.*)

Vamos, então, baixar o espírito do Senador Mão Santa e, daqui desta posição, farei alguns comentários.

Primeiro, eu estou perfeitamente de acordo com a tese de que a crise é de pessoas e não de partidos. Ninguém pode dar ao Democratas ou a qualquer outro partido a responsabilidade pelo que algumas pessoas fizeram, salvo se o partido fosse conivente, e o Democratas foi muito explícito e, eu diria, rápido. Pode não ter sido imediato, no mesmo dia, por causa das regras, mas não dá para dizer que não tomou as medidas corretas. Eu li o artigo do Senador José Agripino e quero dizer que também compartilho da ideia de que merece entrar nos Anais.

Segundo, sobre o problema da eleição do próximo Governador – supondo, inclusive, a renúncia ou o *impeachment* –, embora a Constituição diga que, para ser eleito, tem que estar filiado a algum partido, coisa que eu, inclusive, tento modificar, sou defensor da possibilidade da eleição de independentes, como em muitos países do mundo...

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A nossa Constituição teria que ser mudada para permitir um candidato independente. Mas eu tenho a impressão de que, da maneira como está na Consti-

tuição, se refere à eleição direta. Não está implícito no caso da indireta.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Mas refere-se a inelegibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Então, muito bem. Mas pode permitir o debate sobre isso.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – É claro, não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Até porque o interventor não precisa estar ligado a um partido.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Por isso, não é inelegibilidade, é escolha pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Eu tenho a impressão de que, da maneira como estou colocando, a Câmara praticamente escolheria alguém que faria o trabalho da intervenção neste momento. Então, isso é discutível. Confesso que não tenho argumento para dizer que pode ser sem filiação.

Qual é a razão que tenho defendido, caso venha a ser possível? É que aumenta o leque de alternativas. Lamentavelmente, uma imensa quantidade de pessoas sérias não se filia aos partidos. Então, quando a gente entra numa crise como essa, tem dificuldades em encontrar nomes acima de qualquer suspeita, porque hoje pesam suspeitas sobre todos os políticos com mandato, filiados. Tanto é assim que estenderam ao Democratas a responsabilidade por ações de alguns dos seus.

Então, na verdade, uma solução que acho que seria boa é se a interpretação da Constituição, no caso da eleição indireta, nessas circunstâncias, permitisse não filiados. Entretanto, se a Constituição não o permitir, podemos escolher entre algum filiado. Eu queria apenas aumentar o leque, não estou desmerecendo a nós, filiados.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Só do Democratas eu lhe ofereço 25 mil nomes.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Agora, para argumentar, a lei não obriga que o Governador seja de algum partido...

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – É claro que não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Permite que não filiados sejam governadores. O Governador José Roberto Arruda, no final – aliás, até hoje, continua Governador –, não era filiado.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Mas a elegibilidade ainda exige a filiação partidária.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Então, há uma contradição. Você pode ser eleito e, uma hora depois, renunciar, sair do partido. Veja que

irracionalidade: só pode ser eleito se for filiado, mas, uma hora depois de eleito, pode sair do partido.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – O que é uma incongruência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – É uma incongruência. Qual é a maneira de resolver essa incongruência? Se, de fato, for possível, legalmente, legitimamente, constitucionalmente, que, no caso específico de escolha indireta, não seja necessária a filiação.

Agora, se vamos conseguir essa interpretação ou vamos precisar mudar a Constituição em 48 horas aqui, em algum momento, para poder ajustá-la a esta crise, é outra discussão.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Veja que estamos numa crise tão grande que vai exigir mudanças constitucionais aqui e locais. Só o entendimento pode levar a essas mudanças. Concordo plenamente com V. Ex^a: precisávamos ampliar esse leque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Então, na verdade, é isto: se a pessoa pode ser Governador sem ser filiado, depois de eleito por um partido, podendo uma hora depois da posse se desfiliar, por que não tentamos dar uma congruência, usando a palavra que V. Ex^a usou, e tornarmos possível também não ser filiado no momento da eleição direta?

E falo com toda a coerência de quem acredita que seria um grande avanço no mundo de hoje, de caos ideológico completo, permitir a eleição de independentes, como se permite nos Estados Unidos. No Chile, agora, um candidato independente teve 20% dos votos para a Presidência da República – 20%! –, tal o descontentamento com os partidos. Creio que, para o Brasil, neste momento, seria positivo que a gente permitisse isso.

Aí dizem: vai enfraquecer os partidos. Mas os partidos são fracos hoje. Na medida em que eles se consolidarem desaparecerá a ideia da independência. Hoje, o Distrito Federal aumentaria muito o leque de alternativas para o nosso próximo Governador, se tivéssemos a possibilidade de, dentro do marco constitucional, elegermos um nome independente. Se não for possível, muito bem, escolhamos entre os filiados.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Após a sua intervenção, eu queria concluir, até para chamar a atenção.

Imagine se os nossos Deputados Distritais não tiverem a compreensão – pelas palavras que V. Ex^a coloca, de ampliação, porque muitas vezes, o espírito corporativo fala mais alto – de que, se chegarmos ao ponto da escolha... E provavelmente caminha nessa direção, caso haja o entendimento de alteração da Lei Orgânica. Também há uma falha na Lei Orgânica,

pois ela contraria o que diz a nossa Lei Federal. Ela diz que, no último ano – a nossa afirma que, nos dois últimos anos –, haverá uma eleição complementar feita pelo Congresso. A Lei Orgânica aqui estabelece que, no último ano, aquele que assumir complementar o mandato. Caso chegemos a esta questão da eleição indireta, imagine se o espírito corporativo for mais forte e escolherem entre eles o futuro Governador? Certamente, restringirá muito o processo de escolha.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – É claro, é isso que temos que evitar.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – É bom que isso seja pensado. E, naturalmente, não vai aqui nenhuma crítica a este ou àquele nome, mas certamente criaria uma contrariedade dentro do fulcro das palavras que V. Ex^a colocou nesta manhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ADELMIR SANTANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tendências | Debates

O que faz o DEM ser diferente

JOSÉ AGRIPINO

O EPISÓDIO envolvendo dirigentes e parlamentares do Distrito Federal oferece ao país a oportunidade de acompanhar a maneira como um partido pode comportar-se diante de situações de crise. A oportunidade também de comparar partidos e comportamentos.

Na desfiliação do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, do vice-governador, Paulo Octávio, do deputado Leonardo Prudente e na dissolução do diretório regional, o Democratas não deu espaço para conveniências imediatistas ou de ordem pessoal. Optou pelo respeito à ética, encarada pelo partido como um valor permanente da vida política. Levado a cortar na carne e punir filiados de longo tempo, o DEM mostrou ao Brasil que não convive com a improbidade e não aceita a impunidade.

Em novembro do ano passado, o governador Arruda foi exposto à opinião nacional em imagens que o mostravam na prática de ações inaceitáveis. Diante da gravidade das denúncias então veiculadas, o senador Demóstenes Torres, o deputado federal Ronaldo Caiado e eu apresentamos à Executiva do partido representação com pedido de expulsão do governador em rito sumário.

Como é comum nas democracias, todo partido tem linhas diversas de pensamento. A Executiva acatou o pedido, decidindo pela concessão de um prazo de oito dias para a apresentação da defesa.

Próximo ao final do prazo, confrontado com a iminência da sua expulsão, o governador José Roberto Arruda pediu desfiliação. O vice-governador, Paulo Octávio, e o deputado Leonardo Prudente desfiliaram-se após algumas semanas e o diretório regional do partido foi dissolvido.

Em consequência da ação da Executiva partidária, os envolvidos nos episódios do Distrito Federal não poderão candidatar-se a nenhum cargo nas próximas eleições.

Enquanto isso, impõe-se uma reflexão: onde andam os implicados no escândalo dos aloprados? Onde andam os mensaleiros? Onde andam os camufladores de dólares em roupas íntimas? Seguramente, não são do De-

mocratas. E o povo sabe quem continua a acobertá-los.

Dentro da Executiva, pelo diálogo, chegou-se a um entendimento unânime. Prevaleceu no partido a ideia de

Gostaria que o Brasil nos compreendesse. Não houve 'mensalão do Democratas'. A expressão fica preservada como patrimônio de outros

que ninguém teria, ao julgar colegas, o direito de agir por meio de sentimentos pessoais.

Ao partido, como instituição, impunha-se a tarefa de dar exemplo, cumprindo sua obrigação, fazendo o que outros, em circunstâncias semelhantes, não tiveram a coragem de fazer.

As atitudes foram guiadas pela convicção de que as instituições devem estar acima dos sentimentos que, por serem humanos, são falíveis.

Todo processo traumático de tomada de posição costuma se transformar em referência. Ficam os exemplos — positivos ou negativos. Impõe-se a decência.

Gostaria que o Brasil nos compreendesse. Não houve, portanto, "mensalão do Democratas". Os ilícitos denunciados circunscreveram-se estritamente ao governo de Brasília e não envolveram filiados de outras unidades da Federação.

O partido providenciou, no tempo adequado, o expurgo exigido pelos fatos no Distrito Federal. Detectado o problema, o corrigimos drasticamente, afastando os envolvidos com irregularidades. Em nenhum momento contestamos as evidências exibidas pelos meios de comunicação ou alardeamos a existência de conspirações.

O futuro vai nos reservar o direito de dizer que fizemos história partidária. A expressão "mensalão" fica, assim, preservada como patrimônio de outros partidos que não souberam ou não puderam distanciar-se do território da corrupção.

Vamos reconstruir o DEM no Distrito Federal. O senador Marco Maciel foi designado para recompor os quadros do diretório regional com homens e mulheres que se orgulhem do que o partido fez na crise de Brasília. Continuaremos nosso trabalho.

Atravessamos uma trilha amarga, mas fizemos o que tínhamos que fazer para nos apresentar como referência de rigor na não convivência com a impunidade. Tenho certeza de que, mais à frente, irão reconhecer esse nosso esforço. Não pelo que eu digo, mas pelos fatos.

JOSÉ AGRIPINO MAIA, 65, engenheiro civil, é senador da República pelo DEM-RN e líder de seu partido no Senado Federal. Foi governador do Rio Grande do Norte (1983-1986 e 1990-1994).

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Eu que agradeço, Senador.

Fica, obviamente, aceita a sugestão feita pelo Senador de incluir o artigo do Senador José Agripino nos Anais da Casa.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, proponho um voto de aplauso ao Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Amazonas, Dr. Vander Laan Góes, parintinense da melhor cepa, pelo seu correto parecer a respeito da redefinição do número de Deputados Federais por Unidade da Federação. Teve uma atitude impecável, junto, aliás, com Deputados Estaduais que aqui acorreram. Penso até que nenhum outro Estado se fez tão presente quanto o Amazonas – os Deputados Federais, praticamente todos, não me lembro de exceção, e os Senadores, sem dúvida, presentes a todas as sessões do TSE –, porque o Amazonas não se conforma com ser sub-representado, e ele está sub-representado, há muito tempo, desde a constatação do Censo de 2000, por apenas oito Deputados Federais, quando deveria ter, no mínimo, nove. Isso lhe causa problemas não só políticos, mas também econômicos, com clareza, porque quem tem minoria tende a perder nas disputas econômicas nesta Casa.

Sr. Presidente, ainda quero dizer a V. Ex^a que, como em 79 outras cidades do País, o Amazonas ouviu e apreciou o Grito Manaus, a festa que celebrou a cultura alternativa. Em Manaus, o Grito ocorreu na parte interna do viaduto da Avenida Constantino Nery, bem em frente ao Olímpico Clube, com a Boulevard Álvaro Maia. Desse registro, incluo a íntegra da reportagem do jornal *Amazonas em Tempo*, para que passe a constar dos *Anais* do Senado da República.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, começo com uma boa notícia para o Amazonas e, por certo, para o Brasil: a Samsung vai voltar a produzir telefones celulares no Polo Industrial de Manaus. Com os novos investimentos da empresa, depois de seis anos sem fabricar celulares no Amazonas, será possível também a produção ali de condicionadores de ar. O Diretor de Negócios da Samsung, Dr. Benjamin Sicsú, em entrevista ao jornal *Amazonas em Tempo*, informou que, com essa nova linha, os condicionadores da marca deixarão de ser importados já que o Polo Industrial de Manaus (PIM) atenderá ao mercado nacional e também os exportará.

Saúdo a boa nova e aproveito a oportunidade em que faço o grato registro para pedir inserção nos Anais do Senado da excelente reportagem do jornal *Diário do Grande ABC*. Com o título “A Terra de Mitos e Fatos”, a

reportagem destaca os principais pontos turísticos do meu Estado, a começar pela própria floresta. A selva exerce fascínio e figura como inigualável atração. Aliás, ao lado do Rio de Janeiro, o Amazonas vira, cada vez mais, o destino preferido dos turistas estrangeiros. E eles não se frustram jamais diante de tantas e expressivas belezas. Hoje, felizmente, o Amazonas dispõe de excelentes condições de logística – poderia ser melhor ainda – e de hotelaria para atender à forte demanda de turistas do Brasil e do exterior.

Peço que todos esses pronunciamentos sejam considerados na sua íntegra, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, estamos praticamente a seis meses das eleições de outubro. O que se espera, pelas manifestações que ouço no Amazonas e em outros Estados, é uma legítima demonstração de civismo, a mais expressiva delas. Ouço e pressinto que o povo resiste aos pregoeiros do caos, que, lamentavelmente, tentam amesquinhar o encontro do povo com as urnas. Não vão conseguir fazer isso, como bem nota o jornalista – na verdade, o grande jurista e, sem dúvida, articulista – Lino Chixaro, do *Diário do Amazonas*. Em recente artigo, o brilhante penalista Lino Chixaro observa e denuncia: “Estão querendo amesquinhar a campanha eleitoral. Querem colocar no centro dos debates uma tola comparação entre os Governos Lula e FHC”. E, a propósito, adverte Lino Chixaro: “Não dá para comparar. São governos ditados por circunstâncias históricas muito diferentes, o que torna insensato antecipar o julgamento da própria história”. Em outro trecho do seu artigo, diz o jurista e articulista:

O PSDB instituiu a moeda forte (o Real) e eliminou o ciclo histórico de inflação que corroía a mísera economia dos pobres. Instituiu o arcabouço do Estado Mínimo, com a economia privada e o financiamento de políticas sociais compensatórias antes usadas apenas pelas oligarquias. O PT foi virulentamente, contra tudo isso.

No Governo, o PT caiu na real [é o que queremos]. É o que vemos. Embora chamuscado por práticas abomináveis de corrupção e apropriação do Estado, soube investir em uma política de inclusão social realmente positiva, que se expressa no aumento histórico do salário mínimo, no subsídio às populações carentes. O PSDB, mais maduro, não ficou contra.”

Assinala ainda o articulista: “Se o PT, com aquela visão míope, estivesse no governo no lugar do PSDB, o Brasil ia virar um caos e fechar para balanço. Se o PSDB continuasse no governo, o País não teria um processo de inclusão social tão rápido”. Para concluir, sugere Chixaro, em seu artigo no jornal *Diário do*

Amazonas: “Ambos os partidos são ricos em erros e acertos. O importante agora é saber o que cada um promete fazer pelo País daqui para frente. Olhar para um retrovisor não é bom. Bom é olhar para todos os retrovisores da História”.

O artigo do qual acabo de ler alguns trechos é bom espelho do momento, às vésperas do grande pleito de outubro. Melhor mesmo é olhar para frente, analisar o que está na plataforma de cada partido, para que o Brasil, como um todo, possa continuar trilhando o bom caminho pavimentado no Governo Fernando Henrique, que ensinou à atuação da administração federal meios para impedir retrocesso. Nem sempre, lamentavelmente, houve essa compreensão. O povo, estou certo, haverá de escolher o melhor para o Brasil.

Peço que seja publicado, na íntegra, o artigo do articulista e grande penalista, repito, Lino José de Souza Chixaro.

Finalmente, Sr. Presidente, tenho de dizer que o Brasil nunca pode esquecer quem faz sua cultura erudita ou popular. Por isso, requeiro voto de pesar pelo falecimento de Johnny Alf – na verdade, João Alfredo –, um dos precursores da Bossa Nova, e requeiro que ele seja levado ao conhecimento dos familiares do artista.

Reconhecido como um dos maiores intérpretes da música popular brasileira, faleceu em São Paulo, no dia 4 de março de 2010, o cantor Johnny Alf. Ele foi um dos precursores da Bossa Nova, ao lado de Dick Farnley e de Lúcio Alves. Suas composições refletiam as características da chamada classe média *cool* – estilo *cool*, leve. Ele tocava por cifra com muita semelhança aos acordes do *jazz*.

Contristado pela morte de Alf, requeiro esse voto de pesar como homenagem póstuma ao grande compositor e peço que os Anais do Senado abriguem a letra imortal de uma de suas melhores composições:

Ah, se a juventude que essa brisa canta
Ficasse aqui comigo mais um pouco
Eu poderia esquecer a dor
De ser tão só pra ser um sonho
Daí então quem sabe alguém chegasse
Buscando um sonho em forma de desejo
Felicidade então pra nós seria
E, depois que a tarde nos trouxesse a lua
Se o amor chegasse, eu não resistiria
E a madrugada acalientaria a nossa paz
Fica, ó brisa, fica, pois talvez quem sabe
O inesperado faça uma surpresa
E traga alguém que queira te escutar
E junto a mim queira ficar
E junto a mim queira ficar
E junto a mim queira ficar
E junto a mim queira ficar.

Eu nunca me atreveria, Sr. Presidente, a repetir o que talentosos colegas nossos já fizeram da tribuna, que é cantar, mas faço questão que essa poesia bonita seja inserida nos Anais do Senado.

Digo a V. Ex^a que o ex-Senador Luís Fernando Freire foi também um belíssimo compositor de Bossa Nova, autor, por exemplo, de *Menina Flor* e de muitas outras composições festejadas. Comentei com ele, certa vez, que, indo aos Estados Unidos, mantive contato – o Senador Adelmir Santana estava junto – com o então Presidente do Partido Democrata americano. Meu Deus, quero lembrar agora o nome dele! Nossa Senhora, não me pode dar branco agora! Eu já lembro o nome dele. Foi uma figura essencial na articulação da campanha de Barack Obama. Nem sei – não entendo bem a mecânica da política americana – por que ele não assume, hoje, um cargo proeminente. Não sei se é interesse próprio dele estar fora ou qual é a lógica. Mas o fato é que ele foi governador de Vermont, que é um pequeno Estado, altamente intelectualizado, um Estado de atores, de artistas plásticos, de figuras de enorme senso crítico. Ele postulou a Presidência da República – talvez, V. Ex^a me ajude –, começou como um fenômeno, mas, depois, perdeu peso, e o consagrado na Convenção Democrática foi John Kerry, que perdeu a eleição para George Bush, antes da eleição de Obama. É uma injustiça esquecer o nome dele. Vou pedir à Taquigrafia um espaço para fazer essa correção.

Fiquei muito impressionado. Conversamos com estrangeiros em geral e vemos que, principalmente, os americanos cuidam muito dos assuntos deles. É difícil ver um americano que universalize, que, até pelo tamanho econômico e pela pujança militar do seu país, se preocupe com os detalhes dos outros povos. Há americanos fantásticos, e admiro muito um país que, com a idade do nosso, soube avançar tão mais do que o nosso. Mas há este defeito, eu diria: conversamos com eles, e os mais velhos, ao falarem de música, lembram Carmen Miranda, e os menos idosos lembram Tom Jobim, o que é genial, lembram a canção *Garota de Ipanema* e, com isso, acham que satisfizeram nosso ego. Esse cidadão, esse líder americano a que me refiro – não é possível que eu esteja esquecendo o nome dele agora; é uma coisa, realmente, complicada – conhece a Música Popular Brasileira a fundo. Tomei o cuidado de pedir ao Luís Fernando Freire que me obtivesse os melhores clássicos da Bossa Nova e mandei para ele. Mandei para ele um monte de fitas, de fato, com preciosidades, com praticamente toda a história da Bossa Nova ali contida. Na conversa que teve conosco, ele, primeiro, não era nem de leve ignorante sobre a Amazônia, ou seja, não dizia aqueles

três ou quatro lugares-comuns; segundo, ele não era ignorante sobre o Brasil – percebíamos que, se não era um erudito, um homem capaz de fazer um doutoramento sobre a Guerra dos Emboabas, ele também não era um ignorante de jeito algum, não era um alienado –; terceiro, não era um alienado em relação à América Latina. Ele entendia que a América Latina deveria ter um peso maior na preocupação política do seu país. A América Latina estava fora – e está fora, na verdade – das prioridades dos Estados Unidos um pouco por culpa dos Estados Unidos, um pouco por culpa nossa também. E ele demonstrou conhecer, pelo ângulo dessa manifestação de apreço à nossa cultura musical, muito de Bossa Nova.

O que me deixa bastante intrigado com esses lapsos de memória que temos é que tenho certeza de que, assim que eu acabar o discurso, vou lembrar o nome dele. É uma figura que foi candidato a Presidente dos Estados Unidos, que foi candidato a candidato a Presidente dos Estados Unidos, que fez uma campanha bonita e que se perdeu no meio dela. Mas me impressionou muito como ele conhecia de música. Portanto, eu queria lembrar uma figura singular, que sai fora daquele lugar comum. Um dirigente partidário ou político americano ou de qualquer país sabe que vai receber uma delegação de brasileiros e aí prepara algumas curiosidades para falar sobre o nosso País: fala em Amazônia e, se quiser sofisticar, fala em Cataratas do Iguaçu, mas, no fundo, percebemos que não há profundidade, percebemos que não há um entendimento real da nossa alma, do nosso sentimento, do que somos como País, como Nação. Mas ele, ao contrário, demonstrou isso espontaneamente, até porque não vi ali papel ou anotação, não vi assessor. É Howard Dean o nome dele. Eu tinha de sair daqui só depois de citar o nome de figura tão ilustre: Howard Dean.

Foi fluindo a conversa, e, depois, cheguei perto dele um pouco. Ele conversou por alguns minutos comigo sobre música, perguntando: “E fulano? E beltrano? E sicrano?”. Daí a necessidade que senti de, já que ele estava tão bem-informado sobre o que se faz na música brasileira hoje e tinha algum conhecimento de Bossa Nova, reunir tudo que eu pudesse reunir. O Senador Luís Fernando Freire foi muito gentil e me deu um acervo enorme. Eu disse: “Nossa! Tenho de cumprir isso mesmo!”. A vontade era de ficar com tudo aquilo para mim. Mas mandei para o Howard Dean o que eu tinha, o que o Luís Fernando Freire me passou. Ele deve estar ouvindo aquele acervo, ali, aos poucos. Como era um caixote, ele deve estar ouvindo, ali, aos poucos, as músicas.

O Alfredo é uma figura excelente do Ministério da Cultura, deste Governo ao qual me oponho, ao qual

faço oposição. Ele é Secretário-Executivo do Ministério da Cultura. Quero dizer que, num momento aqui em que votamos, se não me engano – não foi o Vale-Cultura; este votamos depois –, orçamentos, procuramos caprichar no atendimento das reivindicações de um Ministério que é importante para o País, embora nem sempre se reconheça essa importância. Não imagino como é que o País possa se imaginar com um futuro se não dá importância ao seu Ministério da Cultura. Digo isso para V. Ex^a com muito agrado, até pela boa obsessão que V. Ex^a tem em insistir tanto em fazer a revolução educacional e a revolução cultural no País. Mas eu estava conversando com o Alfredo, depois da reunião toda, e ele me disse: “Olha, tenho uma surpresa para você”. Ele sabe que sou cinéfilo e me deu um caixote com o que faltava eu ter de filme brasileiro do passado. Ainda não vi todos, até porque não dá para fazê-lo. Terei de parar com tudo e ficar vendo os filmes. Aí brinquei com ele e disse-lhe: “Olha, Alfredo, suborno não é, porque você me diz isso depois da votação. Por outro lado, está bem acima dos R\$100,00 que dizem que os Ministros podem receber e que, por analogia, se aplicam a nós. E, terceiro, era muito mais fácil, se eu fosse subornável, e não sou, alguém me subornar me dando filmes do que dinheiro. Mas estou solidário com sua luta, com seu esforço para obter recursos para lá”. E conversamos muito, brincamos muito. Ele, que é um cinéfilo, inclusive com curso de pós-graduação no exterior sobre cinema, é uma figura interessante. Não sei se V. Ex^a o conhece, mas ele é uma figura muito interessante, que julgo um moço de diálogo, um moço de fraternidade, típico de quem realmente se dedica à questão cultural. E, se se dedica à questão cultural e não é de diálogo, não é saudável na conversa, é porque quer impor. Aí, vira Mussolini, vira Hitler. Entendo que a cultura do povo deve ser apoiada. O povo está fazendo aquilo; então, vá lá e apoie. Não coloque sua marca, não coloque sua suástica particular. Apoie o que o povo está fazendo, e acabou, senão, é manipulação; senão, é populismo barato; senão, é reprodução dos modelos da alienação, da ignorância. Não vejo que seja essa a cabeça do Alfredo.

Mas eu disse tudo isso, porque eu queria encerrar esta fala, dizendo que não dá para deixarmos passar em branco – eu estava ouvindo discursos e mais discursos muito importantes de companheiros, todos eles trazendo contribuições fantásticas para a Casa – a morte do Johnny Alf. Se fosse a morte de um ídolo musical, de um grande compositor, de um grande intérprete do presente, a todos nos comoveria. Alguém do passado não nos comove, como se houvesse morte para quem é imortal? Quem produz uma obra cultural

do porte da de Johnny Alf não morre, é imortal, e, por isso, a homenagem que fiz e deixei para o final.

Tratei de assuntos do meu Estado, como gosto de fazer quando estou aqui às sextas-feiras, e peço a V. Ex^a que, portanto, acolha essa homenagem, imaginando que esse voto de pesar será aprovado com rapidez e pela unanimidade dos meus Pares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

'Grito Manaus' celebra a cultura alternativa

O evento acontece em sintonia com mais 80 cidades brasileiras que estão realizando o 'Grito' país afora. Em Manaus, a festa ocorre hoje

MENCIUS MELO
Especial para o EM TEMPO
plateia@emtempo.com.br

Imagine cultura em todos os lugares e até mesmo debaixo de viadutos. Imaginou? Pois é assim que o Coletivo Difusão pretende reunir público e artistas, hoje, às 19h, sob o viaduto da avenida Constantino Nery, na esquina com o Boulevard Álvaro Maia, em frente ao Olímpico Clube. Como o local é livre, não haverá cobrança de ingressos. O evento, denominado "Grito Manaus 2010", irá colocar no mesmo palco bandas de rock do Amazonas, Pará e Roraima, além de companhias de dança e teatro, DJs e vídeos de dança e cliques de artistas da cidade.

Conhecido por ser o maior e mais integrado festival de

O DJ Marcos Tubarão, conhecido por seu set-list variado, comandará as pílipes no evento

O evento reunirá músicos do Amazonas, Pará e Roraima, além de companhias de dança, teatro, DJs, vídeos de dança e cliques

arte da América Latina, o "Grito" acontece em sintonia com mais 80 cidades brasileiras que estão realizando o evento país afora. Entre os artistas selecionados na etapa Manaus estão as bandas O:O:O (AM), Antiga Roll (AM), Cabanos (AM), Cabocriolo (AM), João Pestana (AM), Iekuana (RR), MB-4 (AM), Os Caras da Estrela (PA),

Snatch (AM) e Underflow (AM). No comando das pílipes estará o DJ Marcos Tubarão e as performances de dança ficam a cargo da Companhia de Dança Índios.com. Já o teatro fica sob o comando do Núcleo de Arte Contemporânea (NAC).

O ator e produtor Diego Batista, do Coletivo Difusão, explica como Manaus entrou para o circuito. "Recebemos o convite do Coletivo Fora do Eixo, que é uma rede facilitadora de eventos. A partir de então passamos a integrar as assembleias eletrônicas e a realizar as atividades", explica. Segundo Diego, a iniciativa atinge inúmeros pontos culturais.

A Cabocriolo se apresentará no evento, hoje, dividindo palco com bandas locais e de outros Estados

"Para se ter uma ideia do poder de articulação e alcance, ao mesmo tempo em que acontece em Manaus, o "Grito Manaus 2010" também estará sendo realizado nas cidades de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e Franca, no Interior de São Paulo", informa.

Até o Tucupí!

Assim que encerrar o "Grito Manaus 2010", o Coletivo Difusão entra em cena com um novo projeto na agenda alternativa da cidade. Trata-se do evento de artes integradas "Até o Tucupí", marcado para o mês de abril. Outra iniciativa na esteira da estética do coletivo será o "Até o Tucupí Festival de Música", programado para acontecer em agosto. "São eventos que já fazem parte do calendário do coletivo e são aguardados pela comunidade artística", explica Diego Batista.

Assim como o "Grito", a organização de eventos alternativos desse gênero sempre vão procurar realizá-los em espaços ociosos da cidade. Diego explica que utilizar a parte de baixo do viaduto foi uma ideia coletiva. "É um espaço que possui grandes possibilidades de uso como aparelho cultural da cidade, já que tem uma certa estrutura com pouca utilização", observa.

Samsung volta a produzir celular no PIM

25/02/2010

Depois de seis anos distantes do Polo Industrial de Manaus (PIM), os celulares da Samsung voltam a ser produzidos no PIM em 2010. O retorno é fruto de um investimento, que conta com um milhão de dólares, e viabilizará também o início da produção de condicionadores de ar no Estado. Com os planos ousados, a Samsung deverá se tornar a segunda maior controladora do mercado de celulares no primeiro semestre deste ano.

As datas para o retorno ainda não foram definidas pela direção da empresa, porém, a aprovação dos projetos no Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam) e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Suframa - CAS), sendo que o primeiro acontecerá ainda na tarde de hoje. De acordo com o diretor de negócios da Samsung para a América Latina, Benjamin Sicsú, a expectativa é de que a produção comece nos próximos meses.

Para a nova planta da Samsung já existe até endereço certo, o terreno que hoje é ocupado por uma gigante coreana especializada na fabricação de televisores cinescópico. “Vamos fechar um acordo com a Samsung, que está mais interessado em televisores deste tipo. Parte da estrutura será utilizada para a fabricação de celulares”, afirmou Sicsú. Em um primeiro momento, o PIM ficará responsável por 25% de todos os celulares produzidos.

Hoje, a totalidade dos aparelhos é produzida no Estado de São Paulo, para onde a Samsung já se despedida conturbada do Amazonas. Sicsú afirmou que isto não representa um retorno ao Sudeste se manterá. As 3 mil unidades — a serem produzidas anualmente no PIM — são destinadas a garantir aparelhos exclusivos para a Zona Franca de Manaus, um deles com o objetivo de aumentar o market share da empresa para 25%.

Sicsú negou que o retorno a Manaus seja motivado por algum novo incentivo dado pelo governo, afirmando que não há nenhum novo benefício. A diferença com relação a 2004 é que nessa época a empresa estava em uma época éramos pequena ainda, com um faturamento anual de R\$ 300 milhões. Em 2004, justificou o vice-presidente. Questões logísticas e de estabilidade financeira ficaram mais fáceis para o presidente.

Benjamin Sicsú não quis divulgar o valor exato do investimento, mas o governo representa algo em torno de R\$ 50 milhões. Ele disse ainda que o retorno dos celulares ajudará o Estado a equilibrar a disputa com São Paulo, que hoje fabrica 60% de todos os celulares no Brasil. “Antes Manaus fabricava esse percentual, enquanto eles ficavam com 40%. A Samsung quer os valores”, projetou.

O governador destacou a importância dos investimentos para a geração de empregos na empresa não deixou de contratar mesmo com a crise econômica que afetou o setor. “Sei que os planos da Samsung para o ano de 2010 são os melhores, as contratações devem crescer ainda mais. Atualmente, os números já ultrapassam 2 mil empregos no Estado, o que é muito bom. Atualmente, os números já ultrapassam 2 mil empregos, que os 1,3 mil do início do ano passado”.

Com a expectativa de crescimento na produção de televisores e home theaters em cores, em 2010, o governador acredita que a Samsung deverá se tornar a segunda maior contribuinte para a Petrobras. “Agora é a Honda, mas sabemos que o polo de duas rodas passa por crise. Já o segmento de eletroeletrônicos deve faturar muito neste ano, e, consequentemente, crescerá bastante”.

BOX_Condicionadores de Ar

Além dos celulares, outra novidade da Samsung é a criação, em breve, de uma linha de condicionadores de ar. O projeto também está inserido no pacote de investimentos da empresa, e depende da aprovação do governador. Benjamin Sicsú afirmou que estes serão os primeiros aparelhos produzidos no Brasil, já que atualmente são todos importados. “Neste primeiro momento, serão splits, mas temos planos de produzir os outros tipos de aparelhos”.

Para completar as novidades, o representante da empresa divulgou que a Samsung investirá em tecnologia para injeção plástica e prensagem, que ajudará na produção de gabinetes para televisores. “Essa tecnologia vai aumentar em 5% a 7% o índice de nacionalização dos nossos produtos, que hoje é baixo”, afirmou. O projeto também deverá se tornar um dos grandes empregadores do polo industrial local.

Possibilidade próspera

O governador Eduardo Braga divulgou que já está em estudo a criação de uma “megafábrica” para produzir LCD e suprir a carência que foi exposta com a crise econômica mundial. A ideia, segundo ele, é montar uma fábrica fora da Ásia, e que na disputa estão países como o Brasil, o México e a Índia. “Em 2011, e Manaus disputa com São Paulo e outras cidades de fora a sede desta fábrica. Temos a vantagem de ter uma infraestrutura mais desenvolvida e uma mão de obra mais qualificada”.

TURISMO AMAZONAS

Além das internacionalmente conhecidas atrações naturais, maior Estado do País apresenta tradições folclóricas singulares e monumentos erguidos durante a fase áurea do Ciclo da Borracha em Manaus. Páginas 2 e 3

TERRA de mitos e fatos

Ao lado do Rio de Janeiro, o Amazonas é um dos destinos brasileiros mais conhecidos lá fora. É por conta disso que turistas desavisados imaginam que o Brasil inteiro é uma imensa floresta e todos os habitantes usam grades nas janelas para evitar que os macacos entrem pelas casas. Tentativas de reproduzir nossa floresta em meios de entretenimento colaboraram ainda mais para a visão distorcida do Amazonas para o resto do mundo. Em episódio do seriado *Os Simpsons*, por exemplo, o Rio Amazonas cortava o Rio de Janeiro. E no filme *Bem-Vindos à Selva* (2003), brasileiros falavam espanhol, tinham grandes habilidades com cipó e lutavam com quem se atrevesse a tocar em tesouro na Serra Pelada.

Mas vamos aos fatos. O maior Estado do Brasil possui 1,5 milhão de quilômetros quadrados, ocupa mais de 18% do território nacional e integra a região mais coberta do planeta: a Floresta Amazônica.

Riquezas naturais, as majestosas fauna e flora, o Festival Folclórico de Parintins, o encontro dos rios que não se misturam, o pico mais alto do Brasil e o maior arquipélago do mundo formam o conjun-

to de atrativos do Estado.

A Floresta Amazônica é território muito extenso, cortado pela linha do Equador. Seus 62 municípios ficam em sua maioria às margens dos rios. E o turista tem várias opções de lazer, como passeio de canoa, caminhada na selva, pesca da piranha, visita à casa de nativos e passeios de barco.

A capital Manaus conta com sofisticada infraestrutura hoteleira e receptiva, aliada a um conjunto arquitetônico de importância histórica que faz de Manaus uma das metrópoles mais singulares do País.

A cidade oferece bares, restaurantes, casas noturnas, teatros, museus, centros culturais, parques ambientais, praias e balneários públicos. O principal monumento artístico e cultural do Estado é o Teatro Amazonas, construído no auge do Ciclo da Borracha, em 1882, e inaugurado em 1896.

Além disso, Manaus dispõe de múltiplas opções de compras em shoppings e lojas especializadas.

A Adetur Amazônia (Agência de Desenvolvimento do Turismo da Macrorregião Norte) estima que o Estado tenha recebido quase 96 mil turistas no ano passado vindos da Alemanha, França, Inglaterra, Estados Unidos, Chi-

na, Japão, Itália, Portugal, Espanha, Argentina e Canadá.

O Amazonas é, sem dúvida, um destino inusitado até para os brasileiros: estações do ano que não respeitam o calendário, temperaturas altíssimas, uma grandiosa festa popular que não é o Carnaval e, de quebra, fuso horário de uma hora.

Quando for fazer as malas, lembre-se de escolher roupas leves e confortáveis, como bermudas e camisetas, calças de verão, tênis ou calçados para caminhadas, sandálias, roupas de banho, óculos de sol, capa de chuva leve e chapéu ou boné. O sol na Amazônia é muito intenso devido à localização na linha do Equador. Por isso, é bom se proteger com bloqueador solar e abusar do repelente. Também não esqueça de tomar vacina contra febre amarela com, no mínimo, dez dias de antecedência.

A temperatura no Amazonas varia de 26°C a 30°C, mas a alta umidade faz com que a sensação térmica seja muito superior. Em novembro, a reportagem chegou a suportar temperaturas de 42°C durante o dia e 29°C à noite.

A estação das chuvas, considerada inverno, vai de zembro a junho, e o verão é

de julho a novembro. A cheia do Rio Negro tem seu ponto máximo em meados do mês de junho. Nesse período, as águas podem subir até 13 metros, cobrindo praias e alagando florestas de várzea. A maior vazante do Rio Negro ocorre em setembro.▲

Encontro das águas que não se misturam

▼ O Encontro das Águas é o principal passeio de Manaus. O fenômeno natural é provocado pela junção das águas escuras do Rio Negro com as pardas do Solimões, que se juntam para formar o Rio Amazonas. Por extensão de seis quilômetros, as águas dos dois rios correm lado a lado sem se misturar. A explicação se dá pelo fato de haver uma grande diferença entre as temperaturas e velocidades de correnteza. O Rio Negro corre cerca de dois quilômetros por hora a uma temperatura de 22°C, enquanto o Solimões corre de quatro a seis quilômetros por hora e é mais quente: 28°C.

O Rio Negro funciona como organismo vivo em Manaus. Nele está o maior porto fluvial do mundo, além de postos de gasolina, de gás, mercados e outros estabelecimentos que

servem de suporte para embarcações e para pescadores que passam mais tempo percorrendo os arquipélagos do que em terra firme.

Em suas encostas são construídas casas de palafita para que resistam à época das cheias. É onde a população ribeirinha se abastece comprando alimento direto dos pescadores que ficam às margens.

Nenhuma história de pescador soa exageradamente grandiosa em se tratando dos peixes da Amazônia. O tucunaré, considerado símbolo da pesca esportiva no Brasil, é conhecido pela voracidade: ataca anzóis mesmo sem isca.

Vários tipos de tucunaré frequentam os rios da Amazônia. Os mais conhecidos são chamados de açu, paca, pitanga e borboleta. Têm como características em comum a pe-

le amarelada e um círculo no rabo semelhante a um olho. Atingem cerca de 1,20 metro de comprimento e pesam de 15 a 16 quilos.

Na Ponta Negra, o rio se torna cenário de praia reunindo bares, restaurantes, feiras de artesanato e a maior concentração de imóveis de alto padrão, da onde é possível avistar o sol beijando as águas ao entardecer.

A praia da Lua, banhada pelas águas do Rio Negro, tem formato de uma lua em quarto crescente e, à sua volta, uma vasta vegetação. É bastante procurada por nativos e turistas para acampamento.

Ainda neste ano, o Rio Negro ganha ponte ligando Manaus ao município de Iranduba. Além da ponte, haverá construção de complexo viário nas duas margens do Rio Negro, para assegurar o tráfego a partir das duas extremidades da ponte. Em Manaus, parte da Avenida Brasil até o Estaleiro Rio Negro será desapropriada para ceder espaço ao prolongamento da ponte. E em Iranduba, o governo do Estado está realizando estudo para desapropriar a área ao redor da Ilha do Camaleão, também para passar a ponte.

Essa é uma alternativa do governo de desenvolver as regiões próximas à capital. Segundo projeções, a ponte vai beneficiar diretamente 800 mil pessoas, com geração de mais de 600 empregos, chegando a 1.100 postos de trabalho no pico da obra. ES

SELVA adentro

Muitos turistas procuram o Amazonas para estreitar os laços com a natureza. Alguns levam essa premissa bastante a sério se hospedando em hotéis de selva. Não se trata de casa do Tarzan ou refúgio de sobreviventes em meio à floresta. Verdadeiros resorts pontuam a mata como abrigo de endinheirados.

O Ariaú Amazon-Towers é um deles. O complexo utiliza modernas técnicas de turismo ecológico, proporcionando emoções da floresta com segurança e guias da própria região, numa rara situação de integração homem-natureza.

O hotel está localizado numa área de reserva ecológica, encravada no coração da Amazônia, totalmente preservada em sua biodiversidade de fauna e flora, possuindo como piscina um lago natural com bar flutuante. A construção – técnica dos nativos da região – consiste em sistema de passarelas formadas por palafitas que resistem às cheias do ve-

rão amazônico. Entre os hóspedes ilustres que o hotel já recebeu estão o cantor Sting, o ex-presidente norte-americano Bill Clinton e a cantora canadense Alanis Morissette.

Devido à estrutura singular, o hotel integra-se com toda a vida selvagem existente na selva amazônica, como macacos de diversas espécies, araras, papagaios, botos-cor-de-rosa, entre outros. O local já foi set de filmagens do filme *Anaconda*, base de operações dos *reality-shows Survivor*, da CBS norte-americana, e *La Selva de los Famosos*, do canal espanhol *Antena 3*.

Dentro do hotel saem excursões para casas de nativos, caminhadas na selva, pescas de piranha, observação de animais de hábitos noturnos, interação com botos-cor-de-rosa, sobrevoo panorâmico, encontro das águas, visitas a tribos indígenas, andar de carrinhos elétricos sobre as passarelas, passeios de sobrevivência na selva e visitas às comunidades locais.

PRESIDENTE FIGUEIREDO

A cidade é uma das belezas que não podem ficar de fora do roteiro de quem vai a Manaus. A 107 quilômetros da capital, Presidente Figueiredo é conhecida como a terra das cachoeiras, com mais de 100 quedas d'água e dezenas de cavernas. Uma das mais famosas é a Cachoeira de Iracema. Uma passarela de madeira no meio da floresta leva à trilha, margeando o Rio Urubuí.

Outro cartão-postal é a Cachoeira da Pedra Furada. A queda, de 10 metros de altura, atravessa o buraco na rocha e forma uma piscina. O paraíso, no entanto, tem acesso complicado para sedentários. O acesso é feito pelo Km 57 da Rodovia AM-240 para Balbina. De lá, são mais 63 quilômetros de carro e cinco por trilha. ▲

Virgínia Ruffino Viçentim Neto



Os retrovisores da história

Está em andamento uma obra de grande porte, o Projeto de Lei nº 1.000, de 2009, que visa à criação do Instituto Brasileiro de História (IBH). O projeto foi elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

O IBH tem como objetivo promover a pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimentos e informações sobre a história do Brasil, bem como fomentar a formação de recursos humanos e a realização de eventos científicos e culturais.

A criação do IBH é considerada uma iniciativa importante para o fortalecimento da história como disciplina acadêmica e para a promoção de uma visão mais abrangente e crítica da nossa história.

Um país que possui uma história tão rica e diversa quanto a do Brasil precisa ter um órgão dedicado a estudar e divulgar essa história. O IBH será responsável por coordenar as atividades de pesquisa e ensino em história, bem como promover a integração entre os diferentes setores da sociedade brasileira.

Além disso, o IBH atuará na promoção de eventos científicos e culturais, na realização de cursos de capacitação e na produção de materiais didáticos e de divulgação científica.

A criação do IBH é uma iniciativa que visa a fortalecer a história como disciplina acadêmica e a promover a formação de recursos humanos e a realização de eventos científicos e culturais.

Essa iniciativa é fundamental para a construção de uma identidade nacional baseada na história e na cultura do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Eu agradeço ao Senador Arthur Virgílio. A sua solicitação será, obviamente, aceita.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – O Sr. Senador Papaléo Paes enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico). – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria “Maquiagem camufla os atrasos nas obras do PAC”, no jornal *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 2 de março de 2010.

Segundo a matéria, “o governo federal maquiou balanços oficiais para encobrir um mega-atraso nas principais obras do Programa de Aceleração do Cres-

cimento. Três de cada quatro ações destacadas no primeiro balanço do programa não foram cumpridas no prazo original”.

Diz ainda a *Folha* que “há casos em que a conclusão fica para o próximo governo, casos de fatiamento de obra para que parte ocorra no prazo e de casos de sumiço de obra atrasada”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Maquiagem camufla os atrasos nas obras do PAC

Obras têm prazo estendido de um balanço a outro e aparecem como dentro do prazo

Há casos em que conclusão fica para próximo governo, de fatiamento da obra para que parte ocorra no prazo e de sumiço de obra atrasada

**EDUARDO SCOLESE
RANIER BRAGON
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA**

O governo federal maquiou balanços oficiais para encobrir um mega-atraso nas principais obras do PAC. Três de cada quatro ações destacadas no primeiro balanço do programa não foram cumpridas no prazo original.

Lançado em 2007 com o objetivo de impulsionar a economia, o Programa de Aceleração do Crescimento é usado hoje pelo presidente Lula para certificar o que seria a capacidade de gerenciamento da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil). Pré-candidata ao Planalto, foi apelidada por Lula de “mãe do PAC”.

No início do mês passado, Dilma comandou a divulgação do balanço de três anos do programa afirmando que 40% das ações previstas haviam sido cumpridas até aquele momento. Nas principais obras, apontava conclusão de 36%.

Mas esse documento oficial, fartamente ilustrado, passa ao largo dos gargalos de calendário: nele é divulgada uma profusão de carimbos verdes com a palavra “adequado” para cada uma das principais obras, com

pequenas exceções de carimbos amarelos (“atenção”) e vermelhos (“preocupante”).

A maquiagem das informações fica evidente em consultas ao primeiro balanço oficial do PAC, de maio de 2007, e aos oito seguintes. Neles, descobre-se que muitas das obras que ostentam o carimbo verde passaram por uma revisão de metas e tiveram o seu prazo de conclusão dilatado, sendo que, para algumas delas, o desfecho foi postergado para a próxima gestão.

Isso sem que o governo fizesse menção, de um balanço a outro, à mudança dos prazos.

Além da manutenção do carimbo verde em obras com cronograma estendido, os balanços oficiais exibem outras manobras de maquiagem.

Uma delas consiste no fatiamento da obra para que a conclusão de ao menos parte da ação ocorra no prazo. Outra mantém prazo de entrega, mas troca o objeto: em vez de conclusão da obra física, a meta passa a ser só “entrega do projeto”.

Além disso, há casos de ação atrasada simplesmente desaparecer nos balanços seguintes.

O primeiro balanço oficial do PAC se refere ao quadrimestre que vai de janeiro a abril de 2007. Destaca 76 grandes obras e ações, todas com metas estabelecidas. Ao confrontar esse documento com os balanços

seguintes — principalmente com o último, o de três anos do programa —, constata-se que 75% dessas obras (57) sofreram atraso no cronograma, sendo 11 delas empurradas para o próximo governo, que assume em janeiro de 2011.

Desse montante de 57 ações que não cumpriram a meta inicial, 38 ainda estão em andamento. Novos cronogramas apontam atraso médio de um ano e meio em relação ao prometido em 2007, mas nos balanços o governo reserva carimbos amarelo e vermelho para apenas seis (16%) delas.

O governo sustenta que o sistema de carimbos é só um referencial para o risco de execução das obras e atribui os atrasos a fatores como chuvas, problemas na emissão dos licenciamentos e adaptações nos projetos (leia texto nesta página).

Entre as obras que o governo prometeu e entregou no prazo estão a Usina Hidrelétrica Salto Pílo (SC), a Petroquímica Paulínea (SP) e o campo de Frade, na bacia de Campos.

Ao lançar a pré-candidatura de Dilma no congresso do PT, no mês passado, Lula elogiou a condução do PAC. “Posso dizer que nunca antes na história do país houve programa de investimento em infraestrutura tão organizado, tão discutido e tão planejado como nós fizemos o PAC.”

Os balanços oficiais do PAC podem ser acessados em www.brasil.gov.br/pac/balancos

entrevista

Prazo é só um dos aspectos avaliados, afirma o governo

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Casa Civil da Presidência, responsável pela coordenação do PAC, informou que o sistema de avaliação das obras se concentra na “identificação dos riscos à realização dos empreendimentos” e que o cronograma é “apenas um dos elementos considerados na avaliação”.

“Obras com riscos potenciais, relacionados a entraves administrativos, ambientais, de projeto, quando ocorrem, levam o empreendimento ao selo de ‘atenção’ ou ‘preocupante’”, afirmou a Casa Civil, em nota. “Quando o entrave é solucionado”, prossegue, “o cronograma é obviamente ajustado e, se novos riscos não surgirem, o seu andamento passa a ser considerado como ‘adequado’, como em qualquer avaliação realizada no setor público ou privado”, prossegue a nota.

A Casa Civil diz que apenas ações excluídas do PAC deixaram de ser publicadas. Sobre o desmembramento de obras, afirma ser uma forma de aprimorá-las. Ela reafirmou o dado de 40% das obras concluídas e disse que “analisar os resultados por qualquer outro recorte pode gerar distorções”.

Segundo o Ministério dos Transportes, a incidência de

chuvas “por período acima do esperado”, a busca de financiamento pelas empresas vencedoras e dificuldades na obtenção do licenciamento ambiental explicam os atrasos nas estradas e ferrovias. Já em relação ao trem-bala ligando São Paulo ao Rio, houve extensão do período de consulta pública.

Por meio de sua assessoria, a Infraero atribuiu atrasos nos aeroportos a ajustes nos projetos, alguns determinados pelo Tribunal de Contas da União.

Para a Secretaria Especial de Portos, processos de licitação e de autorização ambiental contribuíram para atrasos. “Tem que levar em consideração que algumas licitações e licenças ambientais são mais demoradas”, disse o subsecretário de Planejamento e Desenvolvimento Portuário, Fabrizio Pierdomenico.

A Petrobras nega atrasos. Fala em “redefinição dos prazos” e elenca uma série de motivos, entre eles o incremento de projetos, renegociações de valores — “nas obras da refinaria Abreu e Lima, os contratos renegociados refletiram redução de R\$ 6,7 bilhões nos custos” —, volume de chuvas e situações adversas, como a da construção do gasoduto Urucu-Coari-Manaus. “Pela primeira vez uma obra de gasodutos terrestres foi executada em parte sob os rios, usando metodologia similar à adotada para dutos marítimos.”

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 45 minutos.)

CONVÊNIO Nº 0009/2010
(Processo nº 021.583/09-9)

Carlos Eduardo Batista de Oliveira
Chefe de Gabinete
Diretor-Geral

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM: O SENADO FEDERAL E O BANCO ALFA S/A., PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O **SENADO FEDERAL**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, HAROLDO FEITOSA TAJRA, e, do outro lado, o **BANCO ALFA S/A**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.323.840/0001-83, com sede na Alameda Santos, 466, 4º andar, parte, São Paulo-SP, CEP 01418-000, telefone (61) 3328-1822, (61) 3328-1823, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, dos Decretos nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, **conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 6º do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

Ata da 24ª Sessão Especial, em 8 de março de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Marconi Perillo

(Inicia-se a Sessão às 11 horas e 33 minutos, e encerra-se às 12 horas e 24 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, cujo tema será Economia e Vida, nos termos do Requerimento nº 102, de 2010, de iniciativa do Senador Marconi Perillo e outros Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Exmº Sr. Senador Marco Maciel, ex-Vice-Presidente da República, que nos honra com a sua presença –. S. Exª que sempre faz questão de prestigiar e homenagear a CNBB e todas as demais instituições por ocasião do lançamento da Campanha da Fraternidade. Convido o Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Diocesano da Diocese Anglicana de Brasília, Excelentíssimo Reverendíssimo Dom Maurício José Araújo de Andrade; o Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, Reverendíssimo Senhor Pastor Sinodal Carlos Augusto Möller; o Membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Reverendíssimo Senhor Padre Nelito Dornelas; o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), Reverendíssimo Senhor Luiz Alberto Barbosa; a Coordenadora da Ação Ecumênica de Mulheres, Srª Mariana Kirst.

Sejam todos muito bem-vindos!

Gostaria de cumprimentar a Procuradora de Justiça do Ministério Público e do Distrito Federal, Excelentíssima Srª Maria de Lourdes Abreu. É uma honra tê-la aqui.

Olhar o próximo como um semelhante independentemente de sua origem, credo ou etnia, permanece como um dos maiores desafios da humanidade nesta primeira década do terceiro milênio, sobretudo quando se consideram os valores religiosos de cada um.

Apesar da diversidade cultural ser uma das marcas da sociedade do conhecimento, quando a questão é a escolha religiosa de cada cidadão, não raro, vê-se

uma tendência etnocêntrica em que se deseja impor ao próximo determinado caminho para o reencontro com a palavra de Cristo.

A Campanha da Fraternidade Ecumênica, por meio do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), busca exatamente romper barreiras e fronteiras entre as diversas religiões para mostrar que o diálogo entre as diferentes denominações cristãs é possível, sobretudo se o desejo for edificar a unidade da Igreja de Cristo.

Como diz a mensagem inicial do Conic:

As Igrejas-membro se reconhecem convocadas por Cristo à unidade de sua Igreja, na certeza da atuação do mesmo Cristo e do seu Espírito nelas e através delas. A serviço da unidade das Igrejas, o Conic empenha-se em acompanhar a realidade brasileira confrontando-a com o Evangelho e as exigências do Reino de Deus.

É importante salientar que a CNBB, ao longo das últimas décadas, tem priorizado temas sociais de extraordinária relevância para o nosso cotidiano, especialmente temas que têm a ver com o desempenho das pessoas mais pobres do País e, principalmente, no combate à exclusão social e às discrepâncias regionais. A CNBB e a Igreja Católica, ao longo dos anos têm priorizado temas do cotidiano, temas que são relevantíssimos para a sociedade.

Agora além da CNBB, temos também o Conic e todas as demais Igrejas Cristãs que se associam para a realização dessa Campanha Ecumênica.

É esta, também, a mensagem deixada pela oração proposta pelo Conic: “

Senhor mostra-nos tua misericórdia e, pelo poder do teu Espírito, dissipa as divisões entre os cristãos, a fim de que tua Igreja apareça, nitidamente, como um sinal visível entre as nações.

Senhor, dá-nos um novo amor, uma verdadeira sabedoria e um novo entusiasmo na busca de unidade, para que a mensagem eterna de teu Filho seja aceita por todos como uma boa nova.

Neste ano, a Igreja Católica, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e a Igreja Síriam Ortodoxa da Antioquia, como membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), apresentam a III Campanha da Fraternidade Ecumênica com o tema: “Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro”.

Sem dúvida, trata-se de um tema que conclama todos a “colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, a partir do esforço conjunto das Igrejas Cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam na construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão”.

De fato, há que se refletir sobre o papel da acumulação das riquezas materiais, sobretudo quando se considera o descompasso entre o desenvolvimento e os recursos das diversas partes do Globo.

De um lado, vemos os mercados na Europa e na América do Norte, ou seja, do hemisfério norte, chegarem ao ápice da sociedade de consumo num mundo dominado pela tecnologia em favor do homem. De outro, principalmente no hemisfério sul, verifica-se o atraso na maior parte do continente africano, e também na América Latina, com países devastados por epidemias e carente de elementos básicos de infraestrutura para garantir a sobrevivência do povo em condições minimamente dignas.

O Brasil, apesar de ser considerado a 8ª economia do mundo, é quase a 80ª pior economia em termos de distribuição de renda. Isso é muito grave. E a Campanha da Fraternidade nos chama à reflexão também a esse respeito.

Nós, na América Latina, devemos também ser concitados a refletir sobre o papel das riquezas e da economia no sentido de construirmos uma sociedade sem exclusão, base para o desenvolvimento sustentável.

Não se pode pensar no Brasil desenvolvido com um contraste tão grande entre as classes sociais não só em termos de poder aquisitivo, mas também em relação ao acesso aos equipamentos públicos, aos serviços públicos, à saúde, à segurança, à educação, ao saneamento básico, à moradia e a tudo que pode ser democraticamente distribuído à sociedade e aos seus cidadãos.

Por isso, o tema da Campanha da Fraternidade Ecumênica deste ano revela-se de extrema pertinência, sobretudo porque ser fraterno é perceber o sofrimento do próximo e promover a partilha entre todos nós, para construirmos uma sociedade mais justa e inclusiva.

Não podemos ser omissos diante das injustiças que causam a exclusão social e a miséria, em particu-

lar nós que exercemos um mandato popular e temos o dever de tomar decisões em nome do conjunto da sociedade brasileira, repito, especialmente da sociedade excluída.

Nosso compromisso, como parlamentares ou gestores do Estado, deve ser – sem qualquer dúvida – promover o bem público, a edificação de uma economia fraterna e solidária para que o Brasil seja governado e gerido pelo espírito cristão de respeito ao próximo, da liberdade de expressão e, acima de tudo, da liberdade de credo.

Temos certeza de que os objetivos da III Campanha da Fraternidade Ecumênica alinham-se com os mais nobres propósitos para a construção de um novo Brasil, de um novo mundo, onde, irmanados pelo mesmo espírito de renovação em Cristo, possamos seguir de mãos dadas, independentemente da convicção religiosa de cada um.

De minha parte, senhoras e senhores, é uma honra poder presidir esta sessão de hoje e, sobretudo, ter tido a iniciativa, ao lado de outros Senadores, como o Senador Marco Maciel, de propor a realização desta sessão solene em homenagem ao CNBB e ao Conic pela iniciativa do lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica deste ano.

Muito obrigado a todos pela presença e tenho a satisfação de convidar o Exmº Sr. ex-Vice Presidente da República e Senador da República pelo Estado de Pernambuco para falar a todos os senhores e senhoras, fazendo o seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exmo. Sr. Senador Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente da Mesa do Senado Federal e autor do requerimento que convocou a presente sessão em comemoração ao lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, cujo tema será Economia e Vida; Ex^{mo} Rev^{mo} Dom Maurício José Araújo de Andrade, Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Diocesano da Diocese Anglicana de Brasília; Sr^a Maria de Lourdes Abreu, Procuradora da Justiça do Ministério Público da União e do Distrito Federal; Rev^{mo}. Pastor Sinodal Carlos Augusto Möller, Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil; Rev^{mo} Padre Nelito Dornelas, membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Rev^{mo}. Luiz Alberto Barbosa, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – Conic; Sr^a Mariane Kirst, Coordenadora da Ação Ecumênica de Mulheres,.

Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de iniciar, lembrando que a Igreja Católica Apostólica Romana vem, ao longo desses últimos 40 anos, realizando, no período quaresmal,

essas Campanhas da Fraternidade. A maioria delas feitas especificamente sob a coordenação da CNBB; outras, como as ocorridas em 2000 e 2005, de caráter ecumênico, associando, assim, muitas outras confissões religiosas. Não podemos deixar de mencionar aqui, por oportuno, como já o fez o Senador Marconi Perillo, a Igreja Católica e Apostólica, pois fundamentada em Jesus Cristo, sobre o alicerce dos Apóstolos, e, conseqüentemente, integrando o Conic. Além disso, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com sede em Porto Alegre, que tem seu fundamento em Jesus Cristo e na fé apostólica; a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB); a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU); e, por fim, a Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia (ISOA), uma das Igrejas Orientais que tem suas raízes, como nós sabemos, na comunidade de Antioquia, fundada sobre o alicerce dos Apóstolos. “Foi em Antioquia, a lembrança da CNBB, que pela primeira vez os discípulos foram designados com o nome de cristãos” (Atos dos Apóstolos 11,26).

Julgo ser importante lembrar que durante as campanhas que a CNBB promove nesse período da Quaresma, que é um período de modificação, mas também um período de grande apelo para a conversão, a Igreja Católica tem se esmerado em tratar de assuntos considerados relevantes para a vida social de nosso País.

Enfim, é um exercício de reflexão crítica para que possamos dar um encaminhamento correto às grandes aspirações do nosso povo.

Dom Odilo Scherer, Cardeal Arcebispo de São Paulo, recordou, em um dos seus artigos, que o lema da Campanha deste ano, “Vós não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24), “*tem inegável pertinência e atualidade*”, sendo a atividade econômica um dos âmbitos fundamentais “*para a promoção e o exercício da fraternidade*”.

O Arcebispo considera que a recente crise financeira – como a isto também aludiu o Senador Marconi Perillo – de caráter mundial demonstrou mais uma vez que a economia sem critérios éticos, ou com critérios equivocados, não tem bases sólidas e suas conseqüências são a pobreza e o sofrimento de muitas pessoas, grupos e nações.

A atividade econômica, que tem como objetivo supremo, em vez do suprimento das necessidades básicas do ser humano, o lucro a qualquer preço e o acúmulo sempre maior de bens, gera multidões de famintos, deixados à margem do grande giro econômico, e, portanto, excluídos do bem comum.

Além disso, prossegue o Arcebispo, a lógica econômica que “*privilegia a produção e o consumo de supérfluos também se torna uma grave ameaça à sustentabilidade da vida do planeta Terra*”. E, de fato, os últimos acontecimentos que temos presenciado, tsunamis, terremotos, maremotos, etc., são fatos que não podem deixar de merecer uma reflexão de nossa parte e buscar, quem sabe, um desenvolvimento caracterizado pela sustentabilidade. Pena que a reunião de Estocolmo não tenha avançado nesse campo tão importante e tão agudo para a vida da nossa civilização.

O Arcebispo de São Paulo recorda ainda que o Papa Bento XVI, na encíclica *Caritas in veritate*, assinala que o progresso dos povos só será autêntico se tiver em conta o bem de todas as pessoas e da pessoa toda, enfim, de todo o homem e do homem todo.

“*O amor servil ao dinheiro*” – diz Dom Odilo – chama-se “*avareza e pode transformar-se em verdadeira idolatria, levando o homem a sacrificar tudo, mesmo os valores éticos, a saúde e a própria dignidade, para acumular bens*”.

Neste ano, já se referiu o Senador Marconi Perillo, Vice-Presidente do Senado Federal, a Campanha da Fraternidade nos convida a aprofundar, durante a Quaresma, o tema “Economia e Vida”, e o lema “Vós não podeis servir a Deus e ao dinheiro”.

A situação social e econômica do nosso tempo nos desafia, cristãos e não cristãos, a nos colocar seriamente diante do problema: se as atividades econômicas pessoais da sociedade como um todo e as do Estado estão, de fato, a serviço da fraternidade e da vida ou estão sendo campo de profundas injustiças, de dor e de morte?

De fato, muitas vezes, essas atividades tornam difícil e até sufocam a vida de tantas pessoas, amplas camadas sociais e de povos inteiros, que continuam na pobreza, à margem do desenvolvimento verdadeiro e privados dos bens necessários à vida digna. Aliás, sobre esse assunto, é bom lembrar que encíclica do Papa Bento XVI feriu com muita profundidade essa questão.

Sr. Presidente, antes de encerrar minhas palavras para que possamos ouvir outros oradores, desejo expressar, mais do que a convicção, a certeza de que a Campanha da Fraternidade deste ano vem fertilizar o debate em torno de políticas de desenvolvimento nacional.

Enfim, o verdadeiro desenvolvimento é aquele que está atento à sociedade como um todo, capaz de atender às suas demandas não somente no campo econômico, mas também no campo social, político e cultural, para que tenhamos uma Nação atenta ao que o homem precisa: pão, justiça e liberdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Exmº Sr. Senador Acir Gurgacz, pela Liderança do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. 1º Vice-Presidente da Mesa do Senado Federal e subscritor da presente sessão, Exmº Senador Marconi Perillo, Exmº Sr. Senador Marco Maciel; Sr. Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Diocesano da Diocese Anglicana de Brasília, Exmº Revmº Dom Maurício José Araújo de Andrade; Procuradora de Justiça do Ministério Público da União e do Distrito Federal, Exmª Srª Maria de Lourdes Abreu; Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, Revmº Sr. Pastor Sinodal Carlos Augusto Möller; Membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Revmº Sr. Padre Nelito Dornelas; Secretário Executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), Revmº Sr. Luiz Alberto Barbosa; Coordenadora de Ação Ecumênica de Mulheres, Srª Mariane Kirst; Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, aproveito a oportunidade, neste Dia Internacional da Mulher, para parabenizar todas as mulheres do Estado de Rondônia e do Brasil, bem como todas as mulheres aqui presentes.

Nesta sessão sobre o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2010, é preciso delimitar muito bem a relação do ser humano com o dinheiro.

Há uma diferença entre ser servo do dinheiro e ter o dinheiro como recompensa indireta de um trabalho bem realizado. Aquele que é servo do dinheiro faz de tudo para obtê-lo. Ele obedece às ordens que o dinheiro dá para que ele esteja sempre perto dele. O servo do dinheiro fica cego e não enxerga nada ao seu redor, enxerga apenas o dinheiro. Para ele, tudo passa a ser moeda. Nada mais faz sentido sem que o lucro seja a sua finalidade. Aquele que vê o dinheiro como recompensa de um trabalho eficiente, de um trabalho bem feito, sabe que o progresso é o seu real pagamento. Ele não explora, divide. Ele não simplesmente acumula, ele investe e reinveste. Ele vê o desenvolvimento ao seu redor, fruto do seu trabalho, de sua organização e fica feliz porque esse progresso atinge outras pessoas, sejam elas coordenadas por ele ou não.

Aquele que não é um servo do dinheiro vê a moeda como uma ferramenta para atingir um objetivo. O servo do dinheiro vê a moeda como finalidade, uma em cima da outra, objetivo que justifica qualquer meio para atingi-lo.

A Campanha da Fraternidade deste ano, pela terceira vez uma campanha ecumênica, reunindo as igrejas cristãs, trata exatamente da diferença entre esses dois tipos humanos que delinee agora: aquele

que é o servo da moeda e aquele que não o é. O seu tema é “Economia e vida”, com o lema “Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro”. Esta frase, atribuída a Jesus Cristo pelo Apóstolo Mateus, mostra bem a sabedoria infinita do Filho de Deus, uma sabedoria realmente divina.

Se formos analisar profundamente, todos os problemas da humanidade, desde que o homem é homem, têm sua raiz no acúmulo de bens, na ansiedade e na ambição por posses. Ainda não encontramos um meio termo, um equilíbrio de conviver com a riqueza. A Campanha da Fraternidade quer, exatamente, colocar isso em discussão.

Esse tema, principalmente aqui no Brasil, está intimamente ligado à política. Muito se vê em nosso País, em noticiários recentes, casos claros de homens e mulheres investidos em cargos públicos que se mancham em nome do dinheiro. Tomo esse exemplo porque considero que seja a mais alta traição para com o povo, o eleitor, aquela pessoa que compra e furta o voto das pessoas nas eleições para depois servir não mais ao povo, mas ao dinheiro. Assim, coloca como foco de sua atuação pública o enriquecimento próprio, a criação de esquemas e a modificação de leis em benefício próprio. Assim, o homem ou a mulher, que deveria ser público, torna-se um legítimo adorador da moeda, do dinheiro.

Um comportamento assim, tão comum nos dias atuais, bate de frente com princípios que foram explanados de forma tão clara no lançamento da Campanha da Fraternidade deste ano. Um deles diz que “bem comum é o conjunto de condições sociais que permitem e favorecem às pessoas o desenvolvimento integral da personalidade”. Outro, uma citação do Papa Pio XII, afirma que “a riqueza de uma nação não se mede por critérios quantitativos, mas pelo bem-estar do seu povo”. Ou seja, situações que exigem uma consciência coletiva muito bem definida e representantes do povo totalmente em harmonia com os seus direitos e deveres.

Tudo isso em benefício da coletividade, porque é sobre isso que fala a Campanha da Fraternidade deste ano, sobre a necessidade de a sociedade global encontrar um novo modelo econômico no qual o bem da maioria se sobrepusesse ao bem daqueles que atendem somente ao dinheiro, como se este fosse o seu senhor.

Essa intenção aparece, mais uma vez, no pronunciamento do lançamento da campanha com a seguinte expressão:

“Este trabalho demonstra concretamente o esforço que desenvolveram para a união de todos os que creem em Jesus Cristo, no

sentido de realizar o projeto do Reino de Deus na vida das pessoas, visando um mundo mais justo e fraterno”.

Este mundo mais justo e fraterno necessita, sim, desse novo modelo econômico. E não estamos falando aqui de um modelo que desprestigie a iniciativa e o empreendedorismo. Isso não! Isso já foi tentado em experiências historicamente fracassadas, e aprendemos a lição. Esse novo modelo requer uma harmonia que, provavelmente, estará calcada em alguns itens, como: o direito igualitário à educação e à saúde em todos os níveis, a segurança; a conscientização das vantagens da coletividade e das desvantagens da individualidade; a certeza de que o povo não precisa apenas das condições mínimas de sobrevivência – todos merecemos muito mais.

Esse novo modelo econômico precisa ter valores como os que conseguimos assimilar com a leitura de duas passagens de Mateus, muito bem selecionadas para serem vistas associadas à Campanha da Fraternidade de 2010. A primeira delas em Mateus, capítulo 6, versículo 19: “Não acumuleis para vós tesouros na terra, onde as traças e os vermes arruinam tudo, onde os ladrões arrombam as paredes para roubar, mas acumulai para vós tesouros no céu”.

A segunda, no capítulo 6, versículo 24: “Ninguém pode servir a dois senhores: ou odiará um e amará o outro, ou se apegará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e ao dinheiro”.

Podemos apenas servir uns aos outros para, juntos, servirmos a Deus. E, quando servimos a Deus, estamos servindo a ninguém mais do que à coletividade propriamente dita, em escala mundial, porque é basicamente essa a lição que absorvemos das palavras de Cristo, das palavras de Deus.

Esse modelo econômico, volto a frisar, precisa ter como finalidade não a divisão do que já existe, mas, sim, a multiplicação e a distribuição. Como afirmei desde o início, a riqueza pode ter as duas faces: o prêmio ao trabalho bem realizado ou a prisão daquele que adora o dinheiro. E, no primeiro caso, ela se distribui sozinha, pois quem reconhece o trabalho bem realizado e a necessidade de sua valorização por si só já impede o acúmulo tão prejudicial.

Para atingir o objetivo desse novo modelo econômico e até mesmo social, é preciso ter em mente também a harmonia entre o bem comum e o bem particular.

Cito mais uma vez um trecho do discurso do lançamento da Campanha da Fraternidade:

Para se estender a conciliação entre o Bem Comum e o Bem Particular, é indispensá-

vel o exercício de duas Virtudes: a Caridade e a Justiça, que são o liame interior da vida social. A primeira, ‘A CARIDADE’, ensina a vencer o egoísmo e incute a consciência de sociedade que une todas as pessoas; a segunda, ‘A JUSTIÇA’, estabelece o reconhecimento e o respeito aos direitos do ‘outro’, seja este o insocial intermediário, ou a própria sociedade.

Caridade e Justiça seriam, então, o segredo para chegarmos a esse novo modelo econômico? Provavelmente, sim. Mas não a caridade que nos remete a dar esmolas. Não é isso. A citação que fiz é clara: a Caridade que ensina a vencer o egoísmo! E a Justiça que define o que é de direito de cada um de nós.

Tenho certeza de que estão, nessas duas palavras, as chaves para que sejam respondidas as perguntas que são levantadas pela Campanha da Fraternidade deste ano. São elas: como a fé cristã pode inspirar uma economia que seja dirigida para a satisfação das necessidades humanas e para a construção do bem comum? Em que medida existe responsabilidade das pessoas em relação à economia e como isso afeta a vida das pessoas e do meio ambiente? Que aspectos de conversão pessoal e de mudança estrutural poderiam ser considerados, para que, de fato, a economia esteja a serviço da vida, promovendo o bem comum? E, talvez, a principal pergunta seja: como fazer para que essas preocupações não sejam transitórias, mas se tornem, de fato, balizamento moral permanente?

Isso porque essa preocupação não deve ser apenas tema de discussão ao longo de um ano. Não deve ser esquecida. Deve ser um questionamento constante e em busca de soluções que atrevessem gerações. Afinal de contas, sabemos que todo modelo pode ter seu melhor ponto de partida, seu melhor início, mas pode ser desvirtuado com o tempo. Cabe a nós, homens e mulheres de consciência da coletividade, estarmos atentos aos vícios que surgirem no meio do percurso e estarmos prontos para conduzir a sociedade para o caminho correto, o caminho que já nos foi ensinado.

Quero cumprimentar e parabenizar nosso Senador, o 1º Vice-Presidente Senador Marconi Perillo, pela proposição desta sessão que homenageia a iniciativa das Igrejas cristãs com a realização da Campanha da Fraternidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Exmº Sr. Senador, ex-Governador da Paraíba e ex-Prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente Marccone Perillo, ao cumprimentá-lo na Mesa, também o cumprimento pela iniciativa desta sessão, juntamente com o Senador Marco Maciel. Eu gostaria de cumprimentar também o Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Diocesano da Diocese Anglicana de Brasília, Ex^{mo} Rev^{mo} Dom Maurício José Araújo de Andrade; bem como a Procuradora de Justiça do Ministério Público da União e do Distrito Federal, Ex^{ma} Sr^a Maria de Lourdes Abreu; o Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, Rev^{mo} Sr. Pastor Sinodal Carlos Augusto; o Membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Rev^{mo} Sr. Padre Nelito Dornelas; o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), Rev^{mo} Sr. Luiz Alberto Barbosa; e a Coordenadora da Ação Ecumênica de Mulheres, Senhora Mariane Kirst; Sr^{as} e Srs. Senadores, celebrar a Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010 fortalece a instituição e demonstra o grau de interação social do Senado Federal com os temas que norteiam o dia a dia dos brasileiros.

A Campanha da Fraternidade deste ano nos faz refletir sobre pressupostos importantes. Segundo estudo da Professora Tânia Bacelar, da Universidade Federal de Pernambuco, “uma economia a serviço da vida e uma sociedade sem exclusões, com cultura de solidariedade e paz”.

O Conic, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, é responsável pela Campanha deste ano. São membros do Conselho a Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Cristã Reformada, a Presbiteriana Unida do Brasil, a Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia.

Esta é a terceira Campanha da Fraternidade Ecumênica e tem como tema “Economia e Vida” e como lema “Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro”, inspirado no Evangelho de Mateus. Um esforço das Igrejas para contribuir num debate sobre os caminhos da economia atual, mas, sobretudo, despertar para os desafios do Brasil, um País com crescimento acentuado e que precisa construir nas suas bases uma “economia para a vida”.

Um bom exemplo nasceu em 1991, com Chiara Lubich, em São Paulo, a “Economia de Comunhão”, que envolve empresários, trabalhadores, gestores, consumidores, cidadãos, estudiosos e demais operadores econômicos. Foi lançada a fim de construir e apresentar uma sociedade na qual, à imitação da primeira comunidade de Jerusalém, “entre eles não havia necessitados”.

As empresas são a espinha dorsal do projeto e livremente decidem colocar em comunhão os lucros

da empresa segundo três finalidades de igual importância: ajudar, difundir e desenvolver:

– Ajudar as pessoas que estão em dificuldade, criando novos postos de trabalho, e satisfazer as suas necessidades básicas através de projetos de desenvolvimento, começando com aqueles que partilham o espírito do projeto.

– Difundir a “cultura do dar” e da reciprocidade, sem a qual é impossível realizar uma Economia de Comunhão.

– Desenvolver a empresa, que deve permanecer eficiente e competitiva, enquanto se abre à gratuidade.

Além disso, a “Economia de Comunhão” dá origem a polos produtivos nas cidadelas do Movimento dos Focolares, a fim de mostrar um local industrial *sui generis*, laboratório vivo de uma economia de comunhão.

Nos primeiros anos, o projeto teve repercussão imediata, não apenas na América Latina, onde foi lançado, mas também nos outros continentes. Até hoje, aderiram cerca de 754 empresas de vários tamanhos.

É um exemplo magnífico que há cerca de 50 anos está presente na vida de milhares de brasileiros. Mas o exemplo da Economia de Comunhão é destoante aos interesses do motor do mundo capitalista contemporâneo. Para despertar a reflexão sobre esse estilo selvagem de vida, as cinco igrejas, que se reúnem no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, preparam um documento ecumênico que será analisado e estudado em 50 mil comunidades.

Sobre esse estudo, e com uma ótica direcionada ao que propõe a Campanha da Fraternidade, o professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, José de Souza Martins, sociólogo, desenvolveu o artigo “As igrejas e o espelho de Alice. Uma nova interpretação para o clássico *Alice nos países das maravilhas*”.

O professor, no seu trabalho, escreveu:

Não resisto à tentação de invocar duas interpretações opostas do dinheiro, mas complementares, para, à luz delas, desenvolver minha compreensão do documento e do tema da Campanha da Fraternidade de 2010, “Economia e vida”.

A primeira interpretação é a que ouvi de um caboclo simples, no sertão do Mato Grosso, nos anos 1970. Na nossa conversa, disse-me que “o dinheiro é a Besta-Fera”, numa alusão à célebre entidade do Livro do Apocalipse e à narrativa do fim dos tempos.

No seu fundamentalismo simples, explicou-me (o caboclo do Mato Grosso) que bas-

tava somar o valor das notas do nosso papel-dinheiro em circulação na época, o cruzeiro: 500, 100, 50, 10, 5 e 1. O resultado era 666, o número da Besta.

O poder da Besta [dizia ele] é o poder de fazer o contrário do que Deus faz. A Besta é o antagonico, o avesso. Essa é uma ideia difundida na nossa cultura popular e preâmbulo seguro para a recepção da mensagem da Campanha da Fraternidade.

Do outro lado do mundo, nos anos 1920, Sir Denis Robertson, professor de Economia na Universidade de Cambridge, publicava um precioso livro sobre o dinheiro, traduzido para o português com o título de *A Moeda*. Robertson era especialista em escrever com clareza sobre assuntos complicados como esse.

No livro, adotou o critério didático de abrir cada capítulo com uma epígrafe tirada de um dos dois livros de Lewis Carroll – *Alice no País das Maravilhas* e *Alice do Outro Lado do Espelho*. São obras-primas da literatura do absurdo, densa e complexas. Ao atravessar o espelho, Alice se vê aprisionada no mundo dos avessos, que as epígrafes de Robertson sugerem ser o mundo regido pela mesma lógica que rege o mundo do dinheiro. Quanto mais Alice caminha, mais longe fica de onde quer chegar. Isso já nos diz tudo.

A Campanha da Fraternidade deste ano tem como mote “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mateus 6:24). Infelizmente, um dos disseminados efeitos da lógica dos avessos é justamente o da realidade de se poder servir a Deus e ao dinheiro, pois é ela a realidade dos duplos, da unidade dos contrários, que é o motor do mundo contemporâneo.

Na falta de alternativa, alguns o fazem sem temor nem tremor. Nesse sentido, a proposição das cinco igrejas que se reúnem no Conic – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs –, responsável pelo documento ecumênico que será analisado e estudado em 50 mil comunidades, é uma proposição de certo modo aquém da encíclica de Bento XVI, *Caritas in veritate*.

Na encíclica, o Papa vai diretamente ao ponto, que é o da alienação do homem moderno, que pensa ser uma coisa sendo outra, agindo, portanto, como duplo, sem saber que duplo é. O Papa cita o famoso ensaio de Karl Marx sobre a alienação, dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, alienação que constitui o traço fundamental e irremediável da modernidade.

Nessa invocação, ele evita o economicismo e o materialismo das esquerdas religiosas que sucumbiram às simplificações do que Georg Lukács definia como marxismo vulgar. Na perspectiva da catolicidade das igrejas, incluídas as ortodoxas e protestantes que, nesse sentido, também são católicas, isto é,

universais, as vítimas da degradação materialista da economia não são apenas os pobres, mas são todos. Por aí, compreendo a pobreza, portanto, não apenas nem simplesmente como pobreza econômica, de não ter o que comer e os meios para produzir o que comer, mas fundamentalmente como pobreza de esperança, o que para muitos inclui a pobreza de fé.

Nesse sentido, o documento do Conic pode parecer, à primeira vista, e assim já vem sendo tratado pelos críticos, um documento ingênuo.

Aquelas ideias não têm a menor condição de se efetivarem em face do poder de alienação da economia moderna e, mais do que o poder, o fascínio que a própria alienação representa. Nisso está o que o caboclo do Mato Grosso vê como diabólico e o erudito Denis Robert vê como absurdo.

De fato, o documento da Campanha da Fraternidade deste ano é um documento ingênuo por representar uma insurgência contra um poder aparentemente invencível. Mas com tanta gente falando gratuita e ingenuamente bem desse poder, no mundo inteiro, todos os dias do ano, não é demais que haja quem, como o Conic e nele a CNBB, no minúsculo fragmento de uma Quaresma, dele fale de vida e legitimamente mal.

Essa ingenuidade é um dos poderosos ingrediente do mundo dos avessos. Ela constitui um daqueles resíduos do poder de que nos fala Henri Lefebvre, expressão das contradições da ordem dominada pelo afã do lucro e pela coisificação do homem pela trama das relações econômicas que faz, como diz Marx, com que a coisa pareça gente e atue como gente e o homem pareça coisa e como coisa tenha que viver o drama de sua coisificação.

Essa ingenuidade vem explodindo em todos os cantos, desde a Revolução Industrial, e ganhou força política no século XVIII, no que o historiador inglês Edward Thompson, em famoso estudo, chamou de economia moral da multidão. Aludia ele à reação irracional, porque contra a lógica dos preços, dos moradores do bairro de Santo Antônio, em Paris, contra o preço do pão. Sua reação se alastrou, a Bastilha foi derrubada. Foram eles que, com sua ingênua concepção de economia, abriram as portas para as novas ideias políticas que se consumaram na Revolução Francesa.

Os estudos sobre economia moral disseminaram-se para compreender as irracionalidades políticas na Ásia pobre e convulsionada das últimas décadas. Vai ficando claro que a economia moral é, na verdade, o miolo de um movimento social que chegou à América Latina nos anos de 1980, sobretudo por via religiosa.

O documento do Conic é uma das expressões desse movimento a seu modo inovador. Não por acaso há nele ecos do ideário do Fórum Social Mundial, do

MST, das pastorais sociais da Igreja Católica e, portanto, de setores que se tornaram decisivos na ascensão política do PT e de Lula. Não obstante, bem lido, o documento é uma crítica ao PT e ao Governo Lula, que, como Alice, atravessou o espelho e se perdeu no caminho de ida.”

Escreveu o Professor José de Souza Martins, professor emérito da Faculdade de Ciências e Letras Humanas da Universidade de São Paulo.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores e convidados, quero concluir ressaltando mais uma vez o grau de importância desta sessão, chamando atenção para o debate ecumênico e com responsabilidade política sobre o atual momento econômico do Brasil, a nossa responsabilidade enquanto cristãos e o desenhar do futuro que queremos para uma Nação mais justa, mais humana e mais solidária.

Muito obrigado.

Que Deus proteja a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Antes de encerrar esta sessão, gostaria de cumprimentar todas as mulheres brasileiras, todas as mulheres que lutam no mundo inteiro por justiça, por paz, por fraternidade, por igualdade. Lembro aqui algumas que já se foram e outras que estão entre nós, como a grande poetisa do meu Estado Cora Coralina, Madre Teresa de Calcutá, Clarice Lispector, Cecília Meireles, Indira Ghandi, Zilda Arns, Olga Benário Prestes – morta pela Gestapo –, Anita Garibaldi, entre tantas e tantas outras que dedicaram uma vida pela poesia, pela literatura, pela cultura e, principalmente, pela paz e pela fraternidade. A todas as mulheres brasileiras, das mais simples e humildes às mais prestigiadas, o

meu abraço carinhoso, a reverência do Senado Federal, a homenagem do Senado Federal.

O Senado, amanhã, vai dedicar às mulheres uma sessão especial, em que, por meio do Prêmio Bertha Lutz, homenageará mulheres que tiveram e têm uma história muito relevante para o nosso tempo. De qualquer maneira, em nome do Senado Federal, quero desejar a todas muita luta e muitas realizações em suas vidas. Nós todos dependemos muito das nossas esposas – temos um carinho enorme pelas nossas esposas – e amamos as nossas mães. Eu tenho o privilégio de ter duas filhas e de ter excelentes auxiliares que são mulheres. Enfim, quero homenagear a todas as mulheres do Brasil nesta data tão importante.

Mais uma vez afirmo a minha alegria e a minha honra pela iniciativa desta sessão especial que objetivou homenagear o Conic e todas as instituições cristãs pela realização dessa Campanha da Fraternidade Ecumênica. Nós precisamos dessa unidade de todos os cristãos e de todas as igrejas que realmente trabalham pelo bem comum.

A todas as senhoras e senhores convidados que aqui vieram o meu muito obrigado, e a todos os telespectadores, a todos os ouvintes um grande abraço. Parabéns ao Conic pela realização dessa Campanha da Fraternidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 24 minutos.*)

Ata da 25ª Sessão, Não Deliberativa em 8 de março de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Cícero Lucena, Papaléo Paes e Paulo Paim

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 11 minutos, e encerra-se às 16 horas e 24 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado da Justiça que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

– Nº 326, de 3 de março do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.480, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 178, DE 2010

Nos termos do Art. 218, inciso VII do RISF, Requeiro voto de pesar pelo falecimento do cantor regionalista gaúcho Jader Moreci Teixeira.

O Rio Grande do Sul está de luto. Um dos maiores ícones da cultura, da tradição e do regionalismo o cantor Jader Moreci Teixeira, mais conhecido como Leonardo faleceu aos 71 anos de idade, na madrugada de domingo, vítima de problemas renais. Jader Moreci Teixeira estava internado desde o dia 1º de março no Hospital de Viamão. O seu sepultamento ocorreu ontem no final da tarde.

Nascido em Bagé, na região da Campanha, próximo a fronteira com o Uruguai, Leonardo começou a trabalhar muito cedo sua trajetória artística começou no circo como palhaço Zé Sabugo. Aos 20 anos, já morando em Porto Alegre, fez dupla sertaneja com um amigo.

No anos 60, voltou-se ao regionalismo gaúcho e integrou o grupo Os Três Xirus. A partir de 1974 iniciou umas das carreiras solos de maior sucesso do sul do País.

Em 1982, acompanhado do grupo Os Serranos, ganhou a Califórnia da Canção Nativa de Uruguaiana, com a canção Tertúlia, que diz.

“É o batismo dos sem nome,
rodeio dos desgarrados/
Grito de alerta do pampa,
tribuna dos injustiçados/
Tertúlia é o canto sonoro,
sem fronteira ou aramado/
Onde o violão e o poeta
podem chorar abraçados”.

Mas o grande êxito de Leonardo foi sem dúvida uma canção escrita em 1978. Ela se tornou uma das mais populares, ouvidas e virou símbolo do Rio Grande do Sul.

E foi exatamente, aqui em Brasília, num churrasco organizado pela bancada gaúcha, em homenagem ao Presidente Lula, que Leonardo fez uma das melhores interpretações dessa canção...

... e ele se chama “Céu, Sol, Sul, Terra e Cor”...

“Eu quero andar nas coxilhas
Sentindo as flexilhas das ervas do chão,
Ter os pés roseteados de campo,
Ficar mais trigueiro como o sol de verão.
Fazer versos cantando as belezas
Desta natureza sem par.
E mostrar para quem quiser ver
Um lugar pra viver sem chorar
É o meu Rio Grande do Sul
Céu, sol, sul, terra e cor!
Onde tudo o que se planta cresce
E o que mais floresce é o amor.
Eu quero me banhar nas fontes
E olhar horizontes com Deus,
E sentir que as cantigas nativas
Continuam vivas para os filhos meus.
Ver os campos floridos e
Crianças sorrindo felizes a contar!
E mostrar para quem quiser ver

Um lugar pra viver sem chorar
É o meu Rio Grande do Sul
Céu, sol, sul, terra e cor!
Onde todo o que se planta cresce
E o que mais floresce é o amor”.

Muitas vezes tive oportunidade de conversar com ele e assistir seus shows. Ele era uma pessoa amável e de um forte espírito de solidariedade. Quem conhecia o Leonardo sabia que ele se indignava com injustiças praticadas contra crianças, jovens, idosos e mulheres. Ele foi lutador social.

Leonardo foi casado duas vezes, deixou um filho e dois netos. Aos seus familiares enviamos os nossos sentimentos de inestimável perda.

Para tanto gostaria que o presente voto fosse enviado para o Senhor Jader Moreci Teixeira Filho na Rua Vitória Régia, 150 – Bairro Querência – Viamão – RS – CEP 94400-050.

Sala das Sessões, 8 de março de 2010. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 3, de 2010**, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que altera o artigo nº 163 do Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a prioridade regimental na elaboração da Ordem do Dia.

Ao Projeto foi oferecida uma emenda.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o **Projeto de Resolução nº 17, de 2009**, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial para Reforma do Regimento Interno, para exame do projeto e da emenda.

É a seguinte a emenda:

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2010

Acrescenta inciso ao art. 163 do RISF, constante do art. 1º do Projeto de Resolução.

O art. 163 do Regimento Interno do Senado Federal, constante do art. 1º do Projeto de Resolução nº 03, de 2010, é acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 163 -

IV – Os projetos de lei de autoria de Senadores que tenham pareceres apreciados há mais

de 180 (cento e oitenta dias) nas Comissões designadas.” – Senador **José Nery**, PSOL/PA.

Justificação

A Ordem do Dia do Senado, devido às várias preferências regimentais, constitucionais e até mesmo de ordem política tem se transformado em uma impossibilidade de discussão dos temas mais ligados aos projetos originados nesta Casa, de autoria dos próprios Senadores.

O poder/dever de legislar transformou-se em simples conduta discursiva em torno dos temas inseridos por agentes que, ainda que detenham a legalidade para tanto, são externos ao Poder legislativo.

A insistência na conduta de inserção de temas não emanados dentro do Senado Federal tem sido uma constante. Os Senadores são reféns desse sistema e vêem seus projetos, em regra geral, serem seguidamente arquivados, esquecidos ou colocados em segundo plano.

O respeito à atividade legislativa constitucional delegada aos Senadores deve ser respeitada. Assim, acredito que os Projetos de Lei oriundos de Senadores devem ter, também, preferência regimental, sob pena de perdermos a habilidade que a Constituição nos outorga de transformação legislativa. Seremos, enfim, meros assistentes a discutir temas de outros, nem sempre de urgência e relevância.

Assim, os Projetos oriundos nesta casa que tenham parecer, favorável ou não, há mais de 180 (cento e oitenta) dias, nas comissões designadas ou indicadas durante seu percurso processual, devem ser ordenadas na Ordem do Dia para deliberação conjunta, restabelecendo assim a função constitucional original desta Casa. – Senador **José Nery**, PSOL/PA.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, à Comissão Especial para Reforma do Regimento Interno)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica que recebeu o **Aviso nº 7, de 2010** - CN (nº 00115/2010, na origem, do Presidente do Tribunal de Contas da União), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre do exercício de 2009.

O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

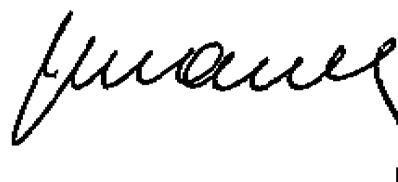
MENSAGEM
Nº 67, DE 2010
(nº 79/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos.

Os méritos do Senhor Paulo César Meira de Vasconcellos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de março de 2010.



INFORMAÇÃO
Curriculum Vitae

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS

CPF: 145.891.761-49

ID.: 6534MRE

1953 Filho de Antonio Rebello Meira de Vasconcellos e Maria das Neves Meira de Vasconcellos, nasce em 28 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ

1976 CPCD - IRBr

1977 Terceiro Secretário em 17 de outubro

1977 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente

1979 Embaixada em Ottawa, Terceiro e Segundo Secretário

1979 Segundo Secretário em 12 de dezembro

1981 CAD - IRBr

1983 Embaixada em Lima, Segundo Secretário

1986 Divisão de Cadastro e Lotação, assessor

1986 Primeiro Secretário, por merecimento, 18 de dezembro

1987 Embaixada em Abu Dhabi, Encarregado de Negócios em missão transitória

1988 Divisão do Pessoal, Chefe, substituto

1989 Secretaria-Geral, Coordenador Executivo

1989 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro

1989 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial

1990 Departamento do Serviço Exterior, Coordenador Executivo

1991 Embaixada em Washington, Primeiro Secretário e Conselheiro

1992 Conselheiro, por merecimento, em 21 de dezembro

1994 Embaixada em Ottawa, Conselheiro

1996 CAE - IRBr, A inserção do Canadá nas Américas. Reflexões sobre as relações com o Brasil

1997 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete

1998 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de junho

1999 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

1999 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral Adjunto

2004 Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exteriores, Chefe de Gabinete

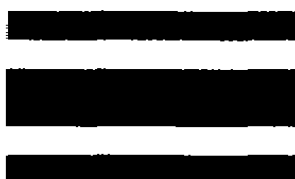
2005 Departamento Cultural, Diretor

2006 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 20 de junho

2008 Subsecretário-Geral do Serviço Exterior

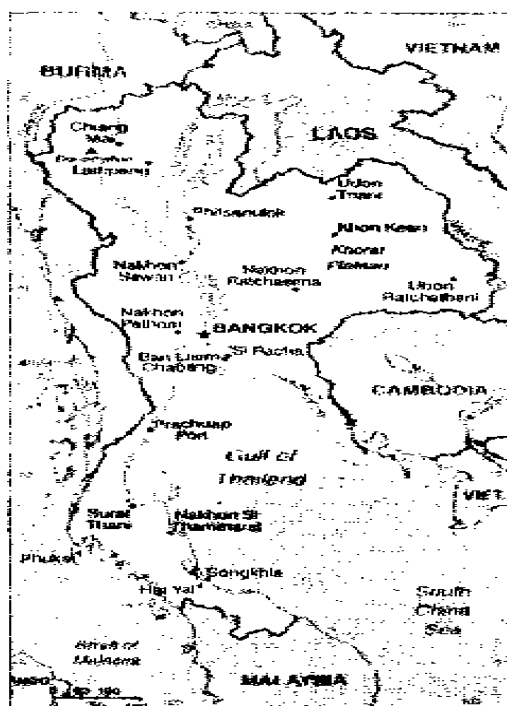

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS-II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA-II**



**TAILÂNDIA
INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL**

Fevereiro de 2010



ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
TRAJETÓRIA POLÍTICA RECENTE DA TAILÂNDIA	5
RELAÇÕES BILATERAIS	6
QUADRO GERAL	6
VISITAS DE ALTO NÍVEL	7
COOPERAÇÃO BILATERAL	8
<i>Biocombustíveis e pesquisa agrícola</i>	9
<i>Saúde e Ciências Médicas</i>	11
<i>Educação</i>	11
<i>Cooperação Jurídica</i>	12
<i>Ajuda Humanitária</i>	12
COOPERAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	12
<i>Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)</i>	12
<i>Organização Mundial do Comércio</i>	13
<i>Sistema Financeiro Internacional</i>	14
<i>Mercosul-ASEAN</i>	14
RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS	14
POLÍTICA INTERNA	17
O PERÍODO THAKSIN	18
EVOLUÇÃO RECENTE	19
INSURREIÇÃO NO SUL	22
POLÍTICA EXTERNA	22
CAMBOJA	24
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	26
A ECONOMIA TAILANDESA EM 2009	27
COMÉRCIO	28
ANEXOS	30
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-TAILÂNDIA	30
CRONOLOGIA HISTÓRICA DA TAILÂNDIA	32
ATOS BILATERAIS	34
DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS	35

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Reino da Tailândia
CAPITAL:	Bangkok
ÁREA:	511.770 km ² (pouco menor que a Bahia)
POPULAÇÃO (EST. 2009):	67 milhões
IDIOMAS:	Tailandês (oficial), inglês, idiomas locais
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (95%), islamismo (4%)
SISTEMA POLÍTICO:	Monarquia constitucional parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Rei Bhumibol Adulyadej (desde 1946)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Abhisit Vejjajiva (desde dezembro de 2008)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Kasit Piromya (desde dezembro de 2008)
UNIDADE MONETÁRIA:	Baht
IDH (2007, publicado em 2009):	0,783 - 87º de 182 países listados
PIB (2008):	US\$ 272,4 bilhões
PIB PPP (2008):	US\$ 546,1 bilhões
PIB per capita (2008):	US\$ 4.109
PIB PPP per capita (2008):	US\$ 8.237
CRESCIMENTO DO PIB (2008):	2,5%
CRESCIMENTO DO PIB (EST. 2009):	-3,2%
CRESCIMENTO DO PIB (PREV. 2010):	3,2%
COMÉRCIO EXTERIOR (2008):	US\$ 351,7 bilhões
EXPORTAÇÕES (2008):	US\$ 173,2 bilhões
IMPORTAÇÕES (2008):	US\$ 178,5 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO (2008):	1. Aparelhos mecânicos (17,6%); 2. Aparelhos elétricos (14,4%); 3. Veículos (9,4%)
PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES (2008):	1. Estados Unidos (11,4%); 2. Japão (11,4%); 3. China (9,2%)

PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO (2008):	1. Combustíveis, óleos e ceras (20,8%); 2. Aparelhos elétricos (16,1%); 3. Aparelhos mecânicos (12,5%)
PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES (2008):	1. Japão (18,8%); 2. China (11,2%); 3. Estados Unidos (6,4%)
EMBAIXADOR DO BRASIL EM BANGKOK:	Edgard Telles Ribeiro (cumulatividades: Camboja e Laos)
EMBAIXADOR DA TAILÂNDIA EM BRASÍLIA:	Chakarin Chayabongse

Fontes: DIC/MRE, fevereiro de 2010; *The Economist Intelligence Unit, Country Report*, fevereiro de 2010.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → TAILÂNDIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	537,4	677,4	1.088,0	1.409,5	1.468,8	1.972,7	2.968,0	2.402,7
Exportações	350,3	416,4	648,0	887,9	732,0	967,5	1.565,7	1.132,0
Importações	187,1	261,0	440,0	521,6	736,8	1.005,2	1.420,3	1.270,7
Saldo	163,2	155,4	208,0	366,3	-4,8	-37,7	145,3	-138,7

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

TRAJETÓRIA POLÍTICA RECENTE DA TAILÂNDIA

A Tailândia foi o único país da Indochina a conservar-se independente em toda sua história. No século XIX e início do século XX, os Rei Mongkut (1851-1868) e Chulalongkorn (1868-1910) impediram, habilmente, por meio de negociações diplomáticas com a Grã-Bretanha e com a França, que o país se transformasse em colônia européia:

A monarquia constitucional foi estabelecida em 1932 e nas quatro décadas seguintes o país foi governado por militares, até o levante que depôs o último líder militar, em 1973. Seguiram-se governos civis, entremeados por golpes militares (17, entre 1932, quando foi abolida a monarquia absolutista, e 1991), quase sempre não-sangrentos, instauradores de regimes de curta

permanência, em um processo de crescente distanciamento dos militares do poder. O país enfrenta agora o desafio de consolidar a democracia após o último golpe militar, o 18º, em 19 de setembro de 2006. O golpe de setembro de 2006 restabeleceu um fenômeno – golpe militar – que havia 15 anos estava ausente do país.

A Tailândia é um tradicional aliado norte-americano na região, tendo enviado tropas para as Guerras da Coreia, do Vietnã e, mais recentemente, contingente de 1.000 soldados não-combatentes para o Iraque. O país funciona como pólo de poder sub-regional, exercendo influência sobre o Camboja e Laos e é visto como alternativa ao transporte de petróleo pelo Estreito de Málaca, o que poderia se materializar, caso prosperem os planos para a construção de dutos de petróleo do Oceano Índico para a China.

A evolução política recente tem como divisor de água a trajetória do ex-Primeiro Ministro Thaksin Shinawatra, que se encontra agora com os direitos políticos suspensos e sob investigação judicial. Embora ausente do país, Thaksin continua a exercer forte influência em grupos de oposição ao atual Gabinete, o que tem contribuído para gerar instabilidade política no país, particularmente aguda entre fins de 2008 e a primeira metade de 2009.

RELAÇÕES BILATERAIS

Quadro Geral

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Tailândia foram estabelecidas em 17 de abril de 1959, por troca de notas entre o Embaixador Hugo Gouthier, chefe de Missão Especial ao Sudeste Asiático, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Thanat Khomann. (O Embaixador Gouthier era então Embaixador em Bruxelas).

A Embaixada do Brasil em Bangkok foi aberta no mesmo ano, e a Embaixada da Tailândia em Brasília, em 1964.

As relações bilaterais com a Tailândia Vêm-se intensificando nos últimos anos e apresentam grande potencial de crescimento.

Como elementos encorajadores, ressaltam a condição tailandesa de segunda maior economia da ASEAN; o alto grau de abertura do setor externo de sua economia (apesar de ter um PIB nominal equivalente a apenas 16% do brasileiro, seus fluxos de exportação e importação são da mesma ordem de grandeza dos nossos); o crescimento muito expressivo do comércio bilateral (apesar da queda de 19,5% em 2009, o comércio bilateral cresceu, entre 2002 e 2009, 347%, frente a 161% de crescimento do comércio global brasileiro); e o interesse que tem demonstrado em estreitar a relação conosco, de forma a viabilizar possível plano de tornar-se um centro regional distribuidor de etanol (três missões tailandesas visitaram o Brasil em 2008, para discutir a cooperação bilateral nessa área), além de buscar ampliar a cooperação na área de saúde e pesquisa agrícola.

Em 2009, a EMBRAER concluiu sua quarta operação de venda de aviões para o país. Há também entendimentos voltados para a venda de equipamentos militares do Sistema ASTROS II.

As relações ressentem-se, no entanto, da instabilidade política interna, particularmente aguda entre fins de 2008 e o início de 2009.

A primeira reunião da Comissão Mista bilateral, criada em 2004, teve lugar em Bangkok, em 21 de outubro de 2008, quando a delegação brasileira foi chefiada pelo SGAP-II, Embaixador Roberto Jaguaribe. Na ocasião, foi formulado convite para que o Ministro Celso Amorim visitasse a Tailândia, no marco das comemorações do cinquentenário de relações diplomáticas, o que não pôde ser concretizado em 2009.

Visitas de alto nível

A última visita de Chefe de Governo da Tailândia ao Brasil ocorreu em 2004, quando o então Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra esteve no País. Na ocasião, foram discutidas possibilidades de cooperação nas áreas de etanol, alta tecnologia (satélites e tecnologia da informação) e saúde (HIV/AIDS). Naquele mesmo ano, visitou a Tailândia o então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, acompanhado de delegação empresarial, para participar da conferência internacional *Biofuel 2004*.

Em 2005, o Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro visitou Bangkok, na qualidade de Enviado Especial do Senhor Presidente da República, para tratar da candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em agosto de 2006, o então Ministro das Relações Exteriores da Tailândia, Kantathí Suphamongkhon, visitou o Brasil. Os temas tratados relacionaram-se à cooperação nas áreas de etanol (incluindo visita à EMBRAPA); saúde; comércio bilateral; e a convergência de posições na OMC.

Em 2007, o então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Sawanit Kongsiri, participou da III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília. No mesmo ano, o Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, esteve em Bangkok, no transcurso de viagem que se estendeu a Cingapura e ao Vietnã.

Em junho de 2008, ocorreu a visita da então Ministra da Energia da Tailândia, Poonpirom Liptapanlop, que teve por foco a cooperação em etanol.

A delegação tailandesa à I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em novembro de 2008, em Brasília, foi chefiada pelo então Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sompong Amornvivat, que manteve encontro à margem da reunião com o Ministro Celso Amorim. A conversa girou em torno da situação política de então na Tailândia; a crise econômico-financeira global; a Rodada Doha; e biocombustíveis.

Em julho de 2009, estiveram em Bangkok os Senadores Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Flexa Ribeiro; e Neuto de Conto, em viagem que se estendeu ao Vietnã, Camboja e Taiwan.

Em outubro de 2009, esteve em Brasília o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Panich Vikitsreth, quando foi recebido pelo Secretário-Geral Antônio Patriota. Discutiram-se a possibilidade de cooperação em turismo e práticas administrativas e questões multilaterais.

O Ministro Celso Amorim esteve na Tailândia por duas vezes: em 1994, como Chanceler, em visita bilateral; e em 2000, como Chefe da Delegação brasileira à X Conferência da UNCTAD.

Cooperação bilateral

Encontram-se em vigor Acordo bilateral de Cooperação Técnica e Científica (desde 1987), Acordo sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e Acordo de Cooperação Esportiva (ambos desde 2004). Há carência de implementação dos acordos.

Entre as áreas com maior potencial para a cooperação técnica bilateral, podem-se citar: biocombustíveis e pesquisa agrícola; saúde e ciências médicas, incluindo HIV/AIDS; e educação.

Biocombustíveis e pesquisa agrícola

A cooperação bilateral na área de etanol apresenta grande potencial, em razão do interesse da Tailândia em aumentar sua produção doméstica e em converter-se em centro regional de distribuição do insumo. A Tailândia já utiliza, em parte de sua frota de automóveis, a mistura de álcool na gasolina.

Em dezembro de 2004, a Tailândia sediou a Conferência Internacional sobre a Utilização do Etanol e do Biodiesel (“Biofuel 2004”), a qual contou com a participação do ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, e de delegação empresarial brasileira.

Em agosto de 2006, o então Ministro das Relações Exteriores da Tailândia, Kantathi Suphamongkhon, visitou a sede da EMBRAPA, onde foi recebido, juntamente com sua delegação, pelo Diretor-Executivo e pelo Coordenador de Cooperação Internacional daquela instituição. Deu-se particular ênfase à produção de etanol, tendo sido discutida, também, a possibilidade de abertura de laboratório da EMBRAPA na Ásia.

Como evidência do interesse tailandês no etanol, a Tailândia enviou três delegações ao Brasil, em 2008, para tratar do assunto, uma em nível ministerial. A visita da Ministra da Energia da Tailândia ao Brasil teve por foco a transferência de tecnologia brasileira na área de biocombustíveis. A esse respeito, o Ministro Celso Amorim afirmou que o Brasil está disposto a prestar cooperação na área, o que poderia se efetivar por meio de protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica, já vigente.

Além da visita ministerial, em 2008, ocorreu a visita de delegação do Instituto do Petróleo da Tailândia e de delegação chefiada pelo Subsecretário Permanente do Ministério da Energia, Dr. Kurujit Nakornthap, ambas com interesse em biocombustíveis.

Pela parte brasileira, visitaram a Tailândia técnicos da EMBRAPA, em setembro de 2008 e o Diretor Executivo da empresa, em outubro de 2008. Na ocasião, o Departamento de Agricultura da Tailândia expressou forte interesse no adensamento da cooperação com o Brasil em áreas como cana-de-açúcar, café, mandioca, pinhão manso e seringueira, incluindo a capacitação e permuta de pesquisadores e estudantes de pós-graduação. O Diretor Executivo da EMBRAPA considerou a relação particularmente benéfica no que diz respeito à biotecnologia, recursos genéticos, melhoramento e produção vegetal.

Está em negociação a assinatura de documento que institua cooperação técnica entre a EMBRAPA e instituto de pesquisa tailandês. A Tailândia sugeriu seja firmado instrumento de nível ministerial, entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Departamento de Agricultura tailandês, para posterior assinatura de documento com a Embrapa. A EMBRAPA manifestou concordância com a proposta, que está sob avaliação do MAPA.

Soma-se, ainda, a disposição manifestada pelo Ministério de Minas e Energia e o Departamento de Energia do MRE em assinar instrumento de cooperação sobre biocombustíveis com a Tailândia.

Ainda na área agrícola, há interesse tailandês em promover intercâmbio em controle de doenças e pragas em agricultura, conforme discutido na I reunião da Comissão Mista, em outubro de 2008.

Saúde e Ciências Médicas

Brasil e a Tailândia desenvolvem importante cooperação na área de saúde. Os dois países possuem posições semelhantes em relação ao licenciamento compulsório de medicamentos, ensejando cooperação em nível multilateral, sobretudo em relação ao tratamento da AIDS.

Em julho de 2004, delegação de alto nível do Ministério da Saúde visitou Bangkok. Na ocasião, foi firmada, por iniciativa brasileira, a Declaração Conjunta para a Criação de Rede Tecnológica sobre AIDS. Além da Tailândia, aderiram à Declaração a Argentina, Brasil, China, Cuba, Nigéria, Rússia, Tailândia e Ucrânia.

No momento, encontra-se pronto a ser firmado, entre os Ministérios da Saúde dos dois países, Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Saúde e Ciências Médicas, prevendo, dentre outros pontos, a cooperação nas áreas de vigilância sanitária e de serviços de saúde pública (incluindo atividades de controle de doenças e promoção de saúde, particularmente em HIV/AIDS, tuberculose, malária e doenças emergentes).

Além do escopo bilateral, houve, no passado, menção à possibilidade de ações de cooperação triangular envolvendo os dois países, em possíveis ações de cooperação em HIV/AIDS em Moçambique.

Educação

Encontra-se em negociação Memorando de Entendimento na Área de Educação, o qual estabelece, dentre outros mecanismos, programas de treinamento para estudantes e técnicos na área agrícola; e intercâmbio de professores, pesquisadores e alunos universitários, inclusive mediante concessão de bolsas de estudos em instituições de nível superior. A contraproposta tailandesa está sob consideração das autoridades brasileiras.

No âmbito do FOCALAL, a Tailândia ofereceu, no final de 2007, duas bolsas de estudos para candidatos de países latino-americanos, para Mestrado em Administração de Empresas de Hotelaria e Turismo, em universidade em Phuket, ilha do sul da Tailândia foco de intensa atividade turística.

Cooperação Jurídica

Na I Reunião da Comissão Mista, em outubro de 2008, Brasil e Tailândia manifestaram a disposição em estabelecer cooperação jurídica em matéria penal. A Parte tailandesa informou, entretanto, que seria necessária aprovação prévia de lei interna a respeito, que estaria em elaboração pelas áreas competentes. Aguarda-se a aprovação da lei para dar continuidade às negociações.

Ajuda Humanitária

Em janeiro de 2005, após o *tsunami* que atingiu a Tailândia, entre outros vinte países da Ásia e da África, em 30 de dezembro de 2004, e que vitimou fatalmente a Conselheira Lys Amayo de Benedek D'Ávola, o Governo brasileiro doou 7 toneladas de medicamentos destinados às vítimas locais do maremoto.

Cooperação em Organizações Internacionais

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

Nos debates sobre a reforma do CSNU, a Tailândia defende a ação concreta dos Estados membros da Organização, na medida em que não seria mais aceitável a perpetuação do *status quo*. O país apoia a expansão do número de assentos permanentes e não-permanentes do Conselho de Segurança, mas é contrária à extensão do direito de veto aos novos membros permanentes.

A Tailândia tem defendido a flexibilidade como chave para resultados concretos e tem indicado que o estabelecimento de mecanismo para limitar o uso do veto é factível. Demonstra, outrossim, disposição a considerar eventual

expansão "média", com, por exemplo, dez assentos adicionais em eventual expansão do Conselho.

Sobre o pleito brasileiro a um assento permanente no CSNU, autoridades tailandesas têm demonstrado simpatia, sem, no entanto, haver declaração oficial de apoio do país. Em 2005, o então Chanceler tailandês afirmou que o país vê o Brasil como "um candidato sólido" a membro permanente do Conselho de Segurança. Em 2008, por ocasião da I Comissão Mista, o Subsecretário Permanente Charivat Santaputra declarou que a Tailândia "não teria qualquer problema" com a obtenção, pelo Brasil, de um assento permanente no Conselho de Segurança. Observou, contudo, que a Tailândia aguarda a composição do pacote pleno dessa questão, para se pronunciar a respeito.

Organização Mundial do Comércio

A Tailândia apoia o enfoque multilateral no tratamento do comércio internacional. Nesse sentido, assim como o Brasil, a Tailândia é membro do G-20 da OMC.

Por ocasião da I Comissão Mista, em outubro de 2008, o então Secretário Permanente dos Negócios Estrangeiros (nível de Vice-Ministro) Virasakdi Futrakul, ao referir-se à liderança brasileira no G-20, manifestou sua esperança de que o Brasil consiga reduzir as distâncias que ainda separariam as posições dos países desenvolvidos e em desenvolvimento na Rodada Doha. Afirmou que, embora a Tailândia tenha decidido negociar acordos de livre comércio bilaterais para ampliar o acesso a mercados, o país acredita que o tratamento multilateral da matéria é mais positivo.

Sistema Financeiro Internacional

Na condição de presidente de turno da ASEAN, até o fim de 2009, a Tailândia participou de trabalhos do G-20 Financeiro. Em sua visita ao Brasil,

em outubro de 2009, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Panich Vikitsreth, solicitou o apoio brasileiro para que a Tailândia integre o mecanismo.

Mercosul-ASEAN

A Tailândia desempenha importante papel no processo de aproximação entre o Mercosul-ASEAN, por ser a segunda maior economia do grupamento asiático. No exercício da presidência de turno da ASEAN, que terminou em dezembro de 2009, a Tailândia coordenou a participação dos países-membros do grupamento na I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, que ocorreu em 24 de novembro de 2008, em Brasília, bem como na sessão ministerial que ocorreu em novembro de 2009, à margem da 64ª Assembleia Geral da ONU. Na última reunião, o Chanceler da Tailândia sublinhou o interesse de seu país nas áreas de energias renováveis, produção de alimentos, segurança alimentar e transporte marítimo.

A II Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN ocorrerá em Bangkok, no primeiro semestre de 2010. Na ocasião, deverá ser aprovado o Plano de Ação que orientará a aproximação birregional.

Relações econômico-comerciais

Foi a seguinte a evolução do comércio bilateral nos últimos anos:

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL→ TAILÂNDIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	537,4	677,4	1.088,0	1.409,5	1.468,8	1.972,7	2.968,0	2.402,7
Exportações	350,3	416,4	648,0	887,9	732,0	967,5	1.565,7	1.132,0
Importações	187,1	261,0	440,0	521,6	736,8	1.005,2	1.420,3	1.270,7
Saldo	163,2	155,4	208,0	366,3	-4,8	-37,7	145,3	-138,7

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Como se verifica, o comércio bilateral tem revelado grande dinamismo. Apesar da queda do comércio no último ano, em decorrência da crise global, ressalta o fato de que o intercâmbio bilateral apresentou crescimento de 347% no período 2002–2009. As trocas comerciais com a Tailândia reduziram-se, em 2009, menos que aquelas com outros grandes parceiros da ASEAN, o que alçou a Tailândia, em 2009, à condição de principal parceiro comercial do Brasil no grupamento, e o sétimo no continente asiático. De todo modo, pode-se afirmar que há grande potencial de incremento no intercâmbio, devido ao peso relativo de suas economias nos respectivos entornos regionais e ao expressivo contingente populacional dos dois países (total de 265 milhões).

Em agosto de 2009, confirmou-se venda de aeronave da EMBRAER à marinha da Tailândia, no valor de US\$ 27 milhões. Essa foi a quarta venda de aeronaves da EMBRAER para as Forças Armadas daquele país, desde 2006. A EMBRAER considera que a Tailândia oferece boas perspectivas de mercado no curto, médio e longo prazos, tanto para aeronaves civis quanto militares. Existe, ademais, a possibilidade de fornecimento do sistema ASTROS II, da AVIBRAS, às Forças Armadas tailandesas, em operação da ordem de US\$ 70 milhões. A AVIBRAS aguarda com interesse o relançamento da concorrência, paralisada desde 2005.

O intercâmbio comercial com a Tailândia totalizou US\$ 2,403 bilhões em 2009, montante 19,5% menor que o comércio bilateral no ano de 2008. Cabe destacar que esse resultado é inferior à queda de 24,3% verificada em relação ao total do comércio exterior brasileiro no mesmo período. Comparativamente a países vizinhos, o comércio com a Tailândia superou, em 2009, o intercâmbio com o Paraguai, Peru, Colômbia e Equador.

As exportações brasileiras à Tailândia, em 2009, variaram negativamente em 27,7% em relação a 2008, totalizando US\$ 1,132 bilhão. A pauta de exportação brasileira é altamente concentrada, sendo os principais produtos: soja e seus resíduos (63,0%); ferro e aço (16,8%); e algodão (3,7%).

As importações provenientes daquele país foram 10,5% menores se comparadas a 2008, totalizando US\$ 1,271 bilhão. A pauta de importação, mais diversificada, constituiu-se principalmente dos seguintes grupos de produtos: aparelhos mecânicos (34,4%); automóveis e acessórios (16,9%); aparelhos elétricos (16,4%); e borracha (12,5%).

O Representante de Comércio da Tailândia, Vachara Phanchet, realizou visita ao Brasil, em outubro de 2009, com o objetivo de identificar parceiros para importações e exportações tailandesas, bem como para investimentos no Brasil. A comitiva demonstrou interesse em ampliar as importações tailandesas nos seguintes setores: alimentos enlatados (em particular peixes) e embutidos (presuntos e salsichas), jóias, ferro fundido, autopeças e maquinaria agrícola.

Entre as questões relativas ao comércio bilateral, podem-se apontar queixas da Tailândia quanto à investigação anti-dumping e aplicação, em abril e dezembro de 2009, por parte do Brasil, de direito definitivo sobre fios de viscose, e quanto à aplicação de regulamentos técnicos brasileiros para a importação de brinquedos, os quais seriam inconsistentes com o Acordo sobre Barreiras Técnicas (TBT) da OMC. A Tailândia indicou, também em 2009, insatisfação com regulamentos técnicos brasileiros sobre importações de brinquedos. O Ministério de Comércio da Tailândia já indicou intenção de abordar o assunto em reunião do Comitê sobre Barreiras Técnicas ao Comércio da OMC. Em resposta, a parte brasileira sugeriu que o assunto seja tratado bilateralmente, para que se possa esclarecê-lo antes de recurso a instância multilateral.

A Tailândia já manifestou interesse na realização de revisões periódicas das relações comerciais bilaterais, tendo o lado brasileiro sugerido a criação de mecanismo bilateral de revisão do comércio bilateral, face ao expressivo aumento do intercâmbio comercial entre os dois países. O referido comitê sobre comércio pode ser estabelecido no âmbito da Comissão Mista Brasil-Tailândia, que deverá ter sua segunda reunião em 2010.

Um dos principais grupos empresariais da Tailândia, *Charoen Pokphand*, demonstrou interesse em investir 16 milhões de dólares no setor agrícola brasileiro, através da aquisição de uma fazenda de 100 acres no Estado da Bahia para produzir soja, algodão e carne suína e de frango, entre outros produtos. Há, ainda, interesse tailandês em investir em restaurantes e spas no Brasil, conforme apontado pelo Representante de Comércio da Tailândia, Vachara Phanchet, durante visita ao Brasil, em outubro de 2009.

Pelo lado brasileiro, a empresa *Corona Cadinhos e Ferratários* também expressou seu interesse em abrir uma fábrica de cadinhos na Tailândia, em parceria com a empresa local *T.H.L. Engineering*.

POLÍTICA INTERNA

A Tailândia foi o único país da Indochina a conservar-se independente face às investidas colonialistas europeias.

O país teve agitada vida política ao longo do século XX. Em 1932, a monarquia absoluta foi reformada, tornando-se constitucional. Desde então, sucederam-se 17 Constituições, em meio a diversos regimes militares e civis.

Em contrapartida às reformas, o sistema monárquico permaneceu como pilar de sustentação: o atual Rei, Bhumibol Adulyadej, é o monarca desde 1946, e conta com grande apoio popular.

O Período Thaksin

A ascensão de Thaksin Shinawatra à chefia do governo, como resultado da vitória de seu partido nas eleições de 2001, às quais havia concorrido com uma plataforma populista, deu origem a novo ciclo na vida política da Tailândia, caracterizado pelo enfrentamento entre, de um lado, Thaksin e seus aliados (vistos como representantes de uma nova classe emergente), e, de outro, membros das elites tradicionais, frequentemente com rendas derivadas da posse de terras e, por vezes, com vínculos com a realeza.

A atuação de Thaksin na chefia do governo caracterizou-se por grande dinamismo na condução da economia e ímpeto realizador. Por outro lado, deu margem a insistentes acusações de corrupção, compra de votos, autoritarismo, conflitos de interesses, coerção do livre funcionamento das instituições democráticas e da imprensa e desrespeito aos direitos humanos. Tais características lhe valeram a oposição da maior parte da classe média, sobretudo em Bangkok, enquanto crescia seu prestígio nas áreas rurais e regiões menos desenvolvidas do país.

Thaksin e seu partido obtiveram vitória ainda maior nas eleições de 2005, conquistando 74,8% das cadeiras na Câmara de Representantes. Entretanto, em janeiro de 2006, o então Primeiro-Ministro e sua família foram acusados de evasão fiscal, na operação de venda de seu grupo empresarial, Shin Corporation, à Temasek Holdings, do governo de Cingapura, por US\$ 1,88 bilhão. A partir daí, galvanizou-se a oposição ao governo, traduzida em protestos de rua em Bangkok, organizados por grupo intitulado Aliança Popular para a Democracia (PAD), e Thaksin acabou sendo deposto por golpe militar, em setembro de 2006, quando se preparava para participar da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Sobre o assunto, o Itamaraty emitiu nota à imprensa, em 20 de setembro de 2006, na qual expressava preocupação com a revogação da Constituição, a dissolução do Gabinete da Corte Constitucional e a censura à imprensa, e manifestava a expectativa de que fosse prontamente restabelecida a estabilidade institucional.

Evolução recente

Após interregno de pouco mais de um ano, eleições em dezembro de 2007 deram novamente a vitória a Thaksin e seus aliados, agrupados em um novo partido. Ao longo de 2008, entretanto, a forte instabilidade política resultou na sucessão de três Primeiros-Ministros diferentes, todos do Partido do Poder Popular (PPP), que reagrupava antigos co-partidários de Thaksin após o banimento de seu partido, o Tailandeses Amam Tailandeses. Tentativas iniciais do PM Samak (no poder de janeiro a setembro de 2008) de promover a reforma da Constituição visando, entre outros fins, a anistiar Thaksin e outros 110 membros de seu primeiro partido (suspensos da vida política por cinco anos), provocaram uma reativação do grupo PAD, e novas manifestações de rua em Bangkok.

A condenação da esposa de Thaksin a três anos de prisão, por evasão fiscal, e o indiciamento do casal em processos por corrupção levaram à sua saída do país, tendo-se dirigido a Londres, onde apresentaram pedido de asilo ao governo britânico.

O PAD passou a mostrar-se cada vez mais radical: entre outras ações, os chamados “camisas amarelas” invadiram a sede do Executivo, obrigando o governo a transferir seus escritórios para instalações improvisadas no antigo aeroporto de Bangkok.

Com a queda de Samak, em setembro de 2008, por decisão judicial relacionada a uma tecnicidade, pareceu inicialmente que o estilo conciliador do novo Primeiro-Ministro, Somchai Wongsawat (no poder de setembro a dezembro de 2008), bem como seu propósito declarado de dialogar com a oposição, e suas primeiras iniciativas nesse sentido, tenderiam a levar a um esmorecimento do PAD.

Tal não ocorreu. Em 7 de outubro, a liderança do PAD decidiu bloquear o acesso ao Parlamento. Durante ação policial para restabelecer o acesso à sede do Legislativo, houve duas vítimas fatais e mais de 300 pessoas teriam ficado feridas.

Em razão dos distúrbios em Bangkok, o Governo anunciou a transferência para a cidade de Chiang Mai, no norte do país, de reunião de cúpula da ASEAN marcada para dezembro de 2008, em Bangkok.

Em novembro de 2008, também Thaksin foi condenado à prisão, por tribunal tailandês. Por outro lado, teve seu visto para o Reino Unido cancelado no mesmo mês, o que o obrigou a deixar aquele país. Desde então, esteve em Pequim, Hong Kong e Dubai.

Após ligeira trégua nos confrontos entre o governo e a oposição, em meados de novembro, provocada pelas cerimônias de cremação da irmã do Rei, o PAD retomou seus esforços para derrubar o Governo, mediante ocupação dos dois aeroportos de Bangkok, que tiveram de ser fechados. Com essas ações, o PAD procurava demonstrar que o Governo não tinha condições efetivas para dirigir o país, forçando, assim, uma mudança não-constitucional do regime.

Em dezembro de 2008, o PPP é dissolvido pela Corte Constitucional, e seus membros executivos, incluindo o até então Primeiro-Ministro Wongsawat, têm seus direitos políticos cassados por cinco anos. Muitos dos demais membros do partido extinto se uniram sob o então recém-criado

Partido Para os Tailandeses, que constitui, desde então, o principal grupo de oposição.

Após breve governo interino de Chaovarat Chanweerakul, em dezembro de 2008, Abhisit Vejjajiva é eleito Primeiro-Ministro pelo parlamento. Vejjajiva é líder do Partido Democrático, de que fazem parte alguns líderes do PAD bem como alguns dissidentes do PPP. Com a dissolução do PPP e a ascensão do Partido Democrático, os protestos do PAD se arrefeceram, ao passo que os simpatizantes de Thaksin, os “camisas vermelhas”, procuravam desestabilizar o Governo, organizados na Frente Unida Nacional pela Democracia contra a Ditadura (UDD). Em abril de 2009, a UDD liderou protesto contra o Governo Vejjajiva em Pattaya, provocando o cancelamento de Reunião de Cúpula da ASEAN, que ocorreria na cidade. A situação política tem-se acalmado nos últimos meses, mas o equilíbrio é instável.

A aproximação do veredito da Suprema Corte, previsto para o primeiro trimestre de 2010, sobre os bens congelados de Thaksin, no valor de aproximadamente US\$ 2,3 bilhões, tem gerado tensão no país. Uma granada explodiu a 50 metros da sede do Executivo e uma bomba foi desativada a 250 metros da Suprema Corte. Os “camisas vermelhas” anunciaram a intenção de promover grandes protestos.

É necessário reconhecer que os atuais mandatários tailandeses têm procurado respeitar a ordem constitucional estabelecida no país após o golpe de 2006. Entretanto, quanto maior a crise, mais se abre o caminho para os que defendem uma solução extraparlamentar, seja por intervenção militar, ou mediante algum gesto do Rei, que é alvo de grande respeito e mesmo veneração popular. Nesse sentido, tem causado preocupação a frágil saúde do Rei, internado desde setembro de 2009 por problemas pulmonares. A sucessão real é outro fator de preocupação, uma vez que o Príncipe Herdeiro não desfruta da mesma estima popular que seu pai.

Insurreição no sul

A Tailândia enfrenta violento movimento de insurreição de inspiração islâmica nas províncias do extremo sul, onde há importantes comunidades malaias. Em dezembro de 2009, os Primeiro-Ministros da Tailândia e da Malásia visitaram conjuntamente a região, demonstrando o esforço dos dois governos pela redução da violência. A situação é, porém, de grande complexidade, e não se vislumbra solução a curto ou médio prazo.

Há denúncias de violações dos direitos humanos na região, cometidas alegadamente pelas forças armadas, que têm papel preponderante nas províncias mais instáveis. A inexistência, há anos, de punição a militares ou paramilitares por infrações aos direitos humanos alimenta ressentimentos contra o governo e o exército tailandeses. Apesar da recente demonstração de boa disposição do governo, não tiveram seguimento as promessas do Primeiro-Ministro Vejjajiva, no início de seu mandato, no sentido de atribuir a autoridades civis a primazia da atuação no extremo sul do país.

POLÍTICA EXTERNA

A Tailândia constitui pólo de poder sub-regional, exercendo influência sobre o Camboja e Laos. Sua importância geo-estratégica pode-se ampliar, tendo em vista a possibilidade de servir como alternativa ao transporte de petróleo pelo Estreito de Málaca, o que poderia se materializar, caso prosperem os planos para a construção de dutos de petróleo do Oceano Índico para a China.

A Tailândia é um tradicional aliado norte-americano na região, tendo enviado tropas para as Guerras da Coréia, do Vietnã e, mais recentemente, contingente de 1.000 soldados não-combatentes para o Iraque. Além disso, os

EUA contribuem com importantes recursos para os setores militares tailandeses. O golpe militar de 2006 e a postura reticente da ASEAN em relação a Myanmar causaram fricções nessa relação.

Ocupou, de meados de 2008 ao fim de 2009, a presidência de turno da ASEAN, período em que teve dificuldades para cumprir suas funções, devido à instabilidade interna.

No plano bilateral, persistem, ainda, pendências fronteiriças com Malásia, Camboja, Laos e Mianmar. A estratégia diplomática tailandesa, em anos recentes, consiste em substituir a influência direta que antes exercia sobre as antigas Indochina francesa e Birmânia por um papel de centro irradiador, em termos de comércio e investimentos. O país destaca-se, por exemplo, como principal investidor no Laos, a despeito da proximidade do gigante chinês.

Com a Malásia, principal vizinho, há negociações em curso com vistas à construção de um gasoduto. Apesar do relacionamento fluido, existem alguns irritantes, decorrentes do asilo oferecido pelos malásios a ativistas de movimentos islâmicos radicais e separatistas, no sul da Tailândia. O Primeiro-Ministro da Malásia visitou o sul da Tailândia em dezembro de 2009, onde encontrou-se com o Primeiro-Ministro Vejjajiva, no esforço de reduzir a violência na região insurgente.

O Japão é o seu principal parceiro comercial e investidor externo. É, também, grande provedor de assistência técnica e financeira, com importantes programas de cooperação econômica e cultural. Durante a crise financeira de 1998, o Japão contribuiu com cerca de US\$ 4 bilhões para o programa de apoio do FMI à Tailândia.

As relações com a China, historicamente marcadas pelo grande contingente de população de origem chinesa que vive no país, passam por momento de grande dinamismo, valendo registrar o aumento no comércio bilateral nos últimos anos e nos investimentos chineses em obras de infra-

estrutura na Tailândia. O principal contencioso bilateral reside no tráfico de entorpecentes operado por redes tailandesas, que atingiria a China através de Myanmar.

Em relação a Myanmar, a diplomacia tailandesa tem adotado postura de não-intervenção, preceito importante para os países da ASEAN. Essa postura não é bem recebida pelos EUA e pela União Européia, que têm adotado postura mais dura. A Tailândia é afetada pela situação em Myanmar também no que diz respeito ao ingresso em território tailandês de nacionais do país vizinho, sobretudo em busca de trabalho. Atualmente, estima-se haver mais de um milhão de myanmarenses na Tailândia, a maioria em situação imigratória irregular. Soma-se a isso o fato de que cerca de 112 mil myanmarenses vivem há mais de duas décadas em campos para refugiados na Tailândia.

Camboja

As relações da Tailândia com o Camboja caracterizam-se pela disputa, por vezes violenta, pela região adjacente ao Templo Preah Vihear, Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO. Desde julho de 2008, têm-se registrado inúmeros incidentes na fronteira entre os dois países.

Após confronto em outubro de 2008, que resultou na morte de dois soldados cambojanos, a Chancelaria tailandesa convocou “briefing”, no qual abandonou o tom conciliatório que adotara nos casos anteriores. O incidente fronteiriço foi considerado pelo Governo tailandês como um “act of aggression” e alertou-se que os efetivos militares tailandeses, bem como seu equipamento bélico, “ultrapassam largamente as forças cambojanas”. A Chancelaria tailandesa afirmou, no entanto, que não se oporia a um papel apaziguador da ASEAN ou a uma mediação, embora mesmo esta alternativa tenha de ser previamente submetida ao Parlamento.

O agravamento da situação poderá prejudicar os entendimentos alcançados pelos dois países em julho de 2008. Durante encontro entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Camboja e da Tailândia, ambas as partes propuseram reduzir as tropas na área em disputa. Ademais, o Camboja anunciara que, tendo em vista o progresso obtido na reunião, não levaria adiante pedido de debate sobre o tema no CSNU.

O diferendo fronteiriço já é antigo. A divergência na região de Preah Vihear foi encaminhada, ao longo das últimas décadas, por arranjos informais, que facilitaram a convivência entre as populações fronteiriças. A situação de turbulência por que passou o Camboja durante décadas e a difícil reconstrução do país contribuíram para a acomodação da questão. Os arranjos informais de convivência, contudo, foram inviabilizados pelo uso político da questão pela oposição interna tailandesa, após o reconhecimento, por parte da UNESCO, da condição de Patrimônio da Humanidade, em 8 de julho de 2008.

Apesar de decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ) em 1962 favorável ao Camboja, Bangkok alega que a decisão aplica-se somente ao templo propriamente dito, e não à área adjacente. A região adjacente permaneceu sem demarcação da fronteira e é ocupada parcialmente pela Tailândia e pelo Camboja, em áreas que ambos reivindicam. O diferendo fronteiriço poderá ameaçar o bom andamento do processo de integração no Sudeste Asiático, no âmbito da ASEAN, caso não seja controlado.

As relações entre os dois países fragilizaram-se ainda mais em novembro de 2009, quando o Primeiro-Ministro do Camboja, Hun Sen, nomeou o ex-Primeiro-Ministro tailandês Thaksin Shinawatra seu assessor econômico. Segundo analistas, Hun Sen desejaria o retorno de Thaksin ao poder, para que possam dar andamento à exploração conjunta de petróleo e gás em área marítima disputada pelos dois países no Golfo da Tailândia. A Tailândia reagiu retirando seu Embaixador de Phnom Penh e solicitando a

extradição de Thaksin, negada pelo Governo cambojano sob a alegação de que a condenação do ex-Primeiro Ministro teria sido politicamente motivada.

Apesar da possível intenção de Hun Sen de desestabilizar o Governo tailandês, pesquisa de opinião revelou grande aumento na popularidade de Vejjajiva, após sua decisão de retirar o Embaixador tailandês de Phnom Penh. Quanto a Thaksin, considera-se possível que sofra queda em sua popularidade após ter aceito a nomeação no país vizinho.

Em janeiro de 2010, o Primeiro-Ministro cambojano visitou a região do Templo Preah Vihear, gerando novos atritos às relações bilaterais. A autoridade ameaça levar o diferendo à CIJ e ao Conselho de Segurança da ONU, caso não se viabilize uma solução bilateral "em breve". Nesse sentido, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Camboja queixou-se da lentidão do governo tailandês em referendar entendimentos obtidos no âmbito da Comissão Mista de Fronteiras.

O desentendimento entre os dois países sobre o tema deverá ser novamente objeto de atenção no âmbito do Comitê do Patrimônio Mundial, durante sua 34ª sessão, a ser realizada em Brasília, em julho e agosto de 2010.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com um PIB estimado em US\$ 255,9 bilhões, em 2009, a Tailândia é a segunda maior economia da ASEAN, atrás apenas da Indonésia. Apresenta PIB nominal *per capita* de cerca de US\$ 3.819. Em 2008, entretanto, o crescimento da economia tailandesa foi o quarto menor da ASEAN, atrás de Laos, Vietnã, Indonésia, Camboja, Malásia e Filipinas. O país recebeu US\$ 9,5 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, em 2007. Segundo lista divulgada pelo Banco Mundial, com referência ao PIB nominal em 2008, a Tailândia era a 34ª economia do mundo.

A economia tailandesa em 2009

Além de constrições derivadas do conturbado contexto político interno, a Tailândia sofreu, em 2009, grande impacto derivado da recessão mundial. Nos três primeiros trimestres de 2009, o PIB tailandês diminuiu em 4,8%, e estima-se que, no ano, o PIB tenha sofrido variação total de -3,2% em relação a 2008. O país tinha demorado a recuperar-se dos efeitos da crise financeira de 1997-98, mas, a partir de 2002, vinha apresentando melhora em seu desempenho. O bom desempenho das exportações vinha ajudando a sustentar, ao menos em parte, a expansão econômica.

Em 2008, foi implementada no país a primeira fase de programa de estímulo à economia, sob forma de subsídios e subvenções. O governo da Tailândia vem levando a cabo a segunda parte do plano de estímulo fiscal, a vigorar no biênio 2010-2012, intitulada *Thai Kem Khaeng* (“Tailândia forte”). O plano prevê gasto de US\$ 42 bilhões, centrado em projetos de infraestrutura e investimentos em agricultura, educação e saúde.

O dispêndio com a implementação do plano de recuperação econômica tem levado, contudo, a elevado déficit orçamentário, estimado em 5,6% do PIB em 2009, e crescente endividamento público. Estima-se que, com os cortes impostos ao orçamento de 2009-2010, da ordem de US\$ 6,1 bilhões, o déficit orçamentário tailandês seja menor em 2010.

A *Economist Intelligence Unit* estima que a economia tailandesa crescerá 3,2% em 2010, à medida que a demanda interna volte a crescer. A recuperação poderá ser prejudicada, contudo, caso perdure o conturbado contexto político interno, ou se agrave a situação fiscal do governo tailandês. Caso se confirme a perspectiva de recuperação econômica da Tailândia, espera-se que o banco central do país (Banco da Tailândia) adote política monetária restritiva, de modo a conter pressão inflacionária. De todo modo,

em 2009, a Tailândia registrou deflação de 0,9%; estima-se, para 2010, inflação de 3%. O desemprego, estruturalmente baixo no país, é estimado em 2% para 2010.

O baht manteve, em 2009, trajetória de valorização perante o dólar norte-americano, tendo alcançado, em janeiro de 2010, a maior cotação em dezenove meses. A tendência de valorização da moeda, em conjunto com o aumento no preço de ativos locais, tem levado à especulação de que o Banco da Tailândia adote alguma forma de controle de capitais, a exemplo da medida de controle imposta em 2006, que ensejou a maior queda diária da bolsa de ações tailandesa.

O setor exportador tailandês foi fortemente afetado pela crise internacional, uma vez que as exportações do país diminuíram 11,8% em 2009, se comparadas a 2008. A queda nas exportações foi compensada, entretanto, por queda mais acentuada nas importações, que decresceram 22,5%, devido à diminuição do consumo e do investimento, bem como à queda no preço mundial de *commodities*.

Em 2010, a *Economist Intelligence Unit* estima que as exportações tailandesas voltarão a crescer, sem voltar a atingir, contudo, as taxas de quase 20% alcançadas no período anterior à crise internacional. Tal fato decorre de que o aumento na demanda regional não será capaz de compensar a demanda dos Estados Unidos, diminuída com a crise. As importações apresentam, igualmente, tendência de aumento, à medida que se recuperem o consumo interno e o investimento. A balança de serviços deve continuar, contudo, deficitária em 2010.

Comércio

A abertura da Tailândia ao comércio exterior é muito maior que a do Brasil: apesar de seu PIB nominal equivaler a 16% do brasileiro, a corrente de

comércio exterior tem volume bastante próximo, com exportações de US\$ 154,6 bilhões e importações de US\$ 121,9 bilhões, segundo estimativas referentes a 2009.

A desaceleração da economia internacional impactou negativamente o setor exportador tailandês. O total de exportações estimado para 2009, US\$ 154,6 bilhões, é 11,8% menor em relação a 2008. Os principais destinos das exportações tailandesas são Estados Unidos; Japão; China; Cingapura; Hong Kong; Malásia; Austrália; Indonésia; Vietnã; e Países Baixos. O Brasil posiciona-se em 28º lugar na lista de principais exportadores ao mercado tailandês.

A Tailândia é o maior exportador mundial de arroz, produto fundamental para diversos países asiáticos, mas passou por um recente processo de industrialização que alterou radicalmente sua pauta de exportações: em um primeiro momento, ampliou as vendas de manufaturados intensivos em trabalho; em seguida, houve incremento na produção de bens de maior valor agregado, em especial acessórios de computadores e veículos.

Em 2008, os principais itens da pauta exportadora tailandesa foram aparelhos mecânicos (17,6%); aparelhos elétricos (14,4%); automóveis (9,4%); borracha (6,6%); e combustíveis (6,4%).

As importações da Tailândia, por sua vez, são estimadas em US\$ 121,9 bilhões em 2009. As importações tailandesas são provenientes, sobretudo, do Japão; China; Estados Unidos; Emirados Árabes Unidos; Malásia; Arábia Saudita; Cingapura; Coreia do Sul; Indonésia; e Austrália. O Brasil figura em 20º lugar na lista de principais importadores à Tailândia.

Da lista de importações tailandesas totais em 2008, os principais produtos foram combustíveis (20,8%); aparelhos elétricos (16,1%); aparelhos mecânicos (12,5%); ferro e aço (7,6%); e pérolas (5,2%).

Em 2009, a agricultura foi responsável por 12,3% do PIB; a indústria, por 44%; e os serviços por 43,7%.

ANEXOS

Cronologia das Relações Brasil-Tailândia

1959 – 17 de abril:	Estabelecimento de relações diplomáticas, por troca de notas entre o Embaixador Hugo Gouthier, chefe de Missão Especial ao Sudeste Asiático, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Thanat Khomann.
	Abertura da Embaixada do Brasil em Bangkok.
1963:	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Thanon Kittikachorn.
1964:	Abertura da Embaixada da Tailândia no Brasil.
1973:	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Thanon Kittikachorn.
1993:	Visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Maha Vajiralongkorn.
1996:	Visita à Tailândia do Ministro Luiz Felipe Lampreia.
1999:	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Chuan Leekpai.
2004:	Visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra.
	Visita à Tailândia de delegação do Ministério da Saúde. Na ocasião, foi firmada Declaração Conjunta para a Criação da Rede de Cooperação Tecnológica em HIV/AIDS. Atualmente fazem parte da Rede: Argentina, Brasil, China, Cuba, Nigéria, Rússia, Tailândia e Ucrânia.
	Visita a Bangkok do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, acompanhado de delegação empresarial, para participar da conferência internacional <i>Biofuel 2004</i> .
2005:	Missão Comercial a Bangkok liderada pelo Diretor do DPR, Embaixador Mário Vilalva, e integrada por executivos do Banco do Brasil, da Brazsal, Andrade Gutierrez, Alcotra e Petrobras.
	Visita a Bangkok do Emb. Luiz Augusto de Araujo Castro, na qualidade de Enviado Especial do Senhor PR, para tratar da candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.
2006:	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Kantathi Suphamongkhon. Na ocasião, esteve na sede da Embrapa.

2007:	Visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Sawanit Kongsiri, chefiando a delegação de seu país à III Reunião Ministerial do FOCALAL.
	Visita a Bangkok do Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho (em viagem que se estendeu a Cingapura e ao Vietnã).
2008 – março:	Visita ao Brasil de delegação do Instituto do Petróleo da Tailândia. (Interesse: etanol.)
2008 – abril:	Encontro entre o Ministro Celso Amorim e o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Noppadon Pattama, em Acra, à margem da XII UNCTAD.
2008 – maio:	Visita ao Brasil de delegação da Escola Nacional de Defesa da Tailândia.
2008 – junho:	Visita ao Brasil da então Ministra da Energia da Tailândia, Poonpirom Liptapanlop. (Interesse: etanol.)
2008 – setembro:	Visita ao Brasil de delegação chefiada pelo Subsecretário Permanente do Ministério da Energia, Dr. Kurujit Nakornthap. (Interesse: biocombustíveis.)
2008 – setembro:	Visita à Tailândia do Diretor-Executivo da Embrapa, Dr. José Geraldo Eugênio França. (Tema: intercâmbio de pesquisa agrícola em diversas áreas.)
2008 – outubro:	Visita à Tailândia do SGAP II, Emb. Roberto Jaguaribe, para chefiar a delegação brasileira à Primeira Reunião da Comissão Mista bilateral.
2008 – novembro:	Visita a Brasília do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Sompong Amornvivat, para co-presidir a I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN. Na ocasião, manteve encontro com o Ministro Celso Amorim.
2009 – julho:	Visita a Bangkok dos Senadores Eduardo Azeredo (Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal), Flexa Ribeiro e Neuto De Conto, em viagem que se estendeu ao Camboja, Vietnã e Taiwan.
2009 – agosto:	Visita a São Paulo do Vice-Ministro do Comércio da Tailândia, Veerasak Jinarat
2009 – outubro:	Visita ao Brasil do Vice-Ministro das Relações Exteriores, Panich Vikitsreth, e do Representante de Comércio da Tailândia, Vachara Phanchet, encabeçando missão empresarial.

Cronologia Histórica da Tailândia

1945	A Tailândia devolve territórios tomados do Laos, Camboja e Malásia. O exilado Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) retorna ao país.
1946	O Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) é assassinado. Assume seu irmão, o Rei Bhumibol Adulyadej (Rama IX).
1946	A Tailândia torna-se o 55º membro da Organização das Nações Unidas.
1947	Golpe Militar liderado pelo líder pró-japonês do período da Segunda Guerra Mundial, Phibun Songkhram. Os militantes retêm o poder até 1973.
1965-75	Instalação de bases militares americanas na Tailândia durante a Guerra do Vietnã. Tropas tailandesas lutam no Vietnã do Sul.
1973	Movimentos estudantis e civis precipitam a queda do regime militar, após massacre de manifestantes. Eleições livres são realizadas.
1976	Os militares retomam o poder.
1978	Promulgada nova Constituição.
1980	O moderado General Prem Tinsulanonda assume o poder.
1983	O General Prem Tinsulanonda instala um Governo Civil, sendo eleito em 1986.
1988	O General Chatichai Choonhaven substitui o General Prem após a realização de eleições.
1991	Golpe militar (o 17º desde 1932). Um civil, Anand Panyarachum, é instalado como Primeiro-Ministro.
1992	Novas eleições substituem Anand pelo General Suchind Kaprayoon, que renuncia após demonstrações populares. Anand é reinstalado temporariamente. Chuan Leekpai, líder do Partido Democrático, vence as eleições e torna-se Primeiro-Ministro.
1995	Colapso do Governo. Banharn Silpa-archa, do Partido da Nação Tailandesa, é eleito Primeiro-Ministro.
1996	Banharn Silpa-archa renuncia, acusado de corrupção. Chavalit Yongchaiyudh, do Partido da Nova Aspiração, vence as eleições.
1997	Crise financeira asiática. O <i>baht</i> se desvaloriza 50% em relação ao dólar, provocando bancarrotas e desemprego. Programa do FMI. Chuan Leekpai torna-se Primeiro-Ministro.
1998	Dezenas de milhares de imigrantes ilegais são deportados. Chuan Leekpai envolve a oposição em seu Governo para realizar reformas econômicas.
1999	Retomada do crescimento econômico.
2001	Eleições vencidas pelo Partido Thai Rak Thai, de Thaksin

	Shinawatra, que se torna Primeiro-Ministro.
2004	Atividade de movimentos separatistas agrava a situação no Sul.
2004	85 militantes islâmicos morrem sufocados em caminhões enquanto detidos pela polícia.
2004	Milhares de pessoas são mortas em consequência de uma <i>tsunami</i> provocado por terremoto em Alto Mar, ao largo da Indonésia. As cidades turísticas no Sul tailandês são enormemente afetadas.
2005	O Partido Thai Rak Thai ganha as eleições parlamentares por larga margem. Thaksin Shinawatra assume o cargo de Primeiro-Ministro pela segunda vez.
2006	A atual Constituição é promulgada.
2006	Em 16 de janeiro, o Conselho de Segurança Nacional lidera Golpe de Estado, no qual Shinawatra é retirado do governo. Uma Junta Militar, chefiada pelo General Sonthi Boonyaratglin, governa o país e indica o General Surayud Chulanont para o cargo de Primeiro-Ministro, até 2007.
2008	A Tailândia assume a presidência de turno da ASEAN, em julho.
2008	Samak Sundaravej, líder do Partido do Poder do Povo (PPP), é eleito Primeiro-Ministro em dezembro de 2007, assumindo no dia 29 de janeiro de 2008.
2008	Somchai Wongsawat, membro do PPP, é eleito Primeiro-Ministro em 9 de setembro.
2008	Chaovarat Chanweerakul, do PPP, governa o país interinamente, entre 2 e 17 de dezembro.
2008	Abhisit Vejjajiva, do Partido Democrata, assume o governo, em 17 de dezembro.
2009	Intensos protestos liderados por simpatizantes de Thaksin levam ao cancelamento de Reunião de Cúpula da ASEAN, em abril.
2009	A Tailândia passa a presidência de turno da ASEAN ao Vietnã, em dezembro.

Atos Bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo de Comércio	12/09/1984	26/12/1991	442	06/02/1992
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	12/09/1984	07/12/1987	98379	09/11/1989
Acordo sobre Serviços Aéreos	21/03/1991	18/03/1994	1161	22/06/1994
Acordo para Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais	24/01/1994	27/10/1999		
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	21/07/1997	27/10/1999	3236	09/11/1999
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista de Cooperação Bilateral	16/06/2004	16/06/2004		
Acordo de Cooperação Esportiva	16/06/2004	16/06/2004		
Acordo sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	16/06/2004	16/06/2004	5962	14/11/2006

Dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Reino da Tailândia
Superfície	514 000 Km ²
Localização	Sudeste da Ásia
Capital	Bangkok
Principais cidades	Bangkok, Nakhon Ratchasima, Ubon Ratchathani, Chiang Mai
Idioma oficial	Thai
PIB a preços correntes (2009 - estimativa EIU)	US\$ 255,9 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US\$ 3.819
Moeda	Baht

Elaborado pelo MFEC/PPSIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report February 2009

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)	65,1	65,3	65,7	66,3	67,0
Densidade demográfica (hab/km ²)	126,7	127,0	127,8	129,0	130,4
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	176,4	207,2	247,1	272,4	256,9
Crescimento real do PIB (%)	4,6	5,1	4,9	2,5	-3,2
Varição anual do índice de preços ao consumidor (%) ⁽²⁾	5,8	3,8	3,1	0,4	3,5
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	52,1	67,0	87,5	111,0	138,5
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽³⁾	51,4	55,0	83,0	87,6	62,5
Câmbio (Bt / US\$)	41,03	36,05	33,72	34,90	32,99

Elaborado pelo MFEC/PPSIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report February 2009

(1) Estimativa EIU

(2) 2008: dados reais

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TAILÂNDIA**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2007	2008	2009 (1)(2)
A. Balança comercial (líquido - fob)	25.547	17.949	10.392
Exportações	150.026	175.279	33.405
Importações	124.479	157.330	23.013
B. Serviços (líquido)	-3.069	-72.824	-640
Receita	30.357	33.720	7.845
Despesa	38.425	46.544	8.485
C. Renda (líquido)	-7.376	-10.003	-1.602
Receita	7.033	8.947	1.341
Despesa	14.409	18.950	2.943
D. Transferências unilaterais (líquido)	3.938	4.766	961
E. Transações correntes (A+B+C+D)	14.040	-112	9.111
F. Conta de capitais (líquido)	0	0	0
G. Conta financeira (líquido)	-2.435	12.622	-2.697
Investimentos diretos (líquido)	9.379	6.997	1.580
Portfólio (líquido)	-6.677	-5.769	-165
Outros	-5.137	11.394	-4.172
H. Erros e Omissões	5.471	11.931	1.072
L. Saldo (E+F+G+H)	17.076	24.441	7.425

Elaborado pelo MRE/DFRNC - Divisão de Informação Comercial com base nos dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD January 2009

(1) Dados - campo

(2) Dados parciais disponíveis em 08/02/2009

COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (1)
Exportações (fob)	98.216	110.160	130.558	152.460	173.235	87.861
Importações (cif)	94.407	118.143	130.805	141.346	178.526	57.563
Saldo comercial	1.809	-7.983	-49	11.114	-5.291	10.298
Intercâmbio comercial	190.623	228.303	261.161	293.806	351.761	125.424

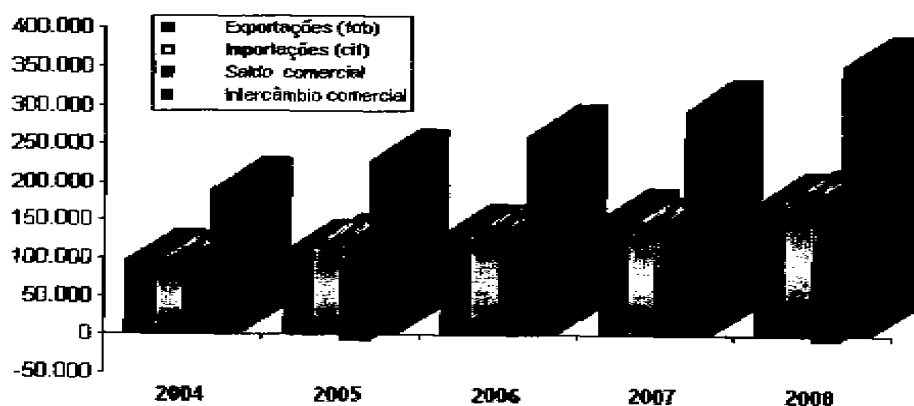
Elaborado pelo MRE/DFRNC - Divisão de Informação Comercial com base nos dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD January 2009

(1) Os dados são provisionais, necessariamente, com alguma aproximação ao Saldo de Pagamentos em razão das diferenças metodológicas de coleta.

(2) Dados - campo

**COMÉRCIO EXTERIOR DA TAILÂNDIA
2004 - 2008**

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DFRNC - Divisão de Informação Comercial com base nos dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD January 2009

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TAILÂNDIA**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - left)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	19.626	15,0%	19.250	12,6%	19.754	11,4%	7.334	10,8%
Japão	16.492	12,6%	18.122	11,9%	18.724	11,4%	7.065	10,4%
China	11.810	9,0%	14.834	9,7%	15.876	9,2%	6.037	10,1%
Singapura	8.411	6,4%	9.535	6,3%	9.944	5,7%	3.258	4,8%
Hong Kong	7.214	5,5%	6.688	4,3%	9.774	5,6%	4.248	6,3%
Malásia	6.856	5,1%	7.792	5,1%	9.717	5,6%	3.192	4,7%
Austrália	4.379	3,4%	5.726	3,8%	7.512	4,3%	3.539	5,2%
Indonésia	3.336	2,6%	4.768	3,1%	6.138	3,5%	1.968	2,9%
Vietnã	3.094	2,4%	3.803	2,5%	4.962	2,9%	1.926	2,8%
Países Baixos	3.260	2,5%	3.801	2,5%	3.978	2,3%	1.447	2,1%
Reino Unido	3.421	2,6%	3.552	2,3%	3.847	2,2%	1.412	2,1%
República da Coreia	2.689	2,1%	2.987	1,9%	3.688	2,1%	1.273	1,8%
Índia	1.822	1,4%	2.684	1,7%	3.353	1,9%	1.376	2,0%
Filipinas	2.588	2,0%	2.899	1,8%	3.280	1,9%	1.288	1,9%
Alemanha	2.343	1,8%	2.874	1,8%	3.025	1,7%	1.204	1,8%
Emirados Árabes Unidos	1.486	1,1%	2.207	1,4%	2.746	1,6%	1.180	1,7%
Cambója	1.243	1,0%	1.358	0,9%	2.019	1,2%	749	1,1%
Suíça	926	0,7%	1.418	0,9%	1.860	1,1%	2.011	3,0%
Itália	1.502	1,2%	1.843	1,2%	1.929	1,1%	644	0,9%
Arábia Saudita	1.253	1,0%	1.389	0,9%	1.913	1,1%	870	1,3%
França	1.435	1,1%	1.651	1,1%	1.833	1,1%	742	1,1%
Laos	1.028	0,8%	1.312	0,8%	1.757	1,0%	799	1,2%
África do Sul	1.101	0,8%	1.322	0,8%	1.682	1,0%	603	0,8%
Bélgica	1.445	1,1%	1.862	1,1%	1.853	1,0%	617	0,9%
Canadá	1.245	1,0%	1.365	0,9%	1.406	0,8%	580	0,8%
Myanmar	762	0,6%	959	0,6%	1.317	0,8%	697	1,0%
Espanha	1.088	0,8%	1.297	0,8%	1.304	0,8%	331	0,5%
Brasil	622	0,5%	937	0,6%	1.214	0,7%	361	0,5%
SUBTOTAL	112.281	86,0%	129.869	86,2%	147.174	86,6%	57.534	84,8%
DEMAIS PAÍSES	18.275	14,0%	22.491	14,8%	26.061	15,0%	10.327	15,2%
TOTAL GERAL	130.556	100,0%	152.460	100,0%	173.235	100,0%	67.861	100,0%

Elaborado pelo ANEEL/PRONEX - Divisão de Informação Comercial com base em dados do FMI - Divisão de Trade Statistics, CD January 2009/2010

Países listados em ordem decrescente, exceto quando há os países apresentados em 2009

(1) Brasil - dados atualizados disponíveis em 09/03/2010

(continua)

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - left)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Japão	26.094	19,9%	29.674	20,3%	33.648	18,8%	10.134	17,6%
China	13.801	10,6%	16.382	11,6%	19.935	11,2%	7.261	12,6%
Estados Unidos	9.792	7,5%	9.653	6,8%	11.375	6,4%	3.904	6,8%
Emirados Árabes Unidos	7.219	5,5%	6.898	4,9%	10.734	6,0%	2.766	4,8%
Malásia	6.589	5,0%	6.703	4,6%	8.876	5,0%	3.730	6,5%
Arábia Saudita	4.261	3,3%	4.618	3,3%	7.306	4,1%	1.571	2,7%
Singapura	5.780	4,4%	6.343	4,5%	7.189	4,0%	2.789	4,8%
República da Coreia	5.188	4,0%	5.338	3,8%	6.795	3,8%	2.434	4,2%
Indonésia	3.484	2,7%	4.025	2,8%	5.385	3,0%	1.640	2,8%
Austrália	3.453	2,6%	3.830	2,7%	5.123	2,8%	1.680	2,9%
Alemanha	3.323	2,5%	3.857	2,6%	4.482	2,5%	1.654	2,9%
Myanmar	2.349	1,8%	2.315	1,6%	3.791	2,1%	1.332	2,3%
Suíça	1.331	1,0%	1.511	1,1%	3.730	2,1%	927	1,6%
Catar	1.552	1,2%	2.062	1,5%	2.894	1,7%	688	1,2%
Rússia	1.291	1,0%	1.552	1,1%	2.783	1,6%	541	0,9%
Omã	2.789	2,1%	2.620	1,8%	2.739	1,5%	785	1,4%
Êmim	1.184	0,9%	1.439	1,0%	2.682	1,5%	499	0,9%
Índia	1.640	1,3%	2.085	1,5%	2.548	1,4%	719	1,2%
Filipinas	2.143	1,6%	2.183	1,5%	2.228	1,2%	685	1,2%
Brasil	879	0,7%	1.045	0,7%	2.071	1,1%	576	1,0%
Hong Kong	1.581	1,2%	1.454	1,0%	1.986	1,1%	876	1,5%
Reino Unido	1.316	1,0%	1.531	1,1%	1.777	1,0%	682	1,2%
Itália	1.507	1,2%	1.372	1,0%	1.582	0,9%	738	1,3%
SUBTOTAL	110.457	84,6%	119.579	84,6%	152.654	86,6%	48.611	84,4%
DEMAIS PAÍSES	20.148	15,4%	21.767	15,4%	25.872	14,5%	8.962	15,6%
TOTAL GERAL	130.605	100,0%	141.346	100,0%	178.526	100,0%	57.573	100,0%

Elaborado pelo ANEEL/PRONEX - Divisão de Informação Comercial com base em dados do FMI - Divisão de Trade Statistics, CD January 2009/2010

Países listados em ordem decrescente, exceto quando há os países apresentados em 2009

(1) Brasil - dados atualizados disponíveis em 09/03/2010

(continua)

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TAILÂNDIA**

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2008 ⁽¹⁾	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES	(US\$ milhões. fob)	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	30.817	17,6%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	25.371	14,4%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	16.495	9,4%
Borracha e suas obras	11.576	6,6%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	11.300	6,4%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas, etc.	8.238	4,7%
Plásticos e suas obras	8.163	4,6%
Cereais	6.341	3,6%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	5.680	3,2%
Ferro fundido, ferro e aço	3.146	1,8%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	2.825	1,6%
Produtos químicos orgânicos	2.810	1,6%
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	2.590	1,5%
Ferro fundido, ferro e aço	2.305	1,3%
Vestuário e seus acessórios, de malha	2.104	1,2%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	1.695	1,0%
Açúcar e produtos de confeitaria	1.645	0,9%
	0,0%	
Subtotal	143.201	81,4%
Demais Produtos	32.707	18,6%
Total Geral	175.908	100,0%

(continua)

(continuação)

IMPORTAÇÕES	(US\$ milhões. cif)	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	37.210	20,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	28.784	16,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	22.387	12,5%
Ferro fundido, ferro e aço	13.524	7,6%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas, etc.	9.373	5,2%
Plásticos e suas obras	6.165	3,5%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	5.740	3,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	4.922	2,8%
Produtos químicos orgânicos	4.627	2,6%
Cobre e suas obras	3.514	2,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	3.462	1,9%
Alumínio e suas obras	2.769	1,6%
Produtos diversos das indústrias químicas	2.458	1,4%
Adubos e fertilizantes	2.372	1,3%
Peixes e crustáceos, moluscos	2.288	1,3%
Produtos químicos inorgânicos	2.114	1,2%
Subtotal	151.709	84,9%
Demais Produtos	25.904	15,1%
Total Geral	178.613	100,0%

Elaborado pelo IPECE/PPIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do I/MCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível em 11/02/2010

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TAILÂNDIA**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TAILÂNDIA⁽¹⁾ (US\$ mil. fob)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	487.891	732.038	967.543	1.565.681	1.191.975
Varição em relação ao ano anterior	37,0%	-17,8%	32,2%	61,8%	-27,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	4,8%	3,5%	3,8%	4,2%	2,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,7%	0,5%	0,8%	0,9%	0,7%
Importações	621.627	736.768	1.005.186	1.420.374	1.270.768
Varição em relação ao ano anterior	18,5%	41,2%	36,4%	41,3%	-10,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	3,1%	3,2%	3,3%	3,0%	3,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%	1,0%
Intercâmbio comercial	1.409.518	1.468.796	1.972.729	2.986.055	2.402.743
Varição em relação ao ano anterior	29,5%	4,2%	34,3%	51,4%	-19,5%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	4,0%	3,4%	3,5%	3,5%	3,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,7%	0,6%	0,7%	0,8%	0,9%
Saldo comercial	366.264	-4.720	-37.643	145.307	-138.793

Elaborado pelo INEX/FRBC - Direção de Informação Comercial, com base em dados do INDI/SECEX/Ministério

(1) As discrepâncias observadas nos dados resultam das reportagens brasileiras e das importações do país e não necessariamente replicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração

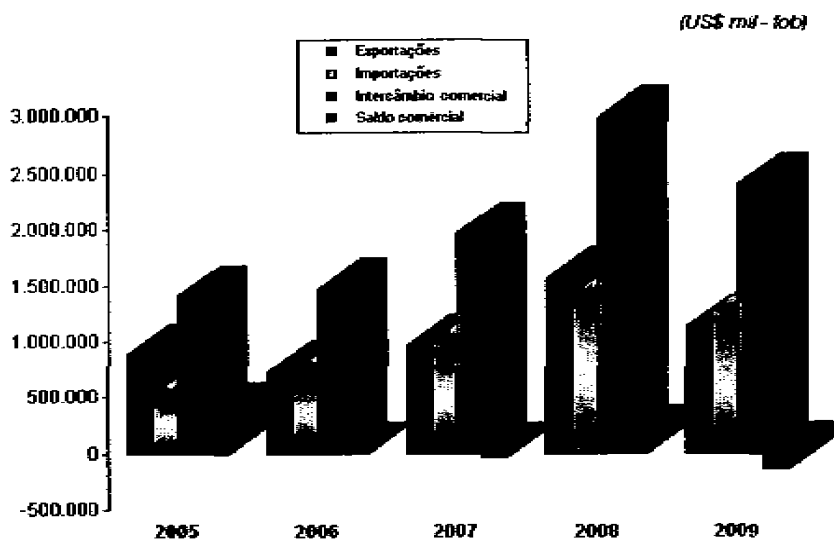
(2) Exclui-se China e Índia

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TAILÂNDIA (US\$ mil. fob)	2009 (jan)	2010 (jan)
Exportações	32.448	62.064
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	-96,3%	60,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽¹⁾	1,5%	2,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,3%	0,5%
Importações	100.289	136.934
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	-10,7%	36,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽¹⁾	3,3%	3,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,0%	1,2%
Intercâmbio Comercial	132.737	189.018
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	42,5%	42,4%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽¹⁾	2,8%	3,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,7%	0,9%
Saldo Comercial	-67.841	-54.850

Elaborado pelo INEX/FRBC - Direção de Informação Comercial, com base em dados do INDI/SECEX/Ministério

(1) Exclui-se China e Índia

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TAILÂNDIA 2005 - 2009



Elaborado pelo MRE/DI/FD/C - Direção de Informação Comercial, com base em dados do MERCOSUL/Brasil.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS TAILÂNDIA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-TAILÂNDIA (US\$ mil - FOB)	2009 (Jan)	% no total	2010 (Jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	20.791	64,1%	24.357	46,8%
Ferro fundido, ferro e aço	1.146	3,5%	7.130	13,7%
Algodão	3.940	12,1%	4.175	8,0%
Peleis, exceto peleteria (peles com pelo) e couros	515	1,6%	2.730	5,2%
Produtos químicos orgânicos	32	0,1%	2.431	4,7%
Produtos farmacêuticos	516	1,6%	2.128	4,1%
Veículos automóveis, tratores, suas partes/acessórios	1.045	3,2%	1.746	3,4%
Caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos	504	1,6%	1.893	3,3%
Subtotal	28.491	87,8%	46.391	89,1%
Demais Produtos	3.957	12,2%	5.693	10,9%
TOTAL GERAL	32.448	100,0%	52.084	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instr. mecânicos	36.433	36,3%	40.347	29,5%
Veículos automóveis, tratores suas partes/acessórios	9.920	9,9%	26.828	19,6%
Borracha e suas obras	14.958	27,0%	24.731	18,1%
Máquinas, aparelhos e material elétricos suas partes	18.580	18,5%	24.412	17,8%
Plásticos e suas obras	2.421	2,4%	4.132	3,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	5.022	5,0%	3.428	2,5%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas	2.645	2,6%	2.676	2,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.279	1,3%	1.492	1,1%
Filamentos sintéticos ou artificiais	1.381	1,4%	1.474	1,1%
Subtotal	92.619	92,4%	129.520	94,6%
Demais Produtos	7.670	7,6%	7.414	5,4%
TOTAL GERAL	100.289	100,0%	136.934	100,0%

Elaborado pelo MRE/DI/FD/C - Direção de Informação Comercial, com base em dados do MERCOSUL/Brasil.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados no Jan/2008

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TAILÂNDIA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TAILÂNDIA (US\$ mil - fo)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes	279.088	28,6%	536.617	34,3%	362.582	32,0%
Outros grãos de soja, mesmo triturados	278.934	28,0%	536.432	34,3%	362.579	32,0%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc	212.676	22,0%	272.290	17,4%	351.066	31,0%
Bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	206.368	21,3%	267.122	17,1%	347.922	30,7%
Ferro fundido, ferro e aço	310.908	32,1%	485.904	31,0%	169.884	16,8%
Outros prod. semimanuf. ferro/aço, C<0,25%, sec. transv. ret	92.109	9,5%	215.971	13,8%	95.675	8,5%
"Billets" de ferro/aço, c<0,25%, sec. transv. quad./ret. l<2e	42.859	4,4%	45.525	2,8%	28.242	2,5%
Ferro fundido bruto não ligado, c/peso <=0,5% de fósforo	100.402	10,4%	173.152	11,1%	19.441	1,7%
Produtos semimanufaturados de ferro/aço não ligados, carbono>=0,25%	17.303	1,8%	13.894	0,8%	10.045	1,6%
Algodão	24.102	2,5%	46.044	2,9%	41.650	3,7%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc	0	0,0%	45.099	2,9%	23.243	2,1%
Produtos farmacêuticos	2.658	0,3%	6.364	0,4%	18.217	1,6%
Subtotal	629.431	65,7%	1.392.258	88,9%	986.642	87,2%
Demais Produtos	138.112	14,3%	173.423	11,1%	145.333	12,8%
TOTAL GERAL	967.543	100,0%	1.565.681	100,0%	1.131.975	100,0%

Elaborado pelo MPRE/DF/PRIC - Divisão de Informação Comercial, sob base no site do MERCOSUL/Brasília.

Grupos de produtos listados em outras divisões, incluídos como base de valores aproximados em 2009.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TAILÂNDIA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TAILÂNDIA (US\$ mil - fo)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Caldreiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	218.365	21,7%	349.671	24,6%	437.631	34,4%
Unidades de discos magnéticos, plásticos rígidos	64.249	6,4%	109.646	7,7%	154.894	12,2%
Depurador por convers. catalítica de gases de escap. veic	668	0,1%	10.729	0,8%	54.209	4,3%
Motores diesel/semidiesel, para veículos cap. 87, 1500	25.232	2,5%	48.315	3,4%	42.764	3,4%
Motores diesel/semidiesel, para veículos cap. 87, 2500	5.262	0,5%	37.223	2,6%	33.723	2,7%
Outras partes para motores de explosão	13.523	1,3%	20.624	1,5%	20.212	1,6%
Outros fornos industriais ou de laboratório, elétricos	0	0,0%	0	0,0%	19.941	1,6%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	103.896	10,3%	213.649	15,0%	244.171	16,9%
Outras partes e acess. de carroçarias p/veic. automóveis	19.729	2,0%	61.484	4,3%	60.825	4,8%
Automóveis c/ motor diesel, cm3>2500, sup 6 passageiros	0	0,0%	88	0,0%	40.888	3,2%
Outras partes e acess. p/ tratores e veículos automóveis	17.749	1,8%	34.878	2,5%	29.594	2,3%
Outros veículos automóveis com motor diesel, p/carga <=5t	36.892	3,7%	46.097	3,2%	0	0,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	216.877	21,6%	274.470	19,3%	208.115	16,4%
Outras partes p/ aparelhos recept. radiodif. televisão	55.938	5,6%	61.621	4,3%	28.604	2,3%
Microprocessadores mont. p/ superf. (SMD)	12.175	1,2%	19.082	1,3%	13.138	1,0%
Outros circuitos integrados monolíticos	13.870	1,4%	18.167	1,3%	15.073	1,2%
Circuitos impr. c/ comp. eletrônica montados	2.429	0,2%	15.897	1,1%	8.465	0,7%
Jogos de fios p/ velas de ignição e outros fios p/ veic.	3.583	0,4%	11.788	0,8%	11.900	0,9%
Bobinas de deflexão (yokes) para tubos catódicos	15.083	1,5%	11.594	0,8%	3.165	0,2%
Borracha e suas obras	258.858	25,6%	315.095	22,2%	168.260	12,5%
Borracha natural granulada ou prensada	119.839	11,9%	135.351	9,5%	39.376	3,1%
Borracha natural em folhas fumadas	74.812	7,5%	98.858	6,9%	48.482	3,8%
Látex de borracha natural, mesmo pré-vulcanizado	17.550	1,7%	20.708	1,5%	14.705	1,2%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas	51.141	5,1%	51.548	3,6%	48.846	3,8%
Fio de fibras artificiais>=85%, simples	28.673	2,9%	30.674	2,2%	38.326	3,0%
Fio de fibras de poliésteres>=85%, retorç. mult	4.321	0,4%	7.507	0,5%	4.625	0,4%
Subtotal	849.139	84,5%	1.204.383	84,8%	1.667.023	84,0%
Demais Produtos	156.047	15,5%	216.021	15,2%	203.745	16,0%
TOTAL GERAL	1.005.186	100,0%	1.420.374	100,0%	1.270.768	100,0%

Elaborado pelo MPRE/DF/PRIC - Divisão de Informação Comercial, sob base no site do MERCOSUL/Brasília.

Grupos de produtos listados em outras divisões, incluídos como base de valores aproximados em 2009.

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
EVOLUÇÃO POLÍTICA RECENTE DO CAMBOJA.....	5
RELAÇÕES BILATERAIS.....	6
QUADRO GERAL	6
COOPERAÇÃO BILATERAL	7
DIÁLOGO MULTILATERAL E BIRREGIONAL.....	8
COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS	9
POLÍTICA INTERNA	10
POLÍTICA EXTERNA	12
RELAÇÕES COM A TAILÂNDIA.....	13
ECONOMIA E COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	15
COMÉRCIO.....	16
ANEXOS.....	18
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-CAMBOJA.....	18
CRONOLOGIA HISTÓRICA DO CAMBOJA.....	19
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	21

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Reino do Camboja
CAPITAL:	Phnom Penh
ÁREA:	181.040 km ² (pouco menor que o Paraná)
POPULAÇÃO (EST. 2009):	14,8 milhões
IDIOMAS:	Khmer (oficial), francês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (95%), outras (5%)
SISTEMA POLÍTICO:	Monarquia constitucional
CHEFE DE ESTADO:	Rei Norodom Sihamoni (desde 2004)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Hun Sen (desde 1998)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Hor Namhong (desde 1998)
UNIDADE MONETÁRIA:	Riel
IDH (2007, publicado em 2009):	0,593 - 137 ^o de 182 países listados
PIB (2008):	US\$ 11,1 bilhões
PIB PPP (2008):	US\$ 28 bilhões
PIB per capita (2008):	US\$ 760
PIB PPP per capita (2008):	US\$ 1.918
CRESCIMENTO DO PIB (2008):	5,0%
CRESCIMENTO DO PIB (EST. 2009):	-1,5%
CRESCIMENTO DO PIB (PREV. 2010):	3,3%
COMÉRCIO EXTERIOR (2008):	US\$ 12,466 bilhões
EXPORTAÇÕES (2008):	US\$ 4,253 bilhões
IMPORTAÇÕES (2008):	US\$ 8,213 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO (2008):	1. Vestuário (84,9%); 2. Calçados (6,6%); 3. Veículos e partes (1,5%)
PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES (2008):	1. Estados Unidos (54,4%); 2. Alemanha (7,7%); 3. Canadá (5,9%)
PRINCIPAIS PRODUTOS DE	1. Tecidos (15,2%);

IMPORTAÇÃO (2008):	2. Combustíveis (11,5%); 3. Veículos e partes (8,4%)
PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES (2008):	1. Tailândia (27,0%); 2. Vietnã (19,2%); 3. China (14,7%)
EMBAIXADOR DO BRASIL PARA O CAMBOJA:	Edgard Telles Ribeiro (em Bangkok)
EMBAIXADOR DO CAMBOJA PARA O BRASIL:	Não há Embaixada residente no Brasil

Fontes: DIC/MRE, fevereiro de 2010; *The Economist Intelligence Unit, Country Report*, janeiro de 2010.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (em US\$ mil, FOB)

BRASIL⇒ CAMBOJA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	611	671	744	734	1.683	2.851	4.941	3.571
Importações	137	227	530	526	1.031	3.780	5.520	9.099
Saldo	474	444	213	208	652	-929	-579	-5.528
Corrente de comércio	748	897	1.274	1.260	2.714	6.631	10.461	12.670

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

EVOLUÇÃO POLÍTICA RECENTE DO CAMBOJA

O Camboja é um dos países mais pobres do Sudeste Asiático. Após 90 anos de domínio francês, o país mergulhou em um estado permanente de guerra civil. Durante o período, sucederam-se no poder dirigentes pró-EUA (1970-75), revolucionários do Khmer Rouge (1975-79), ligados a Pequim, e governantes alinhados ao Vietnã (1979-90).

Como resultado das décadas de turbulência, a economia do país estava completamente desestruturada no início da década de 1990, quando um novo período de relativa estabilização política permitiu ao Camboja retomar o desenvolvimento. A monarquia foi restabelecida, a via socialista anterior abandonada e foram iniciados processos de relativa abertura política e econômica.

Apesar de a democracia estar ainda longe de ser consolidada no país, o recurso à força já foi abandonado há quase duas décadas. As principais preocupações, no campo político, dizem respeito à corrupção, à perseguição de opositores, à precariedade do sistema legal e às dificuldades de formação de gabinetes a cada nova eleição.

No campo econômico, o Camboja tem prosperado, com taxas de crescimento de dois dígitos entre 2004 e 2008 e inflação controlada. Apesar disso, o país continua a depender de ajuda estrangeira. O setor que mais emprega a população cambojana é a agricultura de subsistência, especialmente do arroz. Também merecem destaque o setor de turismo e a indústria têxtil, que sustentam as contas externas do país. O país conta com importantes reservas energéticas, tanto na forma de potencial hidrelétrico quanto na de petróleo e gás, recentemente descobertos.

No plano externo, a estabilização do Camboja permitiu sua reaproximação com os países vizinhos e sua reinserção no comércio global.

Em 1999, aderiu à ASEAN e, em 2004, ratificou sua adesão à OMC. Uma das principais preocupações da política externa cambojana é equilibrar a dependência de recursos de ajuda externa com a não-interferência em assuntos internos pelas potências ocidentais, que exercem pressão em questões de direitos humanos. Dentro dessa perspectiva, a China ocupa posição de grande relevo para a diplomacia cambojana.

RELAÇÕES BILATERAIS

Quadro geral

Após haverem sido suspensas em 1966, as relações entre o Brasil e o Camboja foram retomadas em 1994, quando foi assinada, em Nova York, a Declaração Conjunta de Reativação das Relações Diplomáticas entre os dois países, e o Brasil reabriu a Embaixada naquele país, cumulativamente com Bangkok. Há registro de interesse, por parte do então Primeiro-Ministro Norodom Ranariddh, em 1995, de abertura de Embaixada cambojana em Brasília, com jurisdição sobre toda a América Latina, sem que o assunto tenha prosperado desde então.

As relações são ainda incipientes e desenvolvem-se sobretudo mediante contatos entre as representações brasileira e cambojana, em Bangkok e nos organismos internacionais, e por meio das visitas do Embaixador cumulativo a Phnom Penh. O Embaixador Edgard Telles Ribeiro apresentou cartas credenciais ao Rei Norodom Sihamoni em 28 de junho de 2006 e realizou visita ao país em junho de 2009.

Em maio de 2000, visitou o Brasil o Príncipe Norodom Ranariddh, Presidente da Assembléia do Reino do Camboja. Na ocasião, manteve encontros com o então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, e com o então Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Embaixador Luiz Felipe Lampreia. O Camboja participou da I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em novembro de 2008, em Brasília, com delegação chefiada pelo Embaixador junto às Nações Unidas, Embaixador Kosal Sea, que havia também liderado sua delegação à III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília, em 2007.

Em visita ao Brasil, o Vice-Chanceler do Camboja, Long Visalo, encontrou-se com o Secretário-Geral do Itamaraty, em setembro de 2009, com o objetivo de solicitar o apoio brasileiro à candidatura cambojana à vaga no Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. A Parte brasileira afirmou que examinaria a possibilidade de troca de votos entre a candidatura cambojana ao Comitê do Patrimônio Mundial e a brasileira ao Conselho Executivo, em 2011. O Brasil votou no Camboja e na Tailândia, que foram eleitos. A questão reveste-se de grande sensibilidade tendo em conta a disputa entre o Camboja e a Tailândia pela área adjacente ao Templo Preah Vihear, Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO desde 2008.

Em janeiro de 2010, o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II do Itamaraty, Embaixador Roberto Jaguaribe, manteve encontro com o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, à margem da IV Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Discutiram-se, entre outros temas, a possibilidade de implementação de projeto do Fundo IBAS ao Camboja e o pleito brasileiro a assento permanente no CSNU.

Cooperação bilateral

As poucas iniciativas de cooperação entre o Brasil e o Camboja encontram-se em fase inicial de discussão. Apresentam maior potencial as áreas de pesquisa agrícola e educação.

Em encontro com o Embaixador Edgard Telles Ribeiro, o Secretário de Estado do Camboja manifestou grande preocupação com o tema da segurança alimentar e com as proporções que o problema poderia assumir, num contexto de crise financeira internacional. Em relação a questões de cooperação técnica, o Secretário de Estado transmitiu o interesse de que, na eventual ida de especialistas da EMBRAPA à Tailândia, estes fossem também a Phnom Penh.

O Fundo IBAS (Brasil, Índia e África do Sul) aprovou projeto em outubro de 2009 para o Camboja, que prevê construir e equipar pavilhão destinado a crianças com necessidades especiais, em hospital pertencente ao Ministério da Saúde do Camboja, executor do projeto. Também prevê a capacitação de profissionais na área de saúde.

Em setembro de 2009, o Camboja, assim como as Filipinas, a China, o Vietnã, o Laos e a Tailândia, foi atingido duramente pela tempestade Ketsana, que afetou sobretudo a região central do país, deixando 43 mortos e 66 mil desabrigados. O Brasil doou ao Camboja US\$ 10 mil, destinados à aquisição de alimentos junto a produtores locais.

Diálogo multilateral e birregional

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

O Camboja defende a criação de novos assentos permanentes e eletivos no Conselho de Segurança e demonstrou simpatia pela candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho. Desde 1999, o país já apoia a Alemanha, a Índia e o Japão.

Em encontro com o Secretário de Estado Ouch Borith (posição correspondente à de Secretário-Geral, no Brasil), em junho de 2009, o Embaixador brasileiro Edgard Telles Ribeiro obteve a informação de que o Camboja apoia o pleito brasileiro de ocupar um assento permanente em um

Conselho de Segurança reformado, lado a lado com a Índia, a Alemanha e o Japão.

O assunto foi novamente tratado em encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II do Itamaraty, Embaixador Roberto Jaguaribe, e o Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler do Camboja, em janeiro de 2010. Na ocasião, o Chanceler afirmou que seu país apoiará o pleito brasileiro a uma vaga permanente no CSNU e sugeriu que o assunto seja acompanhado pelas missões dos dois países junto à ONU. Aguarda-se declaração formal para que o apoio seja confirmado.

Comércio bilateral e investimentos

Foi a seguinte a evolução do comércio bilateral nos últimos anos:

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (em US\$ mil, FOB)

BRASIL ⇒ CAMBOJA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	611	671	744	734	1.683	2.851	4.941	3.571
Importações	137	227	530	526	1.031	3.780	5.520	9.099
Saldo	474	444	213	208	652	-929	-579	-5.528
Corrente de comércio	748	897	1.274	1.260	2.714	6.631	10.461	12.670

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Como se observa, as transações entre o Brasil e o Camboja são muito modestas.

Houve contatos, na década de 1990, entre a COPEL, a INEPAR e a ELETROBRÁS, para identificar possibilidades de cooperação na área de energia. A crise regional do final da década paralisou os entendimentos, que não foram retomados.

POLÍTICA INTERNA

Em 1863, o Camboja tornou-se um protetorado da França. Em 1941, os franceses foram expulsos pelo Japão. Após um período de retorno ao domínio francês, entre 1946 e 1953, foi ratificado acordo pelo qual o Camboja obteve sua independência, sob a forma de monarquia. Em 1970, é proclamada a República do Khmer, liderada pelo Presidente-eleito General Lon Nol, pró-EUA. O regime sofreu oposição dos guerrilheiros do Khmer Rouge, fazendo o país submergir rapidamente em guerra civil. Apesar da intervenção dos EUA, o Khmer Rouge tomou a capital em 17 de abril de 1975.

As forças revolucionárias do Khmer Rouge proclamaram o estado revolucionário em 1976, sob liderança de Pol Pot. O regime de Pol Pot tentou isolar o Camboja e implementou uma política externa aliada a Pequim e de confrontação com o Vietnã, além de abolir a moeda e obrigar a população a trabalhar em cooperativas rurais ou campos de trabalho industrial. Essa estratégia econômica se mostrou desastrosa, havendo resultado no caos econômico e fome generalizada, além de um número estimado em 1,7 milhão de mortes. As tensões com o Vietnã escalaram, culminando com a invasão de 1978 e o estabelecimento da República Popular do Kampuchea, liderada pelo Partido Revolucionário do Kampuchea (PRK), pró-Vietnã. A guerrilha, contudo, prosseguiu.

Em 1989, teve início a estabilização do país. Com a retirada das tropas vietnamitas, o Primeiro-Ministro Hun Sen abandonou a via anterior do socialismo, buscando atrair investimentos estrangeiros. Em 1991, um acordo de paz foi assinado em Paris, estabelecendo uma autoridade transitória da

ONU. A atual constituição, promulgada em 1993, instituiu a monarquia constitucional.

O Rei é escolhido por um conselho real, formado pelos dirigentes máximos do país, inclusive o Primeiro-Ministro, e por monges budistas de alta hierarquia eclesiástica. O Rei Norodom Sihamoni é o Chefe de Estado desde 29 de outubro de 2004. Desde 1985, o Primeiro-Ministro Hun Sen já liderou diversas vezes o governo.

O Partido do Povo Cambojano (CPP), de Hun Sen, domina a política nacional, tendo obtido 90 das 123 cadeiras nas últimas eleições da Assembléia Nacional, em 2008. A oposição é centralizada no Partido de Sam Rainsy (SRP), sobre o qual há rumores de receber recursos dos Estados Unidos. A Frente Nacional Unida para um Camboja Independente, Neutro, Pacífico e Cooperativo (Funcinpec), que compõe a coalizão governista, já foi um partido de grande expressão, mas possui hoje apenas duas cadeiras na Assembléia Nacional. Está em ascensão o Partido dos Direitos Humanos (HRP), de oposição, que foi o terceiro mais votado nas últimas eleições parlamentares, em 2008, com três cadeiras. Apesar de o SRP e HRP formarem o grupo de oposição “Movimento Democrático pela Mudança”, sua atuação tem sido pouco efetiva, dado o estrito controle exercido pelo partido hegemônico, o que leva a preocupações quanto ao Camboja estar se tornando, na prática, um Estado unipartidário.

Em janeiro de 2010, o Judiciário cambojano expediu mandado de prisão contra Sam Rainsy – líder da oposição - em consequência de seu envolvimento em protesto, em outubro de 2009, contra a demarcação de fronteiras com o Vietnã (baseada em controverso tratado de limites assinado em 2005, que teria derivado das estreitas relações do Partido no poder com o Vietnã, e gerou protestos de camponeses). Sam Rainsy está na França, e afirmou que não regressará ao Camboja enquanto o caso não for resolvido. O

líder opositorista já havia sido processado em 2005 – gerando condenação por parte dos EUA –, por difamação ao Primeiro-Ministro, tendo recebido o perdão real.

A situação política e humana do Camboja apresenta problemas persistentes, mas notam-se avanços em algumas áreas. Persistem no país a falta de separação entre os três poderes; o domínio do CPP sobre o processo eleitoral; a intimidação sofrida pela oposição; a restrição à imprensa; a corrupção disseminada; a apropriação sumária de terras; e o tráfico de crianças e de mulheres. Entre os avanços recentes, destacam-se a realização de eleições regulares; a existência de oposição parlamentar; a atividade informativa da imprensa; o fato de os juizes e promotores estarem mais bem qualificados e menos submetidos à polícia; e o aumento na qualidade de vida com o crescimento econômico dos últimos anos.

Em 2006, foi composto, com o apoio da ONU, um tribunal para julgar líderes vivos do Khmer Rouge por genocídio. A primeira audiência ocorreu em 2008. Em dezembro de 2009, o Tribunal do Camboja, como ficou conhecido, acusou quatro líderes do grupo, incluindo o ex-Chefe de Estado Khieu Samphan, de promover o massacre das minorias vietnamita e cham (muçulmana) do país.

POLÍTICA EXTERNA

A agenda da política externa do Camboja é muito marcada pelas diferenças com a ONU e com os Estados Unidos sobre a temática de direitos humanos. Apesar disso, os recursos de ajuda oficial procedentes dos países ocidentais continuam expressivos.

Um dos principais parceiros do Camboja é a China. Em dezembro de 2009, o Camboja recebeu a visita do Vice-Presidente Xi Jinping, que assinou

14 acordos, abrangendo projetos que incluem empréstimos e doações, no valor total de US\$ 1,2 bilhão. No mesmo mês, o Governo do Camboja entregou à China grupo de 20 uigures – grupo étnico que habita área turbulenta do noroeste chinês - que buscavam asilo em Phnom Penh. Ativistas internacionais da área dos direitos humanos e o governo dos EUA condenaram a decisão cambojana.

As relações com o Vietnã estreitaram-se consideravelmente durante o Governo Hun Sen. A proximidade do Primeiro-Ministro cambojano com o Partido Comunista vietnamita, entretanto, gera controvérsia no Camboja, onde persiste ressentimento em relação ao período de ocupação vietnamita do país, entre 1978 e 1990. Nesse sentido, o empenho cambojano em resolver questões fronteiriças com o Vietnã tem sofrido resistência interna, a exemplo dos protestos conduzidos pelo líder opositor Sam Rainsy, em outubro de 2009, que resultaram em seu mandado de prisão.

Tendo aderido à ASEAN em 1999, o Camboja conta com cronogramas e regimes diferenciados de abertura comercial dentro do bloco, em razão de seu menor desenvolvimento relativo. Um tema sensível para os cambojanos, no âmbito da ASEAN, é a questão de Myanmar, cuja política na área de direitos humanos é vista de forma condescendente por Phnom Penh.

O Camboja candidatou-se a membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU para o biênio 2013-2014, tendo solicitado o apoio do Brasil. O país não ocupa um assento no CSNU desde 1956. O Brasil, entretanto, já comprometeu seu voto à Coreia do Sul.

Relações com a Tailândia

Apesar dos vínculos econômicos com a Tailândia, a interação entre os dois países é bastante delicada. As relações caracterizam-se pela disputa, por

vezes violenta, pela região adjacente ao Templo Preah Vihear, Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO, em julho de 2008. Desde então, têm-se registrado inúmeros incidentes na fronteira entre os dois países.

Após confronto em outubro de 2008, que resultou na morte de dois soldados cambojanos, a Chancelaria tailandesa convocou “briefing”, no qual abandonou o tom conciliatório que adotara nos casos anteriores. O incidente fronteiro foi considerado pelo Governo tailandês como um “act of aggression” e alertou-se que os efetivos militares tailandeses, bem como seu equipamento bélico, “ultrapassam largamente as forças cambojanas”. A Chancelaria tailandesa afirmou, no entanto, que não se oporia a um papel apaziguador da ASEAN ou a uma mediação, embora mesmo esta alternativa tenha de ser previamente submetida ao Parlamento.

Apesar de decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ) em 1962 favorável ao Camboja, Bangkok alega que a decisão aplica-se somente ao templo propriamente dito, e não à área adjacente. Esta permaneceu sem demarcação da fronteira e é ocupada parcialmente pela Tailândia e pelo Camboja, em áreas que ambos reivindicam. O diferendo fronteiro é um dos desafios do processo de integração no Sudeste Asiático, no âmbito da ASEAN.

As relações entre os dois países fragilizaram-se ainda mais em novembro de 2009, quando o Primeiro-Ministro do Camboja, Hun Sen, nomeou o ex-Primeiro-Ministro tailandês Thaksin Shinawatra – condenado pela justiça tailandesa – seu assessor econômico. Segundo analistas, Hun Sen desejaria o retorno de Thaksin ao poder, para que os dois países possam dar andamento à exploração conjunta de petróleo e gás em área marítima litigiosa no Golfo da Tailândia. A Tailândia reagiu retirando seu Embaixador de Phnom Penh e solicitando a extradição de Thaksin, negada pelo Governo cambojano, sob a alegação de que a condenação do ex-Primeiro Ministro teria motivação política.

Em janeiro de 2010, o Primeiro-Ministro cambojano visitou a região do Templo Preah Vihear, gerando novos atritos às relações bilaterais. A autoridade cambojana ameaça levar o diferendo à CIJ e ao Conselho de Segurança da ONU, caso não se viabilize uma solução bilateral "em breve". Nesse sentido, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Camboja queixou-se da lentidão do governo tailandês em referendar entendimentos obtidos no âmbito da Comissão Mista de Fronteiras.

O desentendimento entre os dois países sobre o tema deverá ser novamente objeto de atenção no âmbito do Comitê do Patrimônio Mundial, durante sua 34ª sessão, a ser realizada em Brasília, em julho e agosto de 2010. A esse respeito, cabe destacar a visita que o Vice-Chanceler do Camboja, Long Visalo, realizou ao Brasil, em setembro de 2009, para solicitar a seu homólogo brasileiro apoio à candidatura cambojana a vaga no Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. O Brasil votou no Camboja e na Tailândia, que foram eleitos.

ECONOMIA E COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia cambojana foi devastada pelos anos de guerra. À estabilização política, seguiram-se a adesão à ASEAN, em 1999, e à OMC, ratificada em 2004.

Com o fim do acordo sobre têxteis da OMC, em janeiro de 2005, a indústria têxtil do Camboja passou a sofrer concorrência direta da China e da Índia. O setor tem logrado, entretanto, acompanhar o rápido crescimento da economia cambojana, permanecendo como o mais dinâmico.

Cerca de 70% da população dependem da agricultura de subsistência, especialmente nos férteis arrozais ao longo das margens do Rio Mekong. A agricultura responde por quase um terço do PIB do país.

O turismo, devido à presença do templo de Angkor, contribui fortemente para o PIB do país, avaliado em US\$ 11,1 bilhões (2008).

Os investimentos estrangeiros são inibidos pelas constantes crises políticas, pela corrupção e pelo sistema legal precário. Em 2007, o país recebeu US\$ 867 milhões em investimento externo direto e recorre, com frequência, a doações internacionais. Ainda assim, delegação visitante do FMI elogiou a prudência da política macroeconômica cambojana, responsável por aumento na confiança dos investidores.

O Camboja tem grande potencial hidrelétrico e pode tornar-se exportador de hidrocarbonetos para os países da região. Desde 2005, a empresa Chevron tem descoberto importantes reservas de petróleo e gás no Golfo da Tailândia, com produção esperada para começar em 2013. As exportações ingressam no mercado norte-americano livres de quotas e de impostos de importação, exceto para vendas de armas.

Com a crise econômica global, o governo tem adotado política fiscal expansionista, como forma de manter forte a demanda doméstica. O orçamento de 2010 prevê aumento dos gastos públicos em US\$ 2 bilhões, ampliando o déficit público. A política monetária também tem tido a função de estimular o crescimento doméstico após a queda das exportações e do turismo, mas seus efeitos são diminuídos em razão da extensa dolarização da economia.

O crescimento do PIB em 2008 foi de 5%, com estimativa de queda de 1,5% em 2009 e previsão de recuperação de 3,3% em 2010. A inflação é bastante volátil: em 2008, foi de 25%; já em 2009, houve deflação de 0,5%.

Comércio

O país exportou para seus parceiros, em 2008, sobretudo roupas (84,9%) e calçados (6,6%), em um total geral de US\$ 4,3 bilhões. Importou,

em 2008, US\$ 8,2 bilhões, com destaque para tecidos de malha (15,2%); combustíveis, óleo e ceras minerais (11,5%); veículos (8,4%); e aparelhos mecânicos (7,3%). Destacam-se os mercados dos EUA, Alemanha e Canadá, no sentido das exportações, e da Tailândia, Vietnã e China, no sentido das importações. A economia nacional tem no turismo, voltado sobretudo para as ruínas de Angkor Vat, uma de suas principais fontes de renda.

Em janeiro de 2010, entrou em vigor a Área de Livre-Comércio entre a China e os países da ASEAN (CAFTA). Trata-se da terceira maior área de livre-comércio do mundo em termos de volume de comércio, após a União Européia e o NAFTA, reunindo 1,9 bilhão de habitantes em 11 países, com PIB total de cerca de US\$ 6 trilhões e volume total de comércio de cerca de US\$ 5 trilhões. Em que pese ter aplicação imediata para a maioria dos membros da ASEAN, os quatro membros mais novos (Vietnã, Laos, Camboja e Myanmar) têm prazo diferenciado de desgravação tarifária, até 2015, devido à condição de menor desenvolvimento econômico relativo.

ANEXOS**Cronologia das Relações Brasil-Camboja**

1994 -	Reativação das relações diplomáticas. Abertura da Embaixada brasileira, cumulativa em Bangkok
2000 -	Visita do Príncipe Norodom Ranariddh, quando se encontrou com o então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia.
2006 -	Apresentação de cartas credenciais do Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Rei Norodom Sihamoni.
2007 -	Participação do Embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Embaixador Kosal Sea, na III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília.
2008 -	Participação do Embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Embaixador Kosal Sea, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília.
2009 – junho:	Visita de trabalho do Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Camboja. Encontro com o então Secretário de Estado Ouch Borith.
2010 – janeiro:	Encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador Roberto Jaguaribe, e o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Hor Namhong, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL.

Cronologia Histórica do Camboja

1863	O Camboja torna-se protetorado francês.
1941	O país é ocupado pelo Japão, durante a II Guerra Mundial.
1945	Final da ocupação japonesa.
1946	Reinício do domínio francês. Grupos comunistas formam resistência armada.
1953	O Camboja conquista sua independência.
1955	O Rei Sihanouk abdica ao trono e torna-se Primeiro-Ministro.
1965	O país rompe relações diplomáticas com os EUA. Instalação de bases norte-vietnamitas no Camboja, no contexto da Guerra do Vietnã (posteriormente atacadas em bombardeios secretos norte-americanos).
1970	Após golpe militar, o General Lon Nol declara a República Khmer e ataca as forças norte-vietnamitas.
1975	A guerrilha comunista Khmer Vermelho toma o poder, liderada por Pol Pot. Sihanouk volta a ser Chefe de Estado e o país é renomeado Kampuchea. “Ano Zero” do Khmer Vermelho e migração forçada das cidades para o campo. Nos três anos seguintes, estima-se que morrem 1,7 milhão de cambojanos.
1976	Pol Pot ascende a Primeiro-Ministro. Resignação de Sihanouk.
1977	Conflitos com o Vietnã.
1978	Forças vietnamitas invadem o país.
1979	A capital Phnom Penh é tomada. Pol Pot e o Khmer Vermelho fogem para a fronteira com a Tailândia.
1981	O Partido Revolucionário do Povo Kampuchea, pró-Vietnã, vence as eleições. A comunidade internacional não aceita o resultado, e o governo exilado do Khmer Vermelho retém o assento na ONU.
1985	Hun Sen é eleito Primeiro-Ministro. Guerrilhas internas forçam centenas de milhares a tomarem-se refugiados.
1989	As forças vietnamitas saem do país. Buscando investimentos estrangeiros, o socialismo é abandonado, o budismo reintroduzido como religião oficial e o país é renomeado como Estado do Camboja.
1991	Acordo de Paz é assinado em Paris. ONU estabelece autoridade transitória.
1993	Partido monarquista vence as eleições. Coalizão define o Príncipe Norodom Ranariddh como Primeiro-Ministro, Hun Sen como Vice e Sihanouk é restabelecido como Rei. País renomeado para Reino do Camboja. Khmer Vermelho perde o assento na ONU.
1994	Governo anistia milhares de combatentes do Khmer Vermelho, que depõem as armas.

1997	Hun Sen lidera golpe e derruba o Príncipe Ranariddh. Processo de adesão à ASEAN é suspenso. O Khmer Vermelho julga e condena Pol Pot à prisão perpétua.
1998	Ranariddh é julgado e condenado à revelia, mas recebe o perdão Real. Em eleições contestadas, Hun Sen torna-se Primeiro-Ministro e Ranariddh torna-se Presidente da Assembleia Nacional.
1999	Adesão à ASEAN é concluída.
2001	O Senado cria tribunal para julgar acusações de genocídio contra os líderes do Khmer Vermelho. Inaugurada primeira ponte sobre o Rio Mekong, conectando leste e oeste do país.
2002	Primeiras eleições locais multipartidárias. Coalizão governante conquista expressiva vitória.
2003	Tensões com a Tailândia por comentários sobre o templo de Angkor Wat. Governo do Primeiro-Ministro Hun Sen vence eleições gerais.
2004	Hun Sen é apontado como Primeiro-Ministro, após impasse de quase um ano no Parlamento. Parlamento ratifica adesão à OMC.
2007	Início dos julgamentos de líderes do Khmer Vermelho.
2008	Eleições parlamentares, vencidas pela coalizão do Governo, são contestadas. Após ser listado como Patrimônio da Humanidade pela ONU, templo de Preah Vihear torna-se foco de disputas com a Tailândia. Tropas de ambos os lados são enviadas para a região. Dois soldados cambojanos morrem em escaramuças com tailandeses.
2009	Tensão na fronteira com a Tailândia prossegue.

Dados Econômico-Comerciais

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Camboja
Superfície	181.035 Km ²
Localização	Ásia
Capital	Phnom Penh
Principais cidades	Battambang, Phnom Penh, Sihanoukville
Idiomas oficiais	Khmer
PIB a preços correntes (2009 - estimativa EIU)	US\$ 10,5 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US\$ 709
Moeda	Riel

Elaborado pelo MNEC/PPDC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economics Intelligence Unit, Country Report January 2008

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾	2009 ⁽²⁾
População (em milhões de habitantes) ⁽²⁾	13,9	14,1	14,3	14,6	14,8
Densidade demográfica (hab/Km ²)	76,0	77,9	79,0	80,6	81,8
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	8,3	7,3	8,6	11,1	10,5
Crescimento real do PIB (%)	13,3	10,8	10,2	5,0	-1,5
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%) ⁽²⁾	8,4	4,2	14,0	12,5	6,5
Dívida externa (US\$ bilhões)	3,5	3,5	3,8	4,1	4,2
Reservas internacionais (US\$ bilhões) ⁽²⁾	1,16	1,41	2,14	2,84	3,30
Câmbio (CR / US\$) ⁽²⁾	4,112	4,057	3,909	4,077	4,148

Elaborado pelo MNEC/PPDC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economics Intelligence Unit, Country Report January 2008

*(1) Estimativa EIU
(2) 2009: dados reais*

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CAMBOJA**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	-1.383	-1.826	-279
Exportações	4.088	4.708	1.127
Importações	5.471	6.534	1.408
B. Serviços (líquido)	615	567	209
Receita	1.548	1.648	441
Despesa	933	1.081	232
C. Renda (líquido)	-348	-409	-90
Receita	112	108	13
Despesa	460	517	103
D. Transferências unilaterais (líquido)	572	594	112
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-544	-1.054	-48
F. Conta de capitais (líquido)	300	264	64
G. Conta financeira (líquido)	695	1.185	-48
Investimentos diretos (líquido)	888	795	88
Portfólio (líquido)	-12	-13	-1
Outros	-159	403	-135
H. Erros e Omissões	-38	-50	35
I. Saldo (E+F+G+H)	463	345	3

Elaborado pelo MFEC/PPDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FAI - Direction of Foreign Statistics, February 2010.

(1) Dados parciais.

(2) Não disponível em 02/2010.

COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	2.189	3.014	3.562	4.072	4.253	1.932
Importações (cif)	2.075	2.549	2.985	6.537	8.213	3.323
Balança comercial	113	466	577	-2.465	-3.960	-1.391
Intercâmbio comercial	4.263	5.562	6.547	10.609	12.468	5.255

Elaborado pelo MFEC/PPDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FAI - Direction of Trade Statistics, CD, January 2010.

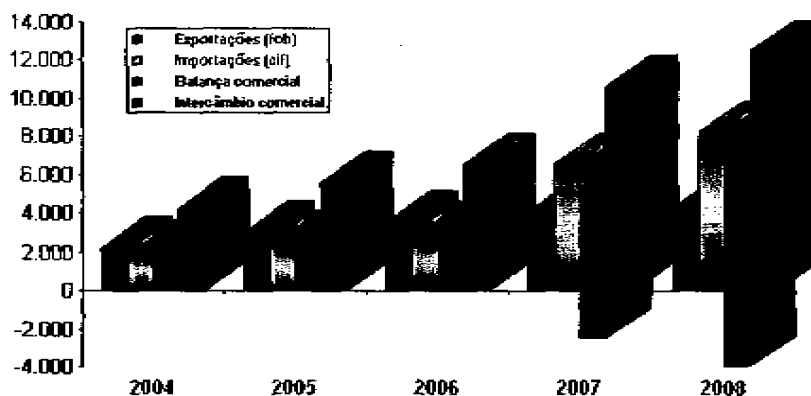
(1) Os dados não cobrem o intercâmbio, com ajustes apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das diferentes metodologias de cálculo.

(2) Janeiro - junho.

(3) Não disponível em 02/2010.

**COMÉRCIO EXTERIOR DO CAMBOJA
2004 - 2008**

(US\$ milhões, fob)



Elaborado pelo MFEC/PPDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FAI - Direction of Trade Statistics, CD, January 2010.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICOS-COMERCIAIS
CAMBOJA**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fol)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009(1)(2)	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	1.889	53,3%	2.363	58,0%	2.314	54,4%	868	44,8%
Alemanha	233	6,6%	298	7,3%	329	7,7%	138	7,0%
Canadá	115	3,2%	189	4,6%	252	5,9%	116	6,0%
Reino Unido	153	4,3%	212	5,2%	232	5,5%	117	6,1%
Vietnã	75	2,1%	187	4,6%	181	4,5%	83	4,0%
Espanha	85	2,4%	115	2,8%	140	3,3%	48	2,5%
Japão	34	1,0%	128	3,1%	110	2,6%	50	2,6%
Cingapura	139	3,9%	77	1,9%	106	2,5%	249	12,9%
Taiândia	15	0,4%	45	1,1%	81	1,9%	21	1,1%
Bélgica	23	0,6%	41	1,0%	58	1,3%	23	1,2%
França	55	1,5%	50	1,2%	53	1,2%	19	1,0%
Itália	11	0,3%	23	0,6%	40	0,9%	18	1,0%
China	18	0,4%	46	1,1%	35	0,8%	13	0,7%
Países Baixos	28	0,8%	32	0,8%	30	0,7%	24	1,2%
<i>Brasil</i>	1	0,0%	4	0,1%	7	0,2%	4	0,2%
SUBTOTAL	2.882	89,3%	3.808	93,5%	3.977	93,5%	1.804	93,2%
DEMAIS PAÍSES	680	19,1%	264	6,5%	276	6,5%	131	6,8%
TOTAL GERAL	3.562	100,0%	4.072	100,0%	4.253	100,0%	1.932	100,0%

Elaborado pelo APEC/CPBDC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD-Inventory, 2008

Países listados em ordem decrescente, desde o ano base até o último apresentado em 2008

(1) Janeiro-Junho

(2) Última posição disponível em 08/03/2010

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - dt)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009(1)(2)	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Taiândia	415	13,8%	1.491	22,8%	2.221	27,0%	824	24,8%
Vietnã	270	9,0%	1.145	17,5%	1.574	19,2%	663	19,9%
China	524	17,5%	969	14,8%	1.205	14,7%	489	14,5%
Hong Kong	539	18,1%	873	10,3%	688	8,1%	287	8,0%
Cingapura	157	5,3%	482	7,4%	571	7,0%	308	9,2%
República da Coreia	148	4,8%	310	4,7%	324	3,9%	145	4,4%
Japão	130	4,3%	123	1,8%	204	2,5%	71	2,1%
Indonésia	85	2,8%	134	2,1%	191	2,3%	64	1,9%
Malásia	99	3,0%	148	2,3%	182	2,2%	86	2,6%
Estados Unidos	26	0,8%	153	2,3%	170	2,1%	64	1,9%
França	47	1,6%	83	1,3%	89	1,1%	38	1,1%
Índia	28	0,9%	58	0,9%	53	0,6%	23	0,7%
Bélgica	6	0,2%	41	0,6%	50	0,6%	12	0,4%
Austrália	13	0,4%	39	0,6%	41	0,5%	16	0,5%
<i>Brasil</i>	1	0,0%	0	0,0%	5	0,1%	2	0,1%
SUBTOTAL	2.476	83,0%	5.849	89,5%	7.549	91,9%	3.068	92,2%
DEMAIS PAÍSES	509	17,0%	688	10,5%	664	8,1%	258	7,8%
TOTAL GERAL	2.985	100,0%	6.537	100,0%	8.213	100,0%	3.323	100,0%

Elaborado pelo APEC/CPBDC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD-Inventory, 2008

Países listados em ordem decrescente, desde o ano base até o último apresentado em 2008

(1) Janeiro-Junho

(2) Última posição disponível em 08/03/2010

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CAMBOJA

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2008 ⁽¹⁾	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Vestuário e seus acessórios, de malha	2.697	60,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.109	24,7%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	298	6,6%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	86	1,5%
Sal., enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	81	1,4%
Subtotal	4.229	94,3%
Demais Produtos	254	5,7%
Total Geral	4.483	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)		
Tecidos de malha	788	13,4%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	658	11,5%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	480	8,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	471	8,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	357	6,2%
Algodão	320	5,6%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	187	2,9%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	142	2,5%
Ferro fundido, ferro e aço	127	2,2%
Plásticos e suas obras	125	2,2%
Açúcares e produtos de confeitaria	117	2,0%
Produtos farmacêuticos	110	1,9%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	103	1,8%
Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas	102	1,8%
Sal; enxofre; terras e pedras, gesso, cal e cimento	96	1,7%
Vestuário e seus acessórios, de malha	88	1,5%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	81	1,4%
Subtotal	4.310	75,3%
Demais Produtos	1.413	24,7%
Total Geral	5.723	100,0%

Elaborado pelo MF/EI/DF/DEIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC Trademap.

O Camboja não informou dados comerciais ao banco de dados COMTRADE. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 10/26/2009.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÓMICO-COMERCIAIS
CAMBOJA**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CAMBOJA⁽¹⁾	2005	2006	2007	2008	2009
<i>(US\$ mil. fob)</i>					
Exportações	734	1.683	2.851	4.541	3.571
Varição em relação ao ano anterior	-1,3%	129,3%	69,4%	73,3%	-27,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	526	1.031	3.780	5.520	9.099
Varição em relação ao ano anterior	-0,8%	98,0%	288,6%	46,0%	64,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	1.260	2.714	6.631	10.461	12.670
Varição em relação ao ano anterior	-1,1%	115,4%	144,3%	57,8%	21,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	208	652	-929	-579	-5.528

Elaborado pelo ANECON/PNOC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados do MERCOSUL/Brasília

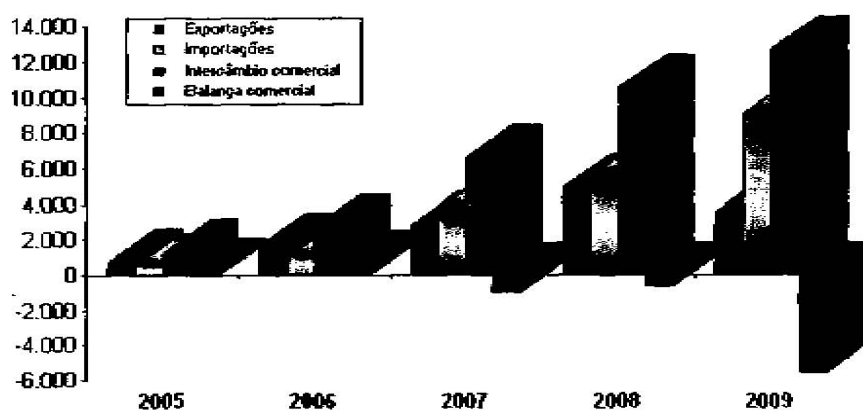
*(1) As distorções decorrentes nos dados e estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser significadas pelo uso de índices diferentes e também por diferenças metodológicas de apuração.
(2) Exatidão dependente de dados*

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CAMBOJA	2009	2010
<i>(US\$ mil. fob)</i>		
Exportações	916	8
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	n.a	-99,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	373	1.093
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	-27,6%	193,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	1.289	1.101
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	150,3%	-14,6%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança comercial	543	-1.085

*Elaborado pelo ANECON/PNOC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados do MERCOSUL/Brasília
De 1/10/10 até atualiz.*

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CAMBOJA 2005 - 2009

(US\$ mil, fob)



Elaborado pelo AFE/PPR/DC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CAMBOJA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CAMBOJA (US\$ mil - fob)	2009 (jan)	% no total	2010 (jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Pele, exceto a peleiteira (peles com pelo), e couros	151	18,5%	8	100,0%
Preparações alimentícias diversas	28	3,1%	0	0,0%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	736	80,3%	0	0,0%
Subtotal	915	99,9%	8	100,0%
Demais Produtos	1	0,1%	0	0,0%
TOTAL GERAL	916	100,0%	8	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Vestuário e seus acessórios, de malha	320	85,8%	751	68,7%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	23	6,2%	274	25,1%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	30	8,0%	68	6,2%
Subtotal	373	100,0%	1.093	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	373	100,0%	1.093	100,0%

*Elaborado pelo AFE/PPR/DC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos: Estados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan/2009.*

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CAMBOJA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CAMBOJA	2007		2008		2009	
(US\$ mil - febr)	no total	%	no total	%	no total	%
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	1.536	53,9%	2.456	49,7%	2.791	78,2%
Fumo rústico total (parc. destal. fis. secas, tipo Virginia)	1.446	50,7%	1.889	40,5%	2.242	62,8%
Desperdícios de fumo	90	3,2%	469	9,3%	549	15,4%
Pele, exceto peleteria, e couros	1.240	43,5%	1.039	21,0%	690	19,2%
Outs. couros/peles, bovinos, secos, pena flor	489	16,5%	836	18,9%	429	12,0%
Couros/peles, bovinos, preparadas, divididas	615	21,6%	0	0,0%	131	3,7%
Outs. couros/peles, int. bovinos, preparados	156	5,5%	202	4,1%	21	0,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	1.408	28,5%	116	3,2%
Semeadoras-adubadoras	0	0,0%	0	0,0%	67	1,9%
Outras máquinas e aparelhos para colheita	0	0,0%	1.404	28,4%	35	1,0%
Subtotal	2.776	97,4%	4.903	99,2%	3.487	97,6%
Demais Produtos	75	2,6%	38	0,6%	84	2,4%
TOTAL GERAL	2.851	100,0%	4.941	100,0%	3.571	100,0%

Elaborado pelo AFE/DPF/DE - Direção de Integração Comercial com base em dados do MERCOSUL/Ministério

Dados de produção baseados em informações recebidas pelo comércio exterior brasileiro em fevereiro de 2010

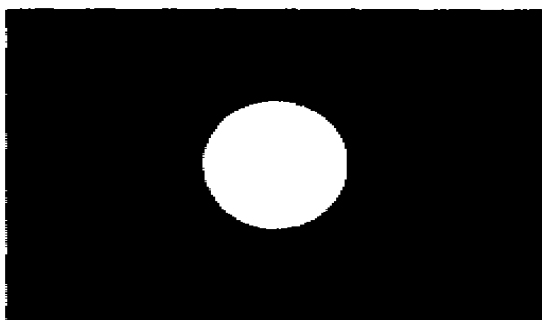
**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CAMBOJA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CAMBOJA	2007		2008		2009	
(US\$ mil - febr)	no total	%	no total	%	no total	%
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Vestuário e seus acessórios, de malha	2.761	73,0%	4.309	78,1%	7.389	81,2%
Suéteres, pulôveres, etc. de malha de algodão	1.564	41,4%	2.866	49,1%	4.922	54,1%
Suéteres, pulôveres, etc. de malha de fibras sintéticas/artificiais	398	10,8%	178	3,2%	317	3,5%
Camisetas "T-Shirts", de malha de algodão	125	3,3%	73	1,3%	306	3,4%
Camisetas "T-Shirts", etc. de malha de outs. mater. têxteis	226	6,0%	438	7,9%	238	2,6%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	992	26,2%	1.176	21,3%	1.481	16,3%
Calças, jardineiras, etc. de algodão, uso masculino	394	10,4%	256	4,6%	503	5,5%
Outros vestuários de fibras sintéf. de uso masculino	367	9,7%	408	7,4%	431	4,7%
Calças, jardineiras, etc. de algodão, uso feminino	3	0,1%	79	1,4%	154	1,7%
Outros vestuários de fibras sintéf., uso feminino	131	3,5%	184	3,3%	132	1,5%
Calçados, palmans e artefatos semelhantes, e suas partes	23	0,6%	22	0,4%	39	0,4%
Subtotal	3.776	99,9%	5.507	99,8%	9.060	99,6%
Demais Produtos	4	0,1%	13	0,2%	39	0,4%
TOTAL GERAL	3.780	100,0%	5.520	100,0%	9.099	100,0%

Elaborado pelo AFE/DPF/DE - Direção de Integração Comercial com base em dados do MERCOSUL/Ministério

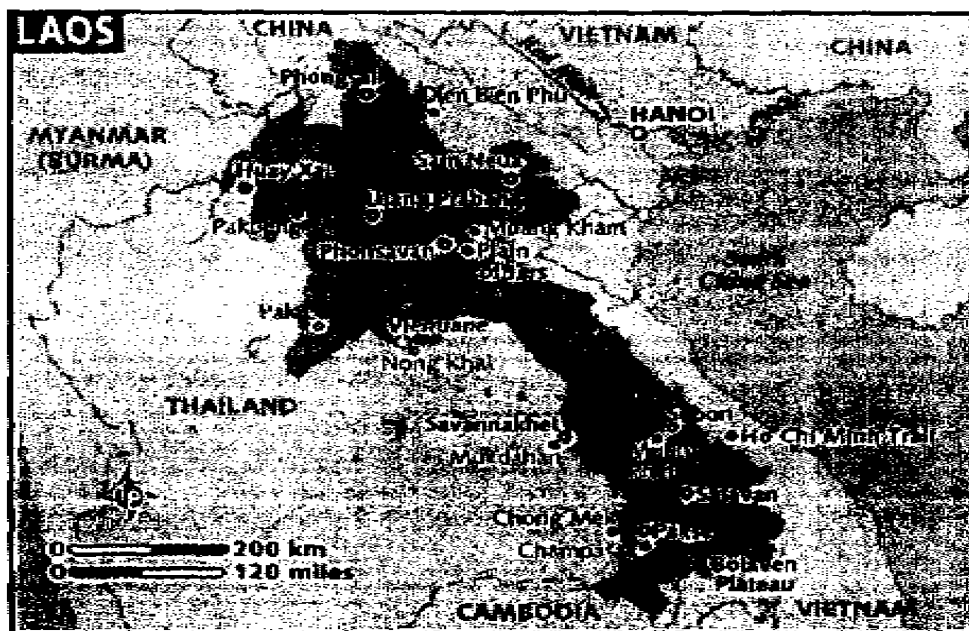
Dados de produção baseados em informações recebidas pelo comércio exterior brasileiro em fevereiro de 2010

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS-II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA-II**



**LAOS
INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL**

Fevereiro de 2010



ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
EVOLUÇÃO POLÍTICA RECENTE DO LAOS	5
RELAÇÕES BILATERAIS	6
QUADRO GERAL.....	6
COOPERAÇÃO BILATERAL.....	7
DIÁLOGO MULTILATERAL E BIRREGIONAL	8
COMÉRCIO BILATERAL.....	9
POLÍTICA INTERNA.....	9
POLÍTICA EXTERNA	10
ECONOMIA E COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	11
COMÉRCIO.....	12
ANEXOS	14
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-LAOS	14
CRONOLOGIA HISTÓRICA DO LAOS	15
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....	16

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República Popular Democrática do Laos
CAPITAL:	Vientiane
ÁREA:	236.800 km ² (equivalente a Rondônia)
POPULAÇÃO (EST. 2009):	6,2 milhões
IDIOMAS:	Laociano (oficial) e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (65%); religiões animistas (33%)
SISTEMA POLÍTICO:	Unipartidário
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Choummaly Sayasone (desde 2006)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Bouasone Bouphavanh (desde 2006)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Thongloun Sisoulith (desde 2006)
UNIDADE MONETÁRIA:	Kip
IDH (2007, publicado em 2009):	0,619 - 133 ^o de 182 países listados
PIB (2008):	US\$ 5,2 bilhões
PIB PPP (2008):	US\$ 12,6 bilhões
PIB per capita (2008):	US\$ 740
PIB PPP per capita (2008):	US\$ 2.040
CRESCIMENTO DO PIB (2008):	7,5%
CRESCIMENTO DO PIB (EST. 2009):	6%
CRESCIMENTO DO PIB (PREV. 2010):	7%
COMÉRCIO EXTERIOR (EST. 2009):	US\$ 2,4 bilhões
EXPORTAÇÕES (EST. 2009):	US\$ 1,1 bilhão
IMPORTAÇÕES (EST. 2009):	US\$ 1,3 bilhão
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO (2008):	1. Cobre e suas obras (36,1%); 2. Vestuário (11,3%); 3. Madeira e suas obras (11,3%)
PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES (JAN-JUN 2009):	1. Tailândia (25,9%); 2. Vietnã (16%); 3. China (18,6%)

PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO (2008):	1. Combustíveis (20,8%); 2. Veículos (14,2%); 3. Aparelhos mecânicos (11,7%)
PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES (JAN-JUN 2009):	1. Tailândia (67,4%); 2. China (14,8%); 3. Vietnã (5,4%)
EMBAIXADOR DO BRASIL PARA O LAOS:	Edgard Telles Ribeiro (em Bangkok)
EMBAIXADOR DO LAOS PARA O BRASIL:	Não há Embaixada residente no Brasil

Fontes: DIC/MRE, fevereiro de 2010; *The Economist Intelligence Unit, Country Report*, dezembro de 2009; *World Development Indicators database*, setembro de 2009.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (EM US\$ FOB):

BRASIL → LAOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	46.937	242.176	357.593	245.246	207.995	296.015	292.848	242.392
Exportações	6.559	231.125	210.668	146.201	126.379	31.082	73.009	9.071
Importações	40.378	11.051	146.925	99.045	81.616	264.933	219.839	233.321
Saldo	-33.819	220.074	63.743	47.156	44.763	-233.851	-146.830	-224.250

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

EVOLUÇÃO POLÍTICA RECENTE DO LAOS

O Laos é um dos países mais pobres do mundo, sem saída para o mar e muito dependente de ajuda e de cooperação externas. Ex-colônia francesa, ganhou independência em 1949 e adotou o regime comunista em 1975. Foi profundamente atingido, do ponto de vista material, pelo conflito do Vietnã. No plano político interno, o regime de partido único segue inalterado, com perseguição aos opositores clandestinos do regime. No plano econômico regional, distingue-se por seu potencial hídrico (fornece energia elétrica para a Tailândia). A agricultura de subsistência constitui a principal fonte de renda nacional.

O Laos tem-se esforçado para superar o isolamento que o caracteriza nos planos geográfico e econômico. A abertura econômica e a normalização das relações com países ocidentais, iniciadas na década de 1990, têm permitido que a economia do país cresça a taxas significativas nos últimos anos. O país também tem buscado fortalecer os laços com os vizinhos, notadamente com a China, a Tailândia, o Camboja e o Vietnã.

No processo de integração regional da ASEAN, o Laos tem-se favorecido de cronogramas diferenciados de adequação tarifária, devido à sua condição de país de menor desenvolvimento relativo. Além disso, tem recebido investimentos vultosos para a integração física da subregião do Mekong, sobretudo nas áreas energética e de transporte rodoviário e ferroviário. As ligações de transporte com a Tailândia visam a ligar o Sudeste Asiático de oeste a leste, desde Myanmar até o Vietnã, e a facilitar a conexão com o sul da China.

RELAÇÕES BILATERAIS

Quadro geral

As relações entre os dois países são modestas e foram estabelecidas em 13 de julho de 1995. Em 24 de julho de 1996, foi criada a Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Bangkok.

Há escasso fluxo de troca de visitas. Do lado laociano, o Chanceler Thongloun Sisoulith participou, em Brasília, da III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em 2007, ocasião em que convidou o Ministro Celso Amorim a visitar o país, e chefiou delegação a Brasília para a I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em 2008.

Anteriormente, em 1998, havia visitado o Brasil o então Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Somsavat Lengsavad. Durante a visita, discutiram-se possibilidades de formação de consórcios entre a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), a Eletrobrás, e a INEPAR, para a elaboração de um plano energético para o Laos que permitisse o aproveitamento dos recursos hidrelétricos daquele país para a geração de energia voltada para a venda ao mercado regional, sobretudo para a Tailândia. Esses planos, no entanto, não prosperaram. Mais recentemente, a Tailândia e, sobretudo, a China têm retomado investimentos em projetos no setor energético do Laos.

Do lado brasileiro, o Subsecretário-Geral Político II do Itamaraty, Roberto Jaguaribe, visitou o Laos em outubro de 2008, para realizar consultas de alto nível. Na ocasião, encontrou-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, interino, Phongsavath Boupha, entre outras autoridades.

Em 2009, foram concluídas as negociações com vistas ao estabelecimento de mecanismo de consultas políticas entre os dois países, um dos temas da visita do Embaixador Jaguaribe, em 2008. Aguarda-se momento

oportuno para a assinatura do acordo. Prevê-se, em estágio posterior, a criação de Comissão Mista, conforme tratado pelos Chanceleres dos dois países à margem da III Reunião Ministerial do FOCALAL, em 2007. O documento preliminar que institui o mecanismo prevê como áreas prioritárias economia; comércio; ciência e tecnologia; energias renováveis; cultura; e o campo social.

Cooperação bilateral

As poucas iniciativas de cooperação entre o Brasil e o Laos encontram-se em fase embrionária.

Destaca-se como iniciativa em vias de ser concretizada o projeto de irrigação no Laos custeado pelo Fundo IBAS (Brasil, Índia e África do Sul). O projeto visa a capacitar agricultores e construir instalações de irrigação que beneficiem 2 mil hectares de plantações na Província de Bolikhamxay, com custo estimado em US\$ 1 milhão. Pelo aumento de produtividade, espera-se que contribua para a segurança alimentar e a renda dos agricultores locais, bem como a sustentabilidade do cultivo, prejudicado por erosões, desmatamento e uso de técnicas de queimada em larga escala.

Durante a visita ao Laos do Embaixador brasileiro em Bangkok, Edgard Telles Ribeiro, para apresentação de credenciais, em março de 2006, a cooperação técnica foi o foco principal de todas as conversas. Na ocasião, o Presidente e o Ministro dos Negócios Estrangeiros externaram especial interesse pela cooperação nos setores agrícola e de energias renováveis, por meio da EMBRAPA.

Em encontro com o Subsecretário-Geral Político II do Itamaraty, Roberto Jaguaribe, no Laos, em outubro de 2008, o Chanceler, interino, Phongsavath Boupha, manifestou o interesse laociano em receber do Brasil

cooperação nas áreas de hidreletricidade, agricultura, produção de etanol, e turismo, além do estímulo a investimentos brasileiros no país.

Em setembro de 2009, o Laos, assim como o Camboja, as Filipinas, a China, o Vietnã, e a Tailândia, foi atingido duramente pela tempestade Ketsana, que afetou sobretudo a região meridional e central do país, deixando 17 mortos e 91 feridos. O Brasil doou ao Laos US\$ 10 mil, destinados à aquisição de alimentos junto a produtores locais de menor escala, de forma a gerar maiores benefícios sociais.

Diálogo multilateral e birregional

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

O Laos apóia a ampliação do Conselho de Segurança e o ingresso de novos membros permanentes e não-permanentes que leve em consideração a distribuição geográfica e a relevância dos países. Apesar de haver afirmado “ter grande simpatia pelo Brasil”, o Laos, até o momento, expressou apoio apenas a Alemanha, Índia e Japão.

Em discurso no debate geral da 64ª AGNU, em setembro de 2009, o Vice-Primeiro-Ministro do Laos defendeu uma reforma transparente, abrangente e equilibrada da ONU, que incluía a revitalização da AGNU, a reforma do CSNU e o fortalecimento do ECOSOC e das agências especializadas, guiada pelos princípios de transparência, democracia e “*accountability*”. Nesse contexto, acolheu com satisfação as negociações intergovernamentais e afirmou que o Laos continuará a contribuir ao processo.

Comércio bilateral

Foi a seguinte a evolução do comércio bilateral nos últimos anos:

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (EM US\$ FOB)*:

BRASIL→ LAOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	46.937	242.176	357.593	245.246	207.995	296.015	292.848	242.392
Exportações	6.559	231.125	210.668	146.201	126.379	31.082	73.009	9.071
Importações	40.378	11.051	146.925	99.045	81.616	264.933	219.839	233.321
Saldo	-33.819	220.074	63.743	47.156	44.763	-233.851	-146.830	-224.250

*Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Como se observa, o intercâmbio entre o Brasil e o Laos é modesto. O comércio bilateral totalizou US\$ 242.392 em 2009, montante 17,22% menor que o total no ano de 2008. Nos últimos três anos, o Brasil teve déficit no comércio bilateral. Dos membros da ASEAN, o Laos é o país que menos comercializa com o Brasil.

POLÍTICA INTERNA

O Laos é um dos países mais pobres do mundo, sem saída para o mar e muito dependente de ajuda e de cooperação externas. Ex-colônia francesa, conquistou a plena independência em 1954. O país esteve submerso em lutas políticas durante as décadas de 1950 e 1960 até que, em 1975, a monarquia foi derrubada e substituída por um regime comunista, de partido único. O atual Presidente do Laos, eleito pela Assembléia Nacional, em junho de 2006, é o Secretário-Geral do Partido Revolucionário do Povo do Laos.

Há pouco espaço para o exercício da oposição ao governo. A liberdade de imprensa é restrita e todos os jornais e redes de rádio e televisão são

controlados pelo Estado. A etnia Hmong trava uma persistente guerrilha na selva contra o regime comunista, além de contar com o apoio de grupos na Tailândia (onde não são considerados refugiados políticos, mas apenas econômicos).

POLÍTICA EXTERNA

A diplomacia do Laos tem-se pautado pelo fortalecimento das relações com os seus vizinhos, principalmente Tailândia, Vietnã, Camboja e China.

O Laos tem-se esforçado para superar o isolamento que o caracteriza nos planos geográfico e econômico. A abertura econômica e a normalização das relações com países ocidentais, iniciadas na década de 1990, têm permitido que a economia cresça a taxas significativas nos últimos anos. O país também tem buscado fortalecer os laços com os vizinhos, notadamente com a China, a Tailândia, o Camboja e o Vietnã.

O Laos tornou-se membro da ASEAN em 1997, juntamente com Myanmar. Devido ao seu menor desenvolvimento relativo, desfruta de tratamento diferenciado (via prazos mais elásticos para desgravar seu comércio, por exemplo). Em 2004, sediou a décima reunião de Cúpula da ASEAN.

O país participa de projetos em curso para a integração física da sub-região do Mekong, de oeste a leste do Sudeste Asiático, ligando Myanmar ao Vietnã. Desde 1994, já foram inauguradas duas pontes entre Tailândia e Laos. A China está financiando a construção de uma terceira ponte sobre o Mekong e a ligação ferroviária da Tailândia com o sul da China, passando pelo Laos.

A repatriação, para o Laos, de membros da etnia *hmong*, exilados na Tailândia, foi, ao longo de 2009, objeto de intenso diálogo bilateral entre Bangkok e Vientiane. O ingresso na Tailândia de membros da referida etnia,

que auxiliou tropas norte-americanas ao longo da Guerra do Vietnã, data da vitória comunista no Laos, em 1975. Em dezembro de 2009, o governo tailandês promoveu a repatriação forçada de cerca de quatro mil *hmongs* para o país vizinho, incluindo 158 deles que haviam sido reconhecidos como refugiados pelo ACNUR. O assunto foi objeto de referência explícita pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, na qual manifestou profunda preocupação com a deportação.

ECONOMIA E COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Conforme mencionado, o Laos é um dos países mais pobres do mundo, sem saída para o mar e com rede rudimentar de transportes e de comunicações. Apesar do relevo montanhoso, que restringe a área agricultável a menos de 5% do território, a economia baseia-se predominantemente na agricultura de subsistência, que emprega cerca de 80% da população. As principais culturas são arroz, algodão, vegetais e frutas.

Desde meados da década de 1980, o país tem procedido a uma lenta liberalização da economia e à retomada de relações comerciais com países ocidentais. O Laos mantém-se, entretanto, relativamente isolado dos fluxos internacionais de comércio, fato que ensejou impacto menor da crise global sobre a economia laociana. A exportação de minérios e o turismo são as principais fontes de divisas externas.

Por recomendação do FMI, o país asiático iniciou um processo de privatização de empresas públicas. Também estão em curso negociações para a adesão à OMC.

A *Economist Intelligence Unit* estima que, em 2009, o PIB laociano tenha crescido 6%, o menor crescimento em oito anos. Em 2010, projeta-se que a taxa de crescimento do PIB será de 7%.

O país continua, no entanto, muito dependente de recursos externos. Em 2009, o Laos recebeu US\$ 560 milhões em ajuda internacional.

A exploração do potencial hidrelétrico do Laos pode ser a base para o desenvolvimento econômico do país. O território comporta cerca da metade do potencial aproveitável do rio Mekong. Em termos orográficos, é um dos países com maiores possibilidades de desenvolvimento no setor hidrelétrico. A energia hidrelétrica constitui área em que o Laos apresenta suas maiores vantagens comparativas e pode ser a chave do futuro sistema integrado de energia do Mekong.

As hidrelétricas laocianas são responsáveis pelo fornecimento de energia à Tailândia e ao Vietnã. Estima-se que a hidrelétrica *Nam Theun 2*, cuja construção foi financiada por recursos do Banco Mundial, começará a funcionar em março de 2010. Os projetos *Nam Theun 1* e *Nam Ou* foram recentemente reiniciados, após a paralisação de 2009, motivada por indisponibilidade de financiamento.

O Vietnã é o principal investidor externo no Laos, com investimentos que totalizam US\$ 1,4 bilhão, seguido pela China, com US\$ 932 milhões. A Coreia do Sul deve crescer em importância quanto a investimentos no Laos. Em junho de 2009, companhias sul-coreanas estavam envolvidas em projetos que totalizavam US\$ 475 milhões. Em 2007, o país recebeu, no total, US\$ 324 milhões em fluxos de investimentos externos, valor 1.057% maior que o recebido em 2005.

Comércio

Em 2008, o Laos exportou US\$ 1,6 bilhão, principalmente cobre e suas obras (36,1%); vestuário de malha e seus acessórios (11,6%); madeira e carvão vegetal (11,3%); e combustíveis (11,2%). Entre janeiro e junho de

2009, as exportações laocianas totalizaram US\$ 752 milhões, tendo-se destinado principalmente a Tailândia (25,9%); Vietnã (16%); e China (18,6%).

Em 2008, o país importou US\$ 2,8 bilhões, principalmente combustíveis (20,8%); veículos (14,2%); e aparelhos mecânicos (11,7%). Entre janeiro e junho de 2009, as importações do Laos totalizaram US\$ 1,28 bilhão, e os principais fornecedores do país foram Tailândia (67,4%); China (14,8%); e Vietnã (5,4%).

Em janeiro de 2010, entrou em vigor a Área de Livre-Comércio entre a China e os países da ASEAN (CAFTA). Em que pese ter aplicação imediata para a maioria dos membros da ASEAN, os quatro membros mais novos (Vietnã, Laos, Camboja e Mianmar) têm prazo de implementação das reduções tarifárias até 2015, devido à condição de menor desenvolvimento relativo.

ANEXOS

Cronologia das Relações Brasil-Laos

1995 – julho:	Estabelecimento de relações diplomáticas
1996 – julho:	Criação da Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com Bangkok
1998 – agosto:	Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler laociano, Somsavat Lengsavad, incluindo Itaipu e a sede da Eletrobrás
2005 – junho:	Visita do Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro a Vientiane (Enviado Especial do Senhor Presidente), para discutir questões do CSNU
2006 – março:	Apresentação de credenciais pelo Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Presidente Khamtay Siphandone, seguida de audiência com o Chanceler laociano, Somsavat Lengsavad
2007 – agosto	Encontro entre o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, e o Ministro Celso Amorim, à margem da III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília.
2008 – novembro	Participação do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vice-Bonkeut Sangsomsak, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília.
2008 – outubro:	Visita do Subsecretário-Geral Político II do Itamaraty, Embaixador Roberto Jaguaribe, para consultas de alto nível. Encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, interino, Phongsavath Boupha.
2010 – janeiro:	Encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador Roberto Jaguaribe, com o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL.

Cronologia Histórica do Laos

1954	Independência e formação de uma monarquia constitucional. Início de conflito armado entre monarquistas e comunistas (Pathet Lao)
1960s	Bombardeios pelos EUA para interromper rotas de suprimento norte-vietnamitas
1973	Acordo de cessar-fogo de Vientiane divide o país entre monarquistas e comunistas
1975	Abdicação do rei e proclamação da República Popular Democrática do Laos Adoção do regime de partido único (Partido Revolucionário do Povo) Lançamento da “transformação socialista” da economia
1979	Escassez de alimentos e movimento de refugiados em direção à Tailândia Abertura de espaço para a iniciativa privada na agricultura
1986	Introdução de reformas econômicas de mercado
1989	Primeiras eleições, com manutenção do partido único
1991	Assinatura de acordo de segurança e cooperação com a Tailândia Adoção de nova Constituição
1994	Inauguração da “Ponte da Amizade”, sobre o rio Mekong, entre Laos e Tailândia
1995	Levantamento do embargo norte-americano, após 20 anos
1997	Adesão à ASEAN Forte desvalorização cambial provocada pela crise asiática
2000	Atentados a bomba na capital, atribuídos à etnia Hmong
2001	Acordo com o FMI prevê empréstimo de US\$ 40 milhões
2003	Exilados nos EUA anunciam Movimento “Cidadãos do Laos pela Democracia”
2004	Na Presidência da ASEAN, país sedia encontro de cúpula
2005	Lançamento da pedra fundamental da barragem Nam Theun 2
2006	Choummaly Sayasone torna-se Presidente Thongloun Sisoulith torna-se Chanceler Rendição de 400 guerrilheiros da etnia Hmong
2009	Conclusão da construção de Nam Theun 2 Repatriação forçada de membros da etnia Hmong exilados na Tailândia

Dados Econômico-Comerciais

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Popular Democrática do Laos
Superfície	236.800 Km ²
Localização	Sudeste da Ásia
Capital	Vientiane
Principais cidades	Vientiane, Savannakhet, Champasak, Luang Prabang
Idioma oficial	Laosiano
PIB a preços correntes (2008 - estimativa EIU)	US\$ 5,2 bilhões
PIB "per capita" (2008)	US\$ 887
Moeda	Kip novo

Elaborado pelo ABEC/PPS/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report December 2008

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2004	2005	2006	2007	2008
População (em milhões de habitantes)	5,6	5,7	5,9	5,9	6,0
Densidade demográfica (hab/Km ²)	23,6	24,1	24,5	24,9	25,3
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	2,5	2,9	3,5	4,1	5,2
Crescimento real do PIB (%)	6,9	7,3	8,3	7,5	7,5
Varição anual do índice de preços ao consumidor (%)	10,5	7,2	6,8	4,5	8,6
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ milhões)	223	234	328	533	796
Câmbio (K / US\$)	10.585	10.655	10.160	9.603	8.781

Elaborado pelo ABEC/PPS/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report December 2008

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
LAOS**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	-329	-178	-442
Exportações	553	882	923
Importações	882	1.060	1.065
B. Serviços (líquido)	148	162	202
Receita	204	224	270
Despesa	56	62	76
C. Renda (líquido)	-79	-60	-50
Receita	5	16	44
Despesa	84	76	94
D. Transferências unilaterais (líquido)	67	127	98
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-193	51	100
F. Conta de capitais (líquido)	0	0	0
G. Conta financeira (líquido)	156	230	398
Investimentos diretos (líquido)	28	187	324
Portfólio (líquido)	0	0	0
Outros	128	43	74
H. Erros e Omissões	56	-180	-307
I. Saldo (E+F+G+H)	19	101	199

Elaborado pelo MRE/DFPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados do FMI - International Financial Statistics, CD, February 2008.
(1) Última posição disponível em 02/02/08

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽²⁾
Exportações (fob)	536	897	1.178	1.324	1.605	752
Importações (cif)	1.056	1.270	1.652	2.108	2.829	1.287
Saldo comercial	-521	-573	-474	-784	-1.224	-535
Intercâmbio comercial	1.591	1.967	2.830	3.432	4.434	2.039

Elaborado pelo MRE/DFPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD, January 2009

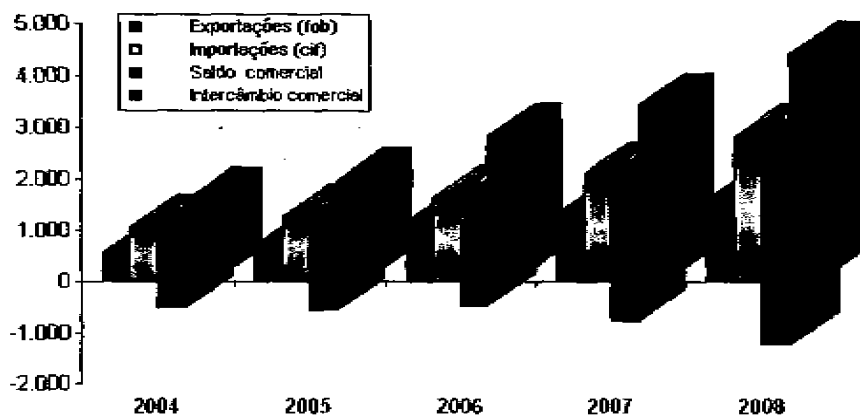
(1) Os dados não necessitam, necessariamente, com ajustes apresentados no Balanço de Pagamentos, em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

(2) Anexo - prosa

(3) Última posição disponível em 02/02/08

**COMÉRCIO EXTERIOR DE LAOS
2004 - 2008**

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DFPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD, January 2009

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
LAOS**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - FOB)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Taiândia	475	40,4%	431	32,6%	569	35,4%	195	25,9%
Vietnã	151	12,9%	192	14,5%	248	15,5%	121	16,0%
China	45	3,8%	77	5,8%	136	8,5%	140	18,6%
Reino Unido	1	0,1%	42	3,2%	54	3,4%	25	3,4%
República da Coreia	16	1,4%	64	4,8%	48	3,0%	22	2,9%
Alemanha	35	2,9%	43	3,2%	42	2,6%	22	3,0%
Estados Unidos	8	0,7%	19	1,4%	40	2,5%	20	2,7%
França	29	2,5%	26	2,0%	23	1,4%	7	0,9%
Bélgica	17	1,4%	11	0,8%	18	1,1%	9	1,2%
Japão	11	1,0%	11	0,8%	18	1,0%	12	1,6%
Itália	7	0,6%	7	0,6%	11	0,7%	3	0,4%
Polónia	6	0,5%	7	0,6%	10	0,6%	3	0,4%
Países Baixos	14	1,2%	11	0,8%	9	0,6%	7	1,0%
Canadá	5	0,4%	8	0,5%	5	0,3%	4	0,5%
Espanha	3	0,2%	4	0,3%	4	0,3%	2	0,3%
Dinamarca	1	0,1%	1	0,1%	4	0,2%	3	0,3%
Malásia	45	3,8%	32	2,4%	3	0,2%	0	0,0%
Hong Kong	0	0,0%	0	0,0%	3	0,2%	1	0,2%
Portugal	1	0,1%	1	0,1%	3	0,2%	0	0,1%
Noruega	1	0,1%	1	0,1%	2	0,1%	1	0,1%
Brasil	0,1	0,0%	0,0	0,0%	0,2	0,0%	0,1	0,0%
SUBTOTAL	872	74,9%	989	74,7%	1.248	77,7%	597	79,4%
DEMAIS PAÍSES	306	26,0%	335	25,3%	357	22,3%	155	20,6%
TOTAL GERAL	1.178	100,0%	1.324	100,0%	1.605	100,0%	752	100,0%

Elaborado pelo AFE/FRAC - Divisão de Informação Comercial com base no dados do FMI - Director of Trade Statistics, CD, January 2009

Países listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2006

(1) Junho - Junho

(2) Última posição disponível em BOC/09

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - CIF)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Taiândia	1.125	68,1%	1.443	68,4%	1.933	68,3%	888	67,4%
China	186	11,2%	195	9,3%	295	10,4%	190	14,8%
Vietnã	105	6,3%	121	5,7%	165	5,8%	88	5,4%
Japão	23	1,4%	42	2,0%	69	2,4%	28	2,2%
República da Coreia	26	1,6%	61	2,9%	59	2,1%	26	2,0%
Singapura	45	2,7%	43	2,0%	28	1,0%	14	1,1%
Alemanha	12	0,7%	35	1,6%	25	0,9%	10	0,8%
Hong Kong	15	0,9%	15	0,7%	23	0,8%	9	0,7%
Estados Unidos	7	0,4%	15	0,7%	20	0,7%	5	0,4%
França	11	0,7%	13	0,6%	20	0,7%	11	0,8%
Brasil	0,1	0,0%	0,0	0,0%	0,1	0,0%	0,0	0,0%
SUBTOTAL	1.556	94,1%	1.981	94,0%	2.637	93,2%	1.230	95,6%
DEMAIS PAÍSES	97	5,9%	127	6,0%	192	6,8%	57	4,4%
TOTAL GERAL	1.652	100,0%	2.108	100,0%	2.829	100,0%	1.287	100,0%

Elaborado pelo AFE/FRAC - Divisão de Informação Comercial com base no dados do FMI - Director of Trade Statistics, CD, January 2009

Países listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2006

(1) Junho - Junho

(2) Última posição disponível em BOC/09

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
LAOS**

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2008 ⁽¹⁾	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões)		
Cobre e suas obras	385	36,1%
Vestuário e seus acessórios, de malha	124	11,6%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	121	11,3%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	120	11,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	103	9,7%
Minérios, escórias e cinzas	55	5,2%
Café, chá, mate e especiarias	24	2,2%
Cereais	20	1,9%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	15	1,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	15	1,4%
Subtotal	982	92,0%
Demais Produtos	85	8,0%
Total Geral	1.067	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	481	20,8%
Veículos, automóveis, tratores, ciclos	329	14,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	270	11,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	193	8,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	107	4,6%
Ferro fundido, ferro e aço	98	4,1%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	64	2,8%
Plásticos e suas obras	55	2,4%
Tecidos de malha	46	2,0%
Preparações alimentícias diversas	38	1,6%
Borracha e suas obras	34	1,5%
Alumínio e suas obras	33	1,4%
Sal, enxofre, terra e pedras, gesso, cal e cimento	32	1,4%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	30	1,3%
Algodão	26	1,1%
Açúcares e produtos de confeitaria	23	1,0%
Subtotal	1.857	80,3%
Demais Produtos	457	19,7%
Total Geral	2.314	100,0%

Elaborado pelo MF/DEPP/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

Laos não informou dados comerciais ao banco de dados TradeMap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição anual disponível em 10/02/2010.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
LAOS**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LAOS⁽¹⁾ (US\$ mil)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	146	126	31	73	9
Variação em relação ao ano anterior	-30,8%	-13,7%	-75,4%	135,5%	-87,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	99	82	265	220	233
Variação em relação ao ano anterior	-32,7%	-17,2%	223,2%	-17,0%	5,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	245	208	296	293	242
Variação em relação ao ano anterior	-66,9%	-15,1%	42,3%	-1,0%	-17,4%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo comercial	47	44	-234	-147	-224

Elaborado pelo AISEC/PPMOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do AIDESECEX/MDIC/Brasília.

(1) As discrepâncias observadas nos dados resultam das exportações de países e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fatores distintos e também por diferentes metodologias de apuração. (2) Excluído Quênia-África.

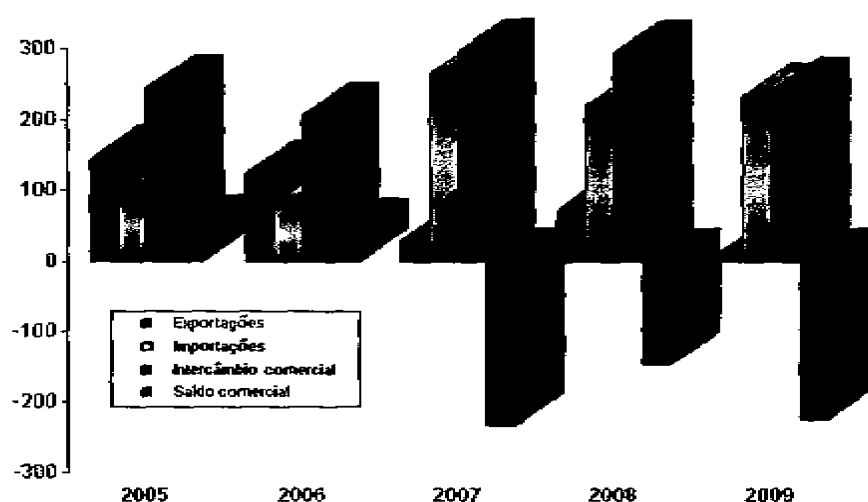
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LAOS (US\$ mil, fev)	2009 (jan)	2010 (jan)
Exportações	0	0
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	n.a.	n.a.
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	0	53
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	n.a.	n.a.
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	0	53
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	n.a.	n.a.
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	0	-53

Elaborado pelo AISEC/PPMOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do AIDESECEX/MDIC/Brasília.

Fev e Jan 2010.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LAOS 2005 - 2009

(US\$ mil - fob)



Elaborado pelo MRE/DFR/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDC/SECEX/Aleceweb

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS LAOS

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LAOS (US\$ mil - fob)	2009 (jan)	% no total	2010 (jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
NÃO FOI REGISTRADA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO				
Subtotal	0	0,0%	0	0,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	0	0,0%	0	0,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Vestuário e seus acessórios, de malha	0	100,0%	53	100,0%
Subtotal	0	100,0%	53	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	0	100,0%	53	100,0%

Elaborado pelo MRE/DFR/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDC/SECEX/Aleceweb

Dados de produtos listados em ordem decrescente, sendo caso haja os valores apresentados em jan/09

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
LAOS**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LAOS (US\$ mil - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc	6	18,4%	3	4,1%	9	100,0%
Outras sementes, frutos e esporos, para semeadura	6	18,4%	0	0,0%	9	100,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	22	71,0%	13	17,8%	0	0,0%
Outros aparelhos para pulverizar fungicidas/inseticidas, etc	4	12,9%	1	1,4%	0	0,0%
Semeadores-adubadores	15	48,4%	7	9,6%	0	0,0%
Partes de outros apar. mecan. p/projetar, etc, líquido/pó, etc	0	0,0%	2	2,7%	0	0,0%
Outros aparelhos para pulverizar fungicidas/inseticidas, etc	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Óleos essenciais e resínidos, produtos de perfumaria	0	0,0%	55	75,3%	0	0,0%
Subprodutos terpenicos resids da desterp. óleos essenciais	0	0,0%	48	65,8%	0	0,0%
Outros óleos essenciais, de laranja	0	0,0%	7	9,6%	0	0,0%
Subtotal	28	90,3%	74	97,3%	9	100,0%
Demais Produtos	3	9,7%	2	2,7%	0	0,0%
TOTAL GERAL	31	100,0%	73	100,0%	9	100,0%

Elaborado pelo ABRÉSP/IDEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do ABRÉSP/IDEC/IBRAM
Dados de produtos finais em valores de comércio, modo como base os valores apresentados em 2009

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LAOS (US\$ mil - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Vestuário e seus acessórios, de malha	236	89,1%	219	99,5%	233	100,0%
Camisas de malha de algodão, de uso masculino	0	0,0%	40	18,2%	179	76,8%
Suéteres, pulôveres, de malha de algodão	228	86,0%	141	64,1%	42	18,0%
Suéteres, pulôveres, de malha de fibras sint/artificiais	3	1,1%	29	13,2%	3	1,3%
Obras diversas de metais comuns	20	7,5%	0	0,0%	0	0,0%
Ferragens p/encaadm. de fis. móveis, etc, de metais comuns	20	7,5%	0	0,0%	0	0,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	9	3,4%	1	0,5%	0	0,0%
Subtotal	265	100,0%	220	100,0%	233	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	265	100,0%	220	100,0%	233	100,0%

Elaborado pelo ABRÉSP/IDEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do ABRÉSP/IDEC/IBRAM
Dados de produtos finais em valores de comércio, modo como base os valores apresentados em 2009

Aviso nº 91 - C. Civil.

Em 1º de março de 2010.

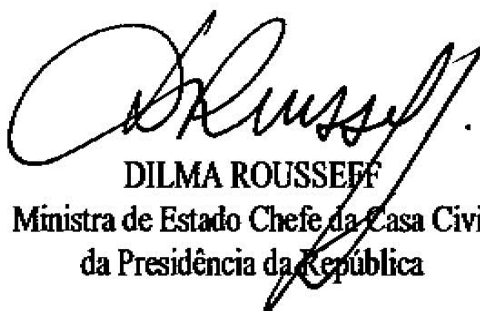
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria encaminhar um voto de pesar, se V. Ex^a me permitisse, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Ex^a fará uso da palavra.

Nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, a seguir, eu gostaria, para uma comunicação inadiável e urgente, de proferir algumas palavras sobre tema que julgo relevante.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador. Em seguida ao Senador Paulo Paim, V. Ex^a fará uso da palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu uso este espaço, neste momento, sem prejuízo da minha fala como orador inscrito, para defender e encaminhar à Mesa um voto de pesar.

Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, Senador Marco Maciel, o Rio Grande do Sul está de luto. Um dos maiores ícones da cultura, da tradição e do regionalismo gaúcho faleceu aos 71 anos de idade, na madrugada deste domingo, vítima de problemas renais.

O cantor Jader Moreci Teixeira, mais conhecido, eu diria, como nosso amigo Leonardo, estava internado desde o dia 1º de março no Hospital de Viamão. Seu sepultamento ocorreu ontem, no final da tarde.

Nascido em Bagé, na região da Campanha, próximo à fronteira com o Uruguai, Leonardo começou a trabalhar muito cedo. Sua trajetória artística começou no circo, mas já aos 20 anos, morando em Porto Alegre, fez dupla sertaneja com seu grande amigo. Nos anos 60, voltou-se para o regionalismo, o regionalismo gaúcho, e integrou o grupo Os Três Xirus. A partir de 74, iniciou uma das carreiras solo de maior sucesso do Sul do País.

Em 1982, acompanhado do grupo Os Serranos, Leonardo ganhou a Califórnia da Canção Nativa de Uruguiana, com a canção *Tertúlia*, que diz:

É o batismo dos sem nome,
rodeio dos desgarrados
Grito de alerta do pampa,
tribuna de injustiçados
Tertúlia é o canto sonoro,
sem fronteira ou aramado
Onde o violão e o poeta
podem chorar abraçados

Mas o grande êxito de Leonardo foi, sem dúvida, uma canção escrita em 1978. Ela se tornou uma

das mais populares ouvidas e virou símbolo do Rio Grande do Sul. E foi aqui em Brasília, em um churrasco organizado pela Bancada gaúcha em homenagem ao Presidente Lula, que Leonardo fez uma das melhores interpretações desta bela canção que é quase um hino para todos nós. Ela se chama *Céu, Sol, Sul, Terra e Cor*.

Diz a letra desta bela canção:
Eu quero andar nas coxilhas
Sentindo as flexilhas das ervas do
chão,

Ter os pés roseteados de campo,
Ficar mais trigueiro com o sol de verão.

Dizia Leonardo:

Fazer versos cantando as belezas
Desta natureza sem par.

E mostrar para quem quiser ver

Um lugar pra viver sem chorar

É o meu Rio Grande do Sul

Céu, sol, sul, terra e cor!

Onde tudo o que se planta cresce

E o que mais floresce é o amor.

Eu quero me banhar nas fontes

E olhar horizontes com Deus,

E sentir que as cantigas nativas

Continuam vivas para os filhos meus.

Ver os campos florindo e

Crianças sorrindo felizes a cantar!

E mostrar para quem quiser ver

Um lugar pra viver sem chorar.

Termina Leonardo, dizendo:

É o meu Rio Grande do Sul

Céu, sol, sul, terra e cor!

Onde tudo o que se planta cresce

E o que mais floresce é o amor.

Sr. Presidente, tive muitas oportunidades de conversar com Leonardo e de assistir a seus *shows*, mesmo naquela época em que era permitido ainda um *show* nos palanques políticos.

Ele era uma pessoa generosa, amável, solidária e de um forte espírito de justiça, de igualdade e de liberdade. Quem conhecia o Leonardo sabia que ele se indignava contra toda injustiça praticada, seja contra a criança, o jovem, o idoso, a mulher, a natureza, os animais. Enfim, ele era um verdadeiro lutador social e também em defesa do meio ambiente.

Leonardo foi casado duas vezes, deixou um filho e dois netos. Aos seus familiares enviamos os nossos sentimentos de inestimável perda.

Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa voto de pesar pelo falecimento do cantor regionalista, nosso amigo, o gaúcho Leonardo.

Eu sei que, desde domingo, ele está lá nas pradarias do céu, cantando, escrevendo e falando das belas coisas do povo gaúcho e do povo brasileiro.

Deus esteja contigo, Leonardo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Comunico ao Senador Paulo Paim que a Mesa adotará todos os procedimentos que o Regimento estabelece para atos como este.

Com a palavra o Senador Marco Maciel, para uma comunicação inadiável.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente nobre Senador Cícero Lucena, Srs. Senadores Papaléo Paes e Paulo Paim, cuja palavra acabamos de ouvir ao apresentar voto de pesar pelo falecimento de um autêntico cantor gaúcho, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho, hoje à tarde, à tribuna para falar sobre um tema que julgo extremamente relevante e que diz respeito à preservação do cerrado e da caatinga.

Há em tramitação, no Congresso Nacional, especificamente aqui no Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, cujo primeiro subscritor foi o Senador Demóstenes Torres. A Proposta de Emenda à Constituição a que me refiro dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o cerrado e a caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

O *Globo*, na sua edição de ontem, 7 de março, publicou uma matéria intitulada “Modelo de preservação do cerrado fracassa”. Mais adiante acrescenta, como subtítulo: “Levantamento do Ministério do Meio Ambiente revela quadro de devastação em áreas de proteção ambiental.” A autora da matéria, a jornalista Catarina Alencastro, diz:

O modelo de preservação que permite atividades consideradas sustentáveis no cerrado tem se mostrado um fracasso. Um levantamento inédito do Ministério do Meio Ambiente revela que 75% de todo o desmatamento ocorrido dentro das unidades de conservação se concentra nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) dos estados. O estudo mostra que, de 2002 a 2008, 3.796 quilômetros quadrados da mata nativa foram destruídos nesses locais – 4,21% de tudo o que foi desmatado no bioma.

O que se passa com relação ao cerrado, *mutatis mutandis*, é o que ocorre também com a caatinga. A palavra “caatinga” é de origem indígena que quer dizer mata rala, mata clara. A PEC tem o nobre Senador Demóstenes Torres como primeiro subscritor. Eu a

subscrevi também, por entender que é uma iniciativa que merece acolhimento do Senado Federal.

A proposta busca incluir tanto o cerrado quanto a caatinga como biomas nacionais.

Diria até que não podemos ignorar quão importante será a aprovação dessa emenda constitucional, ao contemplar tanto o cerrado quanto a caatinga. Diria, também, que o cerrado já teve 48,2% de sua vegetação original destruída. Tem apenas 2,8% do seu território protegido de forma efetiva; outros 5,3% são unidades de conservação de uso sustentável, as famigeradas APAs.

Então, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna, é dirigir um apelo, para que, tão logo esteja destrancada a Ordem do Dia – na realidade, estamos, há vários dias, sem conseguirmos votar matérias em função da existência de medidas provisórias que trancam o andamento da pauta; esse é o nosso apelo – creio que é igual o sentimento do Senador Demóstenes Torres –, que a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, seja votada o mais rapidamente possível, quem sabe, logo após apreciemos as duas ou três MPs que ainda estão pendentes de apreciação.

Devo dizer que é matéria de muito interesse e já está na Ordem do Dia. Depois de Copenhague, naturalmente, a grande preocupação que pervade, diria, o mundo todo, é a questão da sustentabilidade, da preservação da qualidade de vida, da preservação dos biomas, enfim, da preservação da natureza, que se vê frequentemente agredida por fenômenos naturais, muito dos quais são decorrentes do poder destrutivo de mãos humanas.

Então, considero que precisamos ter, cada vez mais, a consciência de que a questão da sustentabilidade, da proteção do meio ambiente deve ser algo fundamental para o Brasil, um país de grande extensão territorial, e de que também o é para nossos vizinhos e para muitos outros países. Precisamos dar o exemplo.

Sabemos que, no que diz respeito à caatinga, uma grande área está situada no semiárido, conseqüentemente, numa área que sofre frequentemente com o fenômeno da seca. E, de forma semelhante, poderíamos dizer que a mesma coisa ocorre no cerrado, se bem que – é bom e justo ressaltar – o cerrado é um bioma mais rico sob o ponto de vista ambiental, bem mais caracterizado e, conseqüentemente, mais amplo do que a própria caatinga. Acho que as duas áreas não podem deixar de ser incluídas no texto constitucional como áreas de proteção. Assim fazendo, estaremos dando um passo relevante, para que possamos melhorar as condições do meio ambiente em nosso País.

Recentemente, assistimos aos terremotos que açoítaram o Haiti e, agora, o Chile e outras regiões, inclusive a Polinésia Francesa. Vimos, também, recentemente, a ocorrência dos *tsunamis*, que ainda se repetem. E, ali e acolá, vimos a questão do degelo em algumas partes, o que está começando a comprometer a saúde ambiental do planeta.

Então, tudo isso nos faz ter um olho mais atento para a questão ambiental, que é hoje, diria, a questão número um, para que possamos ter um mundo que sofra menos com esses acidentes climáticos e que não continue a sofrer com a agressão perpetrada, muitas vezes, por mãos humanas e por interesses não corretamente confessáveis.

O apelo que faço com relação ao cerrado, mas também, igualmente, com relação à caatinga é no sentido de que avancemos nesse campo, para dar ao Brasil o modelo de proteção ambiental que, a meu ver, a Nação reclama e que o nosso povo espera.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Com a palavra, o Senador Papaléo Paes, como primeiro inscrito.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala, quero também solidarizar-me com o Senador Paulo Paim pela perda de um grande amigo, o cantor e compositor Leonardo, do Rio Grande Sul. Ainda há pouco, o Senador Paim me falava sobre a amizade dos dois e sobre a gratidão que tinha por esse artista gaúcho.

Quero solidarizar-me com V. Ex^a e estender à família, juntamente com V. Ex^a, o voto de pesar.

Sr. Presidente, vemos, agora, três jovens mulheres aqui no plenário.

Quero, por meio de vocês, homenagear ou mandar uma mensagem pelo Dia Internacional da Mulher a todas as mulheres brasileiras.

Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Amanhã teremos uma solenidade de homenagem à mulher, ou às mulheres, aqui no nosso plenário. Como, com certeza, o Senador Paim falará sobre o mesmo tema, nós escolhemos fazê-lo no dia de hoje, exatamente por termos mais tempo para falar mais um pouquinho sobre a mulher e para realmente podermos homenageá-la no próprio dia dessa comemoração.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a luta das mulheres por igualdade social e econômica é uma luta histórica, permanente, que vem desde tempos remotos, em que o predomínio masculino se baseava na utilização da força física.

Infelizmente, em pleno século XXI, ainda persistem resquícios, tradições e heranças negativas dessas situações que colocam a mulher em condição de inferioridade ao longo da história. Perduram até os dias atuais as mais diversas formas de discriminação, aberta ou disfarçada, em muitos campos da atividade humana.

Certamente não podemos aceitar nem admitir essas práticas desumanas nem essas violações de direitos e garantias assegurados pela Constituição, como os princípios da igualdade, da liberdade e da dignidade da pessoa humana mulher.

O Dia Internacional da Mulher nos oferece uma oportunidade de refletirmos sobre o papel da mulher na história, no trabalho, na vida política e também sobre os direitos humanos e sobre todos os tipos de discriminação existentes contra a dignidade das mulheres.

Existem algumas divergências no que se refere às origens históricas do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, designado pela Organização das Nações Unidas para comemoração do Dia Internacional da Mulher, que já foi comemorado, Senador Paim, em outras datas. Mas isso é menos importante do que o dia representa. O essencial é não perdermos de vista os objetivos maiores de igualdade política e econômica das mulheres, consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que se aplica, igualmente, a homens e mulheres.

Promover a igualdade de gênero no trabalho, na educação, nas relações econômicas e sociais, na política e no ambiente doméstico é uma obrigação e um dever de todos nós, independentemente da situação pessoal de cada um. Queremos uma verdadeira igualdade de direitos entre homens e mulheres, de todas as raças, de todos os credos, de todas as condições e origens e a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, principalmente pelas mulheres mais pobres e excluídas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, podemos dizer que devemos tudo, ou quase tudo, às mulheres, começando com aquela mulher que nos deu a vida: a nossa mãe, assim como nossas primeiras professoras, geralmente mulheres.

Faço aqui uma homenagem às muitas mulheres brasileiras que se destacaram pelo trabalho, pela abnegação, pelo amor e pela dedicação incansável nos mais diversos campos de atividade humana.

Sr. Presidente, antes de político, sou médico. No campo da medicina, temos inúmeros exemplos de mulheres, médicas e enfermeiras, que realizam, dia e noite, seu trabalho com carinho, dedicação, afeto, abnegação e amor aos pacientes, salvando muitas e muitas vidas humanas.

O sorriso e a bondade dessas mulheres contribuem para a saúde do corpo e da alma e faz com que muitos pacientes perseverem na luta e na vontade de viver, mesmo quando tudo parece perdido.

Meus cumprimentos especiais a todas as mulheres dedicadas à medicina e à enfermagem e a todas as profissões que contribuem diretamente para a promoção da saúde humana. Sem elas, o mundo seria mais pobre, mais triste, um verdadeiro “vale de lágrimas”. Com elas, com essas mulheres destemidas, corajosas, que nos lembram Verônica, aquela mulher sem medo que enxugou as lágrimas de Jesus flagelado com sua toalhinha humilde, com elas o mundo nos dá mais esperança de um futuro e nos faz acreditar em dias melhores.

A galeria de mulheres brasileiras que ajudaram a construir nossa história é imensa e ultrapassaria os limites deste meu modesto pronunciamento. Citaria apenas algumas grandes e corajosas mulheres, mesmo correndo o risco de não mencionar muitas outras, igualmente merecedoras de homenagem especial.

Francisca de Sande, a primeira enfermeira do Brasil, cuidou dos doentes de febre amarela, na Bahia, entre os anos 1670 e 1702.

Maria Augusta Generosa Estrella foi a primeira doutora brasileira em Medicina: saiu do Brasil, em 1874, com apenas 14 anos de idade, para estudar Medicina nos Estados Unidos, formando-se em 1881.

Joana de Gusmão levou vida de profeta e mensageira da fé na antiga Província de Santa Catarina.

Bárbara Heliadora é a primeira mulher em nossa história a participar de uma insurreição republicana.

Ana Néri, viúva do Capitão de Fragata Isidoro Antônio Néri, aos 50 anos de idade, participou da guerra do Paraguai como enfermeira.

Anita Garibaldi, heroína brasileira nascida em Santa Catarina em 1821 e falecida em Ravena, na Itália, em 04 de agosto de 1849, foi companheira de Giuseppe Garibaldi, “herói de dois mundos” e construtora da unificação italiana.

Anésia Pinheiro Machado, aos 18 anos, realizou sozinha o primeiro vôo entre Rio e São Paulo num pequeno avião.

Chiquinha Gonzaga, pianista e compositora, foi a primeira maestrina do Brasil.

Nise da Silveira revolucionou a psiquiatria, humanizando o tratamento de doentes mentais no Brasil.

Bertha Lutz foi líder do movimento pelo voto feminino no Brasil.

Maria Quitéria de Jesus foi a primeira mulher a ingressar numa unidade militar: disfarçada de homem, lutou contra os portugueses pelo reconhecimento da Independência do Brasil.

Gostaria de destacar também duas mulheres excepcionais que plantaram sementes importantes na área social para a construção do Brasil do futuro. Refiro-me, Senador Cícero Lucena, a Ruth Cardoso e Zilda Arns.

Durante os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a ex-Primeira Dama Ruth Cardoso não interferia no governo, mas influenciava as políticas públicas. Não aceitou ser a repetidora de políticas assistencialistas e mudou o rumo das políticas sociais. Conservava sua independência de pensamento e não provocava polêmicas. Deixou o legado de programas sociais extremamente importantes como o Comunidade Solidária e o Alfabetização Solidária.

Já a Dr^a Zilda Arns, certamente um dos pilares da Pastoral da Criança, foi responsável pela redução da mortalidade infantil no Brasil sempre atuando, de forma missionária, nos bolsões de pobreza de nosso País.

Finalmente, gostaria de homenagear as muitas mulheres anônimas, essas muitas mulheres pobres e desconhecidas que realizam tantos trabalhos considerados de pouca importância por uma sociedade preocupada muito com luxo, riqueza e vaidade. Essas mulheres, cujos nomes sequer são lembrados, realizam as tarefas invisíveis, mas imprescindíveis para que o mundo vá girando e caminhando para frente.

A todas elas, e de forma muito especial às mulheres do Estado do Amapá, as minhas homenagens e os agradecimentos por todo o bem que realizam e continuarão a realizar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, permita-me cumprimentar V. Ex^a. Entendo que V. Ex^a foi muito feliz. Eu falarei na mesma linha. V. Ex^a, como primeiro orador inscrito, abriu os trabalhos, a fala dos oradores inscritos, falando sobre a história, a vida e o dia a dia das mulheres do nosso País e do mundo. Hoje é dia 8 de março, mas, como V. Ex^a disse e falávamos ali embaixo, todo dia é Dia da Mulher. Eu quero me somar a V. Ex^a. Eu falarei, em seguida, sobre o mesmo tema.

Quero dizer a V. Ex^a também que, enquanto V. Ex^a falava, tive a satisfação de falar ao telefone com o filho do Leonardo, aquele de quem encaminhei voto de pesar, que é o Jader Moreci Teixeira. Ele ouviu tanto o pronunciamento deste Senador como a solidariedade de V. Ex^a e do Senador Marco Maciel. Ele mandou um

abraço a todos. Ele perdeu o Leonardo, que era um líder do povo gaúcho, mas, com certeza, a sua família e todos aqueles que trilham pelo mesmo caminho levarão as bandeiras da liberdade, da igualdade, da justiça, da cultura, da voz do Leonardo, porque ela vai continuar pelos campos do Rio Grande, homenageando os homens e – por que não dizer no dia de hoje? – as mulheres.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Excelência.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Cícero Lucena, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu passo a palavra ao Senador Cícero Lucena, para que faça o seu pronunciamento.

Depois, se o Senador Papaléo Paes, ou o Senador Cícero Lucena, puder presidir, eu voltarei para fazer uso da palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o meu especial cumprimento às Sr^{as} Senadoras e às mulheres brasileiras. Hoje, de maneira muito sublime e representativa, quero dedicar este pronunciamento às mulheres de um modo geral e, em especial, às paraibanas. As mulheres da Paraíba estão imortalizadas na obra de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira e representam a garra, a força, o destemor e a determinação de milhares de mulheres brasileiras e paraibanas na música Paraíba. Na poesia de Gonzaga e Humberto Teixeira, a mulher foi conduzida a um pedestal e descrita de maneira subliminar, ressaltada toda a sua beleza e grandiosidade.

O dia 8 de março foi escolhido para celebrar com festa os avanços e as conquistas das mulheres, que asseguram com extrema competência seus lugares em todos os segmentos sociais, mas que continuam a ocupar o lugar de maior destaque na sociedade: a condução e a formação familiar. Na grande maioria das vezes, elas são o balizamento das decisões e do futuro que haveremos de construir.

Esse final de semana, Sr. Presidente, assisti a um filme, um clássico americano, que conta a história de um jovem senador que foi indicado por período curto, após a morte de um senador titular – segundo a Constituição americana, o governador é quem indica o substituto –; e esse jovem senador, em 1938, foi indicado. É um belo filme, que, em inglês, não corresponde à tradução, mas o filme diz que a mulher faz o

homem. E, sem dúvida, para nós, Senadores, é bom verificarmos essa história do Senado americano.

Porém, Sr^{as} e Srs. Senadores, o momento também nos remete a refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres brasileiras, em especial, Senador Papaléo Paes, V. Ex^a que é um homem da área da saúde, as que necessitam da saúde pública deste País. A saúde pública, que, em parte, relatei na última sexta-feira, passa por momentos crônicos e de total falta de atenção, tanto pelo Governo Federal como, em alguns casos, por governos de Estado e, principalmente, por muitas prefeituras municipais. Com a responsabilidade cada vez mais presente na realidade municipal – já que houve a transferência da atividade da saúde para os Municípios –, o Governo Federal parece utilizar uma venda para não enxergar a latente deficiência do atendimento de saúde no Brasil, em especial para com as mulheres desta Nação.

E, para sublinhar essa total falta de compromisso, quero me reportar aos casos mais próximos da nossa realidade e que, com frequência, estampam os noticiários.

Constantemente, existem denúncias tais como a falta de medicamentos e a inexistência de atendimento especializado, como no caso de mamografias e dos exames de rotina para as mulheres. E o mais grave: no momento mais especial da vida de todas as mulheres, que é a gestação e a felicidade de ser mãe, falta-lhes atendimento pré-natal, faltam leitos nas maternidades e inexistente atendimento psicológico. A grande verdade é que falta – e como falta! – sensibilidade do Poder Público!

A inexistência de atenção para as mães gestantes faz com que, todos os dias, milhares de mulheres deixem suas cidades pequenas do interior deste País em busca de atendimento nos médios e grandes centros. E essa não é uma realidade apenas da Paraíba. Essa é a realidade da maioria dos Estados de todo o Brasil.

No meu caso em especial, eu que sou um caboclinho do sertão da Paraíba, nasci na minha terra de parto normal. Caso contrário, minha mãe teria que se deslocar para outra cidade e enfrentar as mesmas dificuldades, os mesmos desafios, o mesmo sofrimento que ainda hoje milhares de mulheres enfrentam no interior deste Brasil.

Essas não são conquistas a serem celebradas no dia 8 de março, mas é importante que, em meio a esta celebração, haja o momento de reflexão por nós, da classe política, pelos gestores e pela sociedade de um modo geral. É o momento de debater, de refletir, pois é chegada a hora do fim da exclusão e da falta

de compromisso dos entes públicos com a saúde da mulher.

Em João Pessoa, na Paraíba, a Maternidade Santa Maria, no bairro de Mangabeira, foi fechada por um ato, por uma decisão, do Prefeito há mais de dois anos, sem que tenha sido aberta outra alternativa de atendimento. E olhe que João Pessoa, por ser a capital, é uma cidade polo, que recebe mulheres não só da grande João Pessoa, mas de toda a região, em busca desse conforto. A ausência desse equipamento causou um prejuízo incalculável à população do bairro, da capital e da região.

Só para dimensionar a problemática na nossa cidade, em outubro de 2009, uma jovem deu à luz a um menino dentro de um camburão do presídio Sílvio Porto, onde foi socorrida. Outro caso registrado pela mídia é de uma jovem de 23 anos que deu à luz dentro de um carro.

Os relatos registram o sério prejuízo causado às famílias que têm que se deslocar para muito mais longe, a fim de dispor dos serviços que estavam facilmente acessíveis àquela comunidade. Há mães que saem do interior porque, em sua cidade, não tem médico, não tem uma maternidade, conseqüentemente só podem ter a chance de ser mães se eventualmente o parto for normal.

Por isso que nós temos de convocar todos para participar do reconhecimento, e não só ficar no discurso, mas na prática, nos atos, para que as mulheres tenham verdadeira proteção.

Permitam-me fazer um registro antes de encerrar. Hoje, o *Diário da Borborema*, um jornal dos Diários Associados no meu Estado, traz uma matéria que tem como tema “Força e coragem de uma mulher”.

Há 28 anos, Isabel Luzia sustenta a família de 11 filhos, vendendo castanha nas ruas de Campina.

“Dizem que a mulher é o sexo frágil, mas que mentira absurda.”

Este trecho da canção composta por Erasmo Carlos e Narina simboliza a força, coragem e batalha diária das mulheres que não raramente têm a cumprir dupla jornada, trabalhando em casa e fora dela, cuidar de filhos, de marido e de si mesma, enfim, ser várias mulheres em uma só e dar conta de todos os compromissos e atividades que dependem delas.

A música cabe também para exemplificar a história de vida de Isabel Luzia de Souza, uma pernambucana de São José do Egito, que mora em Campina há 28 anos e sustenta toda a família com o que ganha vendendo castanha

nos bares e restaurantes da cidade. Isabel é digna de todos os elogios devido a sua coragem para o trabalho e o seu empenho em não medir esforços para dar educação aos seus filhos e não lhes deixar faltar nada, mesmo tendo uma vida simples e humilde.

Todas as noites, de domingo a domingo, sem folga, sem descanso, Isabel sai de casa por volta das 17h, carregando cerca de 20 quilos de castanha assada, separados em pacotes de 50 gramas, 70 e 125 gramas.

A pé, ela faz um percurso diário em torno de 15 quilômetros, oferecendo o produto aos frequentadores dos bares e restaurantes que funcionam na cidade. O retorno ao lar só acontece lá pelas 2h da madrugada, quando toda a castanha é vendida.

Por noite de trabalho, a incansável Isabel fatura entre R\$70,00 e R\$100,00, quando a noite é boa. É com esse dinheiro que ela custeia todas as despesas da casa onde mora com o marido e os filhos, no bairro de Santa Rosa, paga suas contas e alimenta a todos na casa.

O dia a dia de Isabel é de muita luta. Ao longo dos seus 43 anos de vida, a vendedora de castanha já passou por muitas dificuldades e tristeza, mas nada tirou dela o sorriso e o bom humor.

Dos 22 filhos que Isabel gerou, 11 morreram ainda bebês, antes de completar dois anos de vida. As perdas dos frutos do seu ventre foram os momentos mais dolorosos de sua vida:

“Não há nada mais difícil do que ver um filho partir, do que enterrar um ser que você ama tanto e que nasceu de você. A dor de enterrar cada filho que morreu foi como uma espada atravessasse o meu coração e eu morresse um pouco junto com eles também”, conta [Isabel].

Mas como a força é uma das suas principais virtudes, Isabel venceu o luto como uma fênix que renasce das próprias cinzas. Afinal, seus outros filhos precisavam dos seus cuidados, do seu amor e da sua alegria.

“E foi o trabalho que me fez reerguer, porque eu nunca quis que meus filhos passassem dificuldades e eu sabia que precisava trabalhar para ter como comprar o caderno da escola para eles estudarem e terem um futuro melhor que o me”, relembra Isabel.

A descoberta da felicidade [segundo ela] veio com os filhos.

E se a perda dos filhos causou uma dor profunda no coração desta mulher guerreira, por outro lado, a chegada deles foi o que ela considera a descoberta da verdadeira felicidade.

Segundo ela, “a primeira vez que coloquei um filho no mundo me senti como se fosse a mulher mais feliz do planeta, mesmo sem ser rica e passando por dificuldades. E foi assim todas as outras vezes em que vi sair da minha barriga um novo ser humano”.

Por sua determinação, força de vontade e disposição para a vida, neste Dia Internacional da Mulher, Isabel merece todas as homenagens. E ela as recebe com orgulho, porque, para ela “toda mulher deve ter sua história respeitada”. E o que ela deseja para todas as mulheres?

“Que saibam ser felizes como eu sei e que entendam que a felicidade não é ter tudo, mas saber dar valor ao que se tem, porque, em primeiro lugar, vem Deus, depois, a família. Todo o resto não vale nada se Deus e a família não forem o que há de mais importante na vida de uma pessoa. É por isso que eu supero os desafios e sou feliz”, conclui [sabe].

Então, em nome de Isabel, em nome de todas as marias, as lauras, as vanessas, as ianes, as eduardas, as ruths, amálias, severinas, socorros e tantas outras que no anonimato de suas vidas realizam, com tanta dedicação, as tarefas reservadas por Deus e que, com Deus, cumprem uma das mais nobres missões, sem dúvida nenhuma, em nome delas, em nome de Maria, a minha homenagem ao Dia Internacional das Mulheres.

Que Deus proteja todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cícero Lucena, aceite os cumprimentos desta Presidência. V. Ex^a foi muito feliz. Vou falar do tema, mas não o enfoquei da forma como V. Ex^a o enfocou.

V. Ex^a deixou muito claro que todos nós, principalmente os homens, ao perdermos um filho choramos, sofremos; mas, com certeza, ninguém sofre mais do que uma mãe. V. Ex^a foi muito feliz na sua fala. Foi uma grande homenagem. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido V. Ex^a para presidir. Fiquei entre V. Ex^a e o

Senador Papaléo Paes, como havíamos combinado. Em seguida, falará o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, pela ordem dos inscritos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, meu pronunciamento vai na linha de todos aqueles que me antecederam nesta tarde de 8 de março, Dia Internacional das Mulheres. Confesso, Senador Cícero Lucena, Senador Papaléo, Senador Alvaro Dias, que, ao pensar em fazer este pronunciamento no dia de hoje, eu me lembrei de que, amanhã, esta Casa fará uma grande sessão de homenagem às mulheres – o Senador Papaléo Paes tratou do tema – que ganharam o Prêmio Bertha Lutz.

No meu gabinete, a maioria dos assessores é composta por mulheres. Pedi a elas que me dissessem sobre o que gostariam que eu falasse neste dia de homenagem às mulheres. Elas escreveram este pronunciamento. Eu o li, é claro, de forma muito carinhosa e respeitosa, com muita atenção. Como concordei com aquilo que foi escrito, passo, então, a fazer meu pronunciamento.

Hoje, 8 de março, quero homenagear aqui aquelas que são feitas de ingredientes especiais, uma mistura de amor, de inteligência, de capacidade, de altruísmo, de doação, de abnegação, de sensibilidade. Hoje, homenageamos aquelas que são feitas de coração e de sentimento: as mulheres.

Nós, homens, devemos ter humildade para reconhecer que, talvez, não sejamos tão fortes como vocês, fortes e sensíveis ao mesmo tempo. São pessoas que, mesmo ao chorar, transmitem segurança, que, mesmo indefesas, buscam forças misteriosas e se reerguem. Nunca nós, homens, conseguiremos entender isso. Talvez, tal como sugeriu a estadista Meir, precisássemos aprender a chorar mais. Segundo ela, “quem não sabe chorar de todo o coração também não sabe rir”.

Nós sabemos que vocês são nossos braços direito e esquerdo, sejam vocês mães, esposas, filhas, amigas, parceiras, companheiras. São aquelas com as quais podemos sempre contar em todas as lutas, mesmo nas mais árduas, pois estão ao nosso lado na vitória, mas também nos momentos de derrota, nos momentos de sofrimento.

Obrigado por nos ensinarem a amar, mesmo antes de chegarmos a este mundo. O Senador Cícero Lucena foi muito feliz porque falou da capacidade das

mulheres de gerar os homens e as mulheres deste País. Afinal, vocês, mulheres, dedicam especial atenção e amor a seus filhos, quer biológicos ou não, criados por vocês ou não.

O amor é tão grande, que nos faz ver que podemos sentir o mesmo. Prova-nos que é possível se doar às pessoas e às causas. E não tenho medo de dizer que, se lutamos por igualdade e por justiça, foi com vocês que aprendemos parte desse amor pela justiça e pela vida.

Minha mãe, Senador Cícero Lucena, já faleceu. Nós éramos dez. Pai e mãe ganhavam um salário mínimo. Isso fez com que eu aprendesse a respeitá-la cada vez mais.

Uma frase dita por Elis Regina, que jamais vou esquecer, pode ilustrar o que quero dizer. Certa vez, ela disse que não tinha tempo de fazer vibrar “outra bandeira que não fosse a da compreensão, do encontro e do entendimento entre as pessoas”. Isso é o que a movia. Mulheres são, em sua natureza, assim. Esse amor incondicional que vemos nas mulheres deve servir de exemplo para cada um de nós sempre, deve guiar o nosso dia a dia, deve servir de base para as nossas decisões, inclusive no que diz respeito a elas.

Não vou citar números sobre a participação da mulher na sociedade, mas levantarei alguns pontos.

Sabemos que muitas mulheres, ao longo dos anos, já galgaram diversos degraus e hoje se encontram em patamares iguais ou mais altos que alguns homens nas mais diversas áreas. Porém, a participação da mulher no mercado de trabalho ainda está aquém do que poderia ser e de toda a sua competência.

Falo isso com a maior tranquilidade, pois minha chefe de gabinete é mulher, minha coordenadora política do gabinete em Brasília é mulher. Enfim, há essa caminhada conjunta entre homens e mulheres comprometidos com a mesma causa. Além disso, são frequentes e comuns os casos em que mulheres ocupam cargos e funções semelhantes aos de homens, mas, mesmo assim, recebem salários menores.

Foi por essa disparidade que, no início do mês, a Organização das Nações Unidas (ONU) reivindicou à comunidade internacional ações concretas para derrubar as barreiras e erradicar as condutas que atrapalham o progresso rumo à igualdade de gêneros e impedem o pleno desenvolvimento dos direitos das mulheres.

Por isso, também é importante aprovarmos a ratificação no Brasil da Convenção 156, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente à relação de igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

É preciso, sim, reconhecer que deve ser dada às mulheres a oportunidade de exercerem sua plena

capacidade e cidadania. E destaque-se que deve ser dado um olhar atento à sua rotina. Afinal, não podemos fundir a emancipação feminina com a realidade masculina. Nós, homens, temos muitas atribuições, e muitas delas, eu sei, são duras. Porém, os papéis desenvolvidos são diferentes. Faltaríamos com a verdade se disséssemos que todos nós, ao sairmos de nossos empregos, chegamos a casa, fazemos almoço, cuidamos da roupa, já projetamos o dia seguinte, cuidamos das crianças, vamos ao mercado, colocamos a roupa para lavar, escutamos problemas de amigos e dos filhos. Enfim, sem sombra de dúvida, a mulher tem, sim, uma dupla jornada. Nós até podemos fazer isso uma vez ou outra, mas são as mulheres que têm isso como rotina. Por isso, nada mais justo que tenham direitos iguais aos nossos, mas com um olhar atento às suas realidades.

Sr. Presidente, quando me perguntam se concordo – e falo tanto em previdência! – que a mulher se aposente ao completar 30 anos de contribuição e o homem se aposente ao completar 35 anos de contribuição, digo que concordo, sim. A mulher enfrenta uma dupla jornada e, por isso, deve ter o direito, sim, de se aposentar ao completar os 30 anos de contribuição. O homem tem esse mesmo direito ao completar os 35 anos de contribuição.

Aqui, lembro, Sr. Presidente – isto está no documento –, que a maioria das mulheres não têm apenas duas jornadas, mas três jornadas. E a sociedade exige que elas façam tudo isso com um sorriso no rosto, belas e felizes, mesmo que nem sempre se sintam ou estejam assim. Todos nós temos problemas. As mulheres também têm problemas.

Senhoras e senhores, nosso reconhecimento deve passar pela luta para que mais mulheres estejam em áreas importantes de toda a sociedade. Felizmente, muitas estão hoje em postos que eram comuns aos homens. Fico feliz quando vejo mulheres motoristas, açougueiras, engenheiras, técnicas em informática, metalúrgicas, mestres de obra, dirigentes de Estado, ministras e até mesmo presidentes de nações, como em inúmeros países do mundo.

Aí chegamos a um ponto importante: a política. Quando falamos na política e olhamos para o futuro, normalmente falamos dos jovens. Hoje, quero falar das nossas jovens, para que elas também se apresentem, cada vez mais, nas esferas de poder, para que participem ativamente da vida política do País.

Existe uma quota de 30% que muitos partidos dizem que não podem cumprir. Achei importante a decisão tomada agora: se os partidos políticos não cumprirem a decisão de reservar 30% para as mulheres, perderão os outros 70%. Essa é uma forma de fazer

com que a política de quotas seja adotada e com que os partidos políticos preencham 30% das vagas com mulheres.

Sr. Presidente, eu, que falo tanto dos idosos, de homens e mulheres de cabelos prateados, dessas senhoras que cumprem seu papel na história como ninguém, quero falar também das nossas jovens. Como disse a escritora Margarete Drabble: “quando nada é certo, tudo é possível”. É possível, sim, ver nossa juventude, principalmente as mulheres, participando cada vez mais da vida política do País.

Se olharmos o que ocorre no Senado, veremos que são muito poucas as Senadoras que acompanham nossa jornada, não por falta de qualidade, mas, sim, por falta de quantidade. Qualidade todas aqui têm demonstrado. E é preciso que se diga: elas dão um toque especial ao nosso trabalho. Mostram-nos facetas de determinadas matérias que nem sempre são percebidas por nós. Nós também, em algumas áreas, demonstramos isso, mas a contribuição das mulheres é inegável. Lembro aqui a Senadora Patrícia Saboya, autora do projeto que ampliou a licença maternidade de quatro meses para seis meses, o qual tive a honra de relatar.

Quero reafirmar que entendo que é muito importante que mais mulheres participem da vida política do nosso País.

Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, sabemos que muitas já estão e são responsáveis por postos fundamentais no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e mesmo na área privada. Elas, com garra e com determinação, têm demonstrado que não têm medo e que estão indo à luta, talvez porque tenham enfrentado sempre grandes batalhas, desde os primeiros anos, no jardim de infância, até a universidade. Há aquelas que não chegaram à universidade, mas chegaram aos postos de trabalho, quer seja em casa ou na área privada.

Por isso, mais uma vez, quero dizer muito obrigado por terem essa facilidade de lutar, de amar, de brigar por seus direitos e pelos nossos.

Sei que a sessão que vai homenagear as mulheres será realizada amanhã, mas, hoje, Dia Internacional da Mulher, eu não poderia deixar de fazer este pronunciamento, na mesma linha que seguiu V. Ex^a, Senador Cícero Lucena, assim como os Senadores Marco Maciel e Papaléo Paes.

Neste momento, peço atenção especial às meninas, adolescentes e jovens mulheres. É preciso que, dentro de nossas casas, mudemos nossa forma de pensar, pois ainda existe na nossa sociedade uma visão super machista que faz com que os pais acreditem que as meninas devem ser responsáveis por seu futu-

ro e por sua qualificação, mas também têm de cuidar dos irmãos e dos primos e serem muito competentes nos afazeres domésticos. É uma visão que faz com que os pais não tenham essa postura em relação aos filhos homens. Elas me disseram: “Está tudo bem nos afazeres domésticos, mas nós, mulheres, queremos ter o mesmo espaço que os meninos têm na conquista de um lugar ao sol na sociedade”.

Nossa sociedade julga, por exemplo, o comportamento feminino no que diz respeito ao relacionamento de trabalho e ao relacionamento amoroso. Se uma jovem sai com as amigas e tem namorados, ela é logo comentada. Se conquista um alto posto no mercado de trabalho, perguntam: como, de que jeito ela chegou lá? Chegou lá, porque é competente, porque é preparada e tem todo o direito de desfrutar do lazer, da vida, como os meninos.

Sr. Presidente, quero dizer ainda que isso acontece em muitos lares, de forma mais ou menos acentuada. Seja em uma comunidade mais humilde ou nas casas mais ricas, o pensamento é o mesmo. O preconceito contra a mulher não tem classe social. É esse preconceito, enraizado ainda em nossa sociedade, que as jovens enfrentam – e, depois, seguem peleando durante suas vidas.

Por isso, senhores e senhoras, gostaria que tivéssemos um olhar mais atento à vida de nossas meninas, adolescentes, jovens e aquelas que já são adultas. É preciso um olhar carinhoso à luta que a mulher trava para estudar, para ser respeitada como mulher, para entrar no mercado de trabalho em condições iguais às dos homens. É preciso um olhar que observe e busque formas de estancar a violência psicológica e física a que, infelizmente, muitas e muitas mulheres estão sujeitas.

Precisamos investir, cada vez mais, em campanhas de esclarecimentos, para que as mulheres e os homens façam valer a Lei Maria da Penha. Infelizmente, somente 40% das mulheres que sofrem violência acabam vendo a violência cometida contra elas chegar a uma delegacia. Sessenta por cento dos fatos e atos cometidos contra as mulheres são ainda ocultos.

Sr. Presidente, eu, que combato tanto as discriminações, não posso deixar de, neste momento, também falar contra essa discriminação que há quando falamos de gênero. Olhar nossas mulheres, olhar as mulheres, em especial, as jovens adultas e idosas, olhar todas as mulheres deve ser uma ação diária.

Um exemplo que posso citar aqui é que, quando falamos em escolas técnicas, percebo que muitos ainda ligam esse tipo de qualificação apenas aos homens, esquecendo-se das mulheres. Isso está errado! As mulheres estão em todos os campos do conheci-

mento e querem ser reconhecidas como profissionais capazes que são.

É fundamental que este dia sirva para olharmos as mulheres brasileiras, independentemente da sua idade, com um sentimento de justiça e de igualdade.

Já que falei tanto aqui das jovens mulheres, pergunto: por que esta Casa não aprova a PEC da juventude? É uma proposta que vem da Câmara. É preciso garantir, cada vez mais, direito aos nossos jovens, afinal está nas mãos deles o nosso futuro.

Estamos aqui tratando do futuro de meninos, de meninas, de adolescentes e, podemos usar o termo, de mulheres adultas e também de mulheres idosas, mais experientes, que sempre têm muito a contribuir. O Senador Cícero Lucena me ajuda e diz que as mais experientes podem ser aquelas que vão orientar as mais jovens para ocuparem postos nos quais, amanhã ou depois, terão direito à aposentadoria – e esperamos que a aposentadoria seja integral, sem fator previdenciário.

Sr. Presidente, são pessoas que emprestam sua sensibilidade às nossas vidas.

Eu terminaria dizendo que desejo que esse amor incondicional que as mulheres são capazes de oferecer e a facilidade em perdoar – não é que elas não tenham posição, elas têm posição e são muito firmes, sabem dizer “não” quando é hora de dizer “não” e sabem dizer “sim” na hora de dizer “sim”, mas elas perdoam muito mais do que nós – e em ouvir possam ser a realidade de todos nós um dia. Elas são muito mais sensíveis, mas muito mais firmes, inclusive, do que muitos homens.

Espero que possamos aprender com vocês, mulheres. E o início do aprendizado passa pela derrubada dos preconceitos. Gostaria que mais homens enfrentassem, com a mesma coragem, as situações que vocês enfrentam. Talvez, muitos não consigam se levantar com tanta facilidade.

É preciso reconhecer que as mulheres cumprem um papel fundamental na sociedade brasileira. Temos de valorizar o espaço que elas, de forma adequada, consequente e responsável, ocupam quando lideram. Basta olharmos em nossas casas – apesar de muitos não considerarem –, que veremos que os ditos homens da casa são as mães, as esposas, as nossas filhas. São elas que, de fato, muitas vezes, comandam, mesmo que dividam esse posto conosco. Em geral, a última palavra, pelo seu poder de convencimento, se o homem for inteligente, é dela.

Na maioria dos lares, vocês são o porto seguro que todos nós procuramos. Sentimo-nos seguros quando estamos ao lado de vocês. Não desmerecendo a importância dos pais, que são fundamentais, devo

dizer que são as mulheres que têm a maior paciência para ouvir e para aconselhar. São elas as grandes conselheiras nas horas mais difíceis.

Por isso, Sr. Presidente, sou daqueles que não concordo muito com a história de dizer que a mulher é o sexo frágil. Ela é forte, firme, sensível, mas sabe, no meu entendimento, ser muito dura quando necessário. Eu diria mesmo que elas são verdadeiras fortalezas.

Tão bem traduziu Cecília Meireles: “Aprendi com as primaveras a me deixar cortar e voltar inteira”. Assim como as flores, as mulheres são podadas, mas fazem da dor a sua força, e essa força é imbatível.

Por isso, de novo, agradeço aqui a todas as mulheres que participaram da minha vida ou, eu diria, das nossas vidas, de uma forma ou de outra.

Senador Cícero – lembro de V. Ex^a, porque falou há pouco tempo –, vou repetir aqui: homenageio minhas avós, minhas bisavós, minha mãe, minhas companheiras, minha esposa, minhas filhas, minhas netas, minhas amigas, todas aquelas que, ao longo da vida, foram cúmplices do bem, de políticas voltadas para melhorar a qualidade do nosso povo e da nossa gente.

Agradeço a vocês, que, mesmo sem me conhecer, estão ouvindo este pronunciamento. Acho que nos encontramos muitas vezes. Muitas vezes, talvez, eu tenha dado a impressão de que não as vi, mas sei que, nos grandes eventos em que nós, homens públicos, estamos, vocês nos estão vendo e, muitas vezes, batendo palmas, torcendo mesmo, de coração, para que acertemos. Através do seu olhar, confiam que aqui estamos lutando para que o Congresso Nacional atenda à demanda do povo brasileiro na construção de dias melhores para todos.

Obrigado a todos vocês por nos ajudarem desde criança, porque, mesmo as coisas mais difíceis e assombrosas são fáceis de serem transpostas. Basta que o dia amanheça, que o sol surja e que a gente atravesse as pontes, os rios, até mesmo as matas mais fechadas, na busca de poder dizer que o sol vai brilhar para todos.

Finalizo com a frase da física Marie Curie: “Nada na vida deve ser temido, somente compreendido. Agora é hora de compreender mais para temer menos”.

Sr. Presidente, falei tanto das mulheres e vou terminar, Senador Alvaro Dias, com uma pequena poesia, muito pequenina, de um homem. Deixo aqui – já que eu disse que foram as mulheres do meu gabinete que escreveram 90% deste discurso – uma poesia de Luciano Ambrósio, que é deficiente visual. Ele disse: “Senador, pode dizer que sou cego mesmo. Não há problema”. Luciano Ambrósio, que tem a seu lado sua cachorra, Mits, escreveu esta poesia de ontem para hoje e perguntou-me se eu queria aproveitá-la

no pronunciamento. E eu disse: “É claro! Você, que é cego, Luciano, homenageará as mulheres com sua poesia”. O que diz a poesia de Luciano Ambrósio? O título é: “Sensibilidade”. Diz ele – olhem bem, porque ele é cego:

Há um olhar diferente
O olhar da sensibilidade
Do carinho
Da compreensão
O olhar da esperança
Da doçura
Do sonho
Da força que cria
Que transforma
Um olhar que ausculta
E que sente
O olhar da alma
Da poesia
Da mulher!”

É o que diz Luciano Ambrósio.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Agradeço também ao Senador Alvaro Dias, que, pacientemente, ali ficou esperando.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. É sempre um prazer ouvi-lo, com a sensibilidade que lhe é peculiar.

Eu gostaria de homenagear também, no momento em que convivo o Senador Alvaro Dias, que é o próximo orador inscrito, nossas companheiras Senadoras, como Fátima Cleide, Ideli Salvatti, bem como Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Maria do Carmo Alves, Marina Silva, Marisa Serrano, Patrícia Saboya, Rosalba Ciarlini e Serys Slhessarenko. Cada uma, a seu modo e com sua luta, mas com muita garra e com muita determinação, quer construir um País mais justo, mais humano e mais solidário.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena.

Ao Senador Paulo Paim, quero dizer que o Luciano enxerga com os olhos da sensibilidade humana e, certamente, enxerga muito mais do que muitos que possuem o privilégio, como nós, de enxergar com os nossos olhos.

Eu gostaria de fazer minhas as palavras das colegas que me antecederam em homenagem às mulheres do Brasil e de prestar minha homenagem de outra forma, de maneira diferente: homenagear as mulheres dignas do Brasil, denunciando a corrupção que assola o País de forma implacável e que é retratada pelas re-

vistas semanais, que estampam manchetes como “O relatório final do mensalão”, com as revelações contidas nas 69 mil páginas do processo do Supremo Tribunal Federal, os depoimentos dos principais personagens e as novas histórias por trás do maior esquema de corrupção da República”.

A revista *ISTOÉ* rememora e traz para a ordem do dia um tema que não pode ser esquecido, um fato que não pode ser ignorado e que está a exigir do Supremo Tribunal Federal um julgamento implacável, para atender às expectativas da sociedade brasileira.

Esse escândalo do mensalão, apurado em 2005 pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, no Congresso Nacional, fez com que quarenta dos indiciados fossem denunciados pelo Ministério Público e se sentassem no banco dos réus do Supremo Tribunal Federal. O País aguarda esse julgamento. E, por essa razão, mais do que oportuna foi a matéria da revista *IstoÉ*, trazendo fatos antigos ao momento da cobrança necessária, para que o julgamento ocorra em tempo, antes do pronunciamento do tribunal das urnas, no mês de outubro.

O Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando, ao denunciar quarenta dos envolvidos, escreveu: “Trata-se de uma organização criminosas que assaltou cofres públicos do País em nome de um projeto de poder de longo prazo”.

Isso não pode ser esquecido! Isso não deve ser ignorado!

Nesta semana, a revista *Veja*, em mais uma capa histórica, diz: “Caiu a casa do tesoureiro do PT”. Matéria de capa:

O petista que vai cuidar das finanças da campanha de Dilma Rousseff é apontado em inquérito como pivô de um esquema que desviou dezenas de milhões de reais e abasteceu o caixa dois da campanha de Lula em 2002.

É verdade que a corrupção foi banalizada no Brasil e que nada mais assusta. Não importa a dimensão do escândalo; há uma anestesia que coloca dormente a maioria dos brasileiros. Mas é preciso que acordem.

Tenho a convicção de que, se em tempo acordarmos, a maioria dos brasileiros, essas duas reportagens de capa das duas revistas, *Veja* e *ISTOÉ*, por si só produziram um impacto irresistível nas urnas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, aqueles que são protagonistas desses escândalos não podem permanecer impunes. Se há essa apatia, se há confirmação de que muitos no Brasil não acreditam em mais nada, esse fato ocorre porque nós, que somos políticos, perdemos a capacidade do convencimento. Estamos sendo incapazes de informar e de convencer a opinião públi-

ca, e, por isso, os caminhos percorridos pelo País não são os caminhos que nos podem levar a um futuro em que o exercício da cidadania plena seja uma realidade, e onde todos os brasileiros possam se beneficiar dos frutos do progresso econômico que constroem com muito esforço e dedicação.

O que ouvi nesses dias, depois dessas duas reportagens? A tentativa de desqualificar a imprensa, esses órgãos de imprensa, ignorando que não são as revistas que criaram os fatos. Os fatos foram criados pelos desonestos.

Nesse caso que a revista *Veja* traz como reportagem de capa, da brilhante jornalista Laura Diniz, o Ministério Público investigou durante três anos – três anos –, para desvendar esse espantoso esquema de desvio de dinheiro perpetrado pelo chamado núcleo duro do Partido dos Trabalhadores, através da cooperativa dos bancários, a Bancoop.

O Ministério Público quebrou o sigilo da cooperativa e descobriu que dirigentes dessa Cooperativa Habitacional dos Bancários lesaram milhares de associados para montar um esquema de desvio de dinheiro público que, conforme o Ministério Público afirma, abasteceu a campanha de Lula em 2002 e encheu o bolso de dirigentes do PT, que sacaram ao menos R\$31 milhões na boca do caixa.

Como responsabilizar a revista pelo escândalo? No Brasil, ainda existem aqueles que, em vez de condenar os criminosos, preferem condenar quem denuncia o crime. Há uma inversão de valores, que provoca indignação até mesmo naqueles que possuem uma capacidade comprometida de se indignar.

Essa matéria, sob o título “A Casa Caiu”, diz:

O Ministério Público quebra sigilo da Bancoop e descobre que dirigentes da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo lesaram milhares de associados, para montar um esquema de desvio de dinheiro que abasteceu a campanha de Lula em 2002 e encheu os bolsos de dirigentes do PT. Eles sacaram ao menos 31 milhões de reais na boca do caixa.

Repeti de propósito, porque é preciso repetir para registrar.

Eu, desde já, vou pedir ao Presidente Paulo Paim que autorize a publicação, nos *Anais* da Casa, das duas matérias: a da revista *IstoÉ*, “O Relatório Final do Mensalão”; e a da revista *Veja*, “Caiu a Casa do Tesoureiro do PT”.

Os historiadores, certamente, não ignorarão os registros necessários para que esses fatos lamentáveis da história contemporânea do Brasil não sejam esquecidos.

Vou retratar alguns dos pontos que foram levantados pelo Ministério Público de São Paulo. Primeiro, é preciso dizer que, desde 2005, há denúncias em relação a essas irregularidades. Aqui, no Congresso Nacional, quantas vezes eu próprio vim a esta tribuna para denunciar as irregularidades dessa cooperativa dos bancários em São Paulo! Requerimentos foram apresentados, pedidos de informação. Em CPIs no Congresso Nacional, inúmeras vezes fizemos referência a esse esquema dessa cooperativa de bancários em São Paulo. E o Ministério Público, depois de três anos de investigação, traz à tona os fatos que comprovam ser esse mais um dos grandes escândalos de corrupção do Brasil.

Vamos ver esse roteiro da corrupção:

A Bancoop recebia as notas frias das empreiteiras e pagava os seus serviços fictícios com cheques nominais às empresas ou a seus diretores.

Diretores das empreiteiras descontavam os cheques da Bancoop na boca do caixa e repassavam os valores em dinheiro ao técnico em edificações Hélio Malheiro.

Hélio Malheiro depositava o dinheiro em uma agência de um grande banco. Luiz Malheiro, presidente da Bancoop de 1996 a 2004, mandava sacar.

Luiz Malheiro entregava o dinheiro ao sindicalista João Vaccari Neto, atual tesoureiro do PT. Na ocasião, Vaccari era diretor da Bancoop e presidente do Sindicato dos Bancários. As entregas, semanais, foram feitas de 2003 a 2004.

Em 2004, com Lula eleito, Luiz Malheiro procurou o então ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, fundador da Bancoop e a quem ele chamava de “chefe”, para dizer que a cooperativa precisava de recursos financeiros.

Em novembro de 2004, Luiz Malheiro morreu em um acidente de carro com dois outros dirigentes da Bancoop. João Vaccari Neto assumiu, então, a presidência da Bancoop.

Em dezembro de 2004, a Bancoop, por meio da corretora Planner, captou 26 milhões de reais de fundos de pensão de estatais controlados pelo PT e mais 10,9 milhões de outros fundos de estatais.

Entre 2003 e 2008, a Bancoop emitiu pelo menos 18 milhões de reais em cheques para ela mesma de forma que seus portadores pudessem fazer retiradas em espécie sem deixar vestígios. O destino desse dinheiro permanece um mistério.

Essa é uma estratégia adotada pelos corruptos para o desvio de recursos.

Em outro item, a reportagem mostra o seguinte:

A movimentação bancária da cooperativa mostrou que, só entre 2005 e 2006, ela repassou mais de 1,5 milhão de reais à empresa Caso Sistemas de Segurança, de Freud Godoy, ex-segurança das campanhas do presidente Lula e um dos “aloprados” envolvidos no escândalo da compra do falso dossiê contra tucanos, na campanha de 2006.

Entre 2003 e 2005, a cooperativa repassou pelo menos 10 milhões de reais à Germany, empreiteira de propriedade de quatro de seus dirigentes. Um valor ainda não calculado foi enviado a outras empresas de diretores da Bancoop, incluindo a Mizu, supostamente de fachada.

Nesse período, a Bancoop já apresentava um déficit de 135 milhões de reais e tinha cerca de 2000 associados que, tendo pago o valor integral do apartamento, não haviam recebido o imóvel e ainda estavam sendo pressionados a aumentar sua participação nos pagamentos.

Há muitas perguntas no ar. A revista diz, aqui: “uma pergunta que continua no ar”. São muitas as perguntas que continuam no ar, mas a pergunta que eu creio ser essencial é a seguinte: quem é que vai ressarcir, às famílias lesadas nesse assalto, os recursos que empregaram na esperança de adquirir o seu próprio lar?

Essas pessoas, assalariadas, pobres, foram assaltadas, tiveram os seus sonhos transformados em pesadelo. Quais as providências que adotará agora a autoridade responsável para ressarcir-las?

Vou fazer apenas a leitura de um dos casos, o de Oscar Costa, que tem agora 52 anos e é um bancário aposentado:

Aos 43 anos, decidi dar um grande passo: comprar o meu primeiro imóvel. Usei os 20.000 reais que havia juntado e entrei no financiamento de um apartamento de 60.000 reais. As prestações eram metade do meu salário. Um dia, recebi uma cobrança extra de 1.800 reais. Seria a primeira de muitas. Tive de tirar um empréstimo bancário. Em dois anos estava endividado, mas havia quitado meu imóvel. Sentia-me orgulhoso – jamais atrasei uma parcela. Mas em 2005, enquanto esperava o sorteio das chaves, soube que a Bancoop não estava honrando seus compromissos

com muitos cooperados. Eu era um deles. Meu imóvel nunca saiu do chão. No início, briguei, participei de protestos vestido de palhaço. Há dois anos, recebi o diagnóstico de câncer de pulmão, o que me deixou sem forças para lutar. Perdi as esperanças.”

Oscar Costa, 52 anos, bancário aposentado.

É apenas um dos lesados; é apenas uma das histórias que poderiam ser contadas aqui, em capítulos.

Olhar de frente para a corrupção e calar-se diante dela é uma perversidade. Olhar de frente para a corrupção e tornar-se conivente é uma crueldade. Aqueles que pagam impostos, muitas vezes sem poder pagar, trabalham duro, economizam com sacrifício, podem ser assaltados dessa forma por aqueles que se encontram no núcleo central do poder no País? Não foram assaltados por marginais de rua, Senador Adelmir. Não. Foram assaltados pelos colarinhos brancos da República. Os seus recursos foram desviados para uma campanha política que elegeu um Presidente da República que surfou nas ondas das esperanças populares para rasgar todas as bandeiras que empalmou, mas especialmente jogar no lixo da história a bandeira da ética.

Não há como não cobrar providências; não há como não valorizar o trabalho do Ministério Público; não há como não destacar a importância de promotores que se expõem para cumprir o seu dever com ousadia e competência; não há como não aplaudi-los. Não há como não rechaçar aqueles que fecham os olhos para essa realidade e acusam as revistas, como se fossem elas as responsáveis pelo escândalo, como se estivessem elas falsificando versões para contaminar a realidade.

Não, Sr. Presidente. As revistas apresentam o retrato dos fatos. Fatos que foram descritos, nesse caso, depois de três anos de investigação. As 69 mil páginas do inquérito que está no Supremo Tribunal Federal, que é o relatório do mensalão, são textos que retratam o que se investigou.

É hora de o Brasil acordar. Eu não tenho dúvida alguma: fosse esse um governo perfeito, sem erros, sem equívocos administrativos, produtor do maior crescimento econômico da história do País – se isso fosse real –, mas fosse um governo corrupto, eu o condenaria da mesma forma. Porque quem assalta os cofres públicos, quem desvia recursos do orçamento familiar, como nesse caso da cooperativa dos bancários de São Paulo, não merece exercer qualquer função pública no País.

Eu imagino que ainda há esperanças de que essa anestesia que foi aplicada na sociedade brasileira possa estar com o seu tempo se esgotando para que desse sono

acorde o povo brasileiro e desperte para a realidade. O que estão plantando para o futuro do Brasil não é aquilo que os nossos filhos merecem; não estão ensinando o exercício da cidadania plena; estão, ao contrário, usurpando direitos, subtraindo as esperanças e os sonhos de uma vida digna que todos merecem viver neste País.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Adelmir Santana, com muito prazer.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a é testemunha da crise que se passa aqui no Distrito Federal envolvendo o poder local. Cabe a todos nós – e tenho me pautado nesta direção –, independentemente das raízes partidárias e das relações pessoais, lutar para que esse tipo de envolvimento seja apurado profundamente; e temos, naturalmente, que buscar penalizar os responsáveis. No caso de Brasília, como se tratava de um governador anteriormente filiado ao Partido Democratas, foi colocada uma pecha de Mensalão do Democratas, e isso nos incomoda a todos. Eu, por exemplo, sou democrata e tenho sido veemente na minha posição na busca de que têm de ser investigados e têm de ser penalizados aqueles que forem culpados. Não aceito essa pecha que tem sido colocada em cima de uma agremiação partidária. Esse Governo mesmo, local, tinha uma plêiade de partidos que o apoiavam, que formavam a sua base de sustentação política. Falo isso para dizer que, quando se trata dos outros – mensalão do DEM, mensalão do Democratas –, muitos vieram a esta tribuna e foram fortes nessas acusações. Acho que a linha de procedimento nossa, de oposição, tem que ser esta mesmo: buscar sempre a investigação quando acusações forem feitas. Mas seria necessário que houvesse uma certa uniformidade de procedimento, inclusive parlamentar, para que os assuntos fossem colocados com essa clarividência, como V. Ex^a faz nesta tarde. Mas, quando atinge os outros ou a nós, muitas vezes o posicionamento é um pouco diferente: “Não, isso é culpa da imprensa”, “é notícia requentada”, ou coisa que o valha. E, sem nenhuma explicação, isso vai sendo postergado. Esse é um assunto que vem de longe. Vem de longe esse inquérito do mensalão, esse inquérito dos alopados, enfim, como bem destaca aqui o nosso companheiro Mão Santa, e, na verdade, não tem merecido a mesma veemência que merecem outros quando se trata de partidos opositores. Então, estou na linha de que, independentemente de quem seja, de que partido seja, de que área seja, de ente federativo que seja, todo e qualquer caso que envolva dinheiro público, enfim, que envolva a questão de honestidade dos dirigentes, tem que ser apurado e tem que ser penalizado. E o papel que exerce o Ministério Público, os fiscais da cidadania brasileira, merece o nosso aplauso. Quero me congratular com V. Ex^a no pronunciamento desta tarde. É nessa direção que eu tenho me pautado aqui também.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana. Tenho acompanhado a sua atuação nesse episódio de Brasília e quero cumprimentá-lo, bem como a todos os dirigentes do Democratas, que, ao contrário do que faz o Presidente da República e o seu partido, não passaram as mãos na cabeça dos desonestos, cortaram na própria carne – e é dolorido –, mas adotaram as providências para realizar a limpeza partidária. Todas as medidas necessárias, que correspondem às expectativas das pessoas de bem do País, foram adotadas em respeito à população de Brasília.

Isso não ocorreu em 2005, com o mensalão; isso não ocorreu em nenhum momento. O Governo, o Presidente da República e o seu partido, ao contrário, protegem os desonestos, os recuperam, os reabilitam, os premiam, os promovem e oferecem um péssimo exemplo, que é o estímulo à impunidade, que alavanca a corrupção, transformando o Brasil em um verdadeiro paraíso para os desonestos.

A impunidade é a festa dos desonestos. Não há como reduzir os níveis de corrupção no Brasil mantendo-se esse modelo adotado pelo Governo Lula, que é o modelo da impunidade.

A Transparência Internacional, que tem sede na Alemanha, destaca que “o Brasil é um dos países mais corruptos do mundo”. Se nós tivéssemos aqui os mesmos índices de corrupção da Dinamarca, o nosso povo teria uma renda per capita 70% maior do que a que tem hoje.

Vemos um governo leniente, complacente, cúmplice da corrupção. Esse é um exemplo que prospera. Está certo o Senador Adelmir Santa: a corrupção tem que ser combatida esteja ela onde estiver. Não importa se abrigada nesta ou naquela sigla partidária; não importa se aqui em Brasília ou em qualquer Município do País. Combater a corrupção passa a ser prioridade indiscutível para os brasileiros.

Eu sei que é difícil que acreditem que há político disposto a combater com sinceridade a corrupção, porque muitos imaginam que todos nós nos beneficiamos dela. Mas essa é uma generalização pecaminosa, que não contribui para mudar e para limpar. É uma generalização que não é inteligente e que proporciona terrível injustiça. É preciso que saibamos distinguir uns dos outros para preservarmos as instituições públicas, porque elas são essenciais no regime democrático.

O que fazer agora? Há perguntas. Não é uma matéria eleitoral? Não, não é eleitoral. Houve falsificação da realidade? Não, não houve falsificação da realidade. Mistificação das informações? Não. Existem provas? Sim, existem provas. O Ministério Público cuidou de buscá-las, quebrou o sigilo bancário, mostrou o roteiro dos desvios do dinheiro, informou quais foram

os instrumentos utilizados e aponta já alguns dos responsáveis pelas falcatruas.

Portanto, não há como ignorar. O fato é real. A corrupção existe. Esse escândalo não é obra de *marketing*. As providências são necessárias em nome da dignidade nacional, providências para a responsabilização civil e criminal dos envolvidos e providências para a proteção dos lesados e para o seu ressarcimento, a fim de que exatamente os mais humildes não sejam os pagadores pela irresponsabilidade daqueles que sujam as suas mãos no lamaçal da corrupção deste País.

Sr. Presidente, imagino que o Congresso Nacional não pode se ausentar nesta hora. Desejo que sobretudo o meu partido e o DEM, os partidos de oposição no Senado Federal, possam discutir as providências que nos cabem diante desses fatos. Eu sei que o que poderíamos fazer fizemos, investigando através das CPIs. Esses fatos vieram à luz exatamente nesse trabalho de investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito, que não podem ser desvalorizadas como têm sido, porque prestam, sim, importante serviço à transparência e à moralização da atividade pública no Brasil.

Nesses últimos meses, o Governo Lula aprendeu a dominar as CPIs, amordaçando-as para impedir a investigação e a revelação das irregularidades e das ilicitudes praticadas, prestando um desserviço ao País. Mas esse Governo acaba, e esperamos que, ao final desse Governo, seja possível reabilitar esse instituto essencial que é o da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Há aqueles que dizem: “As CPIs não funcionam, as CPIs nada revelam, há incompetência daqueles que integram as CPIs”. Não é verdade! As CPIs revelam como revelaram o mensalão e mesmo esse escândalo agora noticiado pela revista *Veja*. Esses escândalos passaram pelas CPIs. E o principal papel, a principal missão da Comissão Parlamentar de Inquérito é colocar o mal à luz, para que ele possa ser investigado pela autoridade judiciária, denunciado, combatido e se possível condenado. E esse papel algumas CPIs realizaram. É preciso reconhecer que em outras não foi possível, porque o Governo adquiriu tal *know-how*, tal experiência em matéria de “tratoramento” da minoria, de subtração dos seus direitos e amordaçamento da sua voz, que infelizmente algumas CPIs realmente não produziram o que poderiam produzir.

A CPI da Petrobras, por exemplo, não concluiu, a oposição dela se retirou exatamente para não compactuar com a farsa. Mas a oposição encaminhou ao Ministério Público 18 representações. Nunca vi, em toda a minha trajetória política, uma seleção de irregularidades, de ilegalidades e de falcatruas como tive a oportunidade de observar em relação à atual gestão da Petrobras: 18 representações da maior seriedade enca-

minhadas ao Ministério Público. O derrame de recursos e publicidade exatamente para impedir a veiculação dos fatos se constituiu, também, em algo inusitado na história do Brasil. O que se armou de estratégia para impedir a investigação foi também algo inédito.

Portanto, Sr. Presidente, ao concluir este pronunciamento, peço, mais uma vez, que se registre nos Anais da Casa cópia da reportagem da revista *IstoÉ* e da revista *Veja*. Aplaudimos o Ministério Público de São Paulo pelas investigações realizadas nesses últimos três anos e desejamos que as providências judiciais cabíveis sejam adotadas imediatamente, e com eficiência.

O que nós não podemos, Senador Adelmir, é adotar procedimentos de lentidão que não possibilitem à população conhecer os fatos antes do julgamento das urnas. Sempre assistimos a esta ocorrência: há políticos denunciados, os processos tramitam com lentidão pelos tribunais, disputam eleições e são vitoriosos, e, depois da posse, a cobrança para que o Poder Legislativo os julgue e casse os seus mandatos. E sempre a justificativa: fatos anteriores ao mandato não devem ser julgados no Parlamento. Portanto, há que se adotar um rito sumário para o julgamento de políticos acusados, de políticos denunciados, a fim de que primeiro busquem a sua absolvição para depois buscarem os votos.

Nós temos que defender o projeto chamado Ficha Limpa, que torna inelegíveis políticos condenados em primeira instância. Mas, ao mesmo tempo, temos que adotar essa prática. A agilização dos procedimentos para o julgamento em tempo seria defender que, em relação a políticos denunciados, se fure a fila para o julgamento. E não seria um benefício, mas seria justo, para que a população, ao votar, tenha a possibilidade de saber que está votando em alguém que não corre o risco de ser condenado amanhã, e isso significaria o desperdício do voto.

Sr. Presidente, concluo, mais uma vez enfatizando a necessidade de que providências sejam adotadas. Vai se acostumando o povo brasileiro a ver denúncias, as manchetes estampando escândalos, e depois tudo cai no esquecimento, porque, no Brasil, o escândalo de hoje faz com que se esqueça do escândalo de ontem e espera o escândalo de amanhã para ser esquecido.

E isso é lamentável, porque esse é o desenho de uma realidade. Porque transformaram o País no paraíso da corrupção.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESPECTACULO ANOS... LUIZ GOMES... Serra e carteleira, Dilma e uma simples...
de Chico Xavier... serente e Lula está rodeado de puxa-sacos

SENADOR ALUIZIO DIAS

ISTO É

EXCLUSIVO

PROCESSO DO STF

O RELATÓRIO FINAL DO **MENSALÃO**

Como o coordenador da campanha de Dilma,
o ex-prefeito mineiro Fernando Pimentel,
operou o caixa 2 para pagamentos no Exterior

O uso de uma mala com R\$ 1 milhão dada
pelo PT para pagar o Fórum Social Mundial

A Receita Federal comprova
o uso de notas falsas pelo PTB

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

R\$ 8,90
3 MAR/2010
M034
Nº 2768

Brasil

O ROTEIRO FINAL DO MENSALÃO

EXCLUSIVO

ISTOÉ TEVE ACESSO ÀS 69 MIL PÁGINAS DO PROCESSO DO STF QUE TRAZEM À TONA NOVAS HISTÓRIAS SOBRE O MAIOR ESQUEMA DE CORRUPÇÃO DO PAÍS. EM UMA DELAS APARECE O COORDENADOR DE CAMPANHA DE DILMA, O EX-PREFEITO FERNANDO PIMENTEL, COMO OPERADOR DE REMESSAS ILEGAIS

Por Hugo Marques

O processo que investiga o Mensalão do PT no Supremo Tribunal Federal (STF) tem 69 mil páginas. São 147 volumes e 173 apensos. Entre os documentos, há 50 depoimentos inéditos colhidos pela Justiça Federal em todo o País ao longo de 2008 e 2009, laudos sigilosos da Polícia Federal, relatórios reservados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), pareceres da Receita Federal e outras representações criminais que tramitam sob sigredo de Justiça em vários Estados. O calhamaço faz a mais ampla e fiel radiografia do maior esquema de corrupção do País. Tudo isso, até hoje, estava sob sigilo de Justiça. Agora não mais. ISTOÉ teve acesso a todos esses documentos. O conteúdo empresta ainda mais gravidade ao escândalo. Além de lançar luz sobre novos personagens – até aqui eram 40 réus –, a investigação derruba a versão de que o dinheiro público estava ileso do esquema de caixa 2 do PT. Chegou-se a levantar essa

hipótese durante a CPI, mas não havia provas. Agora, os novos documentos e testemunhas asseguram a origem estatal dos recursos. Essas novas provas também jogam por terra a desculpa petista de que tudo foi feito para pagar despesas de campanha. Não. Diante de juízes e procuradores, testemunhas contaram em detalhes como atividades privadas de interesse partidário foram custeadas com as mesmas notas de dólares, euros e reais que circularam em cuecas e malas e ainda compravam apoios no Congresso.



Ministério Público Federal
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

1998

SIGILOSOS



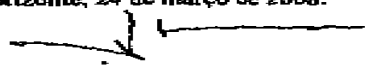
EXMO. SR. JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS.

Afirme-se, por derradeiro, que o denunciado Glaucio Diniz era, à época dos fatos, o diretor financeiro da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH) por ocasião da celebração de contrato administrativo para implantação do "Projeto Olho Vivo" com o Município de Belo Horizonte, tendo assinado, juntamente com o ainda prefeito Fernando Pimentel, a avença atinente à contratação direta, da qual emergiram irregularidades diversas, em apuração no âmbito do Inquérito Civil Público nº 198/04, conduzido pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, acentuando destaque as seguintes: superfaturamento das aquisições; existência de vultosa dívida fiscal da CDL/BH para com aquele ente, o que impediria a contratação; dispensa ilegítima de licitação na escolha dos fornecedores pela CDL/BH, embora os recursos utilizados viessem do erário municipal; alienação das câmaras por "empresa de fachada", mediante emissão de nota fiscal inidônea, entre outras.

Tal fato presta-se, portanto, a demonstrar a ligação do denunciado Glaucio Diniz com o Prefeito de Belo Horizonte, filiado ao Partido dos Trabalhadores, cuja campanha política foi produzida pelo publicitário "Duda Mendonça", havendo fundada suspeita de que o aludido "convênio" tenha sido ardiloso estratagemas para desvio de dinheiro público com a finalidade de saldar as dívidas de campanha do partido, em território alheio.

O conjunto de elementos apontados, portanto, revela que os denunciados, a par de terem mantido depósitos de quantias diversas, próprias e de terceiros, em território norte-americano, sem que os tenham declarado à repartição federal competente no Brasil, essa peça-chave no estágio de ocultação, acomodação ou estratificação de valores (*layering*), revelando suas conexões que eles intermediavam operações diversas com o objetivo de dissimular a natureza, origem, localização, movimentação e propriedade das quantias transacionadas, de sabida origem ilícita, havendo contra o acusado Glaucio Diniz, ainda, a suspeita de ter participado de elaborado esquema de desvio de dinheiro público com a finalidade de saldar dívidas de campanha do PT.

Belo Horizonte, 24 de março de 2008.


PATRICK SALGADO MARTINS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

A CONEXÃO DE BH

Documento sigiloso da Procuradoria da República de Minas Gerais acusa Fernando Pimentel (à esq.) de superfaturar contratos da Prefeitura de Belo Horizonte para pagar dívidas do PT com o publicitário Duda Mendonça em contas nos EUA

Brasil **EXCLUSIVO**

São esses documentos que o ministro Joaquim Barbosa, relator do processo do Mensalão, usará para emitir seu julgamento. A leitura do processo que corre no STF evidencia que o Mensalão do PT é um cadáver ainda insepulto, capaz de provocar intempéries na corrida eleitoral.

A conexão Belo Horizonte

Parte da nova documentação analisada pelo Supremo atinge diretamente um importante dirigente petista que havia permanecido incólume durante todo o escândalo do Mensalão e que só agora tem seu nome envolvido na rede de corrupção. Trata-se do atual coordenador da campanha presidencial da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e ex-prefeito de Belo Horizonte (2005-2008), Fernando Pimentel. No processo 2008.38.00.012837-8, que investiga os crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas e tramita sob sigilo na 4ª Vara da Justiça Federal em Minas Gerais e agora foi anexado ao caso do STF, ele é apontado como um dos operadores da remessa ilegal de recursos para o Exterior, depois usados para pagamentos de dívidas do PT com o publicitário Duda Mendonça. Nesse processo, o procurador da República Patrick Salgado

PREFEITURA DE BH Um dos QGs do esquema

Martins mostra as relações de Pimentel com o empresário Glauco Diniz Duarte e com o contador Alexandre Vianna de Aguiar. Ambos, segundo o Ministério Público Federal, enviaram ilegalmente para os Estados Unidos cerca de US\$ 80 milhões. Parte desse dinheiro, como afirma o procurador, teria sido destinada às

contas de Duda Mendonça, um dos personagens centrais do escândalo do Mensalão. Em 2005, depois que o caso se tornou público, o publicitário admitiu que mantinha uma conta com R\$ 10 milhões não declarados nos EUA, em nome da Dusseldorf Company. Foi dinheiro que o publicitário reconheceu ter recebido como pagamento de campanhas feitas para o PT.

A origem desses recursos, de acordo com a denúncia do Ministério Público mineiro, está em um contrato superfaturado da Prefeitura de Belo Horizonte, feito durante a gestão de Pimentel, com a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) para a implantação do Projeto Olho Vivo – ins-

talação de câmaras nas ruas da capital mineira. Diniz era diretor da CDL e teria abastecido as contas de Duda. "O contrato do qual surgiram irregularidades diversas como superfaturamento e alienação de câmaras por empresa de fachada presta-se a demonstrar a ligação de Glauco Diniz com o prefeito

MENSALÃO NO FÓRUM SOCIAL

David Stival, da Comissão Executiva do PT gaúcho, diz que recebeu do caixa 2 R\$ 1 milhão em dinheiro vivo e pagou "dívidas históricas" do Fórum Social Mundial, evento no qual Lula sempre foi a estrela mais brilhante



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
1ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre

Depoente: David Stival

TESTEMUNHA: Não. Aí tem um detalhe... porque quando ele pediu para a gente ir buscar o dinheiro, ele não nos disse que esse dinheiro viria em cash e a gente foi lá, ficou preocupado, queria saber porque, e ele nos disse que teria que ser assim, porque se tratava de um empréstimo da direção nacional, e que, portanto, não poderia ser contabilizado. Um empréstimo que a direção nacional tinha feito junto a um banco de Minas Gerais, o Banco Rural ou BMG, um dos dois, e que não era para nós contabilizar. Inclusive, isso nos criou uma dificuldade, porque não podíamos pagar as dívidas da campanha, porque as dívidas da campanha estavam todas em notas a pagar, estavam dentro da contabilidade oficial, e nós acabamos pagando fornecedores de outras dívidas históricas que nós tínhamos aí, do Fórum Social Mundial, contribuição que a gente dava para as coordenadorias regionais, enfim, fornecedores que tinham, que ainda não estavam na contabilidade oficial, acabamos repassando direto. Inclusive, o dinheiro nem entrou na sede do partido.*

O TESTEMUNHO DOS EX-MINISTROS

“Em uma reunião, foi levantado por Jefferson o tema do repasse de recursos a parlamentares, mas desta vez diretamente ao presidente da República; Lula ouviu, mas nada falou”

Trecho do depoimento do ex-ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia

“Encerrada a reunião, quando todos estavam de pé, já haviam se despedido, o Jefferson revelou ao presidente Lula que haveria algo parecido com o que ele depois nominou de Mensalão”

Aldo Rebelo, deputado federal (PCdoB-SP) e ex-ministro da Articulação Política

“Soube que Jefferson revelara a existência do Mensalão a Lula e o presidente mandou o seu ministro da Articulação Política e seu líder no Congresso investigarem e eles não encontraram nada”

Márcio Thomaz Bastos, ex-ministro da Justiça

de Belo Horizonte, cuja campanha foi produzida pelo publicitário Duda Mendonça, havendo fundada suspeita de que o aludido convênio tenha sido ardiloso estratagema para desvio de dinheiro público com a finalidade de saldar as dívidas de campanha do partido em território alienígena”, escreveu

o procurador Martins em sua denúncia. O procurador rastreou a rota do dinheiro dos contratos e descobriu que os recursos saíam do Brasil para os EUA, onde eram depositados nas contas da empresa Gedex International, pertencente a Diniz. Em seguida, eram repassados para a conta Dusseldorf, de

Duda Mendonça. A Gedex recebeu no Exterior mais de US\$ 30 milhões. Quanto desse total chegou à conta de Duda é uma pergunta ainda sem resposta na investigação. “As conexões mostram que eles intermediavam operações diversas com o objetivo de dissimular a natureza, origem, localização, movimentação e

Brasil EXCLUSIVO

PUBLICIDADE
ENGANOSA

Testemunha confirma que o ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato (à dir.) pagou R\$ 60 milhões a Valério (acima) por campanha fictícia

encontrava LUIS FLÁVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA, Delegado de Polícia Federal, matrícula 8220, comigo Escrivã de Polícia Federal, ao final declarada e assinada, aí compareceu a DEPOENTE: **DANEVITA FERREIRA DE MAGALHÃES**, brasileira, solteira, natural de São Paulo/SP, nascida no dia 27/05/1956, filha de José Newton de Magalhães e Edite Moura de Magalhães,

matrícula nº 11.729.445-7, CPF nº 011.418-00.

seguiu, foi advertido das penas cominadas ao falso testemunho e passou a ser inquirido pela autoridade sobre os fatos em apuração, tendo RESPONDIDO: **QUE** começou a trabalhar no Núcleo de Mídia do Banco do Brasil (NMBB) em maio de 1997, tendo sido contratada pela agência de publicidade Denilson Propaganda LTDA; **QUE** é formada em jornalismo, mas sempre atuou no ramo de publicidade e propaganda; **QUE** o Núcleo de Mídia do Banco do Brasil é formado por profissionais contratados pelas agências licitadas para administrar todo o processo publicitário e

propriedade das quantias transacionadas, havendo ainda contra o acusado Glauco Diniz a suspeita de ter elaborado esquema de desvio de dinheiro público com a finalidade de saldar dívidas de campanha do PT", conclui o procurador. Com essa nova documentação, Barbosa, segundo um ministro do STF ouvido por ISTOÉ, poderá ampliar o número de réus no processo, inclusive arrolando Pimentel entre eles.

Uma mala com R\$ 1 milhão

Os novos documentos do processo no STF mostram que o caixa 2 do PT

não foi usado apenas para o pagamento de dívidas de campanha, como sempre sustentaram o ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares, e toda a cúpula petista na tentativa de qualificar o caso como crime eleitoral, o que possibilitaria a aplicação de penas mais brandas contra eles. Em 9 de julho do ano passado, às 14 horas, em depoimento prestado na 1ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre, o contador David Stival, membro da Executiva Regional do PT no Rio Grande do Sul, contou, que pelo menos uma boa quantia dos "recursos não contabilizados pelo partido" viajava livremente pelo País até chegar a destinos improváveis. Eles irrigaram, por exemplo, as contas bancárias de fornecedores do Fórum Social Mundial, criado por movimentos de esquerda para fazer frente ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. No depoimento, Stival afirmou – numa posição

inédita entre os dirigentes do partido – ter usado esse dinheiro suspeito para pagar "dívidas históricas" do Fórum, organizado pelo PT de Porto Alegre, que costuma ter o presidente Luiz Inácio Lula da Silva como a estrela maior. O depoimento de Stival é bastante detalhista. Ele diz que, terminada a eleição de 2002, o PT gaúcho estava com uma série de dívidas e que precisou recorrer à direção nacional do partido em busca de recursos. afirmou que procurou o deputado José Genoino (SP), então presidente do PT, e que foi apresentado ao secretário nacional de Finanças, Delúbio Soares. Uma surpresa esperava Stival no encontro com Delúbio, que prometera lhe repassar R\$ 1 milhão.

"Ele (Delúbio) pediu para buscarmos o dinheiro, mas não nos disse que o dinheiro seria em cash e a gente ficamos (sic) preocupados com isso", relatou Stival. "Ele disse que teria que

O escândalo nasceu em 2005, a partir de uma gravação em que o ex-chefe do Departamento de Compras dos Correios, Maurício Marinho, foi flagrado recebendo R\$ 3 mil de propina

O ex-deputado Roberto Jefferson revelou detalhes do esquema, pelo qual os parlamentares da base do governo Lula recebiam recursos do PT. Ele deu nomes de deputados e revelou que o PTB recebeu R\$ 4 milhões

A CPI dos Correios, MPF e a PF identificaram três núcleos. O núcleo político tinha gente de nove partidos, entre eles o ex-ministro José Dirceu e Delúbio Soares. Dirceu foi trocado pela ministra Dilma Rousseff

CINCO ANOS DE
INVESTIGAÇÃO

o plano de mídia da campanha do Banco do Brasil para ser verificado e analisado para posterior pagamento; **QUE** cabia à declarante atestar que a campanha havia sido realmente veiculada para poder autorizar o pagamento aos veículos; **QUE** entretanto o dinheiro já havia sido transferido para a DNA Propaganda, sendo que o plano de mídia Banco do Brasil/Visa Electron apresentado iria apenas regularizar e simular a prestação do serviço de publicidade; **QUE** entretanto esta campanha, no valor aproximado de R\$ 60 milhões, de fato nunca havia sido veiculada; **QUE** o próprio diretor de mídia da agência DNA Propaganda, FERNANDO BRAGA, afirmou para a declarante que esta campanha do Banco do Brasil/Visa Electron não tinha e nem iria ser veiculada; **QUE** cabia à agência DNA Propaganda apresentar as notas fiscais relativas aos gastos de veiculação da referida campanha; **QUE** acredita que as notas fiscais frias emitidas pela DNA

sendo destruídas da imagem

ser assim porque se tratava de um empréstimo feito pela Direção Nacional e que não poderia ser contabilizado. Disse que o empréstimo era do Banco Rural ou do BMG, mas que nós não poderíamos contabilizar aquele dinheiro." O que seria uma solução virou então uma fonte de problemas, segundo a versão do dirigente do PT gaúcho, depois que ele desembarcou em Porto Alegre carregando uma mala com R\$ 1 milhão. "Não podíamos pagar as dívidas de campanha com aquele dinheiro. As dívidas estavam todas com notas a pagar, registradas na contabilidade oficial do partido", afirmou. Ainda diante do juiz, o dirigente regional do PT narrou o que foi feito do dinheiro. "Acabamos pagando fornecedores de outras dívidas históricas do Fórum Social Mundial, dívidas que não estavam na contabilidade oficial. O dinheiro nem entrou na sede do partido."

Um dos principais desafios do ministro Joaquim Barbosa em relação ao Mensalão do PT é a identificação da origem dos recursos movimentados irregularmente. Até agora, os principais envolvidos no escândalo diziam que o caixa 2 petista não usava dinheiro público. Os novos depoimentos prestados à Justiça mostram que o Ministério Público e a Polícia Federal podem ter razão quando afirmam que o "núcleo empresarial do Mensalão, comandado pelo publicitário Marcos Valério, retirou dinheiro de órgãos administrados pelo PT."

A falsa campanha publicitária

Desde o início das investigações, as suspeitas mais fortes nesse sentido levavam à sede do Banco do Brasil, que tinha entre as agências que cuidavam de sua conta publicitária a DNA, de

Valério. A CPI dos Correios, que investigou também o Mensalão, chegou a estabelecer um elo entre o BB e o caixa 2 petista, alegando que o banco pagara por campanhas publicitárias não realizadas para a Visanet, empresa do qual o banco é sócio. Por falta de provas, essa tese acabou não prosperando. Agora, uma testemunha que acompanhou de perto o destino dado na época às verbas publicitárias do BB revela detalhes de como esse esquema de fato funcionou, mas através de outra empresa. Funcionária do Núcleo de Mídia do BB na época do escândalo, a jornalista Danevita Ferreira de Magalhães prestou depoimento à Polícia Federal em 1º de abril de 2008. Nele, descreve um desvio de R\$ 60 milhões dessas verbas. Segundo ela, a agência DNA, de Valério, recebeu o dinheiro do Banco do Brasil para a elaboração e veiculação de uma campanha publicitária BB/Visa Elec-

O núcleo empresarial era comandado pelo publicitário Marcos Valério, que usou suas empresas para distribuir o dinheiro do Mensalão. O núcleo financeiro envolvia os bancos Rural, BMG e BB

As investigações comprovaram que a cúpula do PT direcionou licitações para empresas de Marcos Valério, com contratos que não eram cumpridos, para alimentar o Mensalão dos parlamentares

Em 2006, a Procuradoria-Geral da República apresentou denúncia contra 40 pessoas envolvidas com o esquema. O STF aceitou a denúncia e os acusados passaram a responder como réus

O relator do caso no STF, ministro Joaquim Barbosa, autorizou juizes federais a interrogar mais de 150 testemunhas nos Estados para dar celeridade à ação penal

Brasil **EXCLUSIVO**

tron. O problema, disse Danevita, é que a campanha jamais foi feita e tampouco veiculada. "Quando o escândalo explodiu, Marcos Valério mandou queimar as notas frias emitidas contra o Banco do Brasil", afirmou a jornalista.

No Núcleo de Mídia do Banco do Brasil, durante a gestão do ex-diretor de marketing Henrique Pizzofato, a função de Danevita era exatamente acompanhar a execução dos contratos de publicidade e encaminhar os pagamentos quando as campanhas fossem veiculadas. Ela explicou ao delegado Luís Flávio Zampronha que, no caso do contrato com a DNA, chegou a alertar sobre a não realização dos serviços e acabou sendo afastada de suas funções por causa disso. "A campanha, no valor aproximado de R\$ 60 milhões, de fato nunca foi veiculada", disse Danevita. "As notas frias foram feitas apenas para justificar os pagamentos." De acordo com Danevita, "o próprio diretor de mídia da agência DNA Propaganda, Fernando Braga, afirmou que esta campanha do Banco do Brasil/Visa Electron não tinha e nem iria ser veiculada." Também está entre os novos documentos no processo do STF um laudo do Instituto Nacional de Criminalística, da PF, de 2009, confirmando que houve outros desvios de dinheiro público nos contratos da DNA com o BB. "A empresa DNA não repassou aos cofres públicos do BB as bonificações denominadas 'bônus de volume' que recebeu", diz o

laudo. A DNA de Valério recebeu R\$ 37,6 milhões a título de bonificações só em contratos com o BB.

As notas frias do PTB

A grande força-tarefa de investigação montada em todo o Brasil pelo STF envolveu órgãos de várias esferas, inclusive a Receita Federal. Uma das missões do Fisco foi tentar comprovar a suspeita de que vários partidos políticos envolvidos no esquema fraudavam notas fiscais apresentadas à Justiça Eleitoral. As primeiras provas nesse sentido surgem entre as 69 mil laudas do processo do Mensalão. Em março de 2009, a Procuradoria-Geral da República enviou ao Supremo cópias de representações fiscais da Receita, entre elas uma de novembro de 2007. O documento mostra notas fiscais fraudadas pelo PTB, justamente o partido do ex-deputado Roberto Jefferson, o histriônico autor das primeiras denúncias da existência do Mensalão (*leia quadro na pág. 40*). Em seu relatório final, a Receita acrescenta a Jefferson, que foi cassado durante o escândalo do Mensalão, uma nova qualificação: a de responsável pela armação das notas falsas.

Os auditores fiscais comprovaram que o PTB apresentou notas frias para justificar a origem de pelo menos R\$ 858 mil. Uma das empresas citadas na representação fiscal é a VideoMaker Produções. José Antônio Sarmento,

sócio da empresa, confirmou em depoimento à Receita ter sido procurado pelo advogado do PTB, Itapuã Messias, que lhe apresentou um contrato de prestação de serviços. Mas a VideoMaker, segundo Sarmento, não fechou o negócio com o partido de Jefferson e "nunca prestou serviços para a referida agremiação política", diz ele. Notas fiscais da empresa, porém, constavam da prestação de contas do PTB. Outros documentos da Receita mostram que a estratégia das notas frias não é exclusividade do PTB. Várias empresas registradas na escrituração do PP, por exemplo, constam no cadastro da Receita como inativas, omissas ou inaptas. Não poderiam, portanto, ter prestado serviços e emitido documentos fiscais. Um dos responsáveis citados pela Receita é o deputado distrital Benedito Domingos (PP), também investigado por receber R\$ 6 milhões do esquema do Mensalão do DEM, no Distrito Federal. Nos novos documentos encaminhados ao ministro Joaquim Barbosa, a Procuradoria-Geral da República informa ao STF que há também notificações referentes ao PT, ao PMDB e ao extinto PL. Em todos os casos, os partidos foram pilhados usando notas frias em suas prestações de contas.

A versão dos ex-ministros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva alega com frequência que só sou-

PTB RECEBE COM NOTA FALSA

O deputado cassado Roberto Jefferson (PTB-RJ) que denunciou o mensalão...



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Coordenação-Geral de Fiscalização

autorização 1899/2001, datada de 24/08/2001, a empresa "Valéria do Rosário Dutra" - CNPJ 39.405.642/0001-06, empresa de ramo e titularidade distintas da prestadora em investigação.

Esse fato veio a confirmar a tese de que as notas fiscais, a seguir relacionadas - contabilizadas no Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, como emitidas, supostamente, pela VideoMaker Produções Ltda -, carregam os mesmos vícios da Nota Fiscal nº 875 e estão evadidas de falsidade material.

Data	Nota Fiscal - Série A Mod.6 - Especial nº	R\$
TOTAL		858.200,00

TESTEMUNHA DE DEFESA
ROSA ALICE VALENTE

Dr. Marcelo Leal:

A senhora sabe qual, qual foi a origem desse, desses recursos? Da onde vinha esse dinheiro?

Testemunha: Então, o deputado me disse que foi feito um acordo entre o PT e o PP e viria, que o Enivaldo Quadrado iria me ligar e daí iria passar na minha conta pra mim repassar.

Dr. Marcelo Leal: E o senhor Enivaldo Quadrado chegou a lhe telefonar dizendo que estava lhe enviando recursos?

Testemunha: Sim. Eu não conheço ele pessoalmente, mas por telefone eu falei várias vezes com ele.

Dr. Marcelo Leal: E ele ligava dizendo o quê?

Testemunha: Que estava mandando recursos do PT na minha conta, que tinha... era uns recursos que ele iria me repassar, meu contato com ele era esse

NA CONTA DE TERCEIROS

Além de lavar o dinheiro do Mensalão, o dono da corretora Bônus Banval, Enivaldo Quadrado (acima), usava a conta pessoal da coordenadora de campanha do PP no Paraná, Rosa Alice Valente, para esconder o dinheiro que era repassado para o partido aliado

be da existência do Mensalão depois que o escândalo se tornou público. O ex-deputado Roberto Jefferson sempre disse o contrário. Assegura que ele próprio informou o presidente sobre a distribuição de dinheiro que o PT vinha fazendo no Congresso. Nos novos depoimentos já em poder do relator Joaquim Barbosa, três ex-ministros de Lula confirmam a versão de Jefferson. Em 12 de março do ano passado, diante do juiz Alexandre Bulk Madrado Sampaio, da 4ª Vara Criminal da Justiça Federal em Minas Gerais, o ex-ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia afirmou que em março de 2005, em uma reunião

da qual participaram o então ministro Aldo Rebelo, da Coordenação Política, e o líder do PTB José Múcio Monteiro, Roberto Jefferson relatou ao presidente Lula que o PT estaria repassando recursos aos parlamentares em troca de apoio aos projetos do governo. "O presidente ouviu um breve relato feito por Roberto Jefferson, mas não disse nada a respeito", afirmou Mares Guia. Em seguida, o juiz perguntou se o ex-ministro poderia dizer exatamente o que ouviu naquela reunião e Mares Guia declarou: "O presidente perguntou a Jefferson como estava o PTB e o deputado respondeu: estou preocupado porque o PTB não

consegue os cargos pleiteados e já negociados e tem essa conversa que tem recursos sendo distribuídos a partidos no Congresso." Mares Guia deixou o governo em 2007, depois que ISTOÉ revelou seu envolvimento com o chamado Mensalão Tucano.

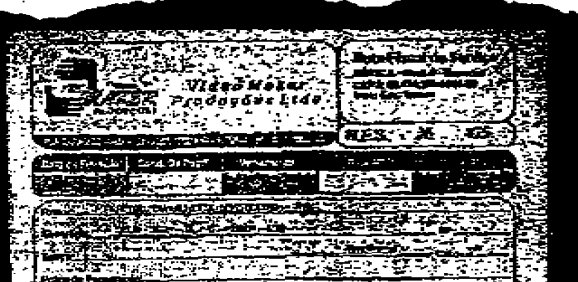
Versões semelhantes foram apresentadas em 27 de maio do ano passado, quando os ex-ministros Aldo Rebelo e Márcio Thomaz Bastos (Justiça) também depuseram como testemunhas na 2ª Vara Criminal Federal. "No final de uma audiência com a direção do PTB, quando todos já estavam em pé, o deputado Roberto Jefferson de alguma forma revelou ao presidente que haveria algo parecido com o que depois ele nominou de Mensalão", afirmou Rebelo à juíza Sílvia Maria Rocha. Ainda em seu depoimento, o ex-ministro disse que, terminada a reunião com o PTB, Lula lhe pediu para procurar mais informações sobre a denúncia feita por Jefferson. Thomaz Bastos afirmou que não esteve na reunião, mas soube mais tarde que o presidente havia pedido uma investigação sobre os fatos relatados por Jefferson. O pedido, segundo Bastos, não foi feito a ele, que comandava a Polícia Federal. O juiz pergunta ao ex-ministro se a investigação foi formal ou informal

IV - IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELOS PAGAMENTOS

Presidente: José Carlos Martínez (Falecido)

Presidente: Roberto Jefferson

... é apontado como o responsável pelo recebimento de dinheiro por meio de notas frias



Brasil EXCLUSIVO



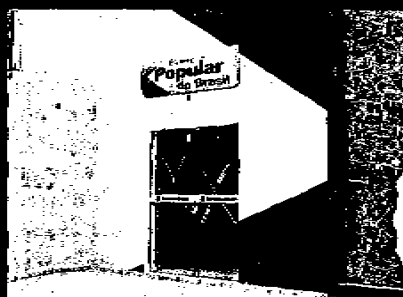
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Segunda Vara Criminal Federal

DEFENSOR: Quando voltou a ter contato com os assuntos internos do PT, tomou conhecimento dos empréstimos feitos junto ao BMG e ao Banco Rural?

TESTEMUNHA: Sim. Boa parte da crise era devido a esses empréstimos que não constaram da contabilidade, o caixa dois, aí eu percebi que aquelas dívidas que tinham ficado lá atrás tinham se transferido para empréstimos, e daí eu fui o primeiro

BANCO DO POVO

O ex-presidente do Banco Popular do Brasil, Ivan Guimarães, confirmou na Justiça que o PT usou dinheiro sujo e que tinha contato com Marcos Valério, que se apresentava como representante dos bancos BMG e Rural



e ele responde: "Acredito que tenha sido formal, porque foi objeto de resposta formal da Casa Civil."

É provável que os ex-ministros tenham que fazer novos depoimentos para esclarecer contradições com antigos colegas de governo. Na maioria dos documentos, até agora inédita, em poder do STF estão também os testemunhos da ministra Dilma Rousseff e do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. O ex-ministro nega que tenha feito qualquer investigação a pedido do presidente Lula e a atual ministra afirmou com todas as letras que na Casa Civil não existem registros sobre suposta investigação. Isso significa que diante

de uma denúncia tão grave o presidente pediu apenas uma investigação informal ou alguém está mentindo, Dilma, Dirceu ou Thomaz Bastos. Como todos, exceto Dirceu – que é o principal réu no processo do Mensalão –, prestaram depoimento como testemunhas, aquele que faltou com a verdade poderá ser processado pelo ministro Barbosa.

As testemunhas do caixa 2

A ação penal no STF traz depoimentos inéditos de testemunhas que comprovam definitivamente grandes movimentações de "dinheiro não contabilizado", expressão usada pelo

petista Delúbio Soares para justificar o Mensalão. Os testemunhos surpreendem, não apenas pelo seu valor jurídico, mas pela naturalidade com que os envolvidos tratam de uma questão criminal como se fosse algo rotineiro. Ex-presidente do Banco Popular do Brasil, Ivan Guimarães confirmou na Justiça Federal em São Paulo, no dia 27 de maio de 2009, que o PT movimentou dinheiro sujo. "Boa parte da crise era devido a esses empréstimos que não constaram da contabilidade, o caixa 2", disse Guimarães, dando detalhes dos empréstimos que o PT fez no Rural e no BMG. "Tomei conhecimento destes empréstimos. Eu não me lembro o valor total, mas era algo superior a 40 milhões (de reais)." Guimarães afirmou ter participado das reuniões que escolheram a agência de Marcos Valério para trabalhar nas campanhas do Banco do Brasil, mas responsabilizou o conselho diretor e o ex-diretor Henrique Pizzolato.

Pelos depoimentos, fica evidente que práticas ilegais eram cotidianas nos escritórios dos partidos políticos. Funcionários das legendas não se restringem ao se declarar abertamente como laranjas do esquema. Coordenadora da campanha do PP em 2004 no Paraná e secretária do ex-deputado José Janene (PP), Rosa Alice Valente confirmou à Justiça em 2009 que sua conta bancária foi utilizada pelo PP para receber dinheiro do PT nacional. O dinheiro chegava através da corretora Bônus Banval, que lavava o dinheiro do Mensalão. "O deputado me disse que foi feito um acordo entre o PT e o PP e que o Enivaldo Quadrado (então dono da Bônus Banval) iria me ligar e daí iria passar na minha conta pra mim (sic) repassar", disse Rosa. Entre casos já conhecidos e outros só agora descobertos, as confissões surgem de todo lado. Em Alagoas, o deputado Paulo Fernando dos Santos, o Paulão (PT), revelou na Justiça ter recebido R\$ 80 mil "não contabilizados" do PT. O dinheiro, segundo ele, era liberado por Delúbio Soares. Presidente do PT

no Tocantins na época das fraudes, Divino Nogueira revelou que recebeu dinheiro de caixa 2 do PT nacional, enviado por Delúbio. O ex-deputado baiano Eujácio Simões, que era do extinto PL, afirmou ter recebido R\$ 30 mil de caixa 2 do deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP), um dos principais protagonistas do esquema.

Em alguns relatos, os detalhes são tão ricos quanto as quantias movimentadas irregularmente pelos políticos. É o caso do testemunho do empresário José Carlos Batista, sócio da Garanhuns Empreendimentos, empresa que ficou conhecida na época do Mensalão como lavanderia do Mensalão. Réu no processo, Batista decidiu contar tudo o que sabe para ser beneficiado pelo instrumento da delação premiada. Foi ouvido na condição de informante. Pela primeira vez, disse que era dono da Garanhuns apenas no papel porque, na verdade, era "laranja" do verdadeiro dono da empresa, Lúcio Funaro, amigo de Costa Neto. Batista esmiúça como entregou pessoalmente, a pedido de Funaro, quase R\$ 3 milhões do esquema do PT para o deputado do PL bancar a campanha eleitoral de 2004. O dinheiro foi entregue na sede do PL em São Paulo. Eram recursos repassados a Funaro por Valério com base em um "contrato fictício" de compras de certificado de reflorestamento da Garanhuns para a SMP&B. Já se sabia que a Garanhuns fora usada por Valério para esquentar o dinheiro repassado do caixa 2 do PT para o PL. O publicitário sempre negou. Em seu depoimento, Batista não só se define como "laranja" como cria dificuldade para aqueles que querem contestar a sua versão do fato pela quantidade de informações que forneceu à Justiça. Ele cita modelos de veículos em que o dinheiro foi carregado em "caixas de papelão", horários de voos, nomes de intermediários e destinos do dinheiro, como a cidade de Mogi das Cruzes, no interior paulista. São esses detalhes que irão influenciar o ministro relator na hora de confrontar depoimentos contraditórios.

O QUE DIZEM OS PRESIDENTES NO PROCESSO

LULA

Há quatro meses, a juíza Pollyanna Martins Alves aguarda o depoimento do presidente, que usa a prerrogativa do cargo e se nega a atender a Justiça

com elevado número de recursos para serem julgados (art. 150), fato que requer a utilização de sistema de gravação de audiência instalado nesta Seção da Justiça Federal, software necessário e que permite imprimir maior celeridade na oitiva das testemunhas, e, contando com a compreensão de Vossa Excelência em colaborar com o Poder Judiciário, diante da necessidade de que as audiências sejam realizadas, excepcionalmente, nas dependências desta Justiça prerrogativa de função, que solicito que Vossa Excelência manifeste o interesse em encaminhar resposta por escrito, se assim lhe aprovar, observando o intervalo entre 14/09/2009 a 30/10/2009, em atenção ao prazo estipulado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa (Relator da Ação da nº 1.237.2009-6).

JOSÉ ALENCAR

O vice-presidente da República depôs por escrito e disse que nunca soube que seu partido, na eleição de 2004, recebera ajuda financeira do esquema do caixa 2 do PT

25 - O Deputado Federal Valdemar Costa Neto, em algum momento após a campanha eleitoral, comentou com Vossa Excelência que estava recebendo recursos oriundos do PT?

Resposta - Não.

FHC

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso testemunhou em defesa de Roberto Jefferson, definiu o deputado cassado como um "batalhador" e atacou o PT

dele, era líder parece que à época do PTB, não?

TESTEMUNHA: Deixa eu dizer com sinceridade aqui. O Deputado Roberto Jefferson é um batalhador, quando ele pega uma causa ou um lado ele vai, e ele tinha posição, então, ele era deputado que tinha, caracterizava por isso. Se quiserem saber mais, eu sou senador, do que eu posso dizer é de postura, com relação ao combate à corrupção. Qual foi exatamente a postura do PT com relação a esses assuntos?

TESTEMUNHA: Transformar em escândalo qualquer caso, muitas vezes sem ter sido apurado.

MPF: E o senhor poderia descrever quais seriam sido os casos? José Genoino?

Brasil **EXCLUSIVO**

A palavra dos presidentes

Não é comum que presidentes ou ex-presidentes da República sejam sabatinados por juizes, mas entre os novos documentos do Mensalão estão depoimentos de Fernando Henrique Cardoso e do vice-presidente José Alencar. FHC foi arrolado como testemunha de defesa do ex-deputado Roberto Jefferson e prestou um longo depoimento. Suas declarações na 2ª Vara Federal Criminal Especializada em Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional e Crimes de Lavagem, em São Paulo, em junho do ano passado, somam dez laudas. "O deputado Roberto Jefferson é um batalhador", disse Fernando Henrique. "Ele é assim, por bem ou por mal ele toma a posição, ele vai em frente." Fernando Henrique discorreu sobre as diferenças

entre seu governo e o do presidente Lula e aproveitou para dar uma estocada no PT. Ele disse que o partido de Lula costuma "transformar em escândalo qualquer caso, muitas vezes sem ter sido apurado". E acha que o ex-ministro José Dirceu e o deputado José Genoíno (PT-SP) são responsáveis por "essa postura". A provocação de FHC acabou sendo assimilada. Há poucas semanas, o chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, admitiu: "O PT nasceu questionando as instituições tradicionais, mas foi adquirindo vícios. Até o vício da corrupção, que infelizmente entrou em nosso partido."

Também prestou depoimento no caso do Mensalão o vice-presidente José Alencar. Na época do escândalo, Alencar estava filiado ao PL, o partido do deputado Valdemar Costa Neto.

Alencar recebeu da Justiça as perguntas por escrito e se manifestou rapidamente. Afirmou que só soube dos repasses financeiros do PT para o PL quando o ex-deputado Roberto Jefferson fez a denúncia do Mensalão. Disse que durante as negociações para a formação da chapa presidencial eleita em 2002 em nenhum momento participou de discussões envolvendo o financiamento da campanha e que nunca tratou sobre o assunto com o presidente Lula. O presidente, ao contrário de Alencar que se prontificou a colaborar com as investigações e em apenas duas semanas respondeu ao questionário, tem se esquivado de falar sobre o Mensalão. No dia 10 de agosto do ano passado, a juíza Pollyanna Kelly Martins Alves, da 12ª Vara da Justiça Federal de Brasília, enviou ofício diretamente ao Palácio do Planalto, informando que Lula

JOSÉ CARLOS BATISTA,

prestou um depoimento na CPI do Mensalão por conta desse contrato, porque esse contrato de reflorestamento foi celebrado conjuntamente entre a Guaranhuns e uma das empresas de Marcos Valério, a SMP&B, pelo que se lembra. Esse contrato era fictício. Pelo que sabe, o objetivo desse contrato, e pelo que conhece do mercado, era o de "esquentar" os recursos repassados à Guaranhuns. Seria a justificativa do dinheiro que tinha sido repassado para a Guaranhuns através da

desacompanhado de garantias. Geralmente levava o dinheiro em bolsas e as entregava nas mãos do dr. Henrique. Quem disse que esse dinheiro ia para o acusado Valdemar da Costa Neto foi Lucio Funaro. Lembra-se também, com clareza, que nas diversas vezes em que esteve com o dr. Henrique...

declarante fez uma devolução de excedente de dinheiro na sede do PL em São Paulo, na Avenida República do Líbano. Entregou uma mala contendo dinheiro, não sabe quanto, mas era bastante. Esse dinheiro era referente à parte excedente de quitação de empréstimo

DINHEIRO NA SEDE DO PL

Pela primeira vez, aparecem os detalhes de como o deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP) recebeu R\$ 3 milhões do esquema. José Carlos Batista, que atuava como "laranja", afirma que o dinheiro tinha origem em um contrato fictício firmado entre a Guaranhuns, do empresário Lúcio Bolonha Funaro, e a SMP&B, agência de Marcos Valério. Batista diz ter entregue o dinheiro na sede do PL

DIRCEU O ex-ministro nega investigação a pedido de Lula

está arrolado como testemunha no “processo do Mensalão”. E redigiu: “Conto com a compreensão de Vossa Excelência em colaborar com o Poder Judiciário.” A seguir, a juíza pede a Lula que “indique dia e hora que melhor lhe convier” para comparecer à Justiça, ou ainda que “manifeste interesse em encaminhar respostas por escrito, se assim lhe aprouver, observando o intervalo entre 14 de setembro de 2009 e 30 de outubro de 2009”. Já se passaram quatro meses do prazo sugerido pela juíza e Lula não se prontificou até agora a enviar as respostas, nem sequer por escrito.

O Mensalão do PT foi o primeiro a ser descoberto, em 2005, e nos últimos cinco anos vem sendo investigado. Depois dele, surgiram o Mensalão Tucano, revelado por ISTOÉ em setembro de 2007, e o Mensalão do DEM, no final de 2009. Os esquemas são semelhantes e mostram que a prática do caixa 2 e da compra de apoios políticos não é privilégio de um único partido político. Como todos têm seu mensalão, é até possível que se depender dos políticos esses crimes permaneçam impunes. A boa notícia é que o Judiciário tem dado mostras de que esse quadro poderá ganhar novas molduras. No caso do Mensalão do DEM, um governador está preso preventivamente e, se depender do potencial dos novos documentos em poder do relator Joaquim Barbosa, o STF tem elementos de sobra para não manter a impunidade no caso do Mensalão do PT, ainda que cinco anos depois. ■

FOTOS: ROBERTO CASTRO/AG. ISTOÉ; LULA: MARQUES/FOLHA IMAGEM

Brasil

A UM PASSO DE VIRAR RÉU

Ministério Público só aguarda conclusão de inquérito para denunciar o ex-prefeito Fernando Pimentel à Justiça

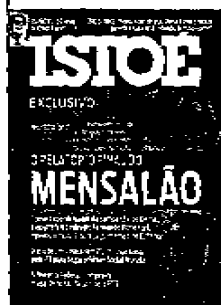
Hugo Marques

Os documentos sigilosos que fazem parte do processo do Mensalão do PT no Supremo Tribunal Federal (STF) revelados na última semana por ISTOÉ dispararam a campanha de alerta na base aliada do governo Lula. O motivo principal é a revelação de que o coordenador da campanha da ministra Dilma Rousseff à Presidência, ex-prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel, possa virar réu no rumoroso processo. Em conversa com assessores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva advertiu que não quer nenhum tipo de contaminação na campanha da ministra. Publicamente, os líderes do PT procuraram minimizar as denúncias creditando a documentação sob análise do ministro Joaquim Barbosa a uma manobra da oposição. Nas conversas internas, porém, a análise é outra e a orientação é de que os desdobramentos do processo sejam acompanhados com lupa. "Claro que a denúncia nos preocupa. Estamos em ano eleitoral e a população está muito atenta a tudo isso", diz o presidente do PMDB mineiro, deputado Antônio Andrade, um entusiasta da participação de Pimentel em uma chapa com o ministro Hélio Costa na disputa pela sucessão de Aécio Neves. O temor do presidente Lula e dos partidos aliados é de que Pimentel venha a ser denunciado na Justiça no meio do processo eleitoral, com reflexos tanto na campanha de Dilma como na sucessão mineira, o segundo maior colégio eleitoral do País.

Pelo ritmo do trabalho do Ministério Público de Minas

**TEMOR DO PT
Coordenador
da campanha
de Dilma,
Pimentel
pode ser
denunciado
no meio do
processo
eleitoral**

Gerais, tudo indica que uma ação por improbidade administrativa contra Pimentel seja apresentada à Justiça ainda no primeiro semestre. Na última semana, em nota encaminhada por e-mail à ISTOÉ, a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Minas informa que o inquérito civil público que investiga irregularidades no Projeto Olho Vivo "aguarda conclusão final das perícias" e relaciona as irregularidades "já comprovadas". Segundo a nota, o inquérito 198/04 confirmou "dispensa indevida de licitação para a realização do empreendimento". Comprovou também que a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) não poderia ter sido contratada pela prefeitura "devido à existência de execução fiscal do município contra a entidade", que a CDL empregou "nota falsa para a aquisição de bens produzidos no Exterior e introduzidos irregularmente mediante descaminho, no valor de R\$ 1,16 milhão, o que representa prejuízo para o erário". E mais: a CDL recebeu pelos



Até o presente momento, já restaram comprovadas as seguintes evidências:

1. Dispensa indevida de licitação para realização do empreendimento.
2. O CDL não recebeu apenas os R\$ 4.410.000,00, mas também mais cerca de R\$ 3 milhões para realizar o serviço contratado com o município.
3. O emprego pelo CDL de nota falsa - para aquisição de bens produzidos no exterior e introduzidos irregularmente mediante descaminho - no valor de R\$1.162.000,00, o que representa prejuízo ao erário.
4. A impossibilidade de contratação da CDL, não apenas através de convênio, conforme foi feito, mas também por meio de licitação, devido à existência de execução fiscal do município contra a entidade.

Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital

Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público de Minas Gerais

produzida pelo publicitário Duda Mendonça, havendo fundada suspeita de que o aludido 'convênio' tenha sido arbiloso estratagem para desvio de dinheiro público com a finalidade de saldar as dívidas de campanha do partido, em território alienígena".

Na semana passada, a assessoria de comunicações do Ministério Público Federal em Minas Gerais informou que à época da denúncia (2008) não havia provas suficientes para acusar formalmente o ex-prefeito. O elemento que faltava ao procurador Patrick Salgado Martins era exatamente a conclusão do inquérito 198/04. Segundo o Ministério Público Federal em Minas, "certamente que, concluídas as apurações no âmbito do Ministério Público Estadual e comprovado o envolvimento do senhor Fernando Pimentel com a prática de crimes de competência federal, como a evasão de divisas praticada pelos acusados Alexandre Vianna e Glauco Diniz, o Ministério Público Federal promoverá a ação penal competente em seu desfavor."

Dizendo-se surpreso com os documentos que o relacionam ao processo do Mensalão do PT, Pimentel afirmou que "as acusações são baseadas em puras ilações". Porém, dois ministros do STF ouvidos por ISTOÉ acham pouco provável que o procurador Salgado Martins, com os indícios de que

já dispõe, não denuncie Pimentel. "Se ele não fizer a denúncia estará prevaricando", afirmou um ministro do STF ouvido por ISTOÉ.

Um dos mais antigos membros do Supremo disse à ISTOÉ na terça-feira 2 que a ação penal é divisível e que Salgado Martins pode ter apresentado a denúncia contra os dois envolvidos e deixado outros suspeitos para depois. "Ele pode, a qualquer momento, aditar novos nomes à denúncia ou apresentar uma denúncia autônoma. Aí, a espada de Dâmoçles estará sobre a cabeça do Pimentel", prevê um experiente ministro do STF. Outro ministro disse à ISTOÉ que o STF não tem o poder de incluir ou excluir réus do processo sem que haja um pedido direto da Procuradoria-Geral da República. Portanto, caso o MPF em Minas não aja, pode ser atropelado pela Procuradoria-Geral da República, que tem competência para abrir novas denúncias no processo do Mensalão. As 69 mil páginas que compõem o processo do Mensalão serão também encaminhadas à Procuradoria-Geral e o desejo do ministro Joaquim Barbosa, relator do processo, é de não permitir que o caso investigado desde 2005 se perca nos escaninhos do Judiciário. ■

**NOVOS
CRIMES
Nota do MP:
prejuízo ao
erário foi
ainda maior**

serviços cerca de R\$ 7 milhões e não R\$ 4,4 milhões como fora contratado. O Projeto Olho Vivo é um convênio firmado pelo então prefeito Fernando Pimentel com a CDL visando à instalação de câmaras de vigilância nas ruas de Belo Horizonte. Na época em que foi assinado o contrato, o empresário Glauco Diniz Duarte era o diretor financeiro da CDL.

Mais do que uma questão administrativa municipal, o Projeto Olho Vivo é a base usada pelo procurador da República Patrick Salgado Martins para fazer a ligação do então prefeito Pimentel com o caso do Mensalão. Como revelou ISTOÉ em sua última edição, nas considerações finais que fez ao encaminhar denúncia contra Glauco Diniz e Alexandre Vianna, por lavagem de dinheiro, o procurador afirma que o convênio de Pimentel com a CDL presta-se "a demonstrar a ligação do denunciado Glauco Diniz com o prefeito de Belo Horizonte, filiado ao Partido dos Trabalhadores, cuja campanha política foi

TUCANOS
Serra e Aécio
prometem
decisão logo



A NOVA PILOLA
Ela age até
cinco dias
depois do sexo



GHG:
A geologia
profunda de
um terremoto



veja

Edição BRIL
n.º 2155 - agosto de 2010
10 de março de 2010

www.veja.com

EXCLUSIVO

CAIU A CASA DO TESOUREIRO DO PT

João Vaccari Neto,
secretário
de Finanças
do Partido dos
Trabalhadores

O petista que vai cuidar das finanças da campanha de Dilma Rousseff é apontado em inquérito como pivô de um esquema que desviou dezenas de milhões de reais e abasteceu o caixa dois da campanha de Lula em 2002



Brasil

A CASA CAIU

O Ministério Público quebra sigilo da Bancoop e descobre que dirigentes da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo lesaram milhares de associados, para montar um esquema de desvio de dinheiro que abasteceu a campanha de Lula em 2002 e encheu os bolsos de dirigentes do PT. Eles sacaram ao menos 31 milhões de reais na boca do caixa

LAURA DINIZ

Depois de quase três anos de investigação, o Ministério Público de São Paulo finalmente conseguiu pôr as mãos na caixa-preta que promete desvendar um dos mais espantosos esquemas de desvio de dinheiro perpetrados pelo núcleo duro do Partido dos Trabalhadores: o esquema Bancoop. Desde 2005, a sigla para Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo virou um pesadelo para milhares de associados. Criada com a promessa de entregar imóveis 40% mais baratos que os de mercado, ela deixou, no lugar dos apartamentos, um rastro de escombros. Pelo menos 400 famílias movem processos contra a cooperativa, alegando que, mesmo tendo quitado o valor integral dos imóveis, não só deixaram de recebê-los como passaram a ver as prestações se multiplicar a ponto de levá-las à ruína (veja depoimentos nas pág. 76 e 78). Agora, começa-se a entender por quê.

**NÃO É SÓ A BARBA QUE
LEMBRA O ANTECESSOR**

*João Vaccari, o novo
tesoureiro do PT, é o
homem por trás do
esquema Bancoop, diz o
Ministério Público*

Na semana passada, chegaram às mãos do promotor José Carlos Blat mais de 8.000 páginas de registros de transações bancárias realizadas pela Bancoop entre 2001 e 2008. O que elas revelam é que, nas mãos de dirigentes petistas, a cooperativa se transformou num manancial de dinheiro destinado a encher os bolsos de seus diretores e a abastecer campanhas eleitorais do partido. "A Bancoop é hoje uma organização criminosa cuja função principal é captar recursos para o caixa dois do PT e que ajudou a financiar inclusive a campanha de Lula à Presidência em 2002." Na sexta-feira, o promotor pediu à Justiça o bloqueio das contas da Bancoop e a quebra de sigilo bancário daquele que ele considera ser o principal responsável pelo esquema de desvio de dinheiro da cooperativa, seu ex-diretor financeiro e ex-presidente João Vaccari Neto. Vaccari acaba de ser nomeado o novo tesoureiro do PT e, como tal, deve cui-

dar das finanças da campanha eleitoral de Dilma Rousseff à Presidência.

Um dos dados mais estarrecedores que emergem dos extratos bancários analisados pelo MP é o milionário volume de saques em dinheiro feitos por meio de cheques emitidos pela Bancoop para ela mesma ou para seu banco: 31 milhões de reais só na pequena amostragem analisada. O uso de cheques como esses é uma estratégia comum nos casos em que não se quer revelar o destino do dinheiro. Até agora, o MP conseguiu esquadrihar um terço das ordens de pagamento do lote de trinta volumes recebidos. Metade desses documentos obedecia ao padrão destinado a permitir saques anônimos. Já outros cheques encontrados, totalizando 10 milhões de reais e compreendidos no período de 2003 a 2005, tiveram destino bem explícito: o bolso de quatro dirigentes da cooperativa, o

ex-presidente Luiz Eduardo Malheiro e os ex-diretores Alessandro Robson Bernardino, Marcelo Rinaldo e Tomas Edson Botelho Fraga — os três primeiros mortos em um acidente de carro em 2004 em Petrolina (PE). Eles eram donos da Germany Empreiteira, cujo único cliente conhecido era a própria Bancoop. Segundo o engenheiro Ricardo Luiz do Carmo, que foi responsável por todas as construções da cooperativa, as notas emitidas pela Germany para a Bancoop eram superfaturadas em 20%. A favor da empreiteira, no entanto, pode-se dizer que ela ao menos existia de fato. De acordo com a mesma testemunha, não era o caso da empresa de "consultoria contábil" Miza, por exemplo, pertencente aos mesmos dirigentes da Bancoop e em cuja contabilidade o MP

O ESQUEMA BANCOOP

Como dirigentes da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop) lesaram seus cooperados — e, mais tarde, também associados de fundos de pensão de estatais — para financiar a campanha de Lula à Presidência da República em 2002, encher os cofres de empresas pertencentes a petistas e fazer saques milionários em dinheiro, segundo depoimentos e documentos bancários colhidos pelo Ministério Público

Em 2002, Luiz Malheiro, então presidente da Bancoop, convocou uma reunião com funcionários da cooperativa, empreiteiros e fornecedores para "anunciar o apoio da Bancoop ao candidato Lula". Dias depois, empreiteiros que prestavam serviço à cooperativa foram informados de que sua "contribuição" se daria na forma de notas frias emitidas em favor da Bancoop. Esse esquema já funcionava antes mas foi intensificado em 2002.



encontrou, até o momento, seis saídas de dinheiro referentes ao ano de 2002 com a rubrica "doação PT", no valor total de 43 200 reais. Até setembro do ano passado, a lei não autorizava cooperativas a fazer doações eleitorais.

Outro frequente agraciado com cheques da Bancoop tomou-se nacionalmente conhecido na esteira de um dos últimos escândalos que envolveram o partido. Freud "Aloprado" Godoy — ex-segurança das campanhas do presidente Lula, homem "da cozinha" do PT e um dos pivôs do caso da compra do falso dossiê contra tucanos na campanha de 2006 — recebeu, por meio da empresa que dirigia até o ano passado, onze cheques totalizando 1,5 milhão de reais, datados entre 2005 e 2006. Nesse período, a Caso Sistemas de Segurança, nome da sua empresa, funcionava no número 89 da Rua Alberto Frediani, em Santana do Parnaíba, segundo registro da Junta Comercial. Vizinhos dizem

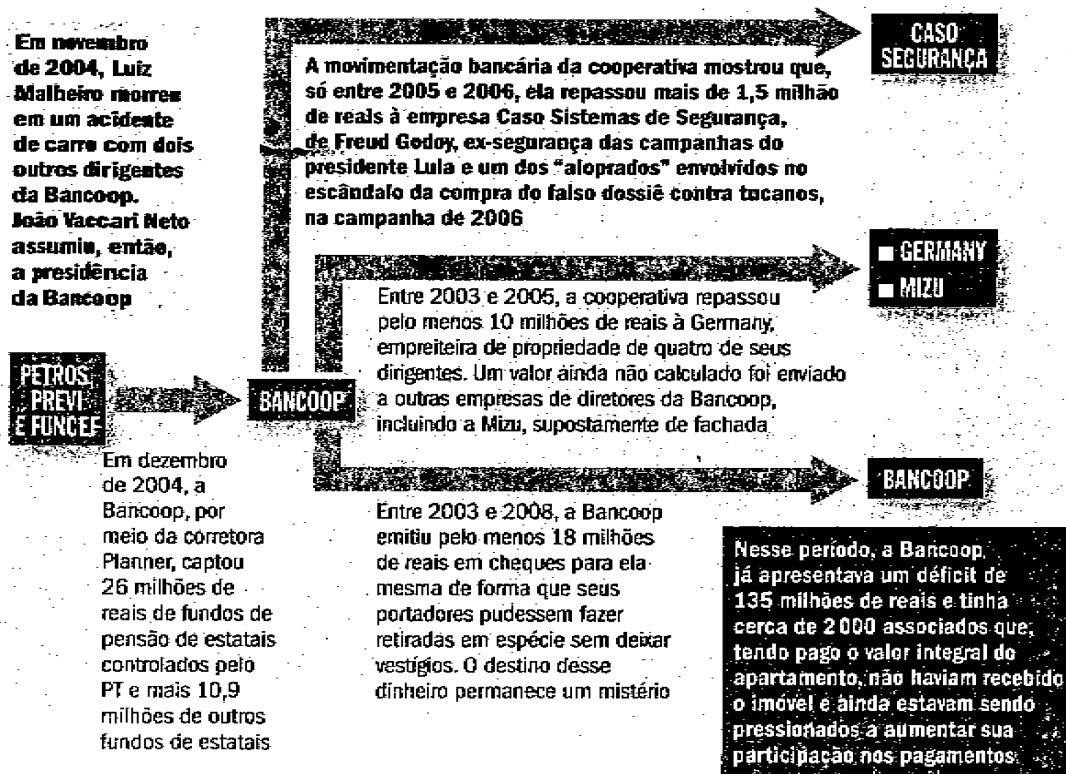
que, além da placa com o nome da firma, nada indicava que houvesse qualquer atividade por lá. O único funcionário visível da Caso era um rapaz que vinha semanalmente recolher as correspondências num carro popular azul. Hoje, a Caso se transferiu para uma casa no município de Santo André, na região do ABC.

Depoimentos colhidos pelo MP ao longo dos últimos dois anos já atestavam que o dinheiro da Bancoop havia servido para abastecer a campanha petista de 2002 que levou Lula à Presidência da República (veja o quadro na pág. 72). VEJA ouviu uma das testemunhas. Andy Roberto, que trabalhou como segurança da Bancoop e de Luiz Malheiro entre 2001 e 2005. Em depoimento ao MP, Roberto afirmou que Malheiro, o ex-presidente morto da Bancoop, entregava envelopes de dinheiro diretamente a Vaccari, então presidente do Sindicato dos Bancários e indicado como o responsável pelo recolhimento da caixinha de campanha de Lula. Em entrevista a VEJA, Roberto não repetiu a afirmação categoricamente, mas disse estar convicto de que isso ocorria e relatou como, mesmo depois da eleição de Lula, entre 2003 e 2004, quantias semanais de dinheiro continuaram saindo de uma agência Bradesco do Viaduto do Chá, centro de São Paulo, supostamente para o Sindicato dos Bancários, então presidido por Vaccari. "A gente ia no banco e buscava pacotes, duas pessoas escoltan-

do uma terceira." Os pacotes, afirmou, eram entregues à secretária de Luiz Malheiro, que os entregava ao chefe. "Quan-

do essas operações aconteciam, com certeza, em algum horário daquele dia, o Malheiro ia até o Sindicato dos Bancários. Ou, então, se encontrava com o Vaccari em algum lugar."

Os depoimentos colhidos pelo MP indicam que o esquema de desvio de dinheiro da Bancoop obedeceu a uma trajetória que já se tomou um clássico petista. Começou para abastecer campanhas eleitorais do partido e acabou servindo para atender a interesses particulares de petistas. Entre os cheques em poder do MP, por exemplo, está um em que a empresa Mizu, de "consultoria contábil", doa 7 000 reais a um certo Centro Espírita Redenção, em 2003. Muitas vezes, dirigentes da Bancoop nem se preocuparam em usar as empresas "prestadoras de serviços" que montaram com o objetivo de sugar a cooperativa para esconder sua ganância. O MP encontrou quatro cheques da Bancoop, totalizando 35 000 reais, para uma ONG de Luiz Malheiro em São Vicente dedicada a deficientes auditivos — curiosamente, o mesmo endereço do centro espírita. Os cheques foram emitidos entre novembro de 2003 e março de 2005.



Uma pergunta que continua no ar

Quem deu o dinheiro para o dossiê dos aloprados? Entre os envolvidos, Vaccari era o único sentado numa montanha de reais

Jão Vaccari Neto e Freud Godoy, envolvidos agora no esquema Bancoop, já atuaram juntos em passado recente. Pelo menos é o que sugere o registro dos telefonemas trocados pela dupla às vésperas do estouro do escândalo dos "aloprados" — como ficaram conhecidos os petistas apontados pela Polícia Federal como integrantes da quadrilha que tentou comprar um dossiê supostamente comprometedor para tucanos durante a campanha presidencial de 2006. No caso de Vaccari, então presidente da Bancoop, os vestígios de participação no caso guardam cheiro de tinta fresca. Foi para ele que Hamilton Lacerda — na ocasião coordenador de comunicação da campanha do senador Aloizio Mercadante — telefonou uma hora antes de fazer a entrega de parte do 1,7 mi-

lhão de reais que seria usado para comprar o dossiê.

O episódio teve início quando a família de Lázio Antônio Vedoin, chefe da máfia dos sanguessugas, ofereceu a petistas documentos que supostamente comprometeriam tucanos. Deles, faria parte uma entrevista em que os Vedoin acusariam o candidato do PSDB, José Serra, de envolvimento na máfia que distribuía dinheiro a políticos em troca de emendas ao Orçamento para compras de ambulância. Ricardo Berzoini, então presidente do PT, foi acusado de ter dado a autorização para a compra do dossiê. Valdebran Padilha da Silva, filiado ao PT do Mato Grosso, e Gedimar Pereira Passós, advogado e ex-policia federal, seriam os encarregados de pagar os Vedoin com o dinheiro levado por Hamilton Lacerda. Valdebran e Gedimar foram presos pela PF num hotel Íbis, em

São Paulo, depois de terem recebido o dinheiro de Lacerda e antes de entregá-lo aos Vedoin. Jorge Lorenzetti, churrasqueiro do presidente Lula, e Oswaldo Bargas, ex-secretário de Berzoini no Ministério do Trabalho, também estiveram envolvidos no episódio. Eles tentaram negociar com a revista Época uma entrevista em que os Vedoin fariam falsas acusações de corrupção contra Serra. A entrevista acabou sendo publicada pela revista IstoÉ.

Nas investigações que se seguiram à prisão de Valdebran e Gedimar, a PF identificou uma intensa troca de telefonemas entre os envolvidos, incluindo diversas ligações de Berzoini para a empresa Caso Sistemas de Segurança, hoje em nome da mulher de Freud Godoy. Godoy seria o contato de Gedimar no alto escalão do PT. Quanto a Vaccari, bem, até onde se sabe, era o único dos aloprados que estava sentado sobre uma montanha de dinheiro, a Bancoop. O fato de Hamilton Lacerda ter ligado para ele logo depois de ter cumprido a sua missão faz fervilhar a imaginação dos que até hoje se perguntam: de onde, afinal, veio o dinheiro dos aloprados?

A TROCA DE QUÊ?

Lacerda (à dir.) ligou para Vaccari uma hora depois de entregar o dinheiro que pagaria o dossiê

ALOPRANDO

Lorenzetti (à dir.) e Gedimar (acima): a trapalhada terminou em prisão. Mas agora eles estão livres, leves e soltos

O PAVOR DO DESPEJO

“O sindicato sempre foi um defensor da minha classe. Por isso, na hora de fazer um financiamento com eles, não tive dúvidas. Comecei a pagar um apartamento de 45 000 reais em 1997. Suei para honrar as prestações. Vendia coxinha e bolo para complementar a renda. Esse imóvel representava muito para a minha família. Onde morávamos, meus filhos dormiam na sala. Em 2000, quitei o apartamento e nós nos mudamos. Seis anos depois, porém, passei a receber boletos com o valor de 470 reais. Eles diziam que precisavam cobrir gastos excedentes. Até pagaria, se pudesse. Mas a minha renda era de 600 reais. Em 2008, a Bancoop entrou com uma ação de despejo contra mim. Ela não foi concluída, mas, desde então,

vivo o pesadelo de eles tirarem o meu único bem material. Durmo sob o efeito de calmantes.”

Maria de Fátima Bowfin,
de 55 anos, bancária aposentada

Tanta lambança, aliada a uma gestão ruínosa, fez com que a Bancoop mergulhasse num estado de pré-liquidação. Em 2004, com Lula já eleito, Luiz Malheiro foi pedir ao “chefe” Berzoini, então ministro do Trabalho, “ajuda” para reerguer a cooperativa. Quem relatou o episódio ao MP foi seu irmão, Hélio Malheiro. Em 2008, dizendo-se sob ameaça de morte, Hélio Malheiro ingressou no Programa de Proteção à Testemunhas da secretaria estadual de justiça de São Paulo, no qual se encontra até hoje. Em dezembro de 2004, depois que Luiz Malheiro já havia morrido, a “ajuda” chegou à Bancoop. Com apoio de Berzoini e conivência da Planer (investigada pela CPI dos Correios sob a acusação de ter causado um prejuízo de 4 milhões de reais ao fundo de pensão da Serpro), a cooperativa associou-se a um Fundo de Investimentos em Direito Creditórios (FIDC), entidade que negocia recebíveis, e captou 43 milhões de reais no mercado — 85% dos papéis foram adquiridos por fundos de pensão de estatais controlados por petistas ligados ao grupo de Berzoini e Vaccari. O in-

vestimento resultou na abertura de um inquérito pela Polícia Federal por suspeita de que os fundos de pensão teriam sido prejudicados para favorecer a Bancoop.

João Vaccari Neto é do tipo que se orgulha de ser chamado de "um petista histórico", o que, no jargão do partido, significa, entre outras coisas, que ganhou boa parte da vida dirigindo entidades de classe e do partido. Aos 19 anos, começou a trabalhar como escriturário do Banespa. Ficou lá apenas dois anos. Depois disso, entrou no sindicato de sua categoria e nunca mais pegou no pesado. Participou de três diretorias da Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi secretário de relações internacionais da entidade e presidiu o Dieese. Atuou sempre como braço de apoio de Berzoini, a quem sucedeu na presidência do Sindicato dos Bancários de São Paulo em 1998. Apesar de não

ter a projeção política do amigo, Vaccari conquistou a amizade de Lula, coisa que Berzoini jamais conseguiu obter. Vaccari, como mostra agora a investigação do MP, tem mais em comum com seu antecessor, Delúbio Soares, do que a barba grisalha. E, como Freud Godoy, está mergulhado até os últimos e ralos fios de cabelo no escândalo dos atropados (veja o quadro na pág. 74).

Há duas semanas, um juiz de primeira instância contrariou decisão do Tribunal Superior Eleitoral e de-

321 000 REAIS NA CONTA-CORRENTE

A atriz Deborah Secco: o pai dela era o operador do esquema que desviava verbas

Campanha com verba pública

Com uma trajetória pública marcada pelo populismo, por práticas fraudulentas e até por um processo em que responde por formação de quadrilha armada, o ex-governador Anthony Garotinho (PR-RJ) está enredado em mais um escândalo de corrupção, trazido à tona pelo Ministério Público do Rio de Janeiro na semana passada. O esquema chama atenção por envolver e beneficiar, diretamente, a ele próprio e

sua mulher, Rosinha — ambos denunciados com mais 86 nomes, entre eles o da atriz Deborah Secco, todos com os bens bloqueados pela Justiça. A investigação concluiu que, durante os quatro anos do governo de Rosinha, 58 milhões de reais foram sumiados dos cofres do estado, dos quais 600 000 reais seguiram para o caixa da pré-campanha de Garotinho. Ele planejava sair candidato nas eleições presidenciais de 2006, mas, sob acusações variadas e depois de uma greve de fome que o expôs ao ridículo, acabou fora do páreo. Diz a VEJA o promotor Eduardo Carvalho, à frente do

caso: "Poucas vezes numa investigação dessas foi possível rastrear o caminho do dinheiro desviado com tamanha precisão e riqueza de detalhes. Os fatos são irrefutáveis". O próximo passo do Ministério Público será apurar se houve participação de líderes evangélicos no esquema, sobre a qual há indícios.

Já está bem claro, no entanto, de onde as verbas do estado eram subtraídas e como, depois, chegavam à campanha de Garotinho e ao bolso dos demais envolvidos. A operação tinha como ponto de partida a Fundação Escola de Serviço Público (Fesp), órgão do próprio governo estadual ao qual Rosinha autorizou, por lei, contratar serviços terceirizados — repassados a ONGs — para atender às várias secretarias. Essas ONGs, por sua vez, forjavam contratos com empresas, pelo menos três delas de fachada, para executar projetos que jamais saíram do papel. O Ministério Público concluiu que o operador do esquema era Ricardo Secco, pai da atriz Deborah Secco. As contas-correntes dela registram depósitos provenientes de duas dessas empresas, no valor de 321 000 reais. Defende-se a atriz: "Nunca tive nenhum envolvimento com política. De minha parte, estou inteiramente tranquila". Com a denúncia, Garotinho, que até então se apresentava como candidato ao governo do estado, e Rosinha, atual prefeita da cidade de Campos, pergam ter, enfim, seus direitos políticos cassados na próxima década.

RONALDO SOARES

ÇALOTE DUPLO

“Conheci a Bancoop em 2004, quando vi uma placa de propaganda em frente a um terreno vazio. Eles iriam construir um imóvel perto da minha casa. Achei a oportunidade ótima: o preço era bom e a instituição tinha credibilidade. Demos nossa economia de 10 000 reais de entrada e passamos a pagar as prestações. Alguns meses depois, porém, desconfiei do empreendimento. Eu passava em frente ao terreno e não via nenhum pedreiro lá. Diziam sempre que a construção estava para começar. Não acreditei e consegui transferir o dinheiro que havia investido para outro imóvel deles. Dessa vez escolhi um local cuja construção já estava pela metade. Como fui inocente... Esse imóvel também nunca foi concluído. Empatamos 80 000 reais nessa história. Não confio mais nas instituições.”

A advogada **Tânia de Oliveira**, de 42 anos, com o marido, **Helena**, e a filha **Helena**

terminou a cassação do prefeito de São Paulo, **Gilberto Kassab**, por suposto recebimento ilegal de doação de campanha. A sentença, que colocou

em risco a segurança jurídica, foi suspensa. Na semana passada, o TSE divulgou as regras que vão orientar as eleições deste ano. São medidas moralizadoras, que incluem a obrigatoriedade da divulgação de quaisquer processos ou acusações criminais que pesem sobre o candidato e que dificultam manobras de doadores que tenham por finalidade esconder a origem do dinheiro. Tudo isso mostra quanto o país está interessado em aprimorar seu sistema de financiamento eleitoral e proteger-se dos efeitos tão deletérios como conhecidos que sua distorção pode causar. Ao indicar pessoalmente alguém com o prontuário de **João Vaccari** para tomar conta das finanças do PT e da campanha eleitoral de **Dilma Rousseff**, o presidente **Lula** sinaliza que, ao contrário do resto do Brasil, não está nem um pouco empenhado em colaborar na faxina. ■

COM REPORTAGEM DE

ADRIANA DIAS LOPES,

VINÍCIUS SEGALLA, KALLEO COURA,

ANDRÉ ELER E MARINA YAMAOKA

78 | 10 DE MARÇO, 2010 | veja

SEM FORÇAS

“Aos 43 anos, decidi dar um grande passo: comprar meu primeiro imóvel. Usei os 20 000 reais que havia juntado e entrei no financiamento de um apartamento de 60 000 reais. As prestações eram metade do meu salário. Um dia, recebi uma cobrança extra de 1 800 reais. Seria a primeira de muitas. Tive de tirar um empréstimo bancário. Em dois anos, estava endividado, mas havia quitado meu imóvel. Sentia-me orgulhoso — jamais atrasei uma parcela. Mas em 2005, enquanto esperava o sorteio das chaves, soube que a Bancoop não estava honrando seus compromissos com muitos cooperados. Eu era um deles. Meu imóvel nunca saiu do chão. No início, briguei, participei de protestos vestido de palhaço. Há dois anos, recebi o diagnóstico de câncer de pulmão, o que me deixou sem forças para lutar. Perdi as esperanças.”

Oscar Costa, 52 anos, bancário aposentado

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dia, o Sr. Cícero Lucena, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Adelmir Santana, convido V. Ex^a a usar a tribuna.

Senador Adelmir Santana, eu ouvi aqui atentamente a fala do Senador Alvaro Dias e também o seu aparte, e quero cumprimentar V. Ex^a, que trouxe, neste momento, para o debate inclusive as questões aqui do DF com a maior transparência. Tudo tem que ser debatido, tudo tem que ser investigado, seja do PSDB do Senador Alvaro Dias, seja do DEM de V. Ex^a, seja do PDT, enfim, de todos os partidos.

Eu ouvi denúncias gravíssimas em relação ao meu Estado. Não trago isso ao plenário do Senado, mas acho também que tudo tem que ser investigado. E lá é o PSDB que governa, como aqui é o DEM, como em âmbito nacional é liderado pelo PT. Que se investigue tudo, e quem for culpado que seja punido.

Parabéns a V. Ex^a pelo aparte, que eu vi que é a construção do equilíbrio. Parabéns.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim. Realmente, eu me posiciono nessa linha. V. Ex^a é testemunha de que, por várias vezes, eu me tenho colocado nessa direção.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores que nos ouvem, antes de tudo, quero fazer, como também fizeram os colegas antes de mim, inclusive o Senador Papaléo, uma referência à importante data que se comemora hoje: o Dia Internacional da Mulher.

Presto homenagem à mulher que trabalha fora, que é dona de casa, que é companheira. A mulher levanta, corre, leva filho para a escola, pensa em tudo, economiza, trabalha mais, cuida da casa, chora, ri. A mulher que afaga, que protege e que sonha, essa é a mulher que conheço, que admiro e a quem mando hoje meu abraço de reconhecimento, de admiração.

Parabéns a todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher!

Mas, Sr. Presidente, venho à tribuna na tarde de hoje para novamente falar sobre o tema que continua preocupando brasilienses e brasileiros de todo o País: a intervenção na Capital Federal. Apesar de todos os discursos que venho fazendo desde que o Procurador-Geral da República, o Exm^o Dr. Roberto Gurgel, fez o pedido de intervenção federal, com base na crise política que cercava o Governo do Distrito Federal, acredito

que ainda devemos nos posicionar e mostrar como está avançando a discussão em torno do assunto.

Fui, desde o primeiro momento, contrário a qualquer tipo de ingerência do Governo Federal na nossa Capital, por motivos que já expus, mas que compreendem a possível paralisação de toda a cidade e também de algumas ações do Congresso Nacional, além de problemas para a economia e para o setor produtivo e outros muitos transtornos que advêm de uma intervenção e que comentei na última sexta-feira.

Tenho defendido o respeito à linha sucessória, que, no Distrito Federal, diferentemente de outros Estados brasileiros, inclui o Vice-Presidente da Câmara Legislativa e, é natural, o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF). E, em caso de vacância do cargo de Governador, o que ainda não aconteceu, são realizadas eleições indiretas, com nomes novos, éticos, escolhidos dentro dos partidos do Distrito Federal, filiados, como exige a Constituição e a Lei Orgânica.

Temos conseguido diversos apoios e adesão à nossa luta, o que também relatei aqui. Já fiz o relato em outras oportunidades. Então, por que voltar a tocar no assunto? Porque foram publicados, nesse domingo, dois textos no jornal *Correio Braziliense* que me deixaram muito otimista. O ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e ex-Senador Maurício Corrêa afirmou, no artigo cujo título é “Acerto Final”, que a manutenção da prisão do ex-Governador José Roberto Arruda – garantida em votação do STF na última semana – desenha claramente um cenário sem intervenção.

Peço, inclusive, Sr. Presidente, que, nos *Anais* desta sessão, seja incluído, integralmente, o artigo do eminente ex-Ministro, ex-Senador e advogado de renome Maurício Corrêa, cujo título é “Acerto Final”.

Para o Ministro Maurício Corrêa, nesse artigo, após a análise dos pedidos de *impeachment* e da posse do novo Governador, a vida da cidade prossegue em ritmo harmônico. Diz o Ministro: “Como a normalidade institucional está restabelecida, não há nenhum sentido falar em intervenção no DF”. Foi o que afirmou o ex-Ministro Maurício Corrêa. E diz mais: “Recuperada a saúde institucional na cidade, devem agora os partidos políticos começar a se organizar para o pleito eleitoral de outubro próximo”. E S. Ex^a está certíssimo.

Ainda recentemente, eu dizia que nosso partido, o Democratas, tem nas mãos dos Senador Marco Maciel a missão de reorganizar a executiva local, uma vez que o Democratas, além de ter cortado, na própria carne, aqueles que estão sendo denunciados, também fez, a pedido dos componentes do Democratas do DF, a autodissolução do diretório local.

Repito o que disse o Ministro: “Recuperada a saúde institucional na cidade, devem agora os partidos políticos começar a se organizar para o pleito eleitoral de outubro próximo”. E S. Ex^a está certíssimo, afirmo novamente. Sem o perigo da intervenção a ameaçar todos os brasilienses, será chegada a hora de começarem as negociações para possíveis coligações.

Alguns partidos têm se adiantado e discutido chapas, mas acredito que ainda é muito cedo para isso. Primeiro, precisamos resolver os problemas que envolvem a crise e que contaminam a política local. É cedo, primeiro, para alijar qualquer partido do processo, quando uma suspeição colocada sobre os políticos do Distrito Federal atinge todos os partidos, com raríssimas exceções; segundo, para definir nomes para a disputa, sem saber como o quadro estará nos próximos dias.

As investigações ainda acontecem. Nomes aparecem o tempo todo. O Governador continua preso, e o Governador em exercício não pode ser efetivado, enquanto não houver a vacância do cargo. Não há, portanto, um Governador efetivo no exercício do cargo. Há um Governador em exercício, porque se respeita – coisa pela qual tenho brigado muito aqui – a linha sucessória. Uma vez que o Governador está privado da liberdade, que o Vice-Governador renunciou, pela linha sucessória, exerce, neste instante, o cargo de Governador o Presidente da Câmara Legislativa local. Somente quando todo esse processo acabar é que poderemos falar em novos cenários. E aí, sim, deveremos unir-nos em prol de nomes éticos para as próximas eleições. A Capital da República merece representantes políticos de qualidade, que defendam os interesses da população – nomes que, com certeza, temos para apresentar.

Brasília vai reerguer-se do ponto de vista político, principalmente com o apoio da população comprometida com as mudanças pelas quais toda a sociedade local tanta anseia. É por isso que falo em uma Brasília Responsável, um movimento para engajar os cidadãos, as pessoas de bem, na luta por uma cidade mais democrática e mais ética. Sinto que nosso movimento se fortalece cada dia mais. Agora, ouvimos depoimentos que comprovam que a tão propalada intervenção não nos deve assustar tanto. Na mesma edição do *Correio Braziliense* em que foi publicado o artigo do ex-Ministro Maurício Corrêa, a que fiz referência, no mesmo domingo, o jornalista Edson Luiz entrevistou o Ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, que afirmou que o Governo Federal está acompanhando a crise no Distrito federal e que ele acredita que a ordem social está mantida.

Abro aspas para as palavras do Ministro, publicadas na entrevista, e peço que o texto da sua entrevista também seja incluído, na íntegra, nos *Anais* desta sessão:

Quanto à decisão do pedido de intervenção, o governo federal apenas aguarda uma decisão do STF, que avalia se cabe ou não a intervenção. A Constituição foi sábia ao deixar sob competência da Suprema Corte brasileira a avaliação de uma situação grave, que é a intervenção em um estado federado. É uma situação de exceção, em último caso.

É dentro dessa linha, Sr. Presidente, que tenho dito sobre qualquer ente federativo: a intervenção é uma medida dura. E a Constituição já começa dizendo, no art. 34, “não” à intervenção e cria as situações de exceção.

Mas, voltando ao que diz o Ministro da Justiça, o que quer dizer essa entrevista do Ministro, meus caros Senadores e Senadoras e Sr. Presidente? Quer dizer que o Governo Federal também entende o perigo de se promover uma intervenção em Brasília. Mais do que isso, entende que não há necessidade de intervenção, quando se estabeleceu, nas palavras do próprio Ministro, “uma calma social em Brasília”. O Ministro afirma ainda que as “instituições estão funcionando normalmente” e que “a crise está restrita ao aspecto político, ainda não contaminou o sistema de segurança e de gestão”. É o que diz o Ministro, repito.

Na prática, não há necessidade de intervenção. E não falo aqui de uma suposta luta por “manter o controle da situação”, como a revista *Veja* tem insinuado em suas edições. Não acredito nessa hipótese, pois creio que todas as pessoas envolvidas com a corrupção, certamente, serão proscritas da vida pública do Distrito Federal. Acredito que à Câmara Legislativa cabe o papel de ajudar na limpeza ética, escolhendo alguém de fora para representar o povo no Governo, enquanto as eleições não acontecem. Mas, para isso, também precisamos de decisão do STF sobre as regras para as eleições indiretas, porque a Lei Orgânica do Distrito Federal difere nesse ponto da Constituição Federal e afirma que, no último ano de exercício, no caso de vacância – o que ainda não existiu –, quem assumir ficará até o final do mandato.

Concordo plenamente com o Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, quando diz que temos o controle administrativo do Governo do Distrito Federal (GDF). O Ministro está certo, pois estamos resolvendo nossos problemas. É preciso investigar a fundo as denúncias. Sim, isso é preciso. É preciso punir os culpados também. Mas, acima de tudo, precisamos garantir a reconstrução

de Brasília, a governabilidade e a manutenção dessa calma social, que garante a todos nós a confiança em voltarmos a ser a "Capital da esperança".

Afirma o eminente ex-Ministro Maurício Corrêa: "No instante em que forem realizadas as eleições e os eleitos forem definidos, diplomados e empossados, a cidade retoma definitivamente a sua vida. Esse é o maior mérito da democracia". Concordo com o Ministro. A grande intervenção acontecerá no dia 3 de outubro próximo, quando o eleitor será chamado a votar, a escolher os representantes, a escolher o Governador e o Vice-Governador. Essa será a grande intervenção. Somente no sistema democrático, é possível corrigirem-se falhas do passado e lutarmos por uma luz no futuro.

Vamos lutar para garantir que a democracia vença! Só assim todos nós seremos vencedores.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer, reafirmando meus pronunciamentos anteriores: intervenção não, mas solução sim, para uma Brasília Responsável!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, solicito mais uma vez, no corpo do discurso, a inclusão dos artigos do Ministro Maurício Corrêa e a entrevista do Ministro da Justiça nos Anais da Casa.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ADELMIR SANTANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Acerto final

MAURÍCIO CORRÊA
Advogado

A revirada de acontecimentos políticos verificada em Brasília neste mês com os nervos da cidade. Não há quem não queira o fim da insegurança por eles trazida. É preciso que as coisas voltem ao curso regular o mais rápido possível. Aliás, não foi só o brasileiro que se viu momentaneamente atingido pelos episódios ocorridos na cidade. Foi toda a nação que se emvergou pelas práticas de desonestidade cometidas em plena capital da República. De tudo se extrai que os fatos vindos à público são sérios e seus desdobramentos premeios de ilicetos. Deputados distritais, por isso mesmo, foram forçados a renunciar aos mandatos parlamentares; o vice-governador teve de seguir-lhe de passo; e o governador da cidade, por decisão do Superior Tribunal de Justiça, acabou afastado das funções e preso.

Aqui neste espaço falo a respeito do risco que corria o habeas corpus impetrado no Supremo Tribunal Federal. Em vez de insistir na sua postulação, devia antes ter o governador renunciado ao mandato. A providência desarmaria em pouco os ânimos existentes e poderia ajudar no encaminhamento da defesa. Em liberdade, pode perfeitamente reconstruir a vida e se defender das imputações na instância de primeiro grau, como qualquer cidadão. Agora, af está o resultado. O voto preferido pelo relator, ministro Marco Aurélio, foi preciso. Examinou todos os ângulos da questão e concluiu pelo indeferimento da ordem. Foi acompanhado por oito dos restantes nove ministros presentes à sessão. Em resumo, por 9 votos a 1, a ordem foi denegada. A não ser que encontrem novos fundamentos para outra petição, a prisão preventiva vai ter que ser cumprida na sua plenitude. A prevenção do quadro, talvez de fato se recomende pedido de prisão domiciliar se o estado de saúde do paciente recomendar.

Definida essa questão, resta daqui para a frente o julgamento dos pedidos de impeachment em fase de instrução na Câmara Legislativa. Os procedimentos preliminares já foram instaurados, devendo apenas se aguardar o vencimento do prazo para apresentação de defesa, que começa a fluir a partir da respectiva citação ao acusado. Segue-se, após a tramitação regulada em lei até julgamento final dos pedidos. Com a posse do novo governador, processada na forma do que estabelece a Lei Orgânica do DF, a vida da cidade prossegue em ritmo harmônico. Como a normalidade institucional está restabelecida, não há nenhum sentido falar em intervenção no DF. Reitem-se a certeza de que tal pleito seja de plano indeferido no STF. A prova de que os fatos se deram em harmonia entre no DF é o próprio indeferimento do habeas corpus impetrado perante a mais alta corte de justiça do país.

Recuperada a saúde institucional na cidade, devem agora os partidos políticos começar a se organizar para o pleito eleitoral de outubro próximo. Até porque os prazos definidos no calendário do processo eleitoral têm que ser respeitados. Parece que não, mas as eleições estão próximas. Os partidos não têm mais tempo a perder. As alianças políticas principiam a ser entabuladas. Logo em seguida estarão consolidadas. Dentro de poucos dias já se conhecem as coligações nacionais que vão disputar a Presidência da República e, como consequência delas, serão também formadas as que vão disputar o pleito no DF. No instante em que forem realizadas as eleições e que os eleitos forem definidos, diplomados e empossados, a cidade retoma definitivamente sua vida. Esse é o maior mérito da democracia. A reviravolta engendrada pelo desarranjo político em Brasília deve resultar em algum

benefício profilático. Deve ser um só. O de que os aproveitadores e desonestos precisem e devem ser expurgados da vida política. Na capital da República, melhormente se implantou a cultura de fazer da política meio para ganhar dinheiro. Ora, quem deseja e quer ganhar dinheiro deve ir para a iniciativa privada. Se alguém deseja ser candidato a cargo público eleitoral deve saber, antes de tudo, que vai ter que se sacrificar. O costume de se valer do mandato popular como instrumento para conseguir vantagens desonestas sem que se extingue da vida pública, a atráida vantagem pecuniária correta que o candidato, se eleito, deve ter é de seus subsídios. Se fugir desse comportamento, fazendo do mandato mercancia, precisa saber que trai o povo, devendo responder pelos atos perante a justiça.

Somente quando houver a depuração desses vícios da política, será possível recuperar a dignidade de seu exercício na plenitude democrática. Que paguem os que desertaram do dever a ser cumprido, dos que traíram o povo, porque conspiraram o mandato, porque roubaram, porque romperam, porque usaram do dinheiro público para si próprios. O Brasil caminha na busca do desenvolvimento econômico e social; tem crescido e progredido em vários setores da atividade humana; por sua expansão territorial, cultural e política se projeta no mundo contemporâneo. Na perspectiva desses avanços, há que encontrar também mecanismos de eliminação das maelças da corrupção. O dia em que o país conseguir alcançar em parte, pelo menos, esse objetivo, pode-se dizer que será o dia em que lavrou seu maior tento. Como consequência, o PIB dobrará, as receitas tributárias e o povo viverá melhor.

CIÓRGO BRASILEIRO - Brasília, de terça-feira, 2 de março de 2010 - Opinião - 21

ARI CUNHA
Desde 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@adbr.com.br
com.0300.300.0000

Terremoto na política

Sempre vivemos calmaria. O Brasil nunca teve terremotos. Existe, mas na política. O julgamento de José Roberto Arruda pelo Supremo saiu da metastase institucional. O mal está sendo cortado pela raiz. Plantada em terras impróprias, a Câmara Legislativa não brotou dignidade. O Supremo Tribunal Federal reconheceu o engano dos eleitores e deseja que Brasília crie consciência. O resultado foi de nove votos a favor da prisão e um contra. Este, de autoria do ministro José Antonio Dias Toffi. A favor votaram os ministros Ayres Brito, Carmem Lucia, Celso de Mello, Cezar Peluso, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa, Marco Aurélio Mello (relator) e Ricardo Lewandowski. Vitória do povo enganado.

» A frase que não foi pronunciada

"Devemos, ao partir, deixar sempre um ambiente melhor do que quando chegamos."

» Recado de Thomas Edison a todos os governantes

Lé com lé	Fim
» Com decisão confirmada pelo STF, a ministra Carmem Lucia negou o recurso que pedia a cassação do prefeito Gilberto Kassab, de São Paulo. Nada indicou abuso ou desrespeito à lei.	» A revolta contra o imposto SINDICAL reaparece porque o dinheiro não é usado para melhorar as condições do empregado sindicalizado. É gasto com passagens aéreas, aluguel de casas, viagens de dirigentes e até acompanhamento corporativo. Ineficiência, corrupção e reforma de sedes regionais. Por isso, não é possível a prestação de contas. Se o STF não se intervir...
Autonomia » Multa discussão se faz em torno do Tribunal do doméstico. Quem batia é	

Cidades

+ política e economia no DF

Editor: Marcelo Tokarski
marcelotokarski@df.gov.br.com.br
Tele: (3014) 3119 e 3214-1160
Fax: 3214-1159
cidades.df@df.gov.br

Brasília, domingo, 7 de março de 2010 • CÂMPUS BRASILIENSE • 29

LAGO NORTE

Riosos entram em forma com equipamentos de ginástica voltados para a terceira idade.

PÁGINA 35

QUALIFICAÇÃO

Emerson Madrueira (foto) decidiu fazer um MBA em gestão de negócios após tomar posse em um posto de chefe. Mercado está em expansão no DF.

PÁGINA 39

ORÇAMENTO

A inflação no Distrito Federal recuou em fevereiro, ficando em 0,35%. A redução de 10,2% nas passagens aéreas (foto) contribuiu para diminuir o índice.

PÁGINA 41

“A ORDEM SOCIAL ESTÁ MANTIDA”

Em entrevista ao *Correio*, Ministro da Justiça diz que as instituições estão funcionando em Brasília, com clima pacífico nas ruas

• EDSON LUIZ

Carrioca de nascimento, o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, tem um carinho especial por Brasília, cidade onde chegou aos nove anos. Primeiro funcionário de carreira a assumir o cargo, Barreto foi secretário-geral dos ex-ministros Márcio Thomaz Bastos e Tarciso Gentil, e hoje tem em mãos pelo menos quatro grandes problemas ligados diretamente ao Distrito Federal, o desaparecimento de jovens em Luziânia, a violência no Entorno, a crise política desencadeada após a Operação Casa de Pandora e a possibilidade de intervenção federal no DF. Sobre o último tema, o ministro resalta que a situação em Brasília pode ser considerada normal. A crise não contagiou o sistema de segurança ou de

gestão do Governo do Distrito Federal, embora, é claro, a instabilidade administrativa tende a provocar uma certa ineficiência na execução dos serviços públicos”, diz Barreto, em entrevista exclusiva ao *Correio*.

Segundo ele, o governo federal vem acompanhando a situação de perto, mas a decisão sobre o assunto é do Supremo Tribunal Federal (STF). Cabe ao seu ministério apenas redigir o decreto presidencial e nomear o interventor. O governo federal tem adotado a cautela em relação ao tema, que, caso seja adotado, pode afetar outros setores. “Brasília tem peculiaridades, como funcionamento de embaixadas, administrações diretas, indústrias e autarquias que não podem sofrer qualquer prejuízo no seu funcionamento em razão de uma crise política no

DF”, diz o ministro da Justiça.

Outra questão que preocupa o ministro da Justiça é o desaparecimento de adolescentes em Luziânia, assunto principal do encicróto que Barreto terá amanhã com o governador de Goiás, Alcides Rodrigues (PP), em Goiânia. O ministro afirma que existem alguns avanços nas investigações que podem indicar os primeiros indícios do que houve com seis jovens na cidade do Entorno. A região, segundo Barreto, passou a ser um dos focos de atenção do governo federal, em função do avanço da criminalidade, causado pela superpopulação. A União, nos dois últimos anos, conforme o ministro da Justiça, investiu R\$ 58 milhões em equipamentos para as polícias atuarem no Entorno. A seguir, os principais pontos da entrevista de Luiz Paulo Barreto

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Adelmir Santana, V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Rapidamente, antes de despachar os ofícios que aqui estão chegando, já que fiz hoje uma homenagem ao cantor Leonardo, que, infelizmente, faleceu nesse domingo, eu gostaria de ler, com o mesmo carinho, o que, neste momento, recebi, na Mesa, do seu filho. Diz ele:

Acabei de ler o pronunciamento do Senador Paim. Estou muito emocionado em saber do carinho e do respeito que nosso Senador demonstrou em relação ao meu pai, Jader Moreci Teixeira (LEONARDO).

O Rio Grande está de luto pois ontem enterramos parte de sua história, um companheiro de tantas lutas e batalhas que travamos juntos ao nosso partido. Pode ter certeza de que ontem, no final da tarde, enterrei metade do meu coração, mas resta outra metade para a minha família, amigos, e prosseguir a caminhada...

Muito obrigado.

Jader Moreci Teixeira Filho e familiares.

Gostaria também de aproveitar, este momento, para ler aqui uma decisão que considero fundamental, que foi tomada pelo movimento que fizemos aqui no Congresso, de forma suprapartidária, e que teve respaldo junto à União. Recebi aqui, há minutos, correspondência do Sr. Milton Cardoso, Presidente da Abicalçados. Diz ele:

A Associação Brasileira das Indústrias de Calçados – Abicalçados – registra com satisfação o reconhecimento pela aplicação, agora em caráter definitivo, do direito antidumping das importações de calçados oriundos da China.

O empresariado calçadista, agora motivado pelo caráter definitivo, tratará de expandir as atividades em razão da demanda nacional a ponto de preencher a capacidade ociosa que ainda se verifica. A partir daí novos investimentos deverão ser implementados de forma a cumprir com nossa estimativa de criação de 80 mil novos empregos no segmento.

É importante registrar o empenho de autoridades, lideranças da sociedade e empresários que, em perfeita comunhão de interesses, apoiaram decisivamente a causa e, ao sensibilizar o Executivo Federal, demonstraram a importância do setor em razão de sua empregabilidade. Este empenho foi decisivo

para que lográssemos o resultado obtido, razão pela qual queremos registrar nosso agradecimento por seu importante engajamento no processo.

Recebi esse comunicado do Presidente da Abicalçados, Milton Cardoso, dirigido a mim, mas é um agradecimento a todos aqueles, Deputados e Senadores, que, de forma suprapartidária, estiveram junto ao Executivo para que o combate antidumping seja cada vez mais fortalecido.

Quero dizer que estamos fazendo o mesmo movimento em relação às máquinas pesadas que estão chegando ao Brasil nas obras do PAC produzidas lá fora e gerando desemprego aqui dentro. Haverá uma reunião nesta quarta-feira, junto ao Ministério da Indústria e Comércio também com esse objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu **Ofício nº 37, de 2010**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 (nº 5.940/2009, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que *cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e dá outras providências*.

O projeto vai às Comissões competentes.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 37/10/PS – GSE

Brasília, 3 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador Heráclito Fortes
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Assunto: Envio de PL para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 5.940, de 2009, do Poder Executivo, aprovado na Sessão Plenária do dia 24-2-2010, que “Cria o Fundo Social – FS, dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos, altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências”, de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente. – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o seguinte o projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2010

(nº 5.940/2009, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Cria o Fundo Social - FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I DO FUNDO SOCIAL - FS

Art. 1º Fica criado o Fundo Social - FS, de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

§ 1º Os programas e projetos de que trata o caput observarão o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e as respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

§ 2º Os programas e projetos previstos no caput no que se refere ao combate à pobreza devem observar o disposto na Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, permitindo-se o uso dos recursos para investimentos em infraestrutura de conteúdo social.

Art. 2º O FS tem por objetivos:

I - constituir poupança pública de longo prazo com base nas receitas auferidas pela União;

II - oferecer fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma prevista no art. 1º.

III - mitigar as flutuações de renda e de preços na economia nacional, decorrentes das variações na renda gerada pelas atividades de produção e exploração de petróleo e de outros recursos não renováveis.

Parágrafo único. É vedado ao FS, direta ou indiretamente, conceder garantias.

Art. 3º No mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos a serem aplicados no combate à pobreza serão destinados a um fundo específico, a ser gerido pelo Ministério da Previdência Social, para recomposição da diferença entre o que foi recolhido em salários mínimos e efetivamente pago pela Previdência Social a seus segurados.

Parágrafo único. Após a recomposição das perdas previdenciárias, os recursos serão direcionados para realização de projetos e programas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

**CAPÍTULO II
DOS RECURSOS DO FS**

Art. 4º Constituem recursos do FS:

I - parcela do valor do bônus de assinatura destinada ao FS pelos contratos de partilha de produção;

II - parcela dos royalties que cabe à União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos, conforme estabelecido nos contratos de partilha da produção, na forma do regulamento;

III - receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei;

IV - os royalties e a participação especial dos blocos do pré-sal já licitados destinados à administração direta da União, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo;

V - os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e

VI - outros recursos destinados ao FS em lei.

§ 1º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 49.

.....

§ 3º Nos blocos do pré-sal licitados antes de 31 de dezembro de 2009, a parcela dos royalties que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública,

da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.”(NR)

“Art. 50.

.....

§ 4º Nos blocos do pré-sal licitados antes de 31 de dezembro de 2009, a parcela da participação especial que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que tratam os incisos I e II do § 2º deste artigo.”(NR)

§ 2º O cumprimento do disposto no § 1º deste artigo obedecerá à regra de transição, a critério do Poder Executivo, estabelecida na forma do regulamento.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FS

Art. 5º A política de investimento do FS tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações e assegurar sua sustentabilidade econômica e financeira para o cumprimento das finalidades definidas nos arts. 1º e 2º.

Parágrafo único. Os investimentos e aplicações do FS serão destinados preferencialmente a ativos no exterior, com a finalidade de mitigar a volatilidade de renda e de preços na economia nacional.

Art. 6º Os recursos do FS para aplicação nos programas e projetos a que se refere o art. 1º deverão ser os resultantes do retorno sobre o capital.

Parágrafo único. Constituído o FS e garantida a sua sustentabilidade econômica e financeira, o Poder Executivo, na forma da lei, poderá propor o uso de percentual de recursos do principal para a aplicação nas finalidades previstas no art. 1º, na etapa inicial de formação de poupança do fundo.

Art. 7º A política de investimentos do FS será definida pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social - CGFFS.

§ 1º O CGFFS terá sua composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo, assegurada a participação do Ministro de Estado da Fazenda, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente do Banco Central do Brasil.

§ 2º Aos membros do CGFFS não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 3º As despesas relativas à operacionalização do CGFFS serão custeadas pelo FS.

Art. 8º Cabe ao CGFFS definir:

I - o montante a ser, anualmente, resgatado do FS, assegurada sua sustentabilidade financeira;

II - a rentabilidade mínima esperada;

III - o tipo e o nível de risco que poderão ser assumidos na realização dos investimentos, bem como as condições para que o nível de risco seja minimizado;

IV - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no Exterior e no País;

V - a capitalização mínima a ser atingida antes de qualquer transferência para as finalidades e os objetivos definidos nesta Lei.

Art. 9º A União, a critério do CGFFS, poderá contratar instituições financeiras federais para atuarem como agentes operadores do FS, as quais farão jus a remuneração pelos serviços prestados.

Art. 10. A União poderá participar, com recursos do FS, como cotista única, de fundo de investimento específico.

Parágrafo único. O fundo de investimento específico de que trata este artigo deve ser constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 11. O fundo de investimento de que trata o art. 10 deverá ter natureza privada, patrimônio próprio separado do patrimônio do cotista e do administrador, sujeitando-se a direitos e obrigações próprias.

§ 1º A integralização das cotas do fundo de investimento será autorizada em ato do Poder Executivo, ouvido o CGFFS.

§ 2º O fundo de investimento terá por finalidade promover a aplicação em ativos no Brasil e no exterior.

§ 3º O fundo de investimento responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, ficando o cotista obrigado somente pela integralização das cotas que subscrever.

§ 4º A dissolução do fundo de investimento dar-se-á na forma de seu estatuto, e seus recursos retornarão ao FS.

§ 5º Sobre as operações de crédito, câmbio e seguro e sobre rendimentos e lucros do fundo de investimento não incidirá nenhum imposto ou contribuição social de competência da União.

§ 6º O fundo de investimento deverá elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com a legislação em vigor e conforme o estabelecido no seu estatuto.

Art. 12. O estatuto do fundo de investimento definirá, inclusive, as políticas de aplicação, critérios e níveis de rentabilidade e de risco, questões operacionais da gestão administrativa e financeira e regras de supervisão prudencial de investimentos.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO DO FS

Art. 13. Fica criado o Conselho Deliberativo do Fundo Social - CDFS, com a atribuição de propor ao Poder Executivo, ouvidos os Ministérios afins, a prioridade e a destinação dos recursos resgatados do FS para as finalidades estabelecidas no art. 1º, observados o PPA, a LDO e a LOA.

§ 1º A composição, as competências e o funcionamento do CDFS serão estabelecidos em ato do Poder Executivo, garantida a participação de um representante dos municípios.

§ 2º Aos membros do CDFS não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 3º A destinação de recursos para os programas e projetos definidos como prioritários pelo CDFS fica condicionada à prévia fixação de metas, prazo de execução e planos de avaliação, em coerência com as disposições estabelecidas no PPA.

§ 4º O CDFS deverá submeter os programas e projetos a criteriosa avaliação quantitativa e qualitativa durante todas as fases de execução, monitorando os impactos efetivos sobre a população e nas regiões de intervenção, com o apoio de instituições públicas e universitárias de pesquisa.

§ 5º Os recursos do FS destinados aos programas e projetos de que trata o art. 1º devem observar critérios de redução das desigualdades regionais.

§ 6º Para o cumprimento do disposto no § 5º, deverá ser considerado o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do município, com prioridade aos com IDH abaixo da média nacional.

§ 7º Os recursos do FS destinados à Ciência e Tecnologia, em observância ao disposto no art. 1º, devem priorizar a pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis.

Art. 14. As demonstrações contábeis e os resultados das aplicações do FS serão elaborados e apurados semestralmente, nos termos previstos pelo órgão central de contabilidade de que trata o inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo definirá as regras de supervisão do FS, sem prejuízo da fiscalização dos entes competentes.

Art. 15. O Poder Executivo encaminhará trimestralmente ao Congresso Nacional relatório de desempenho do FS, conforme disposto em regulamento do Fundo.

Art. 16. No caso de dissolução do FS, seu patrimônio será transferido ao Tesouro Nacional, na forma do regulamento.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.940, DE 2009

Cria o Fundo Social - FS, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I DO FUNDO SOCIAL - FS

Art. 1º Fica criado o Fundo Social - FS, de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental.

Parágrafo único. Os projetos e programas de que trata o **caput** observarão o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e as respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 2º O FS tem por objetivos:

I - constituir poupança pública de longo prazo com base nas receitas auferidas pela União;

II - oferecer fonte regular de recursos para o desenvolvimento social, na forma de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental; e

III - mitigar as flutuações de renda e de preços na economia nacional, decorrentes das variações na renda gerada pelas atividades de produção e exploração de petróleo e de outros recursos não renováveis.

Parágrafo único. É vedado ao FS, direta ou indiretamente, conceder garantias.

CAPÍTULO II DOS RECURSOS DO FS

Art. 3º Constituem recursos do FS:

I - a parcela do valor do bônus de assinatura que lhe for destinada pelos contratos de partilha de produção;

II - a parcela dos **royalties** que cabe à União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos, conforme estabelecido nos contratos de partilha de produção;

III - a receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei;

IV - os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e

V - outros recursos que lhe sejam destinados em lei.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FS

Art. 4º A política de investimento do FS tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações, e assegurar sua sustentabilidade financeira para o cumprimento das finalidades definidas no art. 1º.

Art. 5º A política de investimentos do FS será realizada pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social - CGFFS.

§ 1º O CGFFS terá sua composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

§ 2º Aos membros do CGFFS não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 3º As despesas relativas à operacionalização do CGFFS serão custeadas pelo FS.

Art. 6º Cabe ao CGFFS definir:

I - o montante a ser, anualmente, resgatado do FS, assegurada sua sustentabilidade financeira;

II - a rentabilidade mínima esperada;

III - o tipo e o nível de risco que poderão ser assumidos na realização dos investimentos;

IV - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no País;

V - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no exterior;

VI - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos por setor ou atividade econômica; e

VII - a capitalização mínima a ser atingida antes de qualquer transferência para as finalidades e os objetivos definidos nesta Lei.

Art. 7º O FS, a critério do CGFFS, poderá, diretamente pelo Ministério da Fazenda, adquirir ativos no Brasil ou no exterior, respeitados os limites definidos no art. 6º.

Art. 8º A União, a critério do CGFFS, poderá contratar instituições financeiras federais para atuarem como agentes operadores do FS, as quais farão jus a remuneração pelos serviços prestados.

Art. 9º A União, com recursos do FS, poderá participar, como cotista única, de fundo de investimento específico.

Parágrafo único. O fundo de investimento específico de que trata este artigo deve ser constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 10. O fundo de investimento de que trata o art. 9º deverá ter natureza privada, patrimônio próprio separado do patrimônio do cotista e do administrador, sujeitando-se a direitos e obrigações próprias.

§ 1º A integralização das cotas do fundo de investimento será autorizada em ato do poder executivo, ouvido o CGFFS.

§ 2º O fundo de investimento terá por finalidade promover a aplicação em ativos no Brasil e no exterior.

§ 3º O fundo de investimento responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, ficando o cotista obrigado somente pela integralização das cotas que subscrever.

§ 4º A dissolução do fundo de investimento dar-se-á na forma de seu estatuto e seus recursos retornarão ao FS.

§ 5º Sobre as operações de crédito, câmbio e seguro e sobre rendimentos e lucros do fundo de investimento não incidirá nenhum imposto ou contribuição social de competência da União.

§ 6º O fundo de investimento deverá elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com a legislação em vigor e conforme o estabelecido no seu estatuto.

Art. 11. O estatuto do fundo de investimento definirá, inclusive, as políticas de aplicação, critérios e níveis de rentabilidade e de risco, questões operacionais da gestão administrativa e financeira e regras de supervisão prudencial de investimentos.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO DO FS

Art. 12. Fica criado o Conselho Deliberativo do Fundo Social - CDFS, com a atribuição de deliberar sobre a prioridade e a destinação dos recursos resgatados do FS para as finalidades estabelecidas no art. 1º.

§ 1º O CDFS contará com a participação de representantes da sociedade civil e da administração pública federal e terá sua composição, competência e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

§ 2º Aos membros do CDFS não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

Art. 13. As demonstrações contábeis e os resultados das aplicações do FS serão elaborados e apurados semestralmente, nos termos previstos pelo órgão central de contabilidade de que trata o inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo definirá as regras de supervisão do FS, sem prejuízo da fiscalização dos entes competentes.

Art. 14. O Ministério da Fazenda encaminhará trimestralmente ao Congresso Nacional relatório de desempenho do FS, conforme disposto em regulamento do fundo.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

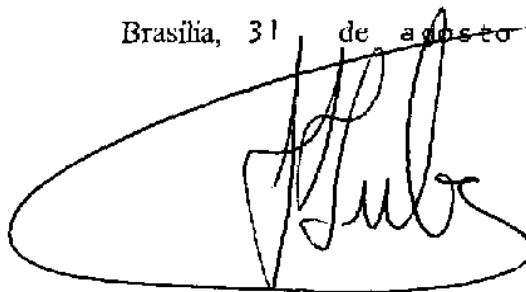
Brasília,

Mensagem nº 715, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Cria o Fundo Social - FS, e dá outras providências”.

Brasília, 31 de agosto de 2009.

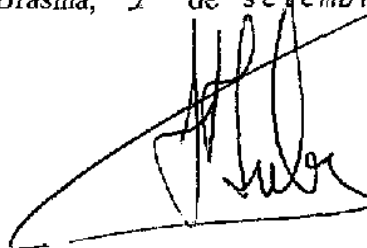


Mensagem nº 740, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências a fim de solicitar seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência pedida com apoio no § 1º do art. 64 da Constituição para o Projeto de Lei nº 5.940, de 2009, que “Cria o Fundo Social - FS, e dá outras providências”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 715, de 2009.

Brasília, 9 de setembro de 2009.



E.M.I. nº 119 - MF/MME/MP/MDIC/CCIVIL

Brasília, 31 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de criação do Fundo Social - FS por meio de Projeto de Lei, que dispõe sobre seus objetivos, estrutura, fontes de recursos e aplicações.

2. O FS constitui-se num instrumento essencial para maximizar os benefícios para o País das receitas oriundas das atividades petrolíferas na área do pré-sal e em áreas estratégicas, em função da natureza distinta destas em relação às demais receitas governamentais. As principais diferenças dizem respeito: i) à finitude de sua fonte de incidência, que se refere à exploração de um recurso não-renovável; ii) à sua volatilidade, uma vez que as receitas petrolíferas dependem decisivamente dos preços de mercado do petróleo, seus derivados, e do gás natural; e iii) ao fato de implicar o ingresso ao País de grandes volumes de moeda estrangeira.
3. Como forma de minimizar os impactos da primeira diferença, os governos devem atuar de modo a evitar que somente a geração atual usufrua dos benefícios da exploração de recursos finitos. Para tanto, é necessário que a riqueza do petróleo seja transformada em ativo cujo usufruto possa ser estendido no tempo, mesmo depois que o petróleo tenha se esgotado.
4. Já com respeito à segunda diferença, os governos devem evitar que a volatilidade dos preços do petróleo se reflita nas condições de financiamento das despesas públicas, prejudicando a alocação eficiente dos recursos públicos. Por outro lado, deve-se evitar que o afluxo de uma quantidade de recursos elevada e concentrada no tempo, ao reduzir ou temporariamente eliminar as restrições ao financiamento dos gastos correntes, desestime a busca do fortalecimento institucional e da qualidade do gasto público.
5. Finalmente, deve-se evitar que a entrada no País de grande volume de recursos em moeda estrangeira conduza a uma tendência permanente à apreciação cambial, reduzindo a competitividade dos produtos nacionais e provocando atrofia de outros setores da economia.
6. Em função dessas diferenças fundamentais, as melhores práticas internacionais sugerem separar as receitas advindas do setor petrolífero das demais receitas orçamentárias em um fundo específico destinado à expansão do capital físico e humano, habilitado a aplicar seus recursos tanto no País quanto no exterior.
7. Com base nos pontos destacados acima, propomos a criação do Fundo Social - FS, fundo especial de natureza contábil e financeira vinculado à Presidência da República, cabendo a ele a responsabilidade pela centralização dos recursos advindos da exploração econômica das áreas do pré-sal e estratégicas, cujos resultados serão aplicados em projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental.

8. A atuação do FS terá por objetivos: a) oferecer fonte regular de recursos para projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental; b) controlar o impacto cambial das operações relativas ao setor petrolífero; e c) evitar os efeitos inflacionários decorrentes do excesso de recursos disponíveis sobre a capacidade de investimento e de produção da economia em determinado período.
9. Os recursos do FS se constituem de parcela do valor do bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção, da parcela dos royalties dos contratos de partilha de produção que couber à União, da receita advinda da comercialização do petróleo e do gás natural da União, dos resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades e de outros recursos que lhe sejam destinados na Lei Orçamentária Anual.
10. A gestão financeira do FS deve ser executada por um Comitê Gestor e contar com a participação do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e do Banco Central do Brasil, com a responsabilidade de assegurar sua sustentabilidade financeira intertemporal. O Comitê terá como atribuições definir, entre outros elementos, o nível máximo anual das alocações de recursos do fundo para suas finalidades e objetivos; a rentabilidade mínima esperada; o tipo e nível de risco que poderá ser assumido na realização dos investimentos; os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no exterior para assegurar a estabilidade cambial e a diversificação e rentabilidade dos investimentos; a capitalização mínima a ser atingida antes de qualquer transferência para as finalidades e objetivos previstos no projeto; e a regra de prudência, que deverá assegurar fluxo regular de recursos para projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e de tecnologia e da sustentabilidade ambiental.
11. A União poderá participar, com recursos do FS, como cotista única de fundo de investimento específico para a preservação dos recursos oriundos do petróleo, a ser constituído por instituição financeira federal. Este fundo deverá ter natureza privada, patrimônio próprio separado do patrimônio do cotista e estar sujeito a direitos e obrigações próprias. A flexibilidade na aplicação dos recursos possibilita ao fundo a obtenção de rendimentos compatíveis com os objetivos de longo prazo do FS.
12. Para a deliberação das prioridades e da destinação dos recursos do FS, o Projeto de Lei prevê a criação do Conselho Deliberativo do Fundo Social – CDFS que, com a participação de representantes da sociedade civil assegurada, terá seu funcionamento estabelecido em ato do Poder Executivo.
13. São estes, Senhor Presidente, os motivos pelos quais submetemos à consideração de Vossa Excelência o Projeto de Lei em anexo.

Respeitosamente,

Assinado Por: Guido Mantega, Edson Lobão, Paulo Bernardo Silva, Miguel Jorge, Dilma Rousseff

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964.**

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

.....

Capítulo II
Do Conselho Monetário Nacional

.....

Art. 4º Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República: (Redação dada pela Lei nº 6.045, de 15/05/74) (Vetado)

.....

XXII - Estatuir normas para as operações das instituições financeiras públicas, para preservar sua solidez e adequar seu funcionamento aos objetivos desta lei;

.....

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Art. 49. A parcela do valor do *royalty* que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição: (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

I - quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) cinquenta e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados onde ocorrer a produção;

b) quinze por cento aos Municípios onde ocorrer a produção;

c) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

~~d) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo;~~

~~d) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis; (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2006)~~

d) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda geração, bem como para programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias; (Redação dada pela Lei nº 11.921, de 2009)

II - quando a lavra ocorrer na plataforma continental:

a) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados produtores confrontantes;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios produtores confrontantes;

c) quinze por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;

d) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

e) sete inteiros e cinco décimos por cento para constituição de um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;

~~f) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria de petróleo.~~

~~f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)~~

f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda geração, bem como para programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias. (Redação dada pela Lei nº 11.921, de 2009)

~~§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, serão aplicados no mínimo quarenta por cento em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico nas regiões Norte e Nordeste.~~

§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia serão aplicados, no mínimo, 40% (quarenta por cento) em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico das regiões Norte e Nordeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional. (Redação dada pela Lei nº 11.540, de 2007)

§ 2º O Ministério da Ciência e Tecnologia administrará os programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstos no *caput* deste artigo, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º, e mediante convênios com as universidades e os centros de pesquisa do País, segundo normas a serem definidas em decreto do Presidente da República.

Art. 50. O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial, a ser regulamentada em decreto do Presidente da República. (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

§ 1º A participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os *royalties*, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor.

§ 2º Os recursos da participação especial serão distribuídos na seguinte proporção:

~~I – quarenta por cento ao Ministério de Minas e Energia, para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º;~~

I - 40% (quarenta por cento) ao Ministério de Minas e Energia, sendo 70% (setenta por cento) para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de combustíveis fósseis, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º desta Lei, e pelo MME, 15% (quinze por cento) para o custeio dos estudos de planejamento da expansão do sistema energético e 15% (quinze por cento) para o financiamento de estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos no território nacional; (Redação dada pela lei nº 10.848, de 2004)

~~II – dez por cento ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, destinados ao desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo;~~

II - 10% (dez por cento) ao Ministério do Meio Ambiente, destinados, preferencialmente, ao desenvolvimento das seguintes atividades de gestão ambiental relacionadas à cadeia produtiva do petróleo, incluindo as consequências de sua utilização: (Redação dada pela lei nº 12.114, de 2009)

a) modelos e instrumentos de gestão, controle (fiscalização, monitoramento, licenciamento e instrumentos voluntários), planejamento e ordenamento do uso sustentável dos espaços e dos recursos naturais; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

b) estudos e estratégias de conservação ambiental, uso sustentável dos recursos naturais e recuperação de danos ambientais; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

c) novas práticas e tecnologias menos poluentes e otimização de sistemas de controle de poluição, incluindo eficiência energética e ações consorciadas para o tratamento de resíduos e rejeitos oleosos e outras substâncias nocivas e perigosas; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

d) definição de estratégias e estudos de monitoramento ambiental sistemático, agregando o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental específicos, na escala das bacias sedimentares; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

e) sistemas de contingência que incluam prevenção, controle e combate e resposta à poluição por óleo; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

f) mapeamento de áreas sensíveis a derramamentos de óleo nas águas jurisdicionais brasileiras; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

g) estudos e projetos de prevenção de emissões de gases de efeito estufa para a atmosfera, assim como para mitigação da mudança do clima e adaptação à mudança do clima e seus efeitos, considerando-se como mitigação a redução de emissão de gases de efeito estufa e o aumento da capacidade de remoção de carbono pelos sumidouros e, como adaptação as iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

h) estudos e projetos de prevenção, controle e remediação relacionados ao desmatamento e à poluição atmosférica; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

i) iniciativas de fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

III - quarenta por cento para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

IV - dez por cento para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção.

~~§ 3º Os estudos a que se refere o inciso II do parágrafo anterior serão desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso IX do art. 8º. (Revogado pela Lei nº 12.114, de 2009)~~

.....

LEI Nº 10.180, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2001.

Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

.....

**TÍTULO IV
DO SISTEMA DE CONTABILIDADE FEDERAL**

.....

**CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS**

.....

Art. 17. Integram o Sistema de Contabilidade Federal:

I - a Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central;

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 6 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não havendo nada mais a registrar, eu só faria um apelo ao Senador Alvaro Dias, porque me comprometi de, na quarta-feira, falar às 14 horas. Sei que ele já atendeu que eu seja o primeiro a falar, porque na quarta-feira, Senador Alvaro Dias – já aproveitei para adiantar e convidar V. Ex^a –, vamos tentar usar o primeiro momento da sessão das 14 horas para defender a aprovação rápida nesta Casa da PEC da Juventude. A PEC não é de nossa autoria. Ela vem da Câmara. Vai trazer benefício para milhões de jovens do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 469, DE 2009**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.*

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador Geovani Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 20.11.2009)

Prazo final prorrogado: 15.03.2010

2**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009**

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que *constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).*

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello
(Sobrestando a pauta a partir de: 28.11.2009)

Prazo final prorrogado: 23.03.2010

3**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que *altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.*

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador César Borges
(Sobrestando a pauta a partir de: 17.02.2010)

Prazo final prorrogado: 02.05.2010

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009

(Em regime de urgência,
nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353,
parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19.12.2009)

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2010**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo
único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007,

tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o

§ 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

14

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica*.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tripliques do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995*.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto)*.

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas*.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que *define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

- de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e

- de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas avarquias e fundações públicas*.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

- da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

- de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci),

que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.*

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança*.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocai do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos*.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Ro-

sado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas*.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte)*.

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003*.

49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo

nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004*.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito)*.

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância*.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regula-*

menta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente*.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade*.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 390, DE 2005 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 - Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais)*.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 175, DE 2003- COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *altera o art. 1º, inciso I, alínea "g" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício*

de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 316, DE 2004 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei

Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 269, DE 2005 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que

acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea "d" do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003 Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003 Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003 Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a redação da alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epiácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados,

na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 2007 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acres-

centa alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea *çgç* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 *ç* CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramita-

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008
(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 - COMPLEMENTAR
(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *¿b¿* do inciso I do

art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

76

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.*

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e
- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que

altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

80

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

81

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedo-

filia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

82

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2010, do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (regulamenta a profissão de motorista).

83

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 9, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

84

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

85

REQUERIMENTO Nº 92, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 92, de 2010, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado

nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (cumprimento de pena privativa de liberdade).

86

REQUERIMENTO Nº 97, DE 2010

Votação, em turno único, dos Requerimentos nº 97, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

87

REQUERIMENTO Nº 98, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 98, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

88

REQUERIMENTO Nº 93, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nºs 93, de 2010, do Senador Adelmir Santana, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (regulamenta o exercício da atividade de gastrólogo).

89

REQUERIMENTO Nº 94, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nºs 94, de 2010, do Senador Adelmir Santana, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

90**REQUERIMENTO Nº 95, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 95, de 2010, da Senadora Rosalba Ciarlini, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição,*

seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (disciplina a cremação de cadáveres).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 24 minutos.)

Ata da 26ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 9 de março de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney e Mão Santa,
da Srª Rosalba Ciarlini e do Sr. Sadi Cassol*

*(Inicia-se a Sessão às 15 horas e 1 minu-
to, e encerra-se às 20 horas e 27 minutos.)*

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 9/3/2010 07:34:53 até 9/3/2010 20:35:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X						
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCI	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PSC	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PV	AC	MARINA SILVA	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
DEM	RN	ROBALBA CIARLINI	X						
Bloco-PT	TO	SADI CASSOL	X						
PSDB	PE	SERGIO GUERRA	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUFF	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						

Compareceram: 61 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Sobre a mesa, Aviso do Ministro de Estado da Saúde que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

– **Aviso nº 182, de 2010**, de 4 de março do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.343, de 2009, do Senador Gilberto Goellner.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 179, DE 2010

Requeiro nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 194 de 2009, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, de base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a plano de saúde contratado em benefício de empregado doméstico que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138 e 465 de 2008; e 115, de 2009, pra que o mesmo tenha tramitação autônoma.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senador **César Borges**.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – O Requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 180, DE 2010

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2009 que “Acrescenta o inciso XII ao artigo 48 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que “Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, com o objetivo de estabelecer prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residen-

cial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos” seja apreciado, também, pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senador **Roberto Cavalcanti**.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 181, DE 2010

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 199 do RISF, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado no dia 12 de abril do corrente ano, destinada a homenagear a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP pelo transcurso de seu 60º aniversário comemorado neste mês.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senador **Paulo Paim**. – **Augusto Botelho** – **Papaléo Paes** – **Alvaro Dias** – **Mão Santa** – **Heráclito Fortes**.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2010

Reabre o prazo para opção do servidor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS pela vantagem pessoal nominalmente identificada prevista no caput do art. 9º da Lei 11.314, de 3 de julho de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reaberto, por cento e oitenta dias contados da publicação desta Lei, o prazo previsto no § 2º do art. 9º da Lei 11.314, de 3 de julho de 2006, para opção dos servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS pela vantagem pessoal nominalmente identificada, prevista no caput do mesmo artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei que ora se pretende alterar dispõe sobre diversas matérias concernentes à remuneração e à carreira de diversos segmentos da Administração Pública

brasileira, inclusive sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Ao fazê-lo, determina, no art. 9º, que o valor da complementação salarial de que trata o Decreto-Lei nº 2.438, de 26 de maio de 1988, continuará sendo pago aos servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na forma de vantagem pessoal nominalmente identificada.

Acresce que a vantagem pessoal nominalmente identificada será calculada sobre o vencimento básico da classe e padrão em que o servidor esteja posicionado, nos percentuais de 100% (cem por cento) para os ocupantes de cargos de nível superior e de 70% (setenta por cento) para os de nível médio, e não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação (§1º do art. 9º).

E determina, finalmente, no dispositivo que ora se pretende alterar, que o servidor do DNOCS tem o prazo de sessenta dias, contados da promulgação da Lei, ocorrida em 3 de julho de 2006, para optar pela vantagem pessoal ou pela remuneração que percebia em razão de decisão judicial.

Ocorre que neste caso, como ocorreu em outros dessa mesma natureza, a Administração não forneceu aos servidores, tempestivamente, todas as informações de que eles necessitavam para tomar uma decisão com todos os elementos necessários a uma opção consciente e coerente com seus interesses.

Por tais razões, impõe-se a reabertura do prazo, que é o que propomos mediante o presente projeto de lei, em medida destinada a beneficiar o servidor, sem qualquer prejuízo à administração.

Solicitamos aos eminentes pares o apoio imprescindível para a apreciação e a aprovação do presente projeto. – Senador **Inácio Arruda**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.314, DE 3 DE JULHO DE 2006

Conversão MPV 283/2006

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-

Estrutura de Transportes, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência, sobre a cessão de servidores para o DNIT e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 9º O valor da complementação salarial de que trata o Decreto-Lei nº 2.438, de 26 de maio de 1988, continuará sendo pago aos servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na forma de vantagem pessoal nominalmente identificada.

§ 1º A vantagem pessoal nominalmente identificada de que trata o caput deste artigo será calculada sobre o vencimento básico da classe e padrão em que o servidor esteja posicionado, nos percentuais de 100% (cem por cento) para os ocupantes de cargos de nível superior e de 70% (setenta por cento) para os de nível

médio, e não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação.

§ 2º A vantagem pessoal nominalmente identificada referida no caput deste artigo não poderá ser paga cumulativamente com outra parcela de idêntica origem ou natureza decorrente de decisão judicial, facultada a opção de forma irrevogável, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência desta lei.

.....
 DECRETO-LEI Nº 2.438, DE 26 DE MAIO DE 1988

Dispõe sobre a percepção de gratificações e complementação salarial por servidores do Departamento Nacional de Obras e Saneamento e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e das outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição,

Decreta:

Art. 1º As Gratificações de Atividade Técnico-Administrativa e pelo Desempenho de Função Essencial à Prestação Jurisdicional, percebidas pelos servidores de nível superior, a Gratificação pelo Desempenho de Atividade de Apoio, percebida pelos de nível médio, e a complementação salarial a que fazem jus os servidores do Departamento Nacional de Obras e Saneamento e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas continuarão a ser pagas àqueles que as recebiam, cumulativamente, em 31 de dezembro de 1987.

Parágrafo único. Na execução do disposto neste artigo aplica-se a regra do art. 5º do Decreto-lei nº 2.280, de 16 de dezembro de 1985.

Art. 2º A complementação salarial a que se refere o art. 1º deste decreto-lei não poderá ser percebida cumulativamente com as gratificações a que se referem a Lei nº 7.600, de 15 de maio de 1987, o Decreto-lei nº 2.333, de 11 de junho de 1987, com as alterações feitas pelo Decreto-lei nº 2.344, de 23 de julho de 1987, o Decreto-lei nº 2.388, de 18 de dezembro de 1987, ressalvado o direito de opção.

Art. 3º As gratificações e a complementação salarial de que trata o caput do art. 1º deste decreto-lei não se incorporam ao vencimento ou salário.

Art. 4º A aplicação do disposto neste decreto-lei não poderá resultar em despesa superior à realizada com o pagamento das gratificações e complementa-

ção salarial a que se refere o art. 1º, no mês de dezembro de 1987, ressalvada a decorrente de reajustes determinados por disposição legal e respeitados, no corrente exercício, os limites de gastos com pessoal e encargos sociais, fixados para o Programa Nacional de Irrigação.

Art. 5º A complementação salarial de que trata este decreto-lei, sobre a qual incide a contribuição previdenciária, incorpora-se aos proventos da aposentadoria.

Art. 6º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1988; 167º da Independência e 100º da República. – **JOSÉ SARNEY – Mailson Ferreira da Nóbrega – João Batista de Abreu – Aluizio Alves – Vicente Cavalcante Fialho.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 27-5-1988

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2010

Altera dispositivos das Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990, e 7.210, de 11 de julho de 1984, para agravar o regime de cumprimento de pena do reincidente na prática de crime hediondo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 2º A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 4/5 (quatro quintos), se reincidente.

..... (NR)”

Art. 2º Os arts. 56 e 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passam a vigor com as seguintes redações:

“Art. 56.

II – a concessão de regalias, vedadas no caso de reincidente na prática de crime

de que trata a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

..... (NR)”

“Art. 126.

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho, e, no caso de reincidente na prática de crime de que trata a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, à razão de 1 (um) dia de pena por 4 (quatro) de trabalho.

..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Apesar de a Lei penal ser rígida em relação aos chamados crimes hediondos, faz-se necessário endurecer ainda mais a resposta estatal nos casos de reincidência nessa categoria de delito, certamente a que causa maior repulsa social.

Recentemente, a Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007, ao adequar a chamada Lei dos Crimes Hediondos à garantia constitucional de individualização da pena, estabeleceu que a progressão de regime tem como requisito o cumprimento de 2/5 da pena em regime fechado, no caso de apenado primário, e de 3/5 da pena, no caso de reincidente.

Entendemos que a reincidência na prática de crime hediondo deve ser tratada mais severamente, razão pela qual propomos que a progressão dependa, neste caso, do cumprimento de 4/5 da pena no regime fechado.

Além disso, nosso intuito é vedar a concessão de regalias para o preso reincidente na prática de crime hediondo, o que fazemos mediante modificação no art. 56 da Lei de Execução Penal (LEP).

Finalmente, ainda com o objetivo de recrudescer a resposta penal, propomos alteração no art. 126 da LEP para estabelecer que a remição da pena, no caso de reincidente na prática de crime hediondo, seja feita à razão de um dia de pena por quatro de trabalho.

Certos de que esta proposição contribuirá efetivamente para a prevenção de reincidência em crimes violentos e aperfeiçoará a legislação penal, pedimos

aos colegas Senadores e Senadoras que votem pela sua aprovação. – Senador **Marconi Perillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

.....
Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

I – anistia, graça e indulto;

II – fiança e liberdade provisória.

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida integralmente em regime fechado.

§ 2º Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.

.....
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

Art. 56 – São recompensas:

I – o elogio;

II – a concessão de regalias.

Art. 126 – O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de um dia de pena por três de trabalho.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Os projetos de lei que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 132, DE 2010

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2005 (PL nº 4.435, de 2001, na Casa de origem, do Deputado João Grandão e outros Senhores Deputados), que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais.

RELATOR “AD HOC”: Senador JEFFERSON PRAIA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 23, de 2005 (PL nº 4.435, de 2001, na Casa de origem), sob exame deste colegiado, propõe inserir dois novos artigos (25-A e 25-B) e dar nova redação aos arts. 24, 25 e 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei de Crimes Ambientais – LCA).

As modificações sugeridas têm por finalidade diferenciar apreensão e confisco de produtos e instrumentos das infrações ambientais, assim como disciplinar detalhadamente esses procedimentos.

Passamos a relatar, de forma sintética, as alterações previstas:

1. O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) passa a ser o beneficiário dos bens confiscados, em lugar do Fundo Penitenciário Nacional – FNP (art. 24).

2. São acrescentados novos parágrafos ao art. 25 da Lei para prever que:

a) os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis apreendidos serão avaliados antes de doados ou destruídos;

b) os produtos perigosos para o meio ambiente ou para a saúde pública serão mantidos sob condições de segurança e, quando isso não for possível, avaliados e destruídos ou inutilizados;

c) os veículos apreendidos serão confiados temporariamente a fiel depositário ou à autoridade ambiental competente, enquanto a apreensão interessar ao processo penal.

3. Os arts. 25-A e 25-B inseridos à norma legal fixam que:

a) os instrumentos ilícitos confiscados deverão reverter em favor do órgão responsável pela apreensão;

b) o produto do crime, bem como qualquer bem ou valor obtido com a prática criminosa, será destinado para o FNMA.

4. O art. 72 é modificado para:

a) definir nova sanção para a infração administrativa, qual seja, o confisco de instrumentos ilícitos e produtos apreendidos;

b) determinar que o confisco do produto da infração apreendido, aplicável como sanção administrativa, exclusivamente nos casos em que a infração não constituir crime, será efetivado em favor do órgão responsável pela apreensão.

Não foram apresentadas emendas ao PLC nº 23, de 2005.

A proposição teve inicialmente como relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que apresentou relatório pela aprovação do projeto na forma de substitutivo. A manifestação da parlamentar não chegou, contudo, a ser examinada pela Comissão e a matéria foi redistribuída ao Senador Augusto Botelho, que adotou o mesmo relatório, também não votado por este colegiado.

II – ANÁLISE

Nesta oportunidade cabe a nós relatar a matéria, que foi redistribuída em face da nova composição da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Por concordar integralmente com a análise feita pelos relatores anteriores, passamos a reproduzi-la.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102-A, II, *a*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à proteção e à defesa do meio ambiente. Preliminarmente ao mérito, cumpre examinar também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLC nº 23, de 2005, uma vez que a proposição não será submetida à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O projeto em exame está dentro dos limites estabelecidos pela Carta Magna. É competência da União, no âmbito da legislação concorrente, estabelecer normas gerais sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente (art. 24, VIII e § 1º) e, privativamente, legislar sobre direito processual (art. 22, I). Assim, o PLC nº 23, de 2005, atende aos pressupostos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa da União, bem como aos concernentes às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa.

Sob o aspecto de técnica legislativa, a proposição merece receber alguns ajustes, especialmente no que se refere ao art. 25-B, haja vista o parágrafo único tratar de matéria diversa da estabelecida no *caput*. Este cuida dos produtos do crime, enquanto aquele fala de instrumento do crime.

I

No mérito, entendemos que o projeto aperfeiçoa, em parte, a Lei nº 9.605, de 1998.

Quanto à alteração no art. 24, afigura-se-nos justo que os recursos provenientes da liquidação da pessoa jurídica envolvida na prática do crime ambiental sejam destinados ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), e não ao Fundo Penitenciário Nacional, como hoje fixado pelo dispositivo legal.

Por sua vez, as modificações que se pretende implementar no art. 25 da lei constituem avanço no tratamento da matéria, pelo seu grau de detalhamento.

O parágrafo único do art. 25-A, a nosso sentir, é contraditório, pois não se pode alienar aquilo cujo fabrico, uso ou porte constituam ato ilícito. Aliás, justamente por isso, o *caput* do dispositivo estabelece o confisco

dos instrumentos dessa espécie. Não bastasse, o art. 91, II, *a*, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, já estabelece o perdimento desses instrumentos em favor da União.

No que tange à modificação do art. 72, temos que o confisco é medida extrema, que não guarda proporcionalidade com a mera infração administrativa. Duvidamos, mesmo, da constitucionalidade dessa alteração, pois o perdimento de bens deve decorrer, sempre, de condenação penal, como sinalizam os incisos LIV e XLVI do art. 5º da Constituição Federal.

III – VOTO

Pelo exposto votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2005, na forma do substitutivo a seguir.

EMENDA Nº 1 – CMA (SUBSTITUTIVA) (Ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2005)

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco de instrumentos e produtos dos crimes ambientais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 24 e 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Nacional do Meio Ambiente.(NR)”

“Art. 25. Verificado o cometimento de crime ou infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

§ 1º Os animais serão liberados em seu *habitat*, após verificação da sua adaptação às condições de vida silvestre, ou entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

§ 2º Na impossibilidade de se proceder imediatamente às providências descritas no §1º deste artigo, os animais poderão ser confiados a fiel depositário.

§ 3º Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão esses avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

§ 4º Os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão avaliados e destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.

§ 5º Os produtos perigosos para o meio ambiente ou para a saúde pública serão mantidos sob condições de segurança e, quando isso não for possível, serão avaliados e destruídos ou inutilizados.

§ 6º A avaliação de produtos será efetuada pela autoridade responsável pela apreensão.

§ 7º Os instrumentos que consistam em coisa cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constituam ilícito serão perdidos em favor da União e terão destinação adequada, nos moldes da legislação específica.

§ 8º Os veículos apreendidos serão confiados temporariamente a fiel depositário ou destinados às atividades de fiscalização ambiental, enquanto a apreensão interessar ao processo penal, e, no caso de infração administrativa, somente serão liberados após o pagamento da multa estabelecida.

§ 9º Ressalvado o direito do lesado ou do terceiro de boa-fé, observadas as disposições dos §§ 1º a 5º deste artigo, a condenação penal terá como efeito o perdimento, em favor da União, dos produtos e instrumentos do crime, bem como de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente.

§ 10. Os bens confiscados serão vendidos e os recursos revertidos em favor do Fundo Nacional de Meio Ambiente, à exceção dos veículos, que serão destinados às atividades de fiscalização ambiental. (NR)º

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

Art. 3º Revogam-se o art. 35 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e o art. 33 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2010.

, Presidente

M. Sena, Relatora

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 23, DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23 / 02 / 2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
SEN. RENATO CASAGRANDE	
RELATOR:	
AD HOC SEN. JEFFERSON PRAIA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FÁTIMA CLEIDE-PT
MARINA SILVA-PV	CÉSAR BORGES-PR
JOÃO PEDRO-PT	INÁCIO ARRUDA-PC DO B
JOÃO RIBEIRO-PR	DELCEÍDIO AMARAL-PT
Maioria (PMDB)	
VAGO	ROMERO JUCÁ-PMDB
WELLINGTON SALGADO-PMDB	VALDIR RAUPP-PMDB
GEOVANI BORGES-PMDB	ALMEIDA LIMA-PMDB
VALTER PEREIRA-PMDB	GERALDO MESQUITA-PMDB
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
GILBERTO GOELLNER-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
KÁTIA ABREU-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	MARIA DO CARMO ALVES-DEM
ELISEU RESENDE-DEM	JAYME CAMPOS-DEM
ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB	ALVARO DIAS-PSDB
CÍCERO LUCENA-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	MÁRIO COUTO-PSDB
PTB	
SIM ARGELLO	SÉRGIO ZAMBAZI
PDT	
JEFFERSON PRAIA	CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

.....
LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....
VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

.....
§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

.....

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

.....

Art. 91 - São efeitos da condenação: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

.....

II - a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

a) dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito;

.....

LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965.

Institui o novo Código Florestal.

.....

Art. 35. A autoridade apreenderá os produtos e os instrumentos utilizados na infração e, se não puderem acompanhar o inquérito, por seu volume e natureza, serão entregues ao depositário público local, se houver e, na sua falta, ao que for nomeado pelo Juiz, para ulterior devolução ao prejudicado. Se pertencerem ao agente ativo da infração, serão vendidos em hasta pública.

.....

LEI Nº 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967

Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

.....

Art. 33. A autoridade apreenderá os produtos da caça e/ou da pesca bem como os instrumentos utilizados na infração, e se estes, por sua natureza ou volume, não puderem acompanhar o inquérito, serão entregues ao depositário público local, se houver e, na sua falta, ao que for nomeado pelo juiz. (Redação dada pela Lei nº 7.653, de 12.2.1988)

Parágrafo único. Em se tratando de produtos perecíveis, poderão ser os mesmos doados a instituições científicas, penais, hospitais e /ou casas de caridade mais próximas. (Redação dada pela Lei nº 7.653, de 12.2.1988)

.....

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

.....

Art. 24. A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.

Art. 25. Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

§ 1º Os animais serão libertados em seu *habitat* ou entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

§ 2º Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

§ 3º Os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.

§ 4º Os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.

.....

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X - VETADO;

XI - restritiva de direitos.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos IV e V do *caput* obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do *caput* serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

.....

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOSS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO.

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2005 (PL nº 4.435, de 2001, na Casa de origem, do Deputado João Grandão e outros Senhores Deputados), que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais.

RELATORA: Senadora SERYS SLHESSARENKO

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 23, de 2005 (PL nº 4.435, de 2001, na Casa de origem), de autoria dos Deputados João Grandão e Luciano Zica, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais.

A proposta visa a alterar especificamente os arts. 24, 25 e 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais, com a pretensão de diferenciar apreensão e confisco de produtos e instrumentos das infrações ambientais, e disciplinar detalhadamente esses procedimentos.

Em síntese, o PLC nº 23, de 2005, propõe as alterações que relatamos a seguir.

No art. 24 da referida lei, pretende-se colocar o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) como beneficiário dos bens confiscados a que se refere, em lugar do Fundo Penitenciário Nacional (FNP).

No art. 25, a proposição insere parágrafos para prever que:

a) os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis apreendidos serão avaliados antes de doados ou destruídos;

b) os produtos perigosos para o meio ambiente ou para a saúde pública serão mantidos sob condições de segurança e, quando isso não for possível, avaliados e destruídos ou inutilizados;

c) os veículos apreendidos serão confiados temporariamente a fiel depositário ou à autoridade ambiental competente, enquanto a apreensão interessar ao processo penal.

Na seqüência, acrescenta os arts. 25-A e 25-B, para estabelecer que:

a) os instrumentos ilícitos confiscados deverão reverter em favor do órgão responsável pela apreensão;

b) o produto do crime, bem como qualquer bem ou valor obtido com a prática criminosa, será destinado para o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Por último, modifica o art. 72, para estabelecer novo tipo de sanção para a infração administrativa, qual seja, o confisco de instrumentos ilícitos e produtos apreendidos. Além disso, o art. 72 fica acrescido dos §§ 9º e 10, que determinam que o confisco do produto da infração apreendido, aplicável como sanção administrativa, exclusivamente nos casos em que a infração não constituir crime, será efetivado em favor do órgão responsável pela apreensão.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102-A, II, *a*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à proteção e à defesa do meio ambiente. Preliminarmente ao mérito, cumpre examinar também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLC nº 23, de 2005, uma vez que a proposição não será submetida à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O projeto em exame está dentro dos limites estabelecidos pela Carta Magna. É competência da União, no âmbito da legislação concorrente,

estabelecer normas gerais sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente (art. 24, VIII e § 1º) e, privativamente, legislar sobre direito processual (art. 22, I). Assim, o PLC nº 23, de 2005, atende aos pressupostos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa da União, bem como aos concernentes às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa.

Sob o aspecto de técnica legislativa, a proposição merece receber alguns ajustes, especialmente no que se refere ao art. 25-B, haja vista o parágrafo único tratar de matéria diversa da estabelecida no *caput*. Este cuida dos produtos do crime, enquanto aquele fala de instrumento do crime.

No mérito, entendemos que o projeto aperfeiçoa, em parte, a Lei nº 9.605, de 1998.

Quanto à alteração no art. 24, afigura-se-nos justo que os recursos provenientes da liquidação da pessoa jurídica envolvida na prática do crime ambiental sejam destinados ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), e não ao Fundo Penitenciário Nacional, como hoje fixado pelo dispositivo legal.

Por sua vez, as modificações que se pretende implementar no art. 25 da lei constituem avanço no tratamento da matéria, pelo seu grau de detalhamento.

O parágrafo único do art. 25-A, a nosso sentir, é contraditório, pois não se pode alienar aquilo cujo fabrico, uso ou porte constituam ato ilícito. Aliás, justamente por isso, o *caput* do dispositivo estabelece o confisco dos instrumentos dessa espécie. Não bastasse, o art. 91, II, *a*, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, já estabelece o perdimento desses instrumentos em favor da União.

No que tange à modificação do art. 72, temos que o confisco é medida extrema, que não guarda proporcionalidade com a mera infração administrativa. Duvidamos, mesmo, da constitucionalidade dessa alteração, pois o perdimento de bens deve decorrer, sempre, de condenação penal, como sinalizam os incisos LIV e XLVI do art. 5º da Constituição Federal.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2005, na forma do substitutivo a seguir.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23 (SUBSTITUTIVO), DE 2005

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco de instrumentos e produtos dos crimes ambientais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 24 do Capítulo II e 25 do Capítulo III da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Nacional do Meio Ambiente.(NR)”

“Art. 25. Verificado o cometimento de crime ou infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

§ 1º Os animais serão liberados em seu *habitat*, após verificação da sua adaptação às condições de vida silvestre, ou entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

§ 2º Na impossibilidade de se proceder imediatamente às providências descritas no §1º deste artigo, os animais poderão ser confiados a fiel depositário.

§ 3º Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão esses avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

§ 4º Os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão avaliados e destruídos, ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.

§ 5º Os produtos perigosos para o meio ambiente ou para a saúde pública serão mantidos sob condições de segurança e, quando isso não for possível, serão avaliados e destruídos ou inutilizados.

§ 6º A avaliação de produtos será efetuada pela autoridade responsável pela apreensão.

§ 7º Os instrumentos que consistam em coisa cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constituam ilícito serão perdidos em favor da União e terão destinação adequada, nos moldes da legislação específica.

§ 8º Os veículos apreendidos serão confiados temporariamente a fiel depositário ou destinados às atividades de fiscalização ambiental, enquanto a apreensão interessar ao processo penal e, no caso de infração administrativa, somente serão liberados após o pagamento da multa estabelecida.

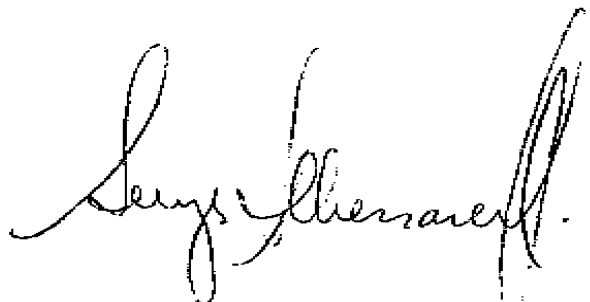
§ 9º Ressalvado o direito do lesado ou do terceiro de boa-fé, observadas as disposições dos §§ 1º a 5º deste artigo, a condenação penal terá como efeito o perdimento, em favor da União, dos produtos e instrumentos do crime, bem como de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente.

§ 10. Os bens confiscados serão vendidos, e os recursos revertidos em favor do Fundo Nacional de Meio Ambiente, à exceção dos veículos, que serão destinados às atividades de fiscalização ambiental. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

Art. 3º Revogam-se o art. 35 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e o art. 33 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relatora

PARECER Nº , DE 2007

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2005 (PL nº 4.435, de 2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais.*

RELATOR: Senador AUGUSTO BOTELHO

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 23, de 2005 (PL nº 4.435, de 2001, na Casa de origem), de autoria dos Deputados João Grandão e Luciano Zica, que *altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais.*

Apresentada na Legislatura anterior, a matéria continua a tramitar por força do disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal e no Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal. Designada como relatora numa primeira oportunidade, a Senadora Serys Slhessarenko ofereceu parecer favorável à matéria, nos termos de substitutivo que apresentava. A manifestação da Senadora, no entanto, não chegou a ser votada e, nesta oportunidade, cabe a nós relatar a matéria. Em grande medida, nosso parecer segue aquele, ainda não apreciado pela CMA.

A proposta visa a alterar especificamente os arts. 24, 25 e 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais, com a pretensão de diferenciar apreensão e confisco de produtos e instrumentos ~~das~~ infrações ambientais, e disciplinar detalhadamente esses procedimentos.

Em síntese, o PLC nº 23, de 2005, propõe as alterações que relatamos a seguir.

No art. 24 da referida lei, pretende-se colocar o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) como beneficiário dos bens confiscados a que se refere o dispositivo, em lugar do Fundo Penitenciário Nacional (FNP).

No art. 25, a proposição insere parágrafos para prever que:

a) os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis apreendidos serão avaliados antes de doados ou destruídos;

b) os produtos perigosos para o meio ambiente ou para a saúde pública serão mantidos sob condições de segurança e, quando isso não for possível, avaliados e destruídos ou inutilizados;

c) os veículos apreendidos serão confiados temporariamente a fiel depositário ou à autoridade ambiental competente, enquanto a apreensão interessar ao processo penal.

Na seqüência, acrescenta os arts. 25-A e 25-B, para estabelecer que:

a) os instrumentos ilícitos confiscados deverão reverter em favor do órgão responsável pela apreensão;

b) o produto do crime, bem como qualquer bem ou valor obtido com a prática criminosa, será destinado para o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Por último, modifica o art. 72, para estabelecer novo tipo de sanção para a infração administrativa, qual seja, o confisco de instrumentos ilícitos e produtos apreendidos. Além disso, o art. 72 fica acrescido dos §§ 9º e 10, que determinam que o confisco do produto da infração apreendido, aplicável como sanção administrativa, exclusivamente nos casos em que a infração não constituir crime, será efetivado em favor do órgão responsável pela apreensão.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102-A, II, *a*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à proteção e à defesa do meio ambiente. Preliminarmente ao mérito, cumpre examinar também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLC nº 23, de 2005, uma vez que a proposição não será submetida à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O projeto em exame está dentro dos limites estabelecidos pela Carta Magna. É competência da União, no âmbito da legislação concorrente, estabelecer normas gerais sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente (art. 24, VIII e § 1º) e, privativamente, legislar sobre direito processual (art. 22, I). Assim, o PLC nº 23, de 2005, atende aos pressupostos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa da União, bem como aos concernentes às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa.

Sob o aspecto de técnica legislativa, a proposição merece receber alguns ajustes, especialmente no que se refere ao art. 25-B, haja vista o parágrafo único tratar de matéria diversa da estabelecida no *caput*. Este cuida dos produtos do crime, enquanto aquele fala de instrumento do crime.

No mérito, entendemos que o projeto aperfeiçoa, em parte, a Lei nº 9.605, de 1998.

Quanto à alteração no art. 24, afigura-se-nos justo que os recursos provenientes da liquidação da pessoa jurídica envolvida na prática do crime ambiental sejam destinados ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), e não ao Fundo Penitenciário Nacional, como hoje fixado pelo dispositivo legal.

Por sua vez, as modificações que se pretende implementar no art. 25 da lei constituem avanço no tratamento da matéria, pelo seu grau de detalhamento.

O parágrafo único do art. 25-A, a nosso sentir, é contraditório, pois não se pode alienar aquilo cujo fabrico, uso ou porte constituam ato ilícito. Aliás, justamente por isso, o *caput* do dispositivo estabelece o confisco dos instrumentos dessa espécie. Não bastasse, o art. 91, II, *a*, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, já estabelece o perdimento desses instrumentos em favor da União.

No que tange à modificação do art. 72, temos que o confisco é medida extrema, que não guarda proporcionalidade com a mera infração administrativa. Duvidamos, mesmo, da constitucionalidade dessa alteração, pois o perdimento de bens deve decorrer, sempre, de condenação penal, como sinalizam os incisos LIV e XLVI do art. 5º da Constituição Federal.

III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2005, na forma do substitutivo a seguir.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23 (SUBSTITUTIVO), DE 2005

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco de instrumentos e produtos dos crimes ambientais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 24 do Capítulo II e 25 do Capítulo III da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 24.** A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Nacional do Meio Ambiente.(NR)”

“**Art. 25.** Verificado o cometimento de crime ou infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

§ 1º Os animais serão liberados em seu *habitat*, após verificação da sua adaptação às condições de vida silvestre, ou entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

§ 2º Na impossibilidade de se proceder imediatamente às providências descritas no § 1º deste artigo, os animais poderão ser confiados a fiel depositário.

§ 3º Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão esses avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, ~~periciais~~ e outras com fins beneficentes.

§ 4º Os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão avaliados e destruídos, ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.

§ 5º Os produtos perigosos para o meio ambiente ou para a saúde pública serão mantidos sob condições de segurança e, quando isso não for possível, serão avaliados e destruídos ou inutilizados.

§ 6º A avaliação de produtos será efetuada pela autoridade responsável pela apreensão.

§ 7º Os instrumentos que consistam em coisa cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constituam ilícito serão perdidos em favor da União e terão destinação adequada, nos moldes da legislação específica.

§ 8º Os veículos apreendidos serão confiados temporariamente a fiel depositário ou destinados às atividades de fiscalização ambiental, enquanto a apreensão interessar ao processo penal e, no caso de infração administrativa, somente serão liberados após o pagamento da multa estabelecida.

§ 9º Ressalvado o direito do lesado ou do terceiro de boa-fé, observadas as disposições dos §§ 1º a 5º deste artigo, a condenação penal terá como efeito o perdimento, em favor da União, dos produtos e instrumentos do crime, bem como de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente.

§ 10. Os bens confiscados serão vendidos, e os recursos revertidos em favor do Fundo Nacional de Meio Ambiente, à exceção dos veículos, que serão destinados às atividades de fiscalização ambiental. (NR)º

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após cento e vinte dias de sua publicação oficial.

Art. 3º Revogam-se o art. 35 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e o art. 33 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECERES

N^{os} 133 E 134, DE 2010

Sobre o Projeto de Lei da Câmara n^o 52, de 2006 (n^o 1.780/96, na Casa de origem, da Deputada Socorro Gomes), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame DNA na rede hospitalar pública.

PARECER N^o 133, DE 2010

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador **AUGUSTO BOTELHO**

RELATORA "AD HOC": Senadora **SERYS SLHESSARENKO**

I – RELATÓRIO

Submetido à revisão do Senado Federal, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n^o 52, de 2006, encontra-se nesta Comissão para receber parecer, devendo em seguida ser remetido à Comissão de Assuntos Sociais, antes de sua apreciação pelo Plenário desta Casa, nos termos do despacho de distribuição proferido por ocasião de sua leitura.

Na Câmara dos Deputados, onde foi apresentada em 1996 por iniciativa da Deputada Socorro Gomes, a matéria em análise tramitou em conjunto com outros três projetos de lei, todos versando, em síntese, sobre a necessidade de ser reconhecido aos juridicamente necessitados, ou seja, aos que se utilizam da justiça gratuita, o direito à realização do exame de pareamento cromossômico (DNA) à custa do Poder Público, no âmbito dos processos judiciais.

Verifica-se que, ainda na Casa de origem, o PLC n^o 52, de 2006, recebeu pareceres de três de suas comissões temáticas, a saber: Comissão de Seguridade Social e Família, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo que, em todas elas, a conclusão ~~foi~~

pela aprovação de um dos projetos e rejeição dos demais, nos termos do substitutivo oferecido pela primeira comissão.

No Senado, o projeto em análise não recebeu emenda alguma.

II – ANÁLISE

Não há óbice de natureza constitucional, de juridicidade ou de técnica legislativa a apontar.

No entanto, há que se destacar, quanto à regimentalidade, que tanto a Câmara, no art. 164, inciso II do seu Regimento Interno, como o Senado, no art. 334, inciso II, também do seu Regimento Interno, prevêm o arquivamento de matérias em decorrência de sua prejudicialidade, quando tenha havido o seu prejulgamento pelo Plenário ou Comissão em outra deliberação.

Outra não pode ser a sorte do PLC nº 52, de 2006. Isso porque, em 1996, quando, na Câmara dos Deputados, foram **apresentados** todos os quatro projetos que deram origem ao substitutivo enviado à revisão do Senado, ainda não havia sido editada a Lei nº 10.317, de 6 de dezembro de 2001, que “altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, para conceder a gratuidade do exame de DNA, nos casos que especifica”.

Trata-se de norma jurídica versando sobre o mesmo assunto do PLC nº 52, de 2006, embora tenha se utilizado de outros termos e de forma mais simplificada, porquanto estabelece que a assistência judiciária compreende a isenção “das despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade” (art. 3º, inc. VI, da Lei nº 1.060, de 1950). Todavia, o que é relevante notar é que **essa matéria foi convertida em lei quando ainda tramitavam os referidos projetos de lei que deram origem ao projeto em análise.**

Além disso, é importante ressaltar que, tanto o parecer da Comissão de Seguridade Social e Família daquela Casa, que concluiu pelo substitutivo que foi afinal adotado pelas duas outras Comissões, como o parecer da Comissão de Finanças e Tributação, **ambos foram emitidos antes da referida Lei nº 10.317, de 2001, de forma que não puderam levar em consideração a relevante**.

inovação legislativa que se sucedeu em 2001, sobre a mesma matéria objeto de suas análises, tornando-se, por conseguinte, superados tais pareceres.

No entanto, o que nos parece ser de extrema significância é o fato de que, **apesar de o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados – terceira e última comissão a que foi submetida a matéria antes de sua remessa ao Senado Federal – ter sido proferido em 14 de março de 2006, portanto bem depois da edição da mencionada Lei nº 10.317, de 6 de dezembro de 2001, o relator e aquela Comissão, por um lapso, ao que tudo indica, não tomaram conhecimento da sua existência, não fazendo qualquer menção a essa nova lei.**

Dessa forma, não vemos como prosperar o PLC nº 52, de 2006, tendo em vista que, no curso de sua tramitação, o assunto foi normatizado via edição de lei federal, prejudicando o prosseguimento da sua apreciação.

III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pelo arquivamento definitivo do PLC nº 52, de 2006, após a sua declaração de prejudicialidade, a ser feita pelo Plenário, consoante o disposto no art. 334, inciso II, do Regimento Interno desta Casa.

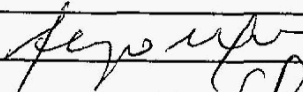
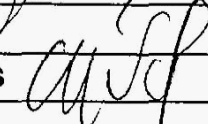
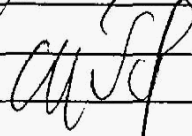
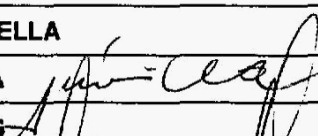
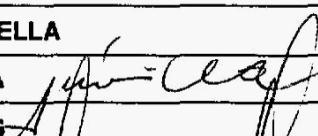
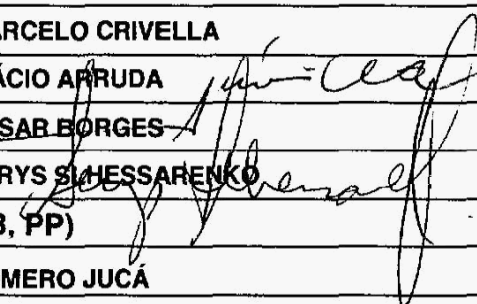
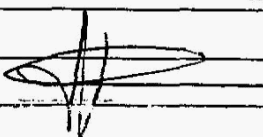
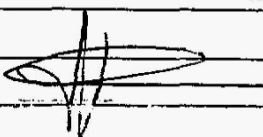
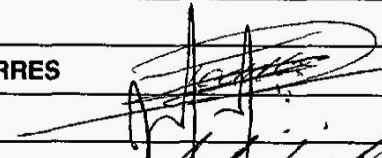
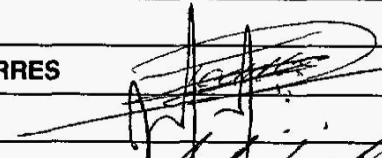
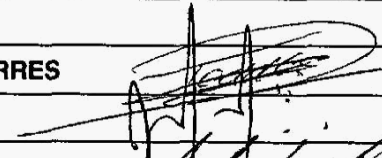
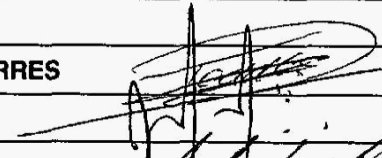
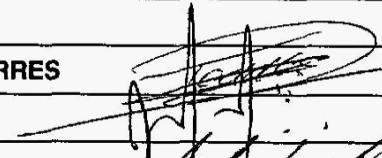
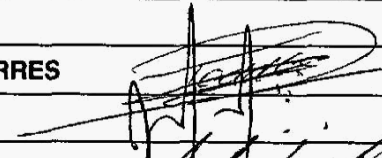
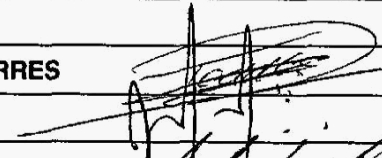
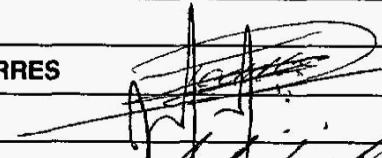
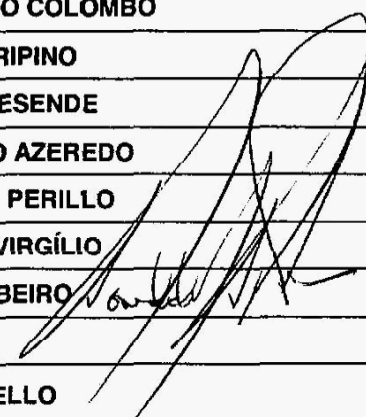

Sala da Comissão, 9 de julho de 2009.

senador demóstines torres, Presidente

 Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: PLC Nº 52 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/07/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: "AD HOC": SENADORA SERYS SHESSARENKO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE 	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPPLY 	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES 	4. INÁCIO ARRUDA 
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES 
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SHESSARENKO 
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON 	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA 	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES 	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS 	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL 	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS 	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA 	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA 	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI 	9. FLEXA RIBEIRO 
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS 	1. PATRÍCIA SABOYA

PARECER Nº 134, DE 2010
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador AUGUSTO BOTELHO

I – RELATÓRIO

Submetido à revisão do Senado Federal e após ter sido apreciado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 52, de 2006, encontra-se nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para receber parecer, devendo em seguida ser remetido à apreciação do Plenário desta Casa, nos termos do despacho de distribuição proferido por ocasião de sua leitura.

Na Câmara dos Deputados, onde foi apresentada em 1996, por iniciativa da Deputada Socorro Gomes, a matéria em análise tramitou em conjunto com outros três projetos de lei, todos versando, em síntese, sobre a necessidade de ser reconhecido aos juridicamente necessitados, ou seja, aos que se utilizam da justiça gratuita, o direito à realização do exame de pareamento cromossômico (DNA) à custa do poder público, no âmbito dos processos judiciais.

Verifica-se que, ainda na Casa de origem, o PLC nº 52, de 2006, recebeu pareceres de três de suas comissões temáticas, a saber: Comissão de Seguridade Social e Família, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo que, em todas elas, a conclusão foi pela aprovação de um dos projetos e rejeição dos demais, nos termos do substitutivo oferecido pela primeira comissão.

No Senado, o projeto em análise não recebeu emendas.

No parecer aprovado na CCJ, também de nossa autoria, *ressaltamos* não existirem óbices de natureza constitucional, de juridicidade ou de técnica legislativa a apontar. Em termos regimentais, contudo, salientamos a impossibilidade de o PLC nº 52, de 2006, prosperar, tendo em vista o fato de a matéria já haver sido normatizada, pela via de edição de lei federal, o que prejudica o prosseguimento da apreciação do projeto.

II – ANÁLISE

É inegável o mérito da proposição, ao visar proporcionar aos juridicamente necessitados, ou seja, aos que se utilizam da justiça gratuita, o direito à realização do exame de pareamento cromossômico (DNA) na rede do Sistema Único de Saúde (SUS) à custa do poder público, no âmbito dos processos judiciais.

No entanto, a vigência de lei que já normatiza a matéria prejudica a apreciação do PLC nº 52, de 2006. Assim, reproduzimos aqui a análise contida em nosso parecer aprovado na CCJ.

Há que se destacar, quanto à regimentalidade, que tanto a Câmara, no art. 164, inciso II, do seu Regimento Interno, como o Senado, no art. 334, inciso II, também do seu Regimento Interno, prevêem o arquivamento de matérias em decorrência de sua prejudicialidade, quando tenha havido o seu prejulgamento pelo Plenário ou comissão em outra deliberação.

Outra não pode ser a sorte do PLC nº 52, de 2006. Isso porque, em 1996, quando, na Câmara dos Deputados, foram **apresentados** todos os quatro projetos que deram origem ao substitutivo enviado à revisão do Senado, ainda não havia sido editada a Lei nº 10.317, de 6 de dezembro de 2001, que “altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, para conceder a gratuidade do exame de DNA, nos casos que especifica”.

Trata-se de norma jurídica que versa sobre o mesmo assunto do PLC nº 52, de 2006, embora utilizando outros termos, e de forma mais simplificada, porquanto estabelece que a assistência judiciária compreende a isenção “das despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade” (art. 3º, inc. VI, da Lei nº 1.060, de 1950). Todavia, o que é relevante notar é que **essa matéria foi convertida em lei quando ainda tramitavam os referidos projetos de lei que deram origem ao projeto em análise.**

Além disso, é importante ressaltar que, tanto o parecer da Comissão de Seguridade Social e Família daquela Casa, que concluiu pelo substitutivo que foi afinal adotado pelas duas outras Comissões, como o parecer da Comissão de Finanças e Tributação, **foram ambos emitidos antes da referida Lei nº 10.317, de 2001, de forma que não puderam levar em consideração a relevante inovação legislativa que se sucedeu em 2001, sobre a mesma matéria objeto de suas análises, tornando-se, por conseguinte, superados tais pareceres.**

No entanto, o que nos parece ser de extrema significância é o fato de que, **apesar de o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados – terceira e última comissão a que foi submetida a matéria antes de sua remessa ao Senado Federal – ter sido proferido em 14 de março de 2006, portanto bem depois da edição da mencionada Lei nº 10.317, de 2001, o relator e aquela Comissão não tomaram conhecimento da sua existência, não fazendo nenhuma menção a esse novo diploma legal.**

Dessa forma, não vemos como prosperar o PLC nº 52, de 2006, tendo em vista que, no curso de sua tramitação, o assunto foi normatizado via edição de lei ordinária federal, prejudicando o prosseguimento da sua apreciação.

III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pelo **arquivamento definitivo** do PLC nº 52, de 2006, após a sua declaração de prejudicialidade, a ser feita pelo Plenário, consoante o disposto no art. 334, inciso II, do Regimento Interno desta Casa.

Sala da Comissão, 3 de março de 2010.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Comissão de Assuntos Sociais, Presidente
Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em Reunião realizada nesta data, aprova o Relatório do Senador Augusto Botelho, que passa a constituir Parecer da CAS, pelo arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2006, de autoria da Deputada Socorro Gomes, após sua declaração de prejudicialidade.

Sala da Comissão, 3 de março de 2010.


Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2006	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/03/2010 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDÊNCIA: SENADORA ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba Ciarlini</i>	
RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO TITULARES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO SUPLENTE
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT) <i>Augusto Botelho</i>	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT) <i>Paulo Paim</i>	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB) <i>Roberto Cavalcanti</i>	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL) <i>José Nery</i>
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTE
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB) <i>Geraldo Mesquita</i>	1- LOBÃO FILHO (PMDB) <i>Lobão</i>
GEOVANI BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB) <i>Valdir Raupp</i>
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB) TITULARES	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB) SUPLENTE
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM) <i>Presidente</i>	2- JAYME CAMPOS (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB) <i>Flávio Arns</i>	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- MARISA SERRANO (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB) <i>Papaléo Paes</i>	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTE
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam Buarque</i>

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 10.317, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2001.**

Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, para conceder a gratuidade do exame de DNA, nos casos que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 3º

.....

VI – das despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de dezembro de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Aloysio Nunes Ferreira Filho

José Serra

Roberto Brant

PARECERES N^{os} 135 E 136, DE 2010

Sobre o Projeto de Lei da Câmara n^o 91, de 2005 (n^o 2.022/2003, na Casa de origem, da Deputada Professora Raquel Teixeira), que estabelece critérios mínimos para inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia.

PARECER N^o 136, DE 2010 (Da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania)

RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) n^o 91, de 2005, de autoria da Deputada Raquel Teixeira, objetiva, segundo sua autora, “resgatar a idéia de estabelecer critérios mínimos para a inscrição ou o registro de nomes de brasileiros ou grupos de brasileiros no Livro de Heróis da Pátria”, por inspiração em projetos que tramitaram anteriormente naquela Casa e foram arquivados ao final da legislatura.

Nos termos do art. 1º, o Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves, na Capital da República, destina-se à inscrição, para efeito de registro perpétuo, dos nomes de brasileiros ou grupos de brasileiros que tenham demonstrado especial dedicação à defesa da Pátria, à integração nacional ou à construção da identidade nacional e/ou que tenham se destacado por excepcional contribuição ao processo de formação do povo brasileiro, ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político do País ou à constituição do Estado democrático de direito.

O referido registro será sugerido em projeto de lei específico, no qual constará circunstanciada fundamentação da homenagem que se pretende prestar, com finalidade exclusivamente cívica e educativa, com vistas ao resgate da memória brasileira como instrumento de afirmação da identidade nacional e de valorização da Cidadania (art. 2º).

Será exigido, para o registro de nome de personagem histórico no Livro dos Heróis da Pátria, o transcurso do período mínimo de cinquenta anos desde o seu falecimento (art. 3º).

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi examinado pelas comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que o aprovaram, com emenda que reduziu de cem para cinquenta anos o tempo mínimo de falecimento do personagem para o seu registro no referido livro.

No Senado Federal, a proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída também à Comissão de Educação, para exame de mérito.

II – ANÁLISE

Conforme dispõe o art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

A proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico é de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal, nos termos do art. 24, inciso VII da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional cabe dispor sobre normas gerais, com a sanção do Presidente da República, conforme estabelece o art. 48. A proposição está adequada aos requisitos constitucionais e a espécie normativa escolhida é correta.

De igual modo, a proposição se ajusta aos requisitos de juridicidade e regimentalidade, e está formulada em conformidade com as normas da boa técnica legislativa (Leis Complementares nº 95, de 1998, e 107, de 2001).

Por fim, cabe ressaltar que o estabelecimento de critérios para a inscrição de nomes de brasileiros ou grupos de brasileiros no Livro dos Heróis da Pátria atende ao princípio democrático de dar publicidade aos atos da administração pública.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLC nº 91, de 2005.

Sala da Comissão, 12 agosto de 2009.

Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente

SENADORA LÚCIA VÂNIA
Lúcia Vânia, Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: PLC Nº 91 DE 2005ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/08/09; OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: SENADORA LÚCIA VÂNIA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYC	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESSARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

Atualizada em: 04/08/2009

PARECER Nº 136 DE 2010
(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame de mérito e emissão de parecer, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 91, de 2005 (Projeto de Lei nº 2.022, de 2003, na origem), de autoria da ilustre Deputada Professora Raquel Teixeira. A proposição tem o objetivo de estabelecer critérios mínimos para inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia.

O art. 1º da proposição estabelece as condições a serem atendidas para a inscrição de nomes de brasileiros ou grupos de brasileiros no Livro dos Heróis da Pátria.

Em seu art. 2º, a proposição institui os procedimentos e a finalidade do registro.

Pelo art. 3º, o projeto determina o prazo mínimo de cinquenta anos, contados da data do falecimento, para o registro de nome de personagem histórico no Livro dos Heróis da Pátria.

Em seu art. 4º, por fim, a proposição determina a entrada em vigor da nova lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, a autora afirma que o objetivo da proposição consiste em fornecer subsídios técnicos e definir critérios mínimos que evitem a banalização e o julgamento precipitado de propostas relacionadas à inscrição de nomes de brasileiros ou de grupos de brasileiros no Livro de Heróis da Pátria.

O projeto foi examinado, na Câmara dos Deputados, pelas Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nas quais recebeu parecer favorável à sua aprovação. Chegando a esta Casa Legislativa, a proposição foi encaminhada, inicialmente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que decidiu por sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa.

Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Segundo determinação contida no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à CE opinar a respeito de proposições que versem sobre homenagens cívicas.

A formação da memória histórica é um dos elementos mais importantes da construção da identidade de um país. É muito forte a percepção de que a história de um país se constrói pela ação de líderes. Devidamente matizada, essa afirmação é verdadeira e ressalta a importância de registrar, nos anais da história, o esforço de figuras singulares que se destacaram na luta pelo bem da coletividade.

Ao homenagear seus personagens históricos, a sociedade não faz mais do que reafirmar os valores que os moveram, que informaram seus pensamentos e suas atitudes. Ao fazê-lo, portanto, consolida tais valores e os eterniza para as gerações vindouras. Se, pela escolha daqueles que compõem seu panteão, a Nação molda sua identidade, é fundamental que essa seleção ocorra com o máximo de rigor e critério. Pelo menos naqueles casos em que se trata da definição de homenageados em caráter oficial, que receberão a chancela de instituições do Estado.

Essa é, precisamente, a situação sob análise. A inscrição do nome no ~~livro~~ Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, é uma das mais elevadas homenagens que um indivíduo ou um grupo de indivíduos pode receber da nossa República.


Entretanto, não obstante o caráter meritório da proposição sob análise, cumpre observar que, no decorrer de sua tramitação, sobreveio a edição da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que *dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria*.

A mencionada lei tem, portanto, propósito coincidente com o do projeto que ora examinamos. Dessa forma, ao tempo em que elogiamos a iniciativa, registramos a sua perda de oportunidade, tendo em vista a existência de legislação vigente com o mesmo teor.

III – VOTO

Pelas razões expendidas, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2005 (nº 2.022, de 2003, na origem), nos termos do art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.

 ^{vice}
, Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova o parecer pela prejudicialidade, tendo como relator o Senador Eduardo Azeredo.

Sala da Comissão, em 02 de fevereiro de 2010.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 91/05 NA REUNIÃO DE 02/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Marisa Serrano* **MARISA SERRANO**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	4- JOSÉ NERY <i>Jose Nery</i>
INÁCIO ARRUDA <i>Inacio Arruda</i>	5- GIM ARGELLO
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto Cavalcanti</i>	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES <i>Geovani Borges</i>	3- PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba Ciarlini</i>	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS <i>Efraim Moraes</i>
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS <i>Flavio Arns</i>	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	9- PAPALÉO PAES
RELATOR <i>Eduardo Azeredo</i>	10- SÉRGIO GUERRA
MARISA SERRANO	

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sergio Zambiasi</i>	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

.....

LEI Nº 11.597, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2007.

Dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria.

Art. 1º O Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo.

Art. 2º A distinção será prestada mediante a edição de Lei, decorridos 50 (cinquenta) anos da morte ou da presunção de morte do homenageado.

Parágrafo único. Excetua-se da necessidade de observância de prazo a homenagem aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha.

Art. 3º O registro levará em consideração o transcurso de data representativa de feito memorável da vida do laureado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2007; 186ª da Independência e 119ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Gilberto Gil

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Foi lido anteriormente o Parecer nº 132, de 2010, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2005** (nº 4.435/2001, na Casa de origem, do Deputado João Grandão e outros Senhores Deputados), que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Foram lidos anteriormente os Pareceres nº 133 e 134, de 2010, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, que concluem pela prejudicialidade do **Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2006** (nº 1.780/96, na Casa de origem, da Deputada Socorro Gomes) que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame DNA na rede hospitalar pública.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Foram lidos anteriormente os Pareceres nº 135 e 136, de 2010, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável; e de Educação, Cultura e Esporte, que conclui pela prejudicialidade do **Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2005** (nº 2.022/2003, na Casa de origem, da Deputada Professora Raquel Teixeira), que estabelece critérios mínimos para inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Sobre a mesa, Ofício que passo a ler.

É lido a seguinte:

Of. nº 14/2010/CE

Brasília, 9 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta
Assunto: Comunicado

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência a minha eleição para Presidente da Comissão de Educação, Cultura

e Esporte, ocorrida no dia 3 de março do corrente, na 3ª Reunião Extraordinária, nos termos do art. 88, § 4º do Regimento Interno Do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Fátima Cleide**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para uma comunicação parlamentar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Sem revisão do orador.) – Para uma comunicação inadiável também.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senador Paulo Paim, o senhor é o primeiro orador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu quero me inscrever para uma comunicação parlamentar inadiável, urgente.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não. Então...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senador Paulo Paim, V. Exª é o primeiro como comunicação inadiável. O Senador Augusto Botelho é o segundo, e o Senador Osmar Dias...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Sem revisão do orador.) – Pela Liderança do PDT; já estou inscrito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, o Senador Paulo Paim acaba de permutar comigo; a não ser que V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti, queira. Eu não quero, de maneira... Ele me cede a vez como primeiro orador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu quero ser o terceiro para comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Primeira comunicação inadiável: Senador Paulo Paim; segunda: Senador Augusto Botelho. O Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Sem revisão do orador.) – Como Líder, quero me inscrever pela Liderança do Partido Social Cristão.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – O primeiro orador é o Senador Heráclito Fortes, por permuta com o Senador Paulo Paim.

O senhor, Senador Geovani Borges, será o segundo orador inscrito.

Após a fala do Senador Heráclito Fortes, ouviremos a comunicação inadiável do Senador Paulo Paim e, depois, o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a revista *Veja* desta semana traz, como matéria de capa, um assunto que, inclusive, já foi tema de discursos ontem aqui nesta tribuna. Refiro-me ao escândalo envolvendo a cooperativa Bancoop e caixa de campanha do Partido dos Trabalhadores.

Vejam os senhores como é a vida, como é o destino! Em primeiro lugar, acho, Senador Paulo Paim, que todos os Partidos que têm problemas internos devem resolvê-los internamente, tomando providências partidárias no seio das agremiações, punindo, se achar que é o caso, ou fechando os olhos, se lhe for conveniente. O que não é certo, por exemplo, é determinado Partido, ao ver os filiados de seu antagônico envolvidos em crise, querer satanizá-los. Nós vimos recentemente a crise que se abateu sobre o Governo de Brasília, quando setores do Partido de V. Ex^a massificaram aquele episódio, batizando-o de mensalão do DEM e querendo contaminar todo o Partido por causa de um fato isolado.

O Partido pelo menos tomou as providências necessárias, e de maneira rápida, o que não ocorre agora nesse episódio da Bancoop, que é um caso velho conhecido de todos nós. Os desvios da Bancoop são costumeiros nas páginas dos jornais brasileiros há pelo menos quatro anos.

O fato é grave. Quem percorre as ruas de São Paulo – já não falo do Estado, mas da Capital – vê, de maneira bem concreta, a insatisfação de milhares e milhares de pessoas que foram lesadas por aquela cooperativa. Está bem claro que o pior caminho a ser adotado é o de se tentar colocar culpa na imprensa por ela fazer a divulgação de um fato, de um episódio que é de domínio público. O trabalho feito pela promotora deixa bem clara a manipulação, o desvio desses recursos.

Senador Osmar Dias, o que me estarrece é que, mais uma vez, vem à tona o uso criminoso das ONGs. Sempre as ONGs! E essas ONGs sempre dirigidas por militantes de partidos que nós conhecemos. E não sei por que, Senador Augusto Botelho, apesar de instalada nesta Casa a CPI das ONGs, a base de sustentação do Governo insiste em não permitir que apurações sejam feitas.

Esse fato de agora mostra que, se as investigações tivessem tido seu curso normal, se o sigilo ban-

cário tivesse sido quebrado no tempo oportuno, talvez o atual tesoureiro do Partido dos Trabalhadores tivesse tido a sua culpa ou a sua inocência apontada, e o Partido estaria livre desse vexame.

É triste. É triste a persistência com que se tenta jogar para baixo do tapete esses escândalos que viraram rotina nos últimos anos no País. Ninguém tem nenhuma dúvida do uso partidário, do uso político dos recursos das organizações não-governamentais por parte de setores da vida partidária brasileira, que procuram a maneira mais fácil de irrigar as suas movimentações político-partidárias, e sempre recorrem a essas cooperativas ou a esses organismos não-governamentais.

Faço um apelo, na qualidade de Presidente da CPI das ONGs, para que essa comissão se reúna, porque não é mais possível que se coloque embaixo do tapete essa sujeira, essa imundície que vem debilitando recursos que são carreados, como no caso da cooperativa dos bancários, para resolver o problema da moradia de muitos que tinham, naqueles empreendimentos, a certeza de alcançarem o velho sonho da casa própria. Daí por que, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, faço um apelo aos membros da CPI das ONGs, não importando a que Partido pertençam, se da Base de apoio ao Governo ou não, para que se movimentem no sentido da quebra do sigilo bancário.

Esse fato da Bancoop, Senador Paim, não é um fato isolado. No Piauí mesmo, meu Estado, temos ONGs ligadas à área de educação que vêm sendo denunciadas há algum tempo, sem que as apurações necessárias sejam feitas, porque os mecanismos procrastinatórios de quem tem maioria e usa essa maioria como rolo compressor não estão permitindo que as apurações sejam feitas. Quem percorrer o Brasil verá que esse expediente e esse mecanismo é usado no Brasil de norte a sul, do Paraná ao Amapá, do Rio Grande do Sul ao Piauí, do Tocantins a São Paulo.

Não é possível, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que continue a correr frouxo, que continue, Senador Mozarildo Cavalcanti, a funcionar esse “propinoduto” miserável, esse “propinoduto” criminoso que vem desviando recursos, seja por caixa dois, seja pelo desvio pura e simplesmente nas suas contabilidades, trazendo prejuízo a todos nós, brasileiros.

Faço, portanto, este apelo. Faço, portanto, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, esta convocação no sentido de que esses fatos sejam apurados, doa a quem doer, custe a quem custar, porque o Brasil não consegue mais conviver com esses desmandos que estão sendo praticados todo dia com recursos que deveriam ter uma destinação social para atender aos brasileiros que precisam de casa própria, aos brasilei-

ros que precisam de assistência social e que não têm acesso aos seus benefícios porque os recursos são impiedosamente desviados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Concedo a palavra agora, para uma comunicação inadiável, ao Senador Paulo Paim. V. Ex^a dispõe de cinco minutos, para fazê-la.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr^a Presidente, só para me localizar, como seria a seqüência dos demais oradores?

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Depois, teremos um orador inscrito, o Senador Geovani Borges. Em seguida, pela Liderança, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Sr^a Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, eu queria, primeiramente, deixar clara essa posição aqui assumida pelo Senador Heráclito Fortes na mesma linha do que ontem dialoguei da tribuna com o Senador Alvaro Dias.

Fui ao Supremo Tribunal Federal num debate sobre a política de cotas, ações afirmativas, e dizia lá que era contra tratar o DEM como se fosse o demônio. Isso saiu em todos os jornais. Repito aqui: se houve um fato, um delito condenado pela sociedade, que se investigue, não importa o Partido; e que se coloque na cadeia como fizeram em Brasília. Que se façam todas as investigações. Se for do PSDB, do DEM ou de um Partido da Base do Governo, só há uma saída para mim: não serei eu a fazer o julgamento de Pedro, Paulo ou João. Instalem-se o processo e a CPI se necessário. Uma vez condenado, que vá para cadeia. Essa é a única forma de combater a corrupção. Da tribuna, no meu entendimento, não se resolve essa questão achando que esse ou aquele partido é o culpado. Quem cometeu o delito deve ser punido. Por isso, a Justiça está aí e, no meu entendimento, fazendo muito bem.

Sr^a Presidente, quero mais, porque tenho paudado minha atuação no Congresso, uma atuação propositiva.

Quero dizer que já passei praticamente pelos 27 Estados do País, discutindo temas como o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Igualdade, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a redução da jornada de 40 horas, o fim do fator, o reajuste dos aposentados, a contribuição assistencial, a estabilidade dos dirigentes e o pré-sal para a Previdência. Enfim, sobre todos esses temas eu apresentei projetos – uns aprovados no Senado, outros ainda não.

Na última sexta-feira, estive em São Paulo, onde fiz um debate também sobre o Estatuto do Motorista Profissional com o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas. Quem coordenou o debate foi o Sr. Flávio Benatti, Presidente daquela entidade. Discutimos lá, Sr^a Presidente, e fizemos um calendário segundo o qual deverei passar nas diversas regiões do País para discutir este tema: o Estatuto do Motorista. Em dois pontos, até o momento, todos concordam – empregados e empregadores: aposentadoria especial para o profissional do volante e a regulamentação da profissão. No próximo dia 18 de março, estaremos em Uruguaiana, fazendo esse debate já com a presença de líderes de trabalhadores e empreendedores, como Nelson Santos, Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros daquela região.

Estaremos também em Uruguaiana no mesmo dia, acompanhados pelo Sr. Warley, Presidente da Cobap, e também pela Sr^a Tânia Marisa, Presidente da Associação de Aposentados daquele Município, discutindo o Estatuto do Idoso, o fim do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados.

Nos dias 27 e 28 de abril, no auditório Petrônio Portela, estaremos em um grande evento liderado pelo Líder do Movimento União Brasil Caminhoneiro, Sr. Nélio Botelho, para discutir também o Estatuto do Motorista.

Quero dizer, Sr^a Presidente, que ainda em São Paulo estive com cerca de 300 dirigentes sindicais discutindo uma mobilização aqui no Congresso, nesse ano, uma pauta dos trabalhadores. Lá foi acertado que vamos discutir aposentadoria, fator, redução de jornada, enfim, um longo e importantíssimo debate, que lá aconteceu e que apontou para o dia 25 de março, na Praça da Sé, em São Paulo, quando teremos uma missa comandada pelo Padre Marcelo Rossi, com intenção de reunir em torno de 30 mil pessoas como eixo “40 horas e a derrubada do fator previdenciário e a garantia do reajuste integral para os aposentados”.

No dia 26, próximo, estarei em Santa Catarina, em Concórdia, num grande congresso estadual, com a presença dos Srs. Iburici Fernandes, Presidente da Associação dos Aposentados do Município, o Sr. Agostinho, também da Federação, e ainda Warley, da Cobap.

No mesmo dia, estaremos em Erechim, em outro encontro regional, que será liderado pela Presidente da Associação de Aposentados, Sr^a Dóris Maria dos Santos.

Sr^a Presidente, depois dos cinco, eu teria mais dois. A senhora concedeu quinze para o Senador que me antecedeu e que tinha direito a dez.

Mas quero concluir, dizendo que, para mim, foi muito bom. E quero dar como lida uma matéria de *O Estado de S. Paulo*, em que o Presidente Lula, em entrevista, diz que a Previdência é superavitária – coisa que venho dizendo há muito tempo. Fiquei muito feliz de ouvir do Presidente Lula essa afirmação. Segundo, ele também diz que o fator previdenciário provoca de fato injustiça. O que é muito bom! Porque já aprovamos aqui o fim do fator, e o projeto está, agora, na Câmara. E, terceiro, ele também diz que é preciso haver uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, tendo como referência o PIB.

Essas declarações do Presidente apontam para o caminho de que estamos fazendo um trabalho correto aqui no Congresso. Podemos, sim, construir uma alternativa ao fator e ter uma política de recuperação dos aposentados.

Sr^a Presidente, quero ainda registrar que, em todos esses movimentos de que estou participando, o Presidente da Cobap, Sr. Warley, também me acompanha. O Presidente da Federação dos Trabalhadores do Comércio de São Paulo, Sr. Motta, coordenou o evento em São Paulo, junto com José Augusto...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – ... do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que reúne seis centrais sindicais e, ainda, dezoito confederações. Quero dizer que, lá em São Paulo, também esteve comigo o Deputado Paulinho, Deputado Federal do PDT, Presidente da Força, e o Deputado Estadual do PT de São Paulo José Cândido.

O último evento de que participei em São Paulo, Sr^a Presidente, foi uma visita ao Hospital Sepaco, em que existe uma parceria entre empresários e trabalhadores. É um bellissimo trabalho.

Esse convênio feito com empregados e empregadores, em parceria com o Governo Federal, faz com que todos os seus filiados tenham registrado, nos últimos anos, com base em uma pesquisa nacional, o maior número de anos de vida para os idosos. Algo interessantíssimo, Sr^a Presidente, tanto que me propus...

(Interrupção no som.)

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senador Paulo Paim, na realidade, vou conceder mais um minuto, mas para uma comunicação inadiável são cinco minutos. V. Ex^a já falou oito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – São cinco minutos mais dois. E quem falou antes o fez em dez mais cinco.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Falou pela inscrição, por isso tem direito a dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dez mais cinco são quinze.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Não, Senador. Com certeza, ele começou as 15h04 e terminou 15h16.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tudo bem, minha querida Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Ele falou cinco, a senhora deu mais dez. E ele terminou antes. Acompanhei isso com todo o cuidado, lá da minha bancada.

Quero só valorizar esse bellissimo trabalho, feito lá em São Paulo por esses homens e mulheres que construíram um hospital de excelência, em que a política é preventiva, não somente aquela de cuidar do idoso depois que a doença já não tem mais volta.

Farei uma audiência pública, para que os profissionais dessa área possam...

(Interrupção do som)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – ... relatar a sua experiência para todo o Brasil.

Sr^a Presidente, termino, dizendo que a matéria do Presidente Lula, publicada em **O Estado de S. Paulo**, está anexada ao meu pronunciamento.

Também quero dizer que encaminho a V. Ex^a, nos últimos 40 segundos, um documento que me foi encaminhado pelo CPERS do Rio Grande do Sul, que exige mudanças na educação no Rio Grande e uma política para os professores que respeite o piso – que seria de R\$1.312,00 – e que garanta o reajuste emergencial de 23,14% aos professores e também aos funcionários.

Querem eles condições dignas de trabalho e liberação dos dirigentes, que não têm tido o direito de fazer política sindical. Estão articulando uma grande mobilização, para que os seus direitos sejam assegurados.

Terminei, Sr^a Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Fonte: **O Estado de S. Paulo**

LULA: PRIORIDADE É RECUPERAR O SALÁRIO MÍNIMO

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse hoje que é possível melhorar o ganho dos aposentados na medida em que a receita da Previdência Social cresce. Em entrevista hoje a uma rádio evangélica no Rio, a Melodia FM, o presidente disse que “vai crescer a

oferta de emprego e, certamente, a Previdência vai ter mais dinheiro”.

Uma parte desse acréscimo de receita pode ser usado para ampliar os benefícios aos aposentados, “até para que eles participem do crescimento do PIB brasileiro”, disse. No entanto, Lula também afirmou que o governo fez a “opção primeira” de recuperar o salário mínimo.

Ele lembrou que em seu governo o salário mínimo já subiu 68%. “E vamos continuar aumentando, porque na nossa proposta, até 2023, o salário mínimo vai aumentando acima da inflação e vai aumentando, também, combinado com o crescimento do PIB”, disse o Presidente.

A proposta de crescimento real do salário mínimo até 2023 consta da Medida Provisória nº 474, de 23 de dezembro, que está para ser votada pelo plenário da Câmara dos Deputados. Os aposentados que ganham salário mínimo aproveitariam esse crescimento. “E obviamente que quando nós chegarmos a um nível de boa recuperação do salário mínimo, (...) estão criadas as condições para começar a recuperar e aumentar o salário dos aposentados”, afirmou o presidente, referindo-se aos que ganham mais de um salário mínimo. Lula comparou que “só se pode dar para o filho aquilo que a gente pode dar”. Completou que “se a gente não tiver dinheiro, não vai dar”.

Fator previdenciário

Lula afirmou ainda que quer “fazer um ajuste no fator previdenciário”. O fator previdenciário é um mecanismo que busca estimular o adiamento da aposentadoria ao aumentar o percentual do salário na ativa que corresponderia ao benefício previdenciário, se o trabalhador continuar em atividade por mais anos.

“O movimento sindical quer que a gente acabe com o fator previdenciário. É preciso saber se a gente vai ter condições políticas e financeiras para acabar com isso. Mas, de qualquer forma, nós achamos que tem sentido parte das reclamações dos trabalhadores”, disse.

Há em tramitação no Congresso projeto de lei para acabar com o fator previdenciário, de autoria do Senador Paulo Paim (PT – RS). Paim também pretende estender aos aposentados os reajustes do salário mínimo.

O fator previdenciário foi criado durante o governo Fernando Henrique Cardoso para conter o déficit de longo prazo na Previdência. De acordo com Lula, o

déficit da Previdência está diminuindo e não deve ser considerado como tal.

“Se você hoje pegar o que pagam os trabalhadores todos, e o que eles recebem, empata, não há déficit. Mas quando você analisa tudo aquilo que nós colocamos na Constituição; pagamento para portador de deficiência física que não tem renda; para o idoso; para os trabalhadores rurais, aí aparece um déficit de R\$45 bilhões, o que não é déficit. Aquilo foi uma decisão do Estado brasileiro, de fazer uma política de seguridade para o povo mais pobre”, afirmou.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Obrigada, Senador Paim.

Sei que o tempo sempre é pouco para V. Ex^a, que tem uma luta muito grande, principalmente na defesa dos direitos dos trabalhadores.

V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra, agora, ao Senador Geovani Borges, por permuta com o Senador Papaléo Paes.

V. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento.

Em seguida, o Senador Osmar Dias, pela Liderança, e, depois, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^s e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da TV e da Rádio Senado, pelo menos três de nove Estados que compõem a Amazônia Legal – Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Acre, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins – terão, ainda neste ano de 2010, varas federais especializadas em meio ambiente.

O Presidente e o Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente Ministro Cesar Rocha e Ministro Ari Pargendler, já garantiram que pelo menos três delas serão instaladas na Região Norte: uma em Manaus, Amazonas; uma em Macapá, Amapá; e outra em Belém do Pará. A medida é louvável, porque dará maior agilidade ao julgamento dos processos que hoje tramitam em varas de temas diversificados.

Atualmente, apenas os Estados da Região Sul contam com os órgãos especializados. E o meio ambiente é um tema que merece, cada vez mais, a atenção do Poder Público, porque as consequências do mau uso dos recursos naturais, em médio prazo, são assustadoras para o planeta.

O Amapá tem o orgulho de propagar que mantém intactas 92% de sua fauna e flora. No entanto, o recen-

te assassinato de 83 golfinhos, que foram impiedosamente sacrificados com o objetivo de preparar iscas para pesca, demonstra que as varas especializadas em meio ambiente, mesmo no Amapá, onde o percentual de preservação ambiental é alto, são fundamentais para breçar a sanha devastadora do homem.

Aliás, vale ressaltar, com alegria, que o prédio da Justiça Federal do Amapá, financiado com verbas alocadas pela Bancada Federal do meu Estado, está 50% pronto, e o projeto prevê uma biblioteca pública, uma escola de música pública, um restaurante popular e, claro, a nova vara especializada em meio ambiente.

Além disso, a obra está atraindo investimentos da iniciativa privada para a zona norte de Macapá, região da cidade ainda carente, que se prepara para o aquecimento comercial advindo de uma obra de porte no local.

Em relação às varas federais do meio ambiente, conforme explica o Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador federal Jirair Aram, o objetivo é ter uma justiça mais bem aparelhada, para responder à demanda desse tipo de processo.

Nos últimos 20 anos, o STJ se transformou em peça fundamental na proteção jurídica do meio ambiente no Brasil. São mais de mil decisões de mérito sobre os mais variados temas de Direito Ambiental e sobre todos os biomas brasileiros, como floresta amazônica, mata atlântica, pantanal, cerrado, caatinga e zona costeira. O Tribunal está atento a questões como combate à poluição, proteção da biodiversidade e questões relativas às mudanças climáticas.

O STJ inovou e colocou no ar um atualizado banco de dados de decisões judiciais e de literatura científica, a fim de permitir o intercâmbio de informações entre juízes e o aperfeiçoamento técnico e intelectual da magistratura no campo ambiental.

Segundo o Ministro Cesar Rocha, essa conjugação de esforços para desenvolver e alimentar o Portal Judicial Ambiental é um marco para o Judiciário mundial.

Vejam V. Ex^{as} que o TRF-1 abrange 13 Estados, além do Distrito Federal. E, de acordo com levantamento recente daquele órgão, mais de 21 mil processos que tratam de agressões ao meio ambiente tramitam atualmente nesses Estados e no Distrito Federal.

Ao todo, o País terá 230 novas varas federais até 2014, como definiu lei sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano passado. Neste ano, 46 delas serão instaladas e distribuídas pelo território

nacional por meio de decisão de uma comissão do Conselho de Justiça Federal.

Punição mais ágil e efetiva para aqueles que praticarem crime ambiental é o grande ponto positivo da medida, pois, definitivamente, é preciso agir com rigor nas sentenças condenatórias. Elas precisam ser confirmadas e executadas, até para criar o chamado efeito pedagógico na sociedade.

Como sabemos, o receito de ser punido ainda é o maior fator impeditivo vigente na sociedade contemporânea. Além disso, a atenção para a preservação do meio ambiente vem ganhando espaços no consciente coletivo. Tanto é assim que organizações não-governamentais e institutos em defesa do meio ambiente pressionaram o Judiciário para a criação de varas voltadas apenas para temas ambientais.

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, Cesar Rocha, confirmou que as primeiras varas federais dedicadas ao direito ambiental no Norte do Brasil serão instaladas brevemente pelo Conselho da Justiça Federal nos Estados do Amazonas, Pará e do meu querido Amapá.

Sabe-se que a atuação do vice-presidente do STJ, Ministro Ari Pargendler, foi preponderante para a concretização desse projeto.

Abre-se um parêntese para registrar que, embora gaúcho de nascimento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro Ari Pargendler tem uma atuação jurídica tão nacionalista que foi condecorado com o título de Cidadão Honorário do Amapá, em solenidade realizada pela Assembleia Legislativa do meu Estado.

Ainda assim, o Amapá quer mais. Conforme ofício encaminhado pelo juiz federal João Bosco ao Senador Gilvam Borges, coordenador da bancada federal do Amapá em Brasília, precisamos de mais uma vara de juzado especial federal e mais duas varas federais de competência plena nos Municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque.

O pleito tem razões incontestáveis.

Vale registrar que, em meio a tudo isso, a eminente e muito digna Ministra do Supremo Tribunal de Justiça, Eliana Calmon, que também é cidadã honorária amapaense, está coordenando cientificamente um histórico evento entre ministros do Supremo Tribunal de Justiça e governadores da Amazônia com a finalidade de discutir os aspectos jurídicos e socioeconômicos do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Laranjal do Jari está situado na fronteira do Amapá com o Pará e tem uma população aproximada de 165 mil habitantes. Já o Município do Oiapoque faz

fronteira com a Guiana Francesa, sendo palco de implementação de políticas de relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e França, tanto que há acordo entre os dois países para a construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque.

Logo, a fim de efetivar a interiorização da Justiça Federal de primeiro grau no Brasil, é imperiosa a ação em bloco da bancada federal do Amapá, movimento que faço agora, desta tribuna, no instante em que torno pública a pretensão e a necessidade do meu Estado.

Ao todo, o País terá 230 novas varas federais até 2014, como definiu lei sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano passado. Então, se o Presidente do meu País sanciona uma lei criando 230 novas varas federais a fim de agilizar o atendimento aos processos judiciais, fica fácil inferir que a reivindicação do Amapá é justa, cabível e oportuna.

E eu não tenho dúvidas do espírito de justiça que permeia o caráter dos homens públicos brasileiros.

Sr. Presidente, hoje o meu gabinete esteve muito movimentado com a comitiva do Amapá. Recebemos em nosso gabinete a figura ilustre do Desembargador Luiz Carlos, do meu querido Estado do Amapá; Antonio Ivaldo Damoso, tenente da Polícia Militar; Agnaldo Balleiro da Gama, soldado da Polícia Militar; Raimundo Reis Nobre, presidente da Federação dos Pescadores e Aquicultores do Amapá; José Vivaldo dos Santos Sena, presidente da Colônia Z-6 de Santana; Angélica Miranda, secretária – Coopesa; Natanildo Neves da Silva, tesoureiro da Z-1 Macapá; Adriana da Trindade Pessoa, presidente da Colônia de Pescadores Z-12 de Tartarugalzinho; Benedita Tavares da Silva de Souza, presidente da Colônia de Pescadores Z-7 de Ferreira Gomes; Jorge dos Santos Oliveira, assessor da Colônia dos Pescadores Z-12; e Raimundo Moraes Mendes, presidente dos Pescadores de Santana.

(Interrupção do som.)

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Tenho a honra de dizer que está aqui na tribuna de honra o nosso querido juiz federal do meu Estado do Amapá, da vara de Macapá, João Bosco, que está aqui nos brindando com sua presença.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, com a tolerância de V. Ex^a, eu me propus a, em todos os pronunciamentos que proferi nesta tribuna... Tenho recebido inúmeros *e-mails*, de todo País, a respeito da PEC apresentada na semana passada nesta Casa, PEC nº 01, de 2010, sobre a questão dos Exames de Ordem da OAB.

Recebi aqui e vou ler dois, três, pela exiguidade do tempo.

De Adailson Alves:

Para: Senador Geovani Borges. Venho através dessas e outras palavras, parabenizar e me associar a V. Ex^a [...] pelo brilhante discurso em plenário na data de 04/03/2010 [...], suas palavras mostram mais uma vez a preocupação que tem aos advogados impedidos/impossibilitados de exercerem sua profissão e que buscam um direito adquirido e [...] que relatar que a OAB se apodera de uma forma tão monstruosa como forma de ditadura, que se tem a impressão que representa o quarto poder inconstitucional, isso é uma vergonha, os Congressistas têm que eliminar essa proliferação desse poder [...].

Tenho outros *e-mails* aqui: “Vimos através deste solicitar vossa interferência em nosso favor (...) para a extinção do Exame de Ordem. Haja vista, graças ao nosso bondoso Deus (...)” E vai por aí. Esse foi o *e-mail* de Leandro Meneghini.

Outro *e-mail* aqui – são milhares de *e-mails*, e não posso, infelizmente, ler todos: “Assunto: Exame de Ordem. Acabo de acessar o ‘blog (...)’ e obtenho notícia de que V. Ex^a apresentou em plenário PEC (...)”.

(Interrupção do som.)

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Mais um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Sexta-feira. Ao Senador Gilvam Borges: “Bacharel em direito é o quê???” Mensagem: “Quando questionado qual sua profissão? O que responder? Bacharel não é profissão, não é habilitação pra nada, é formação acadêmica para fazer concurso!? Aprove o projeto de lei [...]” do Senador Gilvam Borges.

Outros aqui: “Senador, muito bom dia. Me sinto muito honrado” e tal, blá, blá... Envia um abraço e pede desculpas.

Maria Inês, para concluir:

Boa tarde senhor Senador, fiquei sabendo da prova da OAB que será anulada, espero que dessa vez acabem com essa prova, que inconstitucional peço a grande ajuda do senhor para interceder por nós. Obrigada; Maria Inês Rocha.

Outro:

Prezado Senador, meu nome é Mônica Freitas...

(Interrupção do som.)

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Prossigo:

...sou representante do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Estado do Espírito Santo, tive o imenso prazer de conhecê-lo e também o prazer de morar em Macapá! Adorei a cidade e o povo muito hospitaleiro. Grata por tudo; Mônica Freitas.

Olha, é um monte. Está aqui. A Constituição Federal está aqui. É uma luta muito grande. “Por favor, leiam, reflitam, sejam agentes de mudança em favor da cidadania, respeito ao livre exercício da profissão, dignidade da pessoa humana, dentre outros princípios consagrados pela nossa Carta Magna.”

Sr. Presidente, conluo o meu pronunciamento, agradeço a generosidade e a paciência de V. Ex^a.

Muito obrigado. Amanhã voltarei à tribuna e lerei outros e-mails dos milhares que têm chegado em nosso gabinete sobre essa questão do exame da OAB. Se é para haver exame, que seja para todos os ensinos. E quem cuida de capacitar profissionais para o mercado é o poder público, não a OAB.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, a Sra. Rosalba Ciarlini deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sadi Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Obrigado, Senador Geovani Borges.

Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Há uma autorização na Mesa para que eu possa falar pela Liderança do PSDB. Eu agradeço a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Não chegou ainda, Senador. Mas V. Ex^a pode usar a palavra para uma comunicação inadiável, pois há espaço. É possível?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Pela Liderança do PDT, passamos a palavra ao ilustre Senador Osmar Dias, do Paraná, pelo tempo regimental.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje, o Plenário se reuniu para comemorar o Dia Internacional da Mulher – há cem anos comemora-se o Dia Internacional da Mulher –, e aqui foram homenageadas várias mulheres, entre elas uma do meu Estado, a Sr^a Fani Lerner, que foi Primeira-Dama

do Estado do Paraná e já nos deixou no ano passado. Como não tive oportunidade de falar naquela sessão, é claro que também quero prestar as minhas homenagens para quem, enquanto viveu, prestou relevantes serviços ao meu Estado e à nossa capital, Curitiba. Creio que os paranaenses dedicaram um carinho a Dona Fani Lerner merecido e justo.

Quero aqui fazer esse registro e dizer, Sr. Presidente, que todos os discursos aqui de homenagem à mulher talvez pudessem ser substituídos por ações públicas que chegassem à mulher para tornar a sua vida melhor, com mais qualidade e mais respeito. Refiro-me, por exemplo, à necessidade de haver uma política de saúde para as mulheres que possa permitir segurança às mulheres de todo o nosso País. Em nosso Estado, penso que é possível, Senador Mozarildo, que é médico, haver um projeto de saúde que possa contemplar todas as mulheres com aquilo que é o fundamental: pelo menos três exames pré-natais, para que elas possam se sentir seguras quando tiverem os seus filhos – estou me referindo aqui às mulheres carentes, àquelas que precisam do serviço público de saúde, porque, é claro, aquelas que podem pagar vão procurar um hospital e vão fazer os seus exames –, e acompanhamento, durante a gravidez, já conhecendo qual o médico que será o acompanhante do seu parto. Isso dá muita segurança à mulher, e essa é uma das homenagens que ela quer receber. Além dos discursos e tudo o mais, ela quer receber uma política pública que possa contemplá-la.

Mas não apenas em uma cidade; em todas as cidades do Estado, da menor à maior, porque o Paraná é muito grande. E há quem pense que o Paraná é do tamanho de uma cidade. Não. O Paraná é imenso. E para conhecermos o Paraná, precisamos percorrê-lo muitas vezes, e cada vez que o percorremos, conhecemos mais suas particularidades, as diferenças regionais, e quanto mais o conhecemos, mais sabemos que é muita responsabilidade apresentar um projeto de desenvolvimento para o Estado que contemple de forma igual todos os Municípios e todas as pessoas.

É por isso que eu penso que as mulheres, sejam lá de Nova Aliança do Ivaí, que tem 1.300 habitantes, ou de Curitiba, todas devem ter o mesmo direito e todas devem ter o mesmo tratamento.

Mas também elas pensam na segurança alimentar. E por isso eu creio que o programa de leite que hoje é executado no Paraná já é uma homenagem às mulheres, porque não há quem se preocupe mais com a segurança alimentar da própria gestante e dos filhos, dos recém-nascidos até dois anos de idade, do

que a mãe. Esse é um projeto que tem que continuar e ser ampliado.

É uma boa política, que não pode, de forma nenhuma, acabar. É preciso que a gente tenha sempre a grandeza de reconhecer quando um projeto está dando certo, não querer mudar sequer o seu nome, mas continuar com aquele programa para que as mulheres de todo o Estado sejam contempladas com a segurança de seus filhos recebendo leite.

Creio que está na hora, Sr. Presidente, de prestar uma homenagem às mulheres também com um belo projeto de creches para o Estado. Animei-me, Senador Paim, quando vi que no PAC II estão contemplados todos os Municípios brasileiros com a construção de creches em um novo conceito, onde não se fala apenas em manter lá a criança por um período do dia para que o pai e a mãe possam trabalhar tranquilos. Não, ali a criança vai ficar.

O pai e a mãe vão trabalhar tranquilos porque sabem que a criança estará em um lugar seguro, mas, sobretudo, aquela criança vai receber os primeiros fundamentos da educação formal e vai começar ali, portanto, uma jornada de educação que vai se estender até a escola em tempo integral, que V. Ex.^a tão bem conhece porque ela foi iniciada pelo Brizola, que é um gaúcho, um conterrâneo de V. Ex.^a, e que é uma bandeira do nosso partido. Nós estamos trabalhando, meu caro Presidente, Srs. Senadores, para termos um projeto de educação integral em nosso Estado, e mais esse da creche.

Na região metropolitana de Curitiba há uma carência imensa e até na capital há uma carência imensa, como há em todas as cidades do Paraná, de creches, mas nesse novo conceito para a formação das crianças: que comece ali nessa idade, logo na primeira idade, seja dada sequência na educação de tempo integral, na educação infantil, na educação fundamental; que possa ser também em tempo integral para que ali os conceitos de cidadania possam ser aprofundados e que se fortaleçam ali os valores de família, porque a escola deve ser sim uma continuação da educação recebida em casa, na família.

Não há como a gente continuar pregando políticas de repressão à violência e criminalidade se não criarmos um ambiente propício ou uma escada social em que a criança possa, bem alimentada e bem educada, seguir os caminhos da cidadania.

Tenho muita consciência dessa responsabilidade, Sr. Presidente. Às vezes vejo que as pessoas se colocam na vida pública como se fosse uma festa, como se estivessem indo para uma verdadeira festa, onde

apenas a apresentação, apenas aqueles festejos que se faz quando uma autoridade ou uma pseudoautoridade vai para o interior e é bem recebido, parece que aquilo vai contaminando, vai deslumbrando pessoas. Não, é uma grande responsabilidade.

A gente está falando das vidas das pessoas, se elas vão ser melhoradas ou pioradas, de acordo com aqueles que serão escolhidos para representar a população em determinados cargos públicos. Aqueles que assumem essa responsabilidade em um cargo público têm que ter a consciência de que só vale a pena você estar ocupando um cargo público se for para melhorar a vida das pessoas. Senão, tem que cair fora.

Se for para fazer festa, há outras coisas para se fazer. Vai ser cantor, vai ser artista, vai ser outra coisa, mas para ser político hoje, principalmente hoje, a população exige seriedade absoluta no trato da coisa pública e seriedade absoluta na implementação de políticas que possam dar aquilo que a população espera.

Eu estou falando das mulheres e vi uma pesquisa em que as jovens de 16 a 17 anos perguntadas sobre qual é o seu maior sonho disseram que é obter o diploma de curso superior. Oitenta por cento das jovens responderam: "É obter o diploma de curso superior".

Então, se a gente está falando aqui em creche, em educação em tempo integral, em ensino fundamental, temos que falar no estágio na escola média para preparar essa jovem e esse jovem para que, preparados, possam ingressar em uma universidade pública, especialmente.

Não estou falando aqui em cotas, porque esse é um outro capítulo. Estou falando aqui em preparar bem a jovem e o jovem, filha e filho do trabalhador, para que, preparados, possam competir e entrar na universidade em pé de igualdade com qualquer um que tenha feito um cursinho vestibular. Por falar em cursinho vestibular, creio que chegou a hora também de oferecer às jovens e aos jovens a oportunidade, àqueles que não têm dinheiro para pagar um cursinho vestibular, de ter um cursinho gratuito à sua disposição, com a rede de ensino oficial propiciando isso, um cursinho oficial gratuito para complementar os ensinamentos recebidos na escola média. Dessa forma, a gente vai formando a escada social para que o jovem e a jovem que sonham com seu diploma universitário possam estar preparados e ingressarem na universidade.

E também penso que, quando as mulheres falam em oportunidades, elas estão falando também em emprego. Mas a pesquisa revela que 78% das mulheres recebem salário menor do que seus maridos. É claro que precisamos tratar disso com mais interesse, com

mais profundidade, principalmente na legislação – e isso compete ao Congresso Nacional.

E é por isso, Sr. Presidente, que estou pensando: por que não, nos programas habitacionais. Essa é uma questão que estou levando a sério e vou estudar, Senador Paulo Paim, porque, quando a família recebe uma casa, seja no “Minha casa, minha vida” ou num programa habitacional no seu Estado, vai em nome do marido, do homem. Por que não discutirmos essa questão com a profundidade que ela merece para contemplarmos a mulher, porque, neste caso, ela terá a segurança de que aquela casa é dela? Se houver uma eventual separação – ninguém está livre disso, Senador Paim; as coisas acontecem –, a mulher estará segura e vivendo na casa que pertence a ela e a seus filhos. O que a mulher mais quer é segurança para sua família. Isto já existe no Pronaf: mulher que dá à mulher a oportunidade de se tornar uma empreendedora rural e financiar no Pronaf rural.

Nestes dois minutos que me restam, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero exatamente falar sobre o que está acontecendo com as mulheres de todo o País em relação à segurança pública. Não adianta fazer qualquer pesquisa, porque

vai ser isto: perguntem a mulher o que ela quer, qual o sonho dela para seu filho. Ela vai responder três, quatro coisas. Mas sempre estará lá: segurança. Está faltando segurança para os jovens. Quero que meus filhos fiquem longe das drogas, que estão hoje assaltando as famílias de brasileiros e paranaenses e são, na verdade, as grandes alimentadoras do crime e da violência.

No meu Estado, no mês de fevereiro, publicaram assim: na região metropolitana de Curitiba, foram 220 pessoas assassinadas. São pessoas com menos de 25 anos.

A mãe, o pai – estamos falando aqui da mãe – tem um sonho: que seu filho possa sair de casa e voltar vivo e com saúde. Mas, para isso, precisamos construir essa escada social, essa rede de proteção social, começando pelo tratamento digno e decente da mãe em gestação, oferecendo à criança na primeira idade a alimentação de que ela precisa, que é o leite. Depois, a creche, a escola em tempo integral, o estágio e a qualificação profissional para os jovens, criando oportunidades para eles. Assim, estaremos chegando preventivamente. São políticas preventivas para que não precisemos investir de forma rigorosa e vigorosa na repressão da violência.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço mais um minuto só.

A grande homenagem que poderíamos prestar às mulheres – ontem foi o Dia Internacional da Mulher, e estamos falando hoje – seria realmente elaborarmos um projeto com políticas públicas que pudessem contemplar pelo menos estes fundamentos: a saúde, a segurança alimentar, a boa educação para o filho, o bom encaminhamento para o emprego, o bom encaminhamento para a conquista do diploma universitário e sobretudo a segurança e a liberdade. A liberdade de que falo neste caso é a de não viciar o filho na droga, mas na arte, na cultura e no esporte. Esse é o vício que queremos para nossa juventude. Assim, estaremos homenageando todas as mulheres, as mães e as jovens deste País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Osmar Dias, convidamos para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador Marco Maciel, pelo tempo regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sadi Cassol, que, brilhantemente, preside esta sessão nesta tarde do dia 09 de março, um dia após o Dia Internacional da Mulher e que, hoje, o Congresso Nacional, Câmara e Senados – juntos – homenagearam durante várias horas.

E o meu tema não podia ser outro, já que não falei na sessão específica nem pude fazê-lo ontem, o de homenagear as mulheres. Quero começar homenageando todas as mulheres brasileiras nas pessoas de minhas avós. Uma, a materna, que eu conheci; a outra, não a conheci, mas que me deram meus pais: meu pai e minha mãe. Minha mãe que, no mês que vem, fará 86 anos de idade, é uma batalhadora, que me deu, digamos assim, os ensinamentos básicos para poder ser, em querendo, uma boa pessoa. Quero homenagear as minhas professoras, que junto com a mãe – principalmente a professorinha, do chamado curso primário de meu tempo ou Ensino Fundamental de hoje – moldam os primeiros momentos do caráter de uma pessoa. Minha esposa, que há 41 anos vive comigo, mas que tenho de adicionar mais oito anos de namoro; portanto, são 49 anos juntos. Uma mulher que se assemelha a minha mãe em quase tudo, menos na aparência física, mas que tem uma excepcional tolerância comigo.

Quando exerci a Medicina, como obstetra, como parteiro, fazendo partos madrugada adentro, e como cirurgião geral, ela segurou a barra do lar. Ela é a maior responsável pela educação do filho e das duas filhas que tivemos.

Homenageio as minhas duas filhas, uma juíza aqui no Distrito Federal e a outra administradora; as minhas netas; as minhas parentas, minhas e da minha esposa; as amigas; as colegas – recentemente completamos quarenta anos de formados em Medicina e revi as colegas da época de estudante, tive o prazer de encontrar algumas que há quarenta anos não via. Portanto, quero homenagear todas as mulheres, as que me cercam e todas as outras deste Brasil do Caburá ao Chui e do leste ao oeste.

Não vou repisar a história do 8 de março. Em 8 de março de 1917, operárias de uma fábrica de tecidos situada na cidade norte-americana de Nova York fizeram uma grande greve, ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como: redução da carga diária de trabalho para dez horas – as fábricas exigiam dezesseis horas de trabalho diário –, equiparação de salário com os homens – as mulheres chegavam a receber até um terço do salário do homem para executar o mesmo tipo de trabalho –; e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.

Quero pedir, Sr. Presidente, que esse documento seja transcrito como parte integrante do meu pronunciamento, porque é evidente que o histórico desse dia é fundamental.

Mas eu quero também, Sr. Presidente, eu peguei uma leitura de bordo, da empresa americana American Airlines, escrita em espanhol mas traduzida para o Português, de uma maneira não tão portuguesa como a gente tem, mas de que gostei muito. O título é: “Igualdade ou semelhança?”, escrito por uma mulher.

Em 8 de março celebramos o Dia Internacional da Mulher, reconhecido pelas Nações Unidas. Nele se comemora a luta da mulher por sua participação na sociedade e seu desenvolvimento integral como pessoa. E, muitos afirmam, esta também é a ocasião de promover a mensagem de sua igualdade com o homem.

Eu considero que nós, mulheres, somos diferentes dos homens. Não somos iguais [eu diria que são melhores]. Somos semelhantes. E mais, estou convencida de que essa ideia de igualdade, além de ser errônea, é destrutiva, tanto para a mulher como para o homem

e conseqüentemente para a família e a sociedade, pois gera um sentimento de competição entre os gêneros.

Minha opinião se baseia, em parte, na definição das palavras e na minha interpretação da função de ambos os seres. Segundo o Dicionário da Real Academia Espanhola, igualdade se define como “a conformidade de uma coisa com outra, em natureza, forma, qualidade ou quantidade”. Como por natureza somos tão distintos, a igualdade entre homens e mulheres é uma impossibilidade.

Semelhança é o termo comparativo que permite espaço para a expressão das diferenças naturais e, ao mesmo tempo, outorga igual valor e dignidade a ambos os seres. [O que a mulher quer é igualdade de dignidade]. Assim sendo, celebremos as diferenças!

Convido-lhes, cordialmente, a pensarem sobre este tema por ocasião dessa data e no futuro também. Temos investido muitos recursos nessa luta e é justo celebrar as diferenças sem atribuir-lhes superioridade umas sobre as outras.

Aí está o “x” do problema: não pode haver superioridade entre homem e mulher. Eu entendo – e aí vai o meu viés como obstetra e ginecologista – que o organismo da mulher é várias vezes mais perfeito do que o do homem, em todos os aspectos. A mulher engravida, a mulher tem o seu parto, a mulher amamenta. O homem nada disso faz. Nós somos uma espécie de jipe, um trator, se comparados com o organismo da mulher, que é, vamos dizer, um carro de última geração, altamente sofisticado.

Eu quero também ler aqui, Sr. Presidente, uma mensagem que a minha filha escreveu para este dia. Ela diz:

Nós, mulheres, lutamos, por muitos anos, pela igualdade entre os nossos direitos e os dos homens. E alcançamos nossos ideais: direito de votar [aliás, concedido pelo nosso ilustre fundador do PTB, Getúlio Vargas] e ser votada, igualdade salarial [pelo menos no serviço público], possibilidade de ingresso a cargos públicos e políticos importantes, dentre outras vitórias.

Esquecemo-nos, todavia, do fato de que os homens não lutariam por essa igualdade, pois não lhes interessavam os direitos (ou deveres?) que somente a nós cabia. Destar-

te, vimo-nos frente a um acúmulo de responsabilidades: além da igualdade conquistada e outrora mencionada, mantivemos o dever de cuidar da casa, dos filhos, das empregadas, do supermercado e das malditas unhas, cabelos, pele, corpo, etc, pois a ditadura da beleza é cruel com as mulheres e não aceita escusas como a maternidade ou a lei da gravidade. Resta-nos, como prêmio, o amor em nossos corações e o reconhecimento de nosso esforço representado pelo Dia Internacional da Mulher.

Também há um grande artigo aqui, escrito pela famosa escritora Danuza Leão, que, em outras palavras, diz isto: o que a mulher de fato quer é ser respeitada, ter a sua dignidade muito realmente levada em conta e não reclamar só não.

A gente não consegue. A lei diz que 30%, pelo menos, dos cargos eletivos têm que ser preenchidos por mulheres. Senador Paim, consegue-se isso com facilidade? Não consigo, por exemplo, no meu Estado. A gente vai atrás, briga, motiva, mas as mulheres não querem. Talvez elas tenham razão, mas o certo é que não se consegue. Pode ser que em um ou outro Estado, em um ou outro Município se consiga.

Por isso eu quero aqui fazer este convite, este chamamento às mulheres neste dia: venham para a política. Venham para a política participar efetivamente como vereadoras, deputadas estaduais, federais, senadoras, porque realmente nós precisamos de ter a participação feminina.

Eu quero concluir, Sr. Presidente, lendo primeiro uma poesia de Pablo Neruda, intitulada "Mulheres":

Elas sorriem quando querem gritar.
 Elas cantam quando querem chorar.
 Elas choram quando estão felizes.
 E riem quando estão nervosas.
 Elas brigam por aquilo que acreditam.
 Elas levantam-se para a injustiça.
 Elas não levam "não" como resposta quando acreditam que existe melhor solução.
 Elas andam sem novos sapatos para suas crianças poder tê-los.
 Elas vão ao médico com uma amiga assustada.
 Elas amam incondicionalmente.
 Elas choram quando suas crianças adoecem e se alegram quando suas crianças ganham prêmios.

Elas ficam contentes quando ouvem sobre um aniversário ou um novo casamento.

E quero realmente finalizar, se V. Ex^a me conceder mais um tempinho, com uma famosa oração que, para minha surpresa, fiquei sabendo há pouco, foi escrita pela mãe de quem levou a fama da oração. Essa oração foi escrita pela mãe de quem é tido como o título:

Senhor, fazei de mim um instrumento da vossa paz.

Onde houver ódio, que eu leve o amor.
 Onde houver ofensa, que eu leve o perdão.
 Onde houver discórdia, que eu leve a união.
 Onde houver dúvida, que eu leve a fé.
 Onde houver erro, que eu leve a verdade.
 Onde houver desespero, que eu leve a esperança.

Onde houver tristeza, que eu leve a alegria.

Onde houver trevas, que eu leve a luz.

Ó Mestre, fazei que eu procure mais

Consolar que ser consolado

Compreender que ser compreendido

Amar que ser amado

Pois é dando que se recebe

É perdoando que se é perdoado

E é morrendo que se vive para vida eterna."

Essa oração acho que todo mundo conhece, é a Oração de São Francisco. Mas o que pouca gente sabe é que foi escrita pela mãe dele.

Portanto, eu queria encerrar aqui este pronunciamento, homenageando mais uma vez as mulheres de todo o Brasil, especialmente as do meu Estado: Índias, não índias, negras, brancas de olhos azuis, gaúchas que vieram lá do Rio Grande do Sul, paranaenses que vieram do seu Estado. Enfim, todas as roraimenses que estão lá ajudando a construir aquele Estado mais setentrional do Brasil, que é o meu Estado de Roraima, onde está situado o ponto extremo norte deste País, que é o Monte Caburáí.

Muito obrigado.

Quero pedir a V. Ex^a que considere lidos os trechos que foram aqui mencionados.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
 SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
 EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

História do Dia Internacional da Mulher

História do Dia Internacional da Mulher, significado do dia 8 de março, lutas femininas, importância da data e comemoração, conquistas das mulheres brasileiras, história da mulher no Brasil, participação política das mulheres, o papel da mulher na sociedade



Dia da Mulher no Twitter

Participe da Promoção no Twitter Concorra a uma linda bolsa feminina
www.MarciaSaraiva.com.br/Blog

História e Política

Cursos Atualização UNICID História Política e Sociedade por R\$ 188,00!
www.eadunicid.com.br/Sociedade

Internacional

Baixar Hino do Internacional no Cel Gratis papéis de parede
www.dindo-web.com.br/Hinos

CordCell - 0800-772 22 00

Brasil Todo Congele Células Tronco Cordão Umbilical, proteja seu filho
www.cordcell.com.br

Anúncios Google

História do 8 de março

No Dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga diária de trabalho para dez horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.

A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.

Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o "Dia Internacional da Mulher", em homenagem as mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Objetivo da Data

Ao ser criada esta data, não se pretendia apenas comemorar. Na maioria dos países, realizam-se conferências, debates e reuniões cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. O esforço é para tentar diminuir e, quem sabe um dia terminar, com o preconceito e a desvalorização da mulher. Mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nesta história.

Conquistas das Mulheres Brasileiras

Podemos dizer que o dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco na história da mulher brasileira. Nesta data foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo.

Marcos das Conquistas das Mulheres na História

- 1788 - o político e filósofo francês Condorcet reivindica direitos de participação política, emprego e educação para as mulheres.
- 1840 - Lucrecia Mott luta pela igualdade de direitos para mulheres e negros dos Estados Unidos.
- 1859 - surge na Rússia, na cidade de São Petersburgo, um movimento de luta pelos direitos das mulheres.
- 1862 - durante as eleições municipais, as mulheres podem votar pela primeira vez na Suécia.
- 1865 - na Alemanha, Louise Otto, cria a Associação Geral das Mulheres Alemãs.
- 1866 - No Reino Unido, o economista John S. Mill escreve exigindo o direito de voto para as mulheres inglesas
- 1869 - é criada nos Estados Unidos a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres
- 1870 - Na França, as mulheres passam a ter acesso aos cursos de Medicina.
- 1874 - criada no Japão a primeira escola normal para moças
- 1878 - criada na Rússia uma Universidade Feminina
- 1901 - o deputado francês René Viviani defende o direito de voto das mulheres

Carta de la Directora

Saludos a nuestros lectores

¿Igualdad o semejanza?

El ocho de marzo celebramos el Día Internacional de la Mujer que está reconocido por las Naciones Unidas. En este día se conmemora la lucha de la mujer por su participación en la sociedad y en su desarrollo íntegro como persona. Y, muchos afirman, que también es ocasión para promover el mensaje de su igualdad con el hombre.

Yo considero que las mujeres somos seres diferentes a los hombres. No somos iguales. Somos semejantes. Es más, estoy convencida que esta idea de igualdad, además de ser errónea, es destructiva tanto para la mujer, como para el hombre y consecuentemente para la familia y la sociedad porque genera un sentimiento de competencia entre los géneros.

Mi opinión se basa en parte en la definición de las palabras y mi interpretación de la función de ambos seres. Según el diccionario de la Real Academia Española, igualdad se define como "la conformidad de una cosa con otra en naturaleza, forma, calidad o cantidad". Como por naturaleza somos tan distintos, la igualdad entre hombres y mujeres es un imposible.

Semejanza es un término comparativo que deja espacio para la expresión de las diferencias de naturaleza y a la vez otorga el mismo valor y dignidad a ambos seres. Entonces: ¡Que viva la diferencia!

Les invito muy cordialmente a pensar sobre este tema mientras se aproxima esta fecha y después que haya pasado. Hemos gastado muchos recursos luchando y no estaría de más celebrar las diferencias sin atribuirles una hegemonía la una sobre la otra.

Sus comentarios son siempre muy bienvenidos. Por favor contáctenme en Facebook y dígame lo que piensa de esto o cualquier otro tema.

¡Hasta la próxima!



Igualdade ou semelhança

Em 8 de março celebramos o Dia Internacional da Mulher, reconhecido pelas Nações Unidas. Nele se comemora a luta da mulher por sua participação na sociedade e seu desenvolvimento integral como pessoa. E, muitos afirmam, esta também é a ocasião para promover a mensagem de sua igualdade com o homem.

Eu considero que nós, mulheres, somos diferentes dos homens. Não somos iguais. Somos semelhantes. E mais, estou convencida de que esta ideia de igualdade, além de ser errônea, é destrutiva tanto para a mulher, como para o homem e, conseqüentemente, para a família e sociedade, pois gera um sentimento de competência entre os gêneros.

Minha opinião se baseia, em parte, na definição das palavras e na minha interpretação da função de ambos os seres. Segundo o dicionário da Real Academia Española (Academia Real Espanhola), igualdade se define como "a conformidade de uma coisa com outra em natureza, forma, qualidade ou quantidade". Como, por natureza, somos tão distintos, a igualdade entre homens e mulheres é uma impossibilidade.

Semelhança é um termo comparativo que permite espaço para a expressão das diferenças naturais e, ao mesmo tempo, outorga igual valor e dignidade a ambos os seres. Assim sendo, celebremos as diferenças!

Convido-lhes, cordialmente, a pensar sobre este tema por ocasião dessa data e no futuro também. Temos investido muitos recursos nessa luta e é justo celebrar as diferenças sem atribuir-lhes superioridade umas sobre as outras.

Seus comentários são sempre muito bem-vindos. Por favor, entrem em contato comigo no Facebook e compartilhem seus pensamentos sobre este ou outros temas.

Até a próxima!

Nós, mulheres, lutamos por muitos anos pela igualdade entre nossos direitos e os dos homens. Conseguimos nossos ideais: direito de votar e ser votada, igualdade salarial, possibilidade de ingresso a cargos públicos e políticos importantes, dentre outras vitórias.

Esquecemo-nos, todavia, do fato de que os homens não lutariam por essa igualdade, pois não lhe interessava os direitos (ou deveres?) que usomente a nós caíam.

Destarte, vi-mo-nos frente a um acúmulo de responsabilidades: além da igualdade conquistada e outrora mencionada, mantivemos o dever de cuidar da casa, dos filhos, das empresas, do supermercado e das malditas unhas, cabelos, pele, corpo etc, pois a ditadura da beleza é cruel com as mulheres e não aceita desculpas como a maternidade ou a lei da gravidade.

Resta-nos, como prêmio, o amor em nossas cores e o reconhecimento de nosso esforço representado pelo dia internacional da mulher.

Mulheres Fortes

(Danuza Leão)

Ah, como deve ser boa a vida das mulheres frágeis!.....
Elas sempre têm alguém que carregue os embrulhos,
preencha o Imposto de Renda, troque o pneu do carro, e por aí vai.
As fortes fazem tudo sozinhas,
e são sempre chamadas nas horas do aperto:
Elas agüentam qualquer tranco, e são tão fortes que se metem
até mesmo onde não são chamadas,
para ajudar a resolver os problemas dos outros.
Elas acreditam no personagem, veja só!
É dura a vida das fortes, que não são poupadas de nada!
Se alguém está com uma doença grave, é a elas que vão contar;
se a namorada do sobrinho ficou grávida, são as primeiras a saber,
e quando alguém da família é preso com uma trouxinha de maconha,
são imediatamente chamadas para as providências de praxe...
fora os problemas financeiros, é claro.
Enquanto isso, os pais e mães desses jovens adoráveis estão tomando
uma vodca na beira da piscina sem saber de nada...
eles não agüentariam um choque desses e precisam ser poupados,
porque são frágeis.
Existe sempre alguém para cuidar dos frágeis,
seja um parente, um amigo, até um vizinho,
que bate na porta preocupado com o silêncio
e para saber se ela está precisando de alguma coisa.
Uma mulher frágil
é mais frágil que um recém-nascido,
e como os homens adoram o papel de protetores
para se sentirem fortes e poderosos,
é a união perfeita da fome com a vontade de comer.
Quando elas ficam doentes,
um verdadeiro exército é mobilizado;
um leva revistas, o outro um embrulhinho com pêras, maçãs e uvas,
e se ela não tem empregada não falta quem vá para a cozinha
fazer uma canjinha.
Preste atenção que vai perceber
que essas mulheres frágeis são indestrutíveis.
As fortes, na hora de uma crise de coluna,
se arrastam até a geladeira para pegar um copo de água,
e se alimentam o fim de semana inteiro com uma barra de chocolate,
pois ninguém telefona para saber se precisam de alguma coisa.

E elas, verdade seja dita,
preferem morrer de inanição a pedir socorro, para não cair o tipo.
Há uma pesquisa a ser feita:
uma mulher frágil nasce frágil ou escolhe essa profissão para se dar bem na vida?
Por que elas se dão bem,
e sempre encontram um homem talvez ainda mais frágil do que elas
para cuidá-las, acarinhá-las e cuidar para que nada as atinja, nunca?
Afinal ela é tão frágil, coitadinha.
Enquanto isso as fortes se acabam de trabalhar,
e são elas que saem dos supermercados com pacotes de compras
sem que ninguém se proponha a dar uma ajuda, mesmo que modesta.
Somos todos estimulados a ser fortes,
mas boa vida mesmo levam as frágeis, daí a dúvida:
não seria melhor que as mães, os pais e os colégios ensinassem as crianças
a ser frágeis, pois sempre haverá alguém para cuidar delas pela vida toda?
E aliás, qual a vantagem de ser forte,
além de saber que um dia alguém se referiu a ela
dizendo "aquela é uma mulher forte"?
Um grande elogio, é verdade. Mas e daí?
Toda mulher forte tem desejos secretos
que não conta nem a seu travesseiro:
que alguém, e não é preciso que seja um homem
faça um gesto por ela, de vez em quando.
Nada de muito importante; apenas um cuidado,
do tipo dizer que a está achando pálida, perguntar se tem se alimentado
direito,
pegar pelo braço e levar para tomar uma vitamina bem forte.
Sabe qual é o sonho dourado de uma mulher forte?
Ter uma gripe com 38° de febre e poder ficar na cama.
Mas para ela até ter uma gripe é difícil, pois uma mulher forte não adoece;
e se isso acontecer, o mais difícil vai ser receber ajuda,
pois uma mulher forte não deixa que ninguém faça nada por ela,
mesmo precisando desesperadamente, para não passar por frágil.
E é capaz de preferir se deixar morrer de tristeza,
solidão e sofrimento a pedir socorro seja a quem for.
Como são frágeis, as fortes!...

Mulheres

Pablo Neruda

Elas sorriem quando querem gritar.

Elas cantam quando querem chorar.

Elas choram quando estão felizes.

E riem quando estão nervosas.

Elas brigam por aquilo que acreditam.

Elas levantam-se para injustiça.

Elas não levam "não" como resposta quando acreditam que existe melhor solução.

Elas andam sem novos sapatos para suas crianças poder tê-los.

Elas vão ao medico com uma amiga assustada.

Elas amam incondicionalmente.

Elas choram quando suas crianças adoecem e se alegram quando suas crianças ganham prêmios.

Elas ficam contentes quando ouvem sobre um aniversario ou um novo casamento.

Pablo Neruda

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Após o brilhante pronunciamento do ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti, convidamos, para fazer uso da palavra para uma comunicação inadiável, o ilustre Senador Mário Couto, pelo prazo regimental.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero, Senador Mozarildo, me somar às congratulações às mulheres no Dia Internacional das Mulheres.

Quero também, Senador, dizer que escutava o pronunciamento da Ministra Dilma, que há pouco saiu daqui deste Senado, onde armou um palanque eleitoral, e vi a emoção da Ministra ao se congratular com as mulheres brasileiras, assim como todos nós fizemos no dia de hoje. Acabei de ver a sua emoção da tribuna. Mas a Ministra faltou com a verdade. Essa é a minha decepção. Olhe que, ouvindo a Ministra, esperei que ela pudesse falar das aposentadas, por exemplo, deste País. Esperava que a Ministra pudesse dizer como vivem as aposentadas deste País neste momento. Eu queria que a Ministra dissesse que ela seria capaz de passar um dia igual às mulheres aposentadas brasileiras. Gostaria que ela dissesse isso neste Senado: “Vou homenagear as mulheres brasileiras, mas vou passar um dia igual às aposentadas deste País.” Somente um dia eu queria que ela passasse. Somente um dia, Ministra Dilma Rousseff, para a senhora ter a coragem de vir aqui dizer que tanto fez pelas mulheres brasileiras.

Senador Alvaro Dias, a Ministra faltou com a verdade, ela escondeu a verdade, ela não falou a verdade, esquivou-se da verdade. Ela, que tanto bloqueou o aumento dos aposentados, o mínimo aumento dos aposentados igual ao do salário mínimo; ela, que é uma carrasca; ela, que gosta de fazer o mal; ela, com sua cara, demonstra tudo que é. Ela, que por várias vezes falou que a Previdência não tem dinheiro, que é deficitária...

Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a anotasse agora, neste momento, para falar ao Presidente Sarney que, infelizmente, o Senador Mário Couto não tem mais condição de esperar a abertura da CPI da Previdência. Fale para ele isso. O Senador Sarney tem sido um *gentleman* para com este Senador, tem sido correto nas suas ações comigo, mas não posso mais esperar que a CPI da Previdência fique passando mais um ano na Mesa Diretora. Sei que uma CPI, nesta Casa, não dá absolutamente em nada. Esta é uma Casa desmoralizada em relação à fiscalização do Governo Federal, que não quer ser fiscalizado, que não se deixa fiscalizar, que não tem uma CPI, de todas que foram feitas

aqui, em que o Governo Federal não tenha metido o dedo e arquivado.

Fui testemunha, participei de uma, saí altamente decepcionado. Vi o Senador Demóstenes Torres, Senador Alvaro Dias, fazer um relatório magnífico na CPI do Apagão Aéreo. Aquele homem trabalhou, apurou... Foram mais de 300 páginas de um relatório que serviu de cinco minutos para o comando do Governo, para aqueles Senadores que obedecem ao Governo, pegarem o relatório e jogarem no cesto do lixo. A da Petrobras foi a mesma coisa; a das ONGs, a mesma coisa; e a da Previdência vai ser a mesma coisa.

Mas quero que abra, quero mostrar à Nação, quero provar para a Nação que o Governo mente, que a Previdência não é deficitária, que o Presidente Lula e a Ministra Dilma Rousseff não gostam dos aposentados e aposentadas deste País; que a Ministra não teria moral de chegar neste Senado para elogiar as mulheres brasileiras, quando ela maltrata, quando ela arrasa, quando ela massacra as mulheres aposentadas deste País.

Quero que V. Ex^a peça ao Presidente Sarney a abertura da CPI da Previdência.

Ora, Senador Alvaro Dias – e vou já lhe dar a palavra –, a autoridade é tão grande dentro desta Casa do Presidente da República... Lembra V. Ex^a que o Senador Expedito Júnior, o ex-Senador Expedito Júnior, olhe que fato, lutou tanto, Senador Alvaro Dias, para aprovar a transposição dos servidores públicos estaduais e municipais, e nós aprovamos aqui a regulamentação da Lei nº 60. Aquele Senador lutou. Lembro aquele dia em que foi aprovada a regulamentação da Lei nº 60, a felicidade daquele Senador neste plenário. Mas, agora, o Governo não quer dar o direito a esses servidores do Estado de Rondônia. Sabe por quê, Brasil? Sabe por quê, Nação? É bom que esses assessores e o próprio Presidente Lula saibam que, com essa decisão de não dar os direitos, de não querer dá-los – mas vão dar de qualquer forma, porque vamos entrar no Supremo; o PSDB vai entrar no Supremo atrás dos direitos daqueles servidores –, o Presidente Lula não está maltratando o Senador Expedito Júnior. Não é a ele que V. Ex^a está maltratando, Presidente Lula. V. Ex^a está maltratando os servidores públicos estaduais e municipais que têm os direitos, que conseguiram os seus direitos aqui, nesta Casa, por meio de uma regularização, de uma lei, e V. Ex^a teima em não querer dar esses direitos aos servidores.

Pois não, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mário Couto, quero apenas cumprimentá-lo, sobretudo pela persistência. V. Ex^a é, sem dúvida, aquele que mais tem abordado essa questão dos aposentados da tribuna do

Senado Federal. É uma perversidade o que o Governo faz com os idosos do Brasil, com os aposentados, de forma geral, especificamente aqueles que já, há um bom tempo, aguardam a solução de um impasse com o Governo e que são dependentes do Fundo Aeros e Aerus. São ex-trabalhadores aposentados da Vasp, Varig e Transbrasil. Acompanhei de perto e V. Ex^a também, e pudemos ver com que desdém o Governo trata esses humildes aposentados inativos que necessitam de ver seus direitos respeitados. Apenas o que pleiteiam, o que postulam é o respeito aos seus direitos. E eu apenas faço este aparte para dizer que esses aposentados estão agora aguardando uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Não dá mais para acreditar no Governo, a esperança agora é a Justiça, e nós temos que aguardar pacientemente essa decisão do Supremo Tribunal Federal, esperando que se faça justiça, porque é uma perversidade, é uma crueldade o que o Governo tem feito com essa gente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – E a Ministra vem aqui, meu nobre Senador, falar sobre os benefícios que ela faz e fez pelas mulheres brasileiras. Mas esqueceu de falar nas mulheres aposentadas deste País, que são massacradas, que sofrem na pele, que sofrem diariamente, que a cada ano veem os seus salários desvalorizados.

Eu cansei de falar aqui, Senador Paim, cansei de dizer aqui que iam nos enganar. Cansei. O que nós temos que fazer é ir para a porta do Palácio com os aposentados brasileiros.

Cadê a Cobap? Vamos acionar a Cobap. Vamos para a porta do Palácio do Planalto com os aposentados brasileiros. E a próxima vez que a Dilma vier aqui, nós temos que dizer a ela que as mulheres aposentadas deste País são seres humanos que vivem, que falam, que têm sangue, igual a ela; são mulheres iguais a ela, são iguaizinhas a ela.

Amanhã vou voltar a esta tribuna para falar do novo escândalo do PT. Está na *Veja!* Está na *Veja* a roubalheira da cooperativa para fazer a campanha do Lula. Promotor Público, do Ministério Público, apurou três anos. Está na *Veja* a nova roubalheira do PT.

Alguém vai preso? Não. Ninguém vai preso. O Arruda está preso, mas esses caras do PT não vão presos! Ninguém vai preso! Nenhum! Lula não quer, não prende! Do PT, não prende. Pode roubar. Roube a vontade este País! Ninguém vai preso! Duvido, duvido. Eu duvido, se prenderem esse cara! Trinta e dois milhões! Do PT, não vai preso, não tem jeito. Não adianta falar, pisar. Do PT, não vai preso. Roubo dos cofres, daqueles que depositavam dinheiro para fazer suas casas. Roubaram, à luz do dia, 32 milhões. Se fosse da Oposição, já estaria preso. Saía e não se sabia quando,

mas como é do lado do Governo, foi para a campanha do Lula, não vai preso de jeito nenhum.

Pois não, Senador Paulo Paim.

Já vou encerrar, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, eu queria convidá-lo para, no dia 25 próximo, estar conosco em São Paulo, na Praça da Sé, reunindo o movimento sindical, Cobap, CNBB, fazendo um grande movimento para que a Câmara vote os projetos que nós aqui aprovamos depois de muitas vigílias. Queria convidá-lo também, junto com a Cobap, para estarmos no dia 26 em Santa Catarina, em um grande evento, num encontro estadual de aposentados e pensionistas, porque tenho o mesmo entendimento de V. Ex^a: somente com muita mobilização, com muita pressão é que a Câmara dos Deputados vai se posicionar, tanto no fator, no reajuste dos aposentados, como também na recuperação das perdas. Terceiro, nessa mesma linha, também entendo que se a gente conseguir mostrar para os aposentados que a Câmara não fez a sua parte... O Senado fez a sua parte. Se vai ter veto ou não, nós temos que, como dizia o esquartejador, ir fazendo por partes. No momento, temos que exigir que a Câmara vote. Eu, por exemplo, quero, em um grande encontro que vai ter em São Paulo, no dia 1º de junho, um encontro das classes trabalhadoras, que a gente tire uma pauta e entregue aos candidatos à Presidência da República: à Dilma, ao Serra, à Senadora Marina para ver o compromisso que assumirão em todas as propostas relacionadas aos interesses dos aposentados. Até o momento – estou falando com muita tranquilidade com V. Ex^a –, não vi nenhum candidato à Presidência da República, tocar neste tema que nos é tão importante, tão sagrado, ou seja, a questão da Previdência. Quero também dizer a V. Ex^a que tenho o seguinte entendimento, porque estive no Supremo Tribunal Federal há três dias, num debate onde queriam fazer com que o DEM se transformasse em um demônio em relação à ação afirmativa. O que eu disse lá? Pode haver um Senador ou outro que seja contra, mas duvido que, no conjunto do Partido, seja contra as ações afirmativas. E dei o nome lá de seis Senadores do DEM, inclusive do passado e do presente, que sempre trabalharam aqui pela ação afirmativa. Inclusive, Senador José Sarney, lembrei da política de cotas, de sua autoria, que esta Casa aprovou há 15 anos, mais ou menos, e foi para a Câmara, que não a aprovou. Por que digo isso? Confesso a V. Ex^a que não sou um generalista na questão partidária. Não é porque alguém do PT cometeu um equívoco, ou alguém do PSDB, como no caso do Rio Grande do Sul, ou alguém do DEM, que agora nenhum partido mais presta – ou alguém do PMDB. Por isso tenho

aqui pautado minha atuação com esse cuidado. Se houver culpa, que se instale o processo, que se vá às últimas consequências, como V. Ex^a ressaltou muito bem, e aquele cidadão terá que ser punido – como é o caso hoje do Governador de Brasília. Mas ninguém está contente com isso. Gostaríamos que nada disso estivesse acontecendo. Fico apenas preocupado como, às vezes, colocam como se o partido fosse o culpado de tudo o que acontece. Se acontece um problema no PSDB, o PSDB é o culpado. Se acontece no DEM, é o DEM o culpado. Se alguém erra no PT, é o PT o culpado. Então, faço estas ponderações porque tenho tido este cuidado muito grande de ver quem efetivamente cometeu o ato, o delito, o desvio, e não agir de forma generalizada, fazer com que a sigla partidária acabe sendo chamada a responder por uma responsabilidade desse ou daquele sujeito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Falei da capa da revista, Senador, porque a li. Vou ler para V. Ex^a. A capa da revista *Veja* diz assim – a TV Senado poderia mostrar para o Brasil: “Caiu a casa do tesoureiro do PT – R\$32 milhões desviados para a campanha do Lula de 2002”. Amanhã vou falar sobre isso. Não falei nada ainda.

Sobre os aposentados, só para eu descer, quero dizer que V. Ex^a sabe o carinho e o respeito que tenho por V. Ex^a. Não vou me calar e tenho certeza de que V. Ex^a também não vai se calar. Não vou a reunião nenhuma mais. Já fui a muitas e enganado em todas. Só aceito agora, Senador, ir ao Palácio do Planalto. Se V. Ex^a, a Cobap e os aposentados deste País toparem, estou convocando a Nação, os aposentados e pensionistas deste País. Vamos à porta do Lula! Ele tem de sentir como vivem vocês! Ele sabe como vivem, mas ele tem de sentir na pele como V. Ex^a sente no convívio diário! Ele tem de sentir e ver.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou descer, Sr. Presidente.

Quero deixar um recado para os servidores públicos estaduais e municipais de Rondônia. O Expediente Júnior saiu daqui, mas temos a obrigação e o dever de falar por vocês. Vamos entrar no Supremo e continuar defendendo a causa de vocês.

Muito obrigado, Presidente Sarney.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Sadi Cassol deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, que privilégio e honra falar numa sessão presidida por V. Ex^a.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, cerca de 108 mil famílias de pequenos agricultores paraibanos estão recebendo, desde o dia 25 de janeiro passado, sementes selecionadas para o plantio da safra de 2010. As sementes são distribuídas pela Secretaria de Agricultura, Agropecuária e Pesca, que pretende aumentar em 30% a produção desta safra em relação à safra passada. Ao todo, o Governo do Estado colocará à disposição dos pequenos agricultores 1.085 toneladas de milho e 248 toneladas de feijão.

A distribuição obedece ao seguinte cronograma: de 25 de janeiro até o dia 12 de fevereiro foram atendidos os produtores do Sertão; do dia 1^o ao dia 12 foi a vez do Cariri e do Seridó; do dia 1^o ao dia 12 de março serão atendidos os agricultores de Campina e do Brejo; de 15 a 23 de março serão contemplados os do Agreste e do Litoral.

Cada uma das 108 mil famílias receberá dez quilos de sementes de milho e 50 mil delas receberão ainda cinco quilos de sementes de feijão. Essas sementes não serão vendidas, Sr. Presidente. Os produtores vão apenas se comprometer a devolver, ao final da safra, dois quilos de sementes para cada quilo recebido.

A novidade este ano, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, para reduzir a burocracia, não há mais necessidade de contratos entre os produtores rurais e a Secretaria. Para receber as sementes eles assinam apenas um termo de adesão registrado em cartório, suficiente para legitimar as regras da permuta.

No ano passado, o excesso de chuvas prejudicou a safra, que registrou uma queda de 15% em relação à safra anterior. Para este ano, segundo informa o Secretário de Agricultura, Agropecuária e Pesca, Ruy Bezerra, o Governo do Estado pretende, além de recuperar a queda de safra, já que os meteorologistas preveem menos chuva, elevar ainda a produção em mais 15%.

A expectativa se baseia na boa qualidade genética das sementes que estão sendo distribuídas. “O grande benefício dessa distribuição – disse o Secretário – é permitir que o pequeno agricultor tenha acesso a sementes de boa qualidade, já que elas não são disponíveis para comercialização em todas as regiões do Estado”.

A Secretaria de Agricultura, Agropecuária e Pesca pretende também revitalizar o cultivo do algodão, que, ao longo do tempo, decaiu de forma assustadora, face à praga do “bicudo”, ao endividamento dos

produtores e à concorrência desleal de produtores de outros países.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com prazer que registro essa feliz iniciativa do Governo do Estado da Paraíba.

Ao ensejo, alerto os pequenos agricultores do meu Estado para que fiquem atentos ao cronograma e não percam essa oportunidade de incrementar sua produção.

Tenho certeza de que, com condições meteorológicas favoráveis e com o apoio da Secretaria de Agricultura, Agropecuária e Pesca, os agricultores paraibanos verão seu árduo trabalho recompensado com uma grande colheita.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador César Borges. (Pausa) Não está presente.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadoras, ontem, embora fosse uma segunda-feira de plenário vazio, nós aqui estivemos para cobrar providências relativamente à matéria publicada pela revista *Veja*: “Caiu a casa do Tesoureiro do PT”.

A denúncia é de um escândalo já conhecido, porque o Ministério Público investiga, há mais de três anos, as operações suspeitas da Bancoop, que é a Cooperativa Habitacional dos Bancários do Estado de São Paulo. Na verdade, desde 2005 ou um pouco depois, esse tema tem sido recorrente no Senado Federal, e o que se vê, agora, é a tentativa de desqualificar o trabalho do promotor público Dr. José Carlos Blat, de desconstruir a imagem de quem, no Ministério Público, tem o dever de investigar, colocando mal a luz para que ele possa ser denunciado, condenado e combatido.

Não há como ignorar este fato. O promotor público José Carlos Blat, Senador Mário Couto, em 8.500 itens, folhas de extrato bancário, chega a um desvio de mais de R\$100 milhões.

Na matéria da revista, a cifra é de R\$31 milhões, mas o promotor declara que o valor do desvio pode ser superior a R\$100 milhões. Recursos de trabalhadores, de assalariados, mais de quatrocentas famílias lesadas tiveram os seus parques recursos roubados e os seus sonhos destruídos – as esperanças da moradia própria sepultadas.

É uma perversidade calar-se diante de tamanho escândalo. Ainda hoje a Ministra Dilma teve a desfaçatez de tentar desqualificar a denúncia, afirmando...

A primeira afirmação com ela nós concordamos, a de que o Sr. Vaccari tem direito à defesa. Ninguém está lhe negando o direito à defesa. É preciso que se defenda mesmo, que se explique, mas quando diz: “Não, isso já é sujeira de campanha”, a Ministra me perdoe, ela compromete inclusive a condição de candidata à Presidência da República com uma afirmativa infeliz como essa.

Não se admite que alguém venha a desqualificar um promotor público que, com tanta dedicação, esforço, desprendimento, durante três anos, trabalha com denodo para investigar e esclarecer as denúncias.

E ele não está irresponsavelmente fazendo acusações como se fossem palavras soltas ao vento; está apresentando o roteiro da corrupção, o itinerário da corrupção, com provas documentais, em razão da quebra do sigilo bancário dessa Cooperativa Habitacional dos Bancários do Estado de São Paulo.

Em razão disso, Sr. Presidente, eu anuncio desta tribuna que estou propondo, em nome do PSDB, inicialmente dois requerimentos: um deles será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de convidar o promotor de justiça José Carlos Blat a comparecer perante esta CCJ para depor sobre as investigações que realizou durante esses três anos, especialmente porque é responsabilidade do Senado Federal fiscalizar a aplicação dos recursos dos fundos de pensão: Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), Funcef (Fundação dos Economistas Federais) e Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social), que repassaram recursos à Bancoop, recursos esses que acabaram sendo desviados.

O outro requerimento é encaminhado à Mesa solicitando que o Tribunal de Contas da União realize auditoria nos fundos de pensão Previ, Funcef e Pretos, em razão da aplicação dos recursos dessas entidades na Bancoop. Portanto, a auditoria que nós estamos pleiteando ao Tribunal de Contas da União diz respeito aos recursos que foram repassados à Bancoop.

Esses são dois requerimentos, mas o PSDB quer sugerir também convite às famílias lesadas. Elas devem ser ouvidas, como aquele cidadão que relatou à *Veja* o drama que viveu e confessa ter perdido as esperanças depois que o câncer o alcançou. Até então, lutou, vestiu-se de palhaço e foi a manifestações de protesto contra dirigentes da Bancoop. Entregou-se em razão da doença. Temos o dever de ouvir essas famílias aqui no Senado Federal. Essa é uma sugestão da Bancada de Senadores do PSDB que pretendemos viabilizar.

Um outro requerimento devemos formular também ao Ministério da Previdência, já que estamos tratando de fundos de Previdência, recursos que foram desviados,

segundo o promotor público José Carlos Blat, para a campanha do Presidente Lula e para o enriquecimento ilícito de dirigentes do Partido dos Trabalhadores.

Eu concedo um aparte à Senadora Marisa Serrano.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Alvaro. V. Ex^a traz um assunto aqui que está estarrecendo a sociedade brasileira e é alvo hoje de questionamento de toda a imprensa nacional, e tem de ser questionamento de todos nós que estamos nesta Casa e que acompanhamos o que se passa neste País. Com esse problema todo que V. Ex^a está levantando – eu ouvi dizer –, o Presidente do PT, José Eduardo Dutra, disse que isso era uma bobagem, que era um assunto requentado; que isso já era lá de trás. E realmente era. Começou em 2006, há três anos, quando o Ministério Público levantou a questão de irregularidade nas cooperativas. Além disso, depois, em 2007, foi aberto inquérito criminal sobre essa questão. E já tinha testemunha dizendo que, em 2002, esse recurso tinha sido usado na campanha do Presidente Lula. Portanto, Senador Alvaro, o que é requentado? Quer dizer que é algo que foi criminoso, que lesa o recurso público, que lesa o povo brasileiro, e morreu? Nada mais se pode dizer a respeito? É como se a ética e a decência não existissem mais neste País? Então, essas questões temos de levantar. Como um partido que sempre foi aqui – quis ser neste País – e se autodenominou guardião da ética nacional e que se depara com mensalões, alopados e outros tais, agora vem dizer, em um caso como esse com quase R\$30 milhões desviados, que...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mais de R\$100 milhões, Senadora.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – São R\$ 40 milhões, porque R\$31 milhões...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – São R\$ 100 milhões!

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – Com R\$ 100 milhões desviados, e vem dizer que isso não se pode discutir agora, porque isso é coisa requentada, que já foi dita lá atrás. Então, o que é dito, se é verdade, fica o dito por não dito? Quer dizer, não vai ser investigado? O povo brasileiro não tem o direito de saber aquilo que se passa neste País? Eu quis fazer este aparte a V. Ex^a para dizer que isso sim, é um descalabro: quando o presidente de um partido que quer se dizer decente, que quer ainda ficar na Presidência deste País, vem dizer que não aceita discutir assunto requentado, mesmo que seja um crime que se cometa contra o País. Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano.

Referi-me a R\$100 milhões porque, ainda hoje, o promotor público José Carlos Blat declara que, investigando 8.500 extratos bancários da Bancoop, chega a um desvio que pode ser superior a R\$100 milhões. E não completou o trabalho; continua investigando e, agora, pede a quebra do sigilo bancário daqueles que se envolveram neste escândalo, inclusive o do tesoureiro geral do Partido dos Trabalhadores, que é também tesoureiro da campanha da Ministra Dilma, que agora diz que pretende separar as tesourarias.

Essa é uma estratégia “delubiana”. O Partido dos Trabalhadores e o Presidente da República passaram a mão na cabeça de Delúbio Soares, o protegeram. Aqueles que se envolveram no grande escândalo do mensalão foram protegidos, acobertados, blindados, preservados pelo Governo, reabilitados pelo Governo e premiados, alguns ocupando, inclusive, função de liderança na direção do Partido dos Trabalhadores. Bem diferente do comportamento do Democratas no caso de Brasília.

Portanto, Senadora Marisa Serrana, quando alguém afirma que isso é assunto requentado subestima a inteligência das pessoas e, sobretudo, agredi-las. Há uma indignação diante desse assalto ao dinheiro de pessoas assalariadas, de famílias de assalariados, que sonharam em ter a sua moradia e depositaram lá os seus escassos recursos alimentando essa esperança. E viram os valores que conseguiram somar e economizar aplicados na campanha eleitoral para eleger o Presidente Lula ou para enriquecer outros mais próximos do Presidente do Partido dos Trabalhadores; e para abastecer a Bancoop, recursos públicos dos fundos de pensão administrados pelo PT.

É só procurar conhecer a identidade dos administradores desses fundos de pensão. Todos eles são ligados ao Presidente da República...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...todos eles são ligados ao Partido dos Trabalhadores. Exatamente nesses fundos de pensão buscaram a fonte para o abastecimento da Bancoop, alavancando o grande escândalo que agora o Ministério Público procura desvendar.

Concedo um aparte – embora a campanha esteja me convocando a parar – ao Senador José Agripino. Sei que o Presidente Sarney, um democrata, vai permitir que o Líder do Democratas possa pronunciar-se.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a aborda o assunto que eu iria abordar, mas eu vou preferir, pelo menos neste primeiro momen-

to, aduzir alguns argumentos a mais, modestamente, ao discurso que V. Ex^a fez com muita propriedade e de forma muito tempestiva. Veja V. Ex^a que esse assunto do Bancoop vem sendo denunciado desde 2006. O Ministério Público apenas não chegou ainda a conclusões – está chegando. Mas, desde 2006, este assunto vem sendo alertado pelo Ministério Público – o mesmo promotor. E o Partido dos Trabalhadores não toma providência nenhuma. Pelo contrário, agora, premia um dos implicados com a Tesouraria do Partido dos Trabalhadores: o Sr. Vaccari, que está citado nas denúncias do Ministério Público. Não é ninguém do PSDB, ninguém do Democratas, ninguém do PPS que está denunciando. É o Ministério Público. O Ministério Público é uma instituição que existe para defender o interesse da sociedade. É ele quem está denunciando e fala claramente em muitas pessoas. O Godoy, aquele do aloprado; o aloprado está mencionadíssimo nesse processo. E, agora, com muita ênfase, o Sr. João Vaccari, que é o Tesoureiro do PT. O que me causa indignação é que – veja bem – nós tivemos, no Democratas de Brasília, uma denúncia gravíssima do único Governador que nós tínhamos; do Vice-Governador Paulo Octávio; do Presidente da Assembleia Legislativa, e nós excluimos essas figuras todas que eram importantes em nosso Partido, excluimos dos quadros partidários. Cortamos na carne para dar exemplo, para fazer história, para estabelecer referência positiva. O PT está agora com as mesmas conversas frouxas. Falam os bagrinhos do Partido, não dão explicação convincente nenhuma, tentam minimizar o fato. Não vão conseguir. Até porque nós vamos pedir a reflexão e a comparação do povo brasileiro. Não se trata de uma figura qualquer: é o Tesoureiro que está sendo acusado de ter operado saques em dinheiro de uma cooperativa. Imaginem só: uma cooperativa habitacional que toma compromisso de construir casas para quem paga prestação, não entrega as casas, e leva à rua da amargura os contribuintes; pega o dinheiro dos contribuintes na cooperativa, saca em espécie, e o irmão do presidente da cooperativa diz que parte do dinheiro foi para a campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de 2002. Ele declara, está nos autos do processo! E ninguém faz nada? Ah não! Ah, essa não! Ah, essa não! O Democratas fez o que fez, o PT tem de fazer. Se não fez no caso dos aloprados, se não fez no caso do mensalão, vai ter de fazer agora. Se não o fizer, o povo brasileiro vai cobrar; vai cobrar ou vai dar o troco, vai mostrar com quem quer ficar. Do contrário, este País vai se transformar no País da impunidade, porque declaração, denúncia desse quilate, dessa qualidade, como V. Ex^a faz, não merecer punição exemplar... Tenha

paciência! Não é o País que eu quero para os meus filhos. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Agripino. Nós estamos verificando que, quando há um grande escândalo, há um esvaziamento do PT no plenário do Senado Federal. Faça-se justiça ao Senador Paulo Paim, ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Cassol, que se encontram presentes, mas desde ontem os petistas desapareceram do plenário do Senado Federal. Nós nos pronunciamos ontem a respeito desse escândalo, hoje novamente, e não se estabelece aqui o contraditório. Nós nos sentimos até desconfortáveis, porque falamos e não encontramos ressonância naquilo que afirmamos aqui do outro lado.

Por isso, Senador Demóstenes Torres, estou propondo um requerimento a V. Ex^a, que preside a Comissão de Constituição e Justiça, para convidarmos o Promotor Público José Carlos Blat para depor sobre esse inquérito, já que a própria Ministra Dilma colocou suspeição sobre a sua atividade, tentando insinuar tratar-se de mero interesse de natureza eleitoral por estarmos num ano de campanha eleitoral. A verdade, porém, como disse o Líder José Agripino, é que este é um assunto que vem sendo investigado desde 2006 pelo Ministério Público de São Paulo.

O Senado Federal não pode ficar omissivo. Esta Casa não poder ser conivente com essa prática corrupta e, por isso, as providências que nos cabem são essas, até porque Comissão Parlamentar de Inquérito, Presidente Sarney, enquanto o Lula for Presidente da República, eu não defenderei nesta Casa. O Presidente aprendeu como amordaçar a CPI, como tratar a Minoria, como dominar, de forma absoluta, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, impedindo-a de investigar para revelar falcatruas e ilegalidades. Nós vamos esperar terminar este Governo para reabilitar esse instituto fundamental do Poder Legislativo que é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse instituto não pode ser sepultado. Desmoralizado está, mas deve ser reabilitado para cumprir uma função primordial do Legislativo, que é a de fiscalizar o Executivo.

Mais uma vez, peço a generosidade do Presidente Sarney para ouvir o Senador Eduardo Suplicy, já que convoquei o PT à fala.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tem todo direito de aqui, no Senado Federal, solicitar as informações devidas sobre o caso Bancoop, a cooperativa que era de responsabilidade do Sr. João Vaccari. Na própria matéria da revista *Veja*, o advogado Pedro Dallari fez a afirmação de que a denúncia está sem pé nem cabeça. De qualquer forma, é importante que os episódios

dios sejam inteiramente esclarecidos. Certamente, as pessoas mencionadas na matéria estão tomando as providências para que os esclarecimentos venham à tona. Quero aqui transmitir a V. Ex^a que nós, do Partido dos Trabalhadores, vamos acompanhar com atenção a elucidação de todo esse episódio. Avalio que seja mais do que legítimo que V. Ex^a aqui solicite as informações das autoridades competentes, inclusive do Ministério Público e da Justiça, para o esclarecimento dos fatos. Na medida em que tivermos esses esclarecimentos, nós aqui os exporemos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Os advogados que defendem desonestos devem se transformar em verdadeiros mágicos, inclusive para fazer uma afirmativa descabida como essa, que, evidentemente, não estaria à altura da inteligência de um advogado como o citado por V. Ex^a, não fosse esse o expediente utilizado por qualquer advogado que tem por obrigação a defesa de pessoas desonestas.

Imagine se tivesse pé e cabeça esse inquerito e essa denúncia! Se sem pé e sem cabeça já explicita um roubo, um assalto que ultrapassa R\$100 milhões, imagine se tivesse pé e cabeça!

É por essa razão, Senador Eduardo Suplicy, que nós queremos ouvir aqui o promotor público, até para que V. Ex^a possa dizer a ele, frente a frente, que a denúncia que faz não tem pé e não tem cabeça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 182, DE 2010

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 71, IV e VII da Constituição Federal e dos artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requereiro seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nos fundos de pensão PREVI – (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), FUNCEF – (Fundação dos Economistas Federais) e PETROS – (Fundação Petrobras de Seguridade Social), para investigar a aplicação de recursos destas entidades na BANCOOP – (Cooperativa Habitacional dos Bancários).

Justificação

O Ministério Público de São Paulo finalizou investigação envolvendo a Cooperativa Habitacional dos Bancários – BANCOOP, na qual foram identificadas milhares de movimentações financeiras fraudulentas visando ludibriar os cooperados que aplicavam suas economias em empreendimentos imobiliários.

Segundo a denúncias, essas operações serviam para mascarar o desvio de dinheiro para o “caixa dois” de campanhas eleitorais. Em 2004, a BANCOOP já enfrentava um eminente colapso financeiro, quando foi socorrida por uma imprudente aplicação de recursos, no montante de R\$26 milhões, patrocinados pelo fundos de pensão públicos da PREVI, PETROS E FUNCEF. O Ministério Público afirma que os dirigentes da BANCOOP, por meio de empresa de fachada, operaram um esquema de desvio de dinheiro para campanhas eleitorais que incluía, até mesmo, a extorsão das empresas que eram responsáveis pela construção das obras, para que financiassem ilegalmente os políticos por eles indicados. Até a presente data a BANCOOP continua em gravíssimo estado financeiro, tendo promovido calote em mais de quatrocentas famílias que não receberam os seus imóveis.

Diante do exposto, com o objetivo de preservar os recursos públicos aplicados pela União nos fundos de pensão, solicitamos que seja realizada auditoria para analisar a transparência da aplicação financeira das entidades de previdência pública já citadas na Cooperativas Habitacional dos Bancários – BANCOOP.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Há acordo para votarmos a medida provisória constante do Item 1 da pauta.

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 469, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.*

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009.

Relator revisor: Senador Geovani Borges.

(Sobrestando a pauta a partir de: 20-11-2009.)

Prazo final prorrogado: 15-3-2010.

Ausente o Relator, nomeio Relator *ad hoc* o Senador Romero Jucá, a quem dou a palavra.

PARECER Nº 137, DE 2010 – PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

o parecer é pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação, tendo em vista que são recursos para a aquisição de vacinas para conter a gripe *Influenza*.

Portanto, o parecer é favorável no mérito e na constitucionalidade.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº 137, DE 2010

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 469, de 2009, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 2.168.172.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais), para os fins que especifica.

RELATOR: SENADOR GEOVANI BORGES

RELATOR AD HOC: SENADOR ROMERO JUCÁ

I - APRECIÇÃO

I.1 - HISTÓRICO

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submeteu à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 469, de 5 de outubro de 2009, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de R\$ 2.168.172.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais), para atender às programações discriminadas no quadro a seguir:

R\$ 1,00		
Discriminação	Aplicação	Origem dos Recursos
Ministério da Saúde	2.163.122.000	
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	3.717.000	
Fundo Nacional de Saúde – FNS	2.159.405.000	
Ministério dos Transportes	5.050.000	
Ministério dos Transportes (Administração direta)	700.000	
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	2.600.000	
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	1.300.000	
Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT	450.000	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008 de:		2.168.172.000
Recursos Ordinários		2.000.000
Recursos Próprios Não-Financeiros		3.050.000
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		2.163.122.000
Total	2.168.172.000	2.168.172.000

Os recursos necessários à abertura do crédito decorrem do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008 de: 1) Recursos Ordinários, 2) Recursos Próprios Não-Financeiros e 3) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas.

Segundo a Exposição de Motivos nº 00228-2009-MP, de 1º de setembro de 2009, que acompanha a Medida Provisória nº 469/2009, tendo em vista o estabelecimento da situação de emergência de saúde pública de importância internacional por parte da Organização Mundial da Saúde - OMS, e o aumento dos casos de contágio e morte, devido à Influenza A H1N1, faz-se necessário crédito destinado à execução de despesas imprescindíveis ao desenvolvimento de ações emergenciais dos Ministérios da Saúde e dos Transportes para prevenção, preparação e combate à pandemia.

No âmbito do Fundo Nacional de Saúde - FNS, os recursos viabilizarão a aquisição de vacina, compra, produção e distribuição dos medicamentos Osetalmivir e Zetamivir, ampliação do número de leitos de UTI, fortalecimento das Equipes de Saúde da Família, adequação de laboratórios públicos para produção de medicamentos, aquisição de equipamentos de proteção individual e de insumos diversos, realização de campanhas publicitárias, além da capacitação de recursos humanos. Em relação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, o crédito possibilitará o fortalecimento do controle em portos, aeroportos e fronteiras.

No que se refere ao Ministério dos Transportes, o crédito extraordinário permitirá a estruturação de sala para acompanhamento e divulgação da pandemia de Influenza, com a compra de mobiliários e equipamentos de informática, tais como projetores, vídeo-conferência, computadores, câmeras de segurança; a capacitação de servidores da ANTT, ANTAQ e do DNIT, de modo a garantir a movimentação de pessoas e bens dentro dos padrões de eficiência, segurança e conforto; bem como a aquisição de materiais de proteção individual, que incluem luvas cirúrgicas, álcool gel e máscaras descartáveis.

Informa a MP citada que a **relevância e a urgência** da matéria justificam-se pela necessidade da adoção imediata de medidas saneadoras e de estruturação da capacidade de resposta do País para minimização do impacto da pandemia de Influenza, frente às consequências geradas por essa doença, a fim de reduzir o impacto na morbidade e mortalidade da população.

1.2 – ANÁLISE

O Parecer deste Relator abordará, em itens separados, os aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e o cumprimento das exigências de envio do documento em que se expõe a motivação do ato, conforme prescreve para a apreciação do Congresso Nacional o art. 5º, combinado com o § 1º do art. 2º da Resolução nº 01, de 2002 – CN.

I.2.1 - DO ATENDIMENTO DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS

O art. 62 da Constituição Federal confere competência ao Presidente da República para, em caso de relevância e urgência, adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional.

Outra regra que aqui deve ser invocada diz respeito ao § 3º do art. 167 da Lei Magna, segundo o qual a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto em seu art. 62. No caso em exame, o critério da imprevisibilidade, a justificar o presente crédito extraordinário, encontra-se em cada dotação contemplada pelo Poder Executivo.

Quanto à relevância e urgência, encontram-se cabalmente demonstradas, inclusive sem que haja qualquer objeção técnica. Dessa forma, confrontando as disposições constitucionais acima mencionadas com as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo para a adoção da presente Medida Provisória como veículo para a abertura do crédito extraordinário, verifico ser possível pronunciar sua admissibilidade à vista dos requisitos de urgência, relevância e imprevisibilidade, de que cuidam os mencionados dispositivos.

A Exposição de Motivos 00228/2009/MP, de 1º de setembro de 2009, que acompanha a Medida Provisória supra a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 01, de 2002 – CN, acerca do envio de documento expondo os motivos justificadores de sua adoção.

I.2.2 - DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A teor das disposições insertas no § 1º do art. 5º da Resolução nº 01, de 2002 – CN, “o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

Não vislumbramos inadequação no atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes que possam obstaculizar a aprovação da proposição em relação à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000); às leis do Plano Plurianual de Investimentos 2008-2011 (Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008) e de Diretrizes Orçamentárias para 2009 (Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008).

Cumprе salientar que o inciso V do artigo 167 da Constituição veda “a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos

recursos correspondentes". Assim sendo, não haveria necessidade de esclarecimento da origem dos recursos para este crédito extraordinário. Porém, o Poder Executivo mencionou as fontes, que são o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008 de Recursos Ordinários, de Recursos Próprios Não-Financeiros e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas.

1.2.3 - DO MÉRITO

O instituto do crédito extraordinário, constitucionalmente, tem o objetivo de atender, única e exclusivamente, a programações relevantes cujas despesas não sejam passíveis de previsibilidade e que se revistam do caráter de urgência. Portanto, em se tratando de despesas de realização imediata, que não se podem submeter ao processo legislativo ordinário, o seu mérito subjaz à importância dos fatos que requerem imediata intervenção do poder público. Nesse sentido, o crédito extraordinário em exame demonstra-se indubitavelmente meritório.

1.2.4 - DAS EMENDAS

No prazo regimental foram apresentadas 2 (duas) emendas a este crédito extraordinário.

A Resolução nº 1, de 2006-CN introduziu em seu artigo 111 disciplina extremamente rígida para o emendamento de um crédito extraordinário, tornando inadmissíveis quaisquer emendas, exceto as relativas ao texto da Medida Provisória ou que cancelem dotações, total ou parcialmente. As emendas apresentadas contemplam acréscimo e cancelamento de dotações e, portanto, nos termos do art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN, devem ser inadmitidas.

II – VOTO

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 469, de 2009; pela sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da matéria nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 9 de Março de 2010.


Senador Geovani Borges

Relator

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O parecer preliminar do Relator revisor é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos votar o mérito da matéria.

Discussão da medida provisória e das emendas, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, devo justificar a aceitação dessa matéria por parte do PSDB, já que se trata de medida provisória. Abre-se um crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde e do Ministério dos Transportes no valor de R\$ 2.168.172.000,00 (dois bilhões cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais).

Os recursos necessários à abertura do crédito decorrem do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008 de: 1) Recursos Ordinários; 2) Recursos Próprios Não-Financeiros; e 3) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas.

Essa medida provisória visa atender uma situação de emergência de saúde pública, de importância internacional, por parte da Organização Mundial da Saúde, e o aumento dos casos de contágio e morte devido à *Influenza A H1N1*. Faz-se necessário um crédito destinado à execução de despesas imprescindíveis ao desenvolvimento de ações emergenciais dos Ministérios da Saúde e dos Transportes para a prevenção, preparação e combate à pandemia.

No âmbito do Fundo Nacional de Saúde, os recursos viabilizarão a aquisição de vacina, compra, produção e distribuição de medicamentos, ampliação do número de leitos de UTI, fortalecimento das Equipes de Saúde da Família, adequação de laboratórios públicos para a produção de medicamentos, aquisição de equipamentos de proteção individual e de insumos diversos, realização de campanhas publicitárias, além da capacitação de recursos humanos.

Em relação à Anvisa, o crédito possibilitará o aumento do controle em portos, aeroportos e fronteiras.

No que se refere ao Ministério de Transportes, o crédito extraordinário permitirá a estruturação de sala para acompanhamento e divulgação da pandemia de *Influenza*, com a compra de mobiliários e equipamentos de informática, tais como projetores, videoconferência,

computadores, câmeras de segurança; a capacitação de servidores, de modo a garantir a movimentação de pessoas e bens dentro dos padrões de eficiência, segurança e conforto; bem como a aquisição de materiais de proteção individual, que incluem luvas cirúrgicas, álcool gel e máscaras descartáveis.

Informa a MP citada que a relevância e a urgência da matéria justificam-se pela necessidade da adoção imediata de medidas saneadoras e de estruturação da capacidade de resposta do País para a minimização do impacto da pandemia da *Influenza*, frente às consequências geradas por essa doença, a fim de reduzir o impacto na morbidade e mortalidade da população.

Para concluir, não podemos deixar de mencionar que esse problema vem assolando o Brasil tem um bom tempo e o que nos surpreende é a incapacidade gerencial do Governo para prever esses eventos e fixar isso na proposta orçamentária.

Em função disso, o Governo volta a recorrer a esse procedimento de solicitar crédito extraordinário por meio de medida provisória, o que pode ser facilmente estabelecido na proposta orçamentária, se houvesse um planejamento mais realista por parte do Governo central.

Portanto, Sr. Presidente, a oposição colabora. Mesmo contestando sempre a utilização de medida provisória como instrumento para a concessão de crédito complementar, somos obrigados, em casos como este, que dizem respeito à saúde da população, a aceitar os equívocos do Governo. Como salientamos, se houvesse um mínimo de planejamento, não necessitaríamos decidir através de medida provisória, teríamos já decidido na elaboração do Orçamento da União.

De qualquer forma, Sr. Presidente, o voto da oposição, do PSDB, é favorável a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Prossegue a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, encerro a discussão.

Votação da medida provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Rejeitadas.

São as seguintes as emendas rejeitadas:

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00001
MPV 469/2009
Mensagem 0143/2009-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

MPV Nº 469/2009

PÁGINA

DE

TEXTO

ACRESCENTAR:

ÓRGÃO: 36000 – MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE: 36901 – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.303.1293.20AE.XXXX
AÇÃO:– PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA
ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE – NO ESTADO DO CEARÁ.
GND 4; MOD 40; FONTE: 300
VALOR: R\$ 5.000.000,00

CANCELAR:

ÓRGÃO: 36000 – MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE: 36901 – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.303.1293.20BA.0111
AÇÃO:– PREVENÇÃO PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PENDEMIA DE
INFLUENZA – NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINÁRIO)
GND 3; MOD 90; FONTE: 351
VALOR: R\$ 5.000.000,00

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00002
MPV 469/2009
Mensagem 0143/2009-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

MPV Nº 469/2009

PÁGINA

DE

TEXTO

ACRESCENTAR:

ÓRGÃO: 36000 – MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE: 36901 – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.301.1214.8581.XXXX
AÇÃO: ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
GND 3; MOD 40; FONTE: 300 VALOR: R\$ 5.000.000,00
GND 4; MOD 40; FONTE: 300 VALOR: R\$ 6.000.000,00
TOTAL DO ACRESCIMO : 11.000.000,00

CANCELAR:

ÓRGÃO: 36000 – MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE: 36901 – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.303.1293.20BA.0111
AÇÃO:PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PENDEMIA DE INFLUENZA –
NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINÁRIO)
GND 3; MOD 90; FONTE: 351
VALOR: R\$ 11.000.000,00

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a medida geral queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada a medida geral; rejeitadas as emendas.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, só para fazer um registro.

Fizemos um acordo com o Líder do Governo para votar essa matéria e aprová-la por consenso, independente da verificação de quórum, por entender a importância da medida provisória, que abre crédito extraordinário para destinar recursos ao combate à gripe asiática, é questão de saúde pública.

Portanto, nesta terça-feira, de quórum baixo, associamo-nos ao Governo para, num esforço conjunto, aprovarmos a medida provisória que destina e garante recursos para a área da saúde pública preventiva no Brasil.

Era o registro que eu tinha a fazer, em nome do meu partido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero primeiro agradecer à oposição pela parceria na aprovação dessa matéria tão importante e também convocar todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores para que, amanhã, possamos votar as Medidas Provisórias nº 470 e 471 e o projeto de lei, em regime de urgência, que estão trancando a pauta, para que possamos destrancá-la e votar outras matérias.

A Medida Provisória nº 470 vence na semana seguinte, portanto é fundamental que ela seja votada. Trata de matérias muito importantes, inclusive emendas que foram feitas para atender ao setor da agricultura brasileira.

O Senador Gim Argelo já disponibilizou o relatório. Essa matéria já está na pauta há algumas semanas, sendo, por conseguinte, matéria já conhecida.

Fazemos assim um apelo para que possamos votá-la amanhã à tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Encerrada a Ordem do Dia, vamos prosseguir e retornar à lista de oradores.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello
(Sobrestando a pauta a partir de: 28-11-2009)

Prazo final prorrogado: 23-03-2010

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador César Borges
(Sobrestando a pauta a partir de: 17-02-2010)

Prazo final: 03-03-2010

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a Formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19-12-2009)

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2010**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador

Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

13
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

14
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tripliques do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e – de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador João Durval.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comi-

tês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003,

na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a Advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

37**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

38**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

39**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

40**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

41**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

42**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

43**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

44**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

45**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005,

na Casa de origem, do Deputado Celso Rusomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

48

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 77, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados,

do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

49

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar

aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 2003 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar,

de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Comple-

mentares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar),

Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de

2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta,

com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de

2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar),

Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que

altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *¿b¿* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

76

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei

nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

80

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

81

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

82

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2010, do Senador Acir Gur-

gacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (regulamenta a profissão de motorista).

83

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 9, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

84

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

85

REQUERIMENTO Nº 92, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 92, de 2010, do Senador Cristovam Buarque, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (cumprimento de pena privativa de liberdade).*

86

REQUERIMENTO Nº 97, DE 2010

Votação, em turno único, dos Requerimentos nº 97, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que*

tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

87

REQUERIMENTO Nº 98, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 98, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

88

REQUERIMENTO Nº 93, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nºs 93, de 2010, do Senador Adelmir Santana, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (regulamenta o exercício da atividade de gastrólogo).*

89

REQUERIMENTO Nº 94, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nºs 94, de 2010, do Senador Adelmir Santana, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

90

REQUERIMENTO Nº 95, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 95, de 2010, da Senadora Rosalba Ciarlini, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (disciplina a cremação de cadáveres).*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 183, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 149/2009, de minha autoria, dos demais Projetos a ele apensados, de forma a retomar sua tramitação própria.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senadora **Marisa Serrano**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 184, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação conjunta da Proposta de Emenda Constitucional nº 56, de 2009, com Proposta de Emenda Constitucional nº 53, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões 9 de março de 2010. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e remetido à Mesa, para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 185, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do projeto de Lei da Câmara nº 162 de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2009, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, “c”, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2010

Nos termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro sejam solicitadas ao Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre a política fiscal do governo e as metas de inflação.

Justificação

O presente requerimento fundamenta-se na preocupação deste Parlamentar quanto à avaliação do

Banco Central de que os gastos do governo podem pressionar os juros e a inflação.

Segundo o relatório do Banco Central sobre a inflação, a elevação dos gastos do governo poderá ser um fator preponderante para o aumento da inflação em 2010 e, como consequência, dos juros.

Fazem-se necessárias, portanto, as informações por parte do governo, que, na imprensa, apresentam-se conflitantes com as informações do Banco Central.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senador **Marconi Perillo**.

REQUERIMENTO Nº 187, DE 2010

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Carlos Lupi informações sobre os resultados dos programas Jovem Aprendiz e Projovem.

Justificação

O presente requerimento tem por fundamento a preocupação deste parlamentar quanto à matéria publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, no dia 22 de fevereiro de 2010, sobre dados dos programas Jovem Aprendiz e Projovem.

Segundo a reportagem, o governo federal não atingirá as metas estabelecidas para programas voltados para jovens. “O Jovem Aprendiz deverá chegar ao final do ano com menos de 25% do número prometido de novos empregos para estudantes. Já o Projovem, um guarda-chuva de projetos da Secretaria Nacional da Juventude, estima que, na melhor das hipóteses, atenderá 70% do público-alvo de 4,2 milhões de desempregados de 15 a 29 anos sem o ensino básico”, diz a matéria.

Torna-se, portanto, extremamente importante o esclarecimento por parte do Ministério do Trabalho sobre as metas e os resultados obtidos com os programas citados.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB – GO.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 188, DE 2010

Requeiro nos termos do art. 222, do Regimento Interno, a inserção em Ata do Voto de Aplauso ao Papa

Bento XVI que considerou abominável e hediondo o crime da pedofilia cometido por membros da Igreja Católica na Irlanda.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja encaminhado à Cidade do Vaticano para conhecimento de Sua Eminência.

Justificação

A posição do Papa Bento XVI vem demonstrar a gravidade do crime cometido há séculos contra as crianças em âmbito mundial agredindo a dignidade do ser humano, abrindo feridas que dificilmente serão cicatrizadas na idade adulta e transtornando a ordem devida à construção equilibrada da família.

Como líder religioso mundial a atitude do Papa Bento XVI ajudará a propagar a luta contra a Pedofilia em defesa dos pequeninos, aumentando a confiança da sociedade contra aqueles que fizeram mau uso da Palavra danificando o testemunho do Evangelho.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senador **Magno Malta**, PR/ES

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 189, DE 2010

Requeiro, nos termos do disposto do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 9 a 11 de março do corrente ano, para participar como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, do “Seminário de Energia Fotovoltaica”, que será realizado na cidade de Salvador/BA, com ônus para o Senado Federal.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senador **Cícero Lucena**, PSDB/PB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 190, DE 2010

A fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2008, que “dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários, possuidores e criadores de cães de guarda perigosos e proíbe a reprodução de cães da raça Pit Bull”, Requeiro, nos

termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o **caput** e o inciso V do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:

1. Há base científica catalogada que justifique a extinção da raça de cães Pit Bull no Brasil?

2. Há estudos que comprovem que animais da raça Pit Bull possuem alguma perturbação, má índole ou “instinto assassino”?

– Em caso afirmativo, solicita-se a remessa dos dados para discussão da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Justificação

Esta iniciativa tem por finalidade instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2008, que “dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários, possuidores e criadores de cães de guarda perigosos e proíbe a reprodução de cães da raça Pit Bull”, visto que não parece razoável que o Estado proíba a reprodução de uma raça de animais sem o devido respaldo científico e social para a tomada de decisão.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senador **Eduardo Suplicy**.

REQUERIMENTO Nº 191, DE 2010

A fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2008, que “dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários, possuidores e criadores de cães de guarda perigosos, e proíbe a reprodução de cães da raça Pit Bull”, requeiro nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o **caput** e o inciso V do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuário e Abastecimento, as seguintes informações:

1. Há base científica catalogada que justifique a extinção da raça de cães Pit Bull no Brasil?

2. Há estudos que comprovem que animais da raça Pit Bull possuem alguma perturbação, má índole ou “instinto assassino”?

– Em caso afirmativo, solicita a remessa dos dados para discussão da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Justificação

Esta iniciativa tem por finalidade instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2008,

que “dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários, possuidores e criadores de cães de guarda perigoso e proíbe a reprodução de cães da raça Pit Bull”, visto que não parece razoável que o Estado proíba a reprodução de uma raça de animais sem o devido respaldo científico e social para a tomada de decisões.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Francisco Dornelles, pela Liderança do PP.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Valores Mobiliários editou a Instrução nº 480, que estabelece uma série de novas regras quanto à publicidade de informações pertinente às sociedades anônimas com capital aberto.

Entre as inovações promovidas, a CVM inseriu no Anexo nº 24 da mencionada norma obrigações relativas à divulgação da remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, assim como da Diretoria de companhias com ações negociadas em bolsa de valores.

A norma não apenas inova, como contraria matéria de lei ao promover um aprofundamento sem precedentes na intimidade dos administradores dessas sociedades, em desapego ao texto constitucional que garante a inviolabilidade da vida privada (art. 5º, X, Constituição Federal).

Deve ser mencionado que essas companhias já são obrigadas por lei a divulgar o montante global da remuneração de seus administradores.

Sr. Presidente, a CVM está limitada às disposições constitucionais e legais, não podendo atuar ao arrepio da lei, e, nesse sentido, é o que se depreende das competências delegadas àquela Comissão pelas Leis nºs 6.404/76 e 6.385/76. Nesse sentido, parece que houve esquecimento de que a Lei das Sociedades Anônimas já se ocupava em determinar a forma de divulgação da remuneração dos administradores, permitindo a divulgação individual ou global.

Exaurindo o dever de informar do administrador, temos a regra inscrita no art. 157 da Lei das Sociedades Anônimas, justamente intitulada “Dever de Informar”, e que tampouco estabelece o *disclosure* da remuneração individual dos administradores. Assim, a CVM ultrapassou as previsões legais ao buscar impor

regras que contrariam os limites da Lei das Sociedades Anônimas.

Se não bastassem os referidos questionamentos de ilegalidade das normas criadas pela CVM, pode-se afirmar que essas novas disposições são também desproporcionais aos benefícios a que se pretendem, já que, em troca de uma virtual maior transparência, promovem a insegurança pessoal desses administradores e de suas famílias, visto que tais indivíduos ficariam no foco de sequestros, roubos, furtos e outros crimes.

Apesar das informações não serem individualizadas, elas permitem, Sr. Presidente, inferir a remuneração dos presidentes dos Conselhos de Administração e da Diretoria, que, em geral, terão maior remuneração. Em Conselhos ou Diretorias com apenas três membros, ter-se-á, inclusive, a divulgação automática da remuneração de todos os seus membros.

Ao promover a abertura da informação quanto a essa remuneração, a CVM desestabiliza a garantia fundamental de preservação da intimidade dos administradores em prol de uma melhoria que, como visto, não deve ser efetiva.

A pretensão benefício de transparência a que se está propondo, a norma da CVM vem agredir frontalmente o valor constitucionalmente assegurado da intimidade dos cidadãos. Na situação em análise, a intimidade do administrador foi trocada por informações absolutamente dispensáveis, que não trarão novas informações úteis ao auxílio dos acionistas ou de qualquer outro público de boa-fé, mas que poderão, sim, ser de grande utilidade a criminosos na escolha e na seleção de suas vítimas.

A atuação da autarquia falhou tanto na legalidade quanto em sua constitucionalidade.

Devo mencionar, Sr. Presidente, que chegou a meu conhecimento que órgão representativo dos administradores das companhias abertas afetadas pela norma obteve liminar suspendendo os efeitos da obrigação. Tais decisões tendem a se multiplicar, considerando os vícios da regra.

Pelo exposto, compartilho da visão do mercado e das companhias abertas e me solidarizo com a posição dos administradores de que a divulgação das informações determinadas no item 13.11, do Anexo 24, da ICVM nº 480/09, é uma medida inconsequente e vai de encontro a dispositivos constitucionais e legais. Cabe, pois, à Comissão de Valores Mobiliários fazer na Instrução 480/09 as devidas correções.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Senador Sadi Cassol.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Estimado Presidente, Senador José Sarney, vou usar a tribuna hoje para falar do Dia Internacional da Mulher, que foi ontem, mas meu voo atrasou – na maioria das vezes, essas companhias não cumprem o horário – e, quando cheguei, a sessão já havia sido encerrada. Hoje, na sessão solene, eu também não estava inscrito. Portanto, vou usar a tribuna agora para falar alguma coisa referente ao Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mundo inteiro comemorou ontem, pela centésima vez, o Dia Internacional da Mulher, numa demonstração clara de que estamos no caminho certo para a construção de uma sociedade mais justa e plural, livre de preconceitos de qualquer natureza, principalmente de gênero.

Este dia 8 de março de 2010 reserva um significado especial para a luta das mulheres, pois marca o centenário da aprovação dessa data pelas mulheres socialistas da Conferência de Copenhague em 1910.

O momento, certamente, é de reflexão: o que podemos fazer, no âmbito de nossa atuação política e parlamentar, para a consecução da cidadania plena para todas as mulheres?

É forçoso reconhecer os avanços conseguidos até agora, a duras penas, é bem verdade. Para se chegar à conquista de hoje, foi preciso muita luta. No início, de corajosas mulheres, individualmente, como fez a socialista Clara Zétkin na Conferência de Copenhague em 1910, evento que marcou a instituição do dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

A luta solitária evoluiu para um movimento organizado, no qual se passou a defender bandeiras em favor da educação, do trabalho, do voto, da democracia, enfim, em favor da igualdade de direitos.

Apesar dos avanços, todavia, muitas dificuldades ainda persistem em atrapalhar a secular luta libertadora das mulheres. Desemprego, dificuldade de acesso a cargos qualificados, diferença salarial, falta de equipamentos sociais, como creche, previdência precária, ou inexistente no caso do trabalho informal, por exemplo, são questões que afetam com maior força as mulheres.

É por isso que, neste meu pronunciamento, quero homenagear não apenas as bravas mulheres que lideraram os movimentos feministas e que conseguiram feitos extraordinários, mas quero lembrar também as mulheres simples, heroínas anônimas, que diariamente travam uma luta árdua, nem sempre compensada, para exercer a cidadania.

Minha homenagem às mulheres que prestam serviços voluntários, que assistem os enfermos, como as

que integram as ligas femininas de combate ao câncer; às mulheres religiosas que se dedicam a promover ajuda espiritual e assistência social aos excluídos; às mulheres que participam de programas de economia solidária, como bordadeiras, doceiras, artesãs, mães crecheiras, quebradeiras de coco e tantas outras; às mulheres que desempenham tarefas simples, porém indispensáveis, como as empregadas domésticas e as babás; às mulheres que sofrem com a violência doméstica, que são agredidas física e moralmente e que muitas vezes sequer conhecem as leis que as protegem; às mulheres idosas abandonadas em asilos; às mulheres acampadas em condições sub-humanas.

A todas elas faço esta homenagem especial e as cumprimento pela firmeza e determinação com que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Vivemos, no Brasil, ventos favoráveis ao avanço do desenvolvimento, com mais distribuição de renda, mais democracia, mais conquistas para nosso povo e de combate às desigualdades. A caminhada das mulheres rumo à liberdade prossegue com muitas conquistas a serem alcançadas e obstáculos a serem vencidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as operárias tecelãs, queimadas na fábrica Cotton, de Nova Iorque, que lutavam pela redução da jornada e por melhores condições de trabalho, certamente não morreram em vão. Sua luta em favor da liberdade, do progresso social, de combate ao racismo e pela igualdade entre homens e mulheres continua sendo bravamente defendida por um número cada vez maior de pessoas.

O Brasil terá, este ano, a eleição mais feminina da história.

Desde o início deste século, as mulheres se tornaram maioria no eleitorado. No pleito municipal de 2008, havia quase cinco milhões de eleitoras a mais do que eleitores, um percentual de quase 4% em favor das mulheres, proporção que pode ser decisiva em disputas acirradas. Essa constatação, entretanto, não favorece a eleição de mais mulheres. Se elas, hoje, são maioria no eleitorado, estão sub-representadas em todos os cargos eletivos. O Brasil tem apenas três Governadoras, dez Senadoras, 45 Deputadas Federais, 106 Deputadas Estaduais, 505 Prefeitas e 6.512 Vereadoras. O País ocupa o modesto centésimo quadragésimo segundo lugar em representação feminina, ficando atrás dos países desenvolvidos, de quase todos os latino-americanos e de outras nações de língua portuguesa, como Angola e Moçambique.

O quadro de baixa representação poderá, no entanto, começar a ser alterado a partir de outubro com uma ligeira mudança na legislação eleitoral. A partir de agora, os partidos são obrigados a preencher, e

não apenas a reservar, 30% das candidaturas para as mulheres.

As eleições gerais deste ano deverão ser marcadas pela maior participação das mulheres nos resultados. Temos mais eleitoras do que eleitores. É provável que haja maior número de candidatas do que nas últimas eleições, e a disputa ao cargo de Presidente da República tende a ter, entre os principais candidatos, duas mulheres com grande visibilidade nacional.

Temos aqui, na Casa, a brava Senadora Marina Silva, do PV do Acre, que disputará a chefia do Executivo Nacional. E o meu partido, o PT, também apresentou a pré-candidatura de uma mulher para a Presidência da República, a Ministra Dilma Rousseff, oriunda da resistência democrática, e que pode, se vitoriosa, avançar ainda mais nos rumos apontados para o País pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e garantir a continuidade da política de desenvolvimento, progresso social e democrático para o Brasil.

Sr. Presidente, eu queria, antes de encerrar, lembrar também as mulheres da minha família, principalmente minha avó, minha mãe, minha filha, as noras, as netas; as mulheres deste bravo Senado da República, que tão bem fazem o trabalho; nossas Senadoras aqui. Enfim, as mulheres tocantinenses, as mulheres brasileiras e todas aquelas, principalmente, que mais sofrem, que mais necessitam do apoio do serviço público e de nós, parlamentares, que podemos mudar as leis e fazer com que as mulheres possam, cada dia mais, terem seus benefícios reconhecidos.

Quero aproveitar e, em um minuto, Sr. Presidente, falar da minha alegria e satisfação por ter conseguido, agora há pouco, número suficiente para entrar com uma PEC que trata também de salários de mulheres e de homens. Essa PEC prevê, Sr. Presidente, que, em nenhum Estado, em nenhum Município deste País, a partir da sua aprovação – e acredito na aprovação dessa emenda constitucional –, nenhum prefeito, nenhum governador possa abrir concurso público sem constar no edital o piso salarial da categoria naquele Estado, naquela região. Não é justo que hoje se abra um concurso público, por exemplo, para um engenheiro civil, e o Estado coloque no edital R\$2 mil de salário, sendo que o piso salarial da categoria naquele Estado é de R\$4 mil. Então, a nossa proposta é fazer a regulamentação, tornando proibido aos Estados e Municípios abrir concursos públicos sem pagarem o salário mínimo, o piso, da categoria.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sadi Cassol, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO) – Pois não, com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador, eu quero cumprimentar V. Ex^a, primeiro, pelo pronunciamento que faz em relação a 8 de março, comemorado ontem, homenageando as mulheres do nosso País. V. Ex^a fala com muita tranquilidade da importância da participação das mulheres na vida política do nosso País e termina apontando a pré-candidatura da Ministra Dilma. Cumprimento V. Ex^a. Fizemos, ontem, o nosso pronunciamento sobre esse tema e acompanhamos o debate que a Casa fez, hoje pela manhã, no plenário do Senado, numa sessão do Congresso Nacional. Por fim, quero cumprimentar V. Ex^a pela PEC, que tive a alegria de assinar...

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO) – Muito obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ...buscando o respeito ao piso de cada categoria. Nós mesmos estamos acompanhando uma outra PEC, que nasceu nesta Casa – embora haja uma outra que nasceu na Câmara dos Deputados –, que diz respeito ao piso dos policiais militares...

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ...pelo menos em R\$3,5 mil. E, ainda, acompanhamos um outro piso, que é o piso dos professores e das professoras. Nós falamos tanto aqui em defender a educação e, consequentemente, um trabalho e um salário decentes para os mestres, mas percebemos que cinco Governadores entraram com uma ação no Supremo Tribunal Federal para não pagar o piso dos professores, piso esse aprovado por esta Casa. A Senadora Ideli foi fundamental na articulação daquela PEC, e o Senador Cristovam também, e o Presidente Lula sancionou a matéria. Mas percebemos, daí, que cinco Governadores, em uma postura não republicana de uma visão universal daquilo que é o melhor para todos, acabaram entrando com uma ação no Supremo Tribunal Federal para não pagar o piso. Por isso, meus cumprimentos a V. Ex^a. É uma brilhante iniciativa. Se eu pudesse, como disse outro dia em relação a outro tema, assinaria três vezes a sua PEC. Meus cumprimentos!

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO) – Obrigado, Senador Paulo Paim, meu conterrâneo do Rio Grande do Sul, embora estejamos distanciados já há 20 e tantos anos. Eu estou no Tocantins há 20 anos.

Quero dizer a V. Ex^a que, para mim, é um orgulho muito grande ouvir o aparte de um Senador que luta 24 horas por dia, como V. Ex^a, em benefício daqueles que mais precisam, daquelas classes menos protegidas, hoje, pela sociedade. É quase revoltante ver, depois de sancionada uma lei, alguém entrar na Justiça para pagar menos, como se direito não preci-

sasse ser cumprido. Eu não conheço nem quais são os Estados, Senador. Para mim, é uma péssima surpresa ouvir esse relato. Mas, enquanto no Brasil as autoridades não entenderem que as pessoas precisam ser respeitadas sempre naquilo que é de seu direito, nós não levaremos à sociedade mais humilde qualidade de vida e cidadania. Parece-me que em muitas regiões ainda não se cumpre bem a cidadania.

Estou muito feliz de ouvir V. Ex^a no seu aparte. Quero dizer-lhe que estamos juntos nessa caminhada, Senador Paulo Paim. Mesmo depois do Senado da República, quero fazer-me presente, como fiz até hoje em minha vida pública e política, em favor daqueles que mais precisam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sadi Cassol, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Estou substituindo o Presidente Sarney. As inscrições já foram feitas e temos o pacto de fazer uma alternância. Sadi Cassol falou como orador inscrito. As comunicações inadiáveis depois da Ordem do Dia já foram encerradas. Então, vamos chamar um Líder.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, já, já.

O Líder inscrito era Mão Santa, mas está, abaixo, Marcelo Crivella.

Cadê o Marcelo Crivella? Como sou do Partido Social Cristão e V. Ex^a também é cristão, vou ceder minha vez a V. Ex^a.

Pela ordem, Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar a minha alegria e o meu contentamento, pois, hoje, o Congresso Nacional promoveu um grande evento, comemorando o Dia da Mulher. Nessa oportunidade, o Congresso homenageou, também, uma grande mato-grossense: D. Maria Lygia de Borges Garcia, esposa do saudoso ex-Governador Garcia Neto. Trata-se de uma mulher de escol, de um exemplo de mãe, que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento de Mato Grosso, sobretudo nas áreas de questões sociais.

A Dr^a Maria Lygia de Borges Garcia criou a Fundação Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Correa e a Casa do Artesão. Com isso, indiscutivelmente, ela deixou marcas indelévels, assim como o saudoso Dr. Garcia Neto. Nesse caso, particularmente, eu acho que

o Congresso Nacional prestou homenagem a uma das mais valorosas mulheres mato-grossenses. Não tenho dúvida alguma de que as mulheres do nosso Estado, realmente, sempre se espelharam na sua pessoa.

De maneira que eu não poderia deixar de cumprimentar o ex-Senador, que passou por esta Casa, professor Osvaldo Roberto Sobrinho, que indicou o nome desta valorosa mulher, a Dr^a Maria Lygia de Borges Garcia, para ser homenageada com o Prêmio Bertha Lutz, o qual, certamente, é uma das maiores premiações que o Congresso Nacional faz às mulheres brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra o Senador Crivella.

Marcelo Crivella é Senador pelo PRB e representa o povo cristão do Brasil.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente, com muita honra e distinção.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, eu quero homenagear também as mulheres do Rio de Janeiro que hoje receberam o prêmio do Dia da Mulher. Quero fazer uma homenagem em especial a Andréa Pachá, que, com muita distinção, hoje, representou as mulheres do meu Estado, que não são apenas conhecidas pela beleza, pela graça, pela educação, pela ternura, mas também pelas resistências de caráter da mulher fluminense.

Infelizmente, eu não estava aqui hoje; estava atendendo a compromissos parlamentares políticos fora do Senado, portanto, não pude homenageá-las. Mas quero deixar consignado, aqui, todo o respeito da nossa bancada pela mulheres do meu Estado no dia delas.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna hoje é uma preocupação, a preocupação do povo do Rio, do povo do Espírito Santo, do povo de São Paulo e também do povo de Santa Catarina: o pré-sal.

O Brasil descobriu, a sete quilômetros da superfície do mar, numa região de 800 quilômetros, que vai do Espírito Santo até Santa Catarina, numa extensão, numa largura de 200 quilômetros, reservas de petróleo que os mais pessimistas dizem ser de 30 milhões de barris e que os mais otimistas dizem poder chegar a 200 bilhões de barris de petróleo. O Brasil passaria a ser o segundo maior produtor, perdendo apenas para a Arábia Saudita, que tem uma reserva de 250 bilhões. A reserva do Brasil, hoje, é de 14 bilhões apenas. O Governo adota um número de 50 bilhões de barris,

muito mais do que a reserva que temos hoje, de apenas 14 bilhões.

Qual é a preocupação do Rio de Janeiro? É a discussão dos **royalties**.

Veja só, Sr. Presidente: há uma fazenda produtora de petróleo no Espírito Santo. Ali, a Petrobras instalou suas máquinas, seu cavalo, e a produção de gás, o cheiro de gás pela produção de petróleo, fez com que, lá no Espírito Santo, nessa fazenda, a produção de leite caísse. Essa fazenda do Espírito Santo recebe R\$250 mil de **royalties**.

Agora, eu pergunto a V. Ex^a, Senador Magno Malta: uma fazenda no Mato Grosso e em Goiás – terra excelente, à beira de rio, com chuva, programada, produzindo muita soja – vai, agora, receber os R\$250 mil da fazenda do Espírito Santo, onde tem o poço de petróleo, onde o gás está diminuindo a produção de leite? Tem sentido isso?

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Marcelo Crivella, conceda-me um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Em dois minutos, lhe concederei o aparte.

V. Ex^a tem praias lindas no Espírito Santo. De repente, acontece um vazamento de óleo – aliás, isso já ocorreu também no Rio de Janeiro, na Baía de Sepetiba –, ocasionado uma perda enorme de receita para o turismo. Mas não aconteceu a mesma perda numa praia do Paraná ou na do Ceará. Então, a indenização dos **royalties** vai agora para outro Estado? É isso que queremos fazer? Esse é o princípio federativo? Esse é o equilíbrio que deve haver na distribuição dos **royalties** do petróleo?

Senador Magno Malta, o Rio, o Espírito Santo, São Paulo poderiam até, admito, discutir os contratos daqui para frente. É tanto petróleo que tenho certeza de que nossos Estados poderiam discutir isso. Mas não é isso que a Câmara dos Deputados está propondo. A Emenda Ibsen quer mexer no ato jurídico perfeito. Ela quer tirar dos Municípios, daquela fazenda do Espírito Santo, da praia do Espírito Santo, aquilo que lhe é direito por contratos anteriores.

Pergunto: será que uma maioria constituída, por razões de puro oportunismo eleitoral ou de ambição vai massacrar uma minoria? Será que esse é o espírito federativo que deve reger o Brasil? Será que é por este Brasil que morreram nossos antepassados que foram à luta? Aqueles que não aceitaram os argumentos da Balaiada, da Sabinada, da Guerra dos Farrapos e de tantos outros que queriam se separar, porque num determinado momento tinham apostas riquezas no Brasil e queriam ser autônomos?

Está aqui hoje o Vereador Matoso, lá de Campos. Senador Magno Malta, Campos tem uma receita anual

de R\$1,6 bilhão – R\$1,1 bilhão é de **royalty**. O senhor sabe com quanto Campos vai ficar agora? Com R\$4 milhões por ano. Vai perder R\$1,1 bilhão. Os outros R\$600 milhões são para a folha de pagamento. Campos dos Goytacazes vai quebrar, como vão quebrar Municípios do seu Estado; como vai quebrar Macaé.

Senador Magno Malta, ouvi o discurso do Líder do Governo profundamente precipitado, profundamente infeliz. Tenho pelo Senador Romero Jucá muito respeito. Mas, na reunião que fizemos com o Ministro, ele disse: “Nós vamos passar as quatro medidas: a capitalização da Petrobras; a criação do Fundo Social; o marco regulatório do pré-sal e a questão do **royalty**. E mais: vamos votar até pelos **royalties** que eles já receberam, para que eles os devolvam”. Acredito que tenha sido em tom jocoso. Mas, em se tratando de uma questão tão séria, nem caberia esse tipo de argumento. Somos sete Senadores. Conversei com sete Senadores – três do Espírito Santo, três do Rio e um de São Paulo. Este número poderá chegar a nove, poderá chegar a doze se os Senadores do Espírito Santo tiverem noção do alcance do que estão tentando fazer aqui, a truculência que estão tentando fazer no Congresso Nacional.

Pergunto a V. Ex^a, Senador Magno Malta: o nosso grupo, todos da base do Governo, não fará falta? Não fará falta na hora da votação da capitalização, do pré-sal, do Fundo Social? Talvez na hora da votação do **royalty** possamos... Eu não sei, eu acho que no Senado, eu confio no espírito de ponderação, eu confio no espírito, eu diria, de solidariedade, no espírito de Federação que existe nesta Casa, para que não se ataque, se avilte atos jurídicos perfeitos que, se passarem aqui, por questões eleitorais, vão cair no Supremo.

Estes Senadores, eu tenho certeza, haverão de defender com ardor os seus Estados e as conquistas daquilo que Deus nos deu e que nós queremos até discutir e até podemos discutir no futuro, mas não no passado.

Eu o sinto angustiado. Quero ouvir V. Ex^a. Por favor, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Crivella, obrigado pelo aparte. Estou angustiado mesmo. Na quinta-feira próxima passada, fui à tribuna e tratei desse assunto, inclusive já tenho discutido o assunto com V. Ex^a. Agora, começo pela triste tomada de posição, infeliz, do Senador Romero Jucá, por quem também tenho respeito. Mas essa história de querer fazer graça para o Ministro: “Nós vamos tratorar, nós vamos fazer...” Tratorar quem? Afinal de contas, ele está falando de quem? Ele está falando que vai tratar com um menino, com algum idiota essa história de que “vamos aprovar tudo do jeito que nós queremos”? Olha, essa é uma questão para discutirmos com mui-

ta seriedade. Vamos discutir o futuro? Vamos discutir o futuro. Agora, e o passivo ambiental do passado? Precisamos nos reunir para levantar qual é o passivo ambiental, ao longo desses anos, sofrido pelo Rio de Janeiro, pelo Espírito Santo e por São Paulo. E vamos calcular, em dólar, esse prejuízo do passivo ambiental, que pertence ao meu Estado, que pertence ao seu Estado e que pertence ao Estado de São Paulo, e vamos dividir esse passivo ambiental com os outros Estados; vamos dividi-lo com os outros Estados. Vamos discutir o futuro? Essa fazenda a que V. Ex^a se referiu, no meu Estado, V. Ex^a fez uma colocação perfeita, clara, para que as pessoas possam entender. Não tem... Quer dizer, esses R\$250 mil ela ainda vai dividir com quem está ganhando dinheiro com soja lá em Mato Grosso. Ela é produtiva, portanto, poderia estar rendendo muito mais do que o **royalty** que recebe, porque deixou de fazer uma série de outras atividades em função da chegada da Petrobras. O passivo ambiental será nosso. Mesmo com o pré-sal, sofreremos o passivo ambiental. Quem responderá por ele? Os impostos da população do Espírito Santo? Dos comerciantes? Dos empresários? Os impostos das donas de casa? Até mesmo dos desempregados do meu Estado e do seu? Nós responderemos com o dinheiro desse povo pelo passivo ambiental, para podermos dividir aquilo que temos direito com os outros Estados quando, na verdade, não dividirão conosco o prejuízo do passivo ambiental. Então, nós precisamos ter muito juízo, nos reunir de verdade, o Espírito Santo está dentro, não tenha dúvida. Eu não tendo autorização, mas falo em nome do Senador Casagrande e do Senador Camata, que também não admitem, não admitirão nunca. Penso que os Senadores do Rio estão afinados nessa visão, porque acabei de falar com o Senador Dornelles, e vamos tomar na mão o interesse do povo dos nossos Estados, porque é uma irresponsabilidade essa emenda que quer discutir um passivo, que quer discutir aquilo que já passou sem querer discutir o futuro, quando, na verdade, aqui estamos autorizados a chamá-los a dividir o prejuízo do passivo ambiental passado. Por isso, precisamos discutir isso com muita serenidade. Como o Senador Romero Jucá, como Líder do Governo, diz que “vai passar o trator”, eu quero, aqui, repudiar as palavras dele; quero repudiar o comportamento dele, em nome do meu povo. Com todo o respeito que tenho por ele, ele não vai passar o trator em cima do povo do Estado do Espírito Santo, que convive com um passivo ambiental e que paga isso, em nome de um discurso para agradar qualquer Ministro, e não sei nem que Ministro foi. Se o Ministro achou bom, quero repudiar o Ministro também. Se ele achou graça disso, eu não quero nem saber quem é

o Ministro, mas se ele achou graça dessa brincadeira, quero repudiá-lo também. Está ali um representante do meu Estado, o Prefeito de Venda Nova, cidade lindíssima, nas nossas montanhas, uma das áreas de turismo mais bonitas do Estado do Espírito Santo que, felizmente, está aqui para nos ouvir nesse momento quando fazemos esta discussão. Quero parabenizar V. Ex^a pela coragem, por nos chamar a atenção. Quero dizer ao Líder Romero Jucá, mais uma vez, que um Líder – e ele nasceu para ser Líder, e eu o respeito – tem de ter a figura do agregador e não a do desagregador. Então, esse discurso, para mim, não serve; ele não tem responsabilidade. E nós temos que ir até as últimas consequências em nome da responsabilidade que temos com os nossos irmãos dos Estados do Rio, do Espírito Santo e de São Paulo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Parabéns a V. Ex^a pela voz ativa, presente, solene, lúcida em favor do povo que lhe elegeu, e não foi sem razão que o trouxe para esta Casa com uma quantidade de votos espantosa: o Senador mais votado, depois de uma carreira brilhante na Câmara dos Deputados, da história do Espírito Santo.

Senador Mão Santa, queria que V. Ex^a me desse só mais dois minutos, que eu concluo.

Quero concluir, dizendo o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está na Bíblia, não é? “Pedi e dar-se-vos-á”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – “Pedi e dar-se-vos-á”.

Eu quero citar a Bíblia. Senador Mão Santa, o livro do rei Salomão chama-se Provérbios. E ele registrou ali algo que merece ser dito aqui desta tribuna. Ele disse o seguinte: “Seis coisas Deus detesta e a sétima abomina a Sua alma”. A sétima, que Deus abomina, que abomina a Sua alma, são aqueles que semeiam discórdia entre os irmãos.

Estamos mergulhando o povo brasileiro numa luta inglória, sem virtudes, colocando o Brasil contra o Rio, contra o Espírito Santo, contra São Paulo, quando temos reservas imensas para serem estudadas, distribuídas. E estamos querendo por ganância eleitoral, que não terá o respaldo do povo nas urnas, porque o povo brasileiro não quer construir a sua casa invadindo a casa do vizinho, o povo brasileiro não tem interesse nenhum em semear ódio, em criar uma maioria eventual para esmagar uma minoria.

Então, aqui serão sete Senadores. Já conversei com os sete, Senador Magno Malta. V. Ex^a disse: “Ah! Mas não tenho procuração”. Mas eu liguei para o Casagrande, liguei para o Camata, liguei para o Francisco Dornelles, liguei para o Paulo Duque, liguei para o Magno Malta e falei com o Senador Romeu Tuma. Es-

pero que venham aderir a nossa tese o Senador Mercadante e também o Senador Suplicy, pelos altos, eu diria, pelos mais relevantes propósitos que envolvem este tema. São Paulo conta com esses dois grandes Líderes do PT. Espero que o povo de Santa Catarina também esteja ombreado ao nosso lado. Sem esses Senadores, dificilmente, Senador Mão Santa, vão caminhar as outras propostas aqui na Casa da Federação, dos Estados, no Senado Federal.

Estamos querendo conversar, queremos um acordo, mas não podemos aceitar que passem um trator em cima dos interesses do povo que viemos representar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós é que lhe agradecemos. Aprendemos o provérbio de Salomão com o Senador Crivella, do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu Ofício subscrito pelo Senador Roberto Cavalcanti, que aqui será lido.

“Exmº Sr. Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

Sr. Presidente, na ocasião de Relator, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Projeto de Lei da Câmara nº 314, de 2009 (Nº 5.916, de 2009), que altera os arts 1º, 11, 16 e 17 e acrescenta os arts 7º– A e 7º– B à Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1987, que dispõe sobre reestruturação de corpos e quadros de oficiais e de praças da Marinha, comunico a V. Exª a ocorrência de inexatidão material do texto do art. 2º da referida proposição.

Esclareço a V. Exª que o mencionado Projeto foi aprovado terminativamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na forma do texto da Câmara dos Deputados, não tendo sido interpostos recursos para o Plenário.

Dessa forma, não foi devidamente adequado o lapso manifesto, constante no art. 2º do texto da Câmara dos Deputados transcrito.

Art. 2º. A Lei nº 9.519, de 16 de novembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 7º a e 7º b.

7º a. Os almirantes de esquadra, nomeados Ministros do Superior Tribunal Militar, são transferidos para o quadro suplementar.

7º b. Os oficiais componentes da reserva da Marinha, quando convocados, designados ou mobilizados para o serviço ativo da Marinha, são incluídos no CORM.

Como se evidencia da transcrição, faltou o termo “artigo” no início do 7º a e do 7º b.

Ante o exposto, solicito a V. Exª, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno, a correção do lapso manifesto nos autógrafos da matéria para inserção de expressão “artigo” nos dispositivos referidos, uma vez que tal iniciativa não importa em alteração no sentido da matéria.

Senador Roberto Cavalcanti.

Relator.”

É o seguinte o ofício recebido, na íntegra:

OF-0013/2010-GSRC

Brasília, 9 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Na condição de relator, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Projeto de Lei da Câmara nº 314, de 2009 (nº 5.916, de 2009), que altera os arts. 1º, 11, 16 e 17 e acrescenta as arts. 7º – A e 7º – B à Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha, comunico a Vossa Excelência a ocorrência de inexatidão material no texto do art. 2º da referida proposição.

Esclareço a Vossa Excelência que o mencionado Projeto foi aprovado terminativamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na forma do texto da Câmara dos Deputados, não tendo sido interpostos recursos para o Plenário. Dessa forma, não foi devidamente adequado o lapso manifesto constante do art. 2º do texto da Câmara dos Deputados, transcrito:

“Art. 2º A Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguinte arts. 7º -A e 7º – B:

“7º – A Os Almirantes de Esquadra nomeados Ministros do Superior Tribunal Militar são transferidos para o Quadro Suplementar”.

“7º – B Os Oficiais componentes da reserva da Marinha quando convocados, designados ou mobilizados para o Serviço Ativo da Marinha, são incluídos no CORM.”

Como se evidencia da transcrição faltou o termo “art.” No início do “7º-A e do “7º – B”.

Ante o exposto, solicito a Vossa Excelência, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno,

a correção do lapso manifesto nos autógrafos da matéria, para inserção da expressão “art.” nos dispositivos referidos, uma vez que tal iniciativa não importa em alteração no sentido de matéria. – Senador **Roberto Cavalcanti**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência, nos termos do art. 325, III, do Regimento Interno, não havendo objeção do Plenário, determina a confecção de novos autógrafos do **Projeto de Lei da Câmara nº 314, de 2009**, nos termos propostos pelo Relator no expediente que acaba de ser lido, bem como o seu reenvio ao Senhor Presidente da República

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, um orador inscrito. Está inscrito o Senador Eduardo Suplicy. Quer fazer ainda uso do palavra, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) (Fora do microfone.) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, claro. Aproxima-se o Senador Eduardo Suplicy, que representa o Estado de São Paulo e o Partido dos Trabalhadores e que já fez a sua inscrição a candidato a Governador do Estado de São Paulo. Que Deus o abençoe na sua caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência, nos termos do art. 325, III, do Regimento Interno, não havendo objeção do Plenário, determina a confecção de novos autógrafos do **Projeto de Lei da Câmara nº 314, de 2009**, nos termos propostos pelo Relator no expediente que acaba de ser lido, bem como seu reenvio ao Senhor Presidente da República.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, falará um orador inscrito. Está inscrito o Senador Eduardo Suplicy. Ainda quer fazer uso do palavra, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Aproxima-se o Senador Eduardo Suplicy, que representa o Estado de São Paulo e o Partido dos Trabalhadores e que já fez sua inscrição a candidato a Governador do Estado de São Paulo. Que Deus o abençoe em sua caminhada!

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.*) – Muito obrigado.

Prezado Sr. Presidente, Senador Mão Santa, hoje, a Senadora Fátima Cleide, que é educadora, foi desig-

nada pelo nosso Líder, Senador Aloizio Mercadante, e por mim próprio, uma vez que o Senador Aloizio Mercadante está se recuperando de uma cirurgia realizada na semana passada – S. Ex^a repousa nesta semana em São Paulo –, para falar em nosso nome na sessão de homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Estive presente ali e pude assistir aos belos pronunciamentos feitos por quase todas as Deputadas Federais e Senadoras do Congresso Nacional. Aqui, eu gostaria também de falar em homenagem às mulheres.

Se existe uma imagem simbólica para o século XX, uma ideia que atravessa os anos, os melhores e os piores, e não só permanece na mente de toda a humanidade, mas também cresce a cada dia, é a presença ativa da mulher em todos os setores da vida, dos mais subjetivos até os friamente objetivos.

Todos os que nasceram nos anos 40 no Brasil, como eu, nascido em 1941, puderam ver como a entrada da mulher no que antes chamavam enganosamente de “mundo dos homens” se deu de maneira rápida e definitiva. Essa mulher que abriu porteiros e ocupou todos os espaços sem pedir licença, a não ser com sua própria condição de humana e, portanto, cheia de direitos, reuniu em si a história de outras que vieram antes dela e que, com ou sem limites, muitas vezes legais, passaram às suas filhas e netas que o mundo era delas, sim. Ou melhor, o mundo também era delas, porque faz parte do que Gilberto Gil chamou de “porção mulher” a generosidade, a tendência natural para somar e dividir.

As mulheres brasileiras são famosas pelo trabalho, pela dedicação, pela sua imensa capacidade de lutar e pela sua beleza, engendrada na multiplicidade de origens. Com a vinda dos imigrantes, simplesmente trabalhava-se, fosse homem ou mulher. A industrialização formou as grandes cidades e a classe operária, em que as mulheres sempre foram numerosas. Desse tempo, muitas ainda estão vivas para contar o que era tocar um tear de uma empresa têxtil, quando se estava grávida, por quatorze horas diárias, incluindo os sábados, e sem direito à licença-maternidade. Aliás, chegar ao nascimento do filho com emprego era coisa até rara, pois era permitida a demissão durante a gravidez. De tanta injustiça, criou-se uma luta vitoriosa, e as mulheres passaram a atuar nos sindicatos, nas escolas e nos partidos políticos.

Hoje, com tantas colegas mulheres, boas políticas em todos os níveis, parece cena de filme de ficção a luta pelo voto feminino. O voto das mulheres veio com o crescimento urbano, com a maior escolaridade e com muita luta. Desse período, temos o exemplo da inesquecível Bertha Lutz, por muitos hoje relembrada na sessão desta manhã. Pois é, isso é coisa do século

XX, quando as mulheres passaram a usar e a lutar por cidadania, algo que os homens, por séculos, achavam que passava longe do universo feminino. Nos anos 50, eram raras as mulheres matriculadas nas universidades. Já nos anos 60, elas estavam na corrida dos vestibulares, sem olhar para trás. Hoje, as mulheres universitárias são maioria no País, assim como as eleitoras. E pensar que, muito pouco tempo atrás, colocava-se a questão da mulher como luta de minorias!

Mas, apesar de tanto avanço, ainda há uma questão séria em relação às mulheres que temos todos a obrigação de combater: a violência física e psicológica dentro e fora de casa. Segundo dados de organizações feministas, uma em cada três mulheres já sofreu algum tipo de agressão violenta. Algumas perderam a vida simplesmente por serem mulheres. Outras têm de ser escondidas em serviços legais de proteção, para que não sofram mais. Esse é um combate que teremos de travar junto com elas. Há uma coisa que elas nunca esquecem: somos todos seres humanos. E elas sabem que podem contar comigo.

Gostaria, Sr. Presidente, de assinalar a importância do Prêmio Bertha Lutz, hoje concedido a inúmeras mulheres que têm sido exemplos notáveis em nosso País.

Até 2009, a premiação já contemplou 45 agraciadas, sendo duas homenageadas especiais e três *in memoriam*. Este ano, em sua 9ª edição, o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz obteve 32 indicações, das quais foram selecionadas cinco mulheres. Uma delas é Leci Brandão da Silva, cantora, compositora e membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Leci Brandão, hoje, brindou-nos com um extraordinário discurso e também com uma canção, com uma de suas composições mais bonitas de homenagem à mulher, e aqui expressou seu sentimento como uma mulher que compreende a trajetória e o sofrimento daquelas que, ao tempo da escravidão, muitas vezes, foram objeto de estupro, ao afirmar que nenhuma mulher negra, ao tempo da escravidão ou hoje, pode se sentir, de qualquer maneira, violentada por uma ação de estupro.

Também foi agraciada Maria Augusta Tibiriçá Miranda, médica e Presidente do Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon); Cleuza Pereira do Nascimento, ex-Prefeita de Salgueiro (PE); Andréa Maciel Pachá, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e a Engenheira Clara Perelberg Steinberg.

Também foram homenageadas Maria Lygia de Borges Garcia, escritora e criadora do centro de reabilitação da Fundação Dom Aquino Correa, e, *in memoriam*, Fani Lerner, falecida aos 63 anos. Inclusive,

hoje, contamos com a presença do ex-Governador Jaime Lerner. Nascida em Curitiba, Paraná, ela era filha de imigrantes judeus-poloneses que vieram para o Brasil a fim de escapar do nazismo. Foi a primeira latino-americana a vencer, em 2003, o Prêmio Kellogg's para o Desenvolvimento da Criança, a mais importante premiação do mundo na área de ação social voltada à criança.

É importante que, hoje, exista esse prêmio Bertha Lutz, que reconhece o valor de extraordinárias mulheres.

Também a Sr^a Zilda Arns foi hoje relembrada como exemplo de mulher extraordinária. Ela, que constitui grande exemplo para todos nós, já foi homenageada aqui.

Leonardo Boff relembra em seus livros o voo da galinha, e nós, homens, precisamos perceber que é sempre muito importante que, nas diversas instituições, seja no âmbito das empresas, das organizações as mais diversas, das prefeituras, dos governos estaduais e da Presidência da República, alternemos no comando do poder ora o homem, ora a mulher, pois as mulheres têm qualidades diferentes das nossas. Elas têm uma sensibilidade especial para certos aspectos da vida humana que nem sempre nós, homens, percebemos.

Então, para o avanço da civilização, será importante que, no Brasil, haja uma presidente mulher. Felizmente, neste ano, duas pessoas de excepcional qualidade e talento disputarão as eleições. É claro que respeitamos os candidatos homens, mas a Ministra Dilma Rousseff e a Senadora Marina Silva são duas mulheres de excepcionais qualidades humanas, por sua determinação, por sua capacidade e por seu conhecimento, inclusive por seu conhecimento da realidade brasileira. Então, nós, homens, poderemos ficar muito tranquilos, pois, se a população brasileira escolher, em outubro próximo, uma mulher para a Presidência da República, estaremos muito bem.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sadi Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Suplicy, convidamos a fazer uso a palavra, como Líder do PSC do Piauí, o nosso estimado Senador Mão Santa, pelo tempo regimental.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Sadi Cassol, que preside esta reunião, Parlamentares presentes no plenário

do Senado da República, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos acompanham pelo fabuloso sistema de comunicação do Senado.

Senador Jefferson Praia, há noticiário de que começou a dar uns tremores no Nordeste. Mas lá no Piauí o caos chegou não foi por tremor de terra, terremoto, foi por termos sido enganados pelo Partido dos Trabalhadores. Eu mesmo fui, eu votei em 1994. Aqui está o caos do Governo do povo do Piauí, que vive na esperança da alternância do poder no Piauí e no Brasil.

Jornal *Diário do Povo*. Esse jornal – Deus não ia abandonar o Piauí – é de um empresário muito poderoso, muito rico, Damásio, que talvez seja o maior importador de peças de moto, Cícero Lucena, do Brasil. Da China, direto. É um homem de imenso prestígio no intercâmbio da economia do Brasil. Os políticos do Piauí, quando vão à China, contam com o prestígio desse empresário. Ele tem esse jornal, graças a Deus, livre e independente.

Está aqui a manchete de 9 de março, terça-feira, jornal *Diário do Povo*. O Governo, Federal e Estadual, controla a mídia poderosa deste País. Mas esse jornal, pela independência de seu dono, traz a verdade. “Educação”, uma reportagem de Juliana Nogueira – mulher; e mulher é que tem bravura –, que traduz o caos que estamos a lamentar. Olha aí, bota aqui bem grande a manchete do *Diário do Povo*, jornal independente do meu Brasil. “Falta de professores atrapalha as aulas das escolas estaduais.”

Suplicy, um quadro vale por dez mil palavras. Esse é o caos que o Governo do PT leva ao Piauí. É de hoje. Não sou eu, não.

Falta de professores atrapalha a aula das escolas estaduais.

Quando não dá para reunir as turmas e preencher o horário das aulas só resta uma alternativa: mandar os alunos de volta para casa.

Isso é uma vergonha – é aquela frase que Boris Casoy dizia. Agradeço muito: no período em que governei o Estado do Piauí – foram seis anos, dez meses e seis dias –, nunca vi um caos como esse e uma manchete como essa. Agradeço ao meu Secretário de Educação, Ubiraci Carvalho, ao seu Vice, Waldionor Barros, e ao nosso Magnífico Reitor da Uespi, Professor Jonas Nunes. Nunca enfrentei uma manchete como esta: “Falta de professores atrapalha as aulas das escolas estaduais”.

Serei breve. Aqui diz: “Quando não dá para reunir as turmas e preencher o horário das aulas só resta uma alternativa: mandar os alunos de volta para casa.” Que vergonha! Olha, nós estamos vivendo um Gover-

no que montou o tripé da mentira, da corrupção e da incompetência.

“No Premem Sul, faltam pelo menos 30 professores para completar o quadro”. Esse é o Governador do Partido dos Trabalhadores.

Rosalba Ciarlini – Deus, ó, Deus eu vos agradeço! –, nunca recebi uma manchete como essa, quando governei o Piauí.

Trinta professores faltam. Vamos ainda ao que diz o jornal. Aqui há um desenho da escola abandonada.

“No Premem Sul, por exemplo, faltam pelo menos 30 professores para completar o quadro.” Enganem-se os pobres do Brasil. Estão sendo enganados por esse Governo. Sem educação não se tem luz nenhuma, não se tem futuro nenhum. Isso é na capital do Estado do Piauí, e o Governo do Estado é do Partido dos Trabalhadores.

Então, diz o jornal:

Na Unidade Escolar Firmina Sobreira a situação é ainda pior e faltam professores para quase todas as disciplinas. A coordenação da escola afirmou que já solicitou à Secretaria de Educação a contratação de mais profissionais, mas que, até o momento, o déficit não foi resolvido.

A escola tem 1,2 mil alunos. Valter Pereira, essa é a verdade do Piauí e do Brasil. Uma tem 1,2 mil alunos, na capital do Piauí, do PT, colégio estadual; a outra... A outra quantos alunos tem? Outros 700 alunos. E não estão funcionando.

Padre Antônio Vieira diz que um bem sempre é acompanhado de outro bem, mas eu digo: o mal também.

“Uespi [a Universidade do Estado do Piauí] adia matrículas de alunos.” Deixou de funcionar a universidade do Estado.

O maior orgulho que o Piauí teve... Queremos dizer que a Universidade Estadual do Piauí, no ano 2000... O MEC, Valter Pereira, em 1990, fez um estudo: das dez melhores universidades, sete eram públicas – no tempo em que estudamos – e três privadas. Em 2000, quando eu governava o Piauí, houve uma inversão, e aí o perigo do futuro que antevejo e de que quero advertir S. Ex^a. Houve uma inversão: das dez melhores universidades, sete são privadas e três públicas. E a do Piauí, a Uespi, estava entre essas três maiores, com 36 *campi* no interior do Piauí, com 67 mil brasileiros tentando o vestibular. E hoje adiou as matrículas do ano letivo por falta de pessoal.

Fecham os cursos. Sei, Senador Sadi Cassol, que surgiram umas escolas privadas. Não sou contra,

mas, por exemplo, há escolas privadas de medicina no Nordeste, Sadi Cassol, que cobram do estudante R\$4 mil a mensalidade. As públicas estão fechando. Acorde, Luiz Inácio! A verdade é esta: cada vez mais, o estudante pobre tem dificuldade. Proliferam as privadas, as particulares; então, cada vez mais, vai haver o abismo. Estamos diminuindo as possibilidades dos pobres.

Luiz Inácio, a verdade – eu, que sou do Partido Social Cristão, de verdade em verdade vos digo –: tudo é mentira; os aloprados estão a enganar o nosso Presidente.

Neste País, Luiz Inácio, 74% – ó Suplicy! – dos brasileiros, Rosalba Ciarlini, não têm um livro. Um livro! Cada vez... Noventa por cento das cidades brasileiras não têm uma livraria.

Ontem, Collor fazia um debate: ciência e tecnologia. Como isso vai haver neste País, se a professora e o professor não garantiram R\$ 960,00 por mês?

Nós aprovamos isso aqui, Valter Pereira, e isso não se tornou realidade. Isso é uma vergonha, Raupp! Um País deste, como nós vamos avançar em ciência e tecnologia, se não é garantido ao professor R\$960,00? Não é lei, não é obrigatório. Há professores ganhando menos do que isso nos Municípios e nos Estados.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Mão Santa,...

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Com a palavra essa mulher sábia, que foi três vezes prefeita. Lamentamos o Luiz Inácio não ter sido nenhuma vez. E temos que nos livrar de candidata que não tem essa vivência. V. Ex^a podia ser três vezes Presidente da República, mas não esta Dilma, que não tem experiência nenhuma. V. Ex^a foi três vezes prefeita...

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Obrigada.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – ... e boa prefeita, extraordinária. Daí estar aqui

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Obrigada, Senador Mão Santa. V. Ex^a, como sempre, principalmente neste dia, valorizando a competência, o trabalho da mulher. Eu quero lhe dizer que realmente eu fui prefeita três vezes e investi bastante na educação, e os resultados ficaram lá, ficaram plantados: reduzimos muito a evasão escolar, melhoramos o nível da qualidade do ensino. Mas o que eu queria colocar aqui, Senador Mão Santa, é que o que o senhor está falando aí do seu Estado não está acontecendo só no seu Estado. Infelizmente, no meu Estado, que é governado por uma professora e por um ex-deputado federal, está uma verdadeira calamidade a questão da educação. O quadro é semelhante ao que V. Ex^a está colocando. E pode observar nas estatísticas, nas análises dos ins-

titutos que acompanham a qualidade do ensino, que o Rio Grande do Norte, infelizmente, o meu Estado está sempre numa posição de lanterninha, de semilanterinha na área de educação. Isso é muito triste por se tratar de uma governadora que é uma professora. Também eu queria aqui passar para V. Ex^a alguns dados com relação ao quadro nacional. Senador Mão Santa, para V. Ex^a ter uma idéia daquilo que estava previsto para as metas do Plano Nacional de Educação criado em 2001, somente 30% foram cumpridos até agora. E o estudo abrange o período entre 2001 e 2008. De acordo com o plano, 50% das crianças de 0 e 3 anos deveriam estar matriculadas em creches. No plano se dizia que, até 2008, 50% – plano do próprio governo – das crianças de 0 a 3 anos deveriam estar matriculadas em creches. E neste ano o IBGE constatou que apenas 18% estavam matriculadas. A meta de erradicação do analfabetismo também não foi alcançada, com 14 milhões de pessoas com mais de 15 anos de idade que ainda não sabem ler nem escrever. No ensino médio, para V. Ex^a ter uma ideia, a meta era reduzir a evasão em 5% ao ano, mas a evasão subiu de 10% para 13,2%, de 2006 a 2008. Sabe por quê? Em uma escola onde o jovem chega e não há professor, ele fica na escola? Uma escola onde ele chega e, em vez de se sentir seguro, está se sentindo mais inseguro ainda, ele fica? Não fica. Uma escola que não tem os equipamentos necessários e que não envolve cultura, esporte, porque os governos estaduais, que são responsáveis pelo ensino médio, que recebem recursos através do Fundeb, não estão cumprindo, não estão fazendo o seu dever de casa. Então, é esse o quadro, o quadro real do Brasil. O plano de metas do Ministério da Educação não atingiu nem 50%; apenas 30%. Somente na pré-escola e no ensino fundamental é que se considerou atendido no aspecto de matrícula, porque de qualidade nós sabemos que muito ainda temos que avançar. Era isso o que eu queria colocar como preocupação e parabenizá-lo por levantar essa questão. Sei que V. Ex^a como governador, como prefeito, prefeitinho como V. Ex^a chama, que foi, sempre teve uma preocupação maior, porque nós aprendemos em nossa casa, com os nossos pais – sei que V. Ex^a teve esse mesmo tipo de orientação –: a riqueza maior é o saber. Meu pai e minha mãe diziam: a herança que quero deixar para os meus filhos é o estudo. Nove filhos, todos, graças a Deus, se formaram, todos estudaram para que pudessem enfrentar os desafios da vida, pela sua competência, sua inteligência e sua sabedoria. Sei que foi assim e é assim que V. Ex^a enfrenta os desafios. Muito obrigada, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Incorporo todas as palavras pronunciadas pela Senadora Rosalba Ciarlini no nosso pronunciamento.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – E peço um minuto para terminar.

Dois jornais. Olha, Rosalba Ciarlini, está havendo um tremor no Nordeste, mas no Piauí nunca chegou esse terremoto. Mas chegou o PT.

Jornal *Diário do Povo*: “Falta professor na capital”. Avalie no interior. Nós sabemos como é isso.

Jornal *Meio Norte*, muito aliado do Governo, muito ligado mesmo ao Governo. Aí escapou: “Uespi adia matrícula de alunos porque faltam 400 servidores, professores”. Não pagam.

Então, eu quero dizer que no Piauí nunca houve terremoto na história, mas há aqui o caos do Governo do PT. Nós vivemos, Suplicy, daquela esperança. A esperança é a última que morre. Ernest Hemingway: “Perder a esperança é estupidez”. “É até um pecado” – diz o Apóstolo Paulo.

Então, o Piauí vive numa esperança de alternância do poder no Estado e no Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o pronunciamento do ilustre Senador Mão Santa, temos mais um orador inscrito...

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Pela ordem, V. Ex^a.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Gostaria de fazer um convite, um apelo, uma solicitação, um pedido a todos os que compõem a Comissão de Assuntos Sociais: em homenagem à mulher, amanhã estejam na Comissão para que possamos votar matérias, todas elas voltadas para a mulher.

Nós teremos em pauta os projetos de lei referentes ao trabalho doméstico – sabemos que temos trabalhadores domésticos homens, mas a grande maioria é de mulheres.

Teremos, ainda para exame, o projeto de lei que institui o sistema especial para inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda sem renda própria ou que se dedicam exclusivamente ao emprego doméstico, onde também a maioria é de mulheres. Teremos, também, para exame, em decisão terminativa, o PLS nº 157, que estende a licença maternidade às servidoras públicas que adotarem ou obtiverem a guarda judicial de crianças. Também o PLS nº 48, de 2009, para as mulheres gestantes, foi incluída na pauta a

proposta que assegura à estudante grávida o direito de interromper, pelo prazo de 120 dias, o estágio escolar ao qual está vinculada, bem como a garantia de recebimento do salário maternidade.

Então, era isso que queria comunicar, fazendo uma solicitação especial a todos os nossos Senadores e Senadoras que compõem a Comissão, a fim de que amanhã possamos votar esses importantes projetos para as mulheres, em especial nesta semana em que se homenageia a luta de tantas e tantas, de todas aliás...

(Interrupção do som)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – (...) no dia a dia contra a discriminação, contra o preconceito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após a comunicação da Senadora Rosalba, chamamos mais um Senador inscrito, o Senador Valter Pereira, que fará uso da palavra pelo tempo regimental.

Senador Valter Pereira, por favor, é a sua vez de usar a tribuna.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, não pude participar da sessão solene que antecedeu esta sessão deliberativa ordinária, mas não poderia ausentar-me desta tribuna, porque hoje esta Casa comemora o Dia Internacional da Mulher – da mulher brasileira, da mulher estrangeira, de todas as mulheres.

Para muitos, a mulher é apenas um porto seguro na incerteza; é o colo amigo; para outros, é o confessor que ouve o filho, que ouve o marido, que ouve o namorado. Mas a mulher é muito mais do que família: é solidariedade ao próximo, é determinação, é trabalho, é luta.

Basta lembrar, Sr. Presidente, a motivação que deu causa a esta data. Foi em Nova Iorque, no longínquo ano de 1857. Indignadas com as más condições de trabalho, mulheres trabalhadoras fizeram mais do que uma greve, um verdadeiro motim. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas em consequência da repressão sofrida. Numa justa homenagem àquelas valentes mulheres, esta data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas como o Dia Internacional da Mulher, o dia 8 de março, ontem.

Obviamente, muita coisa tem mudado na relação da mulher com o homem e com a sociedade, e essas mudanças não se vêm dando em razão da generosidade dos homens, mas da coragem e da determinação delas.

Ainda ontem, quando viajava para cá e folheava uma revista da empresa aérea que me transportava, a TAM, descobria que, em 1935, uma mulher já conquistava o brevê de piloto planador. A mesma mulher, seis anos depois, recebia um certificado de paraquedista. O nome da destemida criatura: Ada Rogato, uma paulistana que entrou na história da aviação como a primeira mulher sul-americana a praticar essas duas aventuras.

Se hoje esses riscos ainda espantam, imaginem os senhores o que eles representavam 75 anos atrás, quando a igualdade estava muito mais no campo da ficção.

É verdade que, em 1932, ocorreu um importante reconhecimento de cidadania da mulher brasileira: ela conquistou, naquele ano, o direito de votar e ser votada. Um ano depois, a Câmara dos Deputados dá posse à Deputada Carlota Pereira Queirós, a primeira Congressista do País.

De lá para cá, a mulher tem fincado constantes estacas nas duas Casas do Congresso. Hoje, as mulheres estão representadas aqui, nesta Casa, na pessoa da minha conterrânea Marisa Serrano, das Senadoras Patrícia Saboya, Kátia Abreu, Maria do Carmo, Ideli Salvatti, Lúcia Vânia, Serys Slhessarenko, Fátima Cleide e dessa Parlamentar diligente chamada Rosalba Ciarlini. Mais importante que a presença dessa Bancada feminina é a brilhante atuação que suas componentes têm produzido.

As mulheres estão comandando os Governos do Rio Grande do Sul, com Yeda Crusius; do Pará, com Ana Júlia; do Maranhão, com nossa ex-colega Roseana Sarney, que foi a primeira mulher a exercer esse cargo na República.

O mais poderoso ministério do Presidente Lula é comandado pela poderosa Ministra Dilma Rousseff.

Nos tribunais superiores, nada menos de 12 mulheres engrandecem a Justiça e o direito.

E, na área social, ninguém brilhou mais na solidariedade humana, na dedicação à vida e no amor ao próximo em toda a nossa geração do que outra mulher: a Dr^a Zilda Arns, verdadeira missionária das crianças pobres do Brasil e de alhures.

A despeito de a mulher demonstrar todo o seu valor, ainda há resistências à igualdade de direitos entre os dois sexos.

Em vários países do Planeta, mulheres são censuradas até no direito de vestir. A discriminação perdeu força em nosso país, mas não desapareceu de todo.

Irmão siamês do preconceito é a violência que ainda persegue a mulher. Não foi por acaso que o Congresso aprovou e o Presidente Lula sancionou a Lei nº 11.340, que ficou conhecida como Lei Maria da

Penha. GANHOU esse nome em homenagem a uma vítima emblemática. Depois de sofrer dois covardes atentados do marido, atentados que a deixaram paraplégica, encorajou-se publicamente para denunciá-lo. E não cessou a sua luta enquanto não conseguiu a responsabilização do próprio Estado brasileiro em razão da benevolência com que se houve na reprimenda ao marido agressor.

Foi em 2001, quando a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) reprovou a negligência do Brasil em relação à violência doméstica.

O desfecho do episódio Maria da Penha foi relevante porque trouxe ao debate o tipo de violência que é praticado contra a mulher: é a violência praticada no recesso do lar, é no cotidiano, no convívio.

A despeito de tudo, o Brasil está vencendo o flagelo da violência contra a mulher, quando, em certas partes do Planeta, ela não tem nem espaço para lutar.

Honra-me, Senadora Rosalba.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Nobre Senador Valter Pereira, o seu pronunciamento nos dá, realmente, mais disposição para a luta, mais energia, mais entusiasmo para empreendermos as nossas caminhadas em busca desse lugar chamado igualdade. Nós precisamos exatamente disto: que os filhos das mulheres brasileiras, como o senhor, com certeza, é filho de uma santa mulher, venham se somar a esse nosso esforço de caminharmos lado a lado, sabendo que a igualdade no trabalho, a igualdade nas condições, nos direitos, em todos os setores em que a mulher possa participar, é fundamental. Fico muito feliz em saber que não somente o senhor, mas vários Senadores hoje aqui vieram prestar a sua homenagem e dizer do seu compromisso com a luta que é de todos nós. Muito obrigada.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado a V. Ex^a, que enriquece o nosso pronunciamento, que chega ao fim dentro do prazo regimental.

Gostaria, portanto, neste momento, de fazer a minha saudação a todas as mulheres do meu País: às mulheres acadêmicas, às mulheres trabalhadoras, às mulheres donas de casa, às mães, às religiosas, enfim, a todas as mulheres, sem as quais a vida seria impraticável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o pronunciamento do Senador Valter Pereira, nós convidamos para fazer uso da palavra, como inscrito pela Liderança, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Antes, porém, gostaríamos de colocar em votação o **Requerimento nº 189, de 2010**, que autoriza

o Senador Cícero Lucena a se ausentar de 9 a 11 de março para participar de um evento em Salvador.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/4, de 2010** (nº 15/2010, na origem), do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, encaminhando retirada, subscrita pelo Senador Arthur Virgílio, do reque-

rimento de sua autoria, contra decisão da Presidência do Senado Federal, exarada na sessão do dia 28 de outubro de 2009, em questão de ordem apresentada pelo referido Senador, que solicitava audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de avaliar, em um caso concreto, a necessidade de substituição de membro da direção de Comissão Técnica em caso de alteração de filiação partidária.

O expediente vai ao Arquivo.

É o seguinte o ofício:

OFÍCIO Nº S/4, DE 2010

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 015 /10 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 02 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Assunto: Recurso

Senhor Presidente,

Encaminho Recurso de autoria do Senador Arthur Virgílio contra decisão exarada por Vossa Excelência na Sessão do dia 28 de outubro de 2009, na questão de ordem apresentada pelo recorrente, solicitando audiência desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de avaliar, num caso concreto, a necessidade de substituição de membro da direção de comissão técnica em caso de alteração da filiação partidária, tendo em vista o pedido de retirada, pelo autor, do referido recurso.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador DEMÓSTENES TORRES
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY

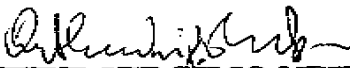
ENCAMINHÔ-SE A CCJ,
 PARA PRONUNCIAMENTO, NOS
 TERMOS DO PRESENTE REQUE-
 RIMENTO DE INICIATIVA DO
 EXMO. SR. LÍDER DO PSDB.
 03/12/2009
 PRES. INTERINO.

ARTHUR VIRGÍLIO NETO, Senador da República, na condição de líder da bancada do PSDB, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos termos do disposto pelo art. 405 do Regimento desta Casa, interpor recurso em face de decisão exarada por Vossa Excelência na Sessão do dia 28 de outubro de 2009, na questão de ordem apresentada pelo ora recorrente.

Requer, após recebidas, sejam estas razões remetidas para apreciação e julgamento pelo Plenário, requerendo outrossim, nos termos do art. 408 do referido Regimento Interno, a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a matéria, por também se tratar de interpretação de texto constitucional, conforme será adiante evidenciado.

Termos em que
 Pede Deferimento.

Brasília, 30 de novembro de 2009.


ARTHUR VIRGÍLIO NETO
 Líder do PSDB

EGRÉGIO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

RAZÕES DE RECURSO

Eminentes Senadores,

1.

O Senador Flávio Arns em nenhum momento, nem por segundos, deixou de pertencer à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

Desaparecida sua condição de representante do PT, no mesmo momento ele foi indicado representante do PSDB na referida Comissão, sem qualquer interrupção.

2.

Cuida-se de recurso interposto contra questão de ordem decidida pelo Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal, Senador José Sarney, que se posicionou pela vacância do cargo de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em virtude de o Senador Flávio Arns, então Presidente, ter deixado de compor a referida Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo.

O dispositivo invocado para justificar a referida vacância do cargo de Presidente, lido expressamente pelo Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal, consiste no art. 81, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A referida decisão, insta destacar, foi expressamente baseada em informações prestadas pela Secretária-Geral da Mesa, Drª Cláudia Lyra Nascimento, então incumbida pelo Presidente do Senado Federal para responder ao parecer solicitado pelo Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Aloizio Mercadante¹, *“tendo em vista a destituição de um membro de Comissão Permanente do Senado Federal que exerce a presidência da mesma...”*

¹ Conforme Ofício nº 151/2009-GLDBAG.

A informação prestada pela Secretária-Geral da Mesa ao Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal, Senador José Sarney², além de remetida ao Senador Aloizio Mercadante³, também foi encaminhada ao Senador Flávio Arns⁴, ambas na mesma data, no caso, 27 de outubro de 2009.

No dia seguinte (28.10.09), durante a Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal, o ora recorrente ocupou a tribuna do Plenário para levantar questão de ordem.

3.

Recapitulando: por meio de Ofício Senado Federal 2.284/2009, o Senador José Sarney endereçou ao Senador Flávio Arns o Ofício 425/2009, que havia recebido da Secretária-Geral da Mesa, a qual arrazoa que teria havido vacância na posição do Senador Flávio Arns na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Após sustentar que o argumento utilizado pela ilustre Secretária-Geral da Mesa em relação à vacância não teria procedência, o Senador José Sarney respondeu à questão de ordem nos seguintes termos:

“... Mas, evidentemente, temos o Regimento, que nós todos temos que seguir, e a jurisprudência da Casa na interpretação do Regimento.

...

Ao receber do Líder Mercadante o expediente a que V. Ex^a se referiu, agimos de acordo justamente com o Regimento da Casa, porque o Regimento da Casa diz – e a própria Constituição fala – que as Comissões serão feitas com proporcionalidade.

Art. 79. No início de cada legislatura, os líderes, uma vez indicados, reunir-se-ão para fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões permanentes.

O art. 81 do Regimento também diz:

Art. 81. O lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar, competindo ao líder respectivo pedir, em documento escrito, a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado.

² Por meio do Ofício nº 425/2009-SGM.

³ Por meio do OF.SF Nº 2283/2009.

⁴ Por meio do OF.SF Nº 2284/2009.

Quer dizer, essa competência é do líder, de substituir ou não qualquer membro da Comissão.

E, ainda, o Regimento torna muito claro este caso quando diz:

Art. 81.....

§ 2º A substituição de Senador que exerça a presidência de comissão [que era o caso da Comissão de Educação], salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva bancada.

O que ele quer dizer? Quando o Senador é presidente de uma Comissão, o líder só pode retirá-lo da Comissão se oficial à Mesa, com a maioria dos membros da bancada do seu partido, salvo na hipótese do seu desligamento do partido que ali representar. Quer dizer, no momento em que a pessoa se desliga do partido, evidentemente que ela deixa de pertencer à Comissão.

E o Líder Mercadante, neste caso, como líder do antigo partido de V. Exª, comunicou à Mesa que V. Exª não mais fazia parte não da Presidência, mas da Comissão. Se V. Exª não fazia parte da Comissão, não poderia portanto ser o Presidente da Comissão, já na hipótese prevista, porque, se seu partido fosse retirá-lo da Comissão – vou repetir –, aí necessitaria da maioria dos membros.

Mas não era a hipótese, porque V. Exª já se tinha desligado. O que se fez? Lemos o expediente no plenário desta Casa e, a partir desse momento, V. Exª ficou desligado da Comissão. Sendo desligado da Comissão, V. Exª deixou de ser Presidente da Comissão.

Não estamos inovando de nenhuma maneira. Estamos respeitando o princípio constitucional de as presidências das Comissões pertencerem ao partido e não ao Senador. Isso diz explicitamente o Regimento no art. 81.

Em segundo lugar, esse caso de V. Exª não é o primeiro que ocorre aqui. Vários outros já ocorreram, como citou o Líder Arthur Virgílio. Só para citar os dois últimos, foi o caso do Senador Gilberto Miranda, que, nesse caso, ele mesmo renunciou à Presidência da Comissão. Mas há o caso também do Senador Raimundo Lira, em que o Senador Nelson Carneiro determinou seu afastamento da Comissão. Exatamente o que aconteceu com V. Exª: o Senador Raimundo Lira saiu do partido e não se retirou. Ele foi justamente substituído, foi retirado pelo seu partido da Comissão...”

4. DA INAPLICABILIDADE DO ART. 81, §2º DO RISF.

Sem deslusto do conhecimento regimental detido pelo Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal, a decisão que proferiu à questão de ordem que lhe foi apresentada comporta reforma, pelas razões doravante expostas.

O referido dispositivo invocado pelo Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal e repetido nas informações prestadas pela Secretária-Geral da Mesa assim dispõe:

“Art. 81. O lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar, competindo ao líder respectivo pedir, em documento escrito, a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado.

§ 1º A substituição de membro da comissão que se desligar do partido ao qual pertence o lugar na comissão não alterará a proporcionalidade estabelecida nos termos do parágrafo único do art. 78 e do art. 79.

§ 2º A substituição de Senador que exerça a presidência de comissão, salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva bancada.”

Ao contrário do que sustentado pela decisão conferida à questão de ordem, a leitura do dispositivo não permite a conclusão de que a substituição do Senador que exerça o cargo de Presidente de Comissão fica vago na hipótese de seu desligamento do partido.

A perda do cargo como Presidente de Comissão é consequência lógica apenas nos casos em que o parlamentar é substituído na referida Comissão. Isto porque, se deixa de integrar a Comissão, efetivamente o cargo da Presidência fica vago.

Na hipótese em que a substituição ocorre por desligamento do partido, a única consequência lógica é a desnecessidade de autorização da maioria da respectiva banca, mas não se pode concluir que o cargo da Presidência da Comissão fica vago, tendo em vista que o parlamentar substituído pode continuar integrando a referida Comissão, agora designado pelo novo Partido, como é o caso vertente, senão vejamos.

5.

O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme Ofício OF/GSFA/0801/2009, lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009.

Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixou de representar o PT e o Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (*Of. nº 145/2009-GLDBAG*).

Em 09.10.2009, **mesma data**, portanto, o Senador Flávio Arns passou à condição de membro titular do PSDB na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em substituição ao Senador Cícero Lucena (*Ofício nº 161/2009-GLPSDB*).

Portanto, se no mesmo dia em que deixou de representar uma bancada, o Senador Flávio Arns foi novamente designado como membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte por outra bancada, não há que se falar em vacância do cargo de Presidente da referida Comissão.

Repete-se, para que fique bem claro, e esta é a situação única deste caso: **em nenhum momento o Senador Flávio Arns deixou de pertencer à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.**

Os atos oficiais pelos quais (1º) ele deixou de representar o PT e (2º) passou a representar o PSDB foram publicados no mesmo Diário Oficial do Senado, de tal sorte que ambos os atos passaram a produzir efeitos jurídicos no mesmo momento, não havendo interrupção de permanência do Senador na referida Comissão.

Outrossim, é preciso destacar que, ao contrário do que sustentado pela decisão proferida à questão de ordem formulada pelo ora recorrente, não existe violação à proporcionalidade na composição/constituição da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na medida em que a vaga que o Senador Flávio Arns ocupava como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo passou a ser ocupada por suplente do referido Bloco e, ao mesmo tempo, sua permanência na referida Comissão decorre de sua designação pelo PSDB em substituição ao Senador Cícero Lucena.

Também, ao proferir decisão sobre a questão de ordem levantada pelo ora recorrente, o Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal argumentou em Plenário, equivocadamente, a existência de jurisprudência da Casa, a qual foi igual e expressamente consignada nas informações prestadas pela Secretária-Geral da Mesa.

O precedente relacionado ao Senador Gilberto Miranda, ocorrido em 1997, sequer pode ser assim considerado, tendo em vista que o referido Senador, ao deixar a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, por ter se transferido do PMDB para outro partido, expressamente consignou:

“tendo em vista que o Presidente da Comissão saiu do PMDB e ingressou no PFL; tendo em vista que o PMDB indicou o Senador Fernando Bezerra para esta Comissão no lugar do Senador Gilberto Miranda; tendo em vista que o PFL indicou o Senador Gilberto Miranda para membro da Comissão; tendo em vista que o Regimento Interno deixa dúvida quanto à substituição, se o Presidente continua ou se assume o Vice-Presidente; tendo em vista que o Regimento estabelece que a eleição do Presidente da Comissão é por dois anos, acho melhor pedir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que delibere sobre o assunto.

Eu pediria ao Secretário que preparasse esse pedido para que a Comissão se pronunciasse com relação ao futuro de toda e qualquer outra Comissão, porque está é uma matéria vaga. A dúvida fica realmente.

Eu convidaria o parlamentar mais idoso, o mais experiente, para assumir a Presidência da Comissão, enquanto a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não se pronuncia.”

(Diário do Senado Federal, de 24 de janeiro de 1997, p. 03055).

É importante ressaltar que, nos termos do que solicitado pelo Senador Gilberto Miranda, consta no sistema de tramitação de matérias do Senado Federal o tipo ‘Consulta (SF) nº 2, de 1997’, tendo por ementa “*Consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, sobre a possibilidade de substituição de membros da Mesa, por solicitação do Partido ou Bloco Parlamentar, em razão do desligamento ou desfiliação do parlamentar do partido a que pertence, bem como o procedimento a ser adotado em tal hipótese.*”

Considerando que a matéria teve sua tramitação iniciada em 30 de setembro de 1997 e restou arquivada em 24 de junho de 2003, à vista do disposto no §1º do art. 332 do Regimento Interno, com a redação dada pela

Resolução nº 17, de 2002⁵, não se pode considerar a situação ocorrida com o Senador Gilberto Miranda como precedente, porquanto sequer houve decisão sobre a referida questão de ordem.⁶

Com relação ao precedente ocorrido em 1990, quando “o Senador Raimundo Lira deixou a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por ter sido substituído no colegiado pelo Líder do PMDB, tendo em vista haver se transferido para outro partido (o qual, na mesma data, o indicou como membro da Comissão)”, é importante ressaltar que da decisão proferida na questão de ordem apresentada pelo referido Senador, houve interposição de recurso ao Plenário.

Assim, a exemplo do que feito pelo Senador Gilberto Miranda, é importante ressaltar que consta no sistema de tramitação de matérias do Senado Federal o tipo ‘Diversos nº 3, de 1990’, por meio do qual consta o encaminhamento de “OF.SM 092/90 à CCJ, solicitando o exame da questão de ordem levantada pelo Senador Raimundo Lira, na sessão de 19 de abril, acerca da presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.”

Considerando que a matéria teve sua tramitação iniciada em 25 de abril de 1990 e restou arquivada em 12 de março de 1999, à vista do disposto nos arts. 332 e 333 do Regimento Interno do Senado Federal, também não se pode considerar a situação ocorrida com o Senador Raimundo Lira como precedente, porquanto sequer houve decisão sobre recurso interposto à decisão proferida na questão de ordem.

De qualquer forma, o precedente relacionado ao Senador Raimundo Lira, invocado em Plenário pelo atual Presidente da Mesa Diretora do Senado e repetido nas informações prestadas pela Secretária-Geral da Mesa, conquanto semelhante à do Senador Flávio Arns, não pode ter o mesmo desfecho, tendo em vista que uma atenta leitura do pronunciamento tecido pelo Senador Nelson Carneiro, então Presidente do Senado em 1997, por ocasião da

⁵ Art. 332. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto:

...
^{§ 1º} Em qualquer das hipóteses dos incisos do caput, será automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, salvo se requerida a continuidade de sua tramitação por 1/3 (um terço) dos Senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.

⁶ O artigo 406 do Regimento Interno do Senado Federal determina que decisão sobre questão de ordem configura simples precedente, apenas adquirindo força obrigatória quando incorporada ao Regimento.

resposta à questão de ordem formulada pelo Senador Raimundo Lira, permite constatar a exata aplicação do § 2º do art. 81 do Regimento Interno:

“o novo Regimento incluiu esse §2º, exatamente por causa do problema do Senador Carlos Chiarelli. S. Exª continuava no mesmo partido, dele não se desligou; o Partido é que discutiu a viabilidade de ele continuar ou não na Presidência. Foi um debate que se travou dentro do Partido; repito, ele não saiu do Partido. A hipótese de V. Exª é diferente. V. Exª deixou o Partido: isso ocorrendo, o Líder pode pedir a substituição de V. Exª, é inteiramente diferente.” (Diário do Congresso Nacional, Seção II, 25 de abril de 1990, p. 1453)

É, repetindo a afirmação, agora à página 1454:

“O texto do art. 81, §2º foi exatamente para resolver a questão surgida com o problema do Senador Carlos Chiarelli.”

Analisando o caso do Senador Carlos Chiarelli, verifica-se que o referido Senador pertencia ao então Partido da Frente Liberal - PFL, e ocupava o cargo de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, tendo sido substituído na referida Comissão, mas permanecendo no Partido.

Assim, uma vez substituído da referida Comissão, a ela não retornou por outro partido PORQUE NÃO SE DESFILIOU DO PFL e, portanto, no seu caso específico, ficou claro que o cargo que ocupava como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos ficou vago.

Portanto:

- se o art. 81, § 2º foi inserido no do Regimento Interno do Senado justamente para resolver a situação do Senador Carlos Chiarelli;

- se a situação do Senador Carlos Chiarelli discrepa totalmente da situação do Senador Flavio Arns;

- a única consequência que se extrai da leitura do referido dispositivo é que a substituição do Senador Flavio Arns (desfilado do PT) junto à Comissão de Educação, Cultura e Esporte dispensa a autorização da maioria da bancada ao qual era filiado, mas não acarreta a perda do cargo como Presidente, sobretudo porque o que o *caput* do art. 81 do Regimento Interno determina é que o que pertence ao partido ou bloco parlamentar é o lugar na Comissão.

Assim, ao contrário do que sustentado na decisão à questão de ordem formulada pelo ora requerente, o art. 81 do RISF não está a dizer, explicita ou mesmo implicitamente, que a Presidência das Comissões pertencem ao partido e não ao Senador.

Desta forma, por '*lugar na Comissão*' deve se entender situação diversa de '*Presidência da Comissão*'.

Em outras palavras, a composição de Comissão ocorre num momento ao passo que a Presidência de Comissão (já devidamente composta, constituída) ocorre em momento distinto, que não mais se comunica com aquele momento anterior.

Com efeito, o Regimento Interno do Senado Federal, ao dispor sobre a Composição das Comissões Permanentes, trata do assunto no Capítulo II do Título VI do RISF, determinando no art. 78 que "*Os membros das comissões serão designados pelo Presidente, por indicação escrita dos respectivos líderes, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado Federal*".⁷

Designados os membros, a Direção de Comissão vem disposta em Capítulo distinto (Capítulo V, do Título VI), estabelecendo no artigo 88 que "*no início da legislatura, nos cinco dias úteis que se seguirem à designação de seus membros, e na terceira sessão legislativa, nos cinco dias úteis que se seguirem à indicação dos líderes, cada comissão reunir-se-á para instalar seus trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, o seu Presidente e o Vice-Presidente.*"

Assim, verifica-se que Composição (Capítulo II) e Direção (Capítulo V) são aspectos distintos na Comissão (Título VI).

6. DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL

Todavia, o Regimento Interno do Senado Federal vai mais além, expressamente consignando no § 6º do art. 88 que "*ao mandato de Presidente e de Vice-Presidente das comissões permanentes e de suas subcomissões aplica-se o disposto no art. 59.*"

⁷ O Regimento Interno do Senado Federal, neste especial, faz expressa menção ao art. 58, §1º da Constituição Federal.

O referido art. 59 cuida especificamente da Eleição dos membros da Mesa Diretora, dispondo que estes “*serão eleitos para mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período imediatamente subsequente!*”⁸

Assim, ao contrário do que disposto nas informações prestadas pela Secretária-Geral da Mesa, não se pode afirmar que “*quanto à Comissão Diretora (CDIR), ocorre situação diversa*”, isso por dois motivos.

Primeiro, porque o artigo 59 do RISF trata da Eleição, cuja regra também deve ser observada para eleição das Comissões, consoante aponta o art. 88, § 6º do referido diploma normativo.

Em segundo lugar, porque justamente ao se aplicar o referido artigo e, conforme redigido na informação da Secretária-Geral da Mesa, se “*não há previsão congênere ao § 2º do art. 81 do RISF, de substituição de um de seus integrantes por alteração de filiação partidária*”, o referido dispositivo não se aplica à perda do cargo de Presidente de Comissão em caso de sua substituição na referida Comissão por alteração de filiação partidária.

A justificativa trazida pela Secretária-Geral da Mesa Diretora ocorreu, provavelmente, para evitar que fossem invocados como precedentes os casos ocorridos com os Senadores Iram Saraiva, Vice-Presidente do Senador Federal, que saiu do PMDB e ingressou no PDT, bem como pelo Senador Mendes Canale, 1º Secretário da Mesa, que saiu do PMDB e ingressou no PSDB.

Se o art. 59 do Regimento Interno dispõe sobre a eleição dos membros da Mesa Diretora por dois anos e se o artigo não trata de perda do cargo da referida Mesa por desfiliação, temos que, se nos precedentes ocorridos em relação a Mesa Diretora não houve perda, aqui também não pode haver, na medida em que, àqueles casos, não foi aplicado o art. 81, § 2º do referido Regimento.

A própria Constituição preconiza no *caput* de seu art. 58, que “*O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.*”

Desta forma:

⁸ Aqui, novamente o Regimento faz referência à Constituição Federal, agora o art. 57, § 4º.

- se o art. 88, § 6º do Regimento Interno do Senado Federal determina que *“ao mandato de Presidente e de Vice-Presidente das comissões permanentes e de suas subcomissões aplica-se o disposto no art. 59”*;

- se o referido artigo determina que *“os membros da Mesa serão eleitos para mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período imediatamente subsequente”*;

- tendo em vista que o Regimento Interno expressamente atrela o referido artigo 59 ao artigo 57, §4º da Constituição Federal;

- a questão objeto do presente recurso é indiscutivelmente constitucional, a ensejar o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do *caput* do art. 408 do Regimento Interno do Senado Federal.

Inclusive, a questão constitucional é mencionada na decisão à questão de ordem objeto do presente recurso, tendo em vista que o Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal expressamente consignou em Plenário, na Sessão Deliberativa Ordinária ocorrida no dia 28 de outubro de 2009 que:

“Não estamos inovando de nenhuma maneira. Estamos respeitando o princípio constitucional de as presidências das Comissões pertencerem ao partido e não ao Senador...”

Ainda na seara constitucional, o artigo 57, § 4º da Carta de 1988 determina que:

“Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente”.

Portanto, no caso vertente o que se está a debater é a inviolabilidade do mandato eletivo e, portanto:

“... no momento em que o Parlamentar é eleito e empossado como presidente de órgão da Casa, qualquer que seja o seu partido, deixa de exercer as atribuições sectárias que lhe cabem como representante do Partido. As suas obrigações, os seus deveres, as suas responsabilidades são para com a defesa do órgão...”

(Raimundo Lira, in Diário do Congresso Nacional, Seção II, 20 de abril de 1990, p. 1373)

Outrossim, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a exemplo de outras Comissões Permanentes, tem sede constitucional, tendo sido conferido ao seu Plenário o direito constitucional de, inclusive, elaborar e aprovar leis terminativas, *verbis*:

“ Art. 58.

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:.

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do plenário...”⁹

Destarte, por força da delegação constitucional insculpida no art. 58, §2º, I da Carta de 1988, qualquer Comissão e, no caso vertente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, passa a ser uma extensão do próprio Plenário do Senado Federal.

Conseqüentemente, se o Presidente de uma Comissão é votado pelo seu respectivo Plenário, suprapartidariamente, passa a ser Presidente com o apoio de todos os Partidos, no momento em que é votado.

Outrossim, não se pode olvidar de que a eleição da Direção de Comissão (momento posterior ao da constituição), vem disposta no 88 do RISF, que determina a eleição em escrutínio secreto.¹⁰

Quando a Constituição Federal faz referência ao voto secreto, expressamente consagra que esta é uma das formas pela qual a soberania popular é exercida¹¹.

De igual forma, o resultado da eleição para Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, configura a soberania dos integrantes da referida Comissão que, por meio de escrutínio secreto, assim decidiram.

⁹ Na esteira do disposto pelo art. 58, §2º, I, da Constituição, o art. 90, inc. I do Regimento Interno, determina que “Às comissões compete discutir e votar projeto de lei nos termos do art. 91.”

O artigo 91, por seu turno, determina que “as comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, §2º, I, da Constituição, discutir e votar” projetos de lei em caráter terminativo, conforme § 2º.

¹⁰ “No início da legislatura, nos cinco dias úteis que se seguirem à designação de seus membros, e na terceira sessão legislativa, nos cinco dias úteis que se seguirem à indicação dos líderes, cada comissão reunir-se-á para instalar seus trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, o seu Presidente e o Vice-Presidente.”

¹¹ Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual pra todos,...

Por derradeiro e, apenas para rechaçar o argumento ventilado nas informações apresentadas pela Secretária-Geral da Mesa, quando invocou o disposto pelo § 2º do art. 40 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que determina que *“em caso de mudança de legenda partidária, o Presidente ou Vice-Presidente da Comissão perderá automaticamente o cargo que ocupa...”*, é importante destacar que, ao Senado, aplica-se o disposto no Regimento do Senado, não havendo dispositivo neste que determine a aplicação subsidiária do Regimento Interna daquela Casa Legislativa.

Em razão do exposto:

- considerando que não houve vacância no cargo de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na medida em que o Senador Flavio Arns, no mesmo dia em que dela foi desligado pelo PT, foi novamente designado como membro pelo PSDB;

- considerando que permanência do Senador Flavio Arns como presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte não viola a proporcionalidade, na medida em que a vaga que ocupava como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo passou a ser ocupada por suplente do referido Bloco e, ao mesmo tempo, sua permanência na referida Comissão decorre de sua designação pelo PSDB em substituição ao Senador Cícero Lucena.

- considerando que o artigo 81 não diz explicitamente que a Presidências das Comissões pertencem aos partidos;

- considerando que o § 2º do art. 81 foi inserido no Regimento Interno do Senado Federal justamente para resolver a situação do Senador Carlos Chiarelli;

- considerando que a situação do Senador Carlos Chiarelli discrepa totalmente da situação do Senador Flavio Arns;

- considerando o art. 88, § 6º do RISF remete ao artigo 59 do aludido Regimento, este qual, por seu turno, faz expressa alusão ao artigo 57, §4º da Constituição Federal;

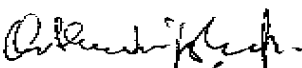
- considerando o disposto pelo art. 58, § 2º, I da Constituição Federal;

- considerando a inviolabilidade do mandato eletivo; e
- considerando tudo o quanto mais foi exposto

o recorrente pugna pelo pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ sobre a matéria bem como pela reforma da decisão proferida à questão de ordem que suscitou na Sessão do Plenário de 28 de outubro de 2009, para o fim da manutenção do Senador Flávio Arns na Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, por medida de justiça.

Termos em que
Pede deferimento

Brasília, 3^o de novembro de 2009


ARTHUR VIRGÍLIO NETO
Líder do PSDB

OF. SF Nº 2283/2009

Brasília, 27 de outubro de 2009

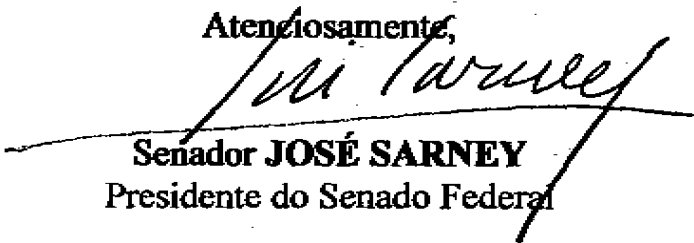
Senhor Líder,



Em atenção ao Ofício nº 151/2009-GLDBAG, encaminho a V.

Exa. informação prestada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Atenciosamente,


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Exm^o Sr.
Senador ALOIZIO MERCADANTE
Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo
Senado Federal

OF. Nº 125/2009-SGM

Em 27 de outubro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Of. 151/2009-GLDBAG (presidência de comissão permanente)

Senhor Presidente,

Por intermédio do Ofício nº 151/2009-GLDBAG, recebido em 20/10/2009, o Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Aloizio Mercadante, dirige a V. Exa., na qualidade de Presidente do Senado Federal, a seguinte solicitação:

“Tendo em vista a destituição de um membro de Comissão Permanente do Senado Federal que exerce a presidência da mesma, baseada no artigo 81 do RISF, solicitamos dessa Mesa Diretora parecer sobre o caso”.

Encaminhado o referido Ofício, por V. Exa., a esta Secretaria-Geral, para providências, na mesma data, cumpre-nos informar o que se segue:

1. Sobre a composição e presidência das comissões permanentes, os arts. 79 e 81 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) dispõem:

“Art. 79. No início de cada legislatura, os líderes, uma vez indicados, reunir-se-ão para fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões permanentes.

”

“Art. 81. O lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar, competindo ao líder respectivo pedir, em documento escrito, a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado.

.....
§ 2º A substituição de Senador que exerça a presidência de comissão, salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva bancada.”
(Grifamos)

2. Desse modo, conforme o § 2º do art. 81 do RISF, a substituição de membro de comissão que tenha sido eleito presidente do colegiado e que tenha se desligado do partido que ali representar pode dar-se mediante solicitação do líder da respectiva bancada. Tal parágrafo encontra-se em consonância com o *caput* do dispositivo (art. 81), segundo o qual o lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar. Assim, deixando o Senador de ocupar tal lugar e, desse modo, não mais pertencendo ao colegiado, deixa também de presidir a comissão.

3. Esse entendimento foi aplicado na Casa em situações pretéritas. Em 1990, o Senador Raimundo Lira deixou a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por ter sido substituído no colegiado pelo Líder do PMDB, tendo em vista haver se transferido para outro partido (o qual, na mesma data, o indicou como membro da Comissão).

4. Na ocasião, foi levantada questão de ordem, decidida pelo então Presidente do Senado Federal, Senador Nelson Carneiro, para determinar o afastamento do Presidente da CAE, Senador Raimundo Lira, e a convocação, pelo Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão, na forma do Regimento, de reunião para eleger o substituto (doc.1).

5. De igual forma, em 1997, o Senador Gilberto Miranda deixou a presidência da CAE, por ter se transferido do PMDB para outro partido (doc. 2).

6. Observe-se, ainda, o que dispõe o § 2º do art. 40 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados:


“Art. 40. O Presidente será, nos seus impedimentos, substituído por Vice-Presidente, na seqüência ordinal, e, na ausência deles, pelo membro mais idoso da Comissão, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 1º Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á a nova eleição para escolha do sucessor, salvo se faltarem menos de três meses para o término do mandato, caso em que será provido na forma indicada no *caput* deste artigo. (Redação dada pela Res. nº 34, de 2005).

§ 2º Em caso de mudança de legenda partidária, o Presidente ou Vice-Presidente da Comissão perderá automaticamente o cargo que ocupa, aplicando-se para o preenchimento da vaga o disposto no § 1º deste artigo. (Redação dada pela Res. nº 34, de 2005).”

7. Por fim, registre-se que, quanto à Comissão Diretora (CDIR), ocorre situação diversa, pois ela é “constituída dos titulares da Mesa” (art. 77 do RISF). Desse modo, a CDIR não é previamente composta, para que depois, entre seus membros, sejam eleitos presidente e vice-presidente. A Mesa, e conseqüentemente a CDIR, tem sua formação integralmente determinada por eleição no Plenário (art. 59 do RISF) e não há previsão, congênere ao § 2º do art. 81 do RISF, de substituição de um de seus integrantes por alteração de filiação partidária.

Respeitosamente,



CLAUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa

1298 Terça-feira 17

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Abril de 1990

concluí com clareza ao ler outro trecho da notícia do JF ao que já nos referimos:

"Nascido na Rua Gonçalves Dias, o JF mudou-se em 1910 para a Avenida Central (Rio Branco), onde ergueu para sua sede um arranha-céu de 10 andares, o primeiro edifício da América do Sul a ter estruturas de ferro. Nesta casa, o jornal fundado por Rodolfo Dantas passou, em 1918, à direção do Conde Pereira Carneiro, que o consolidou como empresa. Com a morte do Conde, na primeira metade dos anos 50, o Jornal do Brasil fica sob a orientação da Condessa Pereira Carneiro, que promove e comanda, nos anos seguintes, a reforma sob a qual a folha ganhou a feição atual. Muito mais do que reforma, foi autêntica revolução — gráfica, editorial e industrial — que influiu de forma profunda na modernização de toda a imprensa brasileira. A fecunda renovação teve início em 1956, com o lançamento do Suplemento Dominical. Sua pedra de toque foi a modificação da primeira página, onde os pequenos anúncios — ali solidamente instalados desde 1908 — cederam lugar a fotos, a chamadas e à manchete, tudo arrumado verticalmente, sem interpenetração e com um ponto focal principal.

A partir de 1973, as inovações são planejadas e executadas na nova sede, o prédio funcional da Avenida Brasil. Aqui se criaram, entre outros produtos, a Revista do Domingo, nos anos 70, e o caderno Cidade, em 1980. Aqui o Jornal se pôe à altura do desafio tecnológico dos novos tempos, ao informatizar a sua feitura. Aqui, prepara-se para comemorar o centenário — com certeza, como diz M.F. do Nascimento Brito, seu diretor-Presidente, de ter em toda a vida dignificado o seu trabalho com a liberdade.

Por todos esses motivos, fundado em preceitos regimentais e certos da adesão dos ilustres membros do Poder Legislativo Federal, estamos convictos de que o Congresso Nacional prestará ao Jornal do Brasil, modelar diário da Imprensa Brasileira, a homenagem a que ele faz jus na passagem de tão significativa data. — Marco Maciel — Líder do PFL — Lourival Baptista — José Agripino Maia — Edilson Lobão — Odacir Soares — Marcos Antônio Castello — Jorge Barbalho — João Lobo — Divairio Santiago — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Alexandre Costa

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília (DF), 3 de abril de 1990.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Nelson Carneiro
DD, Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que desliguei-me dos quadros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), passando a integrar o Partido Social Cristão (PSC).

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, — Senador João Lyra

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O expediente não vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 7 de abril de 1990.

Senhor Presidente,

Em virtude da necessidade de serem substituídos alguns membros da Comissão de Assuntos Econômicos, em razão de se terem desligado do PMDB, nos termos regimentais, indico a V. Ex. os senhores Senadores que irão compor a supracitada Comissão:

Titulares

Ronaldo Aragão — Severo Gomes — Ruy Bacelar — Meira Filho — Mansueto de Lacerda — Inapuan Costa Júnior — Mauro Benevides — Nabor Júnior — José Fogaça — João Calmon — Márcio Lacerda

Suplentes

Aluizio Bezerra — Leite Chaves — Francisco Rodolpho — Auro Meilo — Luiz Viana — Cid Saboya de Carvalho — Roman Tito — Humberto Lucena

Sirva-me da ocasião para renovar-lhe protestos de consideração e apreço. — Senador Roman Tito.

OF. GLPDC N° 803/90

Brasília, 10 de abril de 1990

Senhor Presidente,

Solicito as necessárias providências de Vossa Excelência no sentido de que sejam efetuadas as seguintes alterações na composição das Comissões Permanentes abaixo discriminadas:

1 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ): na qualidade de Titular — substituir o Senador Ney Maranhão (PRN) pelo Senador João Castelo (PRN);

2 — Comissão de Assuntos Econômicos (CAE): na qualidade de Titular — substituir o Senador Ney Maranhão (PRN) pelo Senador Raimundo Lira (PRN);

3 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE): na qualidade de Suplente — substituir o Senador Ney Maranhão (PRN) pelo Senador Albano Franco (PRN).

Renovo a Vossa Excelência, na oportunidade, as expressões do meu alto apreço e fundamentada consideração. — Senador Móbél Abreu, Coordenador dos Pequenos Partidos

OPGL/PEL N° 054/90

Brasília, 10 de abril de 1990

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para que na qualidade de Líder do Partido da Frente Liberal, no Senado Federal, solicite as necessárias providências para que sejam efetuadas as seguintes substituições na composição das Comissões, conforme especificação abaixo:

— Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — (CCJ) substituir — como Titular — o Senador João Meneses pelo Senador Afonso Sancho

— Comissão de Assuntos Econômicos — CAE substituir — como suplente — o Senador João Meneses pelo Senador Afonso Sancho

— Comissão de Assuntos Sociais — CAS substituir — como Titular — o Senador João Meneses pelo Senador Afonso Sancho

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço. — Senador Marco Maciel, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Há pradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, faleceu, ontem, no Rio de Janeiro, um dos mais notáveis juristas do Nordeste, o Prof. Fernando Eugênio dos Reis Perdigão. O notável maranhense, que pertenceu à Academia Maranhense de Letras, deixa publicados numerosos livros sobre Direito. Ao longo de toda a sua fecunda existência, foi uma das figuras mais destacadas da intelectualidade do seu Estado natal.

Fernando Reis Perdigão foi, na década de 40, um dos auxiliares mais dinâmicos do então Governador Paulo Ramos. Seguindo a luminosa trajetória da sua família, não apenas na política, mas também nas Letras do Maranhão, destacou-se com singular relevo, por uma existência que pode servir de fonte de inspiração para as novas gerações.

Depois de longa enfermidade que o prendeu ao leito por mais de 4 anos, Fernando Eugênio dos Reis Perdigão deixou um exemplo que deve servir a todos nós como roteiro para que o seu nome fique permanentemente gravado na memória e no coração de todos os maranhenses.

O Sr. Edilson Lobão — Permite V. Ex. sua parte?

O SR. JOÃO CALMON — Com muita honra, concedo a parte ao nobre Senador Edilson Lobão.

O Sr. Edilson Lobão — Senador João Calmon, mais do que o Maranhão, perduram as letras jurídicas do nosso País com o falecimento de Fernando Eugênio dos Reis Perdigão, homem notável, que abraçou a cultura jurídica brasileira por tanto tempo e que tanto e tão relevantes serviços prestou ao nosso Estado, o Maranhão, ao País e também às universidades brasileiras, porque as suas teses e os seus livros frequentaram, com assiduidade, as bibliotecas dessas universidades. Esse homem teve uma vida intensa tanto em nosso Estado, quanto no País; é de uma família ampla em nosso Estado, o Maranhão, com netos diversos de seus parentes — um deles,

Abril de 1990

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Sexta-feira 20 1373

dor Jamil Haddad, visto que existem destaques importantes para serem votados, peço seja feita a votação do Estatuto na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em virtude de tramitarem em conjunto, os projetos de lei constantes dos itens 2 e 3 da Ordem do Dia de hoje, terão prosseguimento de sua discussão na próxima sessão.

São os seguintes itens cuja discussão prosseguirá na próxima sessão. — 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 1989

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 193 e 279, de 1989)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que institui o Código de Menores e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 48, de 1990, da — Comissão Temporária, pela prejudicialidade.

— 3 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 1989

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 193 e 255, de 1989)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1989, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que altera os arts. 32 e 34 da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que institui o Código de Menores, dando-lhe nova redação na conformidade da Constituição Federal em seu capítulo VII, arts. 226, § 3º, e 227, caput, tendo

PARECER, sob nº 48, de 1990, da — Comissão Temporária, pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a Ordem do Dia.

O Sr. Raimundo Lira — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PRN — PB. Para questão de ordem.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi aqui a comunicação do Líder do PMDB, Senador Roman Tito, cassando-me da condição de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu me desliguei do PMDB há poucos dias e me filiei a outro Partido. Tive a preocupação imediata de que fosse providenciada a minha substituição como Membro da Comissão de Assuntos Econômicos, a qual pertencio ao PMDB, e fui substituído — como foi dito aqui no Plenário — designado pelo Líder do PDC, numa vaga pertencente aos pequenos Partidos, no momento em que saía da Comissão como Membro do PMDB. Pas-

sava, assim, a integrar a Comissão representando os pequenos partidos, em lugar do Senador Ney Maranhão.

Tempos atrás, o nobre Senador Roman Tito, quando declarei apoio ao atual Presidente da República, Fernando Collor de Mello, fez várias gestões, inclusive reuniões da Bancada, no sentido de me destituir da condição de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Mas, naquele instante, as suas tentativas não foram aceitas pela maioria da Bancada do Partido.

O Sr. Senador Roman Tito alega um dispositivo do Regimento, que diz que peço, automaticamente, a condição de Presidente da Comissão, quando saio do Partido. Mas, já fiz várias consultas a juristas da Casa e de fora do Senado, que entenderam que, da mesma forma que o Senador Iram Saraiva, vice-Presidente do Senado Federal, que foi eleito pelo PMDB, e hoje integra a Bancada do PDT e o 1º Secretário, Senador Mendes Canale, que, também, foi do PMDB e que, hoje, integra a Bancada do PSDB, não perderam a condição de Membros da Mesa, porque foram votados pelo Plenário, foram votados suprapartidariamente, o mesmo deverá ocorrer no meu caso.

A Comissão de Assuntos Econômicos, a exemplo das outras comissões permanentes, é respaldada pela Constituição Federal. E foi dado ao Plenário da Comissão o direito constitucional de, inclusive, elaborar e aprovar leis terminativas.

Nesse sentido, com essa delegação constitucional, aquela Comissão passa a ser uma extensão do próprio Plenário do Senado Federal e foi votado pelo Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos suprapartidariamente; então, passei a ser Presidente com o apoio de todos os Partidos, no momento em que fui votado. E, mais ainda, tem uma questão de ordem ética e política porque o Senador Roman Tito, na condição de Membro da Comissão, não me indicou para aquela comissão; disputei com o nobre Senador do Estado de São Paulo, Severo Gomes, e ganhei a eleição.

Vejam bem, então, existem vários entendimentos nessa direção, inclusive o mais forte, que é o constitucional, é a inviolabilidade do mandato eletivo. Mais ainda, no momento em que o Parlamentar é eleito e empossado como presidente de órgão da Casa, qualquer que seja o seu Partido, deixa de exercer as atribuições setoriais que lhe cabem como representante do Partido. As suas obrigações, os seus deveres, as suas responsabilidades, são para com a defesa do órgão — no caso específico, a Comissão de Assuntos Econômicos. A representação do mesmo, então, a direção e o controle da regularidade das atividades que ali se desenvolvem.

Isso quer dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não sou presidente do PMDB; sou presidente de todos os pares que compõem o Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos. Não posso, portanto, aceitar a cassação de um mandato eletivo. Se estivéssemos viveciando, no momento, um período

de ditadura militar e o líder fosse — digamos — o Senador Filinto Müller, tudo bem, não teria outra saída, a não ser me conformar e voltar para casa. Mas foi um mandato eletivo, um mandato disputado, um mandato que tem a representação de todos os Partidos, aqui representados no Senado Federal.

E, neste sentido, Sr. Presidente, peço a V. Ex. que encaminhe essa questão à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o foro ideal para ser discutido o assunto, porque não aceito, simplesmente, a cassação do Líder do Senado.

O SR. ROMAN TITO — Peço a palavra, Sr. Presidente, para contestar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Roman Tito.

O Sr. Roman Tito (PMDB — MG. Para contestar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, iria contestar a questão de ordem apenas nos termos do Regimento Interno. No entanto, duas palavras, dois vocábulos me chamaram bastante a atenção.

O primeiro é "cassação"; o segundo, "ética". Vou repetir os termos: "cassação" e "ética". Pelo amor de Deus, se há uma coisa que não aceito é ligar nestes dois termos. Não aceito, porque, quando se tratava do primeiro assunto, cassação, entrei na política justamente para evitá-la.

Agora, ética, Sr. Presidente, penso que quem está querendo dar lição, deveria multricular-se no primário da ética.

Vou ler o art. 81 do Regimento Interno do Senado Federal.

"O lugar na comissão pertence ao Partido ou Bloco Parlamentar, competindo ao Líder respectivo pedir, em documento escrito a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado.

§ 2º A substituição de senador que exerça a presidência de comissão, salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva Bancada."

Vou ler o § 2º:

"A substituição de Senador que exerça a presidência de comissão, salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva Bancada."

O Senador Raimundo Lira adentrou à candidatura do Presidente Collor, quando candidato, e declarou para os jornais que o fazia para colocar a Comissão de Assuntos Econômicos a serviço da candidatura do Presidente. Isso foi estampado por dois jornais de Brasília e mais alguns outros. E, como o partido do Presidente Collor não era o meu, e como o meu partido tinha um presidente, verdadei-

1374 Sexta-feira 20

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Abril de 1990

ramente, à época pensei em substituí-lo. Houve, no entanto, um apelo de todos os Companheiros, principalmente do Senador Raimundo Lira, que me disse nunca ter feito tal afirmação, embora o jornalista que veiculou a notícia tenha afirmado peremptoriamente, que S. Ex. disse e publicamente. Mas S. Ex. disse que ia permanecer no partido, que não ia dele desligar-se, pedindo para continuarmos. Submeti à Bancada, como submeti à Bancada agora, nesse instante, a questão da substituição. E, para tirar qualquer dúvida do caso, encaminhei a V. Ex. — Sr. Presidente, minha Bancada, hoje, tem 21 Senadores —, um requerimento com 12 assinaturas. Para quê? Para alcançar, se dúvida houver, ao disposto no § 2º, que vou reler:

"A substituição de Senador que exerce a presidência de comissão salvo na hipótese de seu desligamento do Partido" — e só isso chegaria — "que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva Bancada."

Tenho a autorização, ou determinação da maioria da Bancada e o art. 81, no seu § 2º, para a substituição.

De maneira que, Sr. Presidente, peço a V. Ex. convoque para quarta-feira a eleição da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, que neste momento se encontra vaga, em virtude dos dispositivos do art. 81. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Raimundo Lira — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Já é um diálogo. V. Ex. levantou uma questão de ordem, e foi respondida. Acho que não tem mais o que fazer.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Fica a crítica de V. Ex. me dar a palavra ao não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Ação que será repetir, suspenso o debate. A Mesa não decidirá neste momento. Vai examinar para dar uma decisão.

A convocação que pede o nobre Líder do PMDB é para quarta-feira, e estamos na quinta-feira.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Gostaria de acrescentar alguns subsídios, em função da palavra do Senador Roman Tio.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa é volante e dá a palavra a V. Ex. para que não se diga que houve cerceamento de qualquer direito de V. Ex.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PRN — PB. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, com relação à matéria publicada no jornal, naquela época, quando sei do Gabinete do Presidente Fernando Collor, então candidato, havia pelo menos, uma representação de 15 a 20 jornalistas.

Em apenas um jornal, apesar de a contravista ser na frente os jornalistas, apenas num jornal, no caso, o Correio Braziliense, foi pu-

blicado essa matéria, porque o próprio jornalista disse: "Senador, isso quer dizer que o Sr. vai fazer como o Senador Gerson Camata — vai manter a Comissão por interesse do Presidente Fernando Collor?"

Veja bem, inclusive já tinham atribuído, anteriormente, que esse mesmo caso seria atribuído ao senador Gerson Camata, numa outra Comissão não Permanente.

Então, foi uma pergunta direcionada que não tinha o menor sentido, não tinha nem como usar essa Comissão numa campanha, isso não tinha a menor expressão. De todos os jornais, o único a publicar foi o Correio Braziliense, e eu esclareci ao Líder que realmente aquilo não aconteceu, foi um equívoco do jornalista.

Com relação ao requerimento que o Senador Roman Tio apresentou, com 12 assinaturas, os Senadores do PMDB me disseram que S. Ex. chegou a esses Senadores dizendo que o cargo de Presidente da Comissão estava vago e que eles queriam a assinatura dos Membros do partido para indicar o novo Presidente. Até eu assinar esse requerimento, só que, ao meu entendimento, o cargo não está vago.

É esta questão que estou levantando, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex. a oportunidade de eu prestar este esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa decidirá oportunamente.

No momento a Mesa sente-se ao dever de fazer uma retribuição em homenagem a um Senador que aqui não está mais.

Quando V. Ex. se referiu ao saudoso Senador Filinto Müller, nós que o conhecemos no Senado e tivemos vários anos de convivência com S. Ex. sentimos que V. Ex. pronunciou, sem querer, uma injustiça. Como Senador e Líder do Governo, foi S. Ex. de uma atitude exemplar e posso dar a V. Ex. um testemunho alto disso. Quando aqui cheguei, em 1971, o Líder chamava Filinto Müller; éramos 7 contra 59 Senadores da Aliança, e o Senador Filinto Müller, em entendimentos com a Liderança do MDB de então, resolveu — e isso não estava no regimento, já que podia S. Ex. preencher todos os cargos — com muito pobreza, assegurar ao pequeno grupo dos 7 a 2ª Vice-Presidência do Senado Federal e, conseqüentemente, do Congresso Nacional.

Esta homenagem à memória tão discutida do Senador Filinto Müller deve ser reposta, porque, nesta Casa, S. Ex. não foi um representante da opressão, nem um representante a sustentar do Governo; foi S. Ex. um grande conciliador nesta Casa. (Palmas.)

O SR. RAIMUNDO LIRA — Sr. Presidente, peço a generosidade de V. Ex. para comentar a respeito da referência do Senador Filinto Müller. (Assentimento da Presidência)

Agradeço, fico sensibilizado com os esclarecimentos de V. Ex. porque são esclarecimentos de uma testemunha que viveceu com o Senador Filinto Müller. Avoquei apenas o fato histórico de aquele momento ser

uma ditadura militar e S. Ex., em determinado momento, representá-la.

É o que consta nos Anais, é o que consta nos livros de História recente do meu País, e começo a história do Senado através das referências históricas, que muitas vezes são injustas. V. Ex. agora faz essa retificação, que aceita de bom grado. Agradeço e fico com as referências que V. Ex. fez a respeito do Senador Filinto Müller.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passa-se, agora, à votação do Requerimento nº 71, de 1990, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1990 — Complementar.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Carlos Alberto — Sr. Presidente, peço verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É regimental o requerimento de V. Ex. Será feita a verificação solicitada pelo nobre Senador Carlos Alberto.

A Presidência vai suspender a sessão por 10 minutos, acionando as câmaras, para a chamada dos Srs. Senadores a Plenário.

O Sr. Juracy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex.

O SR. JURACY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, pergunto a V. Ex. se já foi atendido o número de apoios.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O requerimento tem que ser apoiado por três Senadores, mas acredito que o nobre Líder do PDC represente os três Senadores, além representa seis —, de modo que é dispensável o apoio.

O Sr. Jorjias Passarinho — Mas S. Ex. não é Líder.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mas está no exercício da Liderança.

O Sr. João Menezes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex.

O SR. JOÃO MENEZES (PDC — PA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o nobre Senador Carlos Alberto o fez em nome da Liderança do Partido Democrata Cristão, que tem sete representantes no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Líder é o Senador Moisés Abrão, e não está presente, com não estando presente, fica a Vice-Liderança o comando da Bancada. De modo que o pedido está deferido.

A Mesa suspenderá por 10 minutos a presente sessão, enquanto faz soar as câmaras.

1944 Sábado 12

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Maio de 1990

da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.295/90-0.

Resolve aposentar, voluntariamente, Manoel Pompeu Filho, Analista Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 320 e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal bem como o artigo 11, da Resolução nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 33/35 (trinta e três trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 11 de maio de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 73, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.132/90-4.

Resolve aposentar, voluntariamente, Theresia Carneira Souza Nóbrega, Assessor Legislativo, SF-A3-3, Parte Especial do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 515, inciso II; 516, inciso I; e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal bem como o artigo 11, da Resolução nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 11 de maio de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 74, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.289/90-1.

Resolve aposentar, voluntariamente, Cláudio Gomes Vial, Analista Legislativo, Classe "J", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 315, inciso II; 516, inciso I; 517, inciso IV e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal bem como o artigo 11, da Resolução nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 11 de maio de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 75, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 800.991/90-2.

Resolve aposentar, voluntariamente, Nelson Cleonides Botelho, Analista Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 320 e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal bem como o artigo 11, da Resolução nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 33/35 (trinta e três trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 11 de maio de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 76, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 904.149/90-4.

Resolve aposentar, voluntariamente, Hermano Franco dos Santos, Analista Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 320 e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal bem como o artigo 11, da Resolução nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 32/35 (trinta e dois trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 11 de maio de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 77, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora em sua 7ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de abril de 1990 e que consta dos Processos nº 012256/89-4, 014137/89-3, 015497/89-9 e 004535/90-1.

Resolve demitir, por justa causa, a servidora Leila Siqueira de Oliveira, Analista Legislativo, Classe "J", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal.

Senado Federal, 11 de maio de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

PORTARIA Nº 9, DE 1990

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais,

Resolve:

designar José Benício Favates da Cunha Melo, Assessor Legislativo, Antonio Carlos

Sindes Assessor Legislativo e Abayleon Ribeiro Pereira, Assessor Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Inquérito incumbida de apurar os fatos constantes dos Processos nº 003039/90-8 e 015107/89-2.

Senado Federal, 3 de maio de 1990. — Senador Mendes Cavale, Primeiro-Secretário.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS 7ª Reunião realizada em 9 de maio de 1990.

As dez horas do dia nove de maio de mil novecentos e noventa, na sala de reuniões da Comissão, Ajá Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jorge Bornhausen, com a presença dos Senhores Senadores: João Calmon, Severo Gomes, Márcio Abreu, Cid Sabóia, Odécio Soares, Lourenço Baptista, José Richa, Ináguas Costa Jr., Márcio Lacerda, Mário Covas, José Fogaça, Ronaldo Aragão, Ronei Tito, Jamil Haddad, Dirceu Carneiro, Meira Filho, Luiz Viana Filho, Manoel de Lacerda, Teodoro Vilela Filho, Raimundo Lira, Carlos Alberto, Leite Chaves e Francisco Roldenberg, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores: Adalberto Bezerra, Edson Lobão, Marcondes Gadelha, Cláudio Pittes, Carlos De Castro, Roberto Campos e Maurício Corrêa. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispondo a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir, o Senhor Presidente comunica que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, condecorado e palavra ao Senhor Senador Ronei Tito para uma questão de ordem. Prosseguindo, o Senhor Presidente dá início à votação, convidando os Senhores Senadores José Richa e Márcio Lacerda para escrutinarem. Procedida a votação, os Senhores Senadores Jorge Bornhausen comunica que o Senhor Senador Severo Gomes foi eleito Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; tendo votado a favor e sete Senhores Senadores, registraram-se dezesseis votos favoráveis, dois votos nulos e um voto em branco. Em seguida, o Senhor Senador Jorge Bornhausen cumprimenta o Senhor Senador Severo Gomes, e o convida a assumir a direção dos trabalhos. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Raimundo Lira. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Jorge Bornhausen, relator do PLS nº 190/89, para que leia o seu parecer. Não havendo quem queira fazer uso da palavra, o Senhor Presidente procede à votação da matéria, sendo aprovado o parecer do relator nos termos das emendas que apresenta e contrário às Emendas de Plenário de nº 1 e 2. Constatando a ausência de quorum, o Senhor Presidente encerra a reunião às onze horas e cinquenta minutos, lavrando em, Dirceu Viana Machado Filho, a presente Ata que, lida e pelo Senhor Presidente. — Senador Severo Gomes, Presidente.

1452 Quarta-feira 25

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Abril de 1990

as coisas mais esdrúxulas, com as coisas mais infantis, com as coisas mais sem nexo. Foi um prazer, e depois do almoço, faz bem e achamos graça. Teve a cooperação do eminente Senador Jamil Haddad. Mas o nobre Senador Jamil Haddad é natural, porque S. Ex^a está sempre com o seu realce pronto e é repetido a mesma coisa. É a sua norma de luta, o seu posicionamento é o mesmo. S. Ex^a tem um ponto fixo e o defende — faz muito bem em defender aquilo que entende, mas não vai desse diapason abandonando o principal e ficando no varejo.

Então, o que verificamos em todo isso é que há uma falha completa, há um desprezo até, digamos assim, do Congresso. Ao invés de discutir o Plano, ao invés de mostrar o que existe de bom e o que existe de errado no Plano, ao invés de apresentar uma tese e preparar um assunto para que possa, realmente, apontar os seus erros, não vem falar que o Presidente anda de supersônico, de avião, que joga futebol além da prática de outros esportes.

O que nós queremos e o que o povo deseja é o que o Presidente tem feito. O povo está alegre e está satisfeito com o que o Presidente faz. Esta é a realidade. As pesquisas estão aí para comprovar. Não é à-toa, é porque está sentindo os reflexos que, embora duros, que estão afetando até o nosso próprio bolso, a nossa pátria economia, o nosso sistema de vida, mas o povo está confiante, porque há uma mudança geral e todos estão querendo imitar o Presidente. Vemos que os Governadores, o Presidente da Câmara, todos querem imitar o Presidente. Parece que Sua Excelência está agindo certo, e tanto é verdade que todos querem imitá-lo.

Quando um cidadão quer que seus atos tenham alguma repercussão, ele faz alguma coisa que o Presidente já fez. No Atre, em Sergipe ou em qualquer outro lugar, a choroceira é a mesma e a imitação é a mesma. O que não vejo e o que não vi até agora foi alguém trazer fato novo, mostrando concretamente que esse programa, na sua parte monetária, na sua parte administrativa, falhou.

Quem pode negar o que o plano representa na parte econômica? Ninguém pode negar o que está representando, o que está fazendo, o que está refletindo na parte administrativa. O déficit público, hoje, quase já não existe. Com um mês ele desapareceu. Neste instante, gostaria que aqueles que contestam Sua Excelência, que o chamam de ditador, que empregam outros epítetos viessem mostrar alguma coisa contrária. Quero saber por que os juros estão lá embaixo, os juros não subiram mais, estão amarrados lá embaixo; isso ninguém fala, ninguém explica, ninguém diz. Recombro que o plano é difficilimo; não é difícil fazer-lo, mas é difícil dirigí-lo. Se o plano for bem dirigido e se não houver contrapelo pelo meio ele irá produzir resultados.

Todos reclamávamos da situação em que o País vivia. Reclamávamos da insegurança financeira, econômica e social. Incluíve até o nosso Presidente, o meu amigo, o nobre Senador Pompeu de Sousa, que do governo

do Jânio, como velho jornalista do Diário Carioca, fazia seus bilhetinhos, hoje está repetindo a história de 40 anos. Mas agora não deve, apesar de sua rutilante inteligência. Agora é diferente, agora é a vez do Brasil Novo. O que queremos é viver a nova realidade. O povo não pode mais viver de aredores. O povo tem que sentir que está sendo comandado. Ele tem que sentir que há no comando um governante que deseja acertar, que precisa acertar e que precisa de cooperação.

Antes de terminar, embora não tenha alcançado o mesmo tempo ocupado por S. Ex^a, o Sr. Presidente Pompeu de Sousa...

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa.) — Fazendo soar a campainha. — Compete à Mesa esclarecer que V. Ex^a já dobrou o tempo que dispunha como Líder. É o que nos advierte a cronometragem da Mesa. E não o adverti antes, porque eu estava sendo objeto dos comentários de V. Ex^a — comentários que muito me desvaneceram.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito obrigado. V. Ex^a também me causou muita alegria com esta interrupção. E, sobretudo, é muito difícil V. Ex^a querer que eu fale só por 5 minutos, quando falio 40.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa.) — Não falei como Líder. Falei como orador inscrito.

O SR. JOÃO MENEZES — Não vamos discutir esse assunto, porque não adianta. O que adianta é discutir o que é válido, e discutir o plano, sem nos privar da alegre intervenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa.) — Mesmo porque V. Ex^a não pode discutir com a Mesa. O seu tempo está esgotado. Por isso, peço à V. Ex^a que concorde.

O SR. JOÃO MENEZES — Vou atender à V. Ex^a e espero contar com a sua benevolência citando uma passagem de Maquiavel:

"Teus inimigos são todos que se julgam ofendidos com o fato de estares ocupando o Principado. Do mesmo modo, não podes ter por amigos os que ali te colocaram, porque não podem ser satisfeitos como desejavam."

Essa é uma frase interessante para este meu modesto final de discurso, sob a batuta e orientação de meu grande amigo, de quem sou admirador, o nobre Senador Pompeu de Sousa. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. João Menezes, o Sr. Antônio Luiz Maya, Suplente de Secretário deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3^o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa.) — Felizes os amigos do Príncipe! Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA PRO-NUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

DURANTE O DISCURSO DO SR. HUMBERTO LUCENA, O SR. POMPEU DE SOUSA, 3^o SECRETÁRIO, DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA, QUE É OCUPADA PELO SR. NELSON CARNEIRO, PRESIDENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro.) — A Mesa vai decidir a questão de ordem levantada pelo nobre Senador Raimundo Tito, relativamente à Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O nobre Sr. Senador Raimundo Lira foi, na vigência do atual Regimento Interno, eleito Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, quando integrava a Bancada do PMDB. Posteriormente, dela se desligou voluntariamente, para se filiar a outra legenda partidária. O Líder do PMDB, requer, por escrito, à Mesa, a fixação de data para eleição do novo Presidente, juntando documento comprobatório do assentimento da maioria da Bancada de seu Partido. Continuando na Comissão como representante dos pequenos partidos, o nobre Senador Raimundo Lira alega que, eleito Presidente pela maioria da Comissão, deixou de ali representar um Partido mas a vontade majoritária da Comissão. Nesse sentido oferece esclarecimentos favoráveis à sua postulação.

Cabe à Mesa decidir a questão, o que para a fazer.

Aprovado em 1989 o atual Regimento Interno, foi constituída a Comissão de Assuntos Econômicos. Entre seus membros foi incluído, por indicação da Liderança do PMDB, o nobre Sr. Senador Raimundo Lira, depois eleito Presidente do órgão.

A vigência do atual Regimento pôs termo, sem decisão, à namorosa controvérsia de saber se um membro de Comissão Permanente, eleito Presidente, poderia ou não, por indicação da Liderança do Partido a que continuava filiado, ser afastado da função a que fora elevado pelo voto dos membros do órgão.

Desde maio de 1989, a hipótese passou a ser disciplinada pelos arts. 79 a 82 do atual Regimento Interno:

"Art. 79. No início de cada legislatura, os líderes, uma vez indicados, reunir-se-ão para fixar a representação numérica dos Partidos e dos Blocos Parlamentares nas comissões permanentes.

Art. 80. Fixada a representação prevista no artigo anterior, os líderes entregarão à Mesa, nas quaranta e oito horas subsequentes, as indicações dos titulares e suplentes das comissões.

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o Presidente fará a designação das comissões.

Art. 81. O lugar na comissão pertence ao Partido ou Bloco Parlamentar, competindo ao Líder respectivo pedir, em documento

Abril de 1990

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Quarta-feira 25 1453

escrito, a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado.

§ 1º A substituição de membro da comissão que se desligar do Partido ao qual pertence o lugar na comissão, não alterará, até o encerramento da sessão legislativa respectiva, a proporcionalidade anteriormente estabelecida.

§ 2º A substituição de Senador que exerce a Presidência de Comissão, salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser provida de autorização da maioria da respectiva bancada.

Foi então fixada a representação numérica dos Partidos nas Comissões Permanentes (art. 79) e designados seus respectivos titulares e suplentes (art. 80).

Em consequência das referidas disposições regimentais, parece a esta Presidência fora de qualquer dúvida:

1 — o lugar na Comissão pertence ao Partido ou Bloco Parlamentar (art. 81);

2 — O Líder poderá pedir "em documento escrito, a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado" (art. 81, caput);

3 — a substituição do membro que se desligar do Partido ao qual pertence o lugar na Comissão, não alterará a proporcionalidade antes estabelecida, até ao encerramento da respectiva sessão legislativa (art. 81, § 1º);

4 — a substituição de Senar que exerce a Presidência da Comissão e que continua filiado ao Partido que o indica, depende de prévia autorização da maioria da respectiva bancada partidária (art. 81, § 2º) para ser atendido o pleiteado pela Liderança. Cabe-se assim o arbólio do Líder;

5 — se o Senador eleito Presidente, como integrante de um Partido ou Bloco Partidário, dele se desligar voluntariamente, perderá o cargo, sem necessidade de autorização da maioria da respectiva bancada (art. 81, § 2º) desde que o requerer o respectivo Líder.

A conclusão se impõe ainda diante do fato de serem também as direções das Comissões Permanentes distribuídas, no começo da legislatura, pelos Partidos e Blocos Partidários, sem que essa prática tenha encontrado até hoje qualquer oposição. O desligamento voluntário do Presidente de uma Comissão Permanente importaria em quebra dessa tradicional proporcionalidade.

Em consequência, defiro o pedido do nome Líder do PMDB e convocó a Comissão de Assuntos Econômicos para a eleição de seu Presidente às 10 horas de quarta-feira, 25 do corrente, na sala de reuniões da dita comissão.

É a decisão da Mesa.

O Sr. Raimundo Lira — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PRN — PS. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Retorno da decisão de V. Ex. à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai enviar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o requerimento de V. Ex., sem efeito suspensivo.

Não há, na hipótese, uma questão constitucional. Havendo questão constitucional é que esse recurso tem, pelo Regimento, efeito suspensivo.

Diz aqui, no art. 408:

"Havendo recurso para o Plenário, sobre decisão da Mesa em questão de ordem, é lícito ao Presidente solicitar a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a matéria, quando se tratar de interpretação de texto constitucional.

§ 1º Solicitada a audiência, fica sobrestada a decisão.

§ 2º O parecer da Comissão deverá ser proferido no prazo de quarenta e oito horas, após o que, com ou sem parecer, será o recurso incluído em Ordem do Dia para deliberação do Plenário."

A Mesa decidiu na forma regimental. Não houve necessidade de invocação de dispositivo constitucional.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Mas o que invoquei no requerimento anterior a V. Ex. foi que a Constituição considera como inviolável o mandato eletivo. E aconteceram dois casos aqui na Casa, do Primeiro Vice-Presidente do Senado, que saiu do PMDB para o PDT e que, segundo interpretação da Liderança, o lugar pertencia também ao PMDB, e do Sr. Senador Mendes Canale, 1º Secretário da Mesa que saiu do PMDB e ingressou no PSDB.

A questão que levarei foi constitucional, da inviolabilidade do voto, considerando que o Plenário da Comissão é a extensão do Plenário do próprio Senado Federal. São 25 Srs. Senadores que compõem aquele Colegiado, e que tem, segundo a própria Constituição Federal, poderes para aprovar lei terminativa e há naquele Colegiado são representados todos os Partidos. Se V. Ex. toma essa decisão que, inclusive, não está prevista no Regimento, está infringindo uma questão constitucional. Eu peço, portanto, que seguindo a tradição — conforme falou V. Ex., que a minha permanência na Presidência quebra a tradição, eu digo que não quebra, porque já houve um precedente aqui, com a Comissão do Sr. Carlos Chiarelli — peço que V. Ex. aceite o meu recurso com efeito suspensivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Eu explico o equívoco em que V. Ex. incide. O novo Regimento incluiu esse § 2º, exatamente por causa do problema do Senador Carlos Chiarelli. S. Ex. continuava no mesmo partido, dele não se desligou; o Partido é que discutiu a viabilidade de ele continuar ou não na Presidência. Foi um debate que se travou dentro do Partido; repito, ele não saiu do Partido. A hipótese de V. Ex. é diferente, V. Ex. deixou o Partido; isso ocorre-

do, o Líder pode pedir a substituição de V. Ex., é inteiramente diferente.

A comparação a que V. Ex. se refere entre os membros da Mesa e os membros da Comissão é diferente inclusive porque, no caso, não houve requerimento de afastamento da Vice-Presidência ou do Senador que se desligou do Partido, como também não houve requerimento de afastamento do 1º Secretário.

Não tendo havido nenhum requerimento nesse sentido, a Mesa não poderia efetivar afastar o Senador. Para isso é que existe o Líder. O Regimento exige que haja a iniciativa do Líder. Se o Líder concorda, não há de ser o Presidente da Mesa que vai tomar essa providência.

No caso de V. Ex., houve um requerimento formulado pelo Líder do Partido a que V. Ex. se peticencia.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Sr. Presidente, não houve esse requerimento, porque o problema foi resolvido a nível de Mesa. V. Ex. mesmo participou e pacificou o clima que havia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O clima é uma coisa, o requerimento é outra, Senador.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Quero dizer a V. Ex. o seguinte: no acordo de liderança, no âmbito das Comissões desta Casa, a Comissão do Distrito Federal, por acordo de cavalheiros, ficou com o PDT. E o candidato foi o Senador Maurício Corrêa.

No entanto, o Senador Mauro Benevides, utilizando de um direito que tinha de se candidatar livremente — como esse direito pertencia a qualquer Senador da Casa — candidatou-se. Disputou com o Senador Maurício Corrêa numa pleito democrático, ganhou a eleição e, no entanto, não me consta que o Líder, Senador Maurício Corrêa, tenha recorrido dessa decisão porque a Comissão pertence ao PDT.

Estão aqui os dois protagonistas deste episódio. Então, eu não posso aceitar, porque considero isso uma cassação. V. Ex. foi pressionado sistematicamente pelo Líder do PMDB — isso eu presencié, S. Ex. foi várias vezes no seu gabinete — e V. Ex. sabe que o Regimento Interno da Casa é um regulamento incerto, mas há questões muito maiores no momento em que ele conflita com a questão constitucional, não tem validade. Inclusive, nesse capítulo, não está nem prevista a saída do Vice-Presidente. Isso quer dizer que o Vice-Presidente é intocável. O regimento foi tão mal elaborado que nem previa a saída do Vice-Presidente, que está aqui no meu lado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Respondo a V. Ex. No caso da Comissão do Distrito Federal, o nome Senador Maurício Corrêa não interpele qualquer recurso e aceitou a decisão do Plenário da Comissão. V. Ex. não está impedido de comparecer à reunião para eleição do novo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e ter eleito Presidente, mas não mais como represen-

1454 Quarta-feira 25

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Abril de 1990

tante do PMDB, e sim como representante do Partido a que V. Ex. está hoje filiado. Embora esteja destinado ao PMDB, se a maioria da Comissão entender o contrário, a ele terá que se render o Partido, qualquer que ele seja.

Quanto à pressão, sobre Senador, V. Ex. sabe que muitas pressões, tanto de um lado quanto do outro, todos nós sofremos, mas a Presidência procurou colocar a questão dentro do Regimento. O texto do art. 81, § 2º, foi exatamente para resolver a questão surgida com o problema do Senador Carlos Chierelli. Se S. Ex. continuasse no Partido, para que fosse destituído seria preciso que a maioria absoluta do Partido indicasse a sua substituição. Mas, no caso de ele ter deixado o Partido, não era necessário isso bastaria a indicação do Líder. No caso atual desnecessária seria a indicação da maioria da Comissão. V. Ex. concorre à eleição e será eleito se assim decidir a maioria.

O Sr. Jorge Bornhausen — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O Sr. Presidente (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Ex.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL — SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, devo dizer a V. Ex. que, como Vice-Presidente da Comissão, deixei de convocá-la por motivo muito simples.

Na mesma data e reunião em que foi incluído o outro nome da Comissão, o nome do Presidente foi mantido por outro Partido.

No meu entender, não houve, portanto, a saída do Senador Raimundo Lira da Comissão. Não tendo S. Ex. saído da Comissão, naturalmente, permaneceu na Presidência. Ao fazê-lo, já que a Vice-Presidência não manifestou nenhuma intenção expressa de renúncia, não poderia haver a convocação. Agora, surpreende-me a convocação de uma reunião da Comissão pela Presidência, uma vez que o art. 89, letra g, do Regimento, diz que compete ao Presidente da Comissão convocar suas reuniões extraordinárias.

No caso, se a Mesa está considerando a vacância do cargo, cabe ao Vice-Presidente convocar, e não ao Presidente da Casa. Ocorre que, amanhã, há uma reunião convocada neste mesmo horário, e convocada unanimemente pela Comissão, para um convidado especial prestar um depoimento. Não vejo como a Presidência da Casa ir fazer uma convocação extraordinária que cabe ao Presidente. Se a Mesa considerar o cargo como vago, cabe ao Vice-Presidente em exercício convocar oportunamente em função daquilo que já está em transição na Comissão.

Por isso, entendo que a Presidência deve voltar atrás na convocação da Comissão, por que esboritou de suas funções.

O Sr. Presidente (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Ex.

Como é, o art. 81, § 2º, diz:

"A substituição de Senador que exerça presidência de Comissão, salvo na hipó-

tese de seu desligamento do partido que ali representar — e, evidentemente, que o Senador foi desligado do Partido que ali representava — deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva Bancada".

Excluído-se a expressão "salvo", se diz: "A substituição de Senador que exerça a Presidência de Comissão (...) deverá ser precedida de autorização de maioria da respectiva bancada".

Há uma hipótese em que não é necessária essa autorização, que é aquela do desligamento do Senador do Partido que ali representar.

Tendo S. Ex. mudado de Partido e a Liderança, ainda com o apoio da maioria da bancada, pedido seu desligamento, evidentemente que ficou vago o lugar do Presidente. Isso ocorrendo, cabe não a V. Ex., parece, mas à Mesa, marcar o dia da convocação.

Se V. Ex. reivindica o direito de marcar o dia da convocação, a Mesa gostaria que V. Ex. citasse o dispositivo que manda que seja V. Ex. a marcar.

O SR. JORGE BORNHAUSEN — Sr. Presidente, o art. 89 estabelece:

Art. 89. Ao Presidente de Comissão compete:

g) convocar as suas reuniões extraordinárias, de ofício, ou a requerimento de qualquer de seus membros, aprovada pela Comissão".

É uma economia interna da Comissão, e não uma decisão de Mesa.

A convocação de uma reunião extraordinária é, pela letra g, do art. 89, incumbência do seu Presidente; na ausência deste, cabe ao Vice-Presidente convocar a reunião.

V. Ex. fez uma convocação para um horário em que já existe uma reunião normal, com um convidado na Casa.

Entendo que V. Ex. ao decidir o requerimento do Sr. Senador Romão Tito, embaixador Líder do PMDB, não poderia de forma alguma marcar, mas, sim, oficial à Comissão para que o Vice-Presidente marcasse a reunião e a respectiva eleição.

O Sr. Maurício Corrêa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O Sr. Presidente (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Ex.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Pela ordem sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, trata-se do mesmo assunto.

Na verdade, V. Ex. já resolveu a questão de ordem. O Senador Raimundo Lira pertence ao PMDB, o Líder do PMDB convocou a Bancada e promoveu a substituição do Senador.

O que me parece é que, no que diz respeito à continuidade dos trabalhos da Comissão, V. Ex. permite-se — deveria reformular a sua decisão.

No que tange à questão do Senador Raimundo Lira, a Bancada decidiu. Mas há

um Vice-Presidente, em pleno exercício da atividade e, portanto, nos impedimentos do Presidente, exerce ali aquilo que lhe compete.

Seis o caso de, não obstante prevalecer a decisão de V. Ex. com relação à data dessa reunião que vai escolher o novo Presidente, não se prejudicar os trabalhos normais da Comissão, já que há uma programação e, realmente, a letra fria do art. 89 determina que os trabalhos obedeçam àqueles critérios, inclusive a sua competência.

No que tange, especificamente, à questão do senador Raimundo Lira, V. Ex. recebeu recurso de S. Ex. com efeito meramente devolutivo. A minha indagação, sem prejudicar o que faltei a respeito do Vice-Presidente em exercício, se prende ao fato de a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania entender que acolhe razão ao Senador Raimundo Lira em permanecer na presidência. Há, de outro lado, uma argumentação muito sólida, Sr. Presidente, que é, exatamente, aquela parte que não pertence ao PMDB que escolheu também, que votou no Senador Raimundo Lira.

Entretanto, não quero interferir na decisão de V. Ex. tomou a decisão e eu a respeito. Gostaria que, ao acolher o requerimento, o efeito dado fosse o suspensivo; V. Ex. não entendeu. Entretanto, no que tange à questão do Vice, penso que seria uma intromissão indevida da Presidência querer determinar, inclusive, um horário que coincida com o que S. Ex. convocou; tomar essa decisão viola exatamente a autonomia da Comissão de Assuntos Econômicos.

Estou de acordo com V. Ex.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa esclarece que não havia sido comunicada a respeito da reunião marcada para amanhã e que haveria convidadas. O Presidente não tem conhecimento de tudo o que ocorre nas Comissões, inclusive neste tempo tumultuado que vivemos no Congresso. De modo que não tinha notícia de que havia reunião marcada para amanhã para ouvir um determinado convidado.

A Presidência tem o propósito de acertar, não se julgar infalível nas decisões que tomar. O requerimento do Líder do PMDB foi no sentido de que se marcasse para amanhã. Como não havia notícia de reunião extraordinária e a Mesa deveria estar presente a uma eleição da Comissão, a Mesa marcou para esse horário. Mas, não há constrangimento algum em permitir que seja o Vice-Presidente que convoque essa sessão extraordinária para eleger o futuro Presidente, que pode ser, inclusive, o próprio Senador Raimundo Lira, se por acaso obtiver o voto da maioria da Comissão.

A Mesa não se dimidiou quando acolhe o bom atendimento da Casa.

O Sr. Jorge Bornhausen — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O Sr. Presidente (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex.

Abril de 1990

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Quarta-feira 25 1455

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL — SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu agradecerá ao Presidente, para o bom andamento dos trabalhos da Comissão, em primeiro lugar, o acatamento ao que diz o Regimento, no sentido de não termos nenhum conflito na administração da Comissão. Mas, evidentemente, o Senador Maurício Corrêa levanta um problema na minha opinião, procedente; se fizermos uma eleição amanhã ou depois de amanhã a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e tivermos um resultado diferente do pensamento da Mesa, teremos um novo problema.

Então, o que eu apelaria a V. Ex. é que solicitasse à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania que se reunisse amanhã e decidisse o problema, para que, em seguida, fôssemos a reunião, a fim de evitar que realizamos uma eleição e depois tivéssemos essa eleição anulada.

Então, como temos uma reunião normal com o Presidente da Antevés o Dr. Jacy Mendonça, convidado para falar sobre o problema da indústria automobilística, que é da mais alta importância neste momento em face do plano econômico vigente. Poderia haver amanhã uma reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de examinar e decidir sobre o recurso do Senador Raimundo Lira. Se a referida Comissão viesse a manifestar a sua concordância jurídica com a decisão da Mesa, eu imediatamente faria a convocação da reunião para eleição do Presidente. E se a Comissão entendesse de forma diferente da Mesa, continuáramos os trabalhos normais sob a Presidência do Senador Raimundo Lira.

É esta a sugestão que faço à Presidência da Casa.

O Sr. Jairton Passarinho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, assim como V. Ex. disse não ter validade alguma nas decisões que toma, entendendo que está deve ser uma norma de todos nós.

O que se passa, na questão de ordem que V. Ex. decidiu, é que o fez baseado exatamente no texto regimental. Tenho muito apreço pelo meu colega Senador Raimundo Lira, mas, todos sabemos, como V. Ex. salientou, que foi o efeito "Chiarini", por exemplo que se reproduziu no Regimento atual de maneira a fazer com que a perda da posição na comissão se fizesse, ora pela mudança de Partido, ora pela decisão do Líder, desde que ouvida a Bancada.

Ora, V. Ex. deu a decisão. O recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não pode ser suspensivo pelo próprio texto do Regimento.

Na última colocação feita pelo nobre Senador por Santa Catarina, parece que S. Ex.

se esquece de que, entre a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidir, e a reunião que a Comissão teria de fazer — convocada por S. Ex. o Senador Bornhausen — haveria necessidade de se ouvir o Ministério, porque a Comissão não vai decidir isto sozinha. Na hora em que V. Ex. recorre à Constituição, ou há um recurso que V. Ex. aceita para a mesma, a Comissão manda seu relatório e este vem ao Plenário, o qual ainda teria também que opinar. Nesse caso, a ideia de gastar tempo, que foi colocada pelo Senador Jorge Bornhausen, não teria sentido.

De modo que a minha impressão, Sr. Presidente, é que de fato cabe ao Senador Jorge Bornhausen a razão quando S. Ex. reclama do fato de que havendo um Vice-Presidente no exercício, a Mesa determine a data da reunião. Neste ponto, estou inteiramente de acordo com S. Ex. Acho que, evidentemente, é como se faz no início das sessões. Como é que se faz? Discute-se entre os Partidos e dividem-se as comissões. De acordo com a proporcionalidade dos partidos, o presidente é eleito e designa um relator em comissão mista, que seja; e no caso das comissões permanentes são estas que fazem a eleição.

Em regra se respeita a proporcionalidade. Ora, estas eleições são feitas no início das atividades do período legislativo, ou melhor, da legislatura, no caso. Então, não poderia evidentemente caber à Mesa determinar que a Comissão fizesse a reunião. Mas foi nestes termos que o Líder do PMDB pediu a V. Ex. e V. Ex. naturalmente definiu porque o Líder do PMDB assim o fez.

A minha impressão é que V. Ex. deu a decisão; a decisão da questão de ordem foi respeitada pelo Senador Maurício Corrêa, que levantou um ponto de vista que, no meu julgamento, não tem o mesmo peso específico que foi a ele dado pelo Senador Jorge Bornhausen. Não interessa que outros tenham votado com o Senador Raimundo Lira, não sendo do seu partido, porque isto era exatamente a concordância que tínhamos, de proporcionar ao Partido majoritário aquela presidência. Então, V. Ex. já abriu uma perspectiva muito grande. É que se o Senador Raimundo Lira conseguir a maioria dos votantes, S. Ex. será o Presidente, a despeito da proporcionalidade das Comissões. E, aliás, no Regimento se não estou equivocado, diz assim: "sempre que possível". Então, aí seria um caso excepcional.

Agora, submeto V. Ex. a transformar o recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como sendo suspensivo é que, no caso me parece que não cabe.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Ex. A Mesa mantém a sua decisão.

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É para uma questão final sobre a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Pois não. Concedo a palavra a V. Ex.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a decisão de V. Ex., salvo se for reformada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou pelo Plenário, formará jurisprudência. Não estou desajeitado de tomar parte de um lado ou de outro, quero apenas suscitar uma dúvida que me ocorre.

É que, vamos admitir que na sessão da Comissão da Ordem Econômica, convocada por V. Ex. ou pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência, nessa sessão seja eleito um novo Presidente. Em seguida vem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou o Plenário e declara que a eleição não deveria ter sido feita e sim continuar no exercício da Presidência o Senador Raimundo Lira.

Como ficará então a situação, tendo sido eleito o novo presidente e eventualmente já tendo assumido a Presidência da Comissão? Ficará desleita?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É claro. Se amanhã for julgado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o Plenário aprovar o parecer, evidentemente que tem que se cumprir o que determinar o Plenário; a Mesa se renderá à decisão do Plenário, e a Mesa não tem nenhuma questão pessoal, apenas examina uma hipótese de direito em face do Regimento e decide. Não há nenhum obstáculo a isso. O que há é que a Vice-Presidência não pode convocar para amanhã uma reunião de eleição, porque inclusive tem que dar o prazo necessário para que todos os membros da Comissão sejam avisados.

Dai por que a Mesa mantém o seu ponto de vista. A decisão foi dada, o requerimento do nobre Líder do PMDB é atendido em parte para determinar o ajustamento, da Presidência, do ilustre Senador Raimundo Lira e o Vice-Presidente em exercício convocará, na forma do Regimento, reunião para eleges e substitua.

Agora, quanto ao efeito suspensivo, não há motivo para dar; o efeito é devolutivo; se amanhã a decisão for contrária, a ela nos renderemos todos, Mesa, PMDB, Senador Romar Tito e todos os Srs. Senadores.

De modo que não há nenhuma dificuldade neste caso.

O Sr. Jorge Bornhausen — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL — SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo havido a decisão de V. Ex., entendo que dentro do art. 88, § 4º, temos, a partir da decisão de V. Ex., Sr. Presidente, cinco dias para realizar essa eleição.

1456 Quarta-feira 25

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Abril de 1990

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se V. Ex.^a está lendo no Regimento é a prova de que V. Ex.^a pode fazer!

O SR. JORGE BORNHAUSEN — Apelo novamente a V. Ex.^a, que solicite à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que veja se é possível examinar o recurso antes dos cinco dias, para evitarmos conflitos futuros.

Era o que tinha a solicitar a V. Ex.^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.^a está fazendo um apelo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania contra o qual nada tem a opor a Presidência da Casa.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE, Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania devo comunicar a V. Ex.^a que numa de nossas últimas reuniões contamos com a presença do Senador João Calmon e S. Ex.^a manifestava-se, naquela oportunidade, muito desgostoso, porque com as convocações extraordinárias da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tornava-se impossível a reunião da Comissão de Educação.

Então, a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vem evitando, ao máximo, convocar reuniões extraordinárias, principalmente, se recaem na quarta-feira, quando invalidam totalmente a possibilidade de reunião da Comissão de Educação, porque os membros são coincidentes em grande número.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania logo que recebe de V. Ex.^a o recurso do Senador Raimundo Lira necessará imediatamente relator e examinará a matéria na primeira oportunidade de sua reunião regimental. Não há como fazer antes por causa dos horários das comissões, de tal sorte, que qualquer reunião extraordinária de uma, invalida a possibilidade das outras comissões.

O que acho que deveria ser feito, com muita razão e com muita prudência, é que a Mesa autorizasse a Comissão de Economia para que só convocasse a sua reunião eleitoral para depois da decisão do Plenário sobre a consulta que será feita à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque esta será jurisdicada como órgão consultivo e não deliberativo.

A consulta de V. Ex.^a V. Ex.^a será feita. Naturalmente, V. Ex.^a ouvirá o Plenário, e, somente depois da decisão deste é que teremos uma deliberação. E a deliberação será do Plenário.

Desta forma, seria conveniente que a Mesa autorizasse a Comissão de Assuntos Econômicos a somente realizar as eleições após isso,

o que equivalaria, talvez, ao efeito suspensivo, que V. Ex.^a, neste momento, foge de conceder. Mas é a razão, porque, nesta semana, não poderá ser feita a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; não haverá tempo. Na próxima semana, com toda certeza, faremos a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não sei o que será mais conveniente a V. Ex.^a, Sr. Presidente, mas quero apenas, respondendo ao apelo do nobre Senador Jorge Bornhausen, dizer que será impossível uma reunião extraordinária, salvo se invalidarmos, outra vez, a reunião de outras comissões. É isto que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania está fugindo, exatamente para não criar esse problema, notadamente com a Comissão de Educação.

Era o que tinha a informar a V. Ex.^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O efeito suspensivo não é possível dar, porque o Regimento não o permite; apenas o efeito devolutivo.

O prazo de cinco dias, com ou sem parecer da Comissão, deve ser cumprido e foi invocada, aqui, a letra do Regimento pelo nobre Vice-Presidente da Comissão, que vai presidir os trabalhos.

De modo que não posso alterar nem o prazo de cinco dias nem o efeito dado ao recurso. Dentro de cinco dias, a Mesa espera que o ilustre Senador Jorge Bornhausen convoque. Se amanhã a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania modificar a decisão, cumprir-se-á a decisão que for aprovada pelo Plenário.

Esta questão está encerrada. Temos outras questões de ordem a decidir.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Ainda sobre esta questão?

O Sr. Jutahy Magalhães — Não. É sobre outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA, Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ontem levantei uma questão de ordem, para a qual não sei se V. Ex.^a iria dar resposta, que perdeu o sentido com a explicação dada pelo nobre Senador Edison Lobão de que, no caso de Floriano, o Governador teria renunciado para ser candidato ao Senado.

Por isso, a minha questão de ordem levantada ontem fica sem efeito.

O Sr. Jamil Haddad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É sobre a segunda questão de ordem?

O Sr. Jamil Haddad — Não. É um novo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Estou decidindo uma questão de ordem

levantada ontem pelo nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Jamil Haddad — Desejo fazer uma indagação à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ, Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de saber se a Ministra da Economia já marcou dia e hora para comparecer a esta Casa, após a aprovação do requerimento, há cerca de 15 dias, para que viesse ao plenário do Senado.

Gostaria de saber de V. Ex.^a, indagando à Mesa, se a Ministra...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa dará a resposta a V. Ex.^a assim que tenha os esclarecimentos, porque, como V. Ex.^a disse, o requerimento foi aprovado há 15 dias.

A segunda questão de ordem foi levantada pelo nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, sobre a permanência na direção dos trabalhos do Governo do Distrito Federal pelo atual Vice-Governador.

Creio que a solução foi dada pelo nobre Senador Maurício Corrêa, quando, apartando S. Ex.^a, declarou o seguinte:

"Quero dizer a V. Ex.^a ser o Sr. Wanderley Valhira Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador. Governador S. Ex.^a não é, é Vice-Governador no cargo de Governador, no impedimento ou na ausência."

De modo que nem a Constituição nem nenhuma lei fixa o prazo. S. Ex.^a é Vice-Governador com as mesmas exigências que se dá para o Governador. O Vice-Presidente da República é eleito pelo art. 73 com as mesmas exigências do Presidente da República, com os mesmos requisitos que marcam a escolha do Presidente da República. Também o Vice-Governador é escolhido com os mesmos requisitos do Governador.

As duas situações são iguais, o que ocorre é que S. Ex.^a não foi nomeado Governador, é apenas Vice-Governador em exercício e esse exercício ocorre, no momento, por impedimento ou por vacância do cargo. Não há nenhum dispositivo regimental que obrigue o Presidente a indicar no prazo de 10 ou 15 dias o substituto do Governador que renuncia.

Assim, por enquanto, V. Ex.^a tem razão em parte, quando se insurge contra a denominação de Governador.

Aceito a tese do Senador Maurício Corrêa de que o atual Vice-Governador continua Vice-Governador no exercício de Governador, mas não é o Governador. Isso não impedirá que o Presidente da República envie um nome para ser Governador.

De modo que esta questão de ordem, com a devida vênia de V. Ex.^a, que é o mestre de todos nós, compre-se decidir nesta oportunidade.

03050 Sexta-feira 24

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Janeiro de 1997

presentes. Nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente, às onze horas e trinta minutos, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata.

Sala de Reuniões, em 16 de janeiro de 1997.


Senador José Sarney
Presidente

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 1997, ÀS 10:43 HORAS.**

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia quinze de janeiro de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador GILBERTO MIRANDA BATISTA e com a presença dos Senadores Osmar Dias, Jefferson Peres, Vilson Kleinübing, Valmir Campelo, Romeu Tuma, Lauro Campos, Gilberto Miranda, João Rocha, Jonas Pinheiro, Arthur da Távola, Ney Suassuna, Júnia Marise, Roberto Requião, Francisco Escórcio, Freitas Neto, Eduardo Suplicy, José Bianco, Geraldo Melo, Beni Veras, Ademir Andrade e José Serra. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Fernando Bezerra, Onofre Quinan, Carlos Bezerra, Jáder Barbalho, Ramez Tebet, José Fogaça, Carlos Patrocínio, Esperidião Amin e Leomar Quintanilha. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir passa a Presidência ao Senador Francelino Pereira, por ser o mais idoso dos membros titulares, em virtude de haver se transferido do PMDB para o PFL, como forma de evitar qualquer questionamento de sua permanência na Presidência da Comissão. Usam da palavra para elogiar sua conduta os Senadores Romeu Tuma e Júnia Marise. A seguir o Senador

Janeiro de 1997

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sexta-feira 24 03051

Francelino Pereira, no exercício da Presidência, passa a palavra ao Senador Gilberto Miranda para que leia seu parecer favorável, nos termos do PRS que apresenta, oferecido à **MENSAGEM Nº 308, DE 1996**, que “encaminha ao Senado Federal, solicitação de autorização para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 86,000,000.00, (oitenta e seis milhões de Dólares Norte-Americanos) entre a República Federativa do Brasil e a Corporacion Andina de Fomento - CAF, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Melhoramento e Pavimentação da Rodovia-BR-174”. Discutem o parecer os Senadores Jefferson Peres e Vilson Kleinübing, finda a discussão, o parecer é colocado em votação e aprovado. Vota vencido o Senador Lauro Campos. A seguir o Presidente concede a palavra ao Senador Osmar Dias para que leia seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido à **MENSAGEM Nº 307, DE 1996**, que “encaminha ao Senado Federal, Solicitação de autorização para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 500.000.000,00, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a União, para o financiamento do Programa Nacional de Apoio a Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), que se insere no Programa de Apoio a Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados”. Discutem o parecer os Senadores Gilberto Miranda, Vilson Kleinübing, Lauro Campos e José Serra, finda a discussão, o parecer é colocado em votação e aprovado. Vota vencido o Senador Lauro Campos. Dando prosseguimento aos trabalhos, a Presidência concede a palavra ao Senador Gilberto Miranda para que leia seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido à **MENSAGEM Nº 139, DE 1996**, do Sr. Presidente da República, que “solicita autorização do Senado Federal, para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 78,000,000.00, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao

03052 Sexta-feira 24

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Janeiro de 1997

financiamento, parcial, do Projeto de Modernização Tecnológica e de Fortalecimento das Capacidades Gerencial, Normativa e Operacional da Secretaria da Receita Federal". Discutem o parecer os Senadores Lauro Campos e Jefferson Peres, finda a discussão, o parecer é colocado em votação e aprovado. Vota vencido o Senador Lauro Campos. Em seguida o Senador Eduardo Suplicy procede a leitura de seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao **OFÍCIO "S" Nº 88, DE 1996**, que "encaminha solicitação da Prefeitura municipal de Mogi Guaçu (SP), para contratar operação de crédito no valor de R\$ 668.800,00, no âmbito do programa PRÓ-MORADIA, destinada a realização de obras de infra-estrutura de área ocupada". Não havendo quem queira discutir, o parecer é colocado em votação e aprovado. Dando prosseguimento, a Presidência passa a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para que leia seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao **OFÍCIO "S" Nº 95, DE 1996**, que "encaminha solicitação da Prefeitura Municipal de São João de Meriti (RJ), relativa à operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - BANERJ, no valor de R\$ 3.000.000,00, cujos recursos serão destinados à execução de obras de saneamento, drenagem e pavimentação de ruas". Não havendo quem queira discutir, o parecer é colocado em votação e aprovado. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Senador Lauro Campos para que proceda a leitura do parecer do Senador José Eduardo Dutra, ausente da reunião, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido à **MENSAGEM Nº 241, DE 1996**, que "encaminha ao Senado Federal, proposta de autorização de acordo de reescalamento entre a República Federativa do Brasil e a República do Gabão, com base na Ata de Entendimentos de 12 de dezembro de 1995, do chamado "Clube de Paris", e de retificação da autorização constante da Resolução nº 36, de 1996, do Senado Federal, referente à Ata de

Entendimentos de 1994, também relacionada com dívidas daquele País". Usam da palavra para discutir os Senadores Gilberto Miranda e Ney Suassuna, finda a discussão, procede-se a votação, sendo aprovado o parecer do relator. Dando continuidade à reunião é concedida a palavra ao Senador Ney Suassuna para que leia o parecer de autoria do Senador Gilberto Miranda, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido à **MENSAGEM Nº 293, DE 1996**, que "encaminha ao Senado Federal, Solicitação de autorização para contratar operação de crédito interno, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até R\$ 150.000.000,00, entre a CIA. Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinada ao financiamento do Projeto de Ampliação e Modernização do Porto de Sepetiba". Discutem o parecer os Senadores Jefferson Peres, Gilberto Miranda, José Serra e Francisco Escórcio, finda a discussão, procede-se a votação, sendo aprovado o parecer do relator. A seguir, o Senador José Serra procede a leitura de seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao **OFÍCIO "S" Nº 97, DE 1996**, que "encaminha solicitação do Governo do Estado de São Paulo, para contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor correspondente a US\$ 420.000.000,00, cujos recursos serão destinados a execução do Projeto Sul de Trens Metropolitanos de São Paulo". No decorrer da discussão, usam da palavra os Senadores Lauro Campos, Jefferson Peres, Romeu Tuma, Gilberto Miranda, José Serra e Eduardo Suplicy. Finda a discussão, procede-se a votação, sendo aprovado o parecer do relator. Vota vencido o Senador Lauro Campos. Prosseguindo os trabalhos é concedida a palavra ao Senador Jonas Pinheiro para que leia o parecer do Senador Carlos Bezerra, ausente da reunião, favorável nos termos do PRS que apresenta, apresentado ao **OFÍCIO "S" Nº 78, DE 1996**, que "encaminha solicitação do Governo do Estado de Mato

03054 Sexta-feira 24

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Janeiro de 1997

Grosso, para que possa realizar a assunção da dívida da extinta Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso - COHAB/MT, junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 8.900.000,00, a preços de 30.07.96". Não havendo quem queira discutir, o parecer é colocado em votação e aprovado. A seguir, é concedida a palavra ao Senador Geraldo Melo para que proceda a leitura de seu parecer, favorável ao **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 1996**, que "institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências"; bem como à Emenda nº 01-CCJ, a ele oferecida. Usam da palavra para discutir os Senadores Jefferson Peres e Romeu Tuma, finda a discussão, procede-se a votação, sendo aprovado o parecer. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, em conjunto com suas notas taquigráficas.



Senador FRANCELINO PEREIRA
Presidente, em exercício.

Janeiro de 1997

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sexta-feira 24 03055

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Declaro iniciada a reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Tendo em vista que a Vice-Presidência da Comissão está vaga pelo fato de o PSDB não ter indicado até agora, com a saída do Senador Pedro Piva, nenhum membro; tendo em vista que o Presidente da Comissão saiu do PMDB e ingressou no PFL; tendo em vista que o PMDB indicou o Senador Fernando Bezerra para esta Comissão no lugar do Senador Gilberto Miranda; tendo em vista que o PFL indicou o Senador Gilberto Miranda para membro da Comissão; tendo em vista que o Regimento Interno deixa dúvida quanto à substituição, se o Presidente continua ou se assume o Vice-Presidente; tendo em vista que o Regimento estabelece que a eleição do Presidente da Comissão é por dois anos, acho melhor pedir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que delibere sobre o assunto.

Eu pediria ao Secretário que preparasse esse pedido para que a Comissão se pronunciasse com relação ao futuro de toda e qualquer outra Comissão, porque esta é uma matéria vaga. A dúvida fica realmente.

Eu convidaria o parlamentar mais idoso, o mais experiente, para assumir a Presidência da Comissão, enquanto a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não se pronuncia. Minha assessoria interpreta que, tendo em vista que o Presidente foi eleito por dois anos e fazendo parte ainda da Comissão, apesar de estar em outro partido, deveria continuar na Presidência. Mas esse é um assunto que não devemos levar em conta para discutir, pois faltam duas reuniões. Então, eu convidaria, enquanto a Comissão não se pronuncia, o Senador Francelino Pereira para assumir a Presidência.

O SR. PEDRO SIMON - Essa é a parte mais séria: o Senador Francelino Pereira é o mais velho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – O mais experiente. O Senador Pedro Simon veio à reunião da Comissão para assumir a Presidência. Lamentavelmente, o Senador Francelino Pereira...

O SR. PEDRO SIMON - E na suplência de S. Ex^a está aqui o Senador Lauro Campos. Estou lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Então, lamentavelmente, o PMDB não fica mais na Presidência nem na Vice-Presidência. Agora é do PFL ou do PT.

Antes de conceder a palavra ao Senador Francelino Pereira, concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, que pediu a inversão de pauta.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA – Eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a pelo trato dessa questão e pela atitude de desprendimento. Quero cumprimentá-lo por esse gesto que é importante para o Senado. Fico muito feliz com o Senador Francelino Pereira presidindo esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Antes de passar a palavra ao Senador Francelino Pereira, agradecerá, pela forma como trabalharam durante os dois anos que aqui estive como Presidente, nos momentos fáceis e nos momentos difíceis, aos membros da Comissão: o Senador Jonas Pinheiro, na parte da agricultura; o Senador João Rocha, sempre atento; o Senador Osmar Dias, uma surpresa na Comissão, Senador jovem; o Senador Wilson Kleinübing, diligente o tempo inteiro; o Senador Lauro Campos; o Senador Gilvam Borges; o Senador Fernando Bezerra; o Senador Ney Suassuna; o Senador Onofre Quinan; o Senador Carlos Bezerra; o Senador Jader Barbalho; o Senador Ramez Tebet; o Senador José Fogaça, que muito ajudou também; o Senador Francelino Pereira; o Senador Freitas Nobre; o Senador Carlos Patrocínio; o Senador Beni Veras; o Senador Jefferson Péres, do meu Estado, presente em todas as reuniões, o primeiro a chegar e o último a sair; o Senador Esperidião Amin; o Senador Leomar Quintanilha; o Senador Eduardo Suplicy; a Senadora Júnia Marise; o Senador Ademir Andrade e todos os demais que muito ajudaram o Presidente em suas atividades.

A SR^a JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a JÚNIA MARISE – Está me parecendo que V. Ex^a está fazendo as suas despedidas e apresentando seus agradecimentos.

Mas, nesta oportunidade, Senador Gilberto Miranda, quero fazer aqui a nossa saudação a V. Ex^a que exerceu a Presidência desta Comissão, com altivez, seriedade, permitindo a participação de todos nós Senadores, integrantes desta Comissão, em um debate permanente sobre todas as matérias que passaram por aqui. Tivemos oportunidade de externar nossas opiniões e emitir nossos votos.

Quero registrar, em nome do meu partido, e não apenas como Líder do PDT no Senado Federal, mas como membro desta Comissão, a forma com

03056 Sexta-feira 24

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Janeiro de 199

que V. Exª se houve, como Presidente desta Comissão – considerada uma das mais importantes desta Casa –, permitindo sempre o debate democrático sobre questões polêmicas ou não, principalmente nos episódios em que esta Comissão vivenciou fatos históricos do nosso País e participou da história política, parlamentar e partidária do Senado Federal.

Era o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senadora Júnia Marise, agradeço as palavras de V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, peço preferência para a votação do Item nº 7, do qual V. Exª é Relator, porque talvez V. Exª não possa ficar até o final da reunião. Em sendo essa matéria da maior importância para a Região Norte, requero a preferência.

Acrescento que faço minhas as palavras da Senadora Júnia Marise com relação a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Muito obrigado, Senador Jefferson Péres.

Convido o Senador Francelino Pereira para assumir a Presidência da Comissão.

O SR. OSMAR DIAS -Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, em função da urgência solicitada pelo Governo, e por ser do interesse de todos os Estados brasileiros, peço que seja apreciado, em segundo lugar, o Item nº 8, invertendo-se a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Já foi votada a inversão? (Pausa.)

Como V. Exª sabem, estou assumindo a Presidência da Comissão. Por um breve tempo, vamos trabalhar em conjunto.

Como já houve a votação do pedido de inversão, concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda, como Relator do projeto que solicita autorização para contratar operação de crédito externo entre o Brasil e a CAF, destinada a financiar, parcialmente, projetos de melhoramentos e pavimentação da Rodovia BR-174.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como Relator na Comissão de As-

suntos Econômicos, da Mensagem nº 308, de 1996 (Mensagem nº 1.327, de 17 de dezembro de 1996 na origem), do Senhor Presidente da República, soliciando seja autorizada a contratação operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e a Corporação Andina de Fomento, no valor de US\$86 milhões, destinados ao financiamento parcial do projeto de melhoramento e pavimentação da rodovia BR-174.

O parecer é favorável.

Peço aos Srs. Senadores que votem favoravelmente ao projeto que fará a ligação dos Estados do Amazonas e Roraima até o outro lado da fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O parecer é favorável.

Em discussão:

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, a BR-174 é a estrada Manaus-Santa Helena, na fronteira da Venezuela, onde conecta com a rodovia venezuelana, já implantada, chegando até Caracas e ao Caribe. Esta rodovia já está, em parte, pavimentada em território brasileiro – um pequeno trecho em Roraima e quase todo o trecho do Amazonas.

Diga-se de passagem, a pavimentação no território do Estado do Amazonas foi feita pelo Governo do Estado, com recursos próprios, fato que chega a ser quase que espantoso. Numa hora em que a maioria dos Estados está vivendo uma séria crise financeira, o Estado do Amazonas não tem problemas graves e se dá ao luxo de pavimentar uma estrada federal.

O financiamento foi feito pela Corporação Andina e se destinará à pavimentação do trecho em Roraima, que, somado a alguns recursos do Orçamento, completarão essa rodovia, porta de entrada e saída de toda a Região Norte para o Caribe, de importância econômica muito grande para nós.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, Srs. Senadores, evidentemente, o projeto é bom, mas não sei se o empréstimo é bom. Eu gostaria que o Relator nos desse uma informação. Existe uma taxa variável que a Corporação Andina de Fo-

PARECER Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre recurso apresentado pelo Senador Arthur Virgílio, em 30 de novembro deste ano, para que matéria objeto de questão de ordem apresentada ao Presidente da Mesa Diretora do Senado, Senador José Sarney, fosse examinada por esta comissão.

RELATOR: Senador DEMÓSTENES TORRES

I – RELATÓRIO

Trata-se de examinar o recurso interposto pelo líder da bancada do PSDB, Senador Arthur Virgílio, contra decisão do Presidente da Mesa Diretora do Senado, Senador José Sarney, para que esta comissão avalie, num caso concreto, a necessidade de substituição de membro da direção de comissão técnica em caso de alteração da filiação partidária, como se relata a seguir.

O Senador Flávio Arns, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e então representante dessa formação política, foi escolhido presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal no início do ano de 2009, para o mandato 2009-2010, como resultado de acordo entre as lideranças partidárias, na forma do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Entretanto, em 27 de agosto deste ano de 2009, Sua Excelência encaminhou ofício ao Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, no qual informa ter protocolado junto ao Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Curitiba sua carta de desfiliação, a qual foi devidamente encaminhada ao Juízo Eleitoral da Capital (177ª Zona Eleitoral) onde era inscrito, para as devidas providências.

Em 8 de outubro de 2009, o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal, informou ao Senhor Presidente do Senado Federal que o Senador Flavio Arns deixava de compor, na condição de representante do PT, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE).

Em seguida, o Senador Arthur Virgilio, líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido político ao qual o Senador Flávio Arns se filiou após a sua saída do PT, indica o ilustre parlamentar para compor a CE, em substituição ao Senador Cícero Lucena.

No dia 15 de outubro do corrente, o Senador Aloizio Mercadante, mediante o Ofício nº 151/2009 – GLDBAG, encaminhado ao Senhor Presidente do Senado Federal solicita manifestação da Mesa sobre o caso.

No dia 27 de outubro subsequente, o Senhor Presidente da Casa, encaminha ao Líder Aloizio Mercadante a informação prestada pela Secretaria-Geral da Mesa acerca da questão.

O documento da Secretaria-Geral da Mesa, da mesma data, lembra que o RISF dispõe, nos seus arts. 79 e 81, sobre a composição e presidência das comissões permanentes:

Art. 79. No início de cada legislatura, os líderes, uma vez indicados, reunir-se-ão para fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões permanentes.

.....

Art. 81. O lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar, competindo ao líder respectivo pedir, em documento escrito, a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado.

.....

§ 2º A substituição de Senador que exerça a presidência de comissão, salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva bancada. (Grifamos)

Em face de tais textos normativos, associados aos diversos precedentes que menciona, além do disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 40 e seus §§ 1º e 2º), aquele órgão de assessoramento superior

conclui pela aplicação do disposto no § 2º do art. 81 do RISF, no sentido da substituição do membro da direção de comissão técnica em caso de alteração da filiação partidária.

II – ANÁLISE

Entendo que as normas constitucionais e regimentais aplicáveis ao caso conferem pleno acerto ao entendimento adotado pela douta Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, não assistindo razão ao Senador Arthur Virgílio em seu recurso.

Com efeito, a Constituição assevera, no § 1º do art. 58, quando trata da constituição das comissões do Congresso Nacional, que nela *é assegurado, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da respectiva Casa.*

As normas do Regimento Interno do Senado Federal seguem na mesma direção, quando dizem, no *caput* do seu art. 81, que *o lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar, competindo ao líder respectivo pedir, em documento escrito, a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado.*

Já a norma que consta do § 2º do mesmo dispositivo, estabelece que *a substituição de Senador que exerça a presidência de comissão, salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva bancada.*

Esse dispositivo deve ser entendido no sentido de que a liberdade de o líder de uma bancada trocar o representante de seu partido numa comissão não alcança o presidente. Pode o líder alterar a representação de seu partido ou bloco em uma comissão apenas quando o parlamentar não ocupa a presidência da comissão. Quando o representante do partido é presidente da comissão, a sua retirada só pode ser feita com autorização da maioria da bancada do partido que representa na comissão.

Isso não ocorre, entretanto, quando o presidente da comissão se desliga, por iniciativa própria, do partido que ali representa. Nesse caso, o parlamentar pode ser substituído sem qualquer limitação. A inteligência da norma é de que quando o Senador abandona o seu partido, ele está, de forma tácita, renunciando a todos os cargos que ocupa na Casa por indicação partidária.

Esse entendimento somente não alcança a Comissão Diretora, vez que, nesse colegiado, seus membros, além de serem eleitos pelo Plenário, têm a duração de seus mandatos definida expressamente pela Carta Magna.

Cabe, com plena pertinência, a aplicação analógica, nos termos da manifestação da Secretaria-Geral da Mesa, do que dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), no § 2º do art. 40:

Art. 40......

.....
§ 2º Em caso de mudança de legenda partidária, o Presidente ou Vice-Presidente da Comissão perderá automaticamente o cargo que ocupa, aplicando-se para o preenchimento da vaga o disposto no § 1º deste artigo.

O § 1º do mesmo dispositivo, por seu turno, diz que, *vagando o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á nova eleição para escolha do sucessor, salvo se faltarem menos de três meses para o término do mandato, caso em que será o presidente substituído por seus vices, na seqüência ordinal, ou pelo membro mais idoso da Comissão, dentre os de maior número de legislaturas.*

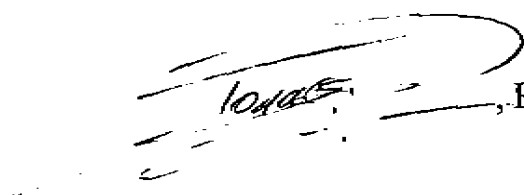
Em face de tais informações e argumentos, concluo que no caso em exame a presidência deve ser considerada vaga e o cargo ser provido mediante nova eleição, obedecidas as normas regimentais.

III – VOTO

Do exposto, voto pelo não provimento do recurso.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator

VOTO EM SEPARADO

Perante a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre recurso apresentado pelo Senador Arthur Virgílio, em 30 de novembro deste ano, para que matéria objeto de questão de ordem apresentada ao Presidente da Mesa Diretora do Senado, Senador José Sarney, fosse examinada por esta comissão.

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina o recurso interposto pelo líder da bancada do PSDB, Senador Arthur Virgílio, contra decisão do Presidente da Mesa Diretora do Senado, Senador José Sarney, para que esta comissão avalie, num caso concreto, a necessidade de substituição de membro da direção de comissão técnica em caso de alteração da filiação partidária, como se relata a seguir.

O Senador Flávio Arns, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e então representante dessa formação política, foi eleito presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal no início do ano de 2009, para o mandato 2009-2010, na forma do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Entretanto, em 27 de agosto de 2009, Sua Excelência encaminhou ofício ao Senhor Presidente do Senado Federal no qual informa ter protocolado junto ao Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Curitiba sua carta de desfiliação, a qual foi devidamente encaminhada ao Juízo Eleitoral da Capital (177ª Zona Eleitoral) na qual era inscrito, para as devidas providências.

Em 8 de outubro de 2009, o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Bloco de Apoio ao Governo, informou ao Senhor Presidente do Senado Federal que o Senador Flávio Arns deixava de compor, na condição de representante daquele Bloco, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Na mesma data, o Senador Arthur Virgílio, líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido político ao qual o Senador Flávio Arns se filiou após a sua saída do PT, indica o ilustre parlamentar para compor aquela Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena. Ambas as correspondências são publicadas no Diário do Senado Federal do dia 10 subsequente.

No dia 15 de outubro do corrente, o Senador Aloizio Mercadante, mediante o Ofício nº 151/2009 – GLDBAG, encaminhado ao Senhor Presidente do Senado Federal solicita manifestação da Mesa sobre a questão da permanência do Senador Flávio Arns na Presidência da CE.

No dia 28 de outubro subsequente, o Senhor Presidente da Casa se manifesta no sentido da substituição do membro da direção de comissão técnica em caso de alteração da filiação partidária.

O Senador Arthur Virgílio, no dia 30 subsequente, recorre da decisão de Sua Excelência.

Encaminhada a matéria a esta Comissão, ela é avocada pelo seu ilustre Presidente, Senador Demóstenes Torres, que se manifesta pelo não provimento do recurso.

II – ANÁLISE

Com a devida vênia, não podemos concordar com a conclusão do relatório do ilustre Presidente desta Comissão.

Efetivamente, o Senador Flávio Arns em nenhum momento deixou de pertencer à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Desaparecida sua condição de representante do Bloco de Apoio ao Governo, no mesmo momento ele foi indicado representante do PSDB na referida Comissão, sem qualquer interrupção.

Não há, assim, como entender que Sua Excelência perdeu o cargo de Presidente daquele colegiado, para o qual foi regularmente eleito, conforme a ata da reunião da CE do dia 4 de março de 2009:

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia quatro de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Romeu Tuma e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Gilvam Borges, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Álvaro Dias, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, José Nery, Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Educação, de Cultura e Esporte. Assinam o livro de reunião, após o encerramento da votação, os senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Heráclito Fortes, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Neuto De Conto, Lobão Filho, Efraim Moraes e Mozarildo Cavalcanti. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2009/2010. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente, Senador Romeu Tuma, convida os Senhores Senadores Marisa Serrano e Gerson Camata para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador **Flávio Arns**, 17 (dezessete) votos, para Vice-Presidente – Senadora **Lúcia Vânia**, 17 (dezessete) votos. Prosseguindo, o Presidente, Senador Romeu Tuma, proclama eleitos e empossados os Senadores **Flávio Arns** e **Lúcia Vânia** como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente.

De acordo com o art. 88, § 6º, combinado com o art. 59, *caput*, do RISF, a eleição foi para um mandato de dois anos:

Art. 59. Os membros da Mesa serão eleitos para mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período imediatamente subsequente (Const., art. 57, § 4º)

.....
Art.88.

.....
 § 6º Ao mandato de Presidente e de Vice-Presidente das comissões permanentes e de suas subcomissões aplica-se o disposto no art. 59.

O dispositivo invocado para justificar a referida vacância do cargo de Presidente, lido expressamente pelo Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal, consiste no art. 81, § 2º, do RISF, que determina:

Art.81.

.....
§ 2º A substituição de Senador que exerça a presidência de comissão, salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva bancada.

Ora, o dispositivo acima transcrito não disciplina a questão da perda do cargo de Presidente de comissão, mas, tão-somente, a substituição, como membro da comissão, do Senador que lá exerce o cargo de Presidente. Na hipótese em que a substituição ocorre por desligamento do partido, não é necessária a autorização da maioria da respectiva bancada. Apenas isso.

Daí, no entanto, não se pode concluir que o cargo de Presidente da Comissão fica vago.

Certamente, é consequência lógica que, quando o Presidente de comissão não mais pertence a ela, ele não possa presidi-la.

Não foi, entretanto, o que ocorreu no caso em tela. O Senador Flávio Arns deixou de integrar a representação do Bloco de Apoio ao Governo na CE, por força do Ofício nº 145/2009 – GLDBAG, publicado na p. 51.182 do Diário do Senado Federal do dia 10 de outubro de 2009, mas passou, incontinenti, a integrar a representação do PSDB na mesma Comissão, em razão do Ofício nº 161/09 – GLPSDB, publicado na p. 51.183, do mesmo Diário. Ambos foram publicados e passaram a produzir efeitos jurídicos no mesmo momento.

Ou seja, em nenhum momento o Senador Flávio Arns deixou de pertencer à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Não existe sequer violação à proporcionalidade na composição da CE, na medida em que a vaga que o Senador Flávio Arns ocupava como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo passou a ser ocupada por suplente do referido Bloco e, ao mesmo tempo, sua permanência na referida Comissão decorre de sua designação pelo PSDB em substituição ao Senador Cícero Lucena.

Assim, não há como se extrair das normas regimentais a conclusão de

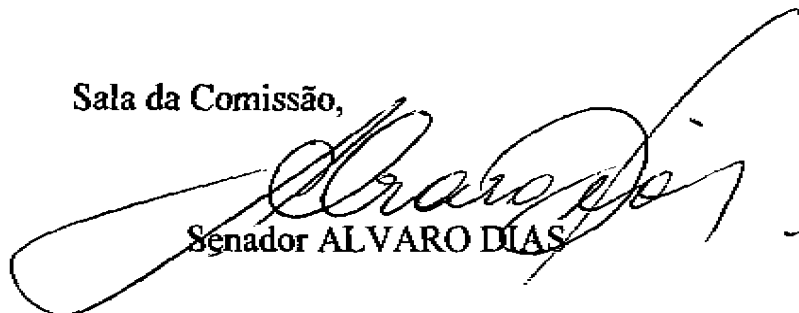
que o Senador Flávio Arns deve perder o cargo de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para o qual foi eleito por voto secreto para mandato de dois anos.

Fazer isso, ao contrário, significaria passar por cima da autonomia da CE, desrespeitando a decisão regimental tomada por aquele colegiado quando elegeu a sua mesa diretora.

III – VOTO

Do exposto, votamos pelo provimento do recurso, com a manutenção do Senador Flávio Arns na Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Sala da Comissão,



Senador ALVARO DIAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**REQUERIMENTO Nº , de 2010**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, a desistência do recurso interposto contra decisão do Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal, Senador José Sarney, para que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania avaliasse, num caso concreto, a necessidade de substituição de membro da direção de comissão técnica em caso de alteração da filiação partidária.

JUSTIFICATIVA

Cuida-se de recurso interposto contra questão de ordem decidida pelo Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal, Senador José Sarney, que se posicionou pela vacância do cargo de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em virtude de o Senador Flávio Arns, então Presidente, ter deixado de compor a referida Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo.

Contudo, diante das atuais conjecturas políticas existentes nesta casa e em busca de uma harmonização do entendimento existente na casa em relação ao tema, entendo ser desnecessária a perpetuação da presente questão, tendo em vista a necessidade de ser retomada a normalidade dos trabalhos daquela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2010.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO

Líder do PSDB

DRAFT – TRANSCRIÇÃO SEM REVISÃO (INCOMPLETO)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS – HORAS E – MINUTOS.

SR. PRESIDENTE: Havendo número regimental declaro aberta a 3 reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os trabalhos trabalho observâncias por isso Havendo número regimental declaro aberta a 3 reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE:A presente reunião destina-se à deliberação dos itens n.º 1 ao 30.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):Sr. Presidente, eu aprovei, só não sei o que é que é. Aprovei.

SR. PRESIDENTE:A ata da deliberação da reunião anterior. Comunico às Sras. e Srs. Senadores o recebimento do aviso n.º 121 SES E STCU plenário do presidente em exercício do Tribunal de Contas da União ministro Valmir Campelo que encaminha para conhecimento cópia do acórdão n.º 196/2010 proferido pelo plenário do TCU na sessão de 10 de fevereiro de 2010, ao apreciar o processo n.º TC o o 7268/2009-3 que trata de monitoramento do cumprimento do acórdão n.º 1003/2004 TCU plenário referente à auditoria operacional realizadas na Fundação Nacional do Índio FUNAI. O referido documento será enviado para o gabinete desta comissão via e-mail. Pela ordem V. Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):Pela ordem.

SR. PRESIDENTE:Em seguidas V. Exa..

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente na sessão passada esta comissão aprovou o requerimento n.º 2/2010 que tratava da convocação de autoridades para debater o plano nacional de direitos humanos. Em corroboração à constituição no art. 67 e o regimento no art. 240 eu apresentei um requerimento para ajustar, ou seja, para ajustar esse requerimento n.º 2 aprovado. Então eu gostaria de pedir a V. Exa. que nós pudéssemos antes

da votação das matérias normais votar, apreciar esse meu requerimento que pretende o teor do requerimento é fazer a troca do nome da ministra Dilma Rousseff pelo Dr. Paulo de Tarso Vannuchi secretário de direitos humanos na convocação que foi feita para debater o decreto que define o plano nacional de direitos humanos. Esse é o teor, o requerimento com as justificativas e esta nas mãos de V. Exa.

SR. PRESIDENTE: Pela ordem senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É outro assunto. Sem problema?

SR. PRESIDENTE: Sem problema.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, tem uma PEC da Senadora Ideli Salvatti relada por V. Exa. que está pronta para votação em plenário que eu acho importante se nós pedir ao Presidente Sarney que pudesse pautá-la com o apoio de todos os líderes. Nós estamos assistindo o Conselho Nacional de Justiça, fazendo um trabalho de ajustamento de aperfeiçoamento do Poder Judiciário em diversos Estados. No meu estado Espírito Santo agora mesmo está tendo uma grande operação do Conselho Nacional de Justiça provocando e promovendo um balanço no Tribunal de Justiça e expondo as mazelas do Tribunal de Justiça, está levando à punição de juizes e desembargadores, mas todo o trabalho fica prejudicado porque a punição do magistrado é aposentadoria compulsória. Então V. Exa. já fez o relatório, a Senadora Ideli apresentou a PEC. Se nós pudéssemos pedir para que essa matéria pudesse ser votada, o senador Romero Jucá líder do governo, senadores líderes da oposição, líderes da oposição, seria importante que a gente pudesse votar essa matéria para que fazer com que as decisões do Conselho Nacional de Justiça e o trabalho feito em diversos Tribunais de justiça, em diversa comarcas desse país pudesse ter respaldo e nós pudéssemos, de fato ter a credibilidade junto à população brasileira. Do jeito que está há uma grande movimentação, mas na hora da punição é um prêmio que se dá ao magistrado. Queria pedir um apelo a V. Exa. se nós podemos fazer um apelo ao Presidente Sarney para que colocar a matéria em pauta. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE: Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Quero agradecer o Senador Casagrande por estar levantando esse assunto e dizer que inclusive eu já preparei o requerimento para que todos os líderes assinem a quebra de todos os interstícios, a PEC é uma PEC que eu dei entrada em 2003, ela levou praticamente quase seis anos para ser aprovada aqui na Comissão de Constituição e Justiça, o senador Demóstenes é que foi o relator, e é uma PEC que acaba terminantemente com essa questão da aposentadoria compulsória, como medida punitiva, porque imaginar que um aposentadoria na faixa de 25 a quase 30 mil reais que é o salário normalmente de um juiz, de um desembargadores

seja penalidade, é algo que nós não podemos mais admitir. Então se foi pego, se comprovadamente cometeu falcატrua, está envolvido em algum crime, não tem a legalidade, a honestidade para continuar exercendo o seu cargo à frente do judiciário, essa pessoa não pode ser punida com uma aposentadoria compulsória. E ainda pode advogar. Então essa pessoa tem que perder o cargo, ela tem que sofrer as penas da lei, ela tem que ser punidas como todo e qualquer cidadão. Então nós estamos apresentando, presidente, o requerimento para poder quebrar todos os interstícios e ter votado numa única sessão aqui no Senado.

SR. PRESIDENTE: Pela ordem, Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigado, presidente. Só em apoio à Senadora, o requerimento da Senadora Ideli, porque ontem mesmo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o CNJ mandou para o aposentadoria em Mato Grosso sete juizes e três desembargadores, porque é o que a lei permite que eles possam fazer. Então foram dez ontem no CNJ. Então é importantíssimo que realmente se prove essa PEC da nossa Senadora Ideli Salvatti.

SR. PRESIDENTE: Sras. e Srs. Senadores.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE: Pela ordem, senador Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria de elogiar a iniciativa do senador Romero Jucá em propor a vinda do Dr. Paulo Vannuchi a esta comissão. Entendo, elogio dessa forma em trazê-lo de forma adicional porque essa comissão já votou a vinda da Excelentíssima Sra. ministra Dilma Rousseff que em nome do governo em te opinião sobre todos os assuntos, todos. E evidentemente esta comissão deseja ouvir S. Exa. sobre um assunto polêmico com o que está contido nas diversas proposições no plano de direitos humanos. A comissão já votou e já aprovou. O Dr. Paulo Vannuchi é uma figura importante nesse acosto. Ele vir eu acho importante, mas não que ele venha excluindo a vinda da ministra Dilma Rousseff. Não vejo razão nenhuma para que um fato exclua o outro. Que os dois venham, eu sou inteiramente favorável eu dou desde já o meu voto a favor. Agora da exclusão significa um passo atrás que esta comissão estaria dando no sentido de desejar o não esclarecimento e o não conhecimento desta casa do pensamento do governo em relação ao plano nacional de direitos humanos. Eu concordo, portanto, e elogio iniciativa de S. Exa. na medida em que se some os comparecimentos. Que venha a ministra e que venha o Dr. Paulo Vannuchi, que venha os dois para esclarecer e para esta casa que representa a sociedade tenha pleno conhecimento do que deseja o governo pelo titular direto e por uma ministra que fala sobre todos os assuntos, e nada mais justo do que esta casa conhecer o pensamento de S. Exa. a respeito deste assunto que contenha pontos muito polêmicos e

que é bom que seja integralmente esclarecido, conforme esta comissão já deliberou. É a proposta que faço.

SR. PRESIDENTE:Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):Esta mesma proposta que traz o requerimento do senador Romero Jucá, Sr. Presidente que Sras. e Srs. Senadores, eu fiz na comissão de ciência e tecnologia quando estava também para aprovar um requerimento convocando a ministra Dilma, e foi aceita pelo autor do requerimento, Senador Cícero Lucena prontamente aceitou a troca da ministra pelo Paulo Vannuchi por entender que esse documento foi produzido no Ministério da Justiça e não na Casa Civil, então não tem nenhum vínculo, nenhuma ligação, não tem porque a ministra Dilma dar esclarecimento de uma coisa que ela não ajudou a produzir, que foi produzido no Ministério da Justiça. Eu acho que é perfeitamente coerente esse pedido de troca, como foi aceito lá na comissão de ciência e tecnologia no entendimento do autor do requerimento, o Senador Cícero Lucena, eu propus no mesmo dia aqui à Senadora Kátia ela não aceitou o que o Cícero aceitou lá. Mas esse requerimento agora conserta esse erro que foi cometido aqui.

SR. PRESIDENTE:Pela ordem, senador Romero Jucá. E em seguida Senador Eduardo Azeredo, também pela ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):Sr. Presidente, eu respeito a posição de cada senador, mas o meu requerimento é claro. Eu entendo que o Senador Raupp foi feliz quando na sua defesa do requerimento define que esse plano foi discutido no ministério dos direitos humanos, a Casa Civil encaminha administrativos o pelo para o congresso. Esses projetos não foram encaminhados, inclusive ainda para o Congresso Nacional, portanto, nem a discussão mais ampla dentro da Casa Civil no que diz respeito a todo o trâmite do governo que foi feito, portanto, eu acho dispiciente(F) a vinda da ministra Dilma e portanto, fiz essa proposição que eu espero que seja analisada e votada hoje aqui nessa sessão.

SR. PRESIDENTE:Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo, em seguida Ideli Salvatti e Antônio Carlos Júnior.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):Presidente, são dois pontos, primeiro o que ministro Vannuchi já está convocado, na verdade, lá para a Comissão de Relações Exteriores, deve vir dentro das próximas duas semanas, esperamos que ele já possa comparecer, então ele já vai falar lá. Então aqui pode ficar reservados para a ministra Dilma Rousseff, é outra questão de ordem. O requerimento está sendo aprovado e apresentado aqui, mas primeiro tem que aprovar se entra na pauta, porque ele não está na pauta, então é um questão de ordem relação a entrada no requerimento na pauta, conforme prevê o art. 108 § único.

SR. PRESIDENTE:V. Exa. suscita uma questão de ordem?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Questão de ordem que não foi aprovado extrapauta. Art. 108 § único. Não foi aprovado e não está na pauta, portanto teria que primeiro aprovar a inclusão em pauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE: Só para ler a questão da ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu não quero discutir isso. V. Exa. coloca o questionamento no Senador Eduardo Azeredo nós votaremos a inclusão na pauta ou não, no primeiro item da pauta, eu não tenho o que discutir. É uma votação a mais que nós faremos com a maior tranquilidade.

SR. PRESIDENTE: As comissões reunir se ao com a presença no mínimo da maioria de seus membros. § único: a pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência será distribuída com antecedência mínima de dois dias aos titulares e suplentes da respectiva comissão mediante protocolo. Então V. Exa. está requerendo que seja incluído extrapauta?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Politicamente eu requeiro o mesmo tratamento que foi dado ao n.º 2, que foi apresentado e votado na mesma sessão anterior, e portanto, se foi votado extrapauta a inclusão do requerimento n.º 2 nós votaremos também o meu requerimento. Eu não quero...

SR. PRESIDENTE: A questão de ordem, diz aqui...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu não contesta-se V. Exa. entender que há necessidade da votação para incluir na pauta, nós faremos uma votação aqui rápida no plenário. Não há porque discutir isso.

SR. PRESIDENTE: Diz o art. 403. Constituirá a questão de ordem suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos qualquer dúvida sobre interpretação e aplicação desse regimento. Para contraditar a questão de ordem é permitido o uso da palavra a um só senador por prazo não excedente ao fixado nesse artigo. Então concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para sustentar a sua questão de ordem. Em seguida faculta um outro senador que já se inscreve o senador Romero Jucá para contraditar, em seguida decido eu. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O meu questionamento é só dar legitimidade ao processo que possamos ter a votação dentro do rito normal, ou seja, é um requerimento que está sendo apresentado fora da pauta, então que se primeiro inclua na pauta. O meu questionamento é nesse sentido.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Concordo que requeiro a votação como primeiro item da pauta está sendo a questão da discutir o requerimento.

SR. PRESIDENTE: Como a questão da ordem é clara nesse sentido, então deferem favor do Senador Eduardo Azeredo para que a matéria só possa entrar se for referida a sua inclusão extrapauta encaminhada pelo plenário.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu já requeri, já fiz a entrega, registrei no primeiro item, solicitei que fosse o primeiro item extrapauta, e portanto eu solicito a V. Exa. que coloque em votação para que o plenário possa concordar ou não com o primeiro item da pauta esse requerimento.

SR. PRESIDENTE: Como é uma matéria que já foi discutida aqui eu indefiro.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu recorro para o plenário, Sr. Presidente, baseado no art. 4811.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE: Só para discutir.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Para contradiz era, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE: Já não pode mais, mas nós temos ainda uma longa sessão e darei a palavra a V. Exa. ainda nesse tempo, só para não ferir o regimento nesse momento. 4811. Ao presidente compete impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à constituição, à lei ou ao regimento ressalvado ao autor recurso para o plenário que decidirá após audiência da Comissão de Constituição e Justiça que é o caso, portanto defiro o recurso. Em votação para se decidir se esse requerimento será ou não votado hoje extrapauta. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com a decisão do presidente da não incluí-lo permaneçam como se encontram.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Rejeitado.

SR. PRESIDENTE: Rejeitado, aprovado o requerimento para inclusão extrapauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente eu solicito que seja o primeiro item como eu solicitei, não sei se já está implícita na votação de V. Exa., já que eu havia solicitado que fosse o primeiro item, se não for nós faremos uma votação para o primeiro item, se for... Acho que o plenário já mostrou que quer mostrar a matéria como primeiro item, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE: Eu vou incluir. Nós temos uma porção de matéria aqui, vamos testar a nossa resistência. Vamos votar. Nós temos uma porção de matéria terminativas com a aquiescência do governo. Em seguida a votação dessas matérias e eu já faço a inclusão...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):Quantas matérias? Sr. Presidente quantas matéria? Porque eu dependo do quorum. Essa votação será nominal.

SR. PRESIDENTE:São três terminativos e seis não terminativos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):Eu quero propor a V. Exa. nós votaríamos as três terminativas de quorum também, e votaríamos o requerimento. Senão solicitarei votação do plenário para definir como primeiro item. Eu não quero ser radical, mas esse é um assunto importante. Por isso senador Efraim morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB):Sr. Presidente, a matéria é extrapauta. Quem decide a pauta é V. Exa. Já está descido pelo regimento da casa.

SR. PRESIDENTE:Perfeito.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB):Então vamos votar as matéria que estão pautadas que são da maior importância para os Brasil e e nós precisamos votar essas matérias, após a pauta que se vote inicialmente essa matéria.

SR. PRESIDENTE:Eu sugiro a V. Exa., senador Romero Jucá, vai ser votado. Nós temos aqui que aproveitar esse quorum. Então eu coloco como número...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO:Sr. Presidente, eu solicitaria o art. 89 inciso I do regimento interno da casa. Por isso eu sugiro a V. Exas. que nós possamos fazer por consenso, 89, inciso I.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):É por isso que eu estou votando as três terminativas e o requerimento que também será nominal, não há dúvida disso.

SR. PRESIDENTE:Mas eu sugiro, como nós votamos sempre essas matérias de consenso, é consenso, não tem briga, não tem pedido de vista, não tem nada. Seguida as matérias de consenso eu incluo. Então será o item 10, nove matérias de consenso e item 15 da pauta, então até bom que nós esgotamos as matérias antes da entrar, e as polêmicas ficam para depois.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):Item 10 da pauta?

SR. PRESIDENTE:Item 10 da pauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):Está bom, presidente, vamos votar.

SR. PRESIDENTE:Item 35 da pauta, Projeto de Lei do Senado n.º 303/2009, terminativo, revoga o § 4º do art. 107 da lei n.º 7565 de 19 de dezembro de 1986 código brasileiro de aeronáutica. Autoria senador Gim Argelo, relatoria senador Romero Jucá. Votação nominal. Concedo a palavra ao ilustre senador Romero Jucá para proferir o relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):Sr. Presidente, eu como relator...

SR. PRESIDENTE:Página 184.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):Sr. Presidente, como relator... Sr. Presidente o relatório é favorável e eu solicito, portanto aprovação.

SR. PRESIDENTE:Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Senadora Serys Slhessarenko?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):A favor do requerimento, a favor do projeto.

SR. PRESIDENTE:Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP):Com o relator.

SR. PRESIDENTE:Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):Sim.

SR. PRESIDENTE:Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):Com o relator.

SR. PRESIDENTE:Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE:Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):Com o relator.

SR. PRESIDENTE:Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE):Com o requerimento.

SR. PRESIDENTE:Não, não. Senador Augusto Botelho? Perdão. Senador Augusto Botelho. Senador Pedro Simon. Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):Com o relator.

SR. PRESIDENTE:Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):Com o relator.

SR. PRESIDENTE:Senador Wellington Salgado, aniversariante do dia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):Muito obrigado, Sr. Presidente. Com o relator.

SR. PRESIDENTE:Parabéns a V. Exa..

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):Brigado, presidente.

SR. PRESIDENTE:Longa vida. Senador Romero Juca o relator, senador Renan Calheiros?

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Com o relator.

SR. PRESIDENTE: Senador Jayme Campos. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE: Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE: Senador Efraim morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator, .

SR. PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE: Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma. V. Exa. vota com o relator? Senador Tuma com o relator? Senador Osmar Dias. Senadora Patrícia Saboya. A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Aprovado, portanto o parecer. E será encaminhada a matéria à secretária geral da mesa para as providências cabíveis. Item 6, página 190, ofício S n.º 12/2009, terminativo. Encaminha ao Senado Federal cópia do parecer da Procuradoria-Geral de república da versão do registro taquigráfico do julgamento da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela corte nos autos da ação ordinária n.º 499 que declarou a inconstitucionalidade do ato n.º n.º 274/97 do conselho de administração do superior Tribunal Militar. Auxílio alimentação de juízes auditores da Justiça Militar, autoria presidente do Supremo Tribunal Federal, relatoria Senador Jayme Campos. Não estando presente. Página 190 nomeia relator ad hoc o senador Marco Maciel a quem passo a palavra para proferir o relatório sobre ofício. Página 190.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o projeto que me cabe relatar como ad hoc diz respeito ao ofício S n.º 12/2009 mediante o qual o presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha ao Senado Federal cópia do parecer da Procuradoria-Geral da república da versão do registro taquigráfico do julgamento da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela corte nos autos de ação ordinária n.º 499 que declarou as inconstitucionalidade

do ato n.º 274 de 1997 do conselho de administração superior do Tribunal Militar, auxílio alimentação de juizes auditores da justiça militar. Sr. Presidente, por meio do ofício A n.º 12, a que já me reportei tem cópia do acórdão do plenário daquela corte no qual se declarou a constitucionalidade do ato 274, 16 de abril de 1997, do conselho de administração do Superior Tribunal Militar, STM, por esse ato o conselho de administração do superior Tribunal Militar entendeu que como auxílio alimentação passou a ter caráter indenizatório e não pecuniária por força do art. 22 da lei 8460 de 17 de setembro de 1992 com a redação dada pela medida provisória 1522 de 11 de outubro de 1996 não haveria mais impedimento para a sua percepção pelos juizes auditores. Com a mesma decisão negou a concessão do auxílio alimentação aos demais magistrados da Justiça Militar, o então ministro Olímpio Pereira da Silva Júnior, impetrou mandato de segurança perante o STM, requerendo o recebimento do auxílio. Tendo o STM se declarado incompetente para decidir o processo foi remetido ao STF, Supremo Tribunal Federal onde tramitou como ação ordinária n.º 499-5 Distrito Federal. Ao julgar a ação o STF não apenas negou o direito de extinção do auxílio alimentação aos ministros do STM como declarou inconstitucional o referido ato 274 de abril de 1997. O entendimento do pleno do Supremo Tribunal Federal declarado pelo acórdão adotado naquele processo em 21 de agosto de 2002 foi de que a remuneração dos membros do Poder Judiciário é definida pela Lei Orgânica da magistratura, conhecida como Loman, lei complementar n.º 35 de 14 de março de 1979. Que veda a percepção de adicionais ou vantagens pecuniárias nela não previstas, ou seja, ao julgar o mandato de segurança o Supremo Tribunal Federal não apenas se posicionou contra o pedido do autor, recebimento do auxílio realimentação pelos ministros do STM, mas também declarou inconstitucional o seu recebimento pelos juizes auditores, devendo comunicar tal decisão ao Senado Federal para que fosse elaborada a resolução determinando a suspensão da execução dessa norma declarada inconstitucional. [Soa a campanha]. Sr. Presidente, passo agora à análise do projeto objeto de apreciação pela CCJ. Nos termos do mencionado dispositivo constitucional, suspender a execução no todo ou em parte de norma declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF, é competência privativa do Senado Federal. Daí porque ele foi incluído na pauta como ofício S, ou seja, são aqueles oriundos de processos provindos do Supremo Tribunal Federal. Os procedimentos para conhecimento de declaração dessa situação pelo Senado Federal estão previstos nos artigos 386 e 388 do regimento do Senado Federal, que estabelecem que a matéria pode ser originada por comunicação do Presidente do STF e deve ser instruída com o texto da norma cuja execução deva ser suspensa, do acórdão do STF do parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento. Após a leitura em Plenário, a matéria é encaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ, para a formulação do projeto de resolução, suspendendo a execução da norma no todo ou em parte quando for o caso. No caso específico, Sr.

Presidente, senhoras e Srs. Senadores, a inconstitucionalidade declarada pelo STF não incide sobre lei, mas sobre ato administrativo pelo qual o conselho de administração do STM atendeu a Requerimento para concessão de auxílio alimentação aos juizes auditores da Justiça Militar da ninguém em 16 de abril de 1997. Em contato com o conselho de administração do STM, obtivemos a informação de que desde o julgamento do STF, Supremo Tribunal Federal, o ato nº. 274/1997 deixou de ser aplicado, sem que tenha havido revogação formal alguma. Assim sendo, cabe ao Senado Federal a elaboração do projeto de resolução para determinar suspensão da execução do ato normativo declarado inconstitucional nos termos do inciso 10 do artigo 52 da Constituição Federal de 1988. O voto, Sr. Presidente. O voto, em face do exposto, somos pelo conhecimento do ofício S nº. 12/09, com a apresentação do seguinte projeto de resolução. Projeto de resolução de 2010. Determina a suspensão da execução do ato 274/1997 do conselho de administração do Superior Tribunal Militar, STM. O Senado Federal, nos termos do inciso 10 do artigo 52 da Constituição Federal resolve: Artigo primeiro. Fica suspensa a execução do ato nº. 274/1997 do conselho de administração do Superior Tribunal Militar, em virtude da declaração de sua inconstitucionalidade, como sabemos, pelo Supremo Tribunal Federal. Artigo segundo. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, então quero dizer a V.Ex^a, Sr. Presidente, que este é o meu voto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só pela ordem. Eu queria pedir desculpa a V.Ex^a, mas é uma falta de respeito ao relator e nós não conseguimos ouvir com clareza com esse ruído imenso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então eu vou pedir que o Senador leia de novo o voto em homenagem a V.Ex^a. Mas tem razão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa, Presidente. Porque eu acho que é desrespeito ao relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas realmente tem razão o Senador Romeu Tuma. Não é possível nós realizarmos uma sessão com esse tanto de conversa. Eu sei que é uma sessão concorrida, mas vamos fazer com que os Srs. Senadores sejam ouvidos. Dessa feita, eu pedirei que nós não repitamos a leitura do relatório, mas na próxima vamos pedir ao relator que novamente faça a leitura. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Serys Silhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pedro Simon. Gilvam Borges. Geovani Borges. Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renan Calheiros.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Sim.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sim.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Osmar Dias. Patrícia Saboya. A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes e será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 7, página 211. Dispõe sobre a colocação... Projeto de Lei da Câmara nº. 66/05. Dispõe sobre a colocação de placas informativas nas rodovias que forem objeto de delegação ou concessão e dá outras providências. Autoria, Deputado Wanderval Santos. Relatoria, Senador César Borges. Matéria em reexame da CCJ. Em 14 de outubro de 2009 foi aprovado parecer favorável ao projeto com as emendas nº. 01 CCJ, 03 CCJ. Concedo a palavra ao ilustre Senador César Borges para proferir o relatório. Página 211, Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº. 66/05 de autoria do Deputado bispo Wanderval, que dispõe sobre a colocação de placas informativas nas rodovias que forem objeto de delegação ou concessão e dá outras providências foi aprovado nesta Comissão no dia 14 de outubro de 2009, com três emendas. Nessa oportunidade fui designado relator ad hoc dessa proposição. Entretanto, após a aprovação do relatório verificamos a existência de pequeno equívoco no texto aprovado, relacionado com a alteração acertadamente introduzida por essa Comissão que suprimiu do campo de aplicação das regras estabelecidas as rodovias delegadas. Ocorre que a redação das emendas acolhidas, em especial da emenda nº. 01 dessa Comissão falhou ao não prever a mesma alteração no texto do artigo terceiro do projeto, uma vez que também nesse dispositivo a referência a rodovias delegadas. De acordo com artigo 325 do Regimento Interno do Senado Federal é necessária a correção desse equívoco antes que o projeto retome o curso de sua tramitação. De forma a saná-la, apresentamos a emenda nº. 4 ao PLC nº. 66 a seguir formulada. Suprima-se a expressão delegatário ou do caput do artigo terceiro original do PLC nº. 66/05. É esse o relato, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para discutir.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O projeto é oportuno, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Nós temos aí várias situações pelos Estados em que a confusão se estabelece. Lá em Minas Gerais eu estive anteontem na cidade de Sabará e tinha uma faixa assim "dois anos que a obra do PAC está parada". Pedindo ao Governador que desse uma

solução. O Governador teve que explicar: O PAC é do Governo Federal. Tem dois anos que está parado mas não é problema nosso do Estado. As rodovias nós temos situações parecidas. Temos lá no norte de Minas uma rodovia que liga à Bahia, da divisa, que é a rodovia Federal e vira e mexe nós somos cobrados e não podemos fazer nada, porque é uma rodovia Federal. Então, tem que colocar a placa realmente quando estiver concedido, quando estiver Delegado, para que se saiba quem é quem. E aí a gente pode, talvez, ter um despertar e finalmente algumas obras sejam realizadas ao em vez de ficarem atrasadas. Senador Wellington, eu estou falando a verdade, Senador Wellington. É isso mesmo que está acontecendo. Tem muita obra atrasada lá. Não sei, V.Ex^a está balançando a cabeça. É seu aniversário, não estou perguntando.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um pequeno aparte. O triângulo mineiro, aquela região toda, a gente não tem mais onde fazer tanto asfalto. Nós estamos satisfeitos. Tem que procurar ver o que está errado aí.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então foi só no triângulo mineiro. O resto está...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As senhoras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 8, página 220. Projeto de Lei da Câmara nº. 68/06. Determina a impressão do calendário de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite. Autoria, Deputado Enio Bacci. Relatoria, Senador Renato Casagrande. A matéria ainda será encaminhada à secretaria de assuntos sociais. Concedo a palavra ao ilustre Senador Renato Casagrande para proferir o relatório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. O Projeto de Lei da Câmara nº. 68 determina a impressão do calendário de vacinas infantis obrigatória nas embalagens de leite, tipificando o não cumprimento da disposição como infração à Legislação Sanitária Federal. O objetivo nas palavras do proponente, alertar a população da importância da obrigatoriedade da vacina, e com isso reduzir o número de pais que deixam de vacinar seus rebentos, contribuindo por fim para o controle de uma série de doenças. A matéria deverá ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A matéria já é auto explicativa, Sr. Presidente, portanto o voto, a vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº. 68/06. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. Senadoras e Srs.

Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item 14, Projeto de Lei do Senado nº. 43/03, página 309. Autoriza o Poder Executivo a instituir Programa Nacional de Prática Desportiva para prevenção da violência e do uso de drogas. Aatoria, Senador Magno Malta. Relatoria, Senadora Patrícia Saboya. Relatório pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa. Em 16 de dezembro foi concedida vista ao Senador Valter Pereira nos termos regimentais. Consulta ao ilustre Senador Valter Pereira se há manifestação decorrente do pedido de vista. Senador Valter Pereira. Não se encontra. Portanto, a matéria já foi relatada. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As senhoras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Item 19. Página 365. Projeto de Lei do Senado nº. 57/07. Altera dispositivos da lei 9615 de 24 de março de 98 com redação dada pela lei 9981 de 14 de julho de 2000. Aatoria, Senador Alvaro Dias. Relatoria, Senador Wellington Salgado de Oliveira. Concedo a palavra ao ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira para proferir o relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vem a análise dessa Comissão, Sr. Presidente, Projeto de Lei do Senado nº. 57/07 que altera dispositivo da lei 9615/98 de autoria do Senador Alvaro Dias. A proposição visa a instituição do fundo de apoio a reestruturação financeira dos clubes de futebol. A proposição prevê a transformação prévia dos clubes e empresas e veda emprego de recursos do fundo de pagamento de despesas correntes. Ao Poder Executivo caberia a definição da estrutura e do funcionamento de uma Comissão de gestão do fundo. O projeto se encontra distribuído às comissões de Constituição e justiça, CCJ, de assuntos econômicos, CAE, de educação, cultura e esporte, cabendo à última decisão terminativa nos termos do artigo 49- 1 do Regimento Interno do Senado Federal. Nesta Comissão não foram apresentadas emendas à proposição. Anteriormente o projeto esteve distribuído à CAE, onde recebeu emenda 01 da CAE de autoria do Senador João Vicente Claudino. Também de autoria do mesmo parlamentar o Requerimento nº. 666/07 que pede a primazia da CCJ da apreciação do projeto para posterior manifestação da CAE. Análise. Do ponto de vista da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios. Trata-se de uma proposição de natureza autorizativa, pois em sua essência autoriza o Poder Executivo Federal a instituir o fundo de apoio à reestruturação financeira dos clubes de futebol. Ressalto que o Senado Federal adota a respeito dos Projetos de Lei autorizativo o entendimento do parecer 527 de 1998 da Comissão de Constituição e Justiça cidadania e de autoria do Senador Josafá Marinho, segundo a qual esse tipo de projeto não sofreria em princípio vício de iniciativa. De acordo com esse parecer o efeito jurídico de uma lei autorizativa é sugerir ao Poder Executivo como forma de colaboração à prática de ato de sua competência. Desse modo creio

que o PLS nº. 57/07 deve ser entendido como uma sugestão ao Poder Executivo, que segundo a Legislação em vigor tem a competência para instalar e colocar em funcionamento o fundo objeto da proposição em análise desde que uma lei específica tenha sido aprovada pelo Congresso. Quanto ao mérito, não há dúvida que as atividades esportivas tem um grande potencial econômico. No entanto, os clubes brasileiros vivem em profunda crise financeira e não consta com os meios necessários para a retomada de sua capacidade de investimentos, principalmente quanto à recuperação da infraestrutura. É, portanto, meritória a iniciativa do Senador Alvaro Dias, pois o fundo proposto poderá canalizar para o futebol brasileiro os recursos que faltam para a transformo de seus estádios e a melhoria de sua instalação de treinamento e apoio à atividade esportiva em geral. Nesse sentido a emenda 01 da CAE é muito oportuna, pois condiciona a destinação de recursos aos projetos de investimentos em infraestrutura e de apoio. Voto. Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 57/07. Sala de Comissão. É esse o meu voto, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Primeiro o Senador Romeu Tuma. Em seguida Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Uma pergunta só para o autor, se ele puder responder, se isto tem algum confronto com a time mania--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não estamos ouvindo a pergunta também, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senhor?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Qual a pergunta que faz V.Ex^a?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já fiz para o líder.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas é que nós não ouvimos a pergunta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que eu falei aqui no microfone. Eu perguntei como nós tivemos aqui a aprovação da time mania, até que ponto ela entra em conflito ou não com o projeto da time mania.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, o projeto tem por objetivo organizar melhor a aplicação de recursos já existentes e que ingressam no caixa dos clubes brasileiros. E, muitas vezes, são aplicados aleatoriamente sem levar em consideração o interesse público, possibilitando que investimentos em infraestrutura que poderiam ocorrer para oferecer melhores condições aos clubes e aos torcedores, deixem de

ocorrer. Nós não estamos criando nenhuma fonte nova de recursos. É bom enfatizar que não estamos colocando sobre os ombros do povo brasileiro nenhum encargo novo a favor dos clubes de futebol. Nós estamos nos valendo dos recursos já existentes. Quais são eles? 10% dos recursos auferidos pelos clubes nas transações internacionais de atletas. Aliás, muitas dessas transações obscuras, com interesses subalternos não esclarecidos, com recursos que não ingressam legalmente no país e permanecem em contas secretas no exterior. Isto a própria CPI do futebol revelou, e nós não temos nenhum indício de que isto tenha se interrompido no país, infelizmente. E foi esta razão, inclusive, de uma proposta nossa mais recente, de uma nova CPI que teria por objetivo investigar exatamente a ocorrência dessa ilegalidade. CPI que acabou sendo abortada pela retirada de assinaturas. 10% de toda arrecadação de bilheteria de eventos de futebol. 10% do valor arrecadado pelas empresas que exploram a publicidade estática dos estádios de futebol. 15% das receitas auferidas pela confederação brasileira de futebol, em função dos eventos em que participe a Seleção Brasileira. Aliás, a CPF é uma espécie de paraestatal, que deveria inclusive ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União. Porque auferem recursos que são oriundos de parte do patrimônio cultural brasileiro, que é a seleção nacional. Caberia, sim... Esse debate se travou no Supremo Tribunal Federal, quando tentaram impedir que a CPI do futebol se instalasse e quebrasse sigilos bancários de clubes e federações. O Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa ao Congresso Nacional que instalou a CPI e quebrou os sigilos bancários que desejou quebrar, com o respaldo do Supremo Tribunal Federal considerando exatamente esse fato que me refiro. CBF é uma espécie de paraestatal, porque mobiliza recursos direta e indiretamente de natureza pública. Doações de empresas que terão o direito a abatimento no Imposto de Renda. Recursos outros, outras receitas que sejam atribuídas. Então, o fundo é constituído de várias fontes de recursos já existentes. E aí se estabelece a obrigatoriedade da aplicação desses recursos, impedindo que eles sejam utilizados para despesas correntes. E o que é mais importante, a transformação do clube em empresa proporciona maior transparência, maior legalidade dos procedimentos administrativos e exige gestão mais competente em respeito, sobretudo, à população do país. É bom dizer, até a CPI do futebol a impunidade era absoluta na administração do desporto nacional. Os dirigentes chamados cartolas arrebatavam cofres, iam pra casa e nada ocorria. Depois da CPI do futebol passamos a ter o mínimo de transparência, com a nova lei de responsabilidade do desporto nacional, incumbindo ao Ministério Público ações que possibilitam a responsabilização civil e criminal daqueles que eventualmente praticarem falcatura na gestão do futebol. A transparência com auditorias externas, com a divulgação dos balanços... Hoje a sociedade sabe quanto deve o Flamengo, quanto deve o Corinthians... Há poucos dias publicou-se que a dívida do Flamengo ultrapassa 300 milhões de reais. A dívida do Vasco ultrapassa 300 milhões de reais. Enfim, há maior transparência, mas nós teremos uma organização mais eficiente da

administração do futebol se obrigarmos os clubes a se transformarem em empresas. Passarão a ser regidos pela Legislação que rege a atividade empresarial no país. Esse esporte, o futebol, é uma atividade econômica, geradora de emprego, de renda, de receita pública, e deve dessa forma ser organizado, deve dessa forma ser administrado. E a Legislação deve levar em conta exatamente isso. Esse projeto é modesto. Esse projeto é apenas um passo. Nós esperamos que ele seja aprovado e, certamente, na Câmara dos Deputados será debatido, aprimorado e nós teremos aí então o avanço na Legislação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As senhoras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Item 22, página 410. Projeto de Lei nº. 284/08. Terminativo na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis. Autoria, Senador João Vicente Claudino, relatoria Senador Valdir Raupp. A matéria será apreciada, como eu disse, em seguida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Concedo a palavra ao ilustre Senador Valdir Raupp para proferir o relatório. Não estando presente o Senador Valdir Raupp, nomeio relator ad hoc o Senador Renan Calheiros, a quem concedo a palavra. Página 410. Relator ad hoc.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL):-- quatro de autoria do Senador João Vicente Claudino, estruturado em quatro artigos. O primeiro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, diz o seguinte. Da proposição impõe que nos rótulos das embalagens de produtos infantis comercializados no Brasil esteja escrita a expressão "pedofilia é crime. Denuncie, disque 100". Segundo o artigo segundo a expressão constante do artigo anterior deve estar em local visível. O artigo terceiro é a cláusula de vigência fixada para 180 dias após a data da publicação da lei em que o projeto se converter. Não foram, Srs. Senadores, apresentadas emendas ao Projeto de Lei. Após o exame neste colegiado o mérito do PLS 284/08 será apreciado no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa. Compete a esta Comissão pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito da proposição em referência consoante o disposto no a artigo 101, incisos primeiro e segundo alínea D do Regimento Interno do Senado Federal. Em relação à constitucionalidade, o PLS 248 trata de assunto referente à produção e consumo e a proteção da infância, inserido na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme prevê o artigo 24, inciso 5º e 15º da Lei Maior da Constituição Federal. No tocante ao aspecto material entendemos que o PLS 284/08 não apresenta vício de inconstitucionalidade, não obstante as ponderações a seguir expostas a respeito do princípio da livre iniciativa econômica. Portanto, Sr. Presidente, em decorrência do exposto, apresento voto. Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nos termos do

substitutivo. Passo a ler o substitutivo. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção do texto em embalagem de produtos infantis. O Congresso Nacional decreta, artigo primeiro. As embalagens de produtos infantis comercializados no Brasil devem contar em seus rótulos as seguintes expressões: "Denuncie a pedofilia. Disque 100". Artigo segundo. Os órgãos federais competentes em conjunto ou separadamente devem definir quais os produtos devem ser rotulados e de que forma a expressão contida no artigo anterior deve ser exposta no rótulo. Artigo terceiro. O não atendimento ao disposto nessa lei implicará no recolhimento dos produtos no mercado até a sua adequação, podendo o órgão fiscalizador aplicar multa pelo não cumprimento da obrigação. Artigo quarto. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação. É, Sr. Presidente, em síntese, o relatório do nobre Senador Valdir Raupp.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As senhoras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Item 30 da pauta. Página 540. Requerimento nº. 1537/09. Requer nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal voto de aplauso ao jornalista Merval Pereira, contemplado com o prêmio Maria Moors Cabot da universidade da Califórnia, Estados Unidos. A autoria Senador Arthur Virgílio, relatoria Senador Jayme Campos. Concedo a palavra ao ilustre Senador Flávio Arns... Não é membro da Comissão. Ao ilustre Senador José Agripino Maia para proferir o relatório em lugar do Senador Jayme Campos. E para isso o nomeio relator ad hoc. Página 540. Item 30, página 540. Voto de aplauso ao jornalista Merval Pereira, contemplado com o prêmio Maria Moors Cabot.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu faço com muita alegria a tarefa de relator ad hoc, de proposição de um voto de aplauso ao jornalista Merval Pereira, contemplado com o prêmio Maria Moors Cabot, da universidade da Califórnia. Tive oportunidade de inclusive fazer um telefonema para sua senhoria, ele estava em Nova York, cumprimentando pela obtenção desse prêmio de caráter singular para o jornalismo brasileiro.

Requer o autor que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e o jornal O Globo. Ao justificar a sua proposição, o autor aduz que o colunista agraciado é também comentarista da CBN, emissora de rádio dedicada a notícias e destaca o trabalho por ele realizado em Brasília, sobretudo da cobertura do Palácio do Planalto. O Requerimento nº. 1537, de autoria... De 2009, foi apresentado em 24 de novembro de 2009, e após pronunciamento dessa Comissão segue ao Plenário.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Esta foi a edição de nº. 71 do prêmio Maria Moors Cabot, desde 1938, 257 prêmios, 56 citações

especiais foram entregues a jornalistas atuantes em mais de 30 países das Américas. Até hoje 28 brasileiros receberam esse prêmio destacando-se exemplificadamente a Alceu de amoroso Lima, Roberto Marinho, Carlos Castelo Branco, Otávio frias filho, Clóvis Rossi, José Hamilton Ribeiro e Miriam Leitão. Merval Pereira, além de comentarista político da Globo News e da rádio CBN, é colunista do jornal O Globo, onde começou a carreira como repórter. Trabalhou no JB, Jornal do Brasil, e na revista Veja. Destacou-se principalmente editor de política, editor chefe e Diretor de redação, foi responsável pela direção de jornalismo da área de mídia impressa e rádio das organizações Globo, até optar pelo jornalismo político diário. Segundo as próprias palavras do premiado, um dos objetivos do prêmio é fortalecer a liberdade de imprensa e a imprensa como instrumento de democracia. E para a imprensa brasileira é importante sempre que um brasileiro ganhe o prêmio. Consoante as disposições regimentais, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ, opinar sobre as exigências referentes à técnica legislativa, ao mérito, à juridicidade e a constitucionalidade sobre Requerimento de voto de aplauso, categoria em que se incluiu a proposição ora sob exame. A nosso ver a homenagem é justa, oportuna e meritória. Entendemos que a proposição atende aos requisitos de regimentalidade, e que está vazada em boa técnica legislativa de acordo com a Lei Complementar nº. 95/98 e com as alterações introduzidas pela Lei Complementar 107/01. Entendemos igualmente que a proposição se alinha com os princípios constitucionais vigentes. E ante o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº. 1537/09. Nosso voto é favorável, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, apresentei esse voto de aplauso ao jornalista Merval Pereira, que considero um colunista político de leitura obrigatória por quem queira acompanhar com responsabilidade a própria política deste país. Apresentei voto de aplauso sobretudo pela importância do prêmio. O prêmio Maria Moors Cabot, da universidade da Califórnia, dos Estados Unidos. Senador José Agripino proferindo o relatório como relator ad hoc, ele lembra que apenas 28 brasileiros fizeram jus a este prêmio até o momento. Outros virão. Eu imagino que mais hora menos hora uma Dora Kramer estará citada e estará cotada e agraciada com algo parecido com esse prêmio. Mas até agora 28 brasileiros receberam este prêmio destacando-se. Vamos lá. Alceu de amoroso Lima, Roberto Marinho, Carlos Castelo Branco, o castelinho, Otávio frias filho, Clóvis rocha, José Hamilton Ribeiro e Miriam leitão. Ou seja, é um prêmio efetivo, um reconhecimento efetivo, verdadeiro à atuação isenta, correta de um jornalista que exerce sua profissão de maneira nobre, o jornalista Merval Pereira. Portanto, eu tive

muita honra em assinar este Requerimento de voto de aplauso à figura tão insigne da nossa imprensa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero também aproveitar a oportunidade para cumprimentar o jornalista Merval Pereira, que inclusive hoje no seu artigo em O Globo faz uma análise denominada cautela suprema sobre o que acontece no Distrito Federal que é uma análise muito bem feita e recomendo aos Srs. Senadores para conhecer a natureza do problema que está ocorrendo com o Governo do Distrito Federal. Meus cumprimentos ao jornalista Merval Pereira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As senhoras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Um dos itens consensuais foi retirado a pedido do Senador Francisco Dornelles. Há um pedido do Senador Arthur Virgílio e do Senador Flávio Arns para anunciar a desistência de um recurso. O item 01 da pauta. Portanto, vou fazer a leitura do item 01 da pauta. Item 01. Recurso contra a decisão do Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal, página 22. Senador José Sarney para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania avalie no caso concreto a necessidade de substituição de membro da direção de Comissão Técnica em caso de alteração da filiação partidária. Aatoria, Senador Arthur Virgílio. Relatoria, Senador Demóstenes Torres. Parecer pelo não provimento do recurso. Concedo a palavra ao ilustre líder, Senador Arthur Virgílio... Ou melhor, para o Senador Flávio Arns, primeiro, a fim de que possa discutir o assunto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Isto. Antes do nosso líder, Senador Arthur Virgílio, comunicar a desistência do recurso, eu só quero mencionar que o recurso, na minha ótica, se baseou estritamente em termos regimentais. O Senador José Sarney declarou à Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte vaga por eu ter deixado de ser membro titular no bloco de apoio ao Governo. Porém, no mesmo instante eu fui indicado como membro titular do PSDB, pelo líder do PSDB. Então, não houve qualquer interrupção, qualquer problema nesse sentido. E, ao mesmo tempo, o Requerimento do Senador Aloizio Mercadante ao Senador José Sarney foi no sentido de indagar que tendo em vista a destituição de membro de Comissão Permanente que exerce a Presidência, como é que fica a situação, com base no artigo 81. Eu quero lembrar a todos os Senadores que o artigo 81 do regimento do Senado Federal aborda a questão de indicação e substituição de Senadores nas comissões. Isso é um trabalho do líder. O líder indica e o líder tem a competência regimental de substituir. Porém, quando se trata de uma pessoa que exerce a Presidência, o líder não pode substituir a não ser que

haja a concordância da maioria do partido. Aí pode haver a substituição. Quando a pessoa sai do partido, se desfilia do partido, o líder, naturalmente, não precisa ter a autorização da maioria do partido. Porque a pessoa está se desfiliando. Então, o artigo 81 trata unicamente de substituição ou indicação. Não aborda, conforme o Senador Aloizio Mercadante colocou no seu ofício, de destituição. Eu inclusive disse para o Senador Aloizio Mercadante, a quem respeito muito, dizendo: Olha, você está fazendo algo ao arrepio do regimento. Atropelando a lei. Por isso que o recurso foi interposto. A proporcionalidade não foi alterada, porque eu fui indicado pelo PSDB no lugar do Senador Cícero Lucena, e, ao mesmo tempo, uma outra pessoa do PT, Partido dos Trabalhadores, cuja bancada também tenho respeito grande, foi indicada para me substituir. Então, o artigo 81 trata unicamente de indicação e substituição. O artigo 88, esse sim, esse trata da eleição. E o artigo 88 diz que se aplica para a Comissão o artigo 59. E o artigo 59 fala da eleição para os membros da Mesa Diretora. Então, aplica-se para a Comissão o mesmo critério de eleição para a Mesa Diretora, que diz que serão eleitos para dois anos, vedada a reeleição, para o período imediatamente subsequente. Ou seja, o artigo 59 não fala absolutamente nada de destituição. Ou seja, aplica-se à Comissão o mesmo critério da Mesa Diretora. A Mesa argumenta, argumentou na resposta, que há casos anteriores que trariam uma jurisprudência. Não existe qualquer caso no Senado Federal com diferencio definitiva sobre esse assunto. Os recursos que foram feitos foram sempre arquivados em função de término de legislatura ou algo semelhante. [Soa a campainha]. E, ao mesmo tempo, a resposta da Mesa do Senado se refere ao regimento da Câmara, que é claro de acordo com a Mesa sobre esse assunto. Contudo, o regimento da Câmara é o regimento da Câmara. E nós temos outro regimento que é o regimento do Senado. Portanto, Sr. Presidente, na minha ótica e na ótica de vários advogados com os quais discutimos o assunto, é pacífico o entendimento de que houve um equívoco da Mesa Diretora na apreciação dessa matéria. Mas, eu diria, nós temos que pensar dentro de um espírito que o Senador Arthur Virgílio procura enfatizar nessa Casa, que no sentido de haver apesar de não estar previsto no regimento que são dois capítulos diferentes, um capítulo é a formação da Comissão e outro capítulo é a eleição da Comissão. Então, são dois capítulos completamente diferentes. O Senador Arthur Virgílio defende, como meu líder, o ponto de vista de haver a proporcionalidade não só na Comissão, mas também em termos da direção das comissões. E isso é um entendimento político importante, necessário, fundamentado. Porém, não é regimental. Mas é importante. E eu compartilho com esse entendimento. Por isso, discutindo com o líder, e quero novamente destacar para o Brasil e para o Estado do Amazonas a importância de se ter parlamentares como o Senador Arthur Virgílio, que antes do aspecto partidário, pensa no aspecto de haver também essa proporção, essa participação de todos os partidos que nós decidimos retirar o recurso, apesar de eu entender, e quero deixar bem claro, de entender que estou amparado no regimento. E quero destacar que muitos

Senadores se manifestaram sobre o assunto dizendo que me respeitavam, que eu tinha credibilidade, que fazia um bom trabalho, e por isso que eu deveria continuar. Eu sempre procurei dizer que eu só queria fazer o aspecto regimental. O que o regimento diz sobre esse assunto, ou que a lei diz. Então, sou grato aos Senadores todos que demonstraram essa solidariedade. E sou grato particularmente ao Senador do meu Estado, o Senador Alvaro Dias, que com muita competência fez um voto em separado destacando esses aspectos todos. Então, mais importante do que continuar é, na Presidência, e já não estou na Presidência desde o mês de outubro, porque na ocasião quando a Mesa declarou vago o cargo, apresentamos o recurso e eu não continuei na Presidência, no aguardo da definição do recurso. Porém, deixando muito claro de que nós estamos falando, o Senador Mercadante se equivocou na sua consulta à Mesa, ele teria que ter dito tendo em vista a substituição de membro de Comissão Permanente que exerce a Presidência, e não a destituição. E ele mencionou o artigo 81. O artigo 81 não fala isso, como já foi dito, o líder do partido quando indica, quando substitui, tem toda autoridade para fazer isso. Quando se trata de Presidente, só pode substituir com o apoio da maioria da bancada. Quando o Presidente se desfilia, ele pode substituir sem o apoio da bancada, porque afinal a pessoa saiu do partido. Então, nesse sentido eu penso que houve um equívoco e sugiro inclusive a V.Ex^a, Senador Demóstenes Torres, que eu sei que o trabalho do regimento está sendo feito, de revisão, de atualização, de complementação, que o grupo encarregado dessa revisão possa se debruçar sobre esse tema para que em ocasiões futuras não haja qualquer dúvida a respeito desse assunto. Então, é o que eu tinha a dizer e concordo amplamente com o pensamento como eu disse do Senador Arthur Virgílio, enalteço o trabalho do nosso líder e ele tem um espírito público republicano que está a prevalecer também nessa situação. Dizer apesar de não haver esta clareza que eu estou amparado na lei existente, mas nós vamos pensar num princípio de proporcionalidade. Então, eu quero deixar bem claro para todas as pessoas que eu jamais interporia um recurso contra o que o regimento diz. Se o recurso está sendo interposto, é porque existe a compreensão de que o regimento deveria ser cumprido. Senão, jamais teria sido feito isto. E sugiro, como eu disse a V.Ex^a, que a Comissão possa deixar mais claro o assunto, para que em ocasiões futuras essa dificuldade não volte a acontecer. Agradeço a V.Ex^a e agradeço também, Senador Demóstenes Torres, porque V.Ex^a é uma pessoa do diálogo, do entendimento, da escuta e discutimos muito pessoalmente essa situação. V.Ex^a fez um conjunto, uma análise muito interessante também e tudo isso faz com que a gente pense assim que as nossas leis internas precisam ser aperfeiçoadas. Obrigado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V.Ex^a. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o Senador Flávio Arns ele sim é generoso e muito correto. Ele provou a farta do ponto de vista--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Peço silêncio aos senhores. Silêncio, por favor! [Soa a campainha].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ele provou a farta do ponto de vista do regimento que a ele assistirei a razão caso tocasse essa luta até o final. Afinal de contas, o artigo 81 de que se valeram os que se perfilaram contrariamente à ideia exposta pelo PSDB, ele trata de indicação e substituição e não de destituição. Então, são minúcias que conformam, e V.Ex^ã melhor do que ninguém nesta Casa conhece de Direito, são minúcias que conformam a própria... O próprio brilho do Direito. São as minúcias que dizem quem tem razão e quem não tem razão. Indicação de substituição é uma coisa, destituição é outra bem diferente. Mas a questão, e para ser bem passada lá pra fora para que as fronteiras... Para que além fronteira Senado todos entendam o papel do Senador Flávio Arns, a preocupação dele nunca foi permanecer no cargo de Presidente da Comissão de Educação desta Casa. Ele vinha exercendo com muito brilho esta função. Por razões que esposo sobejamente, não vou permanecer no meu partido por razões tais, tais e tais... Alegou razões éticas inclusive para isso, o Senador Flávio Arns recebeu muita pressão para não abrir mão dessa luta por parte de artistas, como o Odilon Wagner, Beatriz Segall, Cristiane Torloni, Maitê Proença e tantos, tantos e tantos, recebi no meu gabinete pilhas e mais pilhas de e-mails com manifestos assinados por artistas, atores, figuras exponenciais do mundo cultural brasileiro que insistiam em que seria uma perda para o Senado, até porque naturalmente alheios à questão regimental ou não regimental, eles menos se preocupavam com a cultura... A cultura poderá perder um grande aliado com a saída da Presidência do Senador Flávio Arns. E o Senador Flávio Arns, obviamente que tinha que dar satisfação a essas pessoas. A preocupação nossa é com cultura de verdade. Cultura não é aquela que ditatoriamente um Governo compõe. Cultura é ver o que o povo está fazendo e apoiar o que o povo está fazendo. Não é patrocinar aquilo que o Governo havia dito, porque isso Mussolini fez muito bem, Hitler fez bem, qualquer regime ditatorial faz muito bem e com muita eficácia. Cultura é apoiar aquilo que o povo faz espontaneamente. E quem trabalha cultura nesse país, quem vive de cultura, os atores, as atrizes, os escritores, obviamente que eles querem um clima máximo de liberdade no Brasil. A pressão veio também das universidades comunitárias. Ou seja, algo que parecia interna corporis, virou uma questão nacional. Virou uma questão de muita importância para segmentos de muito relevo na sociedade brasileira. Nós, depois de muita conversa e lembramos os fatos passados e os fatos recentes, entendemos que embora com o regimento a favor de Flávio Arns, a favor do PSDB, nós deveríamos em nome da harmonia da Casa, da proporcionalidade que não deveria deixar de fora de uma das comissões mais relevantes o peso do Partido dos

Trabalhadores, o peso do PT, nós resolvemos abrir mão dessa... Desse recurso. E lembro, quando apoiamos o candidato do PT à Presidência da Casa, Senador Tião Viana, enfrentando o atual Presidente José Sarney, surgiram várias dúvidas depois. Todo vencedor fica eufórico e então é natural que a euforia tome conta. Não deve tomar conta de pessoas que tem muita experiência, mas às vezes até os experientes ficam eufóricos. E os vencedores queriam se portar no início como se fosse um Exército romano que invade Cartago e salga a terra e leva os despojos todos e estupra as mulheres e rapta as crianças para fazer elas escravas, enfim. Então, chegaram a pensar em negar a Comissão de Relações Exteriores para o PSDB. É bom lembrarmos disso. O indicado seria o Senador Fernando Collor que é um partido que por mais valoroso que seja, tem muito menos Senadores do que o PSDB. Nós contamos com o apoio do PT naquele episódio. O PT se portou de maneira correta conosco como nós nos portamos de maneira correta e leal ao PT Senador Tião Viana porque era uma decisão nossa. Nós entendíamos que era melhor a opção Tião Viana do que a opção José Sarney e pronto. É um direito nosso. Entendíamos e se houvesse outra eleição hoje eu faria a mesma coisa, apesar de ser ano eleitoral. Muito bem. O PT, depois, perde a eleição para o próprio Senador Fernando Collor porque aí já houve uma outra composição de forças que facilitou a vitória de Collor contra a Senadora Ideli Salvatti, que recebeu o apoio unânime, o voto inteiro do PSDB para a sua postulação porque nós entendíamos que o PT deveria ter o quarto lugar, a quarta opção pela ordem natural da proporcionalidade. E acabou depois cabendo à Senadora a liderança do Governo no Congresso ou algo parecido. O fato é que depois de muita conversa e apesar dessa pressão da sociedade, dos meios culturais, dos artistas, dos atores, dos produtores culturais, dos dramaturgos, dos novelistas, surgiu a ideia de que nós deveríamos em nome do bom senso e da harmonia que precisa reinar nessa Casa, abrir mão dessa indicação. Abrir mão de algo com a crença de termos razão regimental, abrimos mão pelo entendimento e abrimos mão até para nos tornarmos coerentes com o passado recente da luta que se travou pela Presidência da Casa. É nesse sentido que depois de ter visto o Senador Flávio Arns, com sua nobreza, e é uma pessoa nobre, é uma figura nobre, figura de enorme dignidade pessoal, de enorme dignidade pública, arrazoar sobre a questão regimental, eu procurei trazer o meu arrazoado para o lado político. Fiz a lembrança do passado recentíssimo e então entendo que embora regimentalmente bem amparados, nós fazemos justiça ao PT entregando ao PT a possibilidade de eleger alguém que coloque o seu partido na direção de uma das principais comissões da Casa, Comissão que ganhou muito relevo com a Presidência do Senador Flávio Arns. E mais e finalmente, Sr. Presidente, o que se espera da pessoa a ser eleita é que venha com as janelas abertas para a liberdade. Que venha para compreender o direito de expressão no país. Que venha para compreender que não se faz cultura procurando adaptar a cultura aos interesses de Governo qualquer. Que se faz cultura simplesmente respeitando o livre pensamento de cada pensador. Porque

se é pensador, ele tem que pensar por ele próprio. Esse é o sentido da luta que travamos, e esse é o sentido portanto do apelo que faço a quem quer que vá dirigir a Comissão de Educação. E este é o sentido do gesto nobre do Senador Flávio Arns quando permite que a liderança do PSDB abra mão do recurso que interpôs para nós fazermos o Senado funcionar, respeitando-se os tamanhos de cada partido. Aqui o PSDB tem a maior bancada, a segunda bancada é empatada com o DEM e o PSDB, a terceira bancada é a do PT. Isso é fundamental. Eu prefiro sempre que todos os partidos, de acordo com que estritamente estabelece a proporcionalidade, façam parte da Mesa. É uma falácia, uma falácia... Uma falácia que sequer chega a ser inteligente se dizer: Disputou a Presidência e portanto não tem direito a participar da Mesa. Quem age assim imagina que vai encontrar pela frente guerrilheiros e não adversário normais, adversário leais. Então, eu sou a favor já que a prática que se estabeleceu é de poder disputar livremente a Presidência da Casa e depois se respeitar a proporcionalidade tanto na Mesa quanto nas comissões, eu entendo que essa deva ser a jurisprudência a ser firmada, apesar de a leitura do regimento nos permitir entender que o Senador Flávio Arns estava coberto de razão ao concordar com a iniciativa do PSDB de fazer o recurso em seu favor. Mas que seja feliz o novo Presidente da Comissão de educação, e que trafegue pelas estradas da liberdade. Que não navegue pelas águas do aparelhamento. Que navegue pelas águas da comunhão com quem faz cultura neste país. Estão todos nos ouvindo, estão todos preocupados, estão todos saudosos da liderança firme do Senador Flávio Arns naquela Comissão. Que não haja, portanto, vou falar uma expressão que eu considero de mau-gosto, horrível, que não haja solução de continuidade. É uma expressão que eu gostaria de ter outra no momento, mas não me ocorreu. Que o Senador Flávio Arns, portanto, seja sucedido à altura de sua capacidade de entender que não existe cultura verdadeira sem se ir ao povo. E não existe respeito ao povo se se tenta impor o modelo cultural ao próprio povo. É fortalecer aquilo que o povo já faz. Portanto, que o exemplo de Flávio Arns como Presidente da Comissão tão acalentado como ele tem sido por quem faz cultura no país, que ele seja seguido e que vire esse exemplo também uma jurisprudência informal nesta Casa, Sr. Presidente. O PSDB abre mão por entender que o PT, como grande partido que é, merece fazer parte de uma das comissões mais relevantes da Casa. Afinal de contas, é o quarto partido pelo número de Senadores que logrou eleger nas eleições que travou. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Alvaro Dias. Em seguida Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy e Wellington Salgado. E Marconi Perillo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu fui autor do voto em separado, e quando o discutimos expus as razões regimentais que recomendaram a apresentação do voto na defesa do mandato de Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal. Hoje o líder do

PSDB, Arthur Virgílio, responde a um ato de intolerância com tolerância. Ele retira o seu recurso exatamente para evitar o constrangimento de um confronto. Seria constrangedor para qualquer colega do PT, Senador do PT, votar contrariamente à permanência do Senador Flávio Arns na Presidência da Comissão de Educação. Então, Sr. Presidente, sobre Flávio Arns disse o que tinha que dizer na ausência dele, e hoje prefiro não repetir. A admiração, o respeito que devoto a ele e porque. Mas eu gostaria de aproveitar esse ensejo, agora muito mais falando em tese do que propriamente em relação ao fato que estamos discutindo, dizer que nós precisamos aprender a valorizar o voto. Eu creio que a democracia precede ao regimento. Valorizar o voto é valorizar a democracia. Se o regimento impossibilita a valorização do voto, que se mude o regimento. Então, esta é a proposta que eu quero registrar hoje. Se o regimento está impedindo que neste caso o voto que eu concedi ao Senador Flávio Arns seja desvalorizado, que o meu voto seja anulado neste ato, ele está sendo anulado, eu votei no Senador Flávio Arns para ele ser Presidente da Comissão de Educação durante dois anos. Estão, portanto, subtraindo um direito adquirido através do voto, democraticamente. Isso não pode estar acima... Isso não pode ficar aquém do regimento. Isso tem que estar acima do regimento. Se as interpretações estão possibilitando anular o voto, que alteremos o regimento para não dar margem a esse tipo de interpretação que é nocivo aos interesses democráticos. Ora, Sr. Presidente, nós já tivemos outros casos. Aqui ao meu lado está a Senadora Patrícia Saboya. Ela foi Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Mudou de partido e não perdeu o seu mandato de Presidente da Comissão. Talvez ela tenha mais carisma que o Flávio Arns. Mas, certamente, ambos são dignos, honrados e competentes. Talvez o carisma da Senadora Patrícia tenha se sobreposto ao regimento da Casa. O carisma da Senadora Patrícia ficou acima do regimento. A democracia não pode ficar. O voto não pode ficar. O voto tem que ser anulado. O meu voto está sendo anulado. O mandato adquirido democraticamente pelo Senador Flávio Arns está sendo subtraído. Eu não sei qual o argumento que nós podemos usar para preservar um regimento que subtrai o direito adquirido através do voto, se o voto é a essência do processo democrático. Por isso, Sr. Presidente, se este é um fato consumado, se a intolerância acaba prevalecendo sobre o consenso que há nesta Casa de que a figura do Senador Flávio Arns só acrescenta e valoriza a Comissão que ele preside, paciência. Mas vamos doravante mudar os procedimentos regimentais para que nós possamos valorizar o voto e valorizar a democracia.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Demóstenes Torres, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Eu gostaria de fazer algumas considerações que... Sobre essa questão que, a meu ver, se coloca alguns pontos importantíssimos para essa Comissão e para o Senado Federal. Primeiro eu queria dizer que fui designado pelo Presidente Demóstenes para ser relator de um projeto do Senador Marco Maciel de reforma do

regimento desta Casa. E nós estamos fazendo em conjunto com uma série de Senadores recebendo sugestões, com os setores técnicos dessa Casa a revisão e a atualização deste regimento. E essa questão de hoje levanta realmente um ponto fundamental que nós vamos ter que modificar nessa proposta que nós faremos agora, porque como disse muito bem o Senador Alvaro Dias, é fundamental que o voto seja respeitado, que o mandato seja respeitado. Sendo o voto e o mandato respeitado, evidentemente que não teria o menor cabimento, a menor possibilidade que o Senador Flávio Arns não ficasse à frente daquela Comissão para a qual foi eleito com o voto dos seus membros, com o voto dos Senadores. Ele não foi indicado por nenhum partido para... Ele foi indicado por um partido para concorrer à Presidência e eleito pelos Senadores. E eleito não somente, e aí é outra coisa fundamental que deve prevalecer nessa Casa, ele não foi eleito somente porque foi indicado principalmente porque foi indicado pelo PT, pelo Partido dos Trabalhadores. Ele foi eleito pelo enorme respeito que todos os Senadores dessa Casa tem pela sua pessoa. Respeito pelo seu trabalho aqui dentro dessa Casa, respeito pela sua história como político, não só como Deputado Federal, como Senador da República e em outras atividades que ele desenvolve na sua vida pública, mas não exercendo cargos. E é, sem dúvida nenhuma, uma das personagens mais dignas que esse Senado possui hoje. E eu não acredito, Senador Flávio Arns, que tivesse uma só pessoa, mesmo Senadores do PT que, em público, diante da televisão, tivessem a coragem de votar contra a sua permanência. Duvido muito que isso acontecesse. E isso V.Ex^a acho que sabe disso também. Porque fazer as conspirações para que V.Ex^a não continuasse, as pressões sem aparecer publicamente, muitos o fazem. Mas votar publicamente contra a sua permanência na Presidência da Comissão, duvido que muitos tivessem... Que algum tivesse coragem de fazê-lo pela importância e pela dignidade que V.Ex^a representa com sua atuação nessa Casa hoje. O seu gesto se reveste de maior grandeza ainda, porque V.Ex^a sabe disso, que iria, como foi dito aqui se não me engano pelo Senador Alvaro Dias, causar enorme constrangimento a quem quisesse ou tivesse por algum tipo de pressão obrigado a votar contra a sua permanência. E por isso fica aqui a nossa palavra de respeito. Eu não diria que parabenizando por retirar. Eu gostaria de vê-lo porque esse Senado Federal mais do que nunca está precisando de pessoas como V.Ex^a, representando e dirigindo comissões ou qualquer outra atividade aqui nessa Casa. Mas me rendo diante da sua grandeza e da sua... Da sua personalidade nesse momento realmente em que levanta esse tipo de caso que nós precisamos resolver.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, como vice líder da bancada do PT e em nome do Senador Aloizio Mercadante, que inclusive hoje por razão de exame médico que precisa ser feito em São Paulo não pôde estar aqui presente, gostaria de transmitir a palavra aqui

de respeito ao Senador Flávio Arns e ao líder, Senador Aloizio Mercadante, bem como aos Senadores Alvaro Dias, Tasso Jereissati que aqui se pronunciaram, eu quero transmitir aqui, reiterar o respeito que todos temos pelo Senador Alvaro Dias... Pelo Senador Flávio Arns que ainda ontem todos nós proclamamos por ocasião da homenagem à Dra. Zilda Arns, e quero dizer, Senador Flávio Arns, que esse respeito é muito grande. V.Ex^a sabe da nossa convivência, inclusive quando tomou a atitude de deixar o PT todos nós nos pronunciemos dizendo da nossa amizade e respeito por V.Ex^a, mas quero transmitir ao Senador Arthur Virgílio que o passo que V.Ex^a dá hoje é no sentido de elevar o grau de convivência entre nossos partidos, e com a compreensão do Senador Flávio Arns pode estar certo, Senador Arthur Virgílio, hoje a decisão de desistir deste recurso faz com que nós tenhamos um grau mais elevado de convivência para que os nossos partidos possam estar colaborando para decisões na defesa do interesse público e maior da nação brasileira. Então, apesar aqui esse registro em nome também do Senador Aloizio Mercadante, que inclusive ao propor que fosse adiada a decisão para hoje possibilitou esse entendimento. Muito obrigado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu já tive oportunidade de ser Presidente da Comissão de Educação, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e sou hoje Vice-Presidente da CCJ. Eu vejo nessa Casa que nós não podemos expor Senadores. Eu não sei o Senador Tasso está agora revendo o Regimento Interno, tenho certeza que essa situação vai ser importante para V.Ex^a. Agora, essa situação acontece com o Senador Flávio Arns é realmente algo... Eu sou a favor da proporcionalidade, mas considero algo absurdo. Absurdo porque tirar... Aliás, não foi tirado. O Senador enquanto entrou com recurso que na minha ótica teria um efeito suspensivo, com o recurso poderia continuar na Presidência, ele não continua. Meu partido PMDB já teve algumas situações semelhantes a essa. Em momento algum procurou tirar Senador de cargo, tirar o Senador da posição que foi colocado. Eu sou membro da Comissão de Educação e quando votei, quando tinha a cédula para votar, como bem colocou aqui o Senador Alvaro Dias, eu votei no Senador Flávio Arns. Sou a favor da proporcionalidade. Sem proporcionalidade quem tem a maioria vira rolo compressor. E isso não é bom para a democracia, não é bom para o Senado Federal. Essa Casa tem errado e essa tem sido a minha experiência ao longo dos quatro anos e meio sempre ao expor Senadores que são companheiros. Expôr de alguma maneira, ou por interesse político, ou por interesse ideológico, ou por interesse de ocupação de cargo. E isso só tem levado a nossa Casa a ser sempre pessimamente avaliada perante a sociedade. E quando o Presidente Lula tem 80% de aprovação, podem ter certeza que não é 80% do Presidente Lula, não. Dele pode ser 60, 55 e o restante em função da desmoralização que a

nossa Casa tem recebido, por atitudes de confronto do qual não tiro o corpo que eu também participei de algumas. Agora, não pode acontecer mais isso. Esse é um momento triste porque o Senador Flávio Arns sempre como Presidente nunca expôs condições ideológicas ou para poder prestigiar alguém ou desprestigiar outra pessoa. Ele sempre teve uma posição de Presidente da Comissão de Educação. A mesma posição que nós temos aqui do Senador Demóstenes. Todo mundo sabe que o Senador Demóstenes é de um partido de oposição, tem posições duras, mas aqui tivemos exemplos desse no momento que ele seguiu o regimento e cumpriu o regimento até mesmo com posição contrária ao que ele pensa. Eu o vi estudando o regimento, não encontrou uma saída, vai colocar tudo que vai ser votado aqui no próximo momento dentro do regimento. Então, a experiência que eu tive nessa Casa nos quatro anos que passei foi isso, formada por grandes homens, homens que fazem esses países, homens que já foram Governadores, que já foram Prefeitos, Senadores, que eu não tive oportunidade de ser, mas homens que às vezes erram em expor companheiro, em expor próprios Senadores que não acontece em outros órgãos como o judiciário e o Ministério Público. Temos exemplos aí, Senador Demóstenes, me perdoe, sei que V.Ex^a é do campo, mas muitas vezes o Ministério Público age corretamente em cima de outro poder. Mas, algumas vezes não se vê agir em cima do seu próprio poder. Isso talvez até aja internamente, sem expor a organização, que é justamente ao contrário do que o Senado Federal faz. O Senado Federal pode tomar suas atitudes drásticas contra Senadores, mas não precisa expor. E isso é o que está faltando, grandes nomes que pensem e que amem o Senado. Nesse momento eu sinto muita falta do Senador ACM. Ele era um Senador que você pode chamar que tinha amor ao Senado. E amor ao Senado poucos aqui tem. Eu digo amor mesmo, aquele que vai defender o Senado. Então, Senador Flávio Arns, eu votaria a favor de que V.Ex^a continuasse no cargo. Como o líder em função da proporcionalidade que eu acho correta também, retirou, eu então não poderia deixar passar esse momento sem colocar aqui a minha posição quanto a essa situação que eu tenho certeza que o Senador Tasso Jereissati irá prestar atenção, irá dar a atenção forte na mudança do regimento. Era essa minha posição.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, tive oportunidade de conhecer o Senador Flávio Arns acerca de 14, 15 anos atrás, quando cheguei à Câmara Federal. Acho que chegamos juntos. O Senador Flávio Arns naquela época já revelava o seu perfil de comprometimento com grandes causas, grandes ideias, grandes sonhos e graças à sua credibilidade pôde granjear muita simpatia e respeito por parte de toda sociedade. Ele sempre defendeu casas muito nobres. Aliás, o Senador Flávio Arns pertence a uma cepa de homens e de mulheres do mais alto valor e do mais alto reconhecimento neste país. Quem é que não respeita profundamente a trajetória de vida e o comprometimento em

relação aos Direitos Humanos e à democracia defendidos por dom Paulo Evaristo Arns? Um dos fatores que me levaram a abraçar a causa pública, a política, a defesa da redemocratização do país, a luta pela anistia, a luta pelos Direitos Humanos, foi certamente a voz corajosa e não só a voz corajosa, mas os atos de dom Paulo Evaristo Arns, este que na minha opinião é um dos mais respeitados homens desse país. Aliás, uma das criaturas humanas mais admiráveis desse país. Quem é que não reconhece, e ontem praticamente toda a sessão do Senado se dedicou a reconhecer e a apoiar as vítimas do terremoto no Haiti, mas quem é que não reconhece o valor intelectual e, principalmente, o conteúdo do trabalho realizado pela Dra. Zilda Arns, que dispensa comentário. Afinal de contas, durante toda uma vida se dedicou às crianças, aos idosos, se dedicou assim como Flávio Arns a causas, ideias, a sonhos, e transformou essa sua luta na esperança de milhões de jovens, de crianças, de idosos brasileiros e porque não dizer de crianças e idosos de outras partes do mundo, em especial o Haiti. O Senador Flávio Arns é uma pessoa que tem um perfil ideológico, filosófico muito claro, muito definido. Ele tem suas próprias ideias, ele defende causas absolutamente sensíveis à cidadania e à democracia. A solidariedade, a valores como a fraternidade, e por isso que ele sempre mereceu de minha parte todo apoio e todo respeito. Eu vou lamentar muito como membro suplente da Comissão de Educação a ausência do Senador Flávio Arns como seu Presidente. Dirigiu durante o tempo em que lá estive a Comissão de Educação em substituição ao Senador Cristovam Buarque, com firmeza, mas com muita sensibilidade, abrindo aquela Comissão ao debate acerca dos mais importantes temas na área de educação e cultura neste país. Mas à medida que o PSDB concorda em abdicar dessa posição e é questionável se teríamos o direito ou não, eu me filiei à corrente dos que entendem que o Senador Flávio Arns teria direito a continuar como Presidente da Comissão de Educação. Mas louvo a iniciativa do meu partido e especialmente louvo a decisão do Senador Flávio Arns de não polemizar nesse momento em relação à manutenção desse cargo. Até porque o perfil dele não está vinculado a cargos, a funções por si só. Poder pelo poder. Mas o Senador Flávio Arns, ao longo de toda sua trajetória sempre buscou atuar na vida pública defendendo suas causas. E ele vai continuar como membro da Comissão de Educação e como Senador da República defender suas nobres causas. Ele comece o reconhecimento de todos os seus 80 colegas Senadores por tudo que ele tem feito aqui em favor das APAEs, das crianças, dos idosos, dos deficientes, em favor da sociedade brasileira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, vou procurar ser bastante breve com relação à minha manifestação. Eu acho que o que aqui foi posto, a retirada de um recurso por parte do PSDB, que pleiteava a manutenção do Senador Flávio Arns à Presidência da Comissão de Educação, tem por trás uma iniciativa que eu tenho certeza que é do Senador Flávio Arns. Esse ato, portanto, mostra muito claramente a dimensão da dignidade do Senador Flávio Arns. Nós estamos tratando

aqui de um Requerimento de retirada, ou retirada de um Requerimento. Por trás deste ato de retirada de Requerimento há a determinação de um homem de extrema dignidade chamado Senador Flávio Arns. Eu acho que é preciso que isso fique muito registrado em nome da não interpretação de uma ambição pessoal, ele move o partido dele abrir mão de um Requerimento, mostrando a dimensão de sua dignidade pessoal. Senador Flávio Arns, V.Ex^a vai deixar a Presidência da Comissão, mas vai marcar com o seu gesto que está ocorrendo agora uma posição muito mais forte do que se continuasse Presidente por anos e anos. V.Ex^a está abrindo mão em nome da dignidade, em nome da não divisão, da não polêmica, da harmonia dos seus pares e de não se entender da posição de V.Ex^a um desejo ambicioso de permanecer presidindo a Comissão. Os cumprimentos do meu partido e o aplauso público à sua atitude e à sua dignidade que são reconhecidas por todos seus pares.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão eu peço apenas ao Senador Arthur Virgílio que formalize por escrito a desistência do recurso, mas de qualquer forma já determino que seja devolvido à Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem V.Ex^a.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, de acordo com que foi pactuado no início da sessão, transcorrido os nove itens votados anteriormente solicitaria que votasse agora o meu Requerimento, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pelo adiantado da hora V.Ex^a não quer deixar para a próxima quarta a votação?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não. Eu solicito a V.Ex^a que possamos votar agora. No apelo e no adiantado da hora eu peço a todos que sejam rápidos nos encaminhamentos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu vejo V.Exas todas as semanas fazerem esse apelo.

Requerimento. Tinha um Requerimento também do Senador Marconi Perillo, por favor. Requeiro com base na Constituição Federal combinado com as disposições do Regimento Interno do Senado Federal a convocação do Ministro da secretaria especial de Direitos Humanos da Presidência da República Sr. Paulo de Tarso Vannuchi em substituição à Ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, nos termos do Requerimento nº. 02/10, CCJ, aprovado por essa Comissão com a finalidade de discutir a juridicidade, a constitucionalidade das medidas constantes do Decreto nº. 7037/09, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos. Justificação. O Requerimento nº. 02/10 CCJ parece-nos impertinente ao convocar a Ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff para prestar esclarecimentos sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos, pois não se trata das atribuições vinculadas à pasta de S.Ex^a os assuntos relacionados na proposição aprovada. Assim, nada mais adequado que substituir a

convocação da Ministra Dilma Rousseff pelo Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, em decorrência da competência da secretaria especial de Direitos Humanos que foi responsável pela elaboração do Decreto nº. 7037 de 21/12/09. Portanto, em consonância com que determina a Constituição Federal e o próprio regimento da Casa. Como houve aprovação do Requerimento nº. 02/10 CCJ, nada obsta que a substituição ora proposta seja aceita pelo Plenário da Casa, ou dessa Comissão, melhor dizendo, não sendo aplicável ao caso qualquer interpretação à disposição, seja do artigo 67 da Constituição ou do artigo 240 do Regimento Interno exatamente pelo fato de a proposição ter sido aprovada pelo Plenário da Comissão. Em decorrência disso, decido.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente. Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu falarei inclusive a respeito do Requerimento de V.Ex^a. Fique tranquilo. V.Ex^a... Senador Marconi Perillo requer que seja nos termos do artigo 334 do Regimento Interno julgado prejudicado. Em decorrência disso, decido. Artigo 334. Muito bem. Nós aprovamos aqui na semana passada, obedecendo ao regimento da Casa, a convocação da Ministra Dilma Rousseff. No Requerimento aqui apresentado pelo Senador Romero Jucá, diz o Senador que os assuntos relacionados no Requerimento não são de alçada da chefia do gabinete civil. Portanto a Ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, não deve vir aqui. Mas, lembramos a V.Ex^a, lembramos a todos os Srs. Senadores que a Casa Civil é justamente o filtro jurídico, entre outras coisas, quando um Projeto de Lei é apresentado, encaminhado, a Casa Civil é que dá a última palavra. Também é assim quando já está na fase do chamado autógrafo de lei, quando sai da Casa ainda não foi sancionado nem rejeitado, encaminha-se à Casa Civil para que a Casa Civil possa efetivamente deliberar com o Presidente da República. E muitas vezes é frequente que isso aconteça justamente com o Ministério da Justiça, onde aliás está alojada a secretaria especial de Direitos Humanos que tem como titular o Sr. Paulo de Tarso Vannuchi que tem também secretário de Ministro. Portanto, o chamado Plano Nacional de Direitos Humanos é um plano que trata de um encaminhamento feito à Casa Civil e ao Presidente da República para que isso possa se transformar em Projetos de Lei. Um só ou diversos, como parece que é mais pertinente. E causou estranheza no Brasil, de uma forma geral, o conteúdo do projeto. Não pelos temas propriamente dito, porque esses temas estão sempre em voga, estão sempre em discussão. Agora, exatamente por parecer que um ideário contrário inclusive às nossas convicções democráticas e à Constituição Federal estaria sendo de certa forma apoiado pela Casa Civil. Lembramos temas como censura à imprensa. Temas como obstar a livre atuação do Poder Judiciário, dando no caso de invasão, aos invasores e proprietários uma atribuição supletiva do Poder Judiciário, uma vez que obrigatoriamente se encontrariam para tentar o entendimento, procrastinando, inclusive, evitando a decisão liminar do Poder Judiciário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a questão das estradas, das rodovias federais em todo o Brasil, me faz voltar a esta tribuna novamente.

Vejam que, especificamente no meu Estado de Minas Gerais, nós temos uma rodovia que é chamada de “rodovia da morte”, que é a rodovia que liga Belo Horizonte a Vitória, que liga Belo Horizonte à cidade de João Monlevade, chegando até a cidade de Governador Valadares. Essa rodovia está para ser duplicada – precisa ser duplicada – há mais de dez anos.

Em 97, quando eu ainda era Governador do Estado, houve a privatização da Vale do Rio Doce. Naquele momento, conseguimos que fossem reservados R\$200 milhões para um aporte inicial para essa duplicação, pelo menos no trecho de cento e poucos quilômetros que vai de Belo Horizonte até Monlevade.

Pois bem. O dinheiro não foi utilizado ali. No governo seguinte, ele foi diluído entre os Municípios e, agora, doze anos depois, a notícia que se tem é que o governo desistiu de fazer concessão e vai colocar a obra no PAC 2 para que futuramente essa estrada seja duplicada.

É um problema.

Ouço aqui, já no início do pronunciamento, o Senador Renato Casagrande, que é lá do Espírito Santo e sabe bem da importância dessa estrada.

É lamentável a dúvida do governo, que está titubeando, uma hora diz uma coisa, outra hora diz outra. O problema não pode continuar assim.

Senador Casagrande, ouço V. Ex^a.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Senador Eduardo Suplicy, peço um aparte a V. Ex^a e já peço desculpas...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Azeredo.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Sim, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Mas me honra ser chamado de Suplicy.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Peço desculpas pelo erro no nome e também por interromper o pronunciamento de V. Ex^a, mas o senhor falou da BR-262, e eu não posso deixar de me pronunciar sobre o tema. Também já estou há alguns anos tentando incluir parte da BR-262 no PAC. Refiro-me ao trecho que passa por Viana, município da região metropolitana próxima a Vitória, que seria o quilômetro 15,5 até o quilômetro 72 – seria um primeiro trecho. O outro trecho seria desse quilômetro 72 até a divisa do Espírito Santo com Minas Gerais. Seria uma ampliação com aumento de capacidade, duplicação de

alguns trechos e construção de terceira via em outros trechos. Tudo isso é necessário porque aumentou muito o fluxo de veículos na BR-262 e, junto com esse aumento de fluxo, a quantidade de acidentes, a quantidade de pessoas que perdem a vida. Trata-se do principal eixo viário de ligação entre Minas Gerais e o Centro-Oeste deste Brasil, do litoral ao centro-oeste, corredor centro-leste rodoviário, no Espírito Santo e em toda região de Minas, uma região lindíssima de um turismo que pode avançar muito. O meu Estado é uma região de produção de hortifrutigranjeiros. Então, é uma rodovia importante. Também quero aqui fazer o registro da minha insatisfação com o atraso. Só para V. Ex^a ter uma idéia: nós estamos tentando a delegação de competência do Ibama para o lema – Instituto Estadual de Meio Ambiente; há mais de um ano o Ibama analisa se delega para o lema a competência para fazer o licenciamento ou não, e nós até agora não conseguimos resolver essa situação. Já falei com o Presidente do Ibama, já falei com o Diretor de Licenciamento – aliás, com dois diretores, porque um já foi exonerado, foi embora ou saiu e entrou outro –, já falei com o Presidente, com o Ministro Padilha e já falei com diversas pessoas, mas não conseguimos uma delegação de competências para, depois de licenciada a obra, fazer o processo licitatório. O Governo diz que tem dinheiro, que está no PAC e que pode fazer esse trecho. Eu quero aqui, mais uma vez, fazer o registro da minha insatisfação pela burocracia exagerada na hora de resolver questões relacionadas a uma obra tão importante. Já fiz o apelo por telefone e aproveito para fazer o apelo da tribuna do Senado para que a gente possa resolver essa situação, porque, enquanto isso não acontece, muitas pessoas estão perdendo a vida nos acidentes que acontecem na BR. Obrigado, Senador Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Casagrande, V. Ex^a vem se somar aos nossos esforços, e é isso que precisamos fazer. Nós temos de protestar, temos de exigir que toda essa obra seja feita. Não é possível que todo fim de semana, todo feriado prolongado, toda semana continuemos a ver essa quantidade tão alta de acidentes que vêm acontecendo nessa rodovia. Ela é, seguramente, uma rodovia que já deveria ter sido duplicada há muito tempo.

No ano passado, exatamente há doze meses, fui ao Ministro dos Transportes na companhia do Senador Wellington Salgado e na companhia do Senador Eliseu Resende, os três Senadores mineiros, para falar sobre as rodovias de Minas.

Naquela época, o Ministro nos comunicou: “Não. Essa rodovia vai ser feita pela iniciativa privada. Vai ser uma concessão, o projeto já está estudado; o valor do

pedágio é um pouco alto, mas vai ser feito. Isso vai começar no segundo semestre”. Não saiu no segundo semestre e, agora, no início do ano, veio a notícia: “Não, não vai ser mais sob concessão. O Governo agora vai fazer por conta própria a duplicação”. Só que não está no Orçamento. Prever o projeto até o mês de agosto para depois começar a licitação parece-me ser, mais uma vez, uma protelação por parte do Governo.

Hoje mesmo me encontrei, aqui no Senado, com o Ministro Alfredo, nosso colega Senador, alguém que respeito. Ele me disse: “Não, mas agora vai. Esta é a melhor alternativa. Sempre defendi esta alternativa de ser feito pelo próprio Governo”. Não me interessa se é pela iniciativa privada ou se é pelo Governo, o que é preciso é fazer a estrada. Como disse bem o Senador Casagrande aqui, o Governo não faz nem deixa fazer. É a situação: não delega, mas também não faz.

Aprovamos aqui a parceria público-privada há quase quatro anos, mas o Governo não usa a parceria público-privada, que é uma alternativa válida para se fazer uma obra quando os recursos não estão totalmente disponíveis. Mas nem me parece que esse seja o caso: recursos existem, o que falta é uma decisão do Governo Federal.

O Presidente Lula, que tem vários Ministros mineiros, não podia deixar que acontecesse com Minas Gerais o que tem acontecido. Onde está a Ministra Dilma, que agora diz que é mineira? Ela ficou irritada quando eu disse que ela nasceu em Minas, mas que não tinha vivência em Minas Gerais. Onde está ela?

Como essa estrada não foi feita em sete anos? Passa um ano, muda-se a alternativa: agora não é mais concessão, vamos gastar mais oito meses para ter o projeto da duplicação. Quem defende os interesses de Minas no Governo Federal? Não vejo ninguém fazer isso. Esse é um descaso que se soma ao metrô de Belo Horizonte. Reitero: não há um metro feito no atual governo no metrô de Belo Horizonte – não falo de um quilômetro, falo de um metro. O mesmo está acontecendo com essa rodovia, a “rodovia da morte”, que lamentavelmente é assim chamada pelo número de acidentes que acontecem entre Belo Horizonte e Vitória.

É o protesto que quero trazer aqui, Sr. Presidente, para que possamos ter, antes tarde do que nunca... Se realmente a decisão agora é essa, que seja tomada, que seja feita. Que não seja um anúncio eleitoral neste ano que já estamos vivendo, que não seja um anúncio eleitoral. No ano passado, a informação foi a de que a concessão seria no segundo semestre. Passou o segundo semestre, começou o ano e zerou tudo. Agora, vão fazer diretamente pelo Governo. Que façam, mas não podemos ter essa sequência de mortes.

Às vezes, tenho algumas dúvidas sobre a atividade política, sobre a atividade pública. No entanto, na hora em que vejo o resultado de atividades como as que fizemos quando eu era Governador, passo a acreditar. Conseguimos duplicar integralmente a rodovia Fernão Dias, de São Paulo a Belo Horizonte. Vemos que não há mais o mesmo número de acidentes. Isso conforta, isso justifica estarmos na vida pública.

Ao mesmo tempo, revolta-me ver que, por indecisão, temos mortos e feridos na rodovia que liga Belo Horizonte a Vitória. Não é possível que o Governo fique nessa indecisão, nessa protelação, neste anúncio repetido: uma vez é de um jeito e outra vez é de outro. Precisamos de que, finalmente, a obra seja realizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Temos mais um orador para falar pela ordem de inscrição, o Senador Cícero Lucena, a quem concedo a palavra pelo tempo regimental.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, farei agora a leitura de uma matéria publicada hoje no jornal **O Norte**, do nosso Estado da Paraíba. A matéria, de autoria do Senador Tarcísio Timóteo, diz:

Sem tênis, aluna é barrada na aula.

Adolescente foi impedida de assistir à aula no Frei Albino por usar sandálias. Conselho Tutelar está acompanhando o caso.

Uma aluna da 8ª série da Escola Municipal Frei Albino, no Bessa, foi impedida de assistir à aula na cidade de João Pessoa porque estava sem o tênis. De acordo com o pai da criança de 12 anos, o pastor Silva Neto, por esse motivo a filha estava sendo vítima de constrangimentos e piadas por parte de colegas, e a menina frequentava as aulas de sandália porque ele estava sem dinheiro para comprar o calçado. ‘A diretora estava exigindo que todos os alunos fossem para aula de tênis e que, se a regra não fosse cumprida, os alunos seriam barrados na escola’, disse o pai, que registrou queixa no conselho tutelar.

Sr. Presidente, trago essa matéria, que não termina aqui, para contar um fato que ocorreu na cidade de João de Pessoa e devido ao qual adotei alguns procedimentos nesta Casa. Espero repetir aqui pela última vez meu apelo.

Sr. Presidente, quando fui Prefeito de João Pessoa, cidade em que essa aluna hoje foi barrada, no

primeiro dia de aula da minha primeira gestão, visitei algumas escolas e estava acompanhado do Secretário. Naquela oportunidade, no Alto do Mateus, um bairro de João Pessoa, eu me encontrei com uma mãe. Tínhamos proibido que se dissesse que não havia vagas nas salas de aula nas escolas municipais. Tanto foi assim que o número de alunos passou de 27 mil para 74 mil na nossa administração. Veja bem, Sr. Presidente: uma mãe, uma jovem me pediu que eu arrumasse um dinheiro para ela. Nessa expansão da escola, imaginei que, em vez de arrumar dinheiro para aquela jovem mãe, eu poderia lhe arrumar um emprego de merendeira ou de auxiliar de serviço. E perguntei a ela por que, em vez de me pedir dinheiro, ela não me pediu emprego. Ela me disse que não podia trabalhar. Eu, achando-a uma jovem saudável, perguntei: "Por que a senhora não pode trabalhar?". Ela me respondeu: "Porque não posso". Repeti: "Por que a senhora não pode trabalhar?". Ela me disse: "Porque tenho de levar meus filhos à escola. Levo um filho à escola de manhã, e o outro eu o levo à tarde". Então, eu disse a ela: "Mas por que a senhora não matricula seus dois filhos no mesmo expediente?". Ela afirmou: "Eu não posso". E questionei: "Por que a senhora não pode?". Ela respondeu: "Porque não posso". Eu disse: "Mas eu não sou o prefeito?". Ela assentiu: "É". "E se eu conseguir a vaga para os seus dois filhos no mesmo horário, ou de manhã ou de tarde?", perguntei. Ela falou: "Mas não posso". Repeti: "E por que a senhora não pode?". Ela perguntou: "O senhor quer saber mesmo, doutor?". Eu disse: "Quero". Ela respondeu: "Lá em casa, só há um par de chinelos. Tenho de levar um filho à escola de manhã e o outro à tarde, para eles não irem com os pés descalços, porque criança com os pés descalços não pode estudar".

Sr. Presidente, a partir daquele momento, pedi a Deus que me iluminasse, que me desse sabedoria e condição para que eu fornecesse o fardamento escolar para as nossas crianças. Imaginei quantas e quantas crianças poderiam fazer parte daquele índice da evasão escolar ou estariam fora da sala de aula por que a blusa estava rasgada, por que não tinham um *short* para ir à escola, por que tinham vergonha da roupa que vestiam em comparação aos demais. E aí Deus me permitiu, sim, que, ao término do meu mandato, os alunos da rede municipal de João Pessoa, mais de 74 mil alunos, tivessem direito ao fardamento. Os pequenos recebiam um *short*, os grandes recebiam uma calça *jeans*, recebiam todos um par de meias, tênis e duas blusas, para frequentarem a aula. Todos ficaram iguais, com um mesmo fardamento. Deus me permitiu fazer isso para essas crianças.

Ao chegar a esta Casa, um dos primeiros projetos que encaminhei foi o que obrigava todos os poderes públicos, fossem eles estaduais ou municipais, a fornecerem o fardamento às nossas crianças. Esse projeto foi aprovado por unanimidade por esta Casa, pelos Senadores, mas, desde julho de 2008, encontra-se nas gavetas da Comissão de Seguridade Social e da Família na Câmara dos Deputados. O Relator é o nosso amigo Deputado Rocha Loures, e espero que S. Ex^a, após essa notícia, esse alerta nesta Casa, possa dar encaminhamento ao projeto.

No final do ano passado, vim a esta tribuna, porque havia sido anunciada a propaganda de que o Governo Federal faria a licitação da compra desses fardamentos e os forneceria às prefeituras deste País. Naquela oportunidade, eu dizia que meu projeto estava aprovado e que não seria um ônus a mais para os prefeitos, mas, sim, uma parceria, uma colaboração com o Governo Federal, que iria financiar, com recursos, essa obrigatoriedade para todos os prefeitos do Brasil. Parabeneizei o Governo Federal por tomar aquela iniciativa e sugeri que, em vez de fazer uma licitação para a compra do fardamento centralizada em Brasília, fornecesse os recursos para, no mínimo, estadualizar essa compra para gerar empregos nas cooperativas de costureiras, gerando esses recursos em cada Estado. Infelizmente, como muitas coisas deste Governo, que faz festa para anúncio de obra, muitas vezes, com recursos públicos – inclusive, com recursos de sindicatos –, como ocorreu ontem no Rio de Janeiro, nada disso está acontecendo.

Está aqui o exemplo: estamos em março, e, na cidade de João Pessoa, nem a prefeitura nem o Governo Federal entregaram o fardamento, levando ao constrangimento pais e crianças. É algo que não poderia mais acontecer neste País. Se não tivermos a capacidade de garantir, além da vaga em escola de qualidade, um fardamento escolar, de que adiantará? Que País é este? Será que não é o país das maravilhas da Alice, como ontem fiz referência aqui, em que o Presidente Lula entrou pelo espelho e, a cada passo, distanciou-se da realidade deste País?

Aqui, fica meu protesto, minha tristeza. Ontem, comemoramos o Dia Internacional da Mulher, e uma menina não pôde frequentar a escola, porque não tinha dinheiro para comprar um par de tênis. A prefeitura, o Sr. Prefeito tinha a obrigação e o dever de ter planejado isso. Talvez, ele esteja planejando sua candidatura ao Governo do Estado e tenha se esquecido de fornecer o fardamento para as crianças da minha querida cidade de João Pessoa.

Expresso meu protesto, minha indignação, minha cobrança e minha revolta, porque quem tem a respon-

sabilidade, quem tem o dever e quem tem a obrigação deve fazer deste País um país mais justo, mais humano e mais solidário, com menos politicagem!

Meu muito obrigado. E que Deus proteja todos!

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO)

– Após o pronunciamento do Senador Cícero Lucena, a palavra é concedida a mais um Senador inscrito pela Liderança, que é o Senador César Borges. *(Pausa.)*

Como, neste momento, não se encontra aqui o Senador César Borges, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Renato Casagrande. Logo após, seria a vez do Senador Flexa Ribeiro, mas me parece que S. Ex^a não se encontra aqui. Então, falará o Senador Augusto Botelho.

Tem a palavra o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhoras e senhores, primeiramente, quero fazer aqui uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Tivemos, hoje, uma sessão de homenagem às mulheres. Houve mulheres que foram homenageadas aqui, nesta Casa, mas aproveitamos a oportunidade para que elas tivessem prioridade nas falas; e não tivemos a chance e a oportunidade de falar durante a sessão.

Mas faço esta homenagem porque, ontem, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Também, neste dia em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, é fundamental que possamos reconhecer os avanços que as mulheres tiveram e que nós, homens democratas, que estamos ao lado das mulheres, lutando pela igualdade de oportunidades, também tivemos nesses últimos anos. Avanços fundamentais, importantes, sejam na área de trabalho, sejam relacionados ao trabalho em termos salariais, sejam relacionados a atividades profissionais que as mulheres não desenvolviam e que passaram a desenvolver, efetivamente; sejam em relação às conquistas sociais, à aplicação de políticas públicas direcionadas para as mulheres – especificamente direcionadas para as mulheres –, sejam com relação às conquistas de espaço na política. Tivemos avanços que precisam ser reconhecidos, e, quando se comemora um dia, é porque esse dia serve para reflexão e adoção de ações que tenham o objetivo de diminuir cada vez mais essas diferenças.

Mas, apesar de todos os avanços, precisamos também reconhecer que temos um longo caminho a percorrer, Senador Augusto Botelho, com relação a essa igualdade de oportunidades. Se as mulheres avançaram no campo da atividade profissional, as mulheres ainda recebem, pelo mesmo tipo de trabalho e pela mesma carga horária, um percentual menor de

salário. Se avançamos em atividades que as mulheres não exerciam no passado e que passaram a exercer, atividades em diversas áreas profissionais, ainda há discriminação com relação às mulheres. Na vida pública mesmo, aqui, no Parlamento, apesar de haver mais de 50% de mulheres, ainda existe uma representação pequena. Não que devamos orientar nosso voto pelo gênero – homem ou mulher –, mas compreendo que a atividade da mulher é cada vez mais intensa e vai permitir que as mulheres tenham uma participação mais ativa, mais presente, um percentual maior na representação política deste País, seja no Legislativo, seja no Executivo, em todas as esferas.

Então, nós, que sabemos das dificuldades e das qualidades das mulheres – das dificuldades com relação, muitas vezes, à dupla jornada de trabalho, mas das qualidades pela sua determinação, pela sua sinceridade, pela sua franqueza –, decidimos, neste dia, fazer nossa homenagem, homenagem do Partido Socialista Brasileiro e a minha homenagem como Senador da República, a minha homenagem pessoal. Faço esta homenagem por reconhecer o esforço, a dedicação, o brilhantismo e a militância das mulheres neste Brasil.

Deixo aqui registrado um pronunciamento, fazendo essas homenagens.

Sr. Presidente, neste dia em que estamos comemorando o Dia da Mulher, também estamos passando por momentos de muita turbulência na vida pública brasileira. Estamos vivenciando situações que exigem que façamos uma reflexão sobre aquilo que precisamos construir em termos de instituição, em termos de federação. A crise mais visível, a crise mais profunda que estamos presenciando nesses últimos anos é a crise que envolve lideranças e o Governo do Distrito Federal.

Nos últimos escândalos, seja na Câmara, seja no Senado, seja no Governo Federal, seja nos Governos Estaduais, nenhum episódio foi tão observado, foi tão visível para a sociedade como esse escândalo em Brasília, porque quem provocou todo esse escândalo teve a preocupação de fazer as gravações. Então, as pessoas, na hora em que enxergam, na hora em que veem na televisão o fato acontecendo – não é só uma descrição dos fatos –, isso acaba gerando nelas uma indignação maior do que a simples leitura de um texto. Os olhos nos dão uma sensação de realidade muito mais extrema do que simplesmente a leitura de um texto.

Então, estamos vivenciando essa crise que se abateu sobre Brasília: um governador preso; o vice-governador que renunciou; um governador interino, tentando evitar a intervenção.

Mas essa é uma situação, na minha avaliação, que precisa provocar mudanças – e mudanças importantes – junto às instituições brasileiras. Se acontece uma crise como essa, ninguém pode passar por ela, país nenhum pode passar por uma crise como essa, unidade de federação nenhuma pode passar por uma crise como essa sem tirar proveito, sem se aperfeiçoar e sem mudar sua instituição ou suas instituições.

Nós, do Espírito Santo – sou representante do Espírito Santo; o Senador Magno Malta, que está aqui, é representante do Espírito Santo; o Senador Gerson Camata representa o Espírito Santo –, passamos por situações muito semelhantes a essa vivida no Distrito Federal; situações que promoveram a unidade das forças políticas, e estamos, hoje, com muitas dificuldades ainda no Estado do Espírito Santo. Basta ver as notícias que saíram na imprensa nacional nos últimos dias, envolvendo a área de segurança pública, para mostrar o quanto temos de desafio pela frente no Estado do Espírito Santo.

Mas sabemos que muitos investimentos estão sendo feitos, especialmente pelo Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, com os governos municipais. Terei oportunidade de falar sobre esse tema amanhã ou depois de amanhã, que envolve a área de segurança pública. Temos muitos desafios, mas o Estado do Espírito Santo, hoje, é um Estado que tem investimentos importantes sendo realizados.

Não que não haja mais desafios. Lá, no Espírito Santo, agora mesmo, estamos passando o Poder Judiciário a limpo. Estamos com uma ação do Conselho Nacional de Justiça fazendo um trabalho nosso – refiro-me ao Estado do Espírito Santo, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo –, tomando medidas que há muito tempo não se tomavam. Então, isso ameaça, isso atinge a imagem do Espírito Santo? É lógico que atinge, mas é melhor que a gente passe por essa varredura e que as pessoas possam se indignar a ficarmos sem conhecer os fatos como eles de realmente acontecem.

Então, o DF passa por dificuldades, o Poder Judiciário do Estado do Espírito passa por essa dificuldade, mas são dificuldades que devem provocar mudanças.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Não há dificuldades que não provoquem mudanças, se existirem pessoas de boa fé, de boa intenção, que podem tomar as medidas necessárias.

Então, confio e acredito que nossa jovem democracia passa por esses trancos e barrancos, por esses solços que estamos passando, mas confio que tere-

mos capacidade, como Poder Judiciário e Poder Legislativo, de ajudar no aperfeiçoamento institucional.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para que faça seu aparte, com muita honra, em meu pronunciamento.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Casagrande, quero parabenizar V. Ex^a pela abordagem do assunto. De fato, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Eu estava vindo da OAB, onde fui participar de uma reunião com o Presidente Ophir, com nosso Presidente Homero Mafra e com a Comissão de Direitos Humanos, e vinha ouvindo V. Ex^a no carro. A prova mais contundente disso é que V. Ex^a começou falando sobre o Dia Internacional da Mulher, que a sessão é importante, que foi dada oportunidade às mulheres, e os Senadores cederam essa oportunidade...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – V. Ex^a me ouviu, com toda certeza!

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Eu estava ouvindo V. Ex^a. E V. Ex^a entra na discussão do processo depurativo que vive, hoje, o DF, mas a gente precisa ter cuidado, porque fica parecendo que o Distrito Federal, pelo processo depurativo que vive e pelo seu grande drama, é um poço de desgraça. Aqui, vivem pessoas de bem, famílias de pessoas trabalhadoras, de pessoas honestas, de pessoas de bem, de homens públicos de bem, honrados. O grande problema da vida pública, como em todo lugar, é que os homens do mal são tão atrevidos, são tão ousados, que levam os bons para a vala comum, porque se os bons tivessem a mesma ousadia dos maus, o País seria outro. V. Ex^a é feliz quando fala do processo depurativo no Tribunal de Justiça do Espírito Santo, porque, depois da Justiça, só tem Deus. A última fala é a sentença. A quem o cidadão vai recorrer depois de sentenciado em um tribunal? Então, é preciso, realmente, que o Judiciário seja depurado. Todo processo depurativo é doloroso. É como um tumor que você vai espremendo e que dói – e pus fede! Mas, se você não o fizer e não tiver coragem, se não sair o chamado carnegão, não sara nunca, vai estourar em outro lugar. E o que V. Ex^a está dizendo é verdade: nós estamos vivendo um processo depurativo, lá, que é um processo depurativo que o Judiciário tem de experimentar no País inteiro e que, de uma certa forma, é muito ruim e nos envergonha – pus fede –, mas é importante para o Estado, não tão somente para o nosso, mas para qualquer outro. O processo depurativo é importante, principalmente para o cidadão que chega à Justiça, o ponto final para ele. Então, quero parabenizar V. Ex^a pela coragem de fazer esse abordagem. O processo depurativo é importante, até porque nós não temos semideuses no Judiciário. Não podemos tratar essa questão com medo. Nós temos, lá, seres

humanos. Alguns cometem erros de forma deliberada, por seus interesses pessoais; outros erram porque é do ser humano errar; e há outros, a maioria, que são pessoas de bem, que participam desse processo depurativo para o bem. Eu tenho certeza, como V. Ex^a, de que esse processo depurativo para o bem do Espírito Santo é absolutamente importante. Lembro a V. Ex^a, e sei que V. Ex^a vai encerrar o seu pronunciamento com isso que vou dizer agora, que não é normal que paguemos o preço nessa questão do pré-sal – o nosso Estado, o Estado de São Paulo e o Estado do Rio. Temos um passivo ambiental no nosso Estado – a degradação –, que caro nos tem custado e que ninguém quer dividir conosco. Agora, além de quererem discutir o presente e o futuro, eles querem discutir também o passado. Eles querem o passado! Nós precisamos nos unir, e eu não preciso convocar V. Ex^a, porque V. Ex^a é dessa luta, é dessa lida, precisamos nos reunir para tomar uma atitude. Penso que precisamos de um especialista para calcular, nos últimos 30 anos, quanto custou a degradação ambiental, em valores, a fim de vermos se as pessoas, se os outros Estados querem dividir conosco o valor dessa degradação. Temos um passivo. Dizia muito bem o Senador Gerson Camata, com quem eu falava hoje à tarde, que Deus abençoou o Mato Grosso com terras boas e férteis para a soja e não nos abençoou com isso, mas nem por isso eles têm de dividir o lucro deles conosco. Nem por isso! Então, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que nós, Senadores do Espírito Santo – eu, V. Ex^a e o Senador Gerson Camata –, os Senadores do Rio e os Senadores de São Paulo nos sentássemos para discutir e tomar uma posição diante da palavra do Líder, que foi presenciada por outros líderes e a mim foi trazida por líderes indignados. O Líder do Governo é um indivíduo por quem tenho respeito e por quem tenho um carinho pessoal de amizade, mas não concordo com a atitude dele – do Senador Romero Jucá – de dizer ao Ministro das Minas e Energia que vão tratorar, vão passar o rodo e aprovar do jeito que vier, em detrimento, em desrespeito aos Estados onde o petróleo é extraído e que vão ficar com a degradação. Nós não podemos aceitar. Eu quero repudiar essa fala dele e quero elogiar V. Ex^a pela coragem do tema que acabou de tratar. Sei que essa questão do pré-sal, essa questão ambiental é uma questão que diz respeito às lutas e bandeiras de V. Ex^a, faz parte da sua própria vida, e sei que nós, juntos, podemos responder aos anseios e interesses do povo do nosso Estado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador Magno Malta. Vou passar ao Senador Cristovam Buarque, mas antes farei dois registros rápidos.

O primeiro é que à questão do Judiciário é fundamental que nós possamos dar um desfecho. Tem uma emenda à Constituição que acaba com esta punição, que é um privilégio, de aposentadoria para quem tem condenação máxima, que se envolve em ato ilícito no Poder Judiciário. Temos de votar acabando com esse privilégio do magistrado do Poder Judiciário.

O segundo é que, de fato, se o Líder Romero Jucá fez essa fala, ele desequilibrou e isso não deve representar sua conduta aqui na Casa. Se ele fizer assim, não nos vai liderar nesse processo. Se votarem uma matéria desequilibrada na Câmara, essa matéria pode ter problema aqui, no Senado, na hora da votação, porque nós não vamos deixar que o que desequilibra a Federação brasileira possa ser aprovado. Os Senadores vão-se unificar em torno desse movimento para que a gente possa fazer as correções.

Senador Cristovam Buarque, por favor.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Renato Casagrande, em primeiro lugar, sobre aposentadoria com esses altos salários, isso é um acinte e um tapa na cara da opinião pública. Eu quero pedir, então, o seu apoio para um projeto meu que diz que não apenas juízes, porque também não é só questão de juízes, mas o servidor público que não for juiz também não deveria se aposentar com esses salários altos. O meu projeto é que quem for demitido por corrupção só pode ter, de aposentadoria, um salário mínimo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – É que tem uma PEC aqui, Senador, da Senadora Ideli, que trata de magistrados e Ministério Público.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Isso, mas eu acho que a gente pode ampliar.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Votá-la não impede que a gente dê sequência a um projeto de V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Isso. Então, eu acho positiva a sua preocupação e a da Senadora Ideli Salvatti. Não só quanto aos magistrados, claro, que é a situação mais visível, mas ampliar para os outros também. Segundo, quero voltar a dois assuntos. Desculpe-me, eu vou tentar falar o mais rápido possível. Um é o dos **royalties** do petróleo. Todos estão muito preocupados em como distribuir os **royalties** entre os Estados. Eu estou preocupado em como distribuí-los entre esta geração e as futuras gerações. Nós não temos o direito de queimar o petróleo como fizemos com o açúcar, com a borracha, com o ouro e com o café neste País. Usamos tudo para aquela geração. Não ficou quase nada do ouro para o Brasil. Nós não ficamos com quase nada do açúcar para a população pobre do Brasil, até porque era escrava. Nós temos de pensar em como fazer para que esses

royalties sirvam para as gerações futuras. Eu insisto que, apesar da importância da infraestrutura e de tudo isso, o ideal seria investir na educação da nossa população os **royalties** do petróleo, como agora, tardiamente, os países do Golfo estão descobrindo. Outro ponto é que também fico feliz por ouvir o senhor falar sobre a ideia da renovação depois das crises, e tocar no Distrito Federal. Nós, aqui, temos dois caminhos a seguir: continuarmos mergulhados nessa crise que envergonha o Distrito Federal, ou aproveitarmos isso para inaugurarmos a Brasília ética. A Brasília física, nesses 50 anos, foi concluída, mas a Brasília ética foi demolida. Creio, e tenho uma esperança grande, que sejam possíveis lições muito profundas do que a gente está vivendo e que, no futuro, em breve, Brasília passe a ter governos com amarras tais que forcem qualquer que seja o governante a cumprir os seus mandatos, todos eles, de maneira ética. Tenho esperança de que a crise possa servir para a renovação.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Incorporo, com muita alegria, o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Senador Wellington Salgado, V. Ex^a está desenhando um aparte? Se for rápido, porque o Presidente já está sendo tolerante demais comigo.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente. Serei rápido. Dois pontos principais. O primeiro é sobre a questão que V. Ex^a levantou, sobre os crimes de magistrados. Hoje, nós estamos vendo o Governador Arruda passando pelo que está passando, fruto de como ele conduziu a administração do Distrito Federal. Só que tem gente do Ministério Público envolvida, que já está sendo julgada no Conselho do Ministério Público e ninguém fala nada. Isso não sai em jornal, não sai em lugar nenhum. Falo porque fui o único voto, aqui, contra tirar o poder do Ministério Público para dar para advogados. Fui o único voto e fiquei do lado do Ministério Público. Acho que o poder do Ministério Público não tem de ser dividido, por isso estou falando aqui agora também. O segundo, Senador Casagrande, é a questão dos **royalties**. Minas já vem sofrendo desde quando falaram o seguinte: “Não, não vamos... Minas não vai ter de cobrar imposto sobre exportação porque tem de ajudar o País. Vamos criar a Lei Kandir, que vai colocar um valor, que vai ser dividido...” Enganaram Minas Gerais. A mesma coisa vai acontecer agora com o Estado de V. Ex^a. V. Ex^a vai ter de brigar; o Rio de Janeiro vai ter de brigar; São Paulo vai ter de brigar, mas o caminho é o mesmo. Minas, hoje, está cheia de buracos, estão cavando, jogando entulho para todos os cantos. Arrebentaram Minas. Tempos atrás, sobrevoei, de helicóptero, Belo Horizonte e arredores, fui até o Triângulo, e aquilo é

um buraco que não tem mais onde cavar e arrebentar. E ainda colocam que o **royaltyzinho** que tem para Minas é calculado sobre o líquido. Então, você coloca transporte, coloca tudo e vai só diminuindo do total que repassam para Minas. Então, o Estado de V. Ex^a, que é um Estado que vem sendo bem administrado pelo nosso Governador do PMDB, que é companheiro de V. Ex^a, em termos administrativos para o Estado do Espírito Santo, agora vão tirar os recursos de V. Ex^a, dizendo que é em prol do País. As empresas que foram para São Paulo, quando o País investiu nas indústrias automobilísticas lá, o ICMS, lá, é o **royalty**, o IPI, aquilo tudo é o **royalty** que fica lá, ninguém fala nisso. Então, Senador Casagrande, é uma luta dura que V. Ex^a enfrentar. É uma luta muito dura. Vai ter de gritar muito da tribuna V. Ex^a, representante do Rio de Janeiro, representantes de São Paulo, porque vão dar um jeito e vão tomar isso aí. Não tem jeito.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Minas sofreu isso, Minas sofreu isso, Senador.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador Wellington, eu já peço o apoio de V. Ex^a, que é sensível ao tema.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Podemos trocar.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Podemos.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Se botarem o **royalty** para o minério, aí nós podemos trocar. Temos que trabalhar juntinhos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Podemos sim. Já avisamos, o Senador Magno Malta, Senador Gerson Camata e eu, que somos de partidos aliados ao Governo, as Lideranças do Governo que, se isso desequilibrar na Câmara, não temos como não fazer toda a movimentação nesta Casa em defesa do nosso Estado.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Até para ficar claro, Senador Renato, nós somos aliados, não somos subservientes. Ser aliado é uma coisa; achar que a subserviência é a mesma coisa é estar redondamente enganado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – É isso aí.

Sr. Presidente, muito obrigado pela paciência, e obrigado aos demais Senadores que participaram desse pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhoras senadoras, senhores senadores.

O mundo celebrou nesta segunda-feira, dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. A data tem um forte simbolismo, pois festeja a liberdade de ação e expressão das mulheres, um sexo tão reprimido no passado, que ainda sofre discriminação.

A submissão ao homem e a ausência de perspectivas profissionais eram características comportamentais transmitidas de geração em geração. Imaginar que uma mulher pudesse ocupar uma vaga no Senado ou na Câmara dos Deputados, por exemplo, era algo tido como fantasioso e irreal.

Essa independência foi sendo conquistada aos poucos. As mulheres, que antes eram criadas para casar e ter filhos, puderam trocar a vida de donas-de-casa pelas jornadas nas fábricas, na época da Revolução Industrial. Ao mesmo tempo, os movimentos feministas já começavam a se espalhar pelo mundo. Em 8 de março de 1910 foi realizada a primeira conferência internacional das mulheres, em Copenhague.

Essa data, no entanto, só foi configurada como sendo o Dia Internacional da Mulher um ano depois, quando houve uma violenta repressão contra trabalhadoras de uma fábrica têxtil, em Nova York. Por trabalharem em péssimas condições, um grupo de operárias entrou em greve e pleiteavam salários mais justos, redução na jornada de trabalho e melhores condições de trabalho. Como medida repressora, as manifestantes foram incendiadas dentro da fábrica, onde morreram. O triste episódio ocorreu no dia 23 de março de 1911 e marcou o futuro da militância feminina.

Desde então, foi configurado o Dia Internacional da Mulher, uma data que representa a luta do público feminino pela ampliação de direitos e pelo reconhecimento de igualdade. A data é expressiva e representa um grande avanço para o público feminino, mas não devemos ser hipócritas. Ainda há muito para ser feito, conquistado e respeitado.

Muitas mulheres, por mais competentes que sejam, não conseguem alcançar o mesmo reconhecimento dos homens. Isso se manifesta no pagamento do salário, que na maioria das vezes não é compatível com o mesmo cargo ocupado por um homem. Isso também se configura quando existe falta de respeito, ou seja, quando a mulher não recebe o tratamento merecido no ambiente de trabalho, na rua, ou até mesmo dentro de casa.

Ainda hoje a violência doméstica se faz presente em muitos lares. Homens abusam de sua força física e violentam suas companheiras, namoradas e esposas. Em troca de que? Para mostrarem que são mais

fortes? Nesse aspecto, a Lei Maria da Penha foi uma excelente conquista para o público feminino porque agora, mais do que nunca, o homem que agredir uma mulher vai para a cadeia.

O Dia da Mulher deve ser no cotidiano, numa palavra de carinho, de respeito, de honestidade. Deve ser sentida dentro de casa, quando o homem decide cooperar com os afazeres domésticos, quando ajuda na educação do filho, quando é companheiro e amigo.

O Dia da Mulher deve ser lembrado também nos aspectos culturais. Hoje, as mulheres são vistas cada vez mais como um objeto devido ao apelo sexual embutido na cultura brasileira. O alcance dos direitos femininos se confundiu com a liberação da imagem, com o culto pelo corpo como um objeto. Para serem respeitadas, as mulheres também precisam se impor e não deixar que um certo viés cultural banalize as conquistas femininas, alcançadas com muito sofrimento, luta e dignidade.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – V. Ex^a terá sua solicitação atendida na forma regimental.

O próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Seguindo a lista de oradores, o próximo orador é o Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental, Senador Augusto. (*Pausa.*)

Senador Augusto Botelho, o Senador Flexa Ribeiro chegou.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Presidente, Senador Sadi Cassol, Sr^s e Srs. Senadores.

Meu querido Senador Expedito Júnior, futuro Governador do Estado de Rondônia, é uma alegria revê-lo aqui no plenário do Senado Federal.

Quero dizer ao povo de Rondônia que mesmo V. Ex^a não estando mais aqui, V. Ex^a continua a trabalhar pela transposição dos funcionários do Estado para a União, fato que já ocorreu no Amapá e precisa se efetivar em Rondônia.

Quero dizer a V. Ex^a que o PSDB tem isso como uma questão fechada, porque foi feito aqui o compromisso com o Governo de que, com a aprovação, aconteceria a transposição. E V. Ex^a, apesar de estar empenhado em sua campanha, não deixa de, permanentemente, manter contato com o partido, com os Senadores, com o nosso Líder, no sentido de a cobrança continuar.

Senador Expedito, diria que o Estado de Rondônia, nesse caso, é um Estado privilegiado, porque ele

tem três Senadores e mais os catorze Senadores do PSDB, em solidariedade a V. Ex^a, cobrando do Governo, mesmo que seja por via judicial – espero que não haja necessidade –, para que se complete a transposição, para que se efetue a transposição.

Seja bem-vindo ao plenário do Senado Federal .

Presidente Sadi, venho hoje à tribuna para fazer um relato das viagens que temos feito quase toda semana – quase toda semana não –, todas as semanas, pois estamos com o programa do Instituto Teotônio Vilela, no Estado do Pará, fazendo seminários em vários Municípios, construindo o programa que vamos apresentar à população quando do processo eleitoral. Não estamos fazendo política, somos cumpridores da legislação, diferentemente do Governo Federal. Aliás, os jornais de hoje estampam, de forma até vergonhosa, as idas do Presidente e da sua candidata às inaugurações de obras, assumindo a candidatura, dizendo que está pronta para uma mulher ser presidente da República. Acho que o Tribunal Superior Eleitoral deveria estar atento pelo descumprimento das regras definidas para o processo eleitoral.

Estivemos, nesse final de semana, em dois Municípios: Moju, no sábado, e Abaetetuba, no sábado à noite e no domingo.

O Município de Moju, próximo a Belém, foi ligado a Belém por meio de uma grande obra executada pelo Governo de Almir Gabriel, que foi a alça viária, que ligou Belém a Barcarena, que tem um distrito industrial onde estão as fábricas da Vale, a de alumínio, de alumina e outras diversas fábricas, com a PA-150; ou seja, interligou, por via rodoviária, o Estado do Pará em direção ao sul.

Uma obra de integração da maior importância. Mas Moju tem uma característica: clima favorável para o plantio da palma, que é o dendê. Hoje, o Pará é o maior produtor de dendê do Brasil, já passou a Bahia. Temos uma área plantada em torno de 75 mil hectares e agora está-se implantando um novo projeto com mais 200 mil hectares. Então, há áreas propícias, já abertas. Isto quer dizer que não vamos derrubar a floresta. Nunca derrubar uma árvore para plantar dendê. Não é isso não. Apenas vamos usar aquilo que já está alterado, ou seja, os campos abandonados, as áreas propícias, e poderemos ser o maior produtor de óleo de palma do mundo. Atualmente a Malásia é a maior produtora, que tem 2,5 milhões de hectares plantados e não tem mais um palmo sequer de terra para plantar. Só na Amazônia, temos oito milhões de hectares de terra propícia para o plantio, porque não é em qualquer situação que se pode plantar o dendê. Estivemos lá em uma comitiva. Nela presentes o Senador Mário Couto, que também usou a tribuna; o ex-Governador Simão

Jatene; os Deputados Federais Vandecock, Zenaldo, Nilson Pinto, Bira Barbosa, Ana Cunha; os Deputados Estaduais Pioneiro, Italo Mácola e o líder Megale. E lá fomos recebidos pelo nosso candidato a Prefeito nas eleições passadas, que não logrou êxito, o Ieié, junto com os Vereadores Rubens, Leandro, Beba, o Presidente do PV, Válber, e vários ex-vereadores, a Nega, o Vilar, a Ilene, que são lideranças.

E diferentemente do que ocorre na campanha eleitoral, Senador Sadi Cassol, quando temos 90 dias – julho, agosto, setembro – e não dá para irmos visitar o interior do Município, vamos à sede do Município, nesses nossos seminários fazemos questão de ir ao interior, aos distritos, às colônias, para conversar exatamente com a população das comunidades.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a que vive e representa tão bem o Estado de Roraima, a Amazônia, sabe das dificuldades da nossa região. Então nós vamos com o Instituto Teotônio Vilela ouvir as dificuldades dessas comunidades. E lá no Moju, tivemos as comunidades de Deus Proverá, Castanhandeua, Curuperé, Vila da Paz e Ateua Grande. Depois, terminamos com uma grande reunião na sede do Município de Moju.

E lá conversamos com essas lideranças, que deram colaboração importante para todos nós.

Nesse Município, Senador Sadi, o Governo do PSDB pegou um projeto do Incra, de assentamento, totalmente abandonado, 150 famílias, e com uma empresa privada, com o Governo e financiamento do banco fez um plantio, em cada lote de 25 hectares, de 10 hectares de dendê. Hoje esse projeto totalmente produtivo dá uma renda familiar a cada uma das 150 famílias beneficiadas pelo projeto da ordem de R\$2.500. Inimaginável! E nós não conseguimos que o Governo assumisse esse projeto para replicá-lo nos assentamentos, nas terras onde possa ter esse cultivo e em outras terras, mas como modelo em outro tipo de cultivo.

Fomos também a Abaetetuba, onde fomos recebidos pela nossa Prefeita Francinete, do PSDB, pelo Vice-Prefeito Ronald. Estava também na nossa comitiva o ex-Governador Simão Jatene, os Deputados Federais Nilson Pinto, Wanderkolk Gonçalves, Zenaldo; os Estaduais Bira Barbosa, Ana Cunha, Pioneiro,

Ítalo Mácola, Megale, Tetê; e o Presidente, Deputado Estadual do PPS, Jordy, que junto conosco... Porque “O Pará que queremos”, que é o programa do ITV, é suprapartidário. Nós convidamos todos os parlamentares e todas as lideranças que queiram contribuir com a formação de um plano de governo que possa ser apresentado por ocasião do processo político e assumido como compromisso com o povo.

Nós deveríamos, Senador Cristovam, aprovar aqui, no Congresso Nacional, uma lei para que, no

processo eleitoral, o candidato a cargo majoritário, executivo, melhor dizendo, que promettesse, enganando a população, aquilo que não pudesse fazer estivesse sob pena de perder o mandato, ou seja, teria que ter um compromisso mínimo com o povo e dizer: eu vou fazer isso; se eu não fizer isso, me tirem. É o mínimo que pode acontecer. Porque é muito fácil ir para um palanque prometer o céu e não entregar. Foi o que aconteceu com o povo do Pará em 2006: prometeram tudo e não fizeram nada. Ou seja, o povo não se engana, o povo é enganado. Nós precisávamos legislar sobre isso, porque isso ocorre. Lamentavelmente, ocorreu no Pará, mas ocorre em vários Estados e em vários Municípios do nosso Brasil.

Mas, como dizia, lá em Abaetetuba, tivemos o Vereador Chita, que é o líder do Governo na Câmara, o Vereador Arnaldo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...o Bola, o Regi, o Vereador Iraci, o Vereador Márcio Barreto, o Vereador Aluísio Quaresma, os empresários. E começamos inversamente em Abaetetuba. Começamos com um seminário à noite e no dia seguinte nós fomos às ilhas, porque Abaetetuba é lembrada no Brasil inteiro por aquele caso da menina que ficou presa vinte dias numa cela, sendo estuprada por vinte marginais. Eu soube, tomei conhecimento e estou averiguando isso, que essa menina que estava sob proteção do Estado, num programa de proteção a vítimas, foi encontrada aqui em Brasília, drogada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ou seja, sem proteção nenhuma. Eu estou me inteirando do caso para fazer as devidas denúncias com relação a isso, porque se existe um programa de proteção para a pessoa e essa pessoa está abandonada ao léu e é encontrada aqui em Brasília, drogada – foi presa, inclusive –, é porque o programa não está funcionando. Então vou pedir essas informações.

Mas como dizíamos, o Município de Abaetetuba tem 40% da sua população morando em ilhas, em 72 ilhas. Nós fomos a essas ilhas, mas não a todas, evidentemente. Fomos...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – a Uru-bueua, Fátima, Maracapucu, Baixo-Ajuí, Santa Maria, ouvindo também essa população.

Hoje, Senador Cristovam, tivemos uma audiência pública da CCT sobre banda larga. E o Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Franklin Martins, ficou perplexo ao saber que

nessas ilhas, que estão a 150 quilômetros de Belém, não tem energia, não tem Luz para Todos. As escolas que estão lá...

O Fundeb, que é um outro assunto, não pode legislar para o Brasil como se o Brasil fosse um único. Então, o Fundeb não permite que a Prefeitura de Abaetetuba e os outros Municípios ribeirinhos façam o trapiche de acesso à escola com recursos do Fundeb. Só permite que faça a escola.

Ora, se faz a escola e não faz o trapiche, não tem como o aluno chegar de barco. Não chega de ônibus. E também não fornece o transporte fluvial.

Ontem pela manhã, no jornal local nosso, estava lá um grupo de técnicos do Ministério fazendo uma pesquisa sobre a possibilidade de o Ministério da Educação mandar para os municípios lanchas, que também não podem ser lanchas,...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Tem que ser aqueles barcos menores, de alumínio, para que possa acessar. Então, são questões que têm que ser definidas pela localidade.

Tivemos um caso a que vou me referir, para concluir, para mostrar um outro aspecto do Estado do Pará, que é lamentável.

A Prefeita Francinete, que nos recebeu, tem uma filha, a Júlia, que tem oito anos – por aí –, mas é uma menina que tem o diálogo de uma pessoa adulta, conversa conosco, com os Parlamentares, com as lideranças,...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...com ideias, com propostas, defendendo sempre o seu município. E no caso de Abaetetuba, a população ribeirinha está sujeita, Senador Sadi, àquilo que estamos acostumados a ver nos filmes de Hollywood, que são os piratas.

O que são os piratas? São os ratos d'água. São bandidos que pegam um barco, uma lanchinha, e vão até a casa do ribeirinho, assaltam a casa, tiram o mínimo que houver lá, os bicos de galinha, a criação que o ribeirinho tiver, amarram o chefe da família, estupram a mulher, e ainda abusam das crianças.

Então, nós vínhamos em comitiva, em várias lanchas, a caminho de uma dessas ilhas, e vimos uma garota, uma menina de quatro, cinco anos, que estava em uma casquinha – porque lá é casquinha mesmo, não tem a largura maior do que esta tribuna, só o comprimento. E aí, para fazer marola na lancha em que nós estávamos, o ex-Governador Simão Jatene mandou reduzir a velocidade. Quando reduziu a velocidade, a menina entrou em pânico. Entrou em pânico, dizendo:

“Pirata, pirata, pirata!”, Senador Cristovam, pensando que fossem os piratas que já estivessem abordando onde ela estava. E se jogou dentro d’água, tal a aflição da menina.

Ora, nessas áreas ribeirinhas, criança, antes de andar, já sabe nadar. Foi a sorte. Ela nadou, agarrou-se ao cipó,...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...e continuou gritando, chorando e gritando. E nós fazíamos sinal para o pai dela, que estava em cima do barranco, para que viesse socorrer a menina. E, graças a Deus, ele desceu, pegou a menina e a levou, tal a insegurança do local.

Tanto que, hoje, eu fiz um ofício ao Ministro da Justiça e ao Superintendente da Polícia Federal, para que seja colocado um posto da Polícia Federal lá em Abaetetuba, porque inclusive o Município é considerado rota de tráfico de entorpecentes. Então, é preciso que a Polícia Federal esteja presente nessa área.

Para terminar, Senador Sadi, essa insegurança que nós vimos é relativa a três assuntos – e o povo do Pará que nos escuta e nos vê pela TV Senado –, e é comum, é constante em qualquer região e em qualquer município que se vá. Saúde, segurança e educação. O Estado não existe. Não existe. Também não existe na infraestrutura, não existe na gestão. Mas nesses três é caos total. E é o que eles nos pedem.

E aí nós fomos surpreendidos. Eu já me referi aqui ao fato de que o Governo passado fez cinco hospitais de alta e média complexidade, regionais, e deixou três por concluir, com dinheiro em caixa, e até hoje não foram concluídos e inaugurados.

E todos nós sabemos que um hospital é feito para salvar vidas, não é? Fomos surpreendidos, no sábado, ... *Diário do Pará*. Está aqui, manchete do *Diário do Pará*, no sábado, o hospital lá de Santarém: “Teto de hospital desaba, mata idoso e fere três”. Ou seja, o hospital, que é para salvar vidas, está matando gente. Governo do PT lá em Santarém. Governadora do Estado do PT.

Hospital Municipal de Santarém. A Governadora discrimina não só os prefeitos do PSDB ou que não são da sua base aliada. Senador Suplicy, lá no Pará, o PT discrimina o próprio PT, porque o teto que caiu e matou...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E lamentavelmente, Senador Sadi, ontem, nós soubemos que uma dessas três pessoas feridas veio a falecer. Então, foram dois óbitos. E quero aqui, neste instante, pres-

tar a minha solidariedade ao povo de Santarém e às famílias enlutadas.

Já no domingo, os dois jornais de maior circulação no Pará, o *O Liberal* e o *Diário*, trazem novamente manchetes a respeito daquilo que os Senadores Flexa Ribeiro e Mário Couto vêm permanentemente denunciando, sobre a falta de segurança no Pará. Semana passada, eu me referi ao fato de que, no Município de Baião, um grupo de 23 meliantes tomou de assalto o Banco do Brasil e a Prefeitura. Lá no Município de Baião.

Neste final de semana: “Destruição e mortes em Tracuateua”, outro município do interior do Pará. Essa é a questão. Está nos dois jornais: “Revolta, destruição e mortes no confronto em Tracuateua”. Essa é a insegurança do desgoverno que se encontra instalado no Estado do Pará.

Mas, Senador Sadi, concluindo, quero dizer a V. Ex^a que eu sempre digo, nas minhas andanças pelo Estado, que não há noite eterna.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Garibaldi Alves, com muita honra.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Com a permissão do Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com a permissão do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Nós temos alguns oradores já nos cobrando, mas vamos dar três minutos. Fica bem?

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Três minutos para o aparte ou para o orador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Todos seus.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro, com a generosidade do Presidente, eu queria dizer que V. Ex^a está diariamente na tribuna fazendo análises a respeito de problemas da sua região, do seu Estado. A preocupação de V. Ex^a, claro, é muito louvável. E eu venho acompanhando, quando posso, esses pronunciamentos a respeito da saúde, da educação, da agricultura, mas quero dizer a V. Ex^a que, em se tratando da segurança, o problema não está limitado às fronteiras do Pará. O problema da segurança é mais abrangente, um problema que vem desafiando todos os Estados da Federação hoje – eu acredito – e com um grau de gravidade quase que semelhante, porque antes se dizia: “Nós temos alguns Estados mais tranquilos, algumas capitais mais tranquilas”. Mas hoje não. Hoje, a gravidade do problema da segurança, em face até mesmo do problema social, claro, chega ao meu Estado, ao Estado de V. Ex^a... Lá,

no Rio Grande do Norte, antes havia, principalmente na capital, uma situação de absoluta tranquilidade – há alguns anos, não muitos anos. Hoje, há uma intranquilidade muito grande, em face principalmente das drogas, da entrada das drogas, do consumo das drogas em nosso Estado. Peço desculpas a V. Ex^a, se tumultuei o seu raciocínio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, pelo contrário, fico honrado e incorporo o aparte de V. Ex^a. V. Ex^a tem toda a razão. O problema de segurança é nacional.

No caso do Pará, há uma diferença em relação ao Rio Grande do Norte. No processo eleitoral passado, no palanque da então candidata, o Presidente disse: “Elejam a minha candidata, que o Governo Federal vai dar recursos, em janeiro, para resolver o problema da segurança no Pará”. Até hoje! Se o recurso chegou, não resolveu o problema da segurança, ou seja, enganou-se a população.

E pior: temos uma briosa corporação militar, tanto a Polícia Militar, como a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros, mas a Governadora – V. Ex^a sabe que os pilares do sistema de segurança são hierarquia e disciplina –, para promover os apaniguados dela, quebrou o interstício. Ou seja, ela diminuiu o interstício daqueles que não tinham tempo para serem promovidos para a patente superior, promoveu os apaniguados e depois voltou ao interstício que era o correto. Isso trouxe para a tropa desânimo – e quero aqui render as minhas homenagens à tropa...

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Para concluir, se possível, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... à tropa da Segurança do Estado. Não é por culpa deles, não: é por falta de governo, de armamento, de inteligência, de equipamentos.

Agradeço a V. Ex^a. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o pronunciamento do ilustre Senador Flexa Ribeiro, convidamos a usar da palavra o próximo orador inscrito, o Senador Augusto Botelho.

Queremos registrar a presença em nosso plenário do nosso Presidente do PT, José Eduardo Dutra, ex-Senador, ex-Presidente da Petrobras. Seja bem-vindo a esta Casa novamente! Um abraço, Presidente!

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, pelo tempo regimental.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, dia 8 de março, o mundo comemorou o Dia Internacional da Mulher. É um marco no calendário que nos convida

a refletir sobre os avanços já obtidos pelas mulheres em sua trajetória de ascensão social e de conquista de direitos.

Quero parabenizar especialmente nossas Senadoras – aqui presente está a Senadora Marina Silva –, representando todas as mulheres brasileiras nesta comemoração, e aquelas mulheres que me assistem pela TV Senado e que me ouvem pela Rádio Senado.

Essa também é a data em que devemos atentar para o muito que ainda resta, nesse âmbito, de lutas, de superação de obstáculos e de progresso a incorporar. Sem dúvida, os últimos cem anos presenciaram o fenômeno da visão crítica e da ação concreta no que diz respeito às aspirações de maior igualdade entre homens e mulheres nos direitos civis, sociais e políticos. Desde então, presenciamos uma evolução notável, em que, gradualmente, foram deixados para trás os velhos modelos do papel feminino das sociedades tradicionais. A urbanização e a industrialização deram sua contribuição para a redução dessas diferenças, simultaneamente à caminhada da modernidade. Não se tratava de abolir as diferenças biológicas e naturais entre os sexos, mas de construir a igualdade de direitos e de oportunidades.

O século XIX viu surgirem, em vários países, os movimentos das sufragistas, que lutavam pelo direito da mulher ao voto. No início do século XX, essas campanhas se fortaleceram. Em 1920, já haviam conquistado o direito ao voto as mulheres dos Estados Unidos, da União Soviética e dos países nórdicos. No Brasil, essa luta foi assumida por algumas mulheres pioneiras, como a advogada paulista Bertha Lutz. Por influência de seu espírito de liderança, de sua dedicação e de sua hábil articulação com as forças progressistas da política da época, foi instituído no Brasil o voto feminino, em 1932, antes mesmo de o ter sido, por exemplo, na conservadora Suíça. Ele veio no bojo do novo Código Eleitoral, decretado pelo Presidente Getúlio Vargas em fevereiro daquele ano. Sem dúvida, evoluímos muito desde então. Não se trata de menosprezar os valores tradicionais, mas de superá-los no que eles têm de limitante e de injusto.

Sr. Presidente Cassol, escolhi especialmente uma dessas conquistas para comentar aqui hoje: a Lei Maria da Penha. A lei de violência doméstica e familiar contra a mulher, sancionada pelo Presidente Lula em 2007, depois de bastante discutida nesta Casa, recebeu o nome de Lei Maria da Penha em homenagem a uma mulher que renasceu das cinzas, para se transformar em um símbolo da luta contra a violência doméstica no nosso País. A Lei Maria da Penha nasceu para oferecer à sociedade uma estrutura de serviços em que as mulheres se sintam encorajadas a denun-

ciar as agressões domésticas, porque há uma rede de proteção para atendê-las, aumentando, assim, a possibilidade do número de denúncias e de casos em que efetivamente se faça justiça.

Neste ano, coloquei R\$500 mil no Orçamento da União para a Prefeitura de Boa Vista construir um centro de apoio às mulheres vítimas da violência. A biofarmacêutica Maria da Penha Maia lutou, durante vinte anos, para ver seu agressor condenado. Ela virou símbolo contra a violência doméstica depois de sofrer duas tentativas de homicídio e de conseguir a prisão do seu agressor após muita luta.

Sabemos, Presidente Cassol, que o caso de Maria da Penha Maia não é isolado e que muitas mulheres sofrem agressão dentro de casa. Pesquisas mostram que o espancamento atinge quatro mulheres por minuto no Brasil e que muitas ainda não denunciam por medo ou por vergonha de se exporem.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo estima a ocorrência de mais de dois milhões de casos de violência doméstica e familiar por ano. O estudo apontou ainda que cerca de uma em cada cinco brasileiras declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem.

Entre as conquistas da Lei Maria da Penha, está a criação, pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, de Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para dar mais agilidade aos processos.

Em Roraima, esta semana está sendo comemorada de diversas maneiras, sendo que o Centro Humanitário de Apoio à Mulher (Chame) preparou uma programação especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, com palestras e com atendimento especial na capital e no interior do Estado. Outras atividades também estão sendo desenvolvidas, como, por exemplo, os eventos da Liga Feminina de Combate ao Câncer em Roraima.

Vou aproveitar a oportunidade para dar os parabéns a todas as mulheres roraimenses pelo Dia Internacional da Mulher, especialmente à Irmã Auristela, que dedicou os últimos anos – ela está viva ainda, mas foi acidentada e está de cama no hospital – ao atendimento dos indígenas na Casa do Índio, em Boa Vista. A Irmã se dedica integralmente a esse trabalho e está aposentada, mas foi recontratada, para continuar atendendo aos indígenas. À irmã Auristela presto homenagem especial nesse Dia da Mulher. Presto também homenagem a todas as mulheres do meu Estado, que vivem, que trabalham, que criam seus filhos, que cuidam de suas famílias.

Sr. Presidente, a chave da ascensão social da mulher, que hoje comemoramos e cuja continuação

defendemos, é a igualdade de direitos, de oportunidade e de condições de acesso.

Hoje, vemos entre nós as amplas conquistas da mulher brasileira no mundo do estudo, das profissões, do trabalho. É um progresso que desejamos ver evoluir. Mas também são muitos os desafios que restam.

Registrou-se, nas últimas décadas, um louvável espraiamento legal em defesa da mulher. E muito ainda há por fazer. Sabe-se que, no Congresso, contam-se, às dezenas, se não até às centenas, os projetos de lei apresentados por parlamentares sobre essas questões.

A vantagem da presença feminina nas instituições de Estado e na política não é somente a da marca da igualdade, mas vai bem além: a mulher agrega a sua visão específica, a sua sensibilidade, uma concepção diferenciada sobre os valores da existência humana. Isso enriquece o diálogo político e institucional, aumenta sua qualidade e seu alcance.

O Dia Internacional da Mulher é dia de reafirmar os ideais de igualdade, de justiça, de progresso e de esperança, inseparáveis da trajetória de ascensão social da mulher.

Escolhi o dia de hoje para homenagear nossas queridas mulheres brasileiras, especialmente as de Roraima, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher ontem, 8 de março. Parabéns!

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Obrigado, Senador Augusto Botelho.

Vamos dar sequência à lista dos nossos oradores inscritos. O próximo orador é o ilustre Senador Magno Malta, que representa o Estado do Espírito Santo e a quem concedo a palavra pelo tempo regimental.

Tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil que nos assiste pelos meios de comunicação desta Casa, a TV Senado e a Rádio Senado, quero fazer um registro importante, o do meu abraço fraterno às mulheres do Brasil, principalmente àquelas de vida mais difícil que criam seus filhos com maior dificuldade. Embora o Dia Internacional seja dedicado a toda mulher, independentemente de ela ter vida fácil ou difícil, volto meu foco para essas mulheres que têm muito mais dificuldade de manter a casa, de trabalhar fora, de criar os filhos.

Aproveitando, Sr. Presidente, esta oportunidade, cumprimento as mulheres do Brasil. Eu gostaria muito de ter a Dona Dadá, minha mãe. Eu já não a tenho, mas agradeço a Deus pelos anos que minha mãe viveu, pela

vida que viveu, pela sua vida digna, pelo legado que deixou para mim e para os meus irmãos. Minha mãe se foi aos 57 anos de idade, era muito jovem. Minha mãe se foi seis meses após minha eleição para Deputado Estadual no Estado do Espírito Santo.

Abraço também minha esposa, minhas três filhas. Tenho três filhas, três presentes de Deus. Abraçando minhas filhas, abraço as mulheres filhas de todos; abraçando minha esposa, abraço as mulheres esposas de todos.

Quero cumprimentar, Sr. Presidente, e abraçar as servidoras deste Senado, desde a mais simples, que, hoje, tem carteira assinada numa empresa prestadora de serviço, que passa pano molhado e faz limpeza nos corredores, desde a mais simples servidora desta Casa, aquela que serve café e água, até as diretoras, as taquígrafas, as técnicas.

De maneira muito especial, quero abraçar minhas assessoras, aquelas que, de forma abnegada, são mães de família e aquelas que ainda não o são, aquelas que trabalham o dia inteiro e que daqui saem para a faculdade, aquelas que chegam a casa à meia noite ou a uma hora da manhã para estarem de volta aqui no dia seguinte. Abraço aquelas que têm filhos, que criam filhos e que, tão abnegadamente, fazem seu serviço. Sou testemunha ocular dessas que servem no meu gabinete.

Quero abraçar as mulheres, as mulheres do Brasil, as mulheres desta Casa, aquelas que me ouvem, as mulheres do meu Estado, mulheres de trabalho, mulheres guerreiras, principalmente aquelas que se recusaram e que estiveram na luta quando enfrentamos a grande demanda que nos foi imposta pelo crime organizado no Espírito Santo, no movimento Reage, Espírito Santo. Aliás, o Espírito Santo é a terra de V. Ex^a, Senador Augusto Botelho, sua terra de nascença.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Isso muito me honra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O Espírito Santo também tem muito orgulho de V. Ex^a, filho daquela terra, nesta Casa.

Cumprimento as mulheres que fazem vida pública hoje no Estado do Espírito Santo. Quero cumprimentar as mulheres da nossa Bancada Federal: a Deputada Federal Iriny Lopes, que hoje é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; e a Deputada Federal Sueli Vidigal, esposa do meu amigo Sérgio Vidigal, grande Prefeito. Ele foi o maior Prefeito da história da Serra, de grande capacidade administrativa, um gestor invejável, um homem de coração e de alma, um homem amado. Para que os números comprovem minha verdade, lembro que

Sérgio Vidigal, depois de oito anos, saiu do Governo com 92% de aprovação e voltou agora, com mais 92% de aprovação. Acho que é o único Município do Brasil, nas pesquisas, em que ele tem mais influência do que o Presidente Lula. Abraço meu amigo, abraçando sua esposa.

Aí eu abraço as mulheres da Serra, aquelas que fazem vida pública, as que trabalham no comércio, na indústria, as costureiras, as que vendem cachorro-quente, que fritam salgados, aquelas que são do lar. Quero abraçar todas. Abraço as prefeitas do meu Estado: a Prefeita Raquel, de São Gabriel da Palha; Naciene, lá de Ibirajú; abraço minha amiga e ex-prefeita de Montanha, Ana, uma pessoa muito querida, trabalhadora; a Prefeita de Dores do Rio Preto. Temos algumas prefeitas fazendo um bom trabalho. A Prefeita Jô, uma pessoa queridíssima, uma cabeleireira que virou Prefeita do Município de Sooretama, uma pessoa querida, honrada, uma mulher de Deus. Quero abraçar essas mulheres nesse dia tão importante.

As mulheres têm uma importância acima de nós e é só por um detalhe – V. Ex^a, que é médico: mulher tem útero. O útero da mulher faz com ela seja mais corajosa do que o homem, mais justa do que o homem. Aliás, não conheço uma mulher delegada que seja frouxa. Não conheço. Não conheço uma mulher juíza que seja frouxa. Todas têm mão pesada, mão dura, enfrentam, são corajosas. É verdade que toda regra tem exceção, porque aquela delegada de Catanduva, no caso das crianças abusadas, avisou ao cara que iria fazer busca e apreensão na casa dele. Essa não conta. Mas abraço a Delegada Fabiana Maioral, do meu Estado, a Delegada Ancila Zanol, lá de Cachoeiro de Itapemirim. São mulheres determinadas. As juízas. V. Ex^{as} precisam ver as promotoras. Há uma safra! Tenho aqui comigo a Dr^a Ana, Promotora do Rio de Janeiro, a Dr^a Catarina, a Dr^a Karla. São do Ministério Público, assessoram a CPI da Pedofilia. São mulheres determinadas, corajosas. Nessas oitavas violentas para as quais tenho viajado pelo Brasil, elas têm me acompanhado. Inclusive, no Estado de V. Ex^a, elas estavam lá comigo. Quando nós fomos lá ouvir aquele procurador de araque, abusador de criança, mandrake, bandido, pústula, canalha, abusador de criança, elas estavam lá. Então, eu quero abraçar essas promotoras, abraçando as promotoras, juízas, delegadas.

Aliás, em pontos nevrálgicos da sociedade devia ter era uma mulher. Acho que todo juiz tinha que ser era mulher. Todo delegado tinha que ser era mulher. Você fala em caso de corrupção, de cada mil

homens envolvidos, tem uma mulher no meio. Verdade! Verdade!

Então, eu quero abraçar as mulheres. As mulheres que são mães adotivas – bacana, não é? –, aquelas que tiveram a coragem de adotar não para fazer bem a uma criança, mas fizeram bem a si mesmas. Aquelas que são da frente da adoção. Eu sou pai adotivo. Aliás, o senhor, que é médico, a adoção é a única chance que o homem tem de dar à luz. E as pessoas que adotaram, Senador Augusto Botelho, são aquelas que descobriram que o coração tem útero. Eu quero abraçar aquelas mulheres que o útero está no coração, que adotaram. E aí a figura mais simbólica para mim é Rosinha Matheus, a Prefeita de Campos, ex-Governadora do Rio: nove filhos adotivos, nove!

Abraço as mulheres que vivem com a sua vida entregue à vida dos outros, porque este é o bem maior: quando você se entrega de uma forma abnegada, sacerdotal às pessoas. Aí nós acabamos de perder aquela que simboliza isso tudo, que é a nossa querida Zilda Arns, tia do nosso querido Senador Flávio Arns, que se aproxima de V. Ex^a, que simboliza essa mulher de entrega, de sacerdócio, que entregou sua vida, suas energias, sua potencialidade, os seus dias, a sua própria vida na defesa do ser humano, na defesa da vida.

Então, hoje eu abraço essas mulheres, abraçando Dona Zilda. As milhares que hoje têm drogados em casa, que têm bêbados em casa, que sacrificaram a geladeira, o sofá de casa, para tirar alguém da rua e devolver-lhe a vida. Dividiram o chuveiro dos filhos com alguém que não sabem nem quem é – apanhado na rua, tirado numa cadeia, apodrecido por não ter tomado banho, um andarilho qualquer – e o colocaram assentado à mesa. Eu quero abraçar essas mulheres. E são centenas no Brasil.

E aí do Brasil se elas não existissem, se essas pessoas não existissem onde o poder público não chega por incompetência e até por omissão!

Eu quero abraçar essas mulheres. Eu quero abraçar as mulheres missionárias, sacerdotisas, freiras, pastoras, médicas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ah, eu ficaria a noite inteira falando! Eu ficaria a noite inteira falando! Mas recebam o meu abraço muito fraterno, meu abraço carinhoso neste dia tão importante, tão significativo para a Nação brasileira, para o mundo inteiro: o Dia Internacional da Mulher.

Nós vamos votar amanhã a convocação de uma mulher muito corajosa, que certamente, havendo tempo hábil, trarei na quinta-feira para que possamos ouvi-la,

porque na quinta-feira nós ouviremos o Sr. Flávio, diretor do Flamengo, diretor de arrecadação, acusado de abuso, com um histórico muito ruim. Nós o ouviremos na quinta-feira na CPI da Pedofilia e, como convidado, o Dr. Luiz, que é o delegado do caso, da Vara da Infância, e aquela mulher que fez a denúncia.

Uma mulher corajosa lá de Coari, uma professora pequenininha, corajosa, destemida, foi à CPI e fez um claro depoimento contra o ex-Prefeito Adail e contra o time dele. Mas todo mundo em Coari sabe quem é aquela baixinha corajosa, que denunciou o abuso da filha, que foi levada para um aborto. Então, abraçando essa mulher, quero abraçar todas as corajosas que têm coragem de denunciar esses pústulas, canalhas, que, em nome da sua tara, da sua realização sexual, da sua lascívia, invadem o emocional e o moral de crianças e das suas famílias.

Encerro o meu pronunciamento dizendo às mulheres do Espírito Santo que nós vamos brigar até o final na questão dos **royalties**. Nós não seremos atropelados, como disse o Senador Romero Jucá ao Ministro Lobão. Ninguém vai passar por cima de nós, até porque uma coisa que merece CPI no Brasil são as riquezas minerais, a CPI do subsolo. Investigar esse DNPM, as riquezas que vão embora, tiradas do nosso solo, do nosso subsolo: nosso granito, nosso mármore... Mas nós não seremos atropelados na questão dos **royalties** do petróleo. Ninguém vai querer desfrutar daquilo que é tirado da nossa terra, onde nós ficamos com o prejuízo ambiental – o passivo já é de muitos anos – em nome de um lucro...

Dizia bem o Senador Gerson Camata: Deus deu terra fértil para soja a Mato Grosso, e nem por isso Mato Grosso tem que dividir conosco o lucro da soja porque nós todos estamos no Brasil. Se as bacias de petróleo estão no Espírito Santo, no Rio e em São Paulo, não significa também que a divisão tem que ser da mesma forma, porque senão o Pantanal tem que dividir o lucro do gado conosco; e o lucro auferido no verão, no turismo internacional do Nordeste. Porque Deus deu águas quentes ao Nordeste e sol o ano inteiro, esse lucro vai ter que ser dividido conosco também no Espírito Santo.

Esse desequilíbrio nós não vamos tolerar.

Falo aqui em meu nome, em nome do Senador Renato Casagrande e do Senador Gerson Camata, autorizado a falar pelos Senadores do Rio. Nós vamos nos juntar.

No Dia Internacional da Mulher, eu encerro dizendo às mulheres do nosso Estado, às famílias dos nossos Municípios, que têm no seu sustento, na sua manutenção e melhoria, nos seus investimentos, parte

dos **royalties** do petróleo: nós não deixaremos de qualquer maneira que nos atropelam aqui, nesta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Sadi Cassol deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Com a palavra, por inscrição, o Senador Flávio Arns.

V. Ex^a tem o tempo regimental para usar da palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu gostaria também, neste momento, de pensar em conjunto com os Senadores e Senadoras e com a sociedade sobre o Dia Internacional da Mulher e sobre o prêmio que foi concedido na manhã de hoje, aqui no Senado Federal, neste plenário, mas pelo Congresso Nacional, que é o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Quando nós pensamos mulher-cidadã, nós também pensamos que este é o desafio que todos nós temos de enfrentar e fazer acontecer em nosso País: construir cidadania, dignidade, respeito, oportunidades, chances, para que o brasileiro e a brasileira possam participar plenamente da vida na sociedade.

Quando nós pensamos em cidadania, cidadania acompanha a caminhada do ser humano pela vida, desde antes do nascimento até quando for necessário na vida.

A gente pensar como a Pastoral da Criança fazia, e coordenados pela Dr^a Zilda – por Tia Zilda, como sempre costume dizer: acompanhar a gestante, para que a gestante se sinta protegida, segura, que a criança nasça bem, que faça os exames, o pré-natal, promovendo saúde, evitando deficiência, isso é cidadania.

Que tenha o parto no hospital, como acontece felizmente lá em Curitiba, onde tem também um programa muito bem aceito, que é o Mãe Curitibana, para dar segurança, para que a mulher saiba para onde ir, como fazer, quem vai atendê-la. Depois do nascimento também, a criança e a mulher serem bem atendidas.

A Pastoral da Criança faz isso também: pesar as crianças no decorrer do primeiro ano de vida. Caso a criança esteja no vermelho, ou seja, com peso inferior àquele que deveria ter para a sua idade, a própria comunidade se organiza para atender aquela criança. É como uma situação que eu vi numa determinada região economicamente carente, onde a líder da Pastoral, uma pessoa, uma mulher boia-fria acompanhava

15 crianças da sua região. E ela mostrava a ficha e dizia que, das 15 crianças, uma estava no vermelho; ou seja, o peso não estava adequado para a idade. “Mas nós já estamos [aquela mulher dizia, aquela boia-fria, aquela líder] nos organizando para acompanharmos, para apoiarmos essa família, para a criança sair do vermelho.”

Então, isso é cidadania: ter educação, creche, pré-escola, escola boa, saúde, médico, remédio. Isso é direito humano, direito social, é cidadania.

Apoiar a família. O pai trabalha, a mãe trabalha e, mesmo trabalhando, não têm o recurso, o dinheiro necessário para comprar uma casa. E nós, como sociedade, temos de pensar que ter casa e comida são direitos humanos básicos, fundamentais. Até os animais têm casa e comida – a vaca tem estábulo, o cachorro tem casa. A gente nunca pode imaginar que o proprietário da vaca deixou a vaca morrer de fome. Isso é impossível, ninguém pensa nisso, mas tem seres humanos que precisam de ajuda para não morrerem de fome. Isto é cidadania: trabalhar, preparar-se para o mundo do trabalho, ter o dinheiro, o sustento.

E o Papa João Paulo II inclusive dizia que o maior sinal de realização do ser humano na comunidade em que vive é o trabalho, e isto é ser cidadão: ter trabalho, ter salário, melhorar; pelo salário conseguir comprar as coisas, ter uma vida boa para si e para os filhos, para a família. E a pessoa vai envelhecendo, ficando idosa.

Há a Pastoral da Pessoa Idosa, onde tantos líderes trabalham Brasil afora – essa Pastoral era coordenada também pela Dr^a Zilda. A Pastoral da Pessoa Idosa acompanha o idoso, orienta, ajuda o idoso para que tenha lazer, ocupação, educação, saúde, remédio. Então, essa caminhada pela vida é o que a gente chama de caminhada com cidadania, com dignidade, com chances, com oportunidades. Isso é o que distingue um país desenvolvido de um país que não é desenvolvido.

E hoje o prêmio foi dado justamente para o que se chama de mulher-cidadã, quer dizer, aquela mulher que promove a cidadania, que promove uma vida melhor.

O problema das pessoas com deficiências tem sido abordado, inclusive, nas novelas. A novela da Globo exibida às 21 horas aborda novamente a luta da pessoa, da mulher paraplégica ou tetraplégica – no caso, ela tem problemas nos braços e nas pernas –, problemas acentuados ou não, a luta para se reabilitar, para trabalhar, para ficar independente. A sociedade toda se preocupa com isso. A pessoa com deficiência, todos concordam, merece ter chances, merece ter oportunidades para participar, para ser incluída. É

um ser humano, é uma pessoa para a qual chances precisam ser dadas.

Então, trata-se novamente a luta da mulher com deficiência. Quantas mães pelo Brasil têm filhos ou filhas com deficiência? Hoje estamos falando das mulheres – poderiam ser filhos também –, e algumas mulheres têm filhas com dificuldades bastante acentuadas e, por isso, precisam de apoio nas APAEs, nas entidades coirmãs. São mulheres adolescentes e adultas que precisam desse apoio. Então, a mulher com deficiência também precisa ter o seu espaço assegurado.

Quantas mulheres pelo Brasil estão chorando porque seus filhos estão na área das drogas, são dependentes químicos, dependentes de álcool? Vemos exemplos desse tipo pelo, o drama da família, a família sendo agredida, passando por perigos porque o filho estava na área da droga.

Quer dizer, precisamos fazer um grande esforço junto com as mães e, naturalmente, junto com os pais também. Quantas mães, quantas mulheres estão, neste momento inclusive, chorando por causa disso?

Isso é cidadania. Temos de nos preocupar em esclarecer, afastar da droga e colocar outras coisas no lugar das drogas: respeito, personalidade, amizade, jogos, trabalho, enfim, tudo aquilo que possa ser feito para promover o ser humano.

Então, nesse sentido, foi dado hoje, aqui no Congresso Nacional, o Prêmio Bertha Lutz, o prêmio para a mulher-cidadã.

E eu quero destacar, a propósito, que foi dado o prêmio para a Dona Fani Lerner, esposa do ex-Governador do Estado do Paraná Jayme Lerner, em memória, porque a Fani Lerner morreu no ano passado, em maio do ano passado. Inclusive, naquela ocasião, tive oportunidade de apresentar um voto de pesar aqui no Senado Federal e enviar as nossas condolências. Foi uma pessoa que lutou justamente por cidadania, uma mulher-cidadã.

Foi distribuído um documento: “*Fani Lerner, uma história de luta*”. Nesse documento, várias coisas são mencionadas para dar uma ideia do que ela, como Primeira-Dama e Secretária do Estado do Paraná fez no período em que o seu marido Jaime Lerner era Prefeito e Governador.

Foram muitos programas. Por exemplo: Projeto Piá – piá é criança, jovem; Linha do Ofício, Crédito Popular, Centro Dia para Idosos; Programa de Apoio às Creches Comunitárias; Vale-Creche, Supersopa; Piaí, para comunidades indígenas; Piá das Flores, para cuidar de flores; Piá Karatê no Esporte; Piá no Ofício; Albergue Casa do Piá, para abrigo e assistência; Brinquedotecas; Meninos e Meninas de Feira; Paimer; Abrigo/Casa

Lar; Casa de Cursos Apolônia Janiak; República de Meninas Nova Esperança; Casa Menino Jesus; Projeto Casas de Apoio; Centro da Juventude; Formando Cidadão. Enfim, dezenas de programas foram feitos por Fani Lerner, que recebeu o prêmio Mulher-Cidadã hoje em memória.

Eu quero dizer que existem milhares de pessoas por este Brasil, mulheres, homens, jovens e idosos que fazem um trabalho no mais absoluto anonimato a favor de uma sociedade mais melhor, mais justa. Temos de reconhecer e valorizar o esforço que essas pessoas fazem.

Inclusive, quero fazer também uma homenagem ao próprio Jayme Lerner, ex-Governador do Paraná, cujo trabalho é reconhecido no Brasil e no mundo por ideias boas e inovadoras.

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Agradeço, Sr. Presidente. Peço apenas mais alguns minutos para encerrar.

Enalteço, portanto, o trabalho do Governador Jayme Lerner. Ele é prova de que um prefeito ou um governador pode transformar uma cidade, como ele transformou Curitiba, que é bonita, bela, acolhedora, também numa cidade turística – criou o Jardim Botânico, a Ópera de Arame, o chamado Museu do Olho, o Museu Oscar Niemeyer, a Rua 24 Horas. Foi criado todo um conjunto de atrações turísticas através de uma gestão voltada para o turismo, para o desenvolvimento econômico e, através da esposa, a quem prestamos homenagem, também para a área social.

Fani Lerner apoiava de maneira decisiva a Pastoral da Criança. Essa Pastoral teve, na pessoa da Primeira-Dama do Paraná, um apoio de muita expressão para o desenvolvimento de seus trabalhos.

Então, vamos pensar nas pessoas que foram homenageadas aqui, em Fani Lerner; na minha tia, Tia Zilda; em todas as pessoas da Pastoral da Criança, quase trezentas mil pessoas que estão lutando por cidadania, por trabalho; nas pessoas, nas mulheres da Pastoral da Pessoa Idosa; nas APAES; nas pessoas que trabalham em creches, com idosos, com dependentes químicos, em grupos de saúde. É um exército de centenas de milhares de brasileiros.

Ainda vamos chegar a um dia em que os governos dirão para a sociedade: “Que bom que você existe, que bom que você trabalha. Vamos trabalhar juntos, em parceria, a favor de um Brasil melhor, para que possa o trabalho ser feito de maneira eficiente e barata, junto com a população”.

Então, a minha homenagem, neste dia, a todo Brasil, a tantas pessoas boas, competentes, de garra, de entusiasmo, que dão o melhor de si para a cidadania, a mulher-cidadã, o homem-cidadão, o jovem-cidadão. É isto que queremos: que o brasileiro, junto com a sociedade, torne-se, de fato, cidadão, ou seja, tenha os seus direitos respeitados desde a concepção no ventre materno, na barriga da mãe, até quando for necessário na sua caminhada pela vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Agora, pela ordem de inscrição, o último orador inscrito, o Senador César Borges, do Estado da Bahia.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, prometo, pelo adiantado da hora, ser breve.

Quero registrar que tive a satisfação de, na última sexta-feira, participar de evento junto com o Presidente da República, com o Ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, com o Governador do Estado da Bahia Jaques Wagner, com a Ministra Dilma Rousseff, com o Ministro Franklin Martins e com o Prefeito de Juazeiro Isaac Carvalho.

Estavam também presentes vários Deputados Federais, Estaduais, o Líder do meu Partido na Assembleia Legislativa, Deputado Pedro Alcântara. Foi um momento que considero muito importante para a Bahia e para o Nordeste brasileiro, Sr. Presidente.

Sem sombra de dúvidas, o Nordeste, nós sabemos, caracteriza-se pelo semiárido, e uma das formas mais efetivas de se criar desenvolvimento, emprego, renda, gerar riquezas nessa Região é a agricultura irrigada. E a prova disso é o polo irrigado que existe tanto em Pernambuco, na cidade de Petrolina e no seu entorno, como na cidade de Juazeiro, na Bahia, e no seu entorno. Diversos projetos. Nilo Coelho é um grande projeto na área de Pernambuco; o Touirão é um grande projeto na área de Juazeiro. E outros projetos revolucionaram e transformaram aquele polo agroindustrial num polo de desenvolvimento no semi-árido.

Por isso nós sempre defendemos que uma solução para o desenvolvimento do Nordeste passa pela agricultura irrigada. Pois bem, uma velha, antiga aspiração do povo de Juazeiro é um projeto chamado Salitre (Salitrão), um projeto de irrigação no Vale do rio Salitre, a 20 km acima pelo rio São Francisco, a montante da cidade de Juazeiro pelo rio São Fran-

cisco, que vem se arrastando na verdade há mais de 12 anos. Eu era Governador, quando tive o apoio da bancada federal, que estava na Câmara dos Deputados àquela época, no sentido de alocar recursos de emendas coletivas de bancada, para que aquele projeto iniciasse e pudesse ir ao encontro das aspirações daquela região.

E assim o projeto começou há 12 anos, com interrupções, aquele soluço orçamentário de sempre. Mas agora, no atual Governo do Presidente Lula, o Ministro da Integração, também um baiano, priorizou o projeto, cuja primeira fase foi inaugurada. Em 5 mil hectares serão alocados mais de 200 agricultores, e há lotes de porte médio para mais 60 médios empresários e também para grandes empresários.

Hoje, esses projetos de irrigação representam muito nas nossas exportações, principalmente de uva. Por exemplo: 74% das exportações de uva do Brasil vêm dessa região de agricultura irrigada e 46% das mangas frescas, exportadas pelo Brasil, saem desses polos, E agora há mais um polo, que é o projeto Salitre, inicialmente nos seus 5 mil hectares, mas que, em setembro próximo, deverá, talvez, inaugurar mais 7 mil hectares, na expectativa de que seja realizado o projeto na sua totalidade, alcançando 30 mil hectares irrigados. Isso, sem sombra de dúvida, será mais uma alavanca para o desenvolvimento daquela região do semiárido, sofrida, às margens do rio São Francisco, com a água ali ao lado, no rio, mas que, às vezes, não é utilizada de forma conveniente para ser um elemento transformador dessa região.

Então, nós temos de trazer aqui essa realização, registrá-la. Foram mais de R\$250 milhões investidos e uma aspiração que foi realizada, que muitos nem acreditavam, mas está lá instalada, pelo menos a primeira fase do projeto Salitre.

Outro projeto, Sr. Presidente, muito importante, que está em andamento também e que tive oportunidade de visitar recentemente, é o chamado Baixio de Irecê ou Baixio de Xique-Xique, porque ele fica mais no Município de Xique-Xique, mas havia o nome histórico de Baixio de Irecê, no Vale do Rio Verde, no encontro na sua confluência com o rio São Francisco. É outro projeto de irrigação que tem um potencial de 60 mil hectares e que já tem o canal de aproximação, a estação de bombeamento, canais principais, já está, inclusive, na fase de canais secundários.

Então, é muito importante que se priorize a agricultura irrigada, porque ela faz uma verdadeira revolução onde é implantada. E o Nordeste brasileiro tem, na agricultura irrigada, sem sombra de dúvida, uma

grande saída. Não é a única para o problema da seca no Nordeste, mas é uma saída.

Queria fazer este registro aqui de que participei, com muito orgulho, dessa realização, porque tudo que vem ao encontro de beneficiar o povo baiano, o povo da minha terra estarei a favor e aplaudirei.

Essa é uma obra conjunta do Governo Federal, realização da Codevasf – o presidente da Codevasf, o Sr. Orlando, estava presente –, mas também é uma conjunção de forças, porque há um Ministro que é da Bahia, Ministro Geddel Vieira Lima, e o Governador Jacques Wagner, que participou desse esforço. Eu, desta tribuna, tantas vezes cobre que esses projetos pudessem ser uma realidade. Ter participado dessa inauguração, portanto, dá-me a certeza de que participei de um momento de geração de emprego e renda. Há

expectativa de geração de mais de trinta mil empregos diretos e até sessenta mil empregos indiretos. Que a Bahia, junto com Pernambuco e outros Estados nordestinos, possam, através dessa agricultura irrigada, resolver definitivamente as desigualdades regionais que existem entre o Nordeste e o resto do País, em função até da inclemência do clima com relação ao Nordeste brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente, e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 58, DE 2010

Altera a Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, para revogar a hipótese de perda da pensão do dependente de segurado do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas que contrair matrimônio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A alínea c do § 2º do art. 45 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 45**

.....

§ 2º

.....

c) domicílio.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o inciso II do art. 46 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, que regulamenta os benefícios pagos pelo extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), previa que os dependentes de seus segurados que se casassem perderiam o direito à pensão.

A pensão por morte surgiu com o objetivo de assegurar a sobrevivência e o nível de vida de todos aqueles que dependem do segurado falecido.

A ideia de que o casamento implicava perder a condição de dependente era destinada especialmente às mulheres e tinha a mesma natureza, justificando-se em época na qual elas, pela sua total dependência da população masculina, não tinham como se sustentar se não se casassem. Além disso, nos mesmos tempos, era considerado socialmente condenável e praticamente inaceitável juridicamente que alguém constituísse família sem que essa se baseasse no casamento formal.

Essa realidade fazia com que a existência de limitação à pensão de acordo com o estado civil do dependente fosse regra nos diversos regimes previdenciários, sendo prevista para os servidores públicos civis pela Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, e para os segurados da previdência social pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

O avanço na questão da igualdade de direitos entre o homem e a mulher, bem como o reconhecimento da entidade familiar a partir da união estável, tornaram essa ideia absolutamente extemporânea, sem justificativa social ou previdenciária.

Vale comentar que os referidos avanços sociais foram, inclusive, erigidos em normas constitucionais pela Carta de 1988, nos arts. 5º, I, e 226, § 3º, *verbis*:

Art. 5º.....

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Art. 226.....

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

.....

Em razão desses fatos, esse tipo de limitação à pensão foi extinto para os servidores civis, na edição da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e para os segurados do Regime Geral de Previdência Social, pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Ou seja, o que é relevante para determinar o direito a pensão é o grau de dependência e não o estado civil do dependente.

Assim, impõe-se corrigir esse ponto na Lei que regulamenta as pensões do IPC, que, apesar da extinção da entidade, continua regendo os benefícios de seus segurados, na forma do que estabelece a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.

Com esse objetivo, estamos apresentando este projeto, buscando dar tratamento isonômico a esses brasileiros.

Sala das Sessões,

Senador **GEOVANI BORGES**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I
Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....
.....
.....

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

.....
.....
.....

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

.....
.....
.....

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

.....
.....
.....

Brasília, 5 de outubro de 1988.

LEI Nº 7.087, DE 29 DEZEMBRO DE 1982

Dispõe sobre o Instituto de Previdência dos
Congressistas - IPC.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
.....
.....

Art. 45 - O direito ao recebimento da pensão será:

I - suspenso, enquanto o segurado estiver investido em mandato legislativo federal;

II - reduzido de 2/3 (dois terços), quando o pensão sionista venha a perceber, no exercício de funções, empregos, cargos públicos, ou no exercício de mandato, exceto o legislativo federal, vencimentos, salários, remunerações ou gratificações de qualquer espécie, mensalmente, em montante igual ou superior à soma de subsídios, média das diárias e ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica aos pensionistas com direito adquirido na forma da legislação anterior.

§ 2º - Para efeito do disposto no caput deste artigo, o pensionista deverá declarar, entre 1º e 31 de março de cada ano, ou quando da ocorrência de fato que justifique a redução ou a suspensão da pensão:

a) estar, ou não, investido no mandato legislativo federal;

b) exercer, ou não, outro mandato, função, em prego ou cargo público e, em caso afirmativo, anexar documento comprobatório dos rendimentos auferidos, expedido pelo órgão pagador;

c) estado civil e domicílio.

§ 3º - A omissão do pensionista quanto à obrigação fixada no parágrafo anterior implicará na suspensão automática da pensão.

Art. 46 - Perderá o direito à pensão, salvo a ocorrência da incapacidade, o dependente, de qualquer sexo:

I - ao atingir a maioridade;

II - ao contrair matrimônio;

III - condenado por crime de natureza dolosa e de que tenha resultado a morte do respectivo segurado.

.....
.....
.....

Brasília, em 29 de dezembro de 1982; 161º da Independência e 94º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel

LEI Nº 9.506, DE 30 DE OUTUBRO DE 1997.

Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinto o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, criado pela Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, e regido pela Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, sendo sucedido, em todos os direitos e obrigações, pela União, por intermédio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os quais assumirão, mediante recursos orçamentários próprios, a concessão e manutenção dos benefícios, na forma estabelecida nesta Lei, preservados os direitos adquiridos em relação às pensões concedidas, atualizadas com base na legislação vigente à data da publicação desta Lei, bem como às pensões a conceder, no regime das Leis nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, nº 4.937, de 18 de março de 1966, e nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982.

.....
.....
.....
Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Iris Rezende

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da
Previdência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

.....
.....
.....

Art. 156. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 24 de julho de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR

Antonio Magri

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Titulo I**Capitulo Único****Das Disposições Preliminares**

Art. 1^ª—Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

.....
.....
.....

Art. 250. O servidor que já tiver satisfeito ou vier a satisfazer, dentro de 1 (um) ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos do inciso II do art. 184 do antigo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, aposentar-se-á com a vantagem prevista naquele dispositivo."

Senado Federal, 18 de abril de 1991. 170º da Independência e 103º da República.

MAURO BENEVIDES

LEI Nº 3.807, DE 26 DE AGOSTO DE 1960.

Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
Introdução

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 1º A previdência social organizada na forma desta lei, tem por fim assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, bem como a prestação de serviços que visem à proteção de sua saúde e concorram para o seu bem-estar.

.....

.....

.....

Art. 183. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação salvo quanto às suas disposições que dependem de regulamentação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de agosto de 1960; 139º da Independência e 72º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Armando Ribeiro Falcão

Jorge Leite

Odylio Denys

Fernando Ramos de Alencar

S. Paes de Almeida

Ermani do Amaral Peixoto

Antônio Barros Carvalho

Pedro Paulo Penido

J. Baptista Ramos

LEI Nº 3.373, DE 12 DE MARÇO DE 1958.

Dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, a que se referem os arts. 161 e 256 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º O Plano de Previdência tem por objetivo principal possibilitar aos funcionários da União, segurados obrigatórios definidos em leis especiais e peculiares a cada instituição de previdência, meios de proporcionar, depois de sua morte, recursos para a manutenção da respectiva família.

.....
.....
.....

Art 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de março de 1958; 137º da Independência e 70º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Eurico de Aguiar Salles
Antônio Alves Câmara
Henrique Lott
José Carlos de Macedo Soares
José Maria Alkmim
Lúcio Meira
Mario Meneghetti
Clovis Salgado
Parsifal Barroso
Francisco de Melo
Maurício de Medeiros

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2010

Altera a lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, a lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei inclui o Microempreendedor Individual como beneficiário das políticas de crédito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT.

Art. 2º Dê-se a seguinte redação ao artigo 1º da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005.

Art. 1º

§ 1º São beneficiárias do PNMPO:

I - as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, a serem definidas em regulamento, especificamente para fins do PNMPO;

II - os microempreendedores individuais a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008.

.....

Art. 3º Dê-se a seguinte redação aos artigos 3º e 4º da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Art. 3º

.....

III - tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais, microempreendedores individuais, pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas

.....

Art. 4º São beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, os microempreendedores individuais, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial e agroindustrial das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Art. 4º Dê-se a seguinte redação ao artigo 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 10.

§ 1º O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se, no que couber, à legislação vigente.

§ 2º Os financiamentos a que se refere o "caput" deverão incluir programas específicos de estímulo ao microempreendedorismo individual.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativas

Considera-se Empreendedor Individual (EI), o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36.000,00 e que seja optante pelo Simples Nacional. A figura do EI está prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008.

Poderão ser enquadrados como EI profissionais das mais diversas áreas, tais como açougueiros, alfaiates, costureiras, barbeiros, mecânicos, borracheiros, carpinteiros, doceiros, eletricitas, jardineiros, jornaleiros, lavadores de carros, manicures, padeiros, pescadores, relojoeiros, sapateiros, verdureiros, etc.

No Brasil, esses profissionais, em sua grande maioria, atuam na informalidade, o que não lhes permite acesso a benefícios tributários, previdenciários e creditícios.

Com o advento da legislação do MEI (Leis Complementares 123 e 128), abriu-se a possibilidade para que essas pessoas possam desenvolver suas atividades de maneira legal. Com isso, podem obter benefícios como a cobertura previdenciária para o empreendedor e sua família (auxílio-doença, aposentadoria por idade após carência, salário-maternidade, pensão e auxílio reclusão), com contribuição mensal reduzida - 11% do salário mínimo.

Os microempreendedores individuais podem registrar até 1 empregado, com baixo custo - 3% Previdência e 8% FGTS do salário mínimo por mês. No processo de formalização, tem-se a isenção de taxa do registro da empresa e concessão de alvará para funcionamento, de maneira a que o empreendedor se formaliza sem gastar um centavo.

A legislação prevê igualmente a ausência de burocracia para se manter formal, fazendo uma única declaração por ano sobre o seu faturamento que deve ser controlado mês a mês para ao final do ano estar devidamente organizado.

No campo tributário, o microempreendedor individual pagará imposto "zero" para o Governo Federal e apenas valores simbólicos para o Município (R\$ 5,00 de ISS) e para o Estado (R\$ 1,00 de ICMS).

Segundo dados do IBGE, obtidos do trabalho denominado *Economia Informal Urbana*, o número de empresas informais no Brasil em 2003 era de aproximadamente 11 milhões, o que envolve a ocupação de cerca de 14 milhões de pessoas.

Desse total, os dados do IBGE revelaram que, nos 3 meses que antecederam à pesquisa, a grande maioria das empresas do setor informal (94%) não utilizou crédito para o desenvolvimento de suas atividades. Assim, torna-se fundamental para o microempreendedorismo individual, além dos benefícios tributários e de simplificação de procedimentos, o estímulo ao crescimento e fortalecimento de suas atividades pela via creditícia. Dessa forma, o escopo desta proposta é justamente a de incluir, no âmbito de programas já existentes, a figura do microempreendedor individual como beneficiário.

Nesse contexto, estamos propondo a previsão explícita dos microempreendedores individuais no conjunto de beneficiários do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, de que trata a lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, cujos objetivos gerais são:

- Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.
- Disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.
- Oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, O PNMPO concedeu, em 2009, R\$ 2,2 bilhões para microempreendedores. Desde sua criação, em 2005, o PNMPO já liberou R\$ 6,6 bilhões. O volume de crédito concedido no ano passado teve um aumento de 26,60% em relação a 2008, quando foi liberado R\$ 1,8 bilhão.

Como se vê, trata-se de importante fonte de financiamento para os microempreendedores. Por isso mesmo, embora o PNMPO esteja direcionado para *microempreendedores populares*, pretendemos clarificar, na legislação, que esses financiamentos podem ser direcionados também aos microempreendedores individuais. Estamos, portanto, assegurando uma fonte de crédito para esse público específico.

Além disso, estamos incluindo os microempreendedores individuais no rol de beneficiários dos financiamentos realizados com recursos dos fundos constitucionais (FNE, FNO e FCO), o que é compatível com a sua finalidade de desenvolvimento regional. Para 2010, por exemplo, o FCO contará com disponibilidades da ordem de R\$ 4,15 bilhões. Já o FNO estima que terá R\$ 8 bilhões disponíveis para aplicar em 2010. O FNO, em 2009, contava com disponibilidades da ordem de R\$ 2,7 bilhões.

Por fim, pretendemos inserir expressamente os microempreendedores individuais na relação de beneficiários do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT. Em 2009, o FAT investiu R\$ 36,8 bilhões em benefícios para empregados em 2009, no custeio de programas do seguro-desemprego, abono salarial, qualificação profissional e outras linhas de crédito. Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT são destinados ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico através do BNDES, na proporção de pelo menos 40% (de acordo com o artigo 239 da Constituição Federal), enquanto a parcela restante custeia o programa de seguro desemprego e o abono salarial. Para se ter uma dimensão desses valores, em 31.12.2009, o saldo de recursos do FAT no BNDES era de R\$122,5 bilhões.

Face ao exposto, solicitamos a célere tramitação e a aprovação desta proposição legislativa, como forma de definir, na lei, fontes estáveis de financiamento para os microempreendedores individuais.

Sala das Sessões,

Senador RENAN CALHEIROS

(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria “Liberdade não se negocia”, da revista **Veja** em sua edição de 10 de março de 2010.

Diz ainda a revista *Veja* que “desde que o PT chegou ao poder, os radicais do partido arquitetam um plano atrás do outro para tentar controlar jornalistas e inviabilizar comercialmente as empresas de comunicação”.

A matéria analisa declarações de jornalistas, empresários, intelectuais e políticos contrários ao antigo desejo do Partido dos Trabalhadores de estabelecer o que já foi chamado de “controle social dos meios de comunicação”. O texto condena ainda a inclusão de proposta de censura à imprensa no Programa Nacional de Direitos Humanos-3, documento chancelado pelo Presidente Lula e pela Ministra Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado Federal**, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

LIBERDADE NÃO SE NEGOCIA

Jornalistas, empresários, intelectuais e políticos se reúnem para rebater as ameaças lançadas pelos radicais do PT contra a liberdade de imprensa

Desde que o PT chegou ao poder, os radicais do partido arquitetam um plano atrás do outro para tentar controlar jornalistas e inviabilizar comercialmente as empresas de comunicação. Primeiro, veio a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, que teria poderes para proibir reportagens. Depois, eles passaram a defender com ainda maior despudor o “controle social dos meios de comunicação” — que é apenas um rótulo menos chocante para a implantação da censura oficial no Brasil. Na semana passada, pela primeira vez, ouviram-se vozes

organizadas contrárias a essa marcha da insensatez. Durante um encontro feito pelo Instituto Millenium, em São Paulo, jornalistas, empresários, intelectuais e políticos avaliaram os riscos reais que o radicalismo oferece à democracia no Brasil, opondo-se à pregação totalitária.

Hélio Costa (PMDB), ministro das Comunicações, reafirmou suas convic-

NÃO VAI, MAS PODE
Costa (à esq.): “Em hipótese alguma o governo aceitará o controle social da mídia”.
Magnoli: “arroubos stalinistas”

TRIPÉ VIRTUOSO
Para Civita, democracia, livre-iniciativa e liberdade de expressão são valores indissociáveis

ções pessoais “rigorosamente contrárias” a qualquer controle sobre ideias. Mais tranquilizadora foi sua fala como integrante do governo. Disse Costa: “O governo deixou claro que em hipótese alguma aceitará uma discussão sobre o controle social da mídia”. Correto. A mesma posição já foi externada, com graus diferentes de

convicção, pelo presidente Lula e pela ministra e candidata Dilma Rousseff. Isso, porém, não impediu que Brasília continuasse patrocinando encontros dominados por liberticidas. Não impediu também que uma proposta sem chifres, mas diabólica de censura à imprensa fosse embutida no Programa Nacional de Direitos Humanos-3. O documento recebeu a chancela de Lula e Dilma e só foi recolhido depois da imensa repercussão negativa.

O sociólogo Demétrio Magnoli reafirmou a volatilidade da situação: “O PT mantém relações ambivalentes com a democracia. O partido celebra a Venezuela de Hugo Chávez e aplaude o regime castrista”. Em sua palestra especial no encontro, Roberto Civita, editor de **VEJA** e presidente do conselho do Grupo Abril, lembrou que a liberdade, como base do edifício democrático, é um valor inegociável. Disse Civita:

“A liberdade de credo, de ir e vir, de se reunir, de acesso à informação e todas as demais liberdades não devem ser condicionadas, limitadas ou regulamentadas. Devem, sim, ser garantidas — e respectivamente exercidas e praticadas. Sempre que se tentou legislar ou enquadrar atividades que na sua origem são livres, a democracia, e a sociedade em última instância, correu perigo”.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Panfleto político com dinheiro público”, publicada pelo jornal **O Globo** em sua edição de 25 de novembro de 2008.

A matéria destaca que o Ministério da Cultura produziu e imprimiu, com recursos públicos, um panfleto chamado Vota Cultura, no qual estimula eleitores a eleger Parlamentares que apoiem as políticas da pasta. Gastar dinheiro público para promover Parlamentares é ato de improbidade administrativa.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Globo 25/11/09
Panfleto político com dinheiro público

Ministério da Cultura produz folheto que estimula voto em 250 deputados; oposição vai ao MP

Leila Suvaran

• **BRASÍLIA.** O Ministério da Cultura produziu e imprimiu, com recursos públicos, um panfleto chamado Vota Cultura, no qual estimula eleitores a eleger parlamentares que apoiem as políticas da pasta. Os nomes de cerca de 250 deputados, de diversos partidos, aparecem na contracapa do panfleto. O material foi classificado pela oposição como propaganda eleitoral ilegal e antecipada. Ontem, a oposição apresentou representação no Ministério Público.

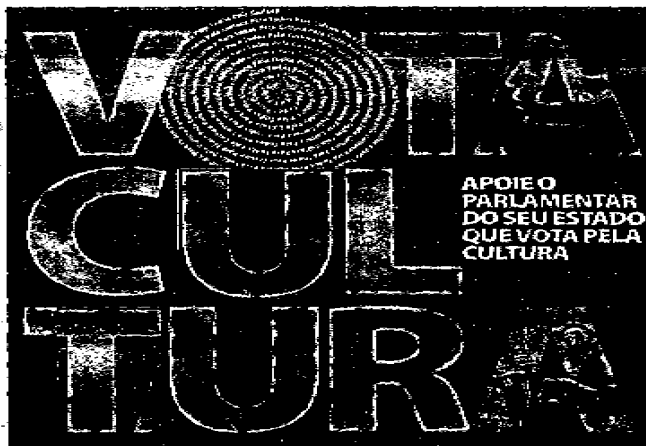
O folheto se tornou o centro de uma confusão ontem, na Câmara, e irrealizou a audiência na qual o ministro Juca Ferreira iria explicar o projeto Vale Cultura, que subsidia R\$ 50 em produtos e serviços culturais para trabalhadores. Juca Ferreira, visivelmente constrangido com o material distribuído por sua própria assessoria, inicialmente disse que não conhecia o panfleto e negou que sua pasta tivesse custeado a produção do material. Pressionado, admitiu que o endosso institucional do Ministério da Cultura na peça é “um erro” e um “excesso de solidariedade”.

— Não tem um tostão do ministério. O folder foi uma iniciativa da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, para a celebração do Dia da Cultura em sessão solene na Câmara. Foi um erro — disse Ferreira. — O ministério não é responsável por este folder, não se justifica a reação ocorrida. Isto não é propaganda eleitoral.

No fim da tarde, porém, o ministério enviou ao Senado nota em que reconhece ser responsável pela elaboração e editoração do folheto. E afirma que acabou custeando a impressão, devido à indisponibilidade da Gráfica da Câmara dos Deputados para entregar a tiragem até o dia 5 de novembro.

O panfleto divulga projetos e políticos do ministério. Também consta no folheto a marca do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, mas não se sabe qual foi a participação do grupo na produção. A assessoria do ministério informou que foram impressos 4.500 exemplares, para distribuição direcionada ao setor cultural. Os assessores de Juca Ferreira não disseram o valor gasto e informaram que a logomarca institucional da Câmara foi usada com autorização informal da Mesa Parlamentar. Mas a assessoria de imprensa da Câmara desmentiu e afirmou que a marca foi usada sem autorização.

— Não se trata de questão partidária, não é adequado misturar eleição com dinheiro público em um folder — criticou o senador Arthur



O FOLHETO do ministério (acima), que foi criticado pelo senador Demóstenes (abaixo):

“Gastar dinheiro público para promover parlamentares é ato de improbidade administrativa”

Virgílio (PSDB-AM), que fez um protesto sobre o assunto logo após a apresentação inicial de Juca Ferreira.

O ministro tinha esperado por mais de duas horas para falar, porque os governistas pediram prioridade para a sabatina de novo diretor do Banco Central.

— Gastar dinheiro público para promover parlamentares é um ato de improbidade administrativa. Todos devem ser multados, inclusive os de meu partido, por propaganda eleitoral antecipada com dinheiro público — disse o senador Demóstenes Torres (DEM-GO), que encaminhou ainda ontem uma representação ao Ministério Público Federal.

Sem argumentos para defender o material, res-

tou aos senadores governistas acusar a oposição de criar confusão devido à alta popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à irritação com o lançamento do filme que trata de sua biografia.

— Cabia a reclamação, mas o que está em jogo é outra questão, é o filme sobre o presidente Lula, que tem 76% de apoio popular. A oposição está fazendo obstrução para proterlar uma matéria importante, de inclusão social. Fizeram isso com o Bolsa Família também — disse Aloizio Mercadante (PT-SP).

Após uma discussão de quase meia hora, na qual houve ameaça de suspender a audiência, a comissão ficou esvaaziada. Da oposição, permaneceram apenas Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que apoiam o Vale-Cultura.

Depois disso, o projeto não chegou a ser debatido. Senadores aliados fizeram alguns poucos questionamentos e o ministro atribuiu a situação ao momento pré-eleitoral.

— Concordo que não se crie material com esse tipo de constrangimento para quem não votou em determinado projeto. Foi um erro — disse Juca Ferreira. — Os parlamentares vivem um momento de disputa, em véspera de ano eleitoral. Mas é importante discutir o projeto Vale-Cultura, que é de interesse nacional.

O ministro disse que não se considera “pai” do projeto do Vale-Cultura, que seria na realidade uma ideia de Sergio Rouanet, ministro da Cultura de 1991-1992, no governo Fernando Collor de Melo. Segundo ele, o Vale-Cultura terá um orçamento de cerca de R\$ 7 bilhões para estimular o setor cultural, dos quais R\$ 3,7 bilhões seriam bancados pelo governo federal. O restante viria de contrapartida dos trabalhadores beneficiados e de incentivos fiscais para as empresas.

Ele não chegou a tratar do filme “Lula, filho do Brasil”, nem da necessidade de tramitação do projeto com pedido de urgência constitucional. Segundo Ferreira, as discussões com a área econômica demoraram três anos e o formato alcançado é o ideal para o momento. O benefício será distribuído por meio de cartões magnéticos, que só podem ser usados em estabelecimentos aptos — os dados de consumo cultural serão abertos para controle social e acompanhamento. O ministro não respondeu por que os aposentados não terão o benefício.

Senador Alvaro Dias

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “UNE admite que atrasa prestações de contas”, publicada pelo jornal *O Globo*, de 30 de novembro de 2009.

A matéria destaca que o presidente nacional da UNE, Augusto Chagas, refutou as denúncias divulgadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de que a entidade teria fraudado convênios, forjado orçamentos e não teria prestado contas de recursos públicos recebidos desde 2007.

Como segundo assunto, quero fazer o registro da matéria intitulada “Apagou geral”, publicada pelo jornal *O Globo*, de 27 de novembro de 2009.

A matéria destaca o governo Lula sofreu um apagão de bom senso ao afirmar que o maior apagão elétrico da história do País foi um microincidente.

O apagão afetou 18 estados e 88 milhões de pessoas. Sobrou ainda para sete milhões de paraguaios e durou cinco horas e 47 minutos.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senador Flexa Ribeiro

UNE admite que atrasa prestações de contas

Presidente da entidade, no entanto, nega irregularidades

Soraya Aggege

• SÃO PAULO. O presidente nacional da UNE, Augusto Chagas, refutou as denúncias divulgadas ontem pelo jornal “O Estado de São Paulo” de que a entidade teria fraudado convênios, forjado orçamentos e não teria prestado contas de recursos públicos recebidos desde 2007. Ele admitiu, no entanto, que algumas prestações de contas estão em atraso. Para o presidente da UNE, a acusação é mais uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais brasileiros.

— Não há uma prova sequer, somente insinuações inconsistentes. Estamos vivendo um ambiente de ataque às

organizações como a UNE. Para nós, isso faz parte do processo de criminalização dos movimentos sociais, por causa de nossa luta política. Tem feito o mesmo com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que é nosso aliado — disse Chagas.

Chagas diz que UNE abrirá suas contas para fiscalização

De acordo com Chagas, a UNE não forjou documentos para obter verbas para seu congresso em Brasília. Segundo ele, as supostas empresas fantasmas foram citadas em um projeto, mas nunca foram encontradas pela entidade.

— Estamos, no entanto, apurando como essas empresas apareceram no projeto. Os nomes apareceram, realmente, mas em uma fase preliminar do projeto. Queremos apurar quem incluiu essas empresas. Mas como elas não foram contratadas, não há motivo para essa acusação — disse Chagas.

O presidente da UNE disse que a entidade teve problema com prazos e que abrirá suas contas para qualquer fiscalização do setor público. ■

O Globo Apagou geral

• Apagão de bom senso: foi um microincidente, segundo o ministro Tarso Genro, da Justiça. Não, não foi. Em extensão, foi o maior apagão da história do país. Afetou 18 estados e 88 milhões de pessoas. Sobrou para sete milhões de paraguaiois. Durou cinco horas e 47 minutos. Pela primeira vez, pararam todas as turbinas da hidrelétrica de Itaipu.

Apagão de gestão: não é aceitável que um ou três raios no interior de São Paulo desliguem Itaipu e apaguem o país. Falhou o sistema de "ilhamento" capaz de confinar o problema a uma só região. Apagão de responsabilidade: no instante em que se fez o breu, Lula sumiu. Dilma Rousseff, a ex-ministra de Minas e Energia que desenhou o novo modelo do setor, também sumiu. Edison Lobão, o atual ministro, foi escalado para ser "a cara do apagão".

Apagão de comunicação: o falatório desconexo das autoridades e dos técnicos adensou a escuridão. As explicações desencontradas comprovaram que o governo não tinha a mínima ideia sobre o que dizer à população no primeiro momento — nem no segundo. Foi então que Lula, assistado com o estrago que o episódio pode causar na imagem do governo, concluiu que o melhor seria todo mundo se calar. Mas antes... Bem, antes...

Apagão de compostura: quando parecia insustentável

o sumiço da mão de tudo o que o governo faz de bom, Dilma finalmente falou. Antes não o tivesse feito. Olha aqui, minha filha: em vez de dar explicações, Dilma foi grosseira com os jornalistas. Só faltou jogar nas costas da mídia a culpa pelo apagão. Lembrou o destemperado Ciro Gomes (PSB-CE) de 2002, que conseguiu perder a eleição presidencial para ele mesmo.

Apagão de respeito ao cidadão: em toda a algaravia produzida pelo governo, havia apenas uma preocupação comum: bater forte na tecla de que o apagão da dupla Lula/Dilma não era tão grave quanto o apagão de Fernando Henrique Cardoso. A preocupação eleitoral ganhou linguagem marqueteira: FH teve apagão; Lula/Dilma, somente um blecaute. Como se o escuro do apagão fosse diferente do escuro do blecaute.

Apagão de autoridade: empenhado em tentar esquecer o assunto, o governo atravessou a fronteira que separa o legítimo exercício

do mando do deplorável exercício do autoritarismo. Sem mais nem menos, Dilma e Lobão deram o episódio por encerrado, como se de fato ele pudesse estar, como se os cidadãos não tivessem o direito de cobrar uma investigação rigorosa sobre as causas do apagão.

Apagão de gerência: um setor técnico e estratégico como o de energia foi loteado entre os dois maiores partidos da base do governo: PT e PMDB. Agentes político-sindicalistas petistas comandam a área de geração — Itaipu, Petróbras — enquanto agentes das várias etnias do PMDB comandam a área de transmissão e distribuição — Furnas, BR Distribuidora. A Eletrobrás, que está nas duas pontas, é feudo do senador José Sarney (PMDB-AP).

Apagão de regulação: criadas no governo FH para regular os principais setores estratégicos com base em critérios técnicos e a salvo de ingerências políticas, as agências foram desidrata-

das de recursos e aparelhadas politicamente. O poder de regulação escapou das mãos dos técnicos e foi devolvido às mãos dos ministros, esses políticos por excelência e, como tal, sujeitos às pressões dos partidos.

Apagão de hierarquia: para evitar guerra interna e sabotagens entre aliados que dividem o comando do setor de energia, Lula deu todo o poder a Dilma para comandar os comandantes. Resultado: ministros e presidentes de grandes estatais têm os cargos e as verbas, mas não têm o poder de fato. Em condições normais, governantes tendem a fazer o jogo de fugir às suas responsabilidades. O governo Lula acentuou tal característica.

É sempre assim: na hora de faturar certos, proliferam seus verdadeiros e falsos pais, mães e avós. Na hora de encarar problemas, só me toda a família e a laje-banxa fica órfã. O povo? Ora, fica no escuro.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o recente golpe de estado em Honduras expôs, mais uma vez, a fragilidade democrática na América Latina. Ao longo da história do século XX, nosso continente lutou para erigir os fundamentos da representatividade política democrática e da República, mas basta ler a historiografia de nossas sociedades para verificar como temos sido permanentemente ameaçados, ora pelas ditaduras, ora pelo caudilho.

Hoje, quando nosso continente completa as primeiras décadas de retorno à vida em democracia, depois de longos anos de ditadura, vemos que, lamentavelmente, o sistema permanece fragilizado e tem desafios históricos a superar. É atual, portanto, a reflexão que nos brindou o saudoso Deputado San Tiago Dantas às vésperas do Golpe de Estado de 31 de março de 1964, sobretudo se o nosso desejo for buscar os insumos necessários ao enraizamento da democracia e da República na América Latina.

O tribuno San Tiago Dantas, em memorável reflexão no Parlamento, disse que “... a preservação e o fortalecimento da democracia representativa constituem um objetivo inalienável da nossa civilização... só através dela alcançaremos uma forma de convivência política verdadeiramente isenta de opressão”.

Em primeiro lugar, diria San Tiago, “a democracia, no quadro comparativo das instituições políticas conhecidas, não foi superada como forma de proteção do homem na sua confrontação cotidiana com o poder”.

Em segundo lugar – continua o saudoso Parlamentar – “nenhum outro regime, por mais convincentes que sejam seus resultados no campo econômico ou tecnológico, logrou oferecer mecanismo mais pessoal, e mais capaz de absorver e compensar as formas primárias de violência, do que o democrático, sobretudo no episódio culminante, que é o da transferência do poder”.

Interessante observar que San Tiago Dantas traz, mais adiante no discurso, importante reflexão para o fortalecimento da democracia ao comentar sobre a sua conduta na vida política e ao observar que esta poderia ser reduzida a dois fundamentos, um dos quais transcrevo aqui pela correlação com a fragilidade democrática na América Latina – o outro, concernente à preservação da paz, deixo para nova oportunidade.

Disse o nobre Parlamentar que sua conduta na vida pública estava envolta pela “certeza de que a sobrevivência da democracia e da liberdade, no mundo moderno, depende de nossa capacidade de estendermos a todo o povo, e não de forma potencial, mas

efetiva, os benefícios, hoje reservados a uma classe dominante, dessa liberdade e da própria civilização”.

Essas reflexões de San Tiago Dantas identificam ao mesmo tempo a fragilidade das democracias na América Latina, a transição pacífica do poder, e o principal desafio para fortalecê-las, a ampliação dos limites sociais e econômicos, aos quais seria válido acrescentar o livre acesso à educação de qualidade.

A democracia, como sistema, pressupõe a participação dos cidadãos nas eleições em pé de igualdade, como eleitores ou como candidatos, porque cada voto deve ter – potencialmente – o mesmo valor cidadão. Para que isso ocorra, necessário se faz projetar a noção da democracia para além dos alicerces políticos e vislumbrar mecanismos de acessos a serviços públicos com qualidade e de garantia de poder aquisitivo para a efetiva participação de todos os cidadãos no mercado consumidor.

Quando a democracia se dá em sociedades com profundas desigualdades, abre-se espaço para a ditadura ou para o caudilho, porque ambos se firmam pelo discurso populista centrado na figura de um líder que se coloca como salvador da pátria. Quando a democracia se dá em sociedades com profundas diferenças sociais, a manipulação ideológica e política torna-se mais fácil, porque a capacidade crítica da população tende a ser mais imediatista.

Os salvadores da pátria costumam se impor, ora, pelas armas, como parece ser o caso do golpe de Estado em Honduras e como o foram os golpes de Estado que mergulharam o continente em três décadas de ditaduras militares, ora pelas manobras cerceadoras das liberdades individuais e de expressão da livre imprensa, como se mostra ser o caso de Hugo Chavez na Venezuela ou de Evo Morales na Bolívia.

A triste verdade é que, em diversos estados latino-americanos, começamos a ver o afastar de pressupostos importantes da democracia contemporânea, o afastar da transição do poder sem violência; do fortalecimento das instituições republicanas; e das condições para a alternância permanente no poder, como forma de se garantir a prevalência da vontade popular e evitar a usurpação pela força de uma única corrente política ou, ainda, a preponderância de um Poder sobre os outros.

Se o poder se toma pela força, nada o justificaria como democrático, porque, na democracia, o poder se conquista pelas urnas. Da mesma forma, se o Governo restringe a capacidade de expressão do livre pensamento, da imprensa e da oposição, faz-se preponderar de forma arbitrária e afeta o princípio de freios e contrapesos, além de desequilibrar a representatividade

política e abalar os direitos fundamentais, todos valores caros à democracia.

Não basta o discurso ser democrático, tampouco que o povo vá às ruas, porque, no sentido contemporâneo, a democracia não se funda apenas no direito de votar e ser votado, mas numa série de conquistas sociais e econômicas, sem as quais a democracia é fragilizada e, com a ajuda de astutas manobras, muitas vezes legais, embora contrárias à ética, à moral e à razoabilidade.

A democracia funda-se, também, no livre acesso à informação, esta recepcionada hoje como novo direito fundamental pela abrangência e importância na edificação da democracia e da República. Sem imprensa livre, não há democracia, porque, sem imprensa livre não há canais para o manifesto da oposição, tampouco para críticas ao Governo. Não é à toa que, na Venezuela, fecham-se apenas os canais de TV que fizeram caoosição a Chavez.

É exatamente nas discrepâncias sociais profundas, sobre as quais nos alertava San Tiago Dantas, que se abre o espaço para o populismo caudilhista, caracterizado por forte apelo social – uma causa de extrema justiça, sem dúvida -, mas no caso da Venezuela e da Bolívia, por exemplo, distorcida num discurso cujos objetivos se colocam contra à alternância no poder e o equilíbrio entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Atentos à possibilidade de perpetuação dos dirigentes, os norte-americanos cuidaram de evitar a excessiva permanência no poder logo nos primeiros anos da experiência republicana. Isso deveria servir de exemplo para todos nós, sejamos norte-americanos ou latino-americanos.

Quando George Washington assumiu o primeiro mandato como Presidente da República nos EUA, em 30 de abril de 1789, a reeleição não constava no programa político estabelecido pela constituição americana. Mesmo exercendo um segundo mandato, Washington assumiu o compromisso de não se submeter a um terceiro, quarto ou quinto períodos como presidente.

Mais tarde, depois que Roosevelt se reelegeu pela quarta vez – ainda que isso se justificasse, ao menos em certa medida, pelas circunstâncias do período da depressão até a Segunda Grande Guerra –, cuidaram os americanos de colocar os limites de reeleição do presidente da república. Em 27 de fevereiro de 1951, já na presidência e no segundo mandato de Henry Truman, a XXII Emenda à Constituição Americana limitou o exercício da presidência a apenas dois mandatos.

Se o golpe de Estado fere de morte a democracia por assaltar e usurpar o poder pela força e não pelas urnas, a possibilidade de permanência indefinida no poder, mesmo se pela via de emendas aprovadas pelo

Parlamento, atenta contra o equilíbrio entre os poderes e cria as condições ideais para a implantação do populismo caudilhista, alimentado pelas bandeiras sociais e pelo discurso distorcido em favor dessas.

Aliado à melhoria das condições sociais, sem dúvida, o caminho para o fortalecimento da democracia e para o enraizamento definitivo da vida republicana está na educação como via para cortar o ciclo de pobreza e vencer o fosso econômico que separam ricos e pobres na América Latina.

Por meio de educação de qualidade, o cidadão torna-se de fato partícipe da vida política e social do país e faz o peso do voto valer, porque, atento aos direitos e garantias insculpidos na Carta Magna, tende a não aceitar a usurpação do poder, quer pelo golpe, quer pelas manobras capazes de manter presidentes eleitos eternamente no poder.

Fundamental é, também, a responsabilidade social das empresas, que precisam, cada vez mais, ter consciência do papel a ser desempenhado na construção de um Brasil mais justo, sobretudo se o objetivo for tornar real o potencial do mercado consumidor brasileiro. A violência, a miséria e a pobreza, fatores de fragilização da democracia, devem ser motivo de preocupação do Estado, de cada cidadão e de cada empresário, porque todos nós somos co-participantes na construção de um Brasil melhor.

O discurso de San Tiago Dantas permanece, portanto, válido nos dois pontos que salientamos. O fortalecimento da democracia, decerto, é o melhor caminho para garantir a representatividade política, a participação popular na república e os direitos fundamentais assentados nas Cartas Magnas.

Mas o enraizamento da democracia se dará apenas quando as riquezas forem compartilhadas de forma mais igualitária pela população como um todo e quando esta tiver acesso a sistema de educação pública de qualidade, capaz de desenvolver as potencialidades de cada cidadão independentemente da condição social e econômica. Isso porque a democracia se revela, na essência, um sistema de governo entre iguais e para iguais, conquanto livre a iniciativa e a remuneração em conformidade com a complexidade da tarefa.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que, antes do advento do Plano Real, as tarifas bancárias representavam parcela insignificante do faturamento das nossas instituições financeiras. Ainda assim, os bancos brasileiros apresentavam indicadores de lucratividade muito acima da média mundial.

Esse quadro não mudou muito, pelo menos no que diz respeito aos lucros bancários, que são registrados a cada ano, indistintamente, para bancos de

todos os tipos: grandes, pequenos, estatais e privados, nacionais e estrangeiros. Se não, vejamos.

Apesar da crise, o Banco do Brasil teve um lucro líquido de quase R\$2 bilhões até o terceiro trimestre deste ano, um crescimento de 6% sobre igual período do ano passado. O Banco de Brasília, um banco estatal de pequeno porte, registrou, nos nove primeiros meses de 2009, o maior lucro de sua história, um resultado 15% superior ao auferido em 2008.

Com os dois maiores bancos privados do País, Bradesco e Itaú Unibanco não foi diferente. O Itaú Unibanco teve lucro líquido de quase sete bilhões de reais no período de janeiro a setembro deste ano, um crescimento de 15,5% sobre igual período de 2008. Já o lucro do Bradesco caiu 5,2% no fechamento do terceiro trimestre em relação ao mesmo período de 2008, mas ainda assim o banco registrou lucro líquido próximo de R\$2 bilhões.

Assim têm sido nos últimos anos, e mesmo em 2009, apesar da grave crise financeira que o mundo viveu. O elevado lucro dos bancos que operam em nosso País tem sido constante, não importa o seu tamanho, se são privados ou estatais ou quais sejam as características das suas operações.

Ainda assim, são muito altas as tarifas de serviços que eles têm cobrado dos seus correntistas. Como resultado, elas têm sido muito mais que suficientes para bancar as folhas de pagamento das instituições financeiras, que representam a maior parcela de seus custos.

Para ter uma idéia do que isso significa, examinemos os dados do Sistema de Informações do Banco Central, relativos aos balanços dos bancos em 2007. A relação entre Receita de Tarifas e a Despesa com Pessoal dos principais bancos brasileiros foi a seguinte: Banco Itaú – 192%; Santander – 177%; Unibanco – 152%; Citibank – 148%; HSBC – 130%; Bradesco – 116%; Real – 112%; Banco do Brasil – 106%; Caixa Econômica Federal – 92%; e Nossa Caixa – 68%.

Essa relação hipertrofiada tem contribuído de forma decisiva para a elevada lucratividade dos bancos em nosso País. Não sou contra o lucro, quero deixar bem claro. Mas sou contra o custo abusivo dos serviços prestados aos clientes dos bancos, notadamente aos pequenos correntistas, até porque, a meu ver, bancos devem ganhar dinheiro com suas operações de crédito, que são a sua razão de ser.

Foi por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadoras, que dei entrada hoje, junto à Secretaria-Geral da Mesa, em projeto de lei destinado a isentar da cobrança de tarifas bancárias os pequenos correntistas das instituições financeiras.

Um estudo recente da Federação do Comércio de São Paulo, que usou como referência a Pesquisa

de Orçamentos Familiares do IBGE, mostrou que os gastos com tarifas bancárias chegam a representar 5% das despesas das famílias brasileiras, sendo superadas apenas pelos aluguéis e pelos impostos.

Para se ter uma idéia do peso relativo das tarifas bancárias nas despesas das famílias, os gastos com educação representam 3%, em média, do orçamento familiar brasileiro. Já no caso das pequenas e médias empresas, os gastos com tarifas bancárias chegam a representar até 2% do seu faturamento, segundo o mesmo estudo.

Não faz sentido, portanto, que famílias de baixa renda sacrifiquem seus orçamentos para ajudar a engordar os lucros das instituições financeiras, onde são, em muitos casos, forçadas a ter conta.

O projeto apresentado considera como pequeno correntista quem tenha renda mensal declarada igual ou inferior ao Rendimento Nominal Médio de Empregados com Carteira de Trabalho Assinada da região metropolitana mais próxima. Isso equivale, hoje, a R\$1.274,70 para a média das regiões metropolitanas consideradas. Ele determina, também, que a isenção somente será concedida mediante apresentação de Atestado de Bons Antecedentes, que objetiva fazer com que a isenção beneficie somente os trabalhadores.

O projeto cria, como sanção aos bancos que não concederem a isenção aos pequenos correntistas, uma multa equivalente a mil vezes o valor da tarifa indevidamente cobrada.

Tive também a cautela de criar mecanismo para impedir que a isenção beneficie correntistas que subestimem sua renda. Caso a movimentação financeira do correntista se revele incompatível com a renda declarada, durante um semestre, ele perderá o direito à isenção.

Outro cuidado que procurei ter foi o de evitar que as instituições financeiras passem a boicotar os pequenos correntistas, em razão da isenção. Se a instituição financeira negar a abertura de conta corrente ou de poupança a um pequeno correntista, ou decidir encerrá-la sem a permissão do titular, estará sujeita a uma multa de R\$10 mil, valor que será reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Como se vê, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de livrar as famílias com menor renda de uma despesa que me parece excessiva e injusta, até porque, como já disse, em muitos casos as pessoas são forçadas a manter conta corrente em instituições bancárias, seja para receber salários ou mesmo para poderem ter o direito a fazer poupança.

Espero, portanto, contar com o apoio de V. Ex^{as} para essa iniciativa, que pretende tão-somente tornar um pouco mais justas as relações comerciais entre os correntistas e as instituições financeiras nacionais.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que *constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).*

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello (**Sobrestando a pauta a partir de: 28-11-2009**)
Prazo final prorrogado: 23-03-2010

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que *altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.*

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador César Borges (**Sobrestando a pauta a partir de: 17-02-2010**)
Prazo final prorrogado: 02-05-2010

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009

(*Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição*)

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno*)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação*

nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. (**Sobrestando a pauta a partir de 19-12-2009**)

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2010

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Gim Argello), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista

Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº

138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.*

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condi-*

ções para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.*

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.*

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tripliques do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.*

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).*

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.*

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que *define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

-de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior; e

-de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador João Durval.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.*

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

- de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).*

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que *dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.*

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).*

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das*

Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favo-

rável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em au-

diência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.*

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências*.

Parecer sob no 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial*.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança*.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação*

do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russumanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos*.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas*.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte)*.

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

47

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2009 (nº 666/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 104, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

48

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 720, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2009 (nº 1.053/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios.*

Parecer favorável, sob nº 105, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Cristovam Buarque.

49

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 77, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal*

e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

50

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.*

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos

termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente*.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de au-

toria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade*.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003 Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais)*.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 2003 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegi-

bilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar,

de autoria do Senador Jefferson Peres, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar,

de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.*

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a deci-*

ção que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que *acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar,

de autoria da Senadora Serys Silhessarenko, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar,

de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 209, DE 2008**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *z* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

76

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar,

de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005,

para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

80

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007 *(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

81

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Se-

nador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

82

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

83

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2010, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (regulamenta a profissão de motorista).*

84

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 9, de 2010, do Senador Renato Casagrande, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

85**REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 2010, do Senador Renato Casagrande, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

86**REQUERIMENTO Nº 92, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 92, de 2010, do Senador Cristovam Buarque, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (cumprimento de pena privativa de liberdade).*

87**REQUERIMENTO Nº 97, DE 2010**

Votação, em turno único, dos Requerimentos nº 97, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

88**REQUERIMENTO Nº 98, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 98, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

89**REQUERIMENTO Nº 93, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nºs 93, de 2010, do Senador Adelmir Santana, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do*

Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (regulamenta o exercício da atividade de gastrólogo).

90**REQUERIMENTO Nº 94, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nºs 94, de 2010, do Senador Adelmir Santana, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

91**REQUERIMENTO Nº 95, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 95, de 2010, da Senadora Rosalba Ciarlini, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (disciplina a cremação de cadáveres).*

92**REQUERIMENTO Nº 120, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 120, de 2010, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (limitar as contribuições pelo uso de obras musicais ou lítero-musicais).*

93**REQUERIMENTO Nº 168, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 168, de 2010, do Senador Marcelo Crivella, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (contribuições pelo uso de obras musicais ou lítero-musicais).*

94**REQUERIMENTO Nº 121, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 121, de 2010, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do*

do Senado nº 563, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (dispõe sobre a profissão de Compositor).

95

REQUERIMENTO Nº 122, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2010, da Senadora Fátima Cleide, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 196, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (dispõe sobre a profissão de Pedagogo).*

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Declaro encerrada a presente sessão, pedindo as bênçãos de Deus a todo povo desta terra querida, o nosso Brasil.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 27 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008
Prazo prorrogado: 22/11/2008
Prazo prorrogado: 01/07/2009
Prazo prorrogado: 21/02/2010
Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,19)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
VAGO ^(5,29)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁸⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,21)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁴⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) ^(14,17,26)	
PDT/PSOL ⁽⁹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
 2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
 3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
 4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
 5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
 6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
 7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
 8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
 9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
 10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
 11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
 12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
 13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
 14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
 15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
 16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
 17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
 18. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
 19. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
 20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
 21. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
 22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
 23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
 24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
 25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
 26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
 27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
 28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
 29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- ** . Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) ^(5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁷⁾	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).

4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).

6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** . Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos
Telefone(s): 33034854
Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).

4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. João Pedro (PT) (11,41)
Tiã Viana (PT) (37)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. Sadi Cassol (PT) (4,39,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Geovani Borges (PMDB) (64,67,88,91)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,60)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (1,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,65,71)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,50)
Efraim Moraes (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (51)
Geovani Borges (PMDB) (9,52,88,91)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽⁶⁾	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁷⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁹⁾
PMDB	
Paulo Duque ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. VAGO ^(2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício n° 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/n° lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Serys Shessarenko (PT) (30,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (30)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (30)	5. César Borges (PR) (31,47)
João Pedro (PT) (34,47,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,32,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,67)
Almeida Lima (PMDB) (61,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,68,86,93)
Geovani Borges (PMDB) (54,64,96,99)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,69,78)
Francisco Dornelles (PP) (57,64)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,63,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (46,62,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,58,65)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (40)	1. Efraim Morais (DEM) (49)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Jayme Campos (DEM) (48,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,52)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (28,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,70,90,92)
PTB (7)	
Romeu Tuma (51)	1. Gim Argello (45)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
47. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
Sadi Cassol (PT) (35,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Geovani Borges (PMDB) (58,102,105)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (56)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (24)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (21)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (22)	4. Delcídio Amaral (PT) (23)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (40,47,48,49,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Geovani Borges (PMDB) (39,50,53)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Adelmir Santana (DEM) (35)
Kátia Abreu (DEM) (30)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,27)
Heráclito Fortes (DEM) (29)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Jayme Campos (DEM) (9,32,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,14)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (15)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,41)	1. Cristovam Buarque (12,36,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁶⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
**. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
 3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
 4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
 5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- ** Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Geovani Borges (PMDB) (34,68,72)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (Of. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(15,17,18,20)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,7,19)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹²⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
19. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
20. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

** . Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁰⁾	1. Aloizio Mercadante (PT) ^(39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(46,73)	2. Marina Silva (PV) ^(38,83,84)
João Ribeiro (PR) ^(44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(45,75)
João Pedro (PT) ⁽⁴⁷⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽⁴³⁾
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶¹⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Geovani Borges (PMDB) ^(10,21,62,92,93)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁴⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,54)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁸⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,51)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,57)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) ^(53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) ^(33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁷⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³³⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁵⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁶⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁹⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque ^(20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB n° 205/2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Geovani Borges (PMDB) (53,76,79)	2. Lobão Filho (PMDB) (29,50)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (43)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,26)
Serys Shessarenko (PT) (2,27)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (32,45,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)
Valter Pereira (PMDB) (1,43)	2. Pedro Simon (PMDB) (42)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (47)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (34)	1. Gilberto Goellner (DEM) (38)
Marco Maciel (DEM) (35)	2. Jayme Campos (DEM) (37,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (36)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,31)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,30)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (21,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (33)	1. Mozarildo Cavalcanti (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
32. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
35. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
36. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
Sadi Cassol (PT) (23,63,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Shlessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO ^(5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (21)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,47)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (19,42)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (40)
Lobão Filho (PMDB) (34)	2. Romero Jucá (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,35)	3. Geovani Borges (PMDB) (8,9,36,45,48,59,61)
Valdir Raupp (PMDB) (38,46)	4. VAGO (2,53,56,58,60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)	1. Gilberto Goellner (DEM) (25)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,29)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (15,24)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15,24)	6. Papaléo Paes (PSDB) (16,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (14,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,15,43)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (30)	1. Fernando Collor (30)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

- Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
- Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
- Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
25. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
31. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

43. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI N° 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
61. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomect@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO ⁽¹⁴⁾	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
VAGO ⁽⁷⁾	3. VAGO ⁽⁸⁾
VAGO ⁽¹¹⁾	4. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹¹⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 22/12/2009

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho (PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽⁴⁾

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

VAGO ^(2,11,12)

PDT

Patrícia Saboya (CE) ^(5,7,8)

PR

Magno Malta (ES) ^(1,6,9)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹⁰⁾

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 01/12/2009

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
12. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 05.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Emanuel Fernandes¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 05.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03.03.2010.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ACIR GURGACZ			
Homenagem às mulheres do Estado de Rondônia e do Brasil pela comemoração do Dia Internacional da Mulher.....	56	Registro das matérias “O relatório final do mensalão”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 3 de março de 2010 e “Caiu a casa do tesoureiro do PT”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 7 de março de 2010.....	166
Considerações sobre o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, cujo tema “Economia e Vida” aprimora o debate relativo às políticas de desenvolvimento nacional.....	56	Defesa de providências por parte do governo para a responsabilização civil e criminal dos envolvidos em corrupção no Brasil.	166
ADELMIR SANTANA			
Aparte ao senador Cícero Lucena.	32	Aparte ao senador Mário Couto.....	299
Manifestação contrária à intervenção federal no Distrito Federal.	34	Comentários sobre matéria publicada na revista <i>Veja</i> , intitulada “Caiu a casa do Tesoureiro do PT”, sobre operações da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop) e sua relação com o Partido dos Trabalhadores.	302
Esclarecimentos sobre a iniciativa do Partido Democratas de autorizar a autodissolução do diretório regional no Distrito Federal, em razão das denúncias do “mensalão do (DEM)”.....	34	Requerimento nº 182, de 2010, que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nos fundos de pensão da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), da Fundação dos Economistas Federais (Funcep) e da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), para investigar a aplicação de recursos destas entidades na Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop).....	305
Registro de artigo intitulado “O que faz o DEM ser diferente”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição do dia 5 de fevereiro de 2010.....	34	Discussão da Medida Provisória nº 469, de 2009, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta mil reais, para os fins que especifica.....	310
Aparte ao senador Alvaro Dias.	169	Registro da matéria intitulada “Panfleto político com dinheiro público”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 25 de novembro de 2008.....	456
Cumprimentos a todas as mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.	193	ARTHUR VIRGÍLIO	
Preocupação com a possibilidade de intervenção na capital federal, reiterando o posicionamento de Sua Excelência contrário a essa ação. Comentário sobre as matérias que tratam da crise política no governo do Distrito Federal.....	193	Requerimento nº 175, de 2010, que solicita voto de aplauso à população de Lábrea/AM, pelo transcurso do aniversário de criação do município, no dia 7 de março de 2010.....	2
Registro dos artigos intitulados “Acerto final” e “A Ordem social está mantida”, publicados no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 7 de março de 2010.....	193		
ALVARO DIAS			
Homenagem às mulheres do Brasil.....	166		

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 176, de 2010, que solicita voto de aplauso ao procurador-geral da Assembleia Legislativa do Amazonas, Dr. Vander Laan Goes, pelo seu correto parecer a respeito da redefinição do número de deputados federais por unidade da Federação....	2	nº 194 de 2009, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, de base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados ao plano de saúde contratado em benefício de empregado doméstico, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138 e 465 de 2008; e 115, de 2009, para que o mesmo tenha tramitação autônoma....	236
Requerimento nº 177, de 2010, que solicita voto de pesar pelo falecimento do cantor Johnny Alf, um dos precursores da Bossa Nova, ocorrido em São Paulo, no dia 4 de março de 2010.....	2	Registro da importância da agricultura irrigada para o desenvolvimento da região Nordeste. Satisfação com a inauguração da primeira fase do projeto de irrigação no Vale do Rio Salitre, antiga aspiração do povo de Juazeiro, no Estado da Bahia.	440
Aparte ao senador Cícero Lucena.....	30	CÍCERO LUCENA	
Aparte ao senador Adelmir Santana.....	36	Aparte ao senador Heráclito Fortes.....	8
Voto de aplauso ao procurador-geral da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Doutor Vander Laan Góes, pelo seu correto parecer a respeito da redefinição do número de deputados federais por unidade da Federação.	40	Aparte ao senador Cristovam Buarque.....	17
Registro dos artigos intitulados “Grito Manaus celebra a cultura alternativa”, publicado no jornal <i>Amazonas em Tempo</i> ; “A Terra de mitos e fatos”, publicado no jornal <i>Diário do Grande ABC</i> ; e “Os retrovisores da história”, publicado no jornal <i>Diário do Amazonas</i>	40	Satisfação pela inauguração da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais. Elogio à administração do governador Aécio Neves.	28
Considerações sobre a importante decisão da <i>Samsung</i> de voltar a produzir telefones celulares no Polo Industrial de Manaus.	40	Preocupação com a questão da saúde pública em todo o País e relato sobre realizações de Sua Excelência, como prefeito de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, para garantir a medicina preventiva e aperfeiçoar o setor.....	28
Manifestação de pesar pelo falecimento do cantor Johnny Alf, um dos precursores da Bossa Nova no Brasil.....	40	Comemoração do lançamento da 3ª Campanha da Fraternidade Ecumênica, que tem como tema “Economia e Vida” e como lema “Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro”, de responsabilidade do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), como forma de contribuir para o debate sobre os caminhos da economia nacional.	57
AUGUSTO BOTELHO		Homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Comentários sobre a matéria “Força e coragem de uma mulher”, publicada no jornal <i>Diário da Borborema</i> , edição de 8 de março de 2010.....	160
Parecer nº 133, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2006 (nº 1.780/96, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame de DNA na rede hospitalar pública.....	260	Comentários sobre o descaso dos governos federal, estadual e municipal com a saúde pública no Brasil, em especial no atendimento às mulheres.....	160
Parecer nº 134, de 2010 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2006 (nº 1.780/96, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame de DNA na rede hospitalar pública.	264	Requerimento nº 189, de 2010, no qual Sua Excelência solicita licença dos trabalhos da Casa, no período de 9 a 11 de março de 2010, para participar como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), do “Seminário de Energia Fotovoltaica”, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, com ênfase para o Senado Federal.....	331
Saudação às mulheres brasileiras, especialmente às mulheres roraimenses, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.....	434	Considerações sobre matéria publicada no jornal <i>O Norte</i> , intitulada “Sem tênis, aluna é bar-	
Retrospecto de conquistas da mulher na sociedade brasileira, com destaque para a Lei Maria da Penha.....	434		
CÉSAR BORGES			
Requerimento nº 179, de 2010, que solicita o desamparamento do Projeto de Lei do Senado			

	Pág.		Pág.
rada na aula". Cobrança de aprovação de projeto de autoria de Sua Excelência, em tramitação na Câmara dos Deputados, que obriga os estados e municípios a fornecerem uniforme escolar aos alunos da rede pública de ensino.....	424	científico e social que justifique a extinção da raça <i>Pit Bull</i> , a fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2008, que dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários, possuidores e criadores de cães perigosos, e proíbe a reprodução de tal raça.....	331
CRISTOVAM BUARQUE		Comemoração pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, destacando o trabalho, a dedicação e a luta das mulheres por cidadania. Importância do Prêmio Bertha Lutz e da indicação da ministra Dilma Rousseff e da senadora Marina Silva como candidatas à Presidência da República.....	339
Aparte ao senador Heráclito Fortes.....	6	FLÁVIO ARNS	
Comentários acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal de manter o governador José Roberto Arruda preso, e sobre a medida da Câmara Legislativa do Distrito Federal de abrir o processo de <i>impeachment</i> contra ele.	14	Comemoração do Dia Internacional da Mulher e entrega, pelo Congresso Nacional, do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, destacando que o desafio do País é construir cidadania, dignidade, respeito, oportunidades e chances para todos. ...	438
Apoio ao projeto do senador Tasso Jereissati, que dá um incentivo adicional aos filhos das famílias beneficiárias do programa Bolsa-Família.	14	Elogios aos projetos desenvolvidos pelo ex-governador do Paraná, Jayme Lerner, para a área social, turismo e desenvolvimento econômico.....	438
Defesa do Projeto de Lei nº 2, de 2010, de autoria de Sua Excelência, que destina recursos do fundo social formado a partir da exploração de petróleo da camada pré-sal para a educação, distribuídos proporcionalmente ao número de crianças matriculadas na escola.....	14	FLEXA RIBEIRO	
Aparte ao senador Renato Casagrande.	428	Cumprimentos ao ex-senador Expedito Júnior, presente no plenário do Senado Federal, bem como elogio ao seu contínuo trabalho pela transposição dos funcionários do Estado de Rondônia para a União.....	430
EDUARDO AZEREDO		Comentário sobre a participação de Sua Excelência em seminários nos Municípios de Moju e Abaetetuba, Estado do Pará, para conhecer as dificuldades das comunidades e elaborar um plano de governo para ser apresentado por ocasião do processo eleitoral e assumido como compromisso com o povo.	430
Parecer nº 136, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2005 (nº 2.022/2003, na Casa de origem), que estabelece critérios mínimos para inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia.....	273	Análise dos problemas do Estado do Pará, especialmente nos setores de segurança pública, saúde e educação.....	430
Protesto pela desistência do governo de abrir concessão para as obras de duplicação da BR-381, conhecida como "Rodovia da Morte".....	423	Registro da matéria intitulada "UNE admite que atrasa prestações de conta", publicada no jornal <i>O Globo</i> , de 30 de novembro de 2009.....	457
EDUARDO SUPLICY		FRANCISCO DORNELLES	
Aparte ao senador Alvaro Dias.....	304	Comentário sobre a inconstitucionalidade da Instrução nº 480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários, que estabelece novas regras quanto à publicidade de informações das sociedades anônimas com capital aberto.....	332
Requerimento nº 190, de 2010, que solicita ao ministro da Saúde informações sobre a existência de respaldo científico e social que justifique a extinção da raça <i>Pit Bull</i> , a fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2008, que "dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários, possuidores e criadores de cães de guarda perigosos e proíbe a reprodução de tal raça".....	331		
Requerimento nº 191, de 2010, que solicita ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre a existência de respaldo			

IV

	Pág.		Pág.
GARIBALDI ALVES FILHO		Apelo aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações não Governamentais (ONGs) para que se empenhem no sentido da quebra do sigilo bancário e da apuração das fraudes com recursos que deveriam ter destinação social.....	281
Aparte ao senador Flexa Ribeiro.	433		
GEOVANI BORGES		INÁCIO ARRUDA	
Elogios às decisões do Supremo Tribunal Federal (STJ) para a proteção jurídica do meio ambiente no Brasil, bem como ao anúncio de instalação de varas federais especializadas em meio ambiente em diversos estados da Amazônia Legal.	284	Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2010, que reabre o prazo para opção do servidor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) pela vantagem pessoal nominalmente identificada prevista no caput do art. 9º da Lei 11.314, de 3 de julho de 2006.	236
Registro de manifestações recebidas por Sua Excelência sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 1, de 2010, que versa sobre a questão do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	284	Homenagem à Dona Maria Lygia de Borges Garcia, esposa do ex-governador de Mato Grosso Garcia Neto e satisfação pela iniciativa do Congresso Nacional em homenageá-la com o Prêmio Bertha Lutz.....	335
Parecer nº 137, de 2010 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 469, de 2009, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 2.168.172.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais), para os fins que especifica.....	306	JAYME CAMPOS	
Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2010, que altera a Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, para revogar a hipótese de perda da pensão do dependente de segurado do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas que contrair matrimônio.	441	Homenagem à Dona Maria Lygia de Borges Garcia, esposa do ex-governador de Mato Grosso Garcia Neto, bem como satisfação pela iniciativa do Congresso Nacional em homenageá-la com o Prêmio Bertha Lutz.....	335
GERALDO MESQUITA JÚNIOR		JEFFERSON PRAIA	
Aparte ao senador Cristovam Buarque.....	20	Parecer nº 132, de 2010 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2005 (PL nº 4.435, de 2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais.	240
HERÁCLITO FORTES		JOSÉ AGRIPINO	
Votos de felicidades ao governador do Piauí, Wellington Dias, pelo transcurso do seu aniversário.....	5	Aparte ao senador Alvaro Dias.	303
Críticas ao governador Wellington Dias pela ineficaz administração do Estado do Piauí, pelas obras inacabadas, destacando os prejuízos que representam para o desenvolvimento regional.....	5	LÚCIA VÂNIA	
Questionamento quanto à subserviência dos governadores dos estados ao Poder Central.	5	Parecer nº 135, de 2010 (da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2005 (nº 2.022/2003, na Casa de origem), que estabelece critérios mínimos para inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia.....	269
Aparte ao senador Cristovam Buarque.....	19		
Comentários acerca da matéria de capa da revista <i>Veja</i> , sobre o escândalo envolvendo a Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop) e o caixa de campanha do Partido dos Trabalhadores, e ainda o uso criminoso das Organizações não Governamentais (ONGs).....	281		

	Pág.	V Pág.
MAGNO MALTA		
Requerimento nº 188, de 2010, que solicita a inserção em ata de voto de aplauso ao Papa Bento XVI, que considerou abominável e hediondo o crime de pedofilia cometido por membros da Igreja Católica na Irlanda.....	330	
Aparte ao senador Marcelo Crivella.....	335	
Aparte ao senador Renato Casagrande.	427	
Homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, cumprimentando a todas as mulheres do Brasil.	435	
Defesa da destinação dos <i>royalties</i> do petróleo do pré-sal para o Estado do Espírito Santo, como forma de compensação do prejuízo ambiental.....	435	
MÃO SANTA		
Apelo pela urgente aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 140, de 2009, do senador Gilvam Borges, que define o piso salarial e a jornada de trabalho de médicos e dentistas....	25	
Críticas ao governo do Estado do Piauí pelo pequeno reajuste concedido aos médicos e pela falta de assistência médica aos servidores públicos, conforme denúncia do jornal <i>Diário do Povo</i>	25	
Críticas ao governo por descumprir a legislação e não pagar o piso salarial dos professores.	25	
Críticas ao sistema educacional brasileiro...	340	
MARCELO CRIVELLA		
Homenagem às mulheres do Estado do Rio de Janeiro, especialmente à Senhora Andréa Pachá, agraciada com o Prêmio Bertha Lutz no Congresso Nacional.....	335	
Considerações a respeito da preocupação da população dos Estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de São Paulo e de Santa Catarina com a exploração de petróleo na camada pré-sal, a distribuição dos <i>royalties</i> e a conservação do meio ambiente.....	335	
MARCO MACIEL		
Comemoração do lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, com o tema “Economia e Vida”.	54	
Apelo no sentido da agilização da apreciação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 51, de 2003, que inclui o cerrado e a caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional,		
		com o objetivo de melhorar as condições do meio ambiente no Brasil.....
		157
		MARCONI PERILLO
		Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2010, que altera dispositivos das Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990, e 7.210, de 11 de julho de 1984, para agravar o regime de cumprimento de pena do reincidente na prática de crime hediondo.....
		238
		Requerimento nº 186, de 2010, que solicita ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre a política fiscal do governo e as metas de inflação.....
		330
		Requerimento nº 187, de 2010, que solicita ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, informações sobre os resultados dos programas Jovem Aprendiz e Projovem.....
		330
		Considerações sobre a fragilidade da América Latina. Reflexões do deputado San Tiago Dantas sobre a importância do fortalecimento da democracia como melhor caminho para garantir a representatividade política, a participação popular na República e os direitos fundamentais assentados nas Cartas Magnas.....
		459
		Análise sobre a elevada lucratividade dos bancos brasileiros. Apresentação de projeto de lei destinado a isentar da cobrança de tarifas bancárias os pequenos correntistas das instituições financeiras.
		459
		MARIO COUTO
		Congratulações às mulheres no Dia Internacional da Mulher.....
		299
		Discordância do pronunciamento da ministra Dilma Rousseff, na sessão solene do Congresso Nacional, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.....
		299
		Cobrança do cumprimento da Emenda Constitucional nº 60, que transferiu para a União Federal os funcionários federais do ex-território de Rondônia.....
		299
		MARISA SERRANO
		Aparte ao senador Alvaro Dias.
		303
		Requerimento nº 183, de 2010, que solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 149/2009, de autoria de Sua Excelência, dos demais projetos a ele apensados, de forma a retomar sua tramitação própria.....
		330

	Pág.		Pág.
MOZARILDO CAVALCANTI			
Homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Leitura de texto, poesia e oração em homenagem às mulheres.	289	Voto de pesar pelo falecimento do cantor regionalista gaúcho Jader Moreci Teixeira, mais conhecido como "Leonardo".....	156
Comentários sobre a matéria "Igualdade ou Semelhança", que analisa a relação entre homens e mulheres, publicada na revista de bordo da empresa de aviação América Airlines.	289	Homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Defesa da ratificação, pelo Brasil, da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho, referente à relação de igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e da participação das mulheres na vida política do País.....	162
OSMAR DIAS			
Homenagem póstuma à Senhora Fani Lerner, que foi primeira-dama do Estado do Paraná.	287	Requerimento nº 181, de 2010, que solicita a realização de Sessão Especial do Senado no dia 12 de abril de 2010, destinada a homenagear a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) pelo transcurso de seu 60º aniversário.	236
Recomendação aos governantes para que executem políticas preventivas de saúde, segurança alimentar, emprego, escolas de qualidade e segurança pública, como forma de prestar homenagem às mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.....	287	Comentário sobre a participação de Sua Excelência em debate acerca do Estatuto do Motorista, do Estatuto do Idoso, da aposentadoria, do fator previdenciário e da jornada de trabalho, na capital do Estado de São Paulo e em outras regiões do País.....	282
PAPALÉO PAES			
Registro da matéria intitulada "Maquiagem camufla os atrasos nas obras do PAC", publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 2 de março de 2010.....	50	Comentário sobre a matéria do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , que divulga declaração do presidente Lula, afirmando que a Previdência é superavitária, o fator previdenciário provoca injustiça e é preciso uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas.	282
Voto de pesar pelo falecimento do cantor regionalista gaúcho Jader Moreci Teixeira, mais conhecido como "Leonardo".....	158	Aparte ao senador Mário Couto.....	300
Saudação às mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, destacando a luta e o papel da mulher na história.....	158	Aparte ao senador Sadi Cassol.....	334
Registro da matéria intitulada "Liberdade não se negocia", publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 10 de março de 2010.....	455	RENAN CALHEIROS	
PAULO DUQUE			
Relatos sobre a política nacional em razão da celebração dos 50 anos da transferência da capital da República do Estado do Rio de Janeiro para o Distrito Federal.	21	Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2010, que altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), a Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam.	451
Considerações sobre a crise política no Distrito Federal, bem como sugestão para que o Senado Federal realize a eleição na capital federal.....	21	RENATO CASAGRANDE	
PAULO PAIM			
Requerimento nº 178, de 2010, que solicita voto de pesar pelo falecimento do cantor regionalista gaúcho Jader Moreci Teixeira.....	61	Aparte ao senador Eduardo Azeredo.....	423
		Homenagem ao Dia Internacional da Mulher, destacando os avanços conquistados e o longo caminho a percorrer, com relação à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.	426
		Comentário sobre a crise no governo do Distrito Federal, avaliando que são necessárias mu-	

	Pág.		Pág.
danças importantes para o aperfeiçoamento das instituições brasileiras.....	426	mulher, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.....	343
ROBERTO CAVALCANTI		Aparte ao senador Valter Pereira.....	344
Requerimento nº 180, de 2010, o qual solicita que o Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2009 que acrescenta o inciso XII ao artigo 48 da Lei nº 11,445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de estabelecer prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos”, seja apreciado, também, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), além da comissão constante do despacho inicial.....	236	SADI CASSOL	
Elogios à iniciativa da Secretaria da Agricultura, Agropecuária e Pesca do Estado da Paraíba, de distribuir sementes selecionadas para o plantio da safra de 2010 às famílias de pequenos agricultores.....	301	Balanço das ações governamentais de apoio à execução do Programa Economia Solidária no Brasil. Saudação à sanção da Lei Complementar nº 130, de 2009, que representa, de acordo com Sua Excelência, um avanço para a solidez do sistema cooperativista.....	3
ROMERO JUCÁ		Comentário sobre a eficaz experiência de cooperativas de lixo na cidade de Palmas, capital do Estado de Tocantins.....	3
Requerimento nº 184 de 2010, que solicita a tramitação conjunta da Proposta de Emenda Constitucional nº 56, de 2009, com a Proposta de Emenda Constitucional nº 53, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.....	330	Homenagem ao Dia Internacional da Mulher, cumprimentando as mulheres pela firmeza e determinação com que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.....	333
Requerimento nº 185, de 2010, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2009, por versarem sobre o mesmo assunto.....	330	Considerações sobre a importante mudança na legislação eleitoral, para tornar obrigatório aos partidos políticos, preencher, e não apenas reservar, 30% das candidaturas para as mulheres, garantindo assim maior participação feminina nos resultados das eleições.....	333
ROSALBA CIARLINI		Satisfação pela obtenção de número suficiente para a apresentação de proposta de emenda constitucional que torna proibido aos estados e aos municípios abrir concurso público sem constar do edital o piso salarial da categoria na região.	333
Aparte ao senador Mão Santa.....	342	VALTER PEREIRA	
Apelo à Comissão de Assuntos Sociais para que realize a votação de matérias referentes à		Comemoração do Dia Internacional da Mulher, saudando a todas as mulheres brasileiras.....	343
		WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
		Aparte ao senador Renato Casagrande.	429